



U N I V E R S I D A D E
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Doutoramento em Museologia

**Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas,
territorialidades periféricas e imaginações museais no
Distrito Federal, Brasil**

Tese de Doutoramento defendida em provas públicas para a obtenção do
Grau de Doutor em Museologia, orientada pelo Prof. Doutor Clóvis
Carvalho Britto, Universidade de Brasília (UnB)

Karolline Pacheco Santos nº 21909307

2025

www.ulusofona.pt



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Doutoramento em Museologia

**OS TERRITÓRIOS DAS MEMÓRIAS CANDANGAS:
REMOÇÕES URBANAS, TERRITORIALIDADES
PERIFÉRICAS E IMAGINAÇÕES MUSEAIS NO
DISTRITO FEDERAL, BRASIL
(Versão Final)**

Tese defendida em prova pública na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no dia 19 de fevereiro de 2025, com o Despacho Reitoral nº 80/2025, homologado em 4 de fevereiro de 2025, com a seguinte composição de júri:

Presidente:

Prof. Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho, Universidade Lusófona (ULusófona)

Arguentes:

Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, Universidade de São Paulo (USP) – arguente externa

Prof.^a Doutora Judite Santos Primo, Universidade Lusófona (ULusofona) – arguente interna

Vogais:

Prof. Doutor Hugo Menezes Neto, Universidade Federal de Pernambuco – vogal externo

Prof.^a Doutora Maria das Graças Teixeira, Universidade Lusófona (ULusofona) – vogal interna

Prof. Doutor Adel Igor dos Santos Cangueiro Romanov Pausini, Universidade Lusófona (ULusofona) – vogal interno

Orientador – Prof. Doutor Clóvis Carvalho Britto, Universidade de Brasília (UnB)

Karolline Pacheco Santos nº 21909307

Lisboa

2025

objeto (da / de memória).

escombros. Remoção como produtora de. Como transformar a luta em cultura material? Qual a materialidade da luta? Um museu criado a partir dos escombros. Pessoas (e sua luta) como museus. Há museus que mantêm escombros, escombros. Aos museus/luta. Há luta em forma de. (Re) plantio. Fazer, desfazer e refazer de histórias pela metade. Uma Casa Sobrevivente. Uma igreja que não/nunca caiu. Silêncios e embargos. Criança, pracinha e campo de futebol; prédios, promessas de futuro... mentiras. O cheiro da comida. As pessoas protestando, o trator. O sangue dos/nos olhos. Como guardar a sensação de resistência? A derrubada das árvores, a retirada das raízes. Aqui já teve pescadores. Museu é pra ter coisas pra ver? Ficar vendo coisas das remoções é um sofrimento. O guardar a pedra. A pedra/lembança/de/luta. Quem derrubou sabe que dali só sai um museu, não tem creche, não tem clínica da família, não tem... Quem / o que segue sendo Vila? Os caminhos que se entrelaçavam. O cansaço, a negociação, a resistência. O erguer o verde. Do que é feita a memória da luta? ~ Gleyce Kelly Heitor/Vocabulários em Movimento

Agradecimentos

De todos os agradecimentos essenciais neste momento, expresso primeiro minha profunda gratidão a quem me trouxe a este mundo e que, embora tenhamos convivido por pouco tempo, permanece presente em meu coração e pensamentos: minha mãe, Lázara Vieira Pacheco Santos (*in memoriam*).

À minha família – Jairo, Marcellus, Duky e Davy – sou imensamente grata pelo apoio constante em todas as decisões e por sua presença, mesmo com a distância que a vida entre diferentes países impôs. Ao meu companheiro, Thiago, agradeço por ter embarcado comigo nessa jornada e por ser minha melhor companhia tanto nos momentos mais felizes quanto nos mais desafiadores.

Agradeço também aos familiares e amigas/os que, mesmo de longe, sempre estiveram por perto em afeto e apoio. Às minhas tias queridas, em especial, Tia Márcia, pela leitura atenta e revisão de todas as minhas produções desde a graduação.

Às minhas amigas Luciana, Laíra, Day, Maria Paz e as ‘Lhifas’, Barbarella, Leila, Julia, Amanda, Ana Clara e Elaine pela amizade sincera e generosa na escuta e no acolhimento.

Às/aos amigas/os da ‘encruzilhada lusitana’ – Didi, Gabriela, Henrique, Luísa, Adel, Nathália, Josi, Yazid, Karim, Ana Luísa, Maria Monsalve e Isabel – , meus sinceros agradecimentos por cada momento compartilhado e pela satisfação de cruzar nossos caminhos.

Expresso meu agradecimento especial a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, com destaque às pessoas que compartilharam suas experiências sobre os processos museológicos do Núcleo Bandeirante (Silvio Cavalcante, Marília Panitz, Marinalva Sousa, Lauréti Mascarin e Luciana Ricardo), Ceilândia (Manoel Jevan, Gilberto Nascimento e Vinícius José) e Paranoá (Gersion de Castro e Maria Delsione da Silva).

Agradeço à Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural e ao Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, cujo corpo docente, proporcionou encontros e amizades que enriqueceram significativamente minha trajetória.

Expresso ainda minha profunda gratidão aos membros do júri que avaliaram este trabalho, tanto na fase prévia quanto na defesa final. Agradeço ao Presidente do júri, Prof. Doutor Mário Moutinho (ULusófona); à Arguente Externa, Prof.^a Doutora Maria Cristina Bruno (USP), e à Arguente Interna, Prof.^a Doutora Judite Primo (ULusófona), pelas análises aprofundadas e sugestões enriquecedoras; ao Vogal Externo, Prof. Doutor Hugo Menezes Neto (UFPE), e aos Vogais Internos, Prof. Doutor Adel Igor Pausini (ULusófona) e Prof.^a Doutora Maria das Graças Teixeira (ULusófona), por suas contribuições críticas e construtivas. Agradeço, ainda, ao júri prévio, em especial à professora Ana Lúcia Abreu, do Departamento de Museologia da Universidade de Brasília, que, desde minha graduação em História, quando eu já demonstrava grande interesse com suas aulas na Museologia, se tornou uma importante referência docente para mim.

Por fim, ao meu orientador, Clóvis Britto, sou profundamente grata pela atenção, paciência e o diálogo acolhedor desde o nosso primeiro encontro. Ter tido a oportunidade de trilhar este caminho com alguém por quem nutro tanta admiração é, sem dúvida, um privilégio.

Resumo

Esta tese investiga os sentidos atribuídos às memórias dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes que construíram a capital do Brasil, Brasília, conhecidos/as como ‘candangos/as’, elaborados em processos de musealização participativos e comunitários nos territórios do Distrito Federal. Parte-se da hipótese de que as memórias candangas que embasam subjetividades periféricas no Distrito Federal são profundamente marcadas pelas memórias das lutas por moradia, uma vez que muitos desses territórios, popularmente conhecidos como ‘cidades-satélites’, têm suas origens nas remoções e na fixação de ocupações candangas presentes na área central de Brasília. A partir da década de 1990, processos sociomuseais desenvolvidos nesses territórios provocaram outras leituras da narrativa histórica consolidada sobre a capital, problematizando os apagamentos produzidos pela memória institucionalizada. Entre esses processos, a pesquisa foca no Museu Vivo da Memória Candanga, na Casa da Memória Viva da Ceilândia e no Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá. Esta tese, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em referenciais teóricos dos estudos críticos pós-coloniais e decoloniais, combinando pesquisa e análise documental, bibliográfica, videográfica e hemerográfica sobre os temas, com entrevistas semiestruturadas. Objetivou-se identificar e analisar, nas novas imaginações museais que, a partir dos territórios do Distrito Federal, exercem o direito à memória e o desejo de museu, as agendas de representatividade que conformam as memórias candangas mobilizadas em processos de musealização locais. Concluiu-se que as memórias candangas, além de evocarem as memórias do trabalho e da migração, se definem notadamente pelas memórias das lutas por moradia, territorializadas em outras realidades sociourbanas do Distrito Federal, além da capital, Brasília.

Palavras-chaves: Sociomuseologia; museus comunitários; memórias candangas; remoções urbanas; Distrito Federal.

Abstract

This thesis investigates the meanings attributed to the memories of migrant workers who built the capital of Brazil, Brasília, known as/as 'candangos/as', processes of participatory and community musealization in the territories of the Federal District. It is assumed that the candangas memories that support peripheral subjectivities in the Federal District are deeply marked by the memories of the struggles for housing, since many of these territories, popularly known as 'satellite cities', have their origins in the fixation and removals of occupations candangas present in the central area of Brasília. From the 1990s, sociomuseal processes developed in these territories provoked other readings of the historical process, problematizing the erasures produced by institutionalized memory. Among these processes, the research focuses on the *Museu Vivo da Memória Candanga*, *Casa da Memória Viva da Ceilândia* and the *Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá*. This thesis, with a qualitative approach, is based on theoretical references of critical post-colonial and decolonial studies, combining research and documentary analysis, bibliographic, videographic and hemerographical on the themes, followed by semi-structured interviews with people involved in these processes. We propose to identify, in the new museum imaginations that, from the territories of the Federal District, exercise the right to memory and the desire for museums, the agendas of representativeness that conform the candangas memories. We conclude that these memories, in addition to evoking the memories of work, are also memories of housing struggles, territorialized in other socio-urban realities of the Federal District, besides the federal capital.

Keywords: Sociomuseology; community museums; candangas memories; forced removals; Federal District (Brazil).

Resumen

Esta tesis investiga los sentidos atribuidos a las memorias de los trabajadores y trabajadoras migrantes que construyeron la capital de Brasil, Brasília, conocidos/as como 'candangos/as', elaborados en procesos de musealización participativa y comunitaria en los territorios del Distrito Federal. Parte de la hipótesis de que las memorias candangas que fundamentan subjetividades periféricas en el Distrito Federal están profundamente marcadas por las memorias de las luchas por habitación puesto que muchos de estos territorios, popularmente conocidos como 'ciudades-satélites', tienen sus orígenes en la fijación y remoción de ocupaciones candangas presentes en el área central de Brasília. A partir de la década de 1990, procesos sociomuseales desarrollados en estos territorios provocaron otras lecturas del proceso histórico, problematizando los apagamientos producidos por la memoria institucionalizada. Entre estos procesos, la investigación se centra en el *Museu Vivo da Memória Candanga*, en la *Casa da Memória Viva de Ceilândia* y en el *Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá*. Esta tesis, de enfoque cualitativo, se basa en referenciales teóricos de los estudios críticos postcoloniales y decoloniales, combinando investigación y análisis documental, bibliográfico, videográfico y hemerográfico sobre los temas, seguidas de entrevistas semiestructuradas con personas involucradas en estos procesos. Proponemos identificar, en las nuevas imaginaciones museísticas que, a partir de los territorios del Distrito Federal, ejercen el derecho a la memoria y el deseo de museo, las agendas de representatividad que conforman las memorias candangas. Concluimos que estos recuerdos, además de evocar los recuerdos del trabajo, también son recuerdos de las luchas por la vivienda, territorializadas en otras realidades sociourbanas del Distrito Federal, además de la capital federal.

Palabras clave: Sociomuseología; museos comunitarios; memorias candangas; desalojos urbanos; Distrito Federal.

Abreviaturas e siglas

ACLAP – Academia Ceilandense de Letras e Artes Populares
AM – Estado do Amazonas/Brasil
APA – *American Psychological Association*
ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal
ASSIMOC – Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia
BA – Estado da Bahia/Brasil
BNH – Banco Nacional de Habitação
CE – Estado do Ceará/Brasil
CECA-LAC – Comitê Educação e Ação Cultural América Latina e Caribe
Cedep – Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá
CEI – Campanha de Erradicação de Invasões
Cepafre – Centro Paulo Freire
CESO – Centro de Estudos Socioeconômico/Universidade do Chile
CMVC – Casa da Memória Viva da Ceilândia
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais
CUCA – Movimento Candango pela Dinamização da Cultura
DEMU/Iphan – Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto Histórico e Artístico Nacional
Depha-DF – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
DF – Distrito Federal/Brasil
Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EPCT – Estrada Parque Contorno
FESP/SP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
GDF – Governo do Distrito Federal
GEB – Guarda Especial de Brasília
GER – Grupo Executivo de Remoções
GO – Estado de Goiás/Brasil
GT-Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica e Cultural de Brasília
HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira
Iapas – Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
Ibram – Instituto Brasileiro de Museus
Icofom – Comitê Internacional de Museologia
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IHG-DF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Inamps – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Grária
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
Iphan – Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional
JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira
MAB – Museu de Arte de Brasília
MAE-USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MG – Estado de Minas Gerais/Brasil
MHB – Museu Histórico de Brasília
MHN – Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro
Minom – Movimento Internacional por uma Nova Museologia
MUF – Museu de Favela
Muquifu - Museu de Quilombos e Favelas Urbanos
MVMC – Museu Vivo da Memória Candanga
MVMVP – Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá
Necoim – Núcleo de Estudos da Cultura Oralidade Imagem e Memória
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Desenvolvimento
PNM – Política Nacional de Museu/Brasil
PPM – Programa Pontos de Memória
PR – Estado do Paraná/Brasil
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RJ – Estado do Rio de Janeiro/Brasil
Secec-DF – Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
SHIS – Sociedade de Habitação de Interesse Social
Somuseu – Sociedade dos Amigos do Museu Vivo da Memória Candanga
SP – Estado de São Paulo/Brasil
Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPPCe – Sociedade de Pesquisadores e Pioneiros da Ceilândia
Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília
TUCA – Turma Unida Comunicando Amor
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULHT – Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia
UnB – Universidade de Brasília
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Índice Geral

INTRODUÇÃO	18
Objetivo geral	32
Objetivos Específicos	32
Orientações epistemológicas e debates teóricos	33
Metodologia	42
Organização dos Capítulos	49
CAPÍTULO 1	55
Políticas da memória e poéticas da diferença: Sociomuseologia e imaginações museais no Brasil	55
1.1 Compreendendo os museus como “agentes da utopia”: do estudo de museus à Sociomuseologia	57
1.2 Museologias indisciplinadas: pensando em museus a serviço das diferenças	83
CAPÍTULO 2	96
‘Memória não se remove’: processos de remoções urbanas, territorialidades periféricas e museus no Brasil	96
2.1 Recuperando o museu integral: o legado de Santiago do Chile para as relações entre museus, territórios e movimentos sociais	98
2.2. Transbordamentos da cidade segregada: fronteiras museológicas, processos sociomuseais e territorialidades nas cidades brasileiras	115
2.2.1 ‘Os tempos da Maré’ – Ponto de Cultura Museu da Maré (RJ)	121
2.2.2 ‘O jeito MUF de musealizar’ – Museu de Favela do Cantagalo e Pavão Pavãozinho (RJ)	127
2.2.3 A ‘negricidade’ de Belo Horizonte – Museu de Quilombos e Favelas Urbanos do aglomerado Santa Lúcia (MG)	135
2.2.4 ‘Memória não se remove’ – Museu das Remoções na Vila Autódromo (RJ)	146
2.2.5 ‘Do in museológico’ – Os pontos de memória no corpo das cidades	155
CAPÍTULO 3	165
Nas dobras do herói-invasor: memórias candangas e urbanidades liminares no Distrito Federal	165
3.1 Os territórios das memórias candangas: migrações, trabalho e moradia	170
3.2 As fronteiras da memória institucionalizada	205
CAPÍTULO 4	223
Museu Vivo da Memória Candanga: a musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas	223

4.1 Acampamento HJKO: entre a insegurança habitacional, a mobilização comunitária e a orientação preservacionista	225
4.2 Os acampamentos pioneiros como referências culturais na preservação das memórias candangas	232
4.3 O hospital, a vila e o museu: o tombamento distrital do HJKO.....	250
4.4 Um museu-ação.....	265
CAPÍTULO 5	301
Casa da Memória Viva da Ceilândia: as memórias da remoção e a identificação candanga em Ceilândia	301
5.1 A vila, a remoção e a Ceilândia.....	304
5.2 Uma ‘cidade de invasores’: O estigma do/a invasor/a no Distrito Federal e a estigmatização territorial de Ceilândia	316
5.3 Um museu incansável.....	321
CAPÍTULO 6	344
Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá: a musealização das lutas pela fixação e contra o esquecimento da vila pioneira.....	344
6.1 Memórias de cá e de lá: o acampamento pioneiro, a Vila Paranoá e a ‘cidade’	347
6.2 Batalhas pelo patrimônio e o ‘museu que queremos’	362
CONSIDERAÇÕES FINAIS	374
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	385
Documentos.....	401
Referências Videográficas.....	401
Depoimentos do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal	402
ANEXOS.....	i

Índice de Figuras

<i>Figura 1 - Trabalhadores candangos no primeiro Dia do Trabalhador comemorado nos canteiros de Brasília em 1958..</i>	18
<i>Figura 2-Território do DF com destaque para o ‘cinturão sanitário’ estabelecido em 1958..</i>	22
<i>Figura 3- Ocupação urbana do DF atualizada com identificação das regiões administrativas.....</i>	23
<i>Figura 4 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e vista aérea do bairro da Maré.....</i>	121
<i>Figura 5 - Entrada interna e logo do Museu da Maré.</i>	123
<i>Figura 6 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e as favelas do Cantagalo e Pavão Pavãozinho, RJ.</i>	127
<i>Figura 7 - Circuito Casas-Tela e logo do MUF.</i>	129
<i>Figura 8 - Território do Brasil com destaque do estado de Minas Gerais e aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte.</i>	135
<i>Figura 9 - Exposição ‘Doméstica, da escravidão à extinção – uma antologia do quartinho de empregada no Brasil’ (2013) no Muquifu e logo do museu.</i>	137
<i>Figura 10 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e Vila Autódromo, 2014.</i>	146
<i>Figura 11 - Moradoras da Vila Autódromo junto a uma escultura do Museu das Remoções e logo.</i>	151
<i>Figura 12 - Território do Brasil com destaque para a localização dos Pontos de Memória (2009).</i>	155
<i>Figura 13 - Moradores/as da Estrutural, Distrito Federal, em oficinas promovidas em conjunto com o PPM..</i>	158
<i>Figura 14 - Museu áudio visual itinerante da Beira da Linha do Coque/PE. Devido a divergências com a condução da criação de museus comunitários no PPM a iniciativa se concretizou de forma independente.</i>	162
<i>Figura 15 - Revista Manchete, set./ 1960, n. 418, RJ. Reportagem Brasília na hora zero. Fotos de Yves Mancier. Na legenda da foto: “Ele hoje é um símbolo Não se pode mais descrever da capacidade do povo brasileiro”.</i>	172
<i>Figura 16 - Revista Manchete, set./ 1959, n. 387, RJ. Reportagem de R. Magalhães e fotos de Gervásio Batista. Na legenda da foto: “Em demonstrações de habilidade e de trabalho, os candangos facilmente se adaptam às mais variadas e difíceis tarefas”.</i>	173
<i>Figura 17 - Reportagem do Correio Braziliense/Diários Associados abr./1960, DF. Edição comemorativa de transferência da capital federal para Brasília.....</i>	175

- Figura 18 - Território do DF com a localização das vilas candangas e das cidades de Planaltina e Brazlândia até 1958, com destaque do 'cinturão sanitário', o anel viário da EPCT – DF-001. A primeira cidade-satélite originada das remoções na área central, Taguatinga, foi inaugurada em junho de 1958..... 185*
- Figura 19 - Território do DF com a localização das cidades-satélites fundadas entre 1958 e a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) na década de 1970, com destaque do 'cinturão sanitário', o anel viário da EPCT – DF-001..... 186*
- Figura 20 - Território da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE) com a localização do território do Quilombo Mesquita.. 199*
- Figura 21 - A construção do Museu da cidade se deu junto à construção dos principais edifícios sedes dos poderes da República.. 206*
- Figura 22 - Museu da Cidade, detalhe da Fachada Leste..... 220*
- Figura 23 - Localização do MVMC/HJKO em relação ao Plano Piloto de Brasília. 224*
- Figura 24 - Imagens que compõem o dossiê do Iphan de tombamento federal do HJKO. A primeira é uma vista aérea do HJKO, em 1957, que destaca o isolamento das edificações na paisagem, e a segunda, acompanhada da legenda "um dos primeiros brasilienses a nascer no HJKO", reforça a relação do hospital com a história de Brasília..... 226*
- Figura 25 - "Vista da rodovia a Vila do IAPI parece irmã gêmea da Cidade Livre. As mesmas casas de madeira, toscas e coloridas, enfileiradas em ruas que nasceram umas retas outras tortas, e tortas e retas foram se cruzando, se emaranhando no mais caprichoso plano urbanístico traçado pela pobreza". Trecho de artigo publicado no Correio Braziliense, em 1961, por solicitação da Associação de Moradores da Vila do IAPI que apelava para que o então prefeito do DF, Paulo de Tarso, atendesse as demandas de melhorias dos/as moradores/as. Na imagem, a Vila do IAPI, em 1969. 228*
- Figura 26 - Moradora do acampamento HJKO em frente à sua casa. Fotografia que compõe o conjunto de documentos remetidos à Diretoria de Tombamento e Conservação do Sphan/Pró-Memória no parecer do pedido de tombamento federal do HJKO, em 1984..... 230*
- Figura 27 - Crianças do acampamento HJKO em frente ao edifício do antigo hospital. Fotografia que compõe o conjunto de documentos remetidos à Diretoria de Tombamento e Conservação do Sphan/Pró-Memória no parecer do pedido de tombamento deferal do HJKO, em 1984. 230*
- Figura 28 - Escola Julia Kubitscheck, a primeira escola do DF, projetada por Oscar Niemeyer e localizada na Candangolândia, em fotografia de 1980; segundo a reportagem citada: "Duas famílias, num total de vinte pessoas e mais três rapazes solteiros, moram na parte térrea da escola. Um barraco ao lado, utilizado no início da criação de Brasília como depósito da escola, também foi ocupado por três famílias que igualmente afirmam não ter onde morar, caso sejam forçados a sair" 242*
- Figura 29 - Foto do pavilhão B do HJKO, parcialmente caído, que consta em parecer do pedido de tombamento federal do conjunto em 1984..... 247*
- Figura 30 - Catetinho, atualmente um museu público, patrimonializado em 1957 a pedido de JK... 248*
- Figura 31 - Monumento 'Cristo Operário' do artista plástico Henrique Gougon instalado na Vila Planalto. - "E no outro dia só encontramos as camas vazias, o povo morto ninguém viu; contam uma história que esse povo está tudo dentro do lago, naquela época não existia lago, mas o que se falava na época é que um trator abriu uma grande vala no lago, ali onde ia ser o lago e o caminhão caçamba*

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

despejou os cadáveres lá dentro e cobriu, dizem que até gente vivo foi enterrado, é daquela época, isto foi em 1958, 1959, eu ainda me lembro”, relato do candango Carlito Alves Rodrigues para o Programa de História Oral do Arquivo Público do DF em 2000..... 263

Figura 32 - Esboço do circuito histórico e cultural do Projeto Cidade Livre de preservação de acampamentos pioneiros elaborado por Silvio Cavalcante. 267

Figura 33 - Dona Xandú tecendo em tear de 4 liços na Oficina da Fibra, em 1991, e curso de tecelagem em tear pente-liço, em 1992..... 277

Figura 34 - Desenho do território do MVMC com a identificação do local da Horta Comunitária e material de divulgação.. 283

Figura 35 - Divulgação do Congresso 'O direito à memória' com destaque para a participação de Miriam Arroyo do Instituto Nacional de Antropologia e História do México, e da museóloga Solange Godoy, a primeira mulher a dirigir o MHN (1985-1989) e implantar importantes mudanças na política de acervos e museografia..... 287

Figura 36 - Proposta da exposição de longa duração em material de divulgação do MVMC (s/d).. 296

Figura 37 - Atividade corporal com objetos da exposição Poeira, Lona e Concreto, s/d..... 297

Figura 38 - Detalhes da exposição Poeira, Lona e Concreto do MVMC..... 298

Figura 39 - Localização da região administrativa IX, Ceilândia, em relação ao Plano Piloto, Candangolândia e Núcleo Bandeirante..... 303

Figura 40 - Território da Ceilândia (2007). No cartaz do filme A cidade é uma só?, o cineasta ceilandense Adirley Queirós alude com o 'X' em vermelho sobre o icônico desenho do Plano Piloto, a marca que cada barraco da Vila do IAPI recebia quando ia ser removido; mais que uma identificação passageira 'a marca' sob a capital federal indica a interdição histórica das populações empobrecidas pelos processos de exclusão modernos às cidades contemporâneas..... 307

Figura 41 - Fila do caminhão pipa em Ceilândia entre 1971 e 1973. – “Ah! minha filha, essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborzinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro”; relato de Antônio da Silva, piauiense que chegou no DF em 1965 e passou por Taguatinga, Gama, Vila do IAPI até a remoção para a Ceilândia em 1971..... 309

Figura 42 - Feira livre da Ceilândia próxima à Caixa d'água, foto capturada entre 1975 e 1978 quando foi estruturada como feira permanente..... 310

Figura 43 - Exemplar nº 1 do jornal comunitário Voz da Ceilândia de 1981. O espaço do jornal foi um canal de comunicação e organização dos/as moradores/as para lidarem com múltiplas questões que atravessam o cotidiano de territórios periféricos..... 314

Figura 44 - Intervenção com laser na Caixa D'Água de Ceilândia do artista Gu da Ceí, 2021. Em diálogo crítico com a montagem, a afirmação de que o Brasil é uma invasão tensiona ainda mais esses regimes na construção histórica colonial do acesso à terra e daqueles sujeitos lidos como sujeitos de direito e os/as despossuídos/as.. 319

Figura 45 - Fichas do Questionário Comunitário da SPPCeí com imagem e relato de moradores/as.. 325

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

<i>Figura 46 - Eventos na CMVC. A segunda imagem em comemoração ao Dia de Reis com a participação de membros da comunidade de Ceilândia e parceiros/as da Casa de Memória Viva da Ceilândia, 2015</i>	329
<i>Figura 47 - Material de divulgação da CMVC em diferentes momentos. Primeiro, em 2010, na mudança do museu da primeira casa na QNN 38 para a segunda residência do professor Jevan, na QNN40 da Ceilândia. O segundo, de 2021, se refere a construção do atual museu na QNP 10, conjunto M, casa 20A.</i>	331
<i>Figura 48 - Poeta Antônio Garcia Muralha na CMVC, 2007.</i>	334
<i>Figura 49 - Os Candangos de Breguêdo na ‘Galeria de um quadro só’ da Casa da Memória Viva da Ceilândia, s/d.</i>	337
<i>Figura 50 - Material de orientação das visitas na CMVC, sem data.</i>	339
<i>Figura 51 - RA VII Paranoá em relação ao Plano Piloto. Fonte: Daniela Barbosa, 2021.</i>	345
<i>Figura 52 - Operários na construção da barragem do Lago Paranoá</i>	349
<i>Figura 53 - Frame do documentário ‘Pedras da Vila Paranoá’ com crianças resistindo a uma das tentativas de remoção da vila.</i>	352
<i>Figura 54 - Grupo jovem Turma Unida Comunicando Amor (TUCA).</i>	354
<i>Figura 55 - Frame do documentário ‘Pedras da Vila Paranoá’ com registro de uma das manifestações dos/as moradores/as. Lê-se nos cartazes dizeres sobre o direito à moradia, em favor da fixação e a afirmação humanizante “Temos direito a vida decente”.</i>	356
<i>Figura 56 - Frame do documentário ‘Pedras da Vila Paranoá’ com Manifestantes em frente ao Congresso Nacional, sem data. Até 1990 era uma comissão do Senado que indicava os governadores e legislava sobre o DF.</i>	359
<i>Figura 57 - Foto da família Castro e Silva na casa de madeira da Vila Paranoá. Delsione está à esquerda segurando uma criança e Gersion é o primeiro da direita, com camiseta branca.</i>	369
<i>Figura 58 - Locais mapeados no Parque Vivencial do Paranoá e registros anteriores da época da Vila. Na primeira, o poço artesiano comunitário mobilizado pelo CEDEP, em 1988, e na segunda, a praça do Roxo, local de encontros culturais e mobilizações políticas que, segundo a moradora Lourdes, “de tão importante na nossa luta, deve ser tombada” (apud Reis, 2000, p. 36).</i>	370
<i>Figura 59 - Gersion de Castro em ação educativa junto a escola do Paranoá.</i>	373
<i>Figura 60 - Manifestantes pró-moradia em frente ao Congresso Nacional.</i>	374

INTRODUÇÃO

“A história do povo brasileiro não é respeitada, a origem dos povos que formaram o povo brasileiro não é respeitada e nunca foi, o pobre é tratado sem respeito, como se ele fosse um invasor, mas na verdade nós somos os construtores desse país. [...] e eu sempre pergunto, qual o valor da história de um povo?” (Sandra Maria, 2015).



Figura 1 - Trabalhadores candangos no primeiro Dia do Trabalhador comemorado nos canteiros de Brasília em 1958. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Abro este trabalho com o desabafo de Sandra Maria Teixeira, moradora da Vila Autódromo no Rio de Janeiro e mobilizadora do Museu das Remoções, um museu de território fundado em 2016 por moradores/as e colaboradores/as com a missão de “participar da luta contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas”.¹ Parte da vila havia sido removida devido às reestruturações urbanas realizadas para as Olimpíadas na cidade, apesar da ocupação já existir e resistir a outras tentativas de remoções há mais de cinquenta anos naquele território. Vinte famílias permaneceram na área, e com elas se uniram apoiadores/as que mobilizaram o poder da memória mediado por ações museológicas. Essas ações não apenas contribuíram para reescrever a história do território em luta contra as remoções, mas também reformularam ‘o museu’ como um “instrumento de luta”² na disputa pela cidade e por modos diversos de habitar.

A escolha da fala de Sandra combinada a imagem de operários reunidos no dia dos/as trabalhadores/as (figura 1), o primeiro na nova capital do Brasil, em frente ao recém-construído Supremo Tribunal Federal, em 1958, se justifica pelo diálogo com o tema da tese, ao revelar, nessas experiências, as semelhanças no tratamento direcionado às populações urbanas e rurais empobrecidas – “como se ele fosse um invasor” – e a continuidade, na longa duração, desse olhar estigmatizante que conecta a realidade urbana de meados do século XX com a atualidade. Com a firmeza de quem tem consciência do papel dessas populações na realização dos projetos nacionais – “na verdade nós somos os construtores desse país”, reivindicação recorrente entre os/as candangos/as de Brasília –, e ao indagar “qual o valor da história de um povo?”, Sandra joga com as contradições e brechas dos discursos oficiais, desafiando um sistema de valores que exclui, silencia e subalterniza. A partir desse questionamento, volto o olhar para o DF e os territórios das memórias candangas.

Esta tese dedica-se a apreender os sentidos atribuídos às memórias dos/as trabalhadores/as que construíram a capital do Brasil, Brasília, na década de 1950, conhecidos/as pela alcunha de ‘candangos/as’, elaborados em processos de musealização participativos e comunitários desde os territórios do Distrito Federal. Esses museus não só reinseriram a contribuição desses/as sujeitos na memória social da região, tendo em vista a invisibilização produzida pela narrativa institucionalizada sobre Brasília, como provocam novas abordagens sobre as formas de produção do espaço urbano que abarcam as dimensões do conflito e das

¹ <https://museudasremoco.es.com/sobre/quem-somos/>. Acedido em 05/08/2024 às 09:53.

² <https://museudasremoco.es.com/sobre/o-museu-das-remoco.es.com/>. Acedido em 05/08/2024 às 09:53.

lutas por moradia. Acrescenta-se a este objetivo, explorar o terreno das experimentações museais em torno das memórias candangas que para reimaginar territórios periféricos em novos esquemas de valorização patrimonial tensionam os modelos normativos de museus.

O Distrito Federal (DF) é uma unidade da federação brasileira localizada na região Centro-Oeste desde 21 de abril de 1960, data oficial de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília. A nova capital foi concebida como ‘meta-síntese’ do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) – presidente do Brasil entre 1956 e 1961 – que estabeleceu um programa de metas, cuja linha política e econômica é identificada na historiografia com o nacional-desenvolvimentismo³. Desse modo, mais que o cumprimento de um dispositivo constitucional como aventou JK, que previa desde 1891 a demarcação do território federal na região central do Brasil, a construção de Brasília em meados do século XX tinha em si um valor simbólico de representação desse projeto de nação assentado na modernização e integração nacional (Moreira, 2013, p. 159).

A iniciativa de JK em transferir a capital do litoral para o centro geográfico do país não foi uma novidade na história política do Brasil. Distintos projetos ao longo da trajetória brasileira procuraram neste ato criador de uma nova cidade-capital, incorporar o gesto fundador de um novo país, sempre no encalço da modernidade. Em que pese a narrativa forjada institucionalmente sobre Brasília reforçar a ideia de que esta era resultado de um longo processo de interiorização que remontaria ao século XVIII, a cidade do século XX, enquanto projeto político e estético de uma capital modernista, foi concebida em seu tempo pela “invenção de um urbanismo político” (Vidal, 2009, p. 220). O planejamento urbanístico e regional moderno atravessou o século XX como resposta técnica de organização espacial que poderia produzir uma nova ordem, uma outra forma de organização social e econômica como vetor de modernização e desenvolvimento integral.

Construir Brasília em uma região pouco habitada no interior do país, ao final da década de 1950 – Luziânia, o núcleo urbano mais próximo do local definido para a capital, ficava a 60 km – acarretou intenso fluxo migratório para o Planalto Central, fato que resultou em grave déficit habitacional já nos primeiros anos das obras. Esses/as trabalhadores/as migrantes,

³ O nacional-desenvolvimentismo define uma tendência política e econômica predominante na América Latina no contexto após a Segunda Guerra Mundial, momento no qual o abalo das instituições liberais teve como consequência a emergência de teorias em defesa da intervenção do Estado para o desenvolvimento em países capitalistas periféricos, promovendo a industrialização com forte participação da iniciativa privada. No contexto brasileiro se situa entre os períodos Vargas (1950-1954), Juscelino Kubitschek (1955-1960) e João Goulart (1961-1964), governo interrompido pelo golpe militar.

exortados/as por JK como ‘operários do milagre’, e popularmente conhecidos/as como ‘candangos/as’, acabaram se estabelecendo nos vários acampamentos operários e em vilas que iam circundando o projeto do Plano Piloto de Brasília, idealizado pelo urbanista Lucio Costa. Apinhados/as em vilas de lona e madeira, estes/as trabalhadores/as fizeram emergir territórios adjacentes à Brasília imaginada: Cidade Livre, Vila Amaury, Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila do IAPI, Vila Sarah Kubitschek, Vila Tenório, Vila Esperança, entre outras que foram os embriões da cidade sensível que começava a se conformar na luta pelo direito à moradia no Distrito Federal.

Com a alta demanda habitacional foram implementados, já em 1958, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), os limites do chamado ‘cinturão sanitário’ que regulamenta a ocupação de áreas próxima à capital sob o argumento de controle e proteção ambiental da bacia hidrográfica do Paranoá (figura 2).⁴ Esse instrumento de ordenamento territorial estabeleceu um modelo específico de expansão urbana, no qual um rígido controle sobre a ocupação do Plano Piloto de Brasília atuou como um fator decisivo na definição dos valores das terras no território do Distrito Federal (Brito, 2009, p. 29). Isso consolidou a ideia de uma ‘cidade central’, identificada com o projeto da capital federal, menos povoada e que concentra investimentos, e demais núcleos urbanos que, inicialmente, surgiram distantes do núcleo central e eram caracterizados pela falta de infraestrutura adequada e pela população de baixa renda. Com essa medida, neste mesmo ano, as ocupações candangas na área central passaram por processos de remoções para áreas distantes do núcleo original.

⁴ Este cinturão é formado por um anel viário conhecido como Estrada Parque Contorno (EPCT) – DF 001 – que circunda a área da bacia hidrográfica do Paranoá que alimenta o lago de mesmo nome. Este modelo de cinturão é visto em outras cidades planejadas sob os preceitos modernos, como a Avenida Contorno, em Belo Horizonte/MG. Este tema será abordado no Capítulo três.

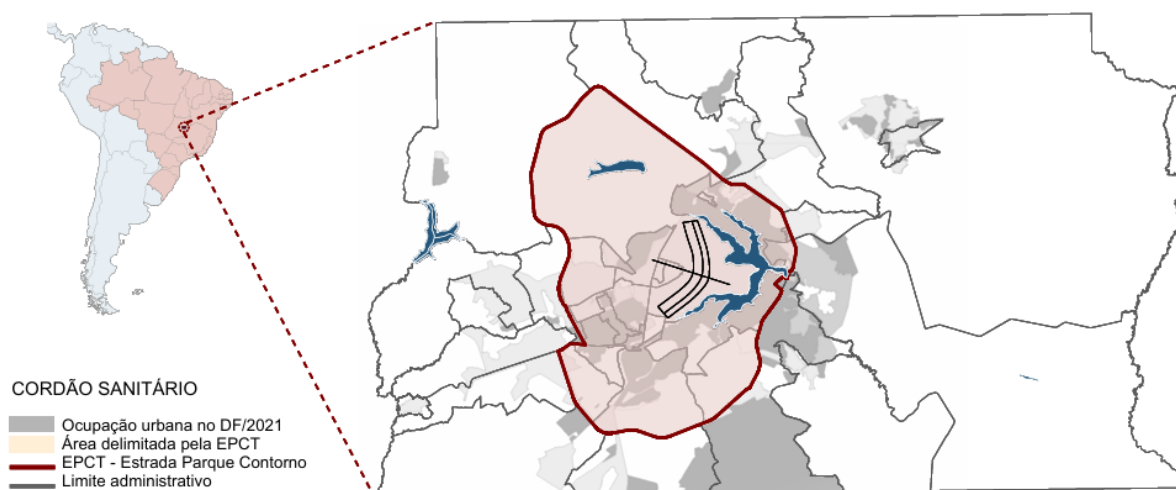


Figura 2-Território do DF com destaque para o 'cinturão sanitário' estabelecido em 1958. Dados: Geoportal/DF. Acedido em 07/03/2025. Imagem: Laíra Donosino.

À guisa de exemplo, em 1960, quando a capital foi apresentada ao país e ao mundo, já existiam outros cinco núcleos urbanos regularizados no DF; dois deles já existentes no território goiano, como Planaltina (1859) e Brazlândia (1933) – que passaram a integrar o território federal –, e três que resultaram de reassentamentos candangos, como Taguatinga (1958), Gama (1959) e Sobradinho (1960).

Estes processos remocionistas consolidaram-se ao longo das décadas que se seguiram à inauguração da capital como vetor de ordenamento territorial até meados da década de 1990 (Gouvêa, 1995, p. 67; Oliveira, 2019, p. 96).⁵ Sustentadas pela retórica de uma decisão técnica, vilas e ocupações candangas que se conformaram na área central – próximas aos locais de trabalho nos canteiros de obras da nova capital – foram sistematicamente removidas para áreas distantes com infraestruturas precárias e que deu origem as Regiões Administrativas do DF, popularmente chamadas de 'cidades-satélites',⁶ núcleos urbanos que compõem, junto à capital,

⁵ Jusselma Britto (2009, p. 156) destaca que ao final da década de 1980 as políticas habitacionais no DF passaram a priorizar a urbanização de áreas já consolidadas e, a partir da década de 1990, devido à especulação imobiliária orientada pela demanda da classe média, núcleos urbanos com outro perfil socioracial foram regularizadas dentro da faixa sanitária da EPCT.

⁶ O termo 'cidade-satélite' aparece no ideário do urbanismo moderno inglês desde o século XIX como modalidade de controle do crescimento urbano e associado a noção de Ebenezer Howard de 'cidade-jardim' (Derntl, 2020, p. 10). Em Brasília, o termo cidade-satélite entrou em uso já no período da construção, contudo, os núcleos formados pelas remoções neste período foram avaliados por Lucio Costa como 'pseudo cidades-satélites' por se caracterizarem mais como cidades-dormitórios. O termo foi adotado oficialmente a partir do decreto presidencial n. 3.751 de 1960, que sugeria que Brasília corresponderia ao Plano Piloto e que não abarcaria os demais núcleos

o território do DF (figura 3). As remoções como política de ordenamento territorial promoveram um modelo de ocupação incomum, esparsado e orientado da periferia para o centro (Derntl, 2016, p. 369), com uma morfologia urbana marcadamente segregada pela separação física da capital em relação a outros núcleos, na medida em que os/as habitantes removidos/as da área central em obras eram majoritariamente trabalhadores/as migrantes (Gouvêa, 1995; Lemos, 2022).

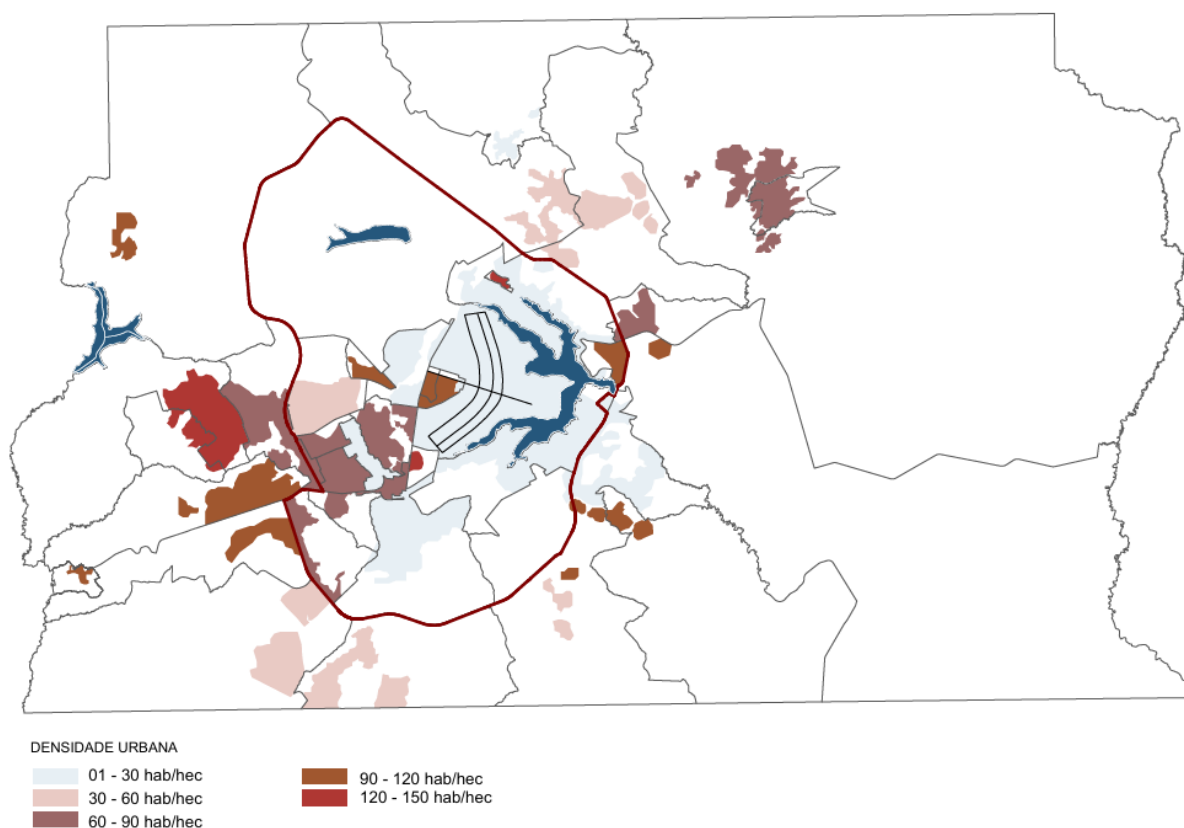


Figura 3- Ocupação urbana do DF atualizada com identificação das regiões administrativas. Dados: Geoportal/DF. Imagem: Laíra Donosino

urbanos, então oficializados como satélites; em 1964, o entendimento sobre Brasília é alargado, sendo o Plano Piloto e demais cidades denominadas de Regiões Administrativas, distinguindo-se pela numeração (ex. RA-I, RA-II,...). Em 1998, o termo foi banido de documentos oficiais pelo decreto nº 19.040, tendo em vista que era “uma expressão que havia adquirido forte conotação negativa e se tornara reveladora de um contexto de desigualdade socioespacial” (Derntl, 2020, p. 142), no entanto, o longo processo de identificação territorial associado ao termo não saiu do vocabulário popular sendo ainda comumente usado no DF. Estas mudanças de terminologias refletem as disputas de sentidos em torno desses núcleos urbanos e dos entendimentos acerca do que comporia o ideário inicial de Brasília, apenas o Plano Piloto ou todo o DF? (Derntl, 2020, p. 142). Optei por utilizar o termo cidades-satélites para me referir aos diversos núcleos urbanos de Brasília pela familiaridade e por desconforto com a dimensão burocrática da ideia de regiões administrativas; da mesma maneira, por entender que a segregação socioespacial que caracteriza essas regiões não cessa com o banimento do termo, considero que ‘ser da satélite’ tem sido reconfigurado por outros sentidos articulados às identidades espaciais; em relação à região central, sede do governo federal, me refiro ao Plano Piloto de Brasília ou Plano Piloto.

Consolidou-se na narrativa oficial de Brasília – produzida por seus idealizadores tendo em vista o contexto de relativa oposição à transferência da capital e ao custo das obras – uma premissa que se tornou estruturante nos modos de gerir e narrar a cidade mesmo após a sua inauguração: a ideia de que o Plano Piloto de Brasília estaria em constante ameaça (Brito, 2009, p. 87; Perpétuo, 2015, p. 98). Seja a ameaça daqueles/as que resistiam a ideia de transferir a capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central e impediam o Brasil de cumprir o seu ‘destino nacional’, ideia forjada no discurso de que a interiorização da capital era um antigo anseio da nação; seja pelo risco de descaracterização do planejamento urbanístico moderno proposto por Lucio Costa, símbolo maior dos ideais de modernidade e civilidade almejados pelo discurso desenvolvimentista do governo JK.

Para além do argumento ambiental, essa premissa também engendrou os argumentos preservacionistas que foram direcionados à capital federal (Perpétuo, 2005, p. 134), em especial, em meados da década de 1980, e que efetivaram a sua patrimonialização com a inscrição como primeira cidade moderna na Lista de Patrimônio da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1987, e tombada a nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1990.⁷

Apesar de à época já existirem olhares interessados na ‘constelação de cidades’, nas palavras do geógrafo Aldo Paviani,⁸ que se formava ao redor da capital como territórios de referência patrimonial (Barbosa, 2021, p. 81; Perpétuo, 2015, p. 172; Silva, 2019, p. 65), a forma como essas políticas preservacionistas foram encaminhadas consolidaram o olhar para a cidade-capital como artefato modernista e contribuíram para silenciar processos de ocupação anteriores e desviantes ao projeto original, bem como legitimaram tecnologias segregacionistas na divisão social do espaço urbano brasiliense.

Atualmente, além da capital federal, o DF é composto por mais 34 regiões administrativas e se estende por uma região metropolitana que abarca municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. É a terceira região mais populosa do país e ostenta o título de unidade federativa com o maior índice de desigualdade social, muito acima da média nacional, e está

⁷ Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987 que regulamenta o artigo 38 da Lei 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

⁸ Paviani, A. (2004). *Brasília: conceito urbano espacializado?* Acedido em 07/10/2022 em <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/552>.

entre as cidades mais desiguais do mundo.⁹ Destaca-se na reflexão aqui proposta que a vulnerabilidade habitacional que engendrou a urbanização das periferias no DF, não diz respeito apenas a recursos econômicos e políticos, mas também socioculturais, no qual “os afetados por esta insegurança, portanto, possuem cor, endereço e classe social. São aqueles que as cidades estão constantemente tentando varrer para debaixo do tapete” (Munch, 2017, p. 141).

Em síntese, a partir do título *Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e imaginações museais no Distrito Federal, Brasil*, compreendo as memórias candangas como repertórios que informam as territorialidades periféricas no DF e objetivo perceber em processos museais elaborados ‘com’ e ‘desde’ as cidades-satélites, a construção de seus sentidos articulados a esses territórios, bem como o papel destas novas imaginações museais nas disputas pela cidade e suas narrativas.

Penso que essa tese começou a ser desenvolvida em um evento específico, as ‘Jornadas do Patrimônio’, promovidas anualmente pelas Secretarias de Educação e Cultura do Distrito Federal como parte das programações do mês do patrimônio, promovidas pelo Iphan. Neste evento, voltado para a troca de experiências e práticas no campo da educação patrimonial, participei como ouvinte e debatedora; à época, me encontrava atuando como educadora no Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), Núcleo Bandeirante/DF, e como o tema-gerador dos debates estava voltado para patrimônios e práticas educativas assentadas em uma perspectiva de ‘pré-Brasília’, o trabalho educativo desenvolvido com escolas do DF em um dos poucos museus localizados fora do Plano Piloto e voltado para a memória dos/as trabalhadores/as que edificaram a capital, foi um dos trabalhos contemplados pela programação. Depois de participar e acompanhar a exposição de instigantes ações educativas e culturais para a identificação e valorização de indicadores de memória da região metropolitana do DF, que ampliavam o repertório patrimonial para além da arquitetura modernista e o traçado urbanístico da capital federal, foi no momento de encerramento que um aspecto me inquietou profundamente.

Ao propor abordar como tema transversal, ações educativas e culturais cujas propostas estavam embasadas no que os/as organizadores/as identificaram como ‘pré-Brasília’, o evento visava problematizar uma narrativa que se tornou hegemônica no processo de consolidação da

⁹ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2020) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acedido em 02/12/2020 em <http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilio-mensal.html?=&t=destaques>.

capital (Ceballos, 2005, p. 105), na qual a sua construção e sua inauguração são os pontos de partida e chegada no que se convencionou entender como história da cidade. É recorrente as abordagens em livros, exposições temporárias e de longa duração, documentários, discursos e demais referências à memória local, tomar como ponto de partida a chamada Missão Cruls – iniciativa pioneira de demarcação do território federal que é articulada nesse roteiro aos dispositivos de nacionalidade da interiorização e conquista do interior – e findar suas narrativas na inauguração de 21 de abril de 1960 – a obra futurista que prova a ousadia e determinação do presidente e da própria nação. Com isso, queremos dizer que existe uma forma de enunciação – consolidada nos conturbados anos da transferência da capital, a fim de justificar a sua consecução – que é estruturada em enunciados incontornáveis sobre Brasília. São premissas pelas quais em qualquer tentativa de se narrar a cidade parece ser necessário sempre retornar.

Essas interpretações se consolidaram como versões oficiais a partir de um forte “investimento na elaboração de uma memória institucionalizada” (Ceballos, 2005, p. 113) levada a cabo pelo governo federal e apoiadores/as, promovida pelos novos meios de informação da indústria cultural do pós-guerra (Gomes, 2008, p.167; Videsott, 2009, p. 18) e que constituiu, simbolicamente, a cidade na medida em que esta era edificada em concreto e aço. Transferir a capital da quadrigentésima cidade do litoral fluminense, para o Centro-Oeste goiano ao final da década de 1950, exigiu, por parte do governo JK, um esforço de convencimento e persuasão da opinião pública e da arena política que forjou um “arquivo de imagens e enunciados, um estoque de ‘verdades’” (Albuquerque Junior, 1994, p. 4), cuja eficácia simbólica condiciona, passados mais de sessenta anos da inauguração da nova capital, leituras e narrativas sobre o DF.

Essa história oficial é informada pela premissa de que Brasília significou a conquista de um território vazio, nos moldes coloniais, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento nacional, da qual a capital seria o ponto de inflexão e vetor de modernização. A arquitetura moderna e o planejamento urbanístico, em voga, enfatizavam esse novo tempo de ordem e progresso: o Brasil do futuro, que emergia pela determinação e inventividade do seu povo, liderado por grandes homens, e expresso em uma cidade-monumento. Restou como identificação popular, a idealização do trabalhador candango constituído como símbolo da capacidade nacional; estratégia de inclusão subalterna que silencia a diversidade de corpos, as

explorações a que foram submetidos/as e as territorialidades candangas marcadas pelo signo dos deslocamentos, migratórios e das remoções.

Essa construção discursiva e imagética em torno dos ideais e significados da construção de Brasília buscou inserir o projeto da nova capital em um longo processo histórico, lido em um tempo homogêneo e coeso de eventos. Alinhavados para dar densidade histórica ao projeto de construção de uma capital no centro geográfico do país, estes episódios e os sentidos que produziram ainda mantém a eficácia simbólica de balizar as discussões sobre o DF; aplainando conflitos e contradições, silenciando práticas sociais e modos dissidentes de produção das cidades que foram soterrados pela memória institucionalizada.

Nesse sentido, a referência ao tema ‘pré-Brasília’ em questão, visava problematizar essas narrativas canônicas e dar visibilidade a ‘outras Brasília’s’. Posto isto, no evento de encerramento, um dos palestrantes, renomado arquiteto e professor, com uma trajetória imbrincada com a própria cidade e sua preservação, ao discorrer sobre as memórias do esquecimento, tema proposto pela organização, trouxe em suas considerações a defesa de que “Brasília é uma só”. Dado o contexto apresentado, não é difícil perceber os problemas colocados nessa visão homogeneizadora – perspectiva muito bem trabalhada pelo documentário-ficção do cineasta ceilandense Adirley Queiróz em *A cidade é uma só?* (2013, 73 min.) – cuja lógica perversa está em desconsiderar as ‘outras Brasília’s’, compreendidas nesta pesquisa como urbanidades liminares (Rosa, 2018, p. 193) que se constituíram no trânsito, nas frestas, mas que foram lidas como sua contraface e não como ‘outras’ faces ou partes do mesmo corpo – seguindo a metáfora organicista, as ocupações removidas eram muitas vezes comparadas pela imprensa à época a um câncer a ser extirpado.

É claro que essa consideração final veio preenchida de um discurso de pertencimento, contudo, o que se questiona é quando o pertencer significa aderir sem crítica a um discurso totalizante que serviu, historicamente, para encobrir processos violentos e nublar outras vivências, discursos que produziram esse sentimento de deslocamento em relação a Brasília que muitos/as de nós, vindos das beiradas, sentimos.

Na minha experiência pessoal – nascida e criada em Taguatinga/DF – e profissional, com as escolas do DF e, à época, em um espaço museológico dedicado à trajetória candanga, era evidente que Brasília não é uma só. Mas quantas Brasília’s são? E como elas são representadas ou têm buscado formas alternativas de representação nos espaços de memória da cidade?

Além da afirmação, um caso específico ilustrava a opinião do palestrante sobre essa consideração final. O caso de uma moça, moradora da cidade-satélite de Ceilândia – a cidade mais populosa do DF, cuja origem foi uma massiva campanha de remoção de ocupações da área central, na década de 1970 – que em um debate teria afirmado que “o Plano Piloto é Brasília, Ceilândia é Ceilândia, Taguatinga é Taguatinga, Gama é Gama [...] Brasília, ela não conhecia, por que isso não lhe pertencia”, seguindo o relato, essa moça teria sido “repreendida severamente por este desprezo, por esta individualização das naturalidades de Brasília”. O compartilhamento desse caso e a naturalidade com que o professor expressou a interdição do debate a partir da opinião de uma mulher periférica também foi emblemático dos desafios em se problematizar o discurso hegemônico de Brasília para cultivar espaços de escuta e diálogo. Sobretudo, a persistência da força destes enunciados, mesmo em contextos críticos, que tendem a nublar práticas, relações e disputas que produziram o espaço urbano do DF como uma realidade complexa que penetra e transborda os limites, físicos e simbólicos, da capital federal.

Esta realidade, da qual Brasília é uma das urbanidades que compõe o espaço social, é conformada por urbanidades outras, urbanidades liminares (Rosa, 2018; Velloso, 2020), expressas em cidades periféricas, conformadas no cruzo dos dispositivos técnicos de planejamento com saberes e anseios populares (Derntl, 2019, p. 1). Processos de ocupação que recriaram nas margens, novas sociabilidades urbanas e modos de ‘produzir cidades’, muitas forjadas na memória comunitária de luta pelo direito à moradia e consolidadas pela organização dos/as moradores/as em associações e movimentos urbanos.

No entanto, reivindicar o local frente ao discurso universalizante da capital federal, ainda é alvo de um cirúrgico processo de silenciamento. Reivindicar essa especificidade é muito bem aceito quando a narrativa complementa ou se legitima pela perspectiva dominante e contribui para alargar o repertório oficial (Barbosa, 2021, p. 332); fora destes limites, outras identificações são combatidas com indignação e suas memórias exiladas (Bruno, 2020, p. 26) frente a sempre aventada epopeia da interiorização e a monumentalidade da forma.

São reconhecidos os consideráveis avanços na identificação e valorização das memórias populares no DF, reivindicadas no próprio movimento de afirmação dessas cidades e na construção coletiva de signos de pertencimentos e valorização de seus territórios; mas ainda assim, não compartilham da atenção devida e seguem secundarizados no quadro da memória coletiva do DF “sem possuir o mesmo capital simbólico, humano e orçamentário” (Heitor, 2021, p. 53) acessado pelos museus da capital e seus monumentos. Territórios materiais e

simbólicos seguem sendo negligenciados na produção de sentidos sobre o DF e o resultado material destas escolhas no campo simbólico de uma história única e de invisibilização de histórias outras no DF, reforça e reproduz os padrões de desigualdades raciais e socioeconômicos verificados na região.

Considerando essas inquietações, me senti impelida a compreender os limites e transbordamentos dessa ideia de memória candanga, ou melhor, de memórias candangas, que convergem na experiência comum dos deslocamentos – das migrações e das remoções – e que subsidiam territorialidades periféricas à capital federal. Essas múltiplas identidades constituídas pela “condição periférica” (Velloso, 2020, p. 155), traduzem suas especificidades na experiência comum, não apenas da exploração a que essas populações estão historicamente submetidas, mas de seus repertórios de resistências, entre eles a ocupação de terras como ato político de luta por direitos sociais e ação direta contra a mercantilização do espaço na reivindicação coletiva de locais dignos de moradia, modos alternativos de habitar a cidade e nos enfrentamentos às estigmatizações territoriais – “Taguatinga é Taguatinga” e “Ceilândia é Ceilândia”.

Essas formas de identificação podem e/ou intencionam gerar contranarrativas que, antes de serem interditas, silenciadas e reprimidas, precisam ser ouvidas e respeitadas como sentidos possíveis.

Por hipótese, sustento que os sentidos atribuídos às memórias candangas em territórios descentralizados do DF, informam subjetividades periféricas e são, necessariamente, atravessados pela crítica à memória institucionalizada – mesmo que em suas interpretações, perspectivas canônicas sejam reiteradas. Atentar para as elaborações de sentidos das memórias candangas no campo dos processos sociomuseais, como repertórios de resistência na disputa pelas narrativas, informam sobre outras agendas de representatividade mobilizadas com e desde esses territórios.

Para empreender esta análise é preciso responder: quais sujeitos reivindicam essas agendas para seus territórios? Quais caminhos contribuíram para perceber na atribuição do valor de musealidade às suas trajetórias e aos seus territórios, uma forma de participar das negociações culturais? E neste processo, quais são as formas singulares que adquirem enquanto sistemas de administração de memórias (Bruno, 2020, p. 20)?

Optamos por trabalhar com museus e processos museais localizados nas cidades-satélites, que estão diretamente relacionados com as memórias candangas. Esses museus

abordam indicadores de memórias das migrações, do trabalho, das ocupações pioneiras e das remoções. Faço a seguir, uma breve descrição dos espaços identificados e os objetivos da pesquisa:

- O Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC) é um museu público vinculado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, situado entre as cidades do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia. Inaugurado em 1990, o MVMC surgiu como uma iniciativa do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico local (Depha/DF) para dar utilidade pública às edificações em madeira do antigo Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), o primeiro a ser construído na região, em 1957, e tombado por iniciativa popular, a nível distrital, em 1985, e federal, em 2015. O museu foi concebido privilegiando o diálogo com a comunidade local do Núcleo Bandeirante e Candangolândia, processo que não ocorreu sem dissensos. O espaço é dedicado à coleta, pesquisa, documentação e divulgação da memória candanga. Fontes sobre esse processo registram a construção de um espaço museal assentado nas noções de cultura em processo e patrimônio imaterial, temas que embasavam propostas inovadoras à época de tratamento das memórias musealizadas e da relação dos museus junto às comunidades. O acervo do museu inclui as edificações históricas, objetos doados de uso cotidiano dos/as candangos/as, coleção de objetos do Brasília Palace Hotel, coleção Mário Fontenelle – fotos e equipamentos fotográficos –, coleção Seu Pedro de Oliveira Barros e a coleção de Artesanato e Arte popular.
- A Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC) foi criada em 1997 por iniciativa do professor Manoel Jevan, educador da rede pública de ensino do Distrito Federal. Inicialmente, o museu comunitário funcionou na casa de cinco cômodos do professor, cujo acervo reunido ao longo dos anos como docente, foi constituído por projetos pedagógicos direcionados à identificação e valorização dos/as candangos/as, bem como a reunião, organização e socialização de referências e indicadores de memória da cidade de Ceilândia. A narrativa da CMVC está diretamente assentada em uma perspectiva de enfrentamento ao que foi percebido como injustiças e esquecimentos promovidos pela narrativa hegemônica em um esforço de denunciar e valorizar indicadores da memória local. Além da residência do professor, o museu chegou a ocupar outros espaços como

a Casa do Cantador, em Ceilândia, e a Universidade de Brasília. Atualmente, o acervo pode ser consultado mediante agendamento, ainda na casa do professor Jevan. Parte do acervo foi digitalizado e está disponível em um museu virtual, como resultado de um projeto pedagógico coordenado pelo professor Vinícius José de Oliveira com alunos/as do Centro Educacional 06 da Ceilândia.

- Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá (MVMVP) é uma iniciativa mobilizada pelo coletivo Movimento MVMVP que reúne ex-moradores/as da antiga vila Paranoá. Fundada em 1957 por trabalhadores que construíram a barragem do Lago Paranoá e suas famílias, a ocupação candanga enfrentou mais de trinta anos de ameaças de remoção. Em 1989, após intensa mobilização popular, a ocupação foi transferida pelo Governo do Distrito Federal para outra área, originando a Região Administrativa VII, Paranoá. Com a remoção, os/as antigos/as moradores/as se reorganizaram em defesa do patrimônio da vila, que inclui edificações pioneiras, os traçados das ruas e demais construções que resistem ao tempo nos limites do atual Parque Vivencial do Paranoá. Em setembro de 2019, o antigo morador da vila e artista plástico, Gersion de Castro e Silva, convocou a construção de um museu para preservar a memória da antiga ocupação. A iniciativa, em andamento, inclui encontros, oficinas de memória, bem com ações educativas junto às escolas do Paranoá. Entre os avanços, destaca-se a conquista do tombamento provisório do sítio histórico da vila, solicitado pelo coletivo Movimento MVMVP à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Registro e Tombamento do Patrimônio Cultural do DF, da Secretaria de Cultura, e aprovado em novembro de 2022.

Nesse sentido, esta pesquisa inscreve-se na área de investigação da Sociomuseologia, Patrimônio e Desenvolvimento Cultural, com o objetivo de apreender os recortes dessa diversidade de memórias candangas mediadas por processos sociomuseais mobilizados como ferramentas para ressignificar territórios estigmatizados e enfrentar os silêncios produzidos pela narrativa oficial. Com diferentes impactos nas comunidades que participam, esses museus, adjetivados como vivos e comunitários, informam sobre os usos da memória musealizada em novas poéticas e políticas da memória articuladas aos territórios do Distrito Federal e abrem

sendas de inclusão das experiências periféricas como referências históricas e culturais na produção de subjetividades locais.

Objetivo geral

Apreender os diferentes sentidos atribuídos às memórias candangas mediados por processos sociomuseais – participativos e comunitários – que são mobilizados como ferramentas para ressignificar territórios estigmatizados e enfrentar os silêncios produzidos pela narrativa oficial no Distrito Federal.

Objetivos Específicos

- 1) Compreender de que modo as preocupações éticas e sociais que influenciaram o campo museológico ao longo do século XX provocaram transformações paradigmáticas na abordagem da diferença cultural, fomentando o surgimento de novas práticas e imaginários museais no contexto brasileiro;
- 2) Analisar de que modo os processos sociomuseais urbanos agenciam as memórias coletivas e ressignificam o museu como instrumento comunicacional para o enfrentamento às invisibilidades que marcam os territórios periféricos nas cidades brasileiras;
- 3) Investigar de que modo a formação socioespacial do Distrito Federal forjou sentidos às memórias candangas que informam as territorialidades periféricas locais. Partindo do pressuposto de que os deslocamentos compulsórios de trabalhadores candangos do núcleo central de Brasília, aliados às suas resistências por direitos à moradia, redefiniram a organização urbana do território federal, objetiva-se examinar como tais narrativas contra hegemônicas tensionam a memória oficial, que sistematicamente apaga ou marginaliza tais espaços e suas complexidades históricas;
- 4) Mapear, nas dinâmicas de musealização das memórias candangas no Núcleo Bandeirante, Ceilândia e Paranoá, a assimilação crítica de preceitos da Nova Museologia e das

Museologias insurgentes no Distrito Federal, examinando como as narrativas gestadas nesses contextos periféricos ressignificam a produção histórica e espacial da capital, problematizando a História como constructo polifônico e estimulando reflexões epistemológicas sobre as relações entre processos sociomuseais, preservação das memórias e construção de saberes situados.

Orientações epistemológicas e debates teóricos

Apresentado este cenário, proponho compreender estes processos museológicos em torno das memórias candangas como experiências relevantes no campo de estudos da Sociomuseologia, assentado na reflexão científica de processos museológicos orientados para a transformação social e de engajamento para a ação nas sociedades contemporâneas. A Sociomuseologia abarca Museologias transgressoras e socialmente comprometidas na gestão cultural dos indicadores de memória, bem como do diálogo horizontal com outras perspectivas científicas em um exercício de reflexão crítica das experiências diversas no campo dos museus que este trabalho pretende contribuir.

Esta abordagem é tributária de experimentações museais acionadas por agentes não especializados/as e/ou profissionais do campo dos museus, comprometidos/as com processos locais que ocorreram em diferentes partes do mundo e que tiveram ressonâncias institucionais no campo museológico a partir da década de 1970.

Hugues de Varine (2020, p. 22) aponta que em décadas anteriores, experiências ao redor do mundo viram “aparecer pioneiros que inventaram, conservando o nome de museu, instituições novas nas quais a forma e o conteúdo eram muitas vezes radicalmente diferentes do que se encontrava nos museus tradicionais, grandes ou pequenos”.¹⁰ São trabalhos de memória que mobilizaram práticas museológicas objetivando desenvolvimentos pessoais e locais, na medida de suas vontades de memórias e possibilidades de museus. Estas experiências introduziram questões significativas e estimularam o deslocamento do olhar das técnicas preservacionistas direcionadas às coleções e acervos, para o processo de mediação de sentidos que aciona a prática preservacionista de objetos e expressões que dão corpo à comunicação

¹⁰ No original: “*aparecer pioneros que inventaron, conservando el nombre de museo, instituciones nuevas en las que la forma y el fondo eran a menudo radicalmente diferentes de lo que se encontraba en los museos tradicionales, grandes o pequeños*” (Varine, 2020, p. 22).

proposta. Estes diálogos consolidaram a redefinição destes espaços como constructos sociais importantes de apreensão e intervenção da relação entre os seres humanos e sua realidade, especificamente mediada pela qualificação coletiva de objetos materiais e expressões culturais como legados históricos e artísticos.

No Brasil, o trabalho pioneiro de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e seu compromisso com a formação de museólogas/os, contribuiu fortemente para o campo epistêmico da Museologia com a noção de ‘museu processo’ (Assad, 2022, p. 82). O entendimento do museu como processo, aberto e contínuo, também rompeu com as lógicas normativas dos museus isentos de responsabilidade social e fechados em si mesmos – “Está superada a fase do museu reflexo da sociedade; inicia-se e impõe-se a fase do museu-processo e do museu agente modificador da realidade social” (Guarnieri, s.d *apud* Bruno, Fonseca & Neves, 2010, p. 177). Waldisa Rússio aplicou à análise museológica uma perspectiva política ao compreender as dimensões de poder assentadas em acervos e coleções e as potencialidades dos museus como agentes da utopia (Guarnieri, 1977, p. 26).

“Vinculada à prática museal, a Museologia teve seu desenvolvimento científico retardado pela estreita ligação de sua base institucional, o museu, com o Poder (Político e Econômico). É com essa subordinação nítida que se formam as coleções e a ênfase que a elas é dada, enquanto quantidade e valor de raridade, antiguidade ou autenticidade. As coleções refletem o poder ou o saber, que é também uma modalidade do Poder. Sem perderem essa conotação, as contradições de nossa época possibilitam uma reflexão crítica que ultrapassa o Museu para preocupar-se com o fato que nele acontece.” (Guarnieri, 1986 *apud* Bruno *et al.*, 2010, p. 176) [grifo meu]

Os museus mediam sentidos constitutivos da própria realidade ao organizá-la em um quadro de referências simbólicas. Parto do horizonte analítico elaborado por Pierre Bourdieu (1983; 1989), a partir do qual compreende-se que o campo dos museus encerra uma dinâmica conflituosa inerente às tensões sociais que acompanham o permanente jogo da preservação e da perda, da lembrança e do esquecimento, e que estes significados são relacionalmente construídos. Deste modo, o “poder estabelecido pelos museus ao legitimar sentidos aos objetos apresentados nas exposições museológicas” acaba por “validar a participação dos sujeitos imbricados nas teias de relações estabelecidas na dinâmica desse processo, designando a ocupação de lugares que condicionam o seu papel na sociedade” (Silva, 2015, p. 72). Como práticas sociais, os museus são múltiplos, estão envoltos nas relações de poder de cada campo que adentram e podem funcionar para a afirmação das regras do campo ou para a transformação de seus limites – “reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (Bourdieu, 1989, p. 11).

Os museus aqui apresentados – Museu Vivo da Memória Candanga, Casa da Memória Viva da Ceilândia e Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá – rompem os limites de interpretação da história local ao darem ênfase à experiência trabalhadora e aos territórios das cidades-satélites na narrativa sobre Brasília, bem como da normatividade instituída do próprio processo museológico, se constituindo em experiências de diálogos críticos com outros museus da cidade e entre si. Por serem memórias dissonantes – e dissonante aqui não é a compreensão de algo que soa mal ou fora do ritmo, mas daquelas notas que não se enquadram na harmonia prevalecente, notas que tocam em outro ritmo – estes enquadramentos da memória tensionadores são potencialmente criativos e precisam ser para transpor certos limites. Eles interagem, relacionalmente, disputando posições com base nos contextos enunciativos de cada tradução museal da memória candanga.

Dessa interlocução com a Sociomuseologia me valho de alguns conceitos e autores/as que, em suas trajetórias públicas e publicações, têm consolidado um arcabouço teórico potente para a reflexão crítica das multifacetadas experiências sociomuseais.

Optei apreender esses processos pela noção de “imaginação museal”, proposta pelo museólogo Mário Chagas (2005; 2009), na intenção de compreender a potência de criação poética e de resistência política que gerou determinado olhar museológico sobre os fragmentos da memória candanga, em cada caso, e as estratégias de reinvenção deste passado e reinterpretação da história local a contrapelo. Esta noção pode ser compreendida como a capacidade de determinadas pessoas de articularem discursos por intermédio das coisas levando em conta injunções históricas, políticas e sociais (Chagas, 2009, p. 219). Ao transcender a reflexão das práticas museológicas como indícios de uma capacidade criadora de sentidos, resultantes de uma potência imaginativa que antecede a objetificação da memória em procedimentos técnicos, Chagas lançou luz ao processo comunicativo intencional, cujo objetivo é fixar determinados quadros da memória. Este entendimento evidencia a dimensão política e relacional da musealização no interdiscurso das narrativas museológicas ao desvelar, por trás do discurso preservacionista, a ‘gota de sangue’ que faz pulsar narrativas hegemônicas, mas que também alimenta as possibilidades que permitem superar a condição imposta.

Esta reflexão tem como fundamento apreender os museus como espaços produtores e comunicadores de discursos que informam a memória social dos repertórios de sentidos legítimos, logo, qualificam memórias e vivências como dignas de lembrança ou esquecimento.

Neste sentido, ao lidar com as camadas de significados inerentes ao conceito de memória, opto por analisar a emergência de uma memória candanga musealizada, a partir da noção de “memórias exiladas” (Bruno, 1999, p. 23; Bruno, 2020, p. 26). Em suas abordagens sobre os processos museológicos, a museóloga Maria Cristina Bruno destaca as “rotas” ou “estratigrafias” do abandono que marcam os caminhos de identificação e exclusão dos fragmentos das memórias de determinados grupos e tempos sociais às interpretações dominantes do processo nacional. Sob o signo do anonimato, as referências na narrativa oficial às memórias candangas são frequentemente obliteradas por expressões como ‘massa anônima’ ou ‘heróis anônimos’, expressões que não nos revelam suas origens, seus nomes e sobrenomes, motivações e destinos, produzindo e naturalizando a ausência destes/as sujeitos nas narrativas e nos demais espaços da cidade. Narrativas expográficas e acervos acabam por reforçar imagens nas quais os/as candangos/as são sempre representados/as apenas nos canteiros da construção, reconhecendo sua condição como mão de obra – os ‘operários do milagre’ –, mas não no imaginário da cidade construída, momento em que recebem a alcunha de ‘invasores/as’.

Os fragmentos das memórias candangas foram isolados, circunscritos a uma inserção coadjuvante nos planos institucionais ou a uma posição de exílio em relação à identidade patrimonial (Bruno, 1999, p. 83). Nesta proposta teórico-metodológica, além de apontar as seletividades fundantes da cadeia operatória museológica curatorial,¹¹ também aponta perspectivas de “perseguição ao abandono” (Bruno, 2020, p. 48) e operacionalização consciente destes processos na consolidação de novos cenários museológicos que reconheçam e ressignifiquem o lugar destes indicadores na memória social.

Diante do cenário que reivindica a ampliação dos repertórios patrimoniais e constata o papel dos museus nessas rotas e desvios, é fundamental compreender essas experimentações museológicas em diálogo constante com o reconhecimento do direito à diferença (Britto, 2018, p. 142; Quebec, 1984; Movimento Internacional para uma Nova Museologia [MINOM], 2013; Moutinho, 2014b, p. 3). Procedimentos e técnicas de seleção, salvaguarda e comunicação operados pelos museus ditos normativos foram fundamentais para o processo de expansão da episteme ocidental simulada em uma pretensa objetividade científica frente a outros modelos interpretativos rotulados de não científicos. Foram nos museus modernos que esse regime de

¹¹ Para a museóloga Maria Cristina Bruno (MAE/USP), a Museologia é compreendida como área integrada aos sistemas dinâmicos de organização e administração dos indicadores de memória a partir de procedimentos próprios de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) dos bens culturais identificados como parte de uma cadeia operatória específica do campo (Bruno, 2020, p. 24).

cientificidade foi elaborado e divulgado para as sociedades sendo estruturantes para a socialização dos sentidos estereotipados de pessoas não brancas e seus territórios. Estas instituições dedicadas às grandes narrativas levaram a frente um projeto sistêmico de encobrimento, silenciamento e subalternização ontológica e epistemológica dos/as sujeitos racializados/as pela estereotipização ou completo desaparecimento de outras formas de conhecimentos e sistemas de significação do mundo.

A pergunta que se coloca a partir dessas perspectivas, e que é pertinente para a análise aqui empreendida no contexto do Distrito Federal, é questionar epistemologicamente essa construção ideológica da alteridade no discurso colonial/moderno, mediada pela ideia de raça – que tende a fixar e territorializar atributos negativos ao ‘Outro’ e seus territórios –, instrumentalizada pela ilusão de um discurso técnico que seja alheio aos sentidos de civilidade dos/as sujeitos e grupos sociais que o engendram.

Para perscrutar esse caminho, acionamos as críticas à modernidade empreendidas desde o Sul Global¹² a partir das perspectivas pós-coloniais e decoloniais para desconstruir a projeção de neutralidade e a pretensão a universalidade que o discurso moderno empreende – no âmbito dos museus e da produção das cidades – no qual, enunciados que, dissociados de seus espaços enunciativos, se projetam como neutros ou universais. Este corpo de análise emergiu das narrativas de deslocamentos e descentramentos que marcam a formação dos/as sujeitos modernos/as no âmbito da formação do capitalismo e do crescimento urbano (Harvey, 2012, p. 74) e contribuem, sobremaneira, para as problematizações das identidades diaspóricas nas intersecções de gênero, raça e classe, do multiculturalismo e das migrações modernas.

Ao destituir, com o projeto colonial, determinadas pessoas marcadas nos traços e na pele por suas origens étnicas, de serem portadoras de conhecimentos relevantes e projetarem sobre elas classificações embasadas na pretensa superioridade europeia, filosófica e cientificamente fundamentada por correntes cristãs e, posteriormente, pela organização disciplinar das ciências modernas, a razão ocidental se impôs e se conformou na modernidade como regime de cientificidade autorizado:

¹² Como Sul global nos referimos a uma categoria geopolítica que agrega territórios considerados periféricos e semiperiféricos na lógica do sistema-mundo capitalista – antes chamados de ‘terceiro mundo’ ou países ‘em desenvolvimento’ – que compartilham as experiências da colonização e exploração de recursos e saberes, bem como projetos alternativos de transformação social e política. A relação Norte-Sul se expressa em uma relação hierarquizada entre povos e países que não é apenas econômica mas, sobretudo, epistêmica, naquilo que diz respeito aos regimes de cientificidade e a hegemonia da perspectiva eurocêntrica do Norte global nas leituras de mundo.

“Trata-se, então, de uma filosofia na qual o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. [...] Será assumida pelas ciências humanas a partir do século XIX como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico.” (Grosfoguel, 2007, p. 64 *apud* Ballestrin, 2013, p. 104).

O imperativo da razão ocidental foi instrumental para os processos culturais de homogeneização, no sentido de produzir uma monocultura racional da vida (Santos, 2002, p. 247), produzida pelo expansionismo europeu que impôs, para o aperfeiçoamento da exploração de recursos e pessoas, estruturas de conhecimentos e sentimentos que não foram rompidas com as independências políticas, a partir do século XIX, de territórios colonizados. O conceito de colonialidade, elaborado por Aníbal Quijano (1992), possibilitará apreender os efeitos contemporâneos de um padrão de poder que se conformou na violência do processo colonial e que traduziu as diferenças de corpos e saberes humanos em desigualdades.

Esse padrão colonial de poder opera enquadrando subjetividades não-brancas em um referencial de mundo único, mobilizado pelos modos de ser e pensar da racionalidade moderna. No cruzamento entre ser e saber, a colonialidade do poder operou sob distintos discursos, a classificação dos povos a partir de uma norma cognitiva pretensamente neutra, cuja autoridade epistêmica é eurocentrada. Este referencial teórico também nos oferece outros horizontes conceituais para aprofundar o olhar para as periferias urbanas e as Museologias sociais como processos de desobediência epistêmica (Mignolo, 2008; Mignolo, 2018), ao valorizar as diferenças culturais como possibilidades epistemológicas de pensar cidades inclusivas e práticas museológicas humanizadoras.

Dessas experiências fronteiriças, entre o conhecimento hegemônico e o local, as negociações e traduções culturais que operam a diferenciação dos arranjos sociais informam sobre a articulação de lógicas diversas em uma perspectiva da diferença como fundamento de descolonização das práticas, em contraste com os efeitos de dominação produzidos pela razão ocidental. O crítico indiano Homi Bhabha (1998), ao apontar para a noção de diferença cultural, em contraste com a ideia de diversidade do pensamento ocidental, nos posiciona na liminaridade, “naquele espaço produtivo da construção da cultura como diferença, no espírito da alteridade” (Bhabha, 1998, p. 209). Esta noção parte da perspectiva de transitoriedade do local da cultura, nas quais as diferenças culturais se realizam nos entre-lugares destas existências humanas marcadas por deslocamentos que interpelam continuamente

subjetividades não hegemônicas a um processo de negociação e tradução cultural – “É na emergência dos interstícios – a sobreposição e os deslocamentos de domínio da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário e o valor cultural são negociados” (*Ibid.*, p. 20). São fronteiras epistemológicas e culturais que atribuem sentidos aos territórios e é neste “espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência” (*Ibid.*, p. 29).

Para os objetivos da tese, mobilizei do campo de Estudos Urbanos a noção de “urbanidades liminares” (Rosa, 2018, p. 193; Velloso, 2020, p. 165) para compreender as territorialidades expressas nas relações e disputas na produção do espaço urbano moderno. São destes ‘entre-lugares’, territoriais e subjetivos, que os processos sociomuseais no DF promovem o diálogo criativo entre políticas e poéticas da memória musealizada no sentido de narrarem suas versões da história de Brasília e que, potencialmente, abrem perspectivas de repensar a própria lógica que informa a ideia de desenvolvimento urbano da capital federal.

Do ponto de vistas das margens, o conflito e a organização popular por moradia emergem como dimensões fundantes de Brasília e não ‘desvios’ ou ‘descaracterizações’ de um planejamento ‘técnico’ pretensamente indefectível.

“Nesse sentido, as pesquisas que vimos desenvolvendo mais recentemente têm se proposto a pensar não apenas as cidades, mas também o urbanismo, a partir de margens e limiares, perscrutando dimensões socioespaciais e, sobretudo, os meandros da conformação de distintos ‘regimes de urbanidade’ (AGIER, 2011, 2015) a serem considerados analítica e politicamente. Espera-se estabelecer uma reflexão ampliada sobre dinâmicas de produção do que vimos chamando ‘urbanidades liminares’ em curso, contemporânea e historicamente, no país, possibilitando desnudar as aproximações e disjunções entre saberes e dispositivos técnicos de planejamento e gestão urbana (e social) e saberes, práticas e narrativas de produção de cidade e urbanidade em ato, alargando e fortalecendo campos de reflexão crítica que se somem aos ainda escassos estudos urbanos que vêm se atentando à existência de diferentes regimes de urbanidade e múltiplas maneiras de ‘fazer cidade’.” (Rosa, 2018, p. 193)

Esta tese se movimenta em alternativas reflexivas às dicotomias fixadas pelo pensamento cartesiano para pensar as territorialidades periféricas no DF produzidas no cruzo do planejamento urbanístico com as formas de habitar as cidades engendradas por setores alijados dos processos formais de acesso à terra e moradia digna. Não se trata de pensar o direito à cidade como possibilidade de inserção plena dos pobres urbanos à cidade moderna, mas outra relação:

“A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.” (Harvey, 2012, p. 74)

Pode-se estender as terminologias dos Estudos Urbanos para o campo dos museus e aferir que essa ‘neutralidade axiológica’ de técnicas e manuais de conservação e exposição, assim como as técnicas de planejamento urbano moderno, é fator impeditivo para a incorporação das memórias dissonantes, desviantes e periféricas, adentrarem a formalidade das instituições tradicionais. Não é caso de negar a existência e efetividade destes procedimentos enquanto práticas sociais, mas de explicitar suas condicionantes geopolíticas e socioraciais, na medida em que se promove a crítica e a valorização de outros modos de saber-fazer museus e cidades.

Ao reimaginar os museus na medida de suas demandas, como expressões de discursos coletivos, esses museus críticos e Museologias transgressoras atravessam fronteiras entre o normativo e o dissidente e podem ser lidos como uma opção epistêmica. Ao restabelecer a polifonia pela diferença das práticas, restitui-se a legitimidade de outras imaginações científicas não-hegemônicas como possibilidades de leitura do mundo e de enfrentamento aos projetos globais assentados na retórica da modernidade e do desenvolvimento que ainda silenciam, ocultam e eliminam subjetividades e territorialidades racializadas (Mignolo, 2003, p. 79).

Me alinho assim aos princípios aventados no campo das Museologias expressos na Declaração de Quebec (1984) como base de uma Nova Museologia, e que foi antecedida pela Declaração de Santiago do Chile (1972), que preconizou as bases do museu integral articuladas aos territórios e comunidades, nos quais “todos os recursos da Museologia (coleta, conservação, investigação científica, restituição o difusão, criação)” são transformados “em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos” (Quebec, 1984). Estes museus comunitários, sociais, de territórios, ecomuseus, entre outros, estão “enraizados em uma multiplicidade de práticas” que se renovam, envelhecem, cruzam, nascem e morrem em relação às próprias dinâmicas sociais e dos desafios impostos (Moutinho, 2014b, p. 4). Por esse entendimento, extrapola-se definitivamente os muros dos museus e suas formas de extroversão

tradicionais para novas poéticas do espaço e a constatação da existência de museus complexos, e isso se dá “não pela complexidade do funcionamento das instituições museológicas, mas pelas complexidades dos conceitos que sustentam as suas diversas atividades” (Moutinho, 2014b, p. 9). Esta referência é enfatizada pela declaração de 2013 do Movimento por uma Nova Museologia reunido no Rio de Janeiro:

“[...] Os museus comunitários sejam compreendidos como processos políticos, poéticos e pedagógicos em permanente construção de sua visão de mundo. Essas organizações tiram e põem, fazem e desfazem suas memórias, sentimentos, ideias, sonhos, ansiedades, tensões, medos e vivem sua própria realidade. São museus que assumem seus próprios jeitos de musealizar, ao fazer uso dos conhecimentos nas formas que lhes convém.” (MINOM, 2013)

Os museus e processos museológicos abordados nesta tese partem destes territórios como narrativas colaborativas e em primeira pessoa; o que interessa observar é como os processos mobilizados para a gestão destes indicadores de memórias produzem instâncias de participação ou envolvimento comunitário, entendendo que é a diversidade dos/as agentes envolvidos/as na ação museológica que potencializa a ampliação da própria ideia de patrimônio e representatividade. São as pessoas que expandem os significados e articulam novos sentidos de identificação às memórias e territorialidades candangas.

De forma preliminar é possível constatar nos três processos museológicos que suas narrativas não rompem necessariamente os conteúdos hegemônicos da narrativa memorialística instituída sobre Brasília, mas, pela própria multiplicidade, fazem questionar a totalidade que esta narrativa pretende representar. Acrescentamos a isto, que representam a emergência de outras estratégias e interpretações da memória que produzem a existência de outros lugares sociais para estas pessoas e seus territórios, além daqueles demarcados pela história oficial. Sendo estes processos museológicos entendidos como processos educativos, compreendo que exercem um rol significativo na percepção do lugar social e da literacia do mundo, na qual a própria ação de identificar, documentar e comunicar o patrimônio é uma pedagogia da memória (Bruno, 2015, p. 5). Ao exercitar este olhar problematizador, compreendo os processos museológicos em perspectiva integral como espaços e experiências de interações – locais e globais – que buscam promover o aporte cultural integrado às dinâmicas sociais do cotidiano destas comunidades e seus territórios, atuando efetivamente nos processos de autorrepresentação, exercício da cidadania e empoderamento social.

Esta reflexão tem como motivação intelectual lançar mais um olhar sobre a dinâmica socioespacial do DF mediado pela potência política e imaginativa dos processos museais participativos e comunitários elaborados desde as cidades-satélites que complexificam compreensões histórico-culturais herdadas (Bruno, 2020, p.26). Em um movimento de sinergia com outros esforços, destaco como referências importantes para estas reflexões 1) o contato com a exposição *Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal* (2019),¹³ exposição com registros históricos e fotográficos da população negra no DF identificados no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Esta exposição divulgou no Museu da República, e outros espaços públicos da cidade, uma narrativa enfaticamente antirracista ao visibilizar a presença negra não só entre os/as trabalhadores/as candangos/as, mas ao longo do tempo e na atualidade do DF; e 2) o curso de formação para professores/as *Outras Brasília* (2021), voltado para o trabalho crítico em sala de aula com o recurso de fontes históricas sobre o Distrito Federal; esta formação realizada no primeiro semestre de 2021 promoveu um intenso debate com colegas de diversas áreas e interesses sobre o Distrito Federal, bem como instigou práticas de pesquisa e olhares contra hegemônicos sobre a história local.¹⁴

Metodologia

Para a elaboração desta tese de abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas e análises documentais – incluindo documentação videográfica, bibliográfica e hemerográfica – nos campos da Sociomuseologia, dos Estudos Urbanos e da História do Distrito Federal – referências abordadas no item anterior. Além disso, foram investigados os museus e processos museológicos selecionados, cujo estado da arte será discutido a seguir.

Com o apoio da bibliografia especializada, foram realizadas leituras e análises de fontes documentais, além da preparação para as entrevistas, conduzidas remotamente entre 2022 e 2024, e a redação dos capítulos da tese. Cabe destacar que, ao longo de 2019, realizei

¹³ A exposição foi idealizada pela professora Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto e alunos/as do Departamento de História da Universidade de Brasília, com a colaboração dos cursos de Letras, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação Social. Ficou exposta do Museu da República em setembro de 2019, momento em que pude visitá-la. Em novembro de 2020 foi levada aos pontos de ônibus dos setores Comercial Sul e Bancário Sul do Plano Piloto.

¹⁴ O curso é coordenado pela professora Dra. Cristiane Portela do Departamento de História da Universidade de Brasília em colaboração com a Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Educação do DF.

observações assistemáticas no Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), período em que se consolidou o problema de pesquisa. Esses recursos metodológicos foram mobilizados para apreender, nos processos de musealização destacados, 1) as dinâmicas internas, mediadas pelas entrevistas realizadas para a tese, entrevistas arquivadas em acervos pessoais e institucionais, e registradas em documentários independentes (Nunes, 2005, p. 61); 2); as dinâmicas externas, expressas nas mídias locais – como o *Correio Braziliense* e o *Jornal de Brasília* – e em documentários institucionais e independentes; e 3) as dinâmicas institucionais, especialmente por meio da documentação. As referências e citações foram formatadas de acordo com as normas da *American Psychological Association* (APA)

Sobre os estudos relativos aos museus do Distrito Federal, estes têm no curso de Museologia da Universidade de Brasília, fundado em 2009, um importante centro de reflexão. Desde 2013, monografias e dissertações de egressos/as desse curso intensificaram a produção acadêmica sobre museus e Museologia na região. Antes desse período que corresponde aos trabalhos de final de curso das primeiras turmas de egresso/as, parte significativa das pesquisas focava na relação dos museus com o turismo cultural na capital. Esses apontamentos revelam que, até 2013, o olhar acadêmico sobre os museus do DF era predominantemente direcionado pela perspectiva turística, e, ainda hoje, há poucas referências em áreas que tradicionalmente tomam os museus como campos de estudo, como História, Ciências Sociais e Artes Visuais.

Essa situação nos coloca a indagação sobre a falta de interesse nessas áreas de conhecimento pelos museus do DF como objetos de reflexão no âmbito da memória social, das representações, dos mecanismos sociais, dos processos identitários, entre outras perspectivas que abordam essas instituições como práticas sociais. A situação é distinta quando o foco está nos processos de patrimonialização e no patrimônio cultural edificado e/ou imaterial que encontram bastante ressonância, em especial, nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e em Ciências Sociais.

Os trabalhos sobre os museus locais, especificamente no campo da Museologia, incluem abordagens que dialogam com as teorias museológicas e análises museográficas relacionadas à gestão, preservação de acervos, acessibilidade e comunicação museológica. Essas produções acadêmicas, especialmente as monografias, apresentam um panorama diversificado de temas, olhares e trilhas ainda pouco exploradas sobre museus e processos museais no DF, no entanto, oferecem contribuições importantes para as análises que pretendo desenvolver na tese aqui proposta.

Em relação ao Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), entre os trabalhos mais recentes, destaca-se a dissertação de Celso Fernando Lima, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, intitulada *Museus e cidades: a memória e a percepção de Brasília vista a partir do Museu Vivo da Memória Candanga* (2022). Nesse trabalho, Lima aborda como a memória da cidade é apresentada pelo museu, apontando a necessidade de ampliar os referentes patrimoniais, com ênfase na musealização de todo o território como alternativa às grandes narrativas. Ainda na Arquitetura e Urbanismo, a tese *O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014* (2021) e o artigo *Narrativas de um tombamento: de Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira a Museu Vivo da Memória Candanga* (2019), ambos de Daniela Pereira Barbosa, sob orientação de Maria Fernanda Derntl, exploram a criação do museu a partir da análise das narrativas patrimoniais presentes no dossiê de tombamento e sua posterior transformação em espaço museológico. Esses estudos avaliam como tais narrativas reafirmam ou complementam a noção consagrada de patrimônio estabelecida na narrativa oficial, ao mesmo tempo em que inserem particularidades locais no discurso.

No contexto da extroversão de memórias em espaços culturais, a ação educativa desempenha um papel fundamental na comunicação com diferentes públicos. Nesse aspecto, destaca-se a tese de Luciana M. Ricardo, *A educação em diálogo com a cultura: da experiência do MVMC a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF* (2017), que oferece um importante registro e análise do programa educativo Viva o Museu, desenvolvido no MVMC desde sua criação.

Na área da Museologia, foram identificados os seguintes artigos e trabalhos de conclusão de curso: *Exposições e sentidos: análise da exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga* (2014), de Ingridde dos Santos Alves; *Reflexões sobre a presença negra na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga* (2014), de Julia de Araújo Carrari; e *Negras Memórias de uma Capital em (Des)construção: uma análise da presença de mulheres negras na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga* (2021), de Débora Rita Pereira. Essas pesquisas concentram-se na análise das expografias, com descrição dos recursos expositivos e na construção das narrativas em relação à missão do museu, além de oferecerem análises interseccionais de gênero e raça, evidenciando os apagamentos simbólicos no acervo e na exposição de longa duração *Poeira, Lona e Concreto* do MVMC.

Identificado com os princípios da Sociomuseologia, destaca-se o trabalho de Maria Cecília Gabrielle, *Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga* (2012), que discute e propõe a musealização das edificações do antigo hospital como acervo museológico, considerando seu potencial como objetos museais capazes de atuar em processos museológicos, com vistas à inclusão social, ao reconhecimento de identidades e à promoção da cidadania e da educação patrimonial.

A Casa da Memória Viva de Ceilândia (CMVC) tem sido objeto de estudo em diversos trabalhos de conclusão de curso, com ênfase na Nova Museologia e na Museologia Social, devido à sua identificação como um museu comunitário. Entre as principais referências estão a monografia *A Casa da Memória Viva da Ceilândia: uma análise à luz da Nova Museologia (1997-2010)* (2013) e o artigo *A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, DF* (2017), ambos de Vinícius Carvalho Pereira; *Perspectivas de virtualidade para a Casa da Memória Viva de Ceilândia* (2014), de Karine Lie Sato Inatomi, que explora o processo de virtualização do acervo da CMVC como uma interface digital e existência potencial; e *Brasília sob foco das narrativas: acervo da Casa da Memória Viva da Ceilândia* (2015), de Laís Santos de Amorim, que analisa as entrevistas de candangos/as e histórias de vida coletadas pela CMVC como parte do acervo museológico.

Entre as publicações, destaco a dissertação defendida na área de ensino de História por Vinícius José Duarte de Oliveira, intitulada *O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História* (2022). Trata-se de uma pesquisa-ação que propôs, como mediação pedagógica para que os/as estudantes compreendessem os fundamentos da pesquisa histórica, a construção de um museu virtual sobre a cidade de Ceilândia. Como parte das atividades pedagógicas, o trabalho com a CMVC resultou na identificação e digitalização de parte do acervo, que passou a integrar o museu virtual da Ceilândia, juntamente com entrevistas e objetos coletados pelos/as alunos/as.

O Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá (MVMVP) é uma iniciativa recente, organizada como mobilização comunitária, desde 2019, quando teve suas atividades relativamente desarticuladas devido a pandemia global de Covid-19. Tomamos como principal referência bibliográfica sobre o tema, a pesquisa desenvolvida pelo artista plástico e morador do Paranoá, Gerson de Castro e Silva, intitulada *A história de uma cidade invisível: Vila Paranoá e seus quintais de memórias* (2019), bem como o artigo escrito em conjunto com Sidelmar Silva Kunz e Sandra Regina Costa, *Cidade invisível: mapa afetivo da Vila Paranoá*

e seus quintais de memórias (2020). Na pesquisa, Gersion Silva identifica e inventaria marcas territoriais no Parque Urbano do Paranoá que resistem ao tempo e a negligência do poder público, através da organização comunitária de ex-moradores/as da Vila Paranoá e seus descendentes em defesa da preservação da memória da vila pioneira. Este trabalho fundamentou o requerimento de tombamento provisório da área aprovado pela Secretária de Cultura/DF, em novembro de 2022.

Outro trabalho de referência é a tese de Renato Hilário dos Reis, na área de Educação, intitulada *A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos* (2000), que trata da experiência do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá na educação de jovens e adultos, desde o final dos anos 1980. Esse centro teve origem na mobilização dos/as moradores/as a partir da Associação de Moradores do Paranoá, muitos/as deles/as envolvidos/as nas lutas pela fixação do antigo acampamento candango.

Esta revisão bibliográfica sobre os museus no DF demonstrou um trabalho de reflexão com pontos e trajetórias inteiras ainda pouco exploradas sobre os museus no DF. O exercício de uma análise sistematizada sobre estes espaços carece de estudos, sendo habitual encontrar análises pontuais que abordam expografias e ações educativas específicas como estudos de caso. Não foram encontrados trabalhos de análises comparativas ou exploratórias entre os museus selecionados ou qualquer outro museu do DF. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para superar a especificidade dos eventos e compor um panorama mais abrangente das narrativas museológicas sobre as memórias candangas, articuladas por diferentes práticas museais que emergem dos territórios para o tratamento de legados históricos e culturais no Distrito Federal.

Como escopo documental foram consultados registros institucionais, coleções de depoimentos, periódicos impressos digitalizados e fontes videográficas.

Da documentação institucional, o dossiê de tombamento federal do Hospital Juscelino Kubitschek Oliveira (HJKO), disponibilizado pelo Iphan/DF, foi consultado a fim de compreender nos trâmites institucionais, as justificativas e instrumentos mobilizados para o reconhecimento patrimonial e a posterior musealização das edificações como Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC). Optei por acessar o dossiê de tombamento federal, pois ele foi fundamentado nos trabalhos realizados, em nível distrital, pelo Depha-DF e reúne uma variedade de registros, incluindo: material de divulgação das atividades do museu entre 1990 e 1996; matérias veiculadas na imprensa entre 1984 e 1996, que abordam desde o início do

processo de tombamento até a consolidação do museu na década de 1990; o relatório *Do HJKO ao Museu*, elaborado pela equipe do Depha-DF, que fornece informações sobre a proposta de musealização como preservação dinâmica, conforme preconizado pelo Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília); um relatório de pesquisa sobre o MVMC, solicitado pelo Iphan para a instauração do processo de tombamento do museu e anexos do processo; despachos oficiais da Fundação Pró-Memória sobre a ação popular que solicitou o tombamento do HJKO, incluindo o abaixo-assinado e depoimentos dos moradores do conjunto à época; além das plantas arquitetônicas das edificações.

Também foi consultado no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), o Relatório *Ceilândia*, produzido em 1973 pelo Departamento de Habitação Social da Secretaria de Serviço Social do Governo do Distrito Federal. Esse relatório apresenta diagnóstico das ocupações populares no DF, os princípios e estratégias de trabalho no processo de remoção da Vila do IAPI e ocupações adjacentes, a partir de 1970, e o processo de consolidação da cidade de Ceilândia com uma relação de custos da implantação do núcleo habitacional.

Integram também o corpo documental os depoimentos transcritos do Programa de História Oral do ArPDF, com entrevistas semiestruturadas realizadas pela equipe do arquivo entre 1995 e 2005. Com a iniciativa de “resgatar a historiografia candanga” (ArPDF, 2008 *apud* Derntl, 2019, p. 13), foram entrevistadas pessoas de diferentes estratos sociais, abordando sua participação na construção de Brasília e na formação das cidades-satélites. Utilizei os depoimentos referentes às cidades de Núcleo Bandeirante e Ceilândia. A cidade do Paranoá, embora existente desde 1957, não foi contemplada no projeto. Com esses depoimentos, busquei apreender informações e reflexões daqueles/as sujeitos que vivenciaram esses deslocamentos regionais e locais, bem como o desenvolvimento das cidades-satélites, permitindo-nos compreender aspectos discursivos que conformam as memórias candangas e suas articulações com os repertórios de luta por moradia no DF.

Com o objetivo de compreender os processos reflexivos e práticos dessas experimentações, realizadas por pessoas cujo interesse em ressignificar os lugares das memórias candangas na narrativa da cidade mobilizou processos de musealização locais, me propus a analisar itinerários pessoais e institucionais, bem como aspectos da comunicação museológica desses espaços.

Para explorar os significados, motivações, valores e atitudes que subsidiam o processo comunicacional que interpreta a cidade sob a perspectiva dos territórios marginais, optei por

realizar entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas na elaboração dos processos museais e/ou que frequentam esses espaços. Foram realizadas dez entrevistas de forma remota, via aplicativo de mensagem e plataformas de reunião. Embora nem todas tenham sido diretamente citadas no corpo do texto, elas foram fundamentais para a compreensão de determinados processos, sendo oito delas referenciadas em notas de rodapé. Considerando o contexto pandêmico no período de pesquisa e coleta de dados, os contatos foram realizados conforme a disponibilidade de encontros virtuais e a acessibilidade digital de cada participante. Dessa forma, tais condicionantes limitaram as entrevistas àqueles/as diretamente envolvidos/as nesses processos, restringindo a abrangência da pesquisa sobre o envolvimento das comunidades – um aspecto que deverá ser explorado em pesquisas futuras.

Essas entrevistas visaram detalhar questões que permaneceram em aberto na pesquisa documental sobre os processos museais e proporcionar uma formulação mais precisa de ideias e compreensões subjetivas sobre os museus, territorialidades e a história do Distrito Federal.

Ainda me movimentando pela trilha da História Oral, também foi de grande utilidade para a pesquisa os depoimentos de integrantes da equipe do Depha-DF, gravados por Luciana Maya Ricardo para sua tese, publicada em 2017, e gentilmente disponibilizados pela autora. Para a análise da Casa da Memória Viva da Ceilândia foram utilizadas as transcrições de entrevistas anteriores do professor Manoel Jevan, morador da Ceilândia e articulador do museu, anexadas em trabalhos de conclusão de cursos de Vinícius Pereira (2013) e Karina Inatomi (2014), material que possibilitou acessar a estruturação da narrativa preservacionista desenvolvida pelo professor a partir da CMVC.

No intuito de perceber as dinâmicas externas e os sentidos atribuídos à identidade candanga dos/as trabalhadores/as migrantes de Brasília no processo de construção da capital, bem como sua simultânea depreciação como ‘invasores/as’, que legitimou as remoções urbanas, foi feita pesquisa de apoio em três jornais de circulação nacional e local, utilizando a plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira. As pesquisas abarcaram o período entre 1956 e 2010, na *Revista Manchete*, *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, e foram orientadas pelas seguintes palavras-chaves: acampamento(s) pioneiro(s), candango(s), remoções, erradicação, invasor(es), favelas, invasões (termo mais comum em Brasília para se referir às ocupações populares), memória(s) candanga(s), vila do IAPI e vila Paranoá.

A pesquisa videográfica baseou-se em documentações fílmicas independentes, disponíveis virtualmente e relacionadas nas referências finais da tese, que, na análise da

filmografia sobre Brasília realizada por José Walter Nunes (2005), abrange documentários não oficiais produzidos por particulares, pesquisadoras/es e cineastas independentes. Esses documentários diferem da produção audiovisual oficial realizada entre 1956 e 1960, que documentou intensamente a construção da capital federal para difusão em cinejornais pelo país, gerando um ‘considerável acervo imagético’ oficial (*Ibid.*, p. 72).

Os registros independentes foram considerados nesta pesquisa por articularem ‘história, história oral, memória, cultura e imagem’ (*Ibid.*, p. 70) e por representarem esforços para superar a interpretação do processo histórico do DF do ponto de vista das elites intelectuais, políticas e econômicas; são fontes essenciais para acessar a ‘dimensão popular’ da história do DF, ao documentar depoimentos e contrapor versões dissidentes, não hegemônicas e, por vezes, silenciadas no debate público.

As imagens foram coletadas no Arquivo Público do Distrito Federal, trabalhos acadêmicos listados na bibliografia e na pesquisa de acervos independentes disponibilizados em grupos e páginas de redes sociais como *Facebook*, a listar: Memória de Brasília, Esse Paranoá é o meu lar, Pioneiros de Taguatinga, Memória Viva e Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá e Região.

Com a análise desses processos museais no DF, investiguei a lógica acionada por comunidades na experimentação do espaço e dos territórios com o objetivo de mediar sentidos alternativos à memória institucionalizada de Brasília. Essa reflexão se fundamenta na compreensão dos museus como espaços produtores e comunicadores de discursos que informam a memória social, legitimando certos repertórios de sentidos e qualificando memórias e vivências como dignas de lembrança ou de esquecimento. Inserida nesse roteiro analítico, a pesquisa proposta visa contribuir tanto para uma melhor compreensão dos processos de consolidação e atuação dos museus selecionados quanto para adentrar caminhos inexplorados dos deslocamentos e transformações nos modos de subjetivação das memórias candangas nos territórios periféricos e em suas maneiras de fazer e pensar museus no DF.

Organização dos Capítulos

Por fim, apresento os seis capítulos que compõem a tese; os três primeiros são dedicados 1) a abordagem crítica da condição multiparadigmática do campo museológico, com ênfase na

Sociomuseologia; 2) a análise de experiências sociomuseais em contextos de favelas e periferias em cidades brasileiras; e 3) a identificação dos sentidos que as memórias candangas exprimem, na construção material e simbólica de Brasília e na consolidação do DF, sob a perspectiva de territórios e comunidades ameaçadas de remoções e/ou em seu direito à cidade.

Os três capítulos finais são dedicados a cada processo museal, com análise das práticas e agenciamentos das memórias candangas, explorando conexões e especificidades que compõem um enquadramento dos processos sociomuseais no DF voltados para a salvaguarda e comunicação dessas memórias. Todos os capítulos iniciam com uma breve introdução, na qual apresento o tema, e estão subdivididos em tópicos.

No primeiro capítulo, intitulado *Políticas da Memória e Poéticas da Diferença: Sociomuseologia e Imaginações Museais no Brasil*, problematizo as ideias que permeiam o senso comum sobre os museus e as provocações estruturais geradas por experiências de gestão de memórias musealizadas em contextos que desafiam o modelo tradicional de edifício-museu, como os museus indígenas e os museus de favelas. Retomo o processo de constituição dos museus modernos e o seu papel na produção de desigualdades raciais no contexto de consolidação da razão científica moderna e, no caso brasileiro, de produção de uma identidade republicana. Percorro experiências museais desviantes no Brasil e em outros países, a partir do século XX, que foram sintomáticas de novas possibilidades de pensar os museus visando desenvolvimentos comunitários e locais e que tiveram ressonâncias no campo científico da Museologia.

Ao dialogar com a perspectiva das Museologias indisciplinadas, abarcadas pela Sociomuseologia conforme discutido por Clóvis Britto (2018), compreendo a construção contemporânea de um paradigma museológico a serviço das diferenças. Abordo o impacto dos novos movimentos sociais nessa mudança paradigmática provocada pelo exercício de distintas traduções culturais que mobilizaram os conceitos e práticas da Museologia na promoção do direito à diferença e pelo reconhecimento da multiplicidade de imaginações científicas como fundamento da práxis sociomuseológica.

O segundo capítulo intitulado *‘Memória não se remove’: remoções urbanas, territorialidades periféricas e museus no Brasil* segue o roteiro analítico do primeiro capítulo, mas voltado ao aprofundamento das relações entre as mudanças paradigmáticas no campo dos museus e a valorização dos processos locais, dos territórios e territorialidades construídas por

setores populares nos espaços urbanos. Em alusão a esta relação remeto ao lema do Museu das Remoções, ‘memória não se remove’.

Me detenho na ideia de museu integral ou integrado que preconiza a inter-relação entre territórios, comunidades e patrimônios, formulada no âmbito dos debates promovidos pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Destaco o painel do arquiteto argentino Jorge Hardoy e suas contribuições sobre as dinâmicas urbanas na América Latina. Em seguida, abordo os debates realizados no I Encontro de Ecomuseus, em 1992, que resultaram na experiência de musealização comunitária e participativa do ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, um bairro urbano na cidade do Rio de Janeiro, em 1995. Intencionei tecer referências que informam sobre as convergências entre processos museológicos e territórios urbanos, em perspectiva com o paradigma da Sociomuseologia.

Nesse capítulo também discorro sobre o processo de urbanização no Brasil e suas vinculações com os imaginários de modernidade projetados pelas elites políticas e econômicas nacionais, bem como sobre o racismo estruturante do pensamento social brasileiro e do planejamento urbano moderno que embasou a remoção de setores populares dos espaços centrais das cidades. Por outro lado, retomo a partir da bibliografia referente aos Estudos Urbanos, as análises críticas sobre as favelas e periferias para questionar os estigmas territorializados por olhares externos nesses territórios populares e vislumbrar, a partir deles, a potência imaginativa que a resistência aos processos de remoção, ocultamento e invisibilização social engendram. Este tópico subdivide-se em cinco itens que abordam os seguintes processos museológicos: Museu da Maré (RJ), Museu de Favelas (RJ), Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MG), Museu das Remoções (RJ) e o Programa Pontos de Memória (Brasil) a fim de tecer referências que contribuem para pensar os processos sociomuseais no Distrito Federal e suas relações com territórios periféricos e as memórias candangas.

O terceiro capítulo da tese adentra mais especificamente o contexto do Distrito Federal a fim de estabelecer as conexões com os temas tratados anteriormente. Intitulado *Nas dobras do herói-invasor: memórias candangas e urbanidades liminares no Distrito Federal, Brasil*, apresento o contexto político, econômico e social da transferência da capital federal para o Centro-Oeste, na década de 1960, capitaneada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse contexto é analisado em relação aos dispositivos de nacionalidade que articularam os processos de modernização nacional e integração territorial desde a década de 1930. Esses processos promoveram intenso deslocamento de trabalhadores/as empobrecidos/as

para os núcleos urbanos e frentes de obras públicas, como Brasília, o que resultou em identificações estereotipadas, como as dos ‘candangos’ ou ‘paus-de-arara’.

No caso de Brasília, a construção de uma imagem idealizada do candango, criada para incentivar a vinda de mão de obra para a construção da cidade, se chocou com a simultânea detração desses trabalhadores como ‘invasores’ quando se tratava do direito à moradia no DF. Aferi que as memórias das lutas e dos conflitos relacionados à produção do espaço urbano no DF, protagonizadas por trabalhadores/as candangos/as, são ocultadas na narrativa institucionalizada. Essas memórias, exiladas do discurso oficial e editadas por sentimentos de orgulho, ressentimento e indignação, informam territorialidades periféricas uma vez que muitas das ocupações candangas removidas da área central deram origem às cidades-satélites até meados da década de 1980.

Sigo, com base na bibliografia, os eixos estruturantes dessa memória institucionalizada que eclipsa perspectivas críticas e oculta processos autoritários e negligentes que afetaram os/as trabalhadores/as migrantes ao priorizar uma narrativa monumentalizada em torno do presidente, do período da construção e em relação ao planejamento urbanístico e arquitetônico de Brasília. É a partir desses territórios periféricos, identificados no DF pelas cidades-satélites, que novas imaginações museais promovem alternativas sobre a história do DF na perspectiva dos/as candangos/as

O quarto capítulo, *Museu Vivo da Memória Candanga: a musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas*, discorre sobre a experiência do primeiro museu dedicado aos/as trabalhadores/as candangos/as, localizado entre o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia. Como antigo acampamento candango, a iniciativa popular pela preservação das edificações do primeiro hospital do DF, o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), em meados da década de 1980, promoveu, junto a agentes públicos/as interessados/as e versados/as em perspectivas alternativas de patrimonialização e musealização, um exercício participativo e compromissado com a valorização das memórias dos/as trabalhadores/as no DF. Informado pela Nova Museologia e perspectivas críticas que atravessaram os campos da Cultura e da Educação, o MVMC, mediado pelo compromisso com as memórias populares e por práticas museais participativas, fomentou, ao menos em sua formação inicial, novas abordagens em relação à história local e as práticas de produção de discursos em sistemas de memórias musealizados.

O capítulo quinto, *Casa da Memória Viva da Ceilândia: as memórias da remoção e a identificação candanga em Ceilândia*, aborda o processo museal que se desenvolve como estratégia de preservação das memórias candangas territorializadas na cidade de Ceilândia. A cidade, originada das campanhas de remoção de ocupações populares na década de 1970, é o território de uma ação museológica mobilizada como recurso pedagógico e um instrumento de reparação aos processos de exclusão socioespaciais dos/as trabalhadores/as candangos/as e à desqualificação de seus territórios, marcados pelo estigma da invasão. Ao estimular uma crítica à narrativa e aos museus institucionalizados, a CMVC reformulou os sentidos sobre Ceilândia, sobre as memórias candangas da perspectiva do direito à moradia, e para além dos acampamentos pioneiros, bem como é uma experiência que nos informa das potências e desafios dos processos museais comunitários como processos abertos e intermitentes.

O sexto e último capítulo da tese, *Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá: a musealização das lutas pela fixação e contra o esquecimento da vila pioneira*, explora a experiência de construção comunitária e participativa promovida por moradores/as da antiga Vila Paranoá, uma ocupação candanga às margens do lago com o mesmo nome. Neste capítulo, discuto as ambivalências no processo de identificação dos/as pioneiros/as, que, devido às diversas ondas de ocupação ao longo de trinta anos, reformularam os sentidos de comunidade e, consequentemente, as memórias que sustentam esse senso de coesão. Observo que as memórias candangas, editadas pelas experiências de luta pela fixação da vila, embora reivindicuem o pioneirismo na construção da capital federal, acabaram por integrar outras memórias, especialmente as relativas à mobilização comunitária e ao direito à habitação digna.

Nesse sentido, sendo a idealização do museu mobilizada por um morador e agente desse processo histórico de organização e politização dos movimentos de moradores/as do Paranoá na década de 1980, sigo com a análise desse processo embrionário a fim de apreender expectativas e alternativas de musealização mobilizadas em ações educativas e culturais até a finalização da escrita da tese.

Para concluir esta introdução e iniciar o percurso reflexivo que orientará as interpretações propostas sobre as interações entre memórias candangas, processos sociomuseais e territorialidades periféricas no Distrito Federal, ressalto que, além dos objetivos estabelecidos, meu propósito é contribuir, a partir dos territórios do DF, com a produção científica no campo da Sociomuseologia. Este esforço visa ampliar a compreensão sobre como práticas sociomuseais são instrumentalizadas em dinâmicas sociais diversas, oferecendo novas

Karolline Pacheco Santos

Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

perspectivas que possam aprofundar o conhecimento sobre a relação entre memórias, justiça social, territórios e Museologias em diferentes contextos brasileiros.

CAPÍTULO 1

Políticas da memória e poéticas da diferença: Sociomuseologia e imaginações museais no Brasil

“Todo estudo que se pretende fazer sobre museus girará sempre entre o ser e o dever ser.” (Guarnieri, 1977, p. 60).

Uma pesquisa realizada no Brasil sobre a percepção de diferentes públicos a respeito dos museus publicada em 2019¹⁵ nos oferece indicadores que expõem os desafios dos museus e de novos processos museológicos na contemporaneidade. Características citadas pela maioria dos/as entrevistados/as, como a percepção de que os museus guardam apenas antiguidades – artefatos antigos, ossadas e quadros –, de que estão sempre abrigados em edificações históricas e de que são lugares onde se “apresenta” um conhecimento, revelam no senso comum a longa duração do olhar museológico difundido pelos museus modernos, em especial a partir do século XIX, centrados em coleções cujas classificações demarcavam as tipologias possíveis de museus – museus de História Natural, Etnográficos, Históricos ou de Belas Artes.

Para muitos/as destes/as entrevistados/as seria curioso ou até difícil conceber a existência de museus nos quais a coleção é composta por escombros recentes e ruínas a céu aberto; ou considerar um museu que não exista fisicamente, mas sim em um percurso ou espaço transitório; ou ainda, que suas peças sejam utilizadas em ritos e festividades para depois retornarem às suas coleções.

Outro ponto destacado pelos/as entrevistados/as é a percepção de que os museus são espaços elitizados; isso evidencia a baixa acessibilidade social que caracteriza as instituições museológicas tradicionais, as quais se configuram como locais voltados para especialistas e como mostruários de um conhecimento dito universal ou nacional, embora esse conhecimento se respalde no capital cultural de classes abastadas e de seus valores distintivos, passando ao largo das heranças culturais das camadas populares, que se apequenam nesse universo que não dominam. Para a imaginação museal (Chagas, 2009) que percorre o senso comum, as favelas ou territórios indígenas nunca poderiam sediar museus e estes não são lugares nos quais se imaginam que ‘favelados/as’ e indígenas protagonizem ações museológicas.

Cabe constatar que muitos museus contemporâneos têm adaptado suas programações e atividades em vista de maior inclusão dos diversos públicos, no entanto, ainda é frequente a vinculação destes lugares como estanques, separados da realidade por se deterem a um tempo passado e guardarem ‘tesouros da humanidade’ que devem ser inquestionavelmente legados à posteridade. Os museus tradicionais sacralizaram o secular ao se encastelarem como templos

¹⁵ A pesquisa qualitativa da percepção pública sobre os museus brasileiros foi realizada pela Oi Futuro em parceria com a Consumoteca, com entrevista a 36 frequentadores/as e não frequentadores/as de museus em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Porto Alegre. Participaram da etapa de análise diferentes profissionais ligados/as ao universo dos museus como Marília Bona, Janaína Melo, Padre Mauro Luís da Silva, Mário Chagas, Vanessa Alvim e Lucimara Leterier. Acedido em 13/05/2021 em <http://Oi-Futuro-e-Consumoteca-Pesquisa-Museus-2019-DOWNLOAD.pdf> (oifuturo.org.br).

da ciência moderna e “são como templos laicos que, à semelhança dos religiosos, convertem objetos da história e da arte em monumentos cerimoniais” (Canclini, 2019, p. 12).

Dispositivos modernos de divulgação científica, essas instituições foram fundamentais na instauração de um saber-poder que organizou a realidade social por meio de uma linguagem de especialidade projetada como única ou universal. Entretanto, o discurso aparentemente técnico foi forjado em um momento histórico específico, demarcado no tempo e no espaço por concepções de mundo eurocêntricas e no bojo de relações de dominação imperial/colonial. Os museus, junto às universidades, são instituições “ao mesmo tempo modernas e coloniais – modernas porque eram os pilares da própria autodefinição da modernidade; e coloniais porque se tornaram uma instituição crucial para a colonialidade do conhecimento e do ser” (Mignolo, 2018, p. 312).

Os contrassensos apresentados em relação aos museus em favelas ou territórios indígenas, que provocam o olhar convencional sobre esses espaços, constituem-se atualmente em importantes áreas de experimentações políticas e poéticas, que reinventam não apenas esses territórios, mas também a própria prática museológica e seu escopo teórico. Sigo analisando esses processos que têm tensionado noções e procedimentos da área, sob uma perspectiva de descolonização do pensamento museológico. Ao reelaborarem e ressignificarem o campo científico, esses processos constroem narrativas de resistência capazes de envolver outros corpos, territórios e saberes, afirmando-se cada vez mais como espaços de relação e transformação.

1.1 Compreendendo os museus como “agentes da utopia”: do estudo de museus à Sociomuseologia.

Para pensar esta inflexão na trajetória dos museus retomo como ponto de partida a digressão ao histórico dessas instituições como estruturas estruturantes da ordem moderna/colonial feita na introdução desta tese. Ao recuperar esses apontamentos, afiro o papel fundamental das coleções e instituições museais modernas na construção simbólica das hierarquias raciais cujos efeitos sociais na contemporaneidade o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992, p. 14) denominou de colonialidade do poder. A reprodução desse padrão colonial de poder na modernidade não é apenas um resquício do passado, mas é constitutiva das relações sociais mediadas por mecanismos eficazes de manutenção da ordem hegemônica.

Nesse processo, é mister salientar que, além da subjugação física, o processo colonial levou a frente um projeto sistêmico de encobrimento, silenciamento e subalternização ontológica e epistemológica dos/as sujeitos racializados/as.

Com os processos de emancipação na América Latina e Caribe, a aparente descolonização política não rompeu o ciclo de imposição cultural que manteve como arautos as mesmas elites brancas, porém nascidas e criadas nesses territórios. Formalmente inseridas na complexificação das relações internacionais a partir do século XIX, essas elites nunca tiveram a intenção de uma ruptura radical com as metrópoles e não prescindiram de mecanismos disciplinadores, herdados do contexto colonial, para edificar seus projetos de Estados nacionais independentes. Instrumentalizadas para a renovação da hegemonia política de certos grupos dominantes a partir da fixação de modelos teóricos, estéticos e simbólicos (Canclini, 2019, p. 161), instituições como os museus, universidades e escolas serviram ao projeto nacional moderno e foram alicerces na invenção de um passado comum a fim de constituir uma memória coletiva em torno das novas nações.

No caso brasileiro, práticas científicas em torno de coleções são identificadas desde o século XVIII em diferentes províncias a partir dos Institutos Históricos e Geográficos (Britto, Cunha & Ceravolo, 2020, p. 09), sendo que os ditos museus modernos surgiram por volta do século XIX e foram constituídos, especialmente, por coleções de História Natural – existindo também objetos considerados etnográficos e históricos –, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), o Museu Paranaense (1876), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1894) e o Museu Paulista (1895). Com a virada para o século XX e as conturbadas mudanças advindas do tardio fim do regime de trabalho escravista no país (1888) e a Proclamação da República (1889), a necessidade de criar um projeto nacional republicano que abarcasse a heterogeneidade da então população brasileira foi uma tarefa levada a cabo por distintas instituições (re)produtoras de conhecimentos como museus, institutos históricos e geográficos, faculdades de Direito e Medicina no Brasil (Schwarcz, 1993). Nos discursos de interpretação do nacional objetificados no fazer científico desses lugares a “raça permaneceu, porém, como tema central no pensamento social brasileiro” (*Ibid.*, p. 325).

O ‘problema da miscigenação’ foi uma constante nos debates acerca da construção de um projeto nacional viável em uma nação que, aos olhos do cientificismo evolucionista eurocentrado, estava fadada ao fracasso por determinações irreversíveis de ordem natural e biológica. Adaptado ao contexto e objetivos das elites intelectuais que buscavam entrar em

compasso com as demais nações ocidentais, o ideário positivista deu embasamento filosófico a um ideal de nação que prescindisse da herança cultural de povos considerados inferiores e se redimisse do infortúnio do atraso racial por meio das teorias de branqueamento e progresso científico. Esta tese foi amplamente aceita pelos fundadores da República brasileira e cultivada nos meios científicos e artísticos, como bem exemplifica o quadro do espanhol Modesto Brocos ‘A redenção de Cam’, apresentado para ilustrar um artigo sobre branqueamento racial de autoria do então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911 (*Ibid.*, p. 08).¹⁶ A fundação da nação brasileira, sob o lema positivista de “ordem e progresso”, institucionalizou o mito de origem do país a partir da chegada dos europeus ao continente como elemento ordenador e foi sustentáculo teórico fundamental para a elaboração dos museus históricos nesta primeira metade do século XX.

No entanto, como aponta Myrian S. dos Santos (2006, p. 28), havia múltiplos e diferenciados projetos de nação e, por mais que a narrativa hegemônica partisse da valoração do elemento europeu para o conjunto étnico do nacional brasileiro, as interpretações destes aspectos seguiam caminhos diversos. Se na Exposição Internacional do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, em 1922, estandes de companhias fabris projetavam as potencialidades de um país moderno e progressista, a inauguração, neste mesmo ano, do Museu Histórico Nacional (MHN), consagrava as glórias de um passado imperial e escravocrata. Idealizado pelo integralista Gustavo Barroso,¹⁷ o MHN, à revelia de grupos políticos da recente República brasileira, consolidou um espaço museológico cuja continuidade com o passado imperial era evocada por autênticos fragmentos do passado:

“No Museu Histórico Nacional, o culto à tradição implicou o culto as pessoas exemplares, capazes de personificar essa tradição. O MHN tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Corporificando a ideia de monarca esclarecido, D. Pedro II, por exemplo, era apresentado como uma dessas pessoas exemplares. O culto à pessoa exemplar, tanto no caso do imperador quanto no de outras pessoas eleitas como tal, estruturava-se por meio dos objetos a ela relacionados.” (Abreu, 1996, p. 184).

¹⁶ A obra apresenta quatro pessoas de uma mesma família na qual se pode observar a gradação de cores na representação de uma criança branca sentada no colo da mãe ‘mestiça’; ao lado se encontra o pai branco sentado à porta; a avó, uma mulher negra, está com as mãos levantadas ao céu em sinal de agradecimento.

¹⁷ O integralismo foi um movimento político no Brasil de caráter nacionalista e fascista, inicialmente representado pela Aliança Integralista Brasileira (1932-1938) fundada pelo jornalista Plínio Salgado. Gustavo Barroso integrou suas fileiras e foi um ideólogo do movimento cujas ideias partilhavam do antissemitismo também presente em movimentos nacionalistas europeus da década de 1930 como o nazismo na Alemanha.

Aspectos como o culto ao passado e as tradições das elites aristocráticas, grandes feitos militares e a fabricação de heróis eram transmitidos por meio de relíquias – muitas delas doadas por estas mesmas famílias – dispostas de forma descontínua e cuja evocação se dava por uma memória imanente dos objetos, quando na realidade eram acessíveis apenas àqueles que partilhavam os valores destes segmentos sociais. Nesta realidade objetificada nos museus e em suas práticas preservacionistas existem relações significativas que, quando lançamos luzes a fim de desvelar suas lógicas internas, nos informam sobre um mundo social concebido como vontade e representação (Wacquant, 2013, p. 106). Vontade de se fazer moderno diante do concerto internacional das nações, evidenciando suas ligações com estas mesmas potências europeias e bastiões do modelo civilizatório almejado, e representação, como elites progressistas a despeito de suas vinculações com as mais arcaicas estruturas econômicas do Brasil colonial.

Nesse mercado de bens simbólicos, negociado entre o Estado e as elites, conformou-se uma narrativa histórica republicana que reverberou – reverbera – nas narrativas museológicas nacionais alguns tópicos, como a sobrevalorização das tradições europeias, a romantização dos povos originários e a subalternização da história afro-brasileira à representação única de sujeitos escravizados/as. Nessa ritualização mediada por bens simbólicos em uma negociação desigual de sentidos, impõe-se uma ordem de compreensão que organiza também as diferenças, “os que entram e os que ficam de fora; os que são capazes de entender a cerimônia e os que não podem chegar a atuar significativamente” (Canclini, 2019, p. 47).

Desse modo, o “poder estabelecido pelos museus ao legitimar sentidos aos objetos apresentados nas exposições museológicas” acaba por “validar a participação dos sujeitos imbricados nas teias de relações estabelecidas na dinâmica desse processo, designando a ocupação de lugares que condicionam o seu papel na sociedade” (Silva, 2015, p. 72). Mais que uma disposição desinteressada de objetos ‘naturalmente’ valiosos, a evocação que se faz por meio desta linguagem das coisas é a materialização de um processo comunicativo que visa mediar ideias e valores sobre a nação intencionalmente, “o patrimônio deve ser entendido como uma forma da reorganização racional dos recursos para a nova coletividade, ao contrário dos usos que esta ou aquela herança poderia ter imposto, anteriormente, a determinada comunidade” (Poulot, 2009, p. 99).

A necessidade de criar uma identidade compartilhada, nesse primeiro momento, foi mais orientada por uma aproximação com as nações ocidentais, destacando os ‘avanços

civilizatórios’ impostos desde a invasão europeia, do que pela diferenciação e demarcação das singularidades nacionais. Essas características dos processos identitários, que começaram a ser pensados no contexto do modernismo cultural a partir da década de 1920, foram aprofundadas com as políticas culturais no Brasil na década de 1930.

Neste modelo de museu memória,¹⁸ “o critério de verdade estava fora de uma cadência temporal e fundava-se na aceitação de que um valor comum autorizava a seleção das fontes escolhidas” (Santos, 2006, p. 47). Com a “pedagogia do dedo em riste” no qual “a nação era alguma coisa dada e acabada, a que restava apenas amar, preservar e defender” (Chagas, 2009, p. 114), Gustavo Barroso se empenhou em projetar um museu de caráter instrutivista em relação aos valores e vínculos históricos pinçados do universo cultural das elites econômicas e alçados a valores nacionais, no qual a comunicação museológica pode ser descrita no que Paulo Freire denunciou como educação bancária:

“Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como ‘corpos conscientes’. A consciência como se fosse alguma seção ‘dentro’ dos homens, mecanicistamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá ‘enchendo’ de realidade. Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. Como se os homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles que tivesse por distração ‘enchê-los’ de pedaços seus.” (Freire, 1987, p. 40).

A percepção de uma “consciência continente” por parte desta comunicação instrutivista é tributária da própria desqualificação de determinados segmentos sociais como “sujeitos cognoscentes” e ativos/as, ao relegar o processo de aprendizagem inerente a comunicação museológica a uma série de enunciados, cujo principal objetivo era transmitir informações para a formação de uma consciência patriótica e conformada.

A despeito do signo de ruptura que poderia representar a proclamação da República, o MHN significou uma ponte com um passado imperial e a manutenção dos privilégios de classe representados na predileção de objetos que dessem corpo à sua imaginação de um país feito majoritariamente por homens públicos, os quais as árvores genealógicas se enraizavam em

¹⁸ Em referência aos arquétipos de “museu memória” e “museu narrativa” desenvolvidos por Myrian Sepúlveda dos Santos (2006, p. 128-129) tendo como referência as exposições museológicas do Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial, ambos no estado do RJ. Ela descreve o museu memória como aquele submetido ao culto ao passado no qual a memória está nos objetos e o museu narrativa, que submete os objetos a suportes de uma narrativa historiográfica linear.

‘glebas portuguesas’ e grandes heróis militares que de armas em punho civilizavam o sertão brasileiro; não importava se das portas do museu para fora a paisagem social do Rio de Janeiro fosse completamente diferente. Como objetos semióforos, estabeleciam pontes entre o visível material e o invisível simbólico, o que reforçava os laços entre a nação e as oligarquias pelo culto da saudade, excluindo-se dessa síntese os elementos populares que, apesar de não ter ficado à parte do projeto barrosiano,¹⁹ estavam destinados a outros espaços, como os museus ‘ergológicos’ ou ‘folclóricos’, aparte do panteão de heróis e valores que, de fato, davam corpo ao projeto de nação moderna.

Em um território multicultural como a nação brasileira, resultado de um processo marcado pela diferença colonial e por estruturas extremamente desiguais de apropriação do trabalho e distribuição das riquezas, essa estratégia de fabricação de uma identidade nacional republicana partiu da completa negação de que outros grupos pudessem ser portadores de civilidade. O educador Paulo Freire (1987, p. 37) definiu isso como a “absolutização da ignorância”, que se refere à negação do *outro* – educando/a, oprimido/a, marginalizado/a – como sujeito produtor de conhecimento; logo, o/a sujeito de enunciação legítimo/a provinha das elites em uma relação hierarquizada na qual ao povo, essa massa amorfa de corpos marginalizados, restava apenas assimilar e reverenciar os símbolos nacionais eleitos.

Faço esta digressão a respeito do MHN e a imaginação museal barrosiana, pois está se consolidou, até a segunda metade do século XX, como o modelo brasileiro desse roteiro museológico mais amplo que celebra a nação e concebe o trabalho nessas instituições como uma atividade essencialmente técnica. Essa visão, por sua vez, teve bastante repercussão pelo fato de o Curso de Museus oferecido no MHN²⁰ ter formado gerações de profissionais qualificados/as em um saber “detalhista, minucioso e enciclopédico” (Chagas, 2009, p. 126) e em uma proposta de comunicação museológica que “ressuscitasse o passado”, sem se questionar a quem está evocação específica do passado servia.

¹⁹ “A proposta do Museu Ergológico Brasileiro não chegou a ser colocada em prática, mas contribuiu para o entendimento do lugar que Barroso destinava à “cultura popular” no quadro museal de representação da nação (ABREU, 1990a). Esse lugar não poderia ser, na perspectiva barrosiana, o Museu Histórico Nacional e muito menos o Museu Nacional de Belas Artes, uma vez que esses dois estariam reservados para os heróis e artistas consagrados (CHAUI, 1983: 98; 1989: 30)” (Chagas, 2009, p. 103).

²⁰ Considerado o primeiro curso direcionado a trabalhadores/as de museus, criado em 1932, formou gerações de profissionais que atuaram em outras instituições pelo Brasil e originou o curso de Museologia sediado atualmente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Cabe destacar que não é o primeiro curso de Museologia do Brasil, sendo o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, criado em 1969, o primeiro a executar um plano de estudo em conformidade com as diretrizes do ICOM (Rocha, 2020, p. 63).

Ao tomar em consideração a estrutura do curso dividido em três partes – Geral, Básica e Especializada – como competências gerais a serem desenvolvidas na formação dos/as conservadores/as de museus, estavam indicadas as capacidades de “organização, arrumação, catalogação e restauração”, todas atividades vinculadas ao acervo e suas necessidades. Este fato corrobora a excessiva atenção dispensada ao tratamento e ao cuidado dos objetos museológicos como portadores de sentidos por si só e nenhuma alusão a competências comunicativas e pedagógicas²¹ – “o seu alvo eram as relíquias do passado, os acontecimentos e episódios revestidos de dramaturgia singular e não, a compreensão da sociedade contemporânea e menos ainda o entendimento do lugar social dos museus” (Chagas, 2009, p. 126). De todo modo, não se pode afirmar que o MHN não reconhecesse sua dimensão educativa; no entanto, essa dimensão era percebida como um processo óbvio, mediado pelo culto aos objetos autênticos e únicos. Essas características demandavam técnicas de conservação para a manutenção e valorização da informação objetivada em coleções e patrimônios públicos, que se naturalizavam e transitavam como recursos simbólicos para a consolidação do prestígio social entre as elites na nova República.

A ênfase a esta dimensão educativa do museu não é feita ao acaso. Assim como os museus do século XIX serviram fundamentalmente à expansão da instrução pública, a virada para o século XX foi marcada pelo aprofundamento de concepções pedagógicas inovadoras que tiveram forte impacto no campo das Museologias. É importante salientar as transformações conceituais e práticas provocadas pela intersecção dos campos museológico e educativo no contexto dos projetos de democratização cultural e modernização econômica. Nesse sentido, os debates que vinham sendo realizados desde meados do século XIX foram traduzidos em concepções pedagógicas e em processos de ensino-aprendizagem, compreendidos de forma crítica, ora como mecanismos de controle social, ora como processos emancipadores.

Perspectivas pedagógicas liberais do começo do século XX conhecidas como ‘educação nova’ ou ‘escola ativa’ – e que no Brasil deram origem ao movimento da Escola Nova, de forte influência na educação pública e nos museus (Lopes, 1991, p. 444) – concentraram os esforços no desenvolvimento individual por meio de experimentações e estímulos, tornando o processo de ensino-aprendizagem um movimento ativo de construção do conhecimento por parte do/a educando/a. No contexto da Sociologia Moderna, das Psicologias do Desenvolvimento e do

²¹ Esta estrutura predominou no Curso de museus do MHN até a reforma curricular de 1944, quando a ementa da parte geral passou a apontar a necessidade de estudo das “finalidades sociais e educativas dos museus”.

Interacionismo, o meio circundante sociocultural toma proeminência e o elemento subjetivo é inserido nas análises, concebendo os processos educativos como processos relacionais entre indivíduos e ambiente. Perspectivas empiristas, como a do pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), destacavam a experimentação como caminho para a construção de um conhecimento crítico; aspectos como a visualidade e a experimentação transformaram os museus em espaços potenciais e estimulantes para o processo educativo:

“Nesse contexto educacional, os educadores recuperaram os potenciais dos velhos museus, e colocaram-nos na ordem do dia. Assim, a geração de educadores sob a influência de Anísio Teixeira introduziu as ideias do uso educacional dos museus. Roquette Pinto vanguardou, durante sua gestão à frente do Museu Nacional (1932-1935), na criação de sua Divisão de Educação, acompanhada de serviços de assistência ao ensino.” (Lopes, 1991, p. 444).

Apesar dessas concepções iniciais terem levado a uma relação hierarquizada entre educação formal e instituições museológicas, caracterizando a escolarização dos museus, processo compreendido como o completo alinhamento da comunicação museológica aos currículos formais de ensino (*Ibid.*, p. 443), esse encontro propiciou as condições para despertar a atenção dos/as profissionais de museus para a importância da comunicação e da articulação entre educação, museus e sociedade. Por mais que estes movimentos de educação popular preconizassem mudanças pedagógicas sem alterações profundas de currículos que permaneciam assentados em sistemas de conhecimentos universalistas e hegemônicos, essas experimentações no campo da Educação, que envolveram outros campos de conhecimentos, iniciaram importantes debates sobre a comunicação museológica e a função social dos museus. O Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958, foi emblemático dessa convergência:

“[...] devemos reconhecer que ele foi fundamental para a época na qual foi produzido por ir ao encontro dos anseios de muitos profissionais da museologia, insatisfeitos com os limites que a museologia tradicional lhes impunha. O Seminário foi importante na medida que levantou problemas que posteriormente levariam a transformação do museu em agente de desenvolvimento.” (Primo, 1999, p. 18).

A fim de elucidar esta convergência de ideias que impactaram o campo das Museologias, destaca-se o fato de que a perspectiva de uso educacional dos museus agenciada pela emergência de um campo problemático de demandas dos projetos de modernização, em especial na América Latina, permitiu um olhar amplo sobre o papel dessas instituições e a

reformulação do aparato teórico e interpretativo de suas funções. Entende-se esse processo não como uma ‘evolução’ do conhecimento ou um movimento que inevitavelmente chegaria a este ponto em uma racionalidade crescente, mas como a adequação e criação de metodologias de trabalho e construtos teóricos por parte de diferentes agentes sensibilizados/as em responder demandas historicamente colocadas.

A renovação do campo museológico, convencionalmente chamada de ‘Nova Museologia’, que se aprofundou a partir da década de 1970 com experiências inovadoras em distintos países, foi resultado de um longo caminho que criou e reformulou práticas e conceitos ligados até então aos ‘estudos de museus’. Essa renovação direcionou a reflexão crítica sobre o papel dos museus nas sociedades contemporâneas e do próprio campo das Museologias. Essa perspectiva historicista é fundamental para efetuar um olhar processual, dissipando a ideia de que rupturas ou transformações ocorrem como atos únicos, racionais ou excepcionais, quando se constituem em fenômenos complexos, os quais manifestam as dificuldades de as categorias perceptivas de um paradigma em vigor responder a ordem de questões levantadas em cada época histórica e segundo contextos específicos (Kuhn, 1998, p. 151). Como nos orienta Jô Gondar (2005, p. 13), “um conceito é uma tentativa de responder a um feixe de problemas que se construiu, de maneira contingente, em um determinado momento”; desse modo, ele “não surge do aprimoramento das ideias, mas da emergência de um campo problemático que exige novas categorias de pensamento que lhe façam face”.

Quando a educação popular foi compreendida, a princípio, como mecanismo para a consolidação de um aparato simbólico expressivo de valores que sustentassem identidades nacionais e pela necessidade surgida com os projetos de modernização, os museus puderam ser confrontados sob outros enfoques. Acrescenta-se a isso que, desde o começo do século XX, estava se conformando um ambiente de contribuições científicas decisivas para novas abordagens práticas e teóricas, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, que, no embalo das revoluções contraculturais das décadas seguintes levaram à explosão de um campo de conhecimentos críticos e de tentativas de diálogos interculturais.

Na continuidade deste raciocínio e na riqueza de exemplos que marcam a emergência de respostas criativas performatizadas em novas imaginações museais que buscavam responder a projetos específicos ao longo do século XX, é mister considerar, no contexto brasileiro, as experiências da psiquiatra Nise da Silveira no Museu de Imagens do Inconsciente (1952) como um museu que colocou no centro da narrativa “a potência de vida, a potência poética e política

dos loucos, dos esquizofrênicos, dos doentes mentais, dos hóspedes do hospital psiquiátrico” (Chagas, Primo, Storino, & Assunção, 2018, p. 77); o Museu do Índio (1953), concebido pelo antropólogo Darcy Ribeiro e que “foi um dos primeiros museus brasileiros a abraçar explicitamente uma causa qual seja, a luta contra o preconceito em relação aos povos indígenas” (*Ibid.*, p. 78); e o Museu de Arte Negra, pensado pelo intelectual Abdias do Nascimento, resultado de um provocador concurso de artes plásticas realizado em 1955.

No âmbito internacional, em 1965, no auge do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o pastor John Kinard ocupou um antigo prédio na região de Anacostia, Washington D.C, para criar um museu de vizinhança. Considerado por Varine (2020, p. 24) como “o primeiro realmente comunitário no mundo”, o museu de Anacostia promoveu exposições que não eram pautadas em um acervo de objetos museológicos, mas no acervo de problemas sanitários e sociais daquela comunidade estadunidense, como a célebre exposição do rato ou sobre a vida nas prisões (Varine, 2020, p. 24).²²

No México, a museografia inovadora do Museu Nacional de Antropologia e História (1964) teve à frente Mário Vázquez Ruvalcaba, que elaborou uma comunicação museológica acessível a letrados/as e analfabetos/as; o museógrafo mexicano também reverberou uma forte crítica no âmbito de discussões do ICOM²³ e seguiu uma trajetória de importantes contribuições para pensar o papel social dos museus em sociedades pautadas por profundas desigualdades, quando, por exemplo, propôs uma maior integração dos museus com as periferias mexicanas extrapolando os jardins de *Chapultepec* por meio do projeto museológico experimental ‘*Casa del Museo*’ (1972-1980). Esse projeto foi coordenado por Miriam Arroyo, profissional cuja contribuição para o campo museológico de perspectiva social é igualmente fundamental, sendo também responsável pela criação do Programa Nacional de Museus Comunitários no México e uma das fundadoras do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM).

Em 1959, em Niamey, se conformou o Museu Nacional do Níger Boubou Hama, destinado a construir a complexa ideia de unidade para um país recém-formado por numerosas

²² Estas experiências chegaram ao conhecimento e circularam de forma acessível entre estudantes brasileiros/as de Museologia através da publicação *Grandes Temas da Biblioteca Salvat*, em 1979, intitulada “Os museus no mundo”.

²³ Segundo Hugues de Varine: “*En Grenoble, el último y principal momento de la conferencia, se escucharon otras intervenciones políticas, entre las cuales las más fuertes y eficaces fueron, sin duda, las de Mario Vazquez, por México, y Stanislas Spero Adotevi, ex ministro do Dahomey (actual Benín). El objetivo logró y la conferencia fue un punto de inflexión en la orientación del ICOM, principalmente con la inserción de la palabra 'desarrollo' en la definición del museo*” (Varine, 2020, p. 62).

comunidades, com idiomas e costumes distintos. Até este ponto, nada diferente da missão impossível de todos os ditos museus nacionais, no entanto, este surgiu sem coleções, colocando como desafio a conformação de um espaço de interpretação do nacional, que, dinamizado por um arqueólogo catalão, chamado Pablo Touce, se formou por ‘módulos de cultura viva’. Nesses módulos, famílias assentadas no território destinado ao museu se tornaram responsáveis pela manutenção e comunicação de suas culturas. Sem coleção e sem edifício também foi a origem do ecomuseu de *Le Creusot-Montceau* (1971), uma experiência inovadora de gestão participativa do patrimônio sociocultural de uma comunidade no interior da França para o desenvolvimento do território que se alastrou como modelo de experimentação museológica em outros países europeus, como os ecomuseus em Portugal e, especialmente, no Canadá.

Essas e outras reinvenções museológicas ocorreram simultaneamente, mas não necessariamente em contato, com reflexões no âmbito de organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Este surgiu em 1946, com a “missão de cooperar para a manutenção da paz no período pós-guerra, conclamando os museus a assumirem também um papel nesse processo”. No âmbito deste organismo, Luciana Menezes de Carvalho (2017) informa que:

“Vinculado à Unesco desde 1947, o ICOM é um espaço de produção, acumulação e difusão de conhecimento referente ao âmbito dos museus, formando um ambiente propício à geração de informações especializadas sobre a área. É a partir das discussões e publicações realizadas e organizadas pelo Conselho que se constrói um ambiente de produção de conhecimentos e de conceitos sobre museus e sobre Museologia [...] A reunião inaugural do ICOM focou sua atenção numa prioridade especial: o estatuto e a evolução da profissão específica de museus, incluindo sua formação. Esse tem sido um tema recorrente durante toda a história do ICOM.” (*Ibid.*, p. 45).

Ao longo do tempo, os diálogos incentivados a partir do ICOM sobre o rol específico dos museus fomentaram amplos debates sobre a formação de profissionais e o enquadramento científico necessário para atuação de museólogos/as. Já na segunda metade do século XX, como outras áreas disciplinares, a Museologia foi afetada por novos temas, entre eles as problemáticas desenvolvimentistas e as mudanças socioculturais características da década de 1960, com a emergência de debates críticos assentados no questionamento da ordem bilateral, da inserção de agendas ecológicas e da denúncia de movimentos sociais das exclusões pautadas em marcadores sociais de diferença. Este novo horizonte de problemas e questionamentos colocou em suspeição os objetos e sentidos consagrados do fazer científico de diferentes áreas

e, no caso do campo museológico, deixou de ser óbvio que o objeto de atenção da Museologia era apenas os museus.

Para refletir brevemente sobre este esforço de conceituação no âmbito do ICOM, recorro à teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu (1983; 1989) e, mais especificamente, do campo científico. A perspectiva de uma Sociologia reflexiva apresenta uma grelha teórica que abarca a dinamicidade que rege as disputas e os consensos em um espaço social, como o campo museológico, em que agentes atuam conforme suas capacidades de negociação balizadas pelo capital simbólico acumulado e em conformidade com o quadro limitado de suas experiências sociais. Como um "microcosmo social", as relações de forças atuantes em cada campo estão distribuídas de forma desigual, a depender do capital simbólico que cada agente dispõe. No campo das Museologias do pós-guerra, o perfil de profissionais que compunham as mesas redondas de debates regionais – Nova York, 1952; Atenas, 1954; Rio de Janeiro, 1958; Tóquio, 1960; Cidade do México, 1962; Jos, 1964; Nova Déli, 1966 – nos dão pistas sobre as vozes que predominaram nestes primeiros momentos:

“Foram organizadas, dirigidas e animadas exclusivamente por experts ‘ocidentais’ que ensinavam uma museologia, uma museografia, regras de conservação e de educação copiadas de práticas dos grandes museus artísticos e científicos da Europa e da América do Norte.” (Varine, 2020, p. 27).²⁴

Nos anos seguintes à fundação do ICOM, o entendimento era que a Museologia ainda era um trabalho essencialmente prático em museus, de técnicas vinculadas exclusivamente ao acervo e, de forma adjacente, às possibilidades expositivas e sentidos educativos. O peso simbólico de membros/as do conselho majoritariamente formado por “conservadores ou curadores, principalmente europeus” (*Ibid.*, p. 36), foi fundamental para a definição das especificidades dos/as museólogos/as a partir dos seus domínios de técnicas de preservação, sendo que o que estava em jogo era:

“[...] o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.” (Bourdieu, 1983, p. 66).

²⁴ No original: “[...] fueron organizadas, dirigidas y animadas exclusivamente por expertos ‘occidentales’ que enseñaban una museología, una museografía, reglas de conservación y de educación copiadas de las prácticas de los grandes museos artísticos y científicos de Europa y América del Norte.” (Varine, 2020, p. 27).

Esta pretensão especificamente técnica da Museologia europeia mobilizada pelo prestígio e o espaço simbólico de conservadores/as e curadores/as – na acepção europeia do termo – velava sob o discurso suspeito da objetividade técnica, convicções científicas ocidentais em torno de conceitos essencialistas como os museus e as coleções. Essa naturalização de categorias e conceitos conformaram o *illusio* deste microcosmo museológico, no qual determinações histórico-culturais sobre museus e suas atividades específicas se projetavam como dados evidentes da realidade.

Essa resistência estava profundamente assentada no próprio perfil do campo de circulação de ideias em torno do ICOM, no qual pessoas e instituições mantinham a autoridade científica de balizar os limites do diálogo sobre o objeto de conhecimento da Museologia naquele momento. Essa resistência que anseia por legitimar o desinteresse do campo científico a partir de uma caracterização puramente técnica foi concebida por Pierre Bourdieu (1983, p. 89) como uma armadilha constitutiva da própria competência na construção do campo científico. Ao desconstruir a visão de espontaneidade ou de coisa lógica a se fazer, inquestionável, é possível desvelar nesses discursos neutros agendas ocultas que colocam problemas passíveis de serem analisados e reconhecidos como importantes e que atribuem certo “lucro simbólico” para aqueles/as que se dispõem a pensar sobre estes moldes autorizados.

Sendo assim, e de forma contínua, “esse ato de reflexividade contribui para considerar que a prática museológica, ao mesmo tempo, é orientada e orienta contornos” (Britto, 2019, p. 67), mesmo quando se projeta como uma atividade pautada pela técnica de manuais. Desse modo, esta “ficção social que nada tem de socialmente fictícia, modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica” (Bourdieu, 1983, p. 89). Há de se considerar nestes embates que estas disputas de significados no campo das Museologias são provenientes da própria polissemia da noção de memória social que envolve e excede o campo museológico, vindo a permear o mundo social em sua totalidade,

“[...] mais precisamente as categorias que o tornam possível, são o que está em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.” (Bourdieu, 1989, p. 148).

Em 1971, a IX Conferência Geral do ICOM, realizada na cidade francesa de Grenoble, representou uma importante mudança nos termos em que o debate se estabelecia. De acordo com Fernanda de Camargo Moro, historiadora e museóloga brasileira com atuação pioneira no

ICOM, referenciada por Luciana Carvalho (2017, p. 47), esse evento, cujo tema era ‘O museu a serviço do homem, hoje e amanhã’, ampliou a participação de profissionais de museus provenientes de outras partes do mundo, além de ter sido aberta a qualquer profissional, e não apenas ligados/as à direção de museus, como havia sido a prática anterior. Ao diversificar sujeitos envolvidos/as neste processo, outras problemáticas puderam ser pautadas na agenda de debates, alterando os critérios de reflexão do papel dos museus, sendo que a “a conferência foi um ponto de inflexão na orientação do ICOM, principalmente com a inserção da palavra ‘desenvolvimento’ na definição oficial de museus” (Varine, 2020, p. 62).²⁵

A diversificação de vozes e lugares provocou reflexões conceituais que só poderiam ocorrer em função de novos problemas. No ano seguinte, realizou-se outro encontro, desta vez em Santiago do Chile, que rompeu com a tradicional participação de profissionais de museus de países do Norte global, ao conformar uma agenda de debates protagonizada por profissionais latino-americanos/as que debateram os museus atravessados por temas caros à realidade local, como a educação, o meio ambiente, a agricultura e a urbanização.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) consagrou-se como marco fundacional do que ficou convencionalmente conhecido como ‘Nova Museologia’. Sem correr o risco de pensar o processo por uma perspectiva etapista, é importante ressaltar que não houve uma completa suplantação de um outro modelo de Museologia que estaria *a priori* superado, mas “se evidencia a convivência da perspectiva tida como ‘tradicional’ com novas abordagens epistemológicas, oriundas de múltiplas propostas éticas, políticas e metodológicas” (Britto, 2019, p. 87). Nos *Princípios de Base do Museu Integral*, documento redigido no contexto do encontro, além de afirmar o compromisso dos museus ao colocar seus serviços em função das sociedades para a formação da consciência das comunidades e de seu desenvolvimento –

²⁵ No original: “[...] conferencia fue un punto de inflexión en la orientación del ICOM, principalmente con la inserción de la palabra ‘desarrollo’ en la definición oficial del museo” (Varine, 2020, p. 62). Creio ser necessário registrar a observação feita por Walter Mignolo na *Charla Museos y (De)colonialidad*, promovida de forma remota pelo contexto de pandemia da Covid-19 pelo Comitê Educação e Ação Cultural América Latina e Caribe (CECA-LAC), em dezembro de 2020, na qual o intelectual argentino chama atenção para o uso da palavra “desenvolvimento” priorizada nos argumentos em torno da Nova Museologia, que, apesar de resistir e construir uma importante crítica à Museologia dita normativa e à sua função social, não rompe com a lógica das colonialidades ao reiterar uma perspectiva evolutiva, portanto universal, do processo histórico que foi fundamental para a estigmatização, apagamento e silenciamento das heranças culturais de diversos povos colonizados. Gleyce Kelly Heitor (2021, p. 37) também desenvolve seu argumento a partir de autores/as críticos/as da ideologia de desenvolvimento ao refletir sobre como imperativos da Nova Museologia como participação, colaboração e agenciamento comunitário podem ser estratégias de acomodação do discurso museológico, sem prever alterações profundas em suas lógicas capitalistas/neoliberais. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=2-RWgcVDBXI&t=1804s>. Acedido em 15/05/2021 às 20:06.

ampliando para fora do edifício museu o campo de atuação dos/as profissionais –, afirmava-se de forma categórica que a “transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem” (Santiago, 1972) e, para isso, a necessidade de dialogar com outras áreas em busca de contribuições teóricas e ferramentas metodológicas. Este ponto destacava a necessidade permanente de refletir sobre práticas e a adequação de categorias e conceitos nos quais profissionais de museus baseiam suas atividades e intervêm nesta realidade:

“O surgimento de novas práticas museológicas que alargaram o significado e a função dos museus impactou a produção teórica gerando um paradigma emergente inaugurado, de certa forma, com um conjunto de experiências que se convencionou genericamente designar de Nova Museologia. Por sua vez, a configuração de itinerários teóricos, explicitando conceitos como, por exemplo, ‘museus de território’, ‘ecomuseus’, ‘museus comunitários’, ‘museus de percurso’ e, mais recentemente, ‘museus virtuais’, contribui para a criação de novos objetos museológicos a partir das mais diversas experiências em permanente reinvenção.” (Britto, 2019, p. 87).

A tranquila convicção de que o objeto de estudo da Museologia eram os museus, foi colocada à prova com estas experiências heterodoxas que não estavam mais encerradas em edifícios monumentais e nem sempre mobilizavam acervos materiais para comunicar e estabelecer relações com o público. Por sua vez, o público também não era apenas visto como meros/as consumidores/as das informações expostas e passou a atuar também como agente na identificação e comunicação de seu patrimônio. Deste modo, a valorização de outros elementos na relação entre museus e coleções – a dizer, o público – e o surgimento de novas tipologias de museus centradas no elemento subjetivo desta triangulação, sugeriam a incapacidade do paradigma tradicional da Museologia de responder a estas problemáticas, “sendo necessário, portanto, recorrer a uma museologia extraordinária, o que, em última análise, significa buscar construir novos paradigmas” (Chagas, 1994, p. 18):

“Construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum [museu é objeto da museologia], quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate de lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros.” (Bourdieu, 1989, p. 34).

A percepção que o campo de estudos das Museologias não se restringia a instituição museu ou aos objetos por seu valor distintivo (musealia/musealidade), mas, sim, às sociedades

e aos processos que viabilizam essa atribuição de valores se consolidou no debate científico de final dos anos 1970, no âmbito do ICOM, por meio do Comitê Internacional de Museologia (Icofom). Este comitê foi fundado, em 1977, pelo tcheco Jan Jelínek e contou com pensadores/as como Zbyněk Stránský, Waldisa Rússio C. Guarnieri e Anna Gregorová, que contribuíram para a constituição de uma metamuseologia contemporânea assentada no conceito de musealização. Este conceito é hoje amplamente compreendido como o objeto de estudo da Museologia e designa um processo social criador da qualidade de musealidade que instaura uma relação específica do indivíduo com a realidade (Gregorová, 1980; Stránský, 1987 *apud* Desvallées & Mairesse, 2013, p. 55), na qual a instituição museu é um meio, entre outros possíveis, onde se dá esta relação. Ao ser compreendida como uma prática social ancorada em procedimentos específicos para o tratamento e comunicação de heranças culturais, esse exercício de “deslocamento reflexivo, de um instrumento para a sua finalidade, ou de um produto para o processo ou a passagem, é o principal traço que nos permite defender atualmente a Museologia como uma disciplina, ou ‘ciência’, social e humana” (Brulon, 2018, p. 191).

Ao longo da década de 1980, emergiu no cenário museológico internacional uma tendência de pensamento que, se afastando do senso comum ou de concepções funcionalistas e fenomenológicas do objeto científico da Museologia²⁶, consolidaram uma intensa produção científica que compreende a Museologia como um campo interrelacional de ação, sempre balizado por três elementos: o *homem*/público/comunidades em um determinado cenário/museu/território qualificando objetos/bens culturais/patrimônios por meio de uma cadeia de operações de salvaguarda e comunicação (Bruno, 2015, p. 04). Este ternário matricial da Museologia (Chagas, 1994, p. 22) se conformou como um paradigma que, a depender da ênfase que é dada a cada um destes elementos pelas práticas museológicas, tornou possível não só compreender a trajetória das Museologias até aquele momento, como também formular respostas criativas às demandas colocadas pelo presente.

Diminuindo a escala do nosso olhar e retomando ao ano de 1977 – ano de criação do Icofom – no Brasil, a museóloga Waldissa Rússio Camargo Guarnieri defendia sua dissertação

²⁶ Há diferentes abordagens teóricas a respeito das classificações de tendências de pensamento das Museologias que as definem em torno de quatro vertentes: de acordo com Peter Van Mesch, elas poderiam ser definidas por 1) aquelas que se concentram no estudo das finalidades e organização dos museus, 2) do estudo e implementação de atividades de preservação, 3) a museologia como estudos dos objetos museológicos ou da musealidade e 4) como estudos de uma relação específico dos seres humanos com a sua realidade ou musealização/fato museal. Já Mário Chagas divide estas mesmas características em 1) positivista, 2) funcionalista, 3) fenomenológica e 4) sociológica. (Britto, 2019, p. 75).

de mestrado intitulada *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento* na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP). Este estudo é considerado o primeiro trabalho acadêmico sobre Museologia do país (Bruno, Fonseca & Neves, 2010, p. 164; Sarraf, 2018, p. 305) e foi ponto de partida para a criação do curso de Especialização em Museologia, em 1978, na mesma instituição de ensino, curso no qual Waldisa Rússio também foi coordenadora e docente, formando uma geração de museólogos/as com forte atuação no cenário brasileiro atualmente.

A trajetória da museóloga paulista é um percurso que recorre para traçar esse panorama institucional do cenário museológico internacional e nacional de meados do século XX. Ao final deste século, o campo das Museologias estava profundamente impactado por iniciativas experimentais e um crescente ambiente de discussões teóricas que visavam o consenso em torno das competências e habilidades necessárias para a formação de profissionais de museus. Este tema afetava particularmente Waldisa Rússio C. Guarnieri (1935-1990), que, como funcionária pública estadual, advogou fortemente pela profissionalização dos/as trabalhadores/as ao lidar com os meandros da administração pública, liderando mudanças administrativas estruturais, coordenando grupos de trabalho e a implantação de programas culturais no estado de São Paulo. Foi a partir dessa função pública que ela se aproximou da problemática dos museus, ao realizar o diagnóstico dos espaços museológicos do estado e no trabalho direto com essas instituições como responsável pela estruturação e implantação do museu da Casa Brasileira, assumindo a sua direção entre 1970 e 1975 (Bruno *et al.*, 2010, p. 161).²⁷ A partir desse espaço, Waldisa Rússio deu início a uma intensa produção intelectual sobre museus e Museologia em um caminho que marcou a aproximação com este ‘multiverso’ museológico e os compromissos públicos com a elaboração de princípios teóricos e metodológicos pautados em abordagens sociopolíticas e culturais (*Ibid.*, p. 161).

Em sua dissertação, sintetizou esta experiência como funcionária pública em uma elaboração teórica que não só dialogava diretamente com os debates que ocorriam no cenário museológico internacional (Duarte Cândido, 2021, p. 208; Gouveia, 2018b, p. 36) como também projetava um olhar crítico e propositivo para a realidade nacional. Em um exercício

²⁷ Waldisa Rússio foi responsável também pela organização do Conselho Estadual de Cultura (1968), pela reformulação técnico-administrativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo e pela planificação jurídica e administrativa do Museu de Arte Sacra (1969). Exerceu a função de assistente técnica para museus na Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado, viabilizando o projeto de pesquisa sobre os museus do Estado de São Paulo (1976-1977) e o projeto museológico da Casa Guilherme de Almeida.

diagnóstico sobre a hipótese de um passado museológico brasileiro, Waldisa remontou a história geral e nacional dos museus e evidenciou nestas instituições uma projeção colonial do poder no Brasil contemporâneo, expressa, por exemplo, na ocupação de cargos públicos por membros/as das “decadentes aristocracias rurais”, destacando os “remanescentes ‘coloniais’ nos chamados ‘feudos culturais’” (Guarnieri, 1977, p. 128).

Ao advogar pela profissionalização de museólogos/as, Waldisa enfrentava a ‘elitização’ dos museus, tanto no acesso aos cargos diretivos, como em defesa da democratização desses espaços que, sob a orientação muitas vezes autocrática de membros/as de um “estrato social privilegiado [...] resistem à participação de estratos sociais mais baixos nos órgãos que dirigem”. Suas explanações contribuem também para aferir as colonialidades do ser embutidas em uma burguesia emergente que aspirava, por meio da cultura, um pertencimento a estas camadas altas, mentalidade que obstaculizava “uma participação efetiva das organizações culturais, e dos museus, em particular na ‘humanização’ do processo desenvolvimentista como um todo e retarda a democratização da cultura” (*Ibid.*, p. 129).

Em uma análise histórico-sociológica sobre os museus, atenta aos conflitos estruturais em torno da ideia de classes sociais em sua relação com a cultura e a memória, Waldisa Rússio C. Guarnieri projetou uma perspectiva epistemológica inovadora que não só contribuiu na compreensão da dinâmica museológica como prática social produto\produtora de sentidos como abriu um horizonte de ação para produção de novos sentidos, vindo a reforçar um compromisso ético dos museus como “preservadores da memória e inspiradores da mudança” (*Ibid.*, p. 146):

“Vinculada à prática museal, a Museologia teve seu desenvolvimento científico retardado pela estreita ligação de sua base institucional, o museu, com o Poder (Político e Econômico). É com essa subordinação nítida que se formam as coleções e a ênfase que a elas é dada, enquanto quantidade e valor de raridade, antiguidade ou autenticidade. As coleções refletem o poder ou o saber, que é também uma modalidade do Poder. Sem perderem essa conotação, as contradições de nossa época possibilitam uma reflexão crítica que ultrapassa o Museu para preocupar-se com o fato que nele (museu) acontece.” (Guarnieri, 2010 [1986], p. 137, grifo nosso).

Waldisa Rússio comungava do deslocamento do olhar museológico dos instrumentos – edifícios e objetos museológicos – para o processo de significação que ocorre mediado por procedimentos técnicos de preservação e comunicação da herança cultural, desenvolvendo com essa perspectiva sua contribuição mais contundente, o fato museológico. Este é compreendido

como a “relação entre o *Homem* e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento”.²⁸ O cenário, longe de ser um pano de fundo estático aos eventos que se desenrolam em seu interior,

“[...] é o contexto musealizado, seja no cenário tradicional do museu, seja no cenário do museu de sítio ou do ecomuseu, para citar apenas alguns dos muitos ‘cenários’ em que se processa a relação que constitui o fato museal.” (Guarnieri, 2010[1983], p. 128).

Sem prescindir dos procedimentos e técnicas, mas não se resumindo a eles, o museu é concebido como espaço dinâmico, o lugar que promove o fato museal e é dele que se ocupa a reflexão museológica. Essa concepção se aprofunda como *práxis* no desenvolvimento da ideia de ‘museu processo’ defendida em sua proposta museológica para o Museu da Indústria em São Paulo, apresentada em sua tese de doutoramento em 1980 (Assad, 2022, p. 82). Nela, a perspectiva do processo está assentada em um fazer museológico concebido como ‘obra aberta’, descentralizado e participativo, sempre orientado por um horizonte ético de humanização:

“Todo projeto museológico vem calcado em um elemento de fato, que pretende documentar e divulgar e um suporte ético, que regerá sua atuação. No caso específico do MUSEU DA INDÚSTRIA, mais do que um FATO, o museu procurará registrar um PROCESSO, o PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL. Portanto, o museu será, duplamente, uma OBRA ABERTA: enquanto MUSEU-PROCESSO, próprio, Museu; enquanto o objeto de seu registro, também um PROCESSO é considerado algo não-acabado, mas ‘em se fazendo’.” (Guarnieri, 1980, p. 116).

Retomando a epígrafe de Waldisa Rússio que abre este trabalho – “Todo estudo que se pretende fazer sobre museus girará sempre entre o ser e o dever ser” (Guarnieri, 1977, p.60) – e sabendo que as epígrafes são recursos narrativos que introduzem e resumem de forma exemplar o pensamento de quem escreve sobre determinado tema, destaco a potência que esta perspectiva tem para a reflexão aqui proposta como orientação que retomo frequentemente para escapar de determinações superficiais e compreensões essencialistas dos processos sociais, como o museológico, a fim de compreender esses deslocamentos de sentidos e práticas na medida em que eles caracterizam o nosso presente.

²⁸ “O conceito apresentado inicialmente em artigos publicados pelo Icofom no *MuWoP* 2 e em algumas edições do *Icofom Study Series* passa a ser um objeto de estudo independente a partir de seu texto inédito ‘O Objeto da Museologia’, do ano de 1983, redigido para ser publicado na 3ª edição do *MuWoP Museological Working Papers* do Comitê Internacional, mas que, por circunstâncias diversas, nunca chegou a ser lançado.” (Escudero & Carvalho, 2020, p. 38).

Essa contribuição teórico metodológica é o que marca as proposições políticas de Rússio no aproveitamento da “especificidade dessa área permitir uma ambivalência dialógica entre o instituído e o porvir” (Bruno *et al.*, 2010, p. 170), o que possibilita não só compreender, mas também orientar esses processos visando um objetivo maior, que, no olhar de Waldisa Rússio, se orienta à humanização, processo consciente de tornar-se sujeito.

A partir desse olhar, o conceito de trabalho se tornou estruturante de sua visão de mundo (Gouveia, 2018a, p. 60), concebido como característica da existencialidade humana e possibilidade de transcendência frente à finitude da vida, pois esforço consciente de agir no mundo e potencialmente transformador (Guarnieri, 1980, p. 30). Desse modo, o/a museólogo/a é um/a trabalhador/a social, no sentido de mobilizar seus conhecimentos e “não recusar a dimensão e o risco político, social, do seu trabalho” (Guarnieri, 2010 [1990], p. 209); há em Waldisa uma projeção de atuação profissional que envida esforços conscientes no sentido de confrontar o que é visto como um processo de desumanização expresso no trabalho alienante de uma sociedade em um acelerado e injusto processo de mecanização.

De forma reiterada, Waldisa Rússio trazia ao debate museológico uma perspectiva fundamental do pensamento freiriano (Assad, 2022, p. 158), a perspectiva do ser humano como ser inacabado. Assumir o compromisso de que os museus são feitos para as pessoas e que essas pessoas são seres ‘em devir’, vislumbra um horizonte de expectativas para a práxis museológica balizado entre ‘o ser e o dever ser’ dos museus, ontologicamente assentada “na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm” (Freire, 1987, p. 47). Essa inconclusão não é uma falta ante um ideal, mas a consciência de que pode “ser mais”, a consciência de que:

“O mundo que nos rodeia é um mundo inacabado e isso implica a denúncia da realidade opressiva, da realidade injusta, inacabada, e, conseqüentemente, a crítica transformadora, portanto, o anúncio de outra realidade. O anúncio é a necessidade de criar uma nova realidade. Essa nova realidade é a utopia do educador.” (Gaddoti, 1996, p. 81).

O momento em que Waldisa Rússio se envolveu com as discussões do campo museológico foi tensionado pela abertura de possibilidades ventiladas em novas experiências museais, o que ampliou as perspectivas de intervenção dos museus na sociedade e no contexto nacional, por um processo de redemocratização e efervescência política e cultural que a

interpelavam a ação dentro e fora do campo museológico.²⁹ Os museus como ‘agentes da utopia’ se tornam recursos mobilizadores de sonhos possíveis,

“[...] o estimulador de uma consciência crítica e de uma visão humanista; o instigador de amortecidas capacidades de indagar, de julgar, de criar; o deflagrador de um processo no qual o *Homem* se coloque como fruidor e agente de vida cultural; o conscientizador do processo histórico, do *Homem* como ser histórico. O Museu é, assim, e deve ser cada vez mais, o agente da Utopia.” (Guarnieri, 1977, p. 22).

Esta afirmação do caráter transformador dos museus evidencia as preocupações e posicionamentos da museóloga frente aos seus desafios contemporâneos, contexto marcado pela vivência na maior capital da América Latina, que passou por um intenso processo de urbanização, frente ao crescimento das malhas periféricas e pobres que conformam os bolsões de miséria nas capitais brasileiras, esperançada por um horizonte democrático que o final do regime militar (1964-1988) parecia vislumbrar como futuro. Esta lucidez de Waldisa Rússio, diante de seu contexto geral e de sua atuação profissional, atravessada por uma elaboração teórica original, é o que torna sua contribuição valiosa para o campo museológico, pois alcança elaborar referenciais epistemológicos para a Museologia como Ciência Social e propor uma Museologia popular e crítica, “de tal sorte que a informação passada pelo museu facilite a ação transformadora do *homem*” (Guarnieri, 2010 [1990], p. 204). Ao contribuir para a constituição de um campo científico para a Museologia que se deslocava do terreno das técnicas de museus, direcionado exclusivamente aos acervos, para a compreensão destes como fenômenos sociais complexos, atravessados por diferentes conhecimentos e tendo como foco o processo comunicativo e a circulação de significados, as reflexões propostas por Rússio abrem perspectivas

“[...] para o museu ser considerado um fenômeno passível de análise acadêmica, avança em muitas direções que enraízam, ainda mais, as ideias de Waldisa em uma estratigrafia de ações e ideias que possibilitarão um novo desenho para o surgimento de uma Nova Museologia e da Sociomuseologia.” (Bruno, *et al.*, 2010, p. 168).

Vivendo um tempo de mudanças intensas, essa trajetória individual em uma perspectiva multidimensional nos informa sobre mudanças políticas, sociais e intelectuais, emergentes ao

²⁹ Junto à Associação Paulista de Museólogos, entidade profissional que ajudou a fundar em 1983, Waldisa Rússio participou nas ruas e se posicionou explicitamente pela garantia da reabertura democrática após 20 anos de ditadura militar com eleições livres para o Executivo federal, em 1985, no contexto das manifestações conhecidas como “Diretas Já!” (Gouveia, 2018a, p. 264).

final do século XX, que colocaram em perspectiva várias áreas do conhecimento em suas pretensões objetivistas e funcionalistas, evidenciando relações complexas de distribuição de poderes no tecido social que reforçam ou rompem tramas históricas. Instituições sociais como escolas, sanatórios, museus e prisões passaram a ser analisadas como dispositivos disciplinares que produzem discursos normativos, sustentáculos modernos do histórico sistema de dominação de saberes e pessoas. Além do cruzamento com a educação popular, as interfaces entre o campo museológico e as teorias sociais críticas, que visavam superar as paradigmáticas posições dicotômicas das ciências humanas e lançaram luzes sobre o caráter socialmente configurado das estruturas e subjetividades, foram fatores que possibilitaram outra imaginação sociológica para os museus, denunciando sua tendência à domesticação dos seres humanos e, por outro lado, anunciando seu potencial libertador.

A museóloga e educadora Maria Célia T. de Moura Santos – agente fundamental do campo museológico brasileiro – tem nos brindado com importantes relatos e análises de sua trajetória na Museologia que também informam a respeito da conformação de um ambiente político e teórico estimulante desse novo olhar para os museus do ponto de vista sociológico (Santos, 2014, p. 82). É importante pontuar mais uma vez que estas perspectivas dialogavam profundamente com aspectos da educação popular, prática organizativa dos principais movimentos sociais no país (Gohn, 2017, p. 13), os quais, ao final dos anos 1980, pautavam suas demandas cada vez mais articuladas com o plano cultural e com valores identitários, “tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70” (Gohn, 1997, p. 283). Como salientado anteriormente, o cruzamento entre Educação e Museologia tem resultado em potentes movimentos de renovação metodológica e reelaborações teóricas (Britto, 2019, p. 92):

“Os movimentos de insurgência na Museologia, que ganharam fôlego a partir dos anos 70 do século XX, foram sempre associando seu trabalho para a recuperação e tratamento das memórias coletivas dos grupos excluídos, com as propostas teóricas e metodológicas, também insurgentes, do campo da educação.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 31).

Nesse sentido, os museus e os processos museológicos se mostraram fundamentais para ampliação desse universo de referências culturais ao propiciarem a inclusão de outras narrativas que não só disputam a interpretação dos repertórios de memórias acumulados pelos museus existentes, como também elaboram novos suportes de memórias, reimaginando

sujeitos e práticas museológicas. No foco que as Museologias sociais atribuem aos processos locais e participativos, a pedagogia crítica é uma forte aliada na efetivação desse diálogo consciente que "possibilitou transformações de métodos e do alargamento da compreensão daquilo que tem sido a base de atuação e reflexão destes campos" (*Ibid.*, p. 33).

Natural de Maracá, no interior do estado da Bahia, Maria Célia Santos finalizou o curso em Museologia pela Universidade Federal da Bahia, em 1974. Este curso, constituído em 1969 pelo historiador da arte e arqueólogo Valentín Calderón, foi o primeiro bacharelado do país em conformidade com os planos de ensino e pesquisa propostos pelo Icofom/ICOM³⁰ e lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Rocha, 2020, p. 62). Essa vinculação curricular e acadêmica evidencia os conhecimentos aos quais o pioneiro curso de Museologia da região Nordeste se associava, em contraste ao perfil técnico do curso de museus lecionado no Rio de Janeiro. Por outro lado, em 1978, com a criação por Waldisa Rússio do curso de especialização em Museologia em São Paulo na Escola de Sociologia e Política (FESP-SP), a Museologia baiana encontrou uma importante aliada na consolidação de um campo mais afinado com as reelaborações éticas, políticas e teóricas que vinham sendo gestadas por profissionais ao redor do mundo, desde meados dos anos 1960. Em depoimento para a tese de doutoramento de Inês Gouveia (2018b, p. 333), a museóloga baiana informa sobre este perfil interdisciplinar e a projeção social da Museologia no curso:

“Como eu falei hoje lá de manhã, a gente, do ponto de vista conceitual, eu acho que o diferencial que nós tínhamos em relação ao Curso do Rio era uma presença, de uma reflexão maior do ponto de vista sociológico e antropológico. A gente tinha Antropologia, a gente tinha História da Cultura, tinha Sociologia, tinha as disciplinas nucleares de Filosofia e Sociologia que eram obrigatórias, entendeu, para os alunos todos... E esse humanismo, essa visão mais social e de compreensão do mundo, do ser humano, do sujeito social. [...] Não todos os professores, mas boa parte dos professores, já pensaram e começavam a entender os museus com esse viés mais social, mais de comunicação e não só da coleção, e que era necessário o conhecimento mínimo necessário sobre os acervos, mas que acima disso tinha algo mais prioritário.”

³⁰ O curso técnico de museu do MHN só se adaptou a este plano de ensino com sua transferência para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO): “No processo de consolidação do campo da Museologia no Brasil, ainda tivemos a criação do curso de especialização em museologia da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1977, e a segunda graduação na UNIRIO, em 1978, recebendo o curso técnico de museus do MHN para adaptá-lo às exigências educacionais de uma instituição de ensino superior federal como é a Universidade, ambos no Sudeste brasileiro”. (Rocha, 2020, p. 63).

Reconhecer esse “algo mais prioritário” – a dizer, as pessoas – foi significativo para o “esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 1993, p. 07) por parte destes/as profissionais e para afirmação de compromissos éticos e políticos, sendo os processos sociomuseais considerados ferramentas para o equacionamento do acervo de problemas de uma comunidade e para ampliação e diversificação de vozes no espaço público.

O fato de uma geração de museólogos/as brasileiros/as não terem tido contato com documentos internacionais, como a declaração de Santiago do Chile (Santos, 2014, p. 84), não foi impeditivo para que em nível local esses/as trabalhadores/as elaborassem contribuições originais a respeito da função social dos museus e envidassem esforços para orientar suas habilidades profissionais em direção a um horizonte mais democrático e justo de sociedade. Para Maria Célia Santos, seu compromisso social antecedeu a escolha pela área e foi forjado na “década da rebelião, da contestação e da imaginação” (*Ibid.*, p. 76); em um contexto de fechamento autoritário da ordem política pelos militares no Brasil desde 1964, na qual a Pedagogia e a Museologia – subvertidas suas fronteiras e alargadas suas possibilidades – puderam ser vistas pela jovem como ferramentas para operacionalização desse compromisso firmado na militância.

Essa percepção do conhecimento ‘a serviço de’, e não como um fim em si mesmo, caracteriza a sua projeção social da aplicação da Museologia e reverbera na dinâmica reflexiva entre teoria e prática que vem exercitando ao longo de sua trajetória. Essa dinâmica pressupõe o compromisso ético, pois leva necessariamente a uma ação consciente, orientada, pois é “investigar seu atuar sobre a realidade” (Freire, 1987, p. 136); movimento simultâneo da realidade à consciência que, “sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (*Ibid.*, p. 127). Ao afirmar que esses contatos a muniram de “fundamentos e as ferramentas necessárias para avançar como pesquisadora, museóloga e educadora” (Santos, 2014, p. 82), Maria Célia evidencia a profunda relação – dialógica e não hierarquizada – entre teoria e prática museológica, na qual a reflexão agrega recursos para a ação. No entanto, esse esforço de abstração construtiva só foi possível pela potência criativa das resistências políticas em experiências concretas, as quais os diálogos acadêmicos e dispositivos internacionais legitimam e conformam uma rede de interlocuções importante, mas não imprescindível para a elaboração de novas imaginações museais.

Ao longo dos anos 1980, foi se conformando uma rede de profissionais que destacavam a ligação vital dos museus à realidade social que os cerca e, cientificamente, os enquadrando como processos no âmbito das práticas sociais por meio de conceitos como musealização ou fato museológico; desse modo, foi possível forçar os limites do campo de problemáticas e possibilidades criativas, conforme pode ser observado em uma série de adjetivações que passaram a projetar as expectativas daqueles/as que mobilizam esses processos: Museologias críticas, dialógicas, populares, Ecomuseologias, entre outras.

Além da declaração de 1972, outro evento convencionalmente entendido como marco de conformação de Museologias insurgentes foi o I Atelier Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, em 1984, realizado na cidade de Quebec, Canadá. Nesse encontro de profissionais com uma “nova atitude, renovada, criativa e militante” (Moutinho, 2014b, p. 04), consolidaram-se os princípios de base de uma Nova Museologia, reafirmando as orientações sociopolíticas de 1972, com o reconhecimento de “todas as formas de museologias ativas” que se utilizem dos recursos operacionais como “instrumentos adaptados a cada meio e projeto específico” (Quebec, 1984). Posteriormente, em 1985, em Lisboa, Portugal, conformou-se o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) como uma importante rede de partilha de experiências:

“Em 1984, realizou-se em Quebec, no Canadá, uma reunião internacional que produziria um documento muito simples, objetivo e radical, que ficaria internacionalmente conhecido como a Declaração de Quebec e que daria origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) que, a rigor, contribuiu para a produção de um divisor de águas nos campos museal e museológico.” (Chagas *et al.*, 2018, p. 82).

Para alguns/as desses/as profissionais ficou evidente que “toda a tentativa de reduzir os museus a um único aspecto corre o risco de não dar conta da complexidade do panorama museal no mundo contemporâneo” (Chagas, 2011, p. 12). Às tentativas de standardização – como foi a proeminência do conceito de ecomuseus para alguns/as profissionais reunidos em 1984 (Moutinho, 2014b, p. 04; Varine, 2020, p. 58) – confrontou-se uma realidade museológica que se revelava cada vez mais multifacetada ao estimular a participação de outros/as agentes nesse processo e dos impactos sociais dos processos museológicos quando instrumentalizados por esses grupos e em torno dos seus interesses.

Decorridos mais de dez anos após o encontro de Santiago do Chile, essas contribuições plurais orientadas pelas próprias comunidades como instrumentos de autodeterminação e de

enfrentamentos às injustiças e desigualdades sociais originaram outro paradigma museológico ao se constituir por áreas de experiências que demandavam cada vez mais atenção em suas dimensões conceituais. É importante destacar, no debate sobre as Novas Museologias e as Museologias Sociais, que o deslocamento do olhar não resultou em um movimento homogêneo e crescente de adeptos/as que inevitavelmente levou a uma compreensão uniforme da Museologia; em vez disso, trata-se de uma expansão das fronteiras epistemológicas, em diferentes áreas, que avançam e recuam continuamente na dinâmica das relações de poder, tanto dentro quanto fora do campo museológico; isso reflete na forma como os problemas são apresentados e na eficácia dos paradigmas em responder às novas demandas e contextos emergentes:

“Nesses termos, a Museologia Social seria um movimento que promoveu rupturas epistemológicas no campo dos museus e, consequentemente, das Museologias, assim como a Nova Museologia promoveu mudanças significativas anteriormente. A diferença é que, no caso do paradigma da Nova Museologia, ao longo das décadas ele foi diluído nas diferentes escolas de pensamento, tornando-se, de certo modo, dominante. No caso do paradigma da Museologia Social, ele se encontra em meio a uma fase de transição e, justamente por ainda ser uma proposta em busca de consolidação no campo científico internacional, encontrou respaldo em um grupo de pesquisadores ou em uma comunidade científica cujos ‘exemplos compartilhados’ ou a ‘constelação de compromissos’ são contemplados majoritariamente na Sociomuseologia enquanto Escola de Pensamento.” (Britto, 2019, p. 104).

A difusão de práticas museais heterodoxas e o crescente compromisso social dos museus com a participação comunitária começaram a definir no horizonte das novas Museologias aqueles museus que não só adaptavam suas estruturas e procedimentos museológicos tradicionais, como outros processos que ressignificavam e criavam formas de gestão das heranças culturais a partir de outros lugares sociais e epistemologias.

A década de 1990 do século XX representou uma importante “inflexão conceitual e prática, ainda que não haja consenso sobre os rumos e as orientações dessa inflexão” (Chagas & Gouveia, 2014, p. 13) no campo museológico, que, colocado em perspectiva, procurou responder às investidas da nova ordem neoliberal. Segundo Maria da Glória Gohn (1997), essa fase de descrença em relação ao Estado contribuiu para novos olhares em relação à “dicotomia público e privado, a questão da cidadania, a cultura política presente nos espaços associativos, a importância das experiências cotidianas etc.” (*Ibid.*, p. 287). Essas reações vieram em forma de encontros e documentos que resultaram de “amplos debates e embates, de um acúmulo de

tensões, críticas, enfrentamentos, vivências, reflexões e práticas” (Chagas *et al.*, 2018, p. 75), demarcando um campo específico para as ditas Museologias Sociais e para a reflexão sistemática destas novas experimentações que privilegiam a projeção social da aplicação da Museologia em uma escola de pensamento, a Sociomuseologia (Bruno, 2021, p. 39).

1.2 Museologias indisciplinadas: pensando em museus a serviço das diferenças

No ano de 1979, em uma entrevista publicada na coleção *Grandes Temas da Biblioteca Salvat* intitulada *Os museus no mundo*, após uma explanação que procurava responder à pergunta do entrevistador sobre a origem dos museus, o então diretor do ICOM, Hugues de Varine, afirmou categoricamente que “a partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista”; completou, ainda, que “o mundo dos museus enquanto instituição e enquanto método de conservação e comunicação do patrimônio cultural da humanidade, é um fenômeno europeu” (Varine, 1979, p. 12). Nessa reflexão, é importante o destaque que Varine atribui ao lócus enunciativo do fenômeno museu, ao identificar o cruzamento geopolítico no qual se difundiram essas instituições modernas para além da Europa, como partes constitutivas do projeto colonial de poder. Também evidencia a geopolítica do conhecimento que organiza os processos museológicos tradicionais, os quais estão vinculados a uma musealização de recorte essencialmente europeu.

Optei em iniciar este tópico em referência às Museologias Indisciplinadas (Britto, 2019, p. 108; Chagas & Gouveia, 2014, p. 16) e a consolidação de um novo paradigma museológico, assentado no direito à diferença, com base nesta entrevista, dada sua importância para uma geração de profissionais de museus que se formava no Brasil ao final da década de 1970 (Bruno, 2021, p. 52; Chagas & Gouveia, 2014, p. 10)³¹. Desde então, esses/as profissionais, em conjunto com profissionais de outros países, têm atuado e refletido sobre as transformações promovidas pelas Museologias Sociais. A escolha de ressaltar o lugar referencial da fala de Varine visa destacar os compromissos aprofundados pelas Museologias Sociais, que surgem como desdobramentos das novas possibilidades de relacionamento entre museus, territórios,

³¹ É importante destacar que a publicação “Os museus no mundo” da Biblioteca Salvat foi comercializada em bancas de jornal em 1979, o que explica a grande influência desta entrevista na circulação de ideias entre museólogos/as brasileiros/as pela facilidade do acesso físico e financeiro ao material, distinto do acesso destes/as profissionais à Declaração de Santiago do Chile que ocorreu ano antes, em 1972. (Britto, 2019, p. 176; Chagas & Gouveia, 2014, p. 09).

comunidades e movimentos sociais promovidas pela chamada Nova Museologia. Mobilizadas para o fim último do efetivo exercício do direito à memória, soluções museográficas diversas conformaram um campo de experiências que, no enfrentamento de leituras totalizantes das experiências sociais, oportunizaram outras epistemologias, evidenciando a existência de Museologias plurais.

Em consonância com o debate do tópico anterior, as últimas décadas do século XX foram fundamentais para o fortalecimento de movimentos e para a autodeterminação de minorias e majorias sociais subalternizadas, que provocaram profundas transformações no campo político e científico, ao colocarem novos problemas às disciplinas tradicionais, evidenciando seus limites conceituais e isolamentos. O impacto dos movimentos sociais nesse período e o radicalismo criativo inerente aos processos de resistência que movem as coletividades organizadas são imprescindíveis para compreender os compromissos assumidos por diferentes setores e, no caso das Museologias, o compromisso com as múltiplas possibilidades de musealização na produção de contramemórias do poder. Segundo Maria da Glória Gohn (2011):

“Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: eles são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isto, para analisar estes saberes deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana, e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Estas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo.” (*Ibid.*, p. 333).

Para muitos/as profissionais de museus que atuavam em sociedades cujas diversas realidades estavam tensionadas em desigualdades profundas e que, nesse período, se confrontavam com a necessidade de reconstrução de laços sociais, após regimes autoritários e de espaços de diálogo para a construção de sociedades democráticas, a assertiva de Varine ia ao encontro do incômodo com uma prática museológica voltada, fundamentalmente, para o interior dos museus e suas coleções:

“O referido diagnóstico ao denunciar a colonização dos museus, provocava e estimulava naqueles que tinham capacidade de agir e pensar por outras veredas a vontade de investir na descolonização dos museus e do pensamento museológico. Não era difícil, para alguns jovens estudantes de museologia, adotando uma lógica simplista, pensar: ‘ora, se os (primeiros) museus brasileiros foram criações coloniais, é hora de se criar museus que produzam

rompimento com essa mentalidade (colonizadora e colonizada).” (Chagas & Gouveia, 2014, p. 10).

Essa publicação, segundo Maria Célia Santos (2014, p. 79), também foi essencial ao dar conhecimento da existência de experiências inovadoras como o Museu de Anacostia e o trabalho de John Kinard em uma periferia de Washington D.C, com as quais a museóloga baiana se identificou, reforçando as suas expectativas de que era possível realizar práticas museológicas comprometidas com o desenvolvimento social. Para Maria Cristina Bruno (2021, p. 52), a leitura desta entrevista a levou a identificar “a possibilidade de percorremos outras rotas no cenário museológico, a partir de alguns necessários deslocamentos de interpretação”, destacando as considerações de Varine em relação às contribuições de Paulo Freire, em especial, no que toca ao papel dos museus no processo de humanização. Os destaques da entrevista apresentados por estes/as diferentes profissionais dão dimensão de um pensamento insurgente que vai se definir pelo despertar de um incômodo com o cenário museológico em questão e, por outro lado, dos encontros de perspectivas – teóricas, políticas, éticas e metodológicas – em relação às possibilidades de mudanças deste cenário.

Em conjunto com experiências anteriores e reflexões acumuladas desde Santiago do Chile, em 1972, posteriormente aprofundadas em suas orientações sociopolíticas no Canadá, em 1984, e firmadas como compromisso de uma comunidade museológica com a criação do MINOM, em 1985, na cidade de Lisboa, a publicação de 1979 marca um processo de convergência no Brasil em torno de novos princípios de um saber-fazer museológico conectado com as pessoas e, principalmente, com o enfrentamento aos processos de silenciamento e marginalização impostos a determinados grupos sociais pela naturalização de práticas museológicas colonizadoras.

Ao restabelecer no diálogo a conexão entre pensamento e lugar, Hugues de Varine empreendeu de forma precursora, a partir do ICOM e pela abrangência que alcançou, uma crítica direcionada ao discurso universalista inerente à trajetória das instituições museológicas modernas como instrumentos de legitimação da dominação e exploração imperial. A construção de memória é sempre um exercício de poder. Conforme nos demonstrou Mário Chagas (2002, p. 63), a relação entre memória e poder é constitutiva; uma não existe sem a outra, não é ocasional ou um ‘mal’ que acomete apenas os museus que herdamos do século XIX. No caso destes, a associação com o projeto de poder colonial, logo, com uma razão racializada e materialmente direcionada para a maior exploração desses territórios, ao

classificar seres e coisas na lógica de seu empreendimento, foi parte essencial para o ocultamento, mistificação ou desaparecimento de outros saberes travados nesta relação de dominação. Difundiu-se a partir deles um imaginário social de hierarquias raciais e também uma única linguagem para a comunicação destas heranças culturais.

Para além de destacar esse lugar histórico e geográfico de surgimento dos museus modernos, depreende-se, a partir de outras leituras dessa entrevista, a crítica ao lugar epistêmico do discurso museológico, que chegava ao limiar do século XX reproduzindo práticas e narrativas dissimuladoras de outras experiências humanas, mediado pelo argumento técnico, aparentemente neutro, que é parte inequívoca da razão racializada dominante:

“A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.” (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Este não lugar da epistemologia moderna ocidental – ou a soberba armada do homem branco europeu de se posicionar como corpo político difusor da única racionalidade válida para explicar a realidade – legou ao mundo contemporâneo um espectro de possibilidades limitado e significou “um empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades de conhecimentos” (Sousa Santos, 1999, p. 283). Olhar o lugar de enunciação do discurso museológico hegemônico a partir da vinculação entre corpos e conhecimentos se faz necessário, pois é nesta relação que é possível compreender as condições de expansão da episteme ocidental, estreitamente vinculada ao projeto colonial, e a violência, física e simbólica, inerente ao exercício de dominação de outros povos, bem como elucidar os mecanismos mais sutis de sujeição social nas narrativas museológicas que dão seguimento a este projeto de poder na modernidade pelo controle dos processos de subjetivação.

“[...] se a colonialidade do poder se refere a interrelação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o rol da epistemologia e das tarefas gerais de produção do conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser

se refere, então, a experiências vivida da colonização e seu impacto na
linguagem.” (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).³²

Obrigados/as a pensar sob a lógica de quem inflige a dominação e de quem os/as escrutina e os/as inscrevem em um sistema de significações dominantes, subjetividades não brancas tiveram suas experiências sempre pautadas nesse limitado universo interpretativo que não pode mais ser lido como espelho ou representação de uma realidade, mas ele mesmo produtor de possibilidades sociais ao reificar lugares e narrativas subalternizantes.

A consolidação de uma linguagem museológica voltada para os acervos foi significativa para a circulação desses sentidos; essa linguagem, mediada por determinados procedimentos preservacionistas embasados em uma imaginação científica cartesiana, serviu para acionar um passado que legitimasse os valores distintivos de uma elite econômica como projeção da memória coletiva/nacional. O caráter aparentemente técnico desses procedimentos – assim como em outras áreas do conhecimento – resulta, na perspectiva aqui analisada, de uma determinada “política do enunciado científico” (Foucault, 2005, p. 05); esta é estreitamente ligada aos regimes de verdade constituídos por uma parcela da sociedade que produz e garante a sua reprodução social por meio de um conjunto de enunciados válidos, finitos e limitados aos seus interesses que conformam os museus como campos discursivos na acepção de Michel Foucault.³³ Em suas considerações, o filósofo francês nos chama a atenção “aos efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos”, sendo que a “concretude do poder” se exerce na mecânica de condicionamento dos corpos a estes regimes de verdade, nas dinâmicas cotidianas as quais estes indivíduos “nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (*Ibid.*, p. 103).

A partir da reflexão crítica dos atravessamentos de jogos de poder que pautam os critérios de cientificidade modernos e da urgência de oportunizar outras leituras que escapem a estes regimes de verdade, destaca-se o olhar para os espaços de heterotopias museológicas que se insurgem contra os efeitos totalizadores dos enunciados e das possibilidades de enunciação neste campo. Neste ponto, cabe fazer referência à proposta de sistematização dos

³² No original: “[...] si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad de saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje” (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

³³ O entendimento que os discursos são compostos por um conjunto de enunciados que estabelece entre eles leis de coexistência, na chave de um “saber poder” no qual a institucionalização de determinados conhecimentos legitima o exercício do poder.

paradigmas científicos no campo museológico elaborada por Clóvis Britto (2019), tendo como referências os processos museológicos, a fim de identificar as transformações nesta área do conhecimento e a consolidação de uma “matriz disciplinar indisciplinada”, reconhecida atualmente na Sociomuseologia (*Ibid.*, p. 22). O autor aponta para as transformações nas imaginações científicas operadas pelas Museologias Sociais, reforçando seu lugar como um novo paradigma que não se caracteriza apenas por pautar a valorização dos saberes conjugados aos territórios em suas práticas – como sustentam as iniciativas das Novas Museologias –, mas pela valorização desses saberes como possibilidades epistêmicas de uma *práxis* museológica humanizadora:

“Na verdade, a questão a ser enfrentada consiste em promover uma crítica à universalidade do conhecimento científico, baseados no pensamento de Descartes e na tradição eurocêntrica. Portanto, ao valorizar os saberes locais e as ‘experiências vividas’, promovendo relações e diálogos horizontais, a Sociomuseologia dialogaria com o pensamento de bell hooks (1991) quando reconheceu que muitos pensadores e pensadoras críticas excepcionais não trabalham nos meios acadêmicos. Reconhecer que o padrão epistêmico ocidental consiste em apenas uma das possibilidades de conhecimento e que existem outras epistemologias, baseadas em múltiplas frentes de imaginação científica, seria um modo de enfrentar um discurso colonialista.” (*Ibid.*, p. 103).

Partindo das considerações de Thomas Kuhn (2007, p. 93) sobre as revoluções científicas, é possível compreender a convergência de determinadas problemáticas de investigação, em especial a partir da década de 1990, que se fortaleceram em diálogos internacionais desde a crise do paradigma hegemônico, na década de 1970, com a emergência da chamada Nova Museologia.

O I Encontro de Ecomuseus do Rio de Janeiro, em 1992 tem sido referenciado como a encruzilhada que permitiu os encontros de ideias, afetos e experiências que convergiram nas “constelações de compromissos” e nos “exemplos compartilhados” de uma comunidade de pesquisadores/as e profissionais interessados/as em aprofundar a participação comunitária e os impactos sociais dos processos museológicos. A partir desse encontro, os diálogos em âmbito internacional, em especial no eixo Brasil e Portugal, foram intensificados e tiveram desdobramentos importantes com a consolidação de uma reflexão orientada para esses novos processos sociomuseais, a partir da publicação dos *Cadernos de Sociomuseologia*, e a formação

em nível de mestrado e doutoramento do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona, em Lisboa (Duarte Cândido & Ruoso, 2020, p. 205).³⁴

Nesse sentido, tendo como base o desenvolvimento dos processos museológicos, Britto (2019, p. 22) destaca a existência de três paradigmas: 1) os museus a serviço das coleções, identificados pela Museologia Normativa ou Tradicional e definidos pela triangulação entre coleção, edifício e público; 2) os museus a serviço das sociedades, identificados pelas diferentes propostas da Nova Museologia e definidos pela triangulação patrimônio, territórios e comunidades e 3) os museus a serviço das diferenças, identificados pela Museologia Social ou Sociomuseologia e definidos pela triangulação entre temas/problemas, territorialidades/desterritorialidades e protagonistas sociais/grupos de interesses. É fundamental nesta abordagem considerar a natureza multiparadigmática do campo museológico atual, no qual perspectivas distintas ocupam espaços de produção de conhecimentos e “reconhecer que existiu um movimento de ruptura neste campo, que se perpetua em ação até os dias de hoje, e que pretende expandir as bases de atuação a partir da conformação de múltiplos campos de saber”, bem como “problematizar a existência de uma Museologia que não dá conta dos desafios postos por uma sociedade em múltiplos aspectos negligenciada” (Pereira, 2018, p. 78).

Tendo em vista que determinados temas e metodologias da Nova Museologia foram incorporadas, inclusive, por instituições tradicionais e conservadoras ao longo do tempo, sem que essas mesmas instituições aderissem aos compromissos éticos e políticos que embasaram as problemáticas postas ao paradigma clássico das coleções (Chagas & Gouveia, 2014, p. 13), observa-se uma fase de acomodação dessas compreensões. Essa fase corresponde à crescente predominância de processos museológicos que valorizam as histórias locais e incentivam a participação comunitária, caracterizando o paradigma dos museus a serviço das sociedades, mas sem alterar substancialmente práticas museais colonizadoras. Como afirmou Walter Mignolo (2003, p. 106), muda-se o contexto, mas não os termos da conversação.

Para pensar a diferença entre esses processos, trago dois casos à discussão. No primeiro caso, a museóloga Joana Flores Silva (2015) empreendeu uma importante análise em relação à

³⁴ Desde 2017 o Departamento de Museologia da ULHT está associado a Cátedra Unesco Educação, Cidadania e Diversidade Cultural como programa de formação e extensão universitária estruturado em um conjunto de princípios que se reconhecem estar em simultâneo na base da Sociomuseologia das multifacetadas práticas da Museologia social e dos Objetivos e processos de trabalho adotados pela própria Unesco. Em < Razões para a criação da Cátedra – Educação, Cidadania e Diversidade Cultural » Cátedra Unesco (ulusofona.pt)>. Acedido em 12/09/2022 às 17:17.

representação de mulheres negras no Museu do Traje e do Têxtil em Salvador, Bahia, que é um estudo de caso significativo sobre como os repertórios ideológicos condicionam os procedimentos de representação e comunicação nos museus; esses repertórios legitimam lugares sociais, reforçando a estigmatização de mulheres negras na sociedade contemporânea. Ao identificar, na leitura da exposição de longa duração, os estereótipos discursivos em relação às mulheres negras subtendidos pela disposição de textos, legendas, mobiliários, luzes, cores, entre outros recursos expositivos que condicionam o olhar dos/as visitantes aos objetos intencionalmente destacados como protagonistas nesta poética do espaço, ela informa também do protagonismo que determinados/as sujeitos históricos adquirem por meio destas proposições conceituais e técnicas das equipes museológicas (Cunha, 2006, p. 72; Silva, 2015, p. 47). Reconhecemos que a presença dessas mulheres em instituições museológicas tradicionais seria impensável há décadas, porém, sua inclusão mediada por técnicas e enunciados que não subvertem a lógica das colonialidades do poder, do saber e do ser no âmbito dos processos museais, tende a reforçar a subalternização dessas memórias à experiência hegemônica.

No caso dessa exposição, constatou-se uma proposta conceitual que reproduz o continuísmo em relação à historiografia oficial, a despeito de novas descobertas e leituras críticas da efetiva participação social, econômica e cultural dessas mulheres para o Brasil. A narrativa museológica reitera os papéis em torno da relação senhora e escravizada, com um olhar conciliador sobre a condição colonial, no qual o simulacro de mulheres negras amamentando crianças brancas, assim como uma princesa branca como heroína libertadora, escamoteia as violências desse processo e oculta outras memórias do período.

No plano técnico, ao olhar unicamente para dentro de si e suas coleções e não dialogar efetivamente com estas mulheres e seus movimentos sociais para a crítica, constituição, documentação e comunicação desses e novos acervos, o museu tende a reiterar o conjunto de enunciados que amarram hierarquicamente a memória das mulheres negras no Brasil ao campo discursivo que reitera a superioridade de mulheres brancas nessas exposições. Em conjunto com escolhas expositivas que na poética do espaço inscrevem os símbolos referentes às mulheres negras em “lugar de menor visibilidade e circulação de pessoas, ou mesmo, através de legendas com informações imprecisas e incompletas, quando não reproduzem cenograficamente o cenário da escravidão em local de grande circulação” (Silva, 2015, p. 51), esses museus legitimam na memória coletiva o lugar subalternizado dessas mulheres na estrutura social brasileira:

“Assim, são os repertórios ideológicos trazidos pelos museus que darão o caráter de menor ou maior valor simbólico aos objetos, bem como, são seus interesses políticos e/ou filosóficos que serão levados em consideração ao determinarem aos objetos musealizados novas leituras sobre temas já condicionados pela própria natureza das coleções, porém, passivos de serem reinterpretados e consequentemente serem reconstruídos e transformados em novos discursos, que visibilizem positivamente os sujeitos estigmatizados na dinâmica trazida pela historiografia oficial.” (*Ibid.*, p. 62).

Outros exemplos podem auxiliar a perceber os impactos de opções políticas e filosóficas voltadas para o explícito enfrentamento às desigualdades, estigmas e injustiças sociais nos processos museológicos, contribuindo para novas leituras e para a diversificação epistemológica do campo. As Museologias que se contrapõem à memória do poder, ao se aliar ou estimular ações museológicas a partir do protagonismo de sujeitos e grupos sociais marginalizados, conformam um território de múltiplos olhares e saberes aos quais a Sociomuseologia tem se articulado para promover uma “refundação epistêmica” (Britto, 2019, p. 105), como forma de enfrentamento das violências do campo científico que invisibilizam e desqualificam esses processos como não científicos. O alargamento dos termos dessa conversação museológica tem resultado no enfrentamento da colonialidade do saber nos processos museais ao estabelecer redes de aprendizados mútuos e pontos de contatos entre diferentes sujeitos, estimulando uma comunicação horizontal e antirracista.

O processo de luta dos povos de terreiro do Rio de Janeiro, liderados por mulheres negras como Mãe Meninazinha de Oxum e Mãe Nilce d’Iyansã,³⁵ para recuperação da coleção ‘Nosso Sagrado’, composto por objetos de arte sacra afro-brasileira reunidos por apreensão da polícia do estado, entre os anos de 1890 e 1945,³⁶ é um caso potente da produção de novos discursos mobilizados pelo protagonismo dos movimentos sociais e viabilizados por Museologias transformadoras.

³⁵ Povos e Comunidades de terreiro são aquelas famílias que possuem vínculo com casa de tradição de matriz africana – chamada casa de terreiro. Este espaço congrega comunidades que possuem características comuns, como a manutenção das tradições de matriz africana, o respeito aos ancestrais, os valores de generosidade e solidariedade, o conceito amplo de família e uma relação próxima com o meio ambiente. Dessa forma, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que constituem patrimônio cultural afro-brasileiro. Disponível em <www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/direito-a-alimentacao-1/comunidades-de-terreiro>. Acedido em 16/05/2021 às 15:14.

³⁶ O código de 1890 foi o primeiro código de leis penais da nascente República brasileira cujo corte racista tipificava como crime de “vadiagem” e “prática de espiritismo, magia e seus sortilégios, e usar talismãs” as manifestações culturais de matriz afro-brasileira, o que deu legitimidade ao Estado para perseguição e criminalização das festas e cultos da população negra e seus territórios, que ficaram suscetíveis às apreensões e violências diversas.

Findada a escravidão no Brasil, a nova República que despontou ao final do século XIX foi constituída pelas elites econômicas sob o signo das teorias do embranquecimento que, a despeito da reparação econômica e reinserção social das populações escravizadas – acesso à terra, educação e trabalho –, optaram por financiar levas de imigrantes europeus em substituição à mão de obra e como forma de depuração racial. Nesse sentido, o Código Penal se tornou um instrumento eficaz – até os dias de hoje – para o controle dessas populações, a partir da criminalização de seus territórios, costumes e crenças, atualizando no imaginário republicano o discurso depreciativo das heranças culturais da população afrodescendente. Praticantes da capoeira e dos cultos religiosos de matrizes afro-brasileiras, passaram a ser perseguidos/as pela polícia que, no caso das casas de santo, confiscava seus objetos de culto como prova do exercício de curandeirismo, ou charlatanismo, de pais e mães de santo. Em 1945, esses objetos sagrados confiscados pela polícia passaram a integrar, junto a armas, documentos fraudulentos e outros objetos de contravenção, o Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sob o nome de Coleção Museu da Magia Negra. Segundo relato de Mãe Meninazinha, ela ouvia desde sua avó a necessidade de retirar esses objetos sagrados das mãos da polícia e seguiu envidando esforços para a recuperação desse acervo. Em 2017, com o apoio de artistas, representantes políticos e movimentos sociais, foi mobilizada a ‘Campanha Liberte Nosso Sagrado’, que culminou com a sua devolução para os povos de terreiro e a transferência da coleção, em setembro de 2020, para o Museu da República (RJ).³⁷

A trajetória dessa coleção é emblemática das distintas possibilidades de musealização e, logo, das diversas possibilidades de mobilizar sentidos e significados, evidenciando também as tensões e os conflitos inerentes a esse processo. A procedência dessa coleção é vinculada a um dos atos de violência do Estado brasileiro contra os povos afrodescendentes e suas culturas. Ao adentrar o contexto museológico, essas peças sofrem a segunda captura e violação: são classificadas a partir de categorias racistas, mal acondicionadas e, quando expostas, inseridas em uma narrativa expográfica que, vinculada a outros objetos do universo criminal, reproduzem estigmas e alimentam preconceitos. A sua recuperação foi traduzida por Mãe

³⁷ A respeito do histórico do acervo e trabalho junto ao Museu da República do RJ ver Versiani, M. H. (2021). É nosso sagrado e é História: As lições de um acervo museológico. *XXXI Simpósio Nacional de História*. ANPUH-Brasil, Rio de Janeiro; Oxum, M. M., Iansã, M. N., Versiani, M. H. & Chagas, M. (2021) A Chegada do Nosso Sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faia”. Em Primo & Moutinho (2021) *Leitura Crítica do Mundo*. CEIED, Departamento de Museologia-ULHT, Cátedra Unesco “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”, p. 73-p. 102; Manhães Monteiro, F. C., Versiani, M. H., & de Souza Chagas, M. (2022). A chegada e chegadas do nosso sagrado à república. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(22), 14–32.

Meninazinha como a “libertação do nosso sagrado”, o que nos remete a pensar o Museu da polícia como o “museu senzala”, denunciado por Joana Flores (2015, p. 51), em seu empenho na preservação do sujeito ocultado por intermédio de práticas não problematizadoras dessa coleção em relação às transformações da sociedade brasileira.

Outro ponto a destacar é que a iniciativa de mães e pais de santo passou a contar com o apoio do Museu da República (RJ), que recebeu essas peças e vem realizando um trabalho de gestão compartilhada com essas lideranças religiosas para o cuidado e tratamento museológico dos objetos sagrados. Esse tipo de processo sociomuseal é possível pela transformação conceitual operada pela própria equipe do Museu da República, no sentido de exercitar um olhar crítico sobre o período e assumir o dever de memória dessa instituição com a reparação aos apagamentos e mistificações de memórias afroameríndias como constituintes do projeto republicano brasileiro. Trata-se de uma opção profissional que não é neutra, que assume seu papel humano e social na mediação de sentidos e que dialoga com a perspectiva de trabalhador/a social, como proposto por Waldisa Rússio em alusão a Paulo Freire e Florestan Fernandes, na qual “O museólogo participa desse processo de recuperação da identidade cultural que ergue barreiras ao colonialismo mais anti-humano: o cultural, uma recolonização mais cruel mesmo que o colonialismo exclusivamente econômico e político” (Guarnieri, 2010[s/d], p. 242). No exercício de uma Museologia comprometida com a dignidade social, o processo de escuta e a quebra de hierarquias estimulam as trocas interculturais e aportam conjuntos teóricos e práticos inovadores para o tratamento dos acervos museológicos que amplificam as possibilidades de leituras em chaves humanizadoras.

Esse deslocamento do olhar é fundamental para compreender os desafios das Museologias Sociais como o exercício de uma musealização que se faz em diálogo e, principalmente, a partir de outras imaginações científicas. Se com o acúmulo de experiências e reflexões, concluímos que a Museologia normativa, ou tradicional, foi instrumental para um projeto de poder ancorado na desumanização como discurso legitimador da exploração e do etnocídio, é sempre uma questão ética optar pelo total condicionamento a essas práticas colonizadoras ou reconstituir esses processos como práticas da liberdade, retirando do “esquecimento e da produção forçada de não existências as práticas sociais silenciadas e marginalizadas” (Pereira, 2018, p. 104).

Nesse sentido, a Museologia Social se caracteriza pelo seu indisciplinamento, não como oposição de um intelectualismo e um anti-intelectualismo, mas no reconhecimento da

diversidade epistemológica como produção de existências, em oposição a um academicismo vazio e legitimador de ausências. Se as Museologias são indissociáveis do processo de experimentação em torno da musealização, o indisciplinamento desses processos se caracteriza “justamente por sua capacidade de permanente reinvenção enquanto estratégias de resistência” (Britto, 2019, p. 111).

O movimento entre memória e poder fica ainda mais evidente por esta perspectiva. A explanação de Mário Chagas (2002) a respeito do caráter constitutivo dessas dimensões para os processos museológicos alerta que o poder não é uma dimensão presente apenas nos museus tradicionais, a lógica do poder que mobiliza ações museológicas de base comunitária e aliadas aos movimentos sociais é aquela que, ciente da capacidade dos museus para a circulação dos sentidos e do poder da memória para afirmação de identidade sociais, promove e reconhece o protagonismo de outras coletividades como enfrentamento das memórias do poder e como possibilidades de reinvenções sociais. É uma proposta que tenta reaver o desperdício de experiências operado pelo discurso moderno/colonial, a partir dos conhecimentos produzidos nos limiares do paradigma dominante. Esse pensamento de fronteira não é somente o espaço onde as diferenças se traduzem em desigualdades, em uma perspectiva das ausências, mas locus enunciativo que tem dado respostas criativas ao projeto eurocêntrico de modernidade.

O ponto de inflexão dos processos está no protagonismo desses grupos nos processos museológicos, mobilizados por suas trajetórias de luta e autoafirmação identitárias, que se configuram como “processos políticos, poéticos e pedagógicos em permanente construção e vinculados a visões de mundo bastante específicas” (Minom, 2013). Essas múltiplas práticas museológicas contemporâneas sugerem que também existem “jeitos próprios de produção epistemológica” (Britto, 2019, p. 147), pautados em outras concepções de mundo, que não são contemplados, ou até mesmo subalternizados, pelo sistema de conhecimento hegemônico projetado na ideia de uma única Museologia:

“O fato é que a reflexão teórica ainda não consegue acompanhar a museodiversidade apresentada pelos processos museais, esbarrando, assim, em conceitos genéricos e que não traduzem a linguagem de especialidade construída nessas diferentes experiências, a exemplo de práticas de conservação participativa, de inventário participativo e de metacuradoria.” (Cf. Carvalho, 2018; Gomes & Vieira Neto, 2018; Queiroz, 2016)” (*Ibid.*, p. 147).

Nesse sentido, como propôs Mário Moutinho (2014a, p. 427), a Sociomuseologia se encontra entre o paradigma do museu a serviço das coleções e o paradigma do museu a serviço

da sociedade, se projetando como outro campo de possibilidades epistemológicas múltiplas, cujos modos de qualificar e narrar as memórias se fazem em constante experimentações e a partir de outras imaginações científicas. Na mesma linha de pensamento, Marcele Pereira afirma:

“O museu transgressor, o museu indignado, propõe rompimentos com a estrutura da Museologia, a dicotomia museu tradicional e museu comunitário/ecomuseu não é mais suficiente para dar conta de incluir um museu, um processo, uma prática, uma ação museal decolonial que expande ideias e movimentos para além das conceituações, planos museológicos, acervo, segurança, atividades educativas, e todos os impositivos de uma prática Museológicas minimamente ‘adequada’ e, por isso, aceitável.” (Pereira, 2018, p. 91).

Por fim, o desafio da Sociomuseologia, enquanto área disciplinar que congrega experiências indisciplinadas, tem se direcionado para elucidar referenciais teóricos e práticos nesse panorama museal amplificado, que sirvam de impulsionadores para outras ações museológicas comprometidas com a vida em uma perspectiva humanizadora. A multiplicidade de narrativas de resistências, traduzidas em soluções museográficas e museológicas contra hegemônicas, conforma um campo de experiências no qual a Sociomuseologia, ao valorizar as diferenças culturais no campo da memória musealizada, vem contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e o fortalecimento dos direitos humanos.

CAPÍTULO 2

‘Memória não se remove’: processos de remoções urbanas, territorialidades periféricas e museus no Brasil

“Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. [...] Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” (Beatriz Nascimento, 1989).

A citação da historiadora e ativista do movimento negro brasileiro Beatriz Nascimento, no filme *Orí* (1989), dirigido por Rachel Gerber, direciona à relação que busco desenvolver entre memórias e territórios na construção das subjetividades em contextos de violações de direitos – do direito à terra, à cidade e à memória. Incluir Nascimento no debate incorpora, ainda que tangencialmente, a relação mais profunda entre corpo e território, que complexifica a ideia de lugares de memória. Isso permite interpretar as experiências diaspóricas não apenas em espaços físicos – frequentemente negados às populações marginalizadas – mas também em dimensões simbólicas e emocionais, que moldam as identidades em resistência das comunidades afetadas por deslocamentos e injustiças históricas.

Na produção de territorialidades dinâmicas, que se transformam à medida que essas comunidades se deslocam, resistem e reconstroem suas subjetividades em resposta às violações de seus direitos mais fundamentais, somos levados a refletir sobre como esses lugares, físicos e simbólicos, são vividos e reimaginados.

Neste capítulo, aprofundo como a Nova Museologia enredou outros caminhos indisciplinados e novas possibilidades de ação a partir da noção de museu integral, que extrapolou os muros dos museus para os referenciais simbólicos dos territórios que constituem, como marcadores significativos da vida de uma comunidade, o seu patrimônio. Entre esses referenciais, a própria luta pelo direito à moradia digna e de empreender modelos alternativos de ocupação urbana, distintos daqueles produzidos pela estreita conexão entre desenvolvimento capitalista e urbanização (Harvey, 2012, p. 74), têm mobilizado processos museais advindos de construções coletivas em torno dos temas e problemas do direito à terra e às cidades.

No primeiro tópico, abordo as especificidades e os impactos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) para o movimento de renovação crítica do campo museológico ao final do século XX. Sendo o contexto dos debates nesse encontro, o papel dos museus frente aos dilemas contemporâneos, foco nas análises do arquiteto argentino Jorge Hardoy e em suas contribuições sobre as dinâmicas urbanas na América Latina que estimularam a reflexão em torno da ideia de museu integral ou integrado. Essa perspectiva sistêmica dos museus, articulados aos territórios e como ferramentas de intervenção e transformação social, pautou outras instâncias de debates da Museologia; essa reflexão interessa para compreensão dos processos museológicos urbanos fomentados no contexto das disputas pela cidade e suas narrativas contra os silenciamentos e estigmatizações territoriais. Esses encontros e documentos concorreram para formação de um campo de agentes e ações museológicas

insurgentes que atuam efetivamente nos processos de autorrepresentação, exercício da cidadania e empoderamento social que reconhecemos hoje na Sociomuseologia.

No segundo tópico, analiso como comunidades negligenciadas pelo poder público, como as regiões periféricas e as favelas, conformaram um importante campo de experiências indisciplinadas que, fora dos edifícios e com a participação de agentes não especializados/as, possibilitam acessar outras imaginações museais e usos da memória articulados com dinâmicas sociais locais que evidenciaram a multiplicidade de formas de ocupar e significar os territórios agenciadas por distintos grupos sociais. Ao refletir sobre os múltiplos olhares museais lançados sobre esses territórios estigmatizados pelos signos da ilegalidade, das ausências e da violência (Rosa, 2018, p. 181), objetivo mapear no Museu da Maré (RJ), Museu de Favelas (RJ), Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MG), Museu das Remoções (RJ) e o Programa Pontos de Memória, as estratégias de fortalecimento das identidades locais e seus processos de luta por meio das memórias musealizadas.

Esses processos criativos não apenas rearticulam os discursos para novos significantes sociais, mas, em diálogo com a Sociomuseologia, formulam gramáticas próprias que subvertem a linguagem museológica normativa e problematizam a ideia consagrada de uma única Museologia capaz de englobar essas novas relações.

2.1 Recuperando o museu integral: o legado de Santiago do Chile para as relações entre museus, territórios e movimentos sociais

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, tem sido abordada no campo museológico como o evento emblemático da chamada Nova Museologia e compreendida como momento de inflexão na práxis museológica caracterizada pela ênfase no papel dos museus a partir de sua função social e de propor a concepção de museu integral ou integrado; um modelo ampliado e participativo de processo museológico cuja dinâmica se estende para os territórios e comunidades onde estão inseridos (Chaves, 2024; MINOM, 2013; Souza, 2020, p. 03).³⁸

Muito tem se debatido a respeito do real impacto desse encontro e da existência de uma ‘nova’ Museologia, em termos epistemológicos e práticos, que fundamentaria a concepção de

³⁸ O trabalho de Júlio César Chaves (2024) é o primeiro a identificar fontes e sistematizar informações sobre as dinâmicas do evento ocorrido em maio de 1972 na capital chilena e os processos de invisibilização pelos quais passou a Mesa Redonda de Santiago, tanto no que toca ao recrudescimento político da ditadura militar chilena com o golpe de 1973, quanto as incompreensões do campo científico normativo da Museologia.

que algo profundamente novo se passava no campo museológico a partir da década de 1970 (Varine, 2005, p. 10). Os argumentos que se levantam como oposição a uma espécie de mitificação do evento se baseiam, em especial, no fato de que ideias que recorrentemente são associados a 1972 no campo museológico, já estariam no escopo de abordagens dos encontros da Unesco e do ICOM – no caso deste, pelo menos desde a sua criação, em 1946. Desse ponto de vista, a ênfase na importância do encontro de Santiago do Chile se daria mais por uma matriz ideológica, que necessariamente por alterações substanciais no contexto museológico que justificassem a ideia de uma ruptura com a Museologia tradicional. Este argumento, contudo, está embasado na ideia de uma museologia que se compreende como neutra, isenta de matrizes ideológicas, e ignora que a “mitificação da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e sua Declaração é também responsável por nos reinventarmos museologicamente e divergirmos frente às Museologias coloniais ainda existentes” (Chaves, 2024, p. 255).

Sobre as divergências que direcionam os debates e filiações acadêmicas, é importante destacar que a escolha de marcos representativos faz parte de um esforço de organização das experiências para a construção de narrativas. Esses marcos significam pontos de inflexão na longa duração, indicando os movimentos dos processos históricos por meio de um marco temporal que supõe a existência de um ‘antes’ e ‘depois’ e que de forma alguma devem ser vistos como unidades absolutas de inteligibilidade. Nesse sentido, embora aspectos do movimento de renovação crítica da Museologia da década de 1970 já estivessem sendo pautados por organismos internacionais há pelo menos quinze anos, isso não desabona o impacto de Santiago do Chile. É preciso compreender o que passou a ser feito de modo diferente a partir desse momento e que pode nos informar sobre sinergias em torno de processos museológicos heterodoxos, cuja reflexividade destas experiências, na esfera institucional do ICOM e Unesco, se deu de forma mais enfática em 1972.

Desse modo, o que o evento de Santiago do Chile significa só pode ser mensurado em um quadro temporal amplo, que abarca tanto as referências eventualmente elencadas em outros encontros e discussões que viabilizaram os entendimentos em 1972, como o campo de possibilidades e reflexões inspirado e respaldado nesse movimento³⁹ que se consolidou, nas

³⁹ No capítulo 1, foram abordadas diferentes experiências museológicas entre as décadas de 1950 e 1960 que já anunciavam a projeção social dos museus e seu envolvimento com questões contemporâneas, além de abordarmos a forma tardia com a qual profissionais de museus brasileiros/as tiveram contato com a Declaração de Santiago, somente na década de 1980. No entanto, este fator não impediu o avanço de práticas insurgentes, sendo indicativo de um crescente clima de contestação das práticas museológicas tradicionais que emergiram na forma de

décadas seguintes, em um paradigma emergente no campo museológico. Simultaneamente, tais mudanças só podem ser compreendidas pelas singularidades que compuseram determinada quadra da história e seus agentes:

“O antes e o depois de um evento conserva características temporais próprias, que jamais se deixam reduzir totalmente às condições de longo prazo. Cada evento produz mais e, ao mesmo tempo, menos do que está contido nas suas circunstâncias prévias: daí advém sua surpreendente novidade.” (Koselleck, 2006, p. 139).

A capital chilena que sediou a Mesa Redonda Regional da Unesco/ICOM, em 1972, era uma exceção democrática no contexto das ditaduras cívico-militares que marcaram o continente latino-americano durante a Guerra Fria. Com uma trajetória relativamente distinta de outros países latino-americanos nesse período, o Chile vinha desde 1964 com uma política interna centrista e que, após frustradas tentativas de intervenção estadunidense contra a ascensão do presidente democraticamente eleito Salvador Allende, em 1970, iniciou um período de construção do chamado socialismo de terceira via. Enquanto isso, em 1964, países como Brasil e Bolívia adentravam sangrentas ditaduras militares e, em 1966, na Argentina, Juan Carlos Onganía reprimiu estudantes e professores/as na conhecida *‘noche de los bastones largos’*, quando estes/as se opuseram à intervenção nas universidades e contra o projeto de *‘depuração acadêmica’*. Em 1968, os militares brasileiros impuseram o Ato Institucional nº 5, que cassou direitos e abriu de vez os porões da ditadura para as torturas, mortes e desaparecimentos de civis, enquanto na praça das Três Culturas, em Tlatelolco, no México, centenas de estudantes em protesto foram assassinados/as pelo governo.

Esse contexto possibilitou que o Chile fosse o campo de atuação e reflexão de diversos/as intelectuais latino-americanos/as, que encontraram no país um refúgio político – até o golpe militar de setembro de 1973 contra Allende. Diante dessas vivências, esses/as intelectuais elaboraram importantes interpretações sobre seus países e o continente, na chave de uma teoria social latino-americana do desenvolvimento e anti-imperialista.⁴⁰ Destaco, nesse

ecomuseus e museus comunitários ao longo dos anos 1990, a exemplo do ecomuseu de Santa Cruz, museu indígena Maguta, Museu indígena Kanindé.

⁴⁰ A experiência socialista encabeçada por Salvador Allende foi fundamental para o país se tornar a rota de exílio para intelectuais, artistas, militantes, entre outros/as *sujeitos* perseguidos/as pelas ditaduras que assolaram a América Latina neste período. No caso brasileiro, importantes nomes da intelectualidade nacional se refugiaram no país andino, o que possibilitou desenvolverem suas elaborações teóricas e práticas no continente, como foi o caso do educador Paulo Freire – asilado político no país entre 1964 e 1969 –, que gestou neste processo uma de suas obras mais importantes, a *Pedagogia do Oprimido*. A respeito da importância desta experiência para o

contexto, a teoria da dependência, perspectiva teórica que teve como principal centro de produção e circulação de ideias o Centro de Estudos Socioeconômico (CESO) da Universidade do Chile com forte impacto nas análises econômicas e sociais do continente ao final da década de 1960 e ao longo dos anos de 1970.⁴¹

Na chave de leitura proposta por essa perspectiva, a noção eurocentrada de desenvolvimento associada às teorias da modernização e do nacional-desenvolvimentismo na América Latina, foi reconsiderada a partir de uma crítica ao modelo etapista de análise hegemônico – tanto liberal quanto marxista –, pautado no paradigma do atraso dos, assim chamados, países subdesenvolvidos (Velloso, 2020, p. 158). Por essa ótica do progresso moderno/colonial, existiria uma única possibilidade de desenvolvimento pautada nos modos de ver e consumir o mundo exportada/imposta pelos ditos países centrais (Mignolo, 2017, p. 08). Desse modo, a superação da profunda marginalização social que caracteriza as sociedades desses países e sua posição geopolítica periférica estaria associada à superação de condições históricas pré-capitalistas, em que as políticas desenvolvimentistas, implantadas desde a década de 1950 no continente, visavam acelerar a evolução dos meios de produção e da organização social do trabalho, tendo em vista o modelo de desenvolvimento do Norte global.

No entanto, a contribuição dos/as teóricos/as da dependência a respeito da concepção de desenvolvimento em uma chave especificamente latino-americana – e que também foi acionada por reflexões posteriores em torno da ideia de sistema-mundo por Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amin –, foi considerar a dimensão estrutural desses aspectos na relação entre os países do globo e sua vinculação à própria sobrevivência do sistema capitalista, gestado e mundializado pelas relações de exploração colonial, a partir do

trabalho intelectual de Paulo Freire, Gadotti (1996, p. 76) informa: “O momento histórico que Paulo Freire viveu no Chile foi fundamental para explicar a consolidação da sua obra, iniciada no Brasil. Essa experiência foi fundamental para a formação do seu pensamento político-pedagógico. No Chile, ele encontrou um espaço político, social e educativo muito dinâmico, rico e desafiante, permitindo-lhe reestudar seu método em outro contexto, avaliá-lo na prática e sistematizá-lo teoricamente”. O governo e a vida de Salvador Allende foram interrompidos em 11 de setembro de 1973, após o golpe de Estado apoiado pelos EUA e liderado pelo então comandante em chefe das Forças Armadas Augusto Pinochet, condenado, em 1998, pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade durante a ditadura.

⁴¹ O CESO foi fundamental para a recepção de intelectuais brasileiros/as como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Perseu Abramo e Vânia Bambirra. Estes/as continuaram suas pesquisas e diálogos acadêmicos a partir da Universidade do Chile, conformando a comunidade de pensadores/as em torno da chamada teoria da dependência; acrescentam-se ao grupo outros nomes que estiveram em exílio no Chile, como Fernando Henrique Cardoso e Emir Sader. Segundo o verbete de Carlos Eduardo Martins, no portal enciclopédia Latinoamericana, O CESO “foi o principal centro de formulação da teoria da dependência e um embrião das análises do sistema-mundo. Suas linhas de pesquisa concentraram-se em três grandes formações: o imperialismo, a dependência e o socialismo”. Acedido em 18 de novembro de 2021, em <http://www.latinoamerica.wiki.br/verbete/c/ceso>.

século XVI (Velloso, 2020, p. 157). Essa crítica foi articulada ao chamado modelo de ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, uma leitura da geopolítica contemporânea na qual as relações entre os países do Norte e Sul globais, atualizam as relações de dependência que caracterizaram os processos de exploração coloniais e suas sociedades subalternizadas.

A nível local, o modelo de desenvolvimento se expressa no acelerado crescimento urbano nesses países – as cidades como as grandes vitrines da modernidade –, cuja tendência de concentração da produção industrial, populacional e de investimentos converte poucos centros em capitais políticas, administrativas, financeiras e culturais. Em contrapartida, grandes áreas são negligenciadas pelo Estado, o que conforma a lógica assimétrica nas formas de viver, de habitar e de usufruir esses espaços, resultando em novos processos de subjetivação e identidades locais. Retomo o trabalho de Maria da Glória Gohn para aludir às vinculações que a perspectiva da dependência latino-americana atribui ao desenvolvimento e à marginalidade na dinâmica dos territórios:

“A marginalidade passou a ser analisada a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, oriunda do campo - dado o processo de desagregação das relações socioeconômicas neste setor.” (Gohn, 1997, p. 214).

Destaco esses aspectos para ressaltar as singularidades do encontro de 1972 realizado no Chile, que, diferentemente de outros encontros, problematizava o papel dos museus em um contexto de intenso embate político e social (Chaves, 2024, p. 83), no qual um olhar especificamente latino-americano sobre o desenvolvimento atravessava distintas áreas de conhecimentos, da Economia às Ciências Sociais.

Nesse sentido, a inserção das ideias de desenvolvimento local e a função social dos museus, em especial sua dimensão educativa, adquiriam nesse contexto outras feições que até então passaram ao largo das preocupações museológicas pautadas por especialistas europeus e estadunidenses, como ocorreu nos encontros que precederam o encontro de Santiago do Chile (Varine, 2020, p. 35). É preciso identificar a que modelo de desenvolvimento se referem as discussões pautadas no encontro de Grenoble, em 1971, quando a ideia de ‘desenvolvimento’ foi inserida oficialmente à definição de museus do ICOM – não sem divergências – e, em 1972, quando, do outro lado do Atlântico, profissionais que inclusive participaram ativamente dessa

mudança de rumos institucionais no ano anterior, como Mário Vásquez,⁴² puderam dialogar com seus pares geopolíticos acerca da efetiva participação dos museus no desenvolvimento social de realidades estruturadas para serem a periferia do mundo.

Essa mesa de debates se inseria em uma série de outras mesas redondas que ocorriam de forma irregular desde a década de 1950 e não foi a primeira a ser realizada no continente.⁴³ No entanto, teve a singularidade de ser a primeira direcionada a profissionais de museus latino-americanos, debatendo em língua espanhola – e eventualmente em francês (Chaves, 2024, p. 131) – o papel dessas instituições no tocante às temáticas próprias da região, como os impactos da urbanização e do meio rural, a educação permanente e o desenvolvimento local.

Ao observar os temas abordados não é difícil notar os pontos de contato com os campos de estudos sobre os quais as correntes críticas do desenvolvimento se debruçavam, em especial, a relação campo e cidade. Esses pontos de contato nos fornecem indícios importantes a respeito das perspectivas de leituras sobre o desenvolvimento compartilhadas por aqueles/as reunidos/as em maio de 1972 na capital chilena. Esses aspectos não podem ser secundarizados quando falamos do campo museológico, fortemente estruturado em torno de tradições intelectuais francesas e anglo-saxônicas, apegadas às especialidades técnicas exigidas pelos acervos e coleções. Assim, não é absurdo afirmar que as problemáticas tangenciadas em outros encontros e documentos – a ênfase na vinculação entre museus e realidades político-sociais, museus e preservação do patrimônio natural, participação comunitária e desenvolvimento regional – foram abordadas, no Chile, por um olhar distinto do que até então era construído no contexto do ICOM/Unesco.

Singulariza também esse contexto um espírito de época fortemente tocado pela falência das políticas econômicas desenvolvimentistas do imediato pós-guerra, que aprofundaram as desigualdades sociais, sobretudo em países do Sul global, condicionando novos cenários de disputas – o direito à cidade – e envolvendo outros/as sujeitos e lugares sociais – trabalhadores/as precarizados/as e periferias urbanas. Embora a década tenha sido caracterizada pela emergência de movimentos sociais associados às pautas modernas de construção de

⁴² Em relação a esse ponto, Varine comenta: “Em Grenoble, no último e principal momento da conferência se escutaram outras intervenções políticas, entre as quais as mais fortes e eficazes foram, sem dúvida, a de Mário Vásquez, pelo México, e Stanislas Spero Adotevi, ex-ministro de Daomé (atual Benin). O objetivo foi alcançado e a conferência foi um ponto de inflexão na orientação do ICOM principalmente com a inserção da palavra ‘desenvolvimento’ na definição oficial de museus” (Varine, 2020, p. 62).

⁴³ As Mesas Regionais anteriores se realizaram em: Nova York, 1952; Atenas, 1954; Rio de Janeiro, 1958; Tóquio, 1960; Cidade do México, 1962; Jos, 1964; Nova Déli, 1966.

identidades políticas em torno das lutas feministas, dos movimentos negros e de defesa do meio ambiente, é fundamental compreender que, nos países da periferia do capitalismo mundial, essas pautas adquiriam feições distintas do que fora propalado pelos movimentos em países europeus e norte-americano. A essas pautas se conjugavam demandas seculares de garantia da dignidade humana como o acesso à terra, à moradia, à melhoria das condições de vida e trabalho (Gohn, 1997, p. 228).

“Sendo assim, é preciso não perder de vista que esse foco sobre as questões socioeconômicas regionais reafirma o peso político e simbólico da Mesa de Santiago e evidencia atravessamentos diretos ou influências indiretas das experiências de movimentos sociais de luta no campo, dos movimentos eclesiais de base, dos círculos de cultura, dos coletivos dedicados aos direitos humanos e às buscas por desaparecidos políticos, da Teologia e Filosofia da Libertação, das resistências indígenas, da Pedagogia do Oprimido, enfim, de uma série infindável de ideias e experiências históricas próprias da região que abrigava o encontro internacional e que atribuem à mesa uma singularidade política e simbólica.” (Souza, 2020, p. 11).

Esses novos cenários e formas de participação política, nos quais a cultura é uma dimensão constitutiva dos jogos de poder reivindicada por distintos agentes, foram abordados em Santiago do Chile a partir de quatro painéis de debates.⁴⁴ Entre os temas, nos interessa abordar de forma mais enfática a participação do arquiteto argentino Jorge Enrique Hardoy,⁴⁵ pela influência que a abordagem de seu tema – *Panorama de la urbanización en América Latina en 1970* – teve entre os/as participantes do evento para a proposição da ideia de ‘museu integral’ (Desvallés, 1992 *apud* Duarte Cândido, 2003, p. 21; Varine, 2020, p. 63).

Em sua apresentação, Jorge Hardoy expôs um quadro de urbanização em tendência de aceleração das cidades latino-americanas desde a década de 1960, cujo crescimento das populações urbanas vinha se intensificando sem correspondentes na área rural ou aumento de

⁴⁴ “*Los museos y el desarrollo cultural en el medio rural y el desarrollo de la agricultura*”, Enrique Enseña, professor da Faculdade de Agronomia, Universidade do Panamá, Panamá; “*Los museos y los problemas sociales y culturales del medio*”, Jorge E. Hardoy, Investigador chefe do *Centro de Estudios Urbanos y Regionales*, Instituto Di Tella, Argentina; “*Los museos y el desarrollo científico y tecnológico*”, professor Mario Teruggi, Museu de La Plata, Argentina; “*El museo y la educación permanente*”, Dr. César Picón Espinoza, diretor de educação escolar e laboral, Ministério da Educação, Peru.

⁴⁵ Jorge E. Hardoy (1926-1993) foi um arquiteto e urbanista argentino especializado em planificação urbana e regional da América Latina e pioneiro na investigação e difusão desta temática, sendo membro de instituições como o *Centro de Estudios Urbanos y Regionales* do Instituto Torcuato Di Tella em Buenos Aires (1967-1969), da *Escuela de Arquitectura y Planeamiento* da Universidade Nacional de Rosário (1956-1967) e presidiu a *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos de la Argentina* (1984-?) (Chaves, 2024, p. 354). Escreveu o livro *Ciudades Precolombinas* (1964), em que analisa a dinâmica de crescimento das cidades latino-americanas a partir do denominador comum das formas de urbanização priorizadas pelas invasões europeias ao continente.

postos de trabalho no setor industrial. O acentuado crescimento urbano, a partir da década de 1970 no continente, foi caracterizado pelo processo de periferização dos/as trabalhadores/as migrantes do êxodo do campo que, devido à concentração e à modernização das áreas rurais, recorriam aos núcleos urbanos sem “os mínimos investimentos indispensáveis para criar postos de trabalho e dotar de moradia, serviços públicos e equipamentos comunitários a nova população urbana”.⁴⁶ Hardoy também demonstrou que a tendência de crescimento dessas cidades estava vinculada ao sentido periférico imposto pelo primeiro ciclo das colonizações, expondo a lógica colonial da dependência moderna em uma chave que marca a teoria crítica latino-americana.

Ao evidenciar os processos insuperáveis de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, exorta à ruptura com a dependência a este modelo de desenvolvimento exclusivamente econômico. Desse modo, denunciou as políticas desenvolvimentistas nacionais pautadas pela agenda internacional e dissociadas de um planejamento que visasse ao desenvolvimento social em nível local em que estes projetos de modernização impactavam territórios e suas comunidades.

Hardoy também acompanhou em suas análises uma tendência mais geral de renovação crítica que valorizava as dimensões do cotidiano, as comunidades e o local como unidades de análise e intervenção primordiais, enfrentando um discurso cada vez mais globalizante e encobridor de diferenças. Associado a este crescimento, o arquiteto também destacou a ruptura com o equilíbrio biológico consoante as pautas ecológicas que vinham se definindo de forma cada vez mais militante na década de 1970, questionando sempre os sentidos da urbanização em benefício da sociedade e não da especulação – “A terra urbana é um bem inalienável no mercado ou um recurso social que pertence a sociedade?”.⁴⁷

Nos debates que se seguiram ao painel de Jorge Hardoy, o papel dos museus diante deste cenário – considerando que muitos/as profissionais participantes atuavam em museus localizados nestas grandes cidades da América Latina – é definido de forma ativa para a conscientização dos problemas do meio urbano por meio de exposições especiais e itinerantes em zonas rurais e marginais das cidades, enfrentamento da questão ecológica e salvaguarda da

⁴⁶ No original: “(...) *sin las mínimas inversiones indispensables para crear trabajo y dotar de viviendas, servicios públicos y equipamientos comunitarios a la nueva población urbana*” (Instituto Brasileiro de Museus & Programa IberoMuseus [Ibram & IberoMuseus], 2012, p. 57).

⁴⁷ No original: “*Es la tierra urbana un bien inajenable en el mercado o un recurso social que pertenece a la sociedad?*” (Ibidem, p. 21).

paisagem natural como parte integrante dessa dinâmica, além da ênfase no trabalho interdisciplinar. Também foi proposta de forma direta a ideia de um “novo tipo de museu” – identificado no relatório como “museu social” – que seria mais adequado à ação em nível local e no qual “apareça o homem integrado ao seu ambiente” e, nos já existentes, qualquer que seja o museu ou exibição, recomendava-se “vincular o objeto ao meio, ao homem, à história, à sociologia, à antropologia”.⁴⁸

Sintetizada na ideia de museu integral ou integrado, a ação museológica se emancipava dos limites do edifício museu para se efetivar como ação transformadora no território que integra; este museu, ciente do cenário de rápidas transformações, crises, desequilíbrios, abandonos e injustiças, participa na formação das comunidades, contribui para o seu engajamento, engaja-se nas mudanças em curso e provoca outras mudanças. Nesse sentido, se reconhece como ação orientada e transformadora, tecendo relações entre variáveis territoriais no âmbito da produção e da circulação de sentidos articulada às demandas e aos problemas locais. Essa proposta é o cerne da Declaração de Santiago, que lança um olhar sistêmico e, por isso, interdisciplinar do fenômeno museológico em sociedades contemporâneas e do território como âmbito museográfico, a partir da atuação comunitária e de novos conceitos e metodologias de pesquisa e trabalho.

Neste ponto é importante trazer à análise as escalas de tempo e espaço que caracterizam as relações sociais no momento que o geógrafo brasileiro Milton Santos denominou técnico, científico e informacional.⁴⁹ É na segunda metade do século XX, com os avanços tecnológicos e comportamentais que a caracterizam, que a ideia de território ‘retorna’ ao debate científico a partir da valorização de aspectos históricos e sociais intrínsecos à apropriação e produção do espaço e é aprofundada com as críticas à pretensão de “encurtamento das distâncias” de uma economia globalizada, a partir dos anos 1990 (Santos, 2005, p. 255). Em suas reflexões sobre o contexto político e intelectual à época da Mesa Redonda de 1972, Hugues de Varine destacou a emergência deste conceito a partir da convergência de temáticas nesse período, mobilizadas

⁴⁸ No original: “Finalmente el participante por Argentina, Dr. Mario Teruggi, sugiere recomendar la creación de un nuevo tipo de museo en el cual aparezca el hombre integrado en su ambiente. Toda exhibición cualquiera sea el tema, cualquiera sea el museo, debe vincular el objeto al medio, al hombre, a la historia, a la sociología, a la antropología” (Ibidem, p. 63).

⁴⁹ O meio técnico, científico e informacional pode ser compreendido como os processos de produção e reprodução do espaço geográfico impulsionados pelos avanços tecnológicos a partir da década de 1970. Este meio está relacionado à Terceira Revolução Industrial e é caracterizado pela união entre técnica e ciência que conforma o processo de globalização expandindo as fronteiras da informação e do capital.

pelas críticas ao modelo de desenvolvimento econômico transnacional que deram embasamento para uma ênfase maior nos territórios e nas pessoas, como locais e agentes centrais no enfrentamento aos efeitos destes processos de homogeneização:

“Pensadores e profissionais como L.J. Lebrecht (França), Ivan Illich (México) e Ernst Schumacher (Grã-Bretanha) se concentraram em objetivos e métodos que davam mais importância ao homem e a sociedade como atores, autores e beneficiários do desenvolvimento. A palavra e o livro de Schumacher *Small is beautiful* (1973) e a encíclica pontifícia *Populorum Progressio* (Paulo VI, 1967) outorgavam grande repercussão a estes conceitos. [...] Daí o conceito de geometria variável do território, em si mesmo associado ao de comunidade, que representa ao conjunto de pessoas que compartilham um território dado, mas também para nós um patrimônio e o uso de equipamentos culturais dos quais os museus locais formam parte.” (Varine, 2020, p. 30).⁵⁰

A noção de território, originada da reflexão geográfica e vinculada ao pensamento do alemão Friedrich Ratzel em relação ao espaço e à soberania do Estado moderno europeu, foi redimensionada nessas leituras para o alcance mais capilar das relações de poder que passaram a problematizar o controle, a apropriação e o uso desses espaços em uma perspectiva também cultural e simbólica.

O território, percebido como espaço relacional, passou a ser decodificado a partir dos jogos de poder que o significam como condição de produção e reprodução de práticas, narrativas e afetos que dão senso de comunidade para determinado grupo de pessoas. Essa perspectiva dialoga com a noção de “território usado” de Milton Santos, no qual os territórios se tornam objetos de análise a partir dos usos que se fazem dele e não do território em si mesmo – “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2005, p. 255).

Nesse sentido, o museu integral se projeta para o espaço do vivido – para além do museu e suas coleções –, territórios tão multifacetados quantas podem ser as formas humanas de habitar e significar o seu meio e que se caracterizam, na análise social, como o lugar das diferenças, dos conflitos, das contradições e das resistências. Como categoria de análise, aos territórios Milton Santos acrescenta ainda a noção de lugar considerado o espaço da existência;

⁵⁰ No original: “Pensadores y profesionales como L.J. Lebrecht (Francia), Ivan Illich (México) y Ernst Schumacher (Gran Bretaña), se centraron en objetivos y métodos que acordaban más importancia al hombre y a la sociedad como actores, autores y beneficiarios del desarrollo. La palabra y el libro de Schumacher *Small is beautiful* (1973) y la encíclica pontificia *Populorum Progressio* (Paulo VI, 1967) le otorgarán una gran repercusión a estos conceptos. (...) De ahí el concepto de geometría variable del territorio, en si mismo asociado al de comunidad, que representa al conjunto de personas que comparten un territorio dado, pero también para nosotros un patrimonio y el uso de equipamientos culturales de los cuales los museos locales forman parte”.

na dinâmica dos lugares é que reside a possibilidade de efetiva comunicação e de um “acontecer solidário”:

“Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território).” (Santos, 2005, p. 260).

Socialmente constituídos nas fronteiras do sistema-mundo, esses territórios se desvelam de forma mais profunda em encruzilhadas de sentidos e afetos, entrelugares que “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (Bhabha, 1998, p. 20). São territorialidades que, ora colidem-se e sobrepõem-se, produzindo desterritorializações, ora se ajustam e coabitam, produzindo novas territorialidades/multiterritorialidades.

Essa noção parte da perspectiva de transitoriedade do local da cultura, preconizada por Homi Bhabha (1998) e pensadores/as pós-coloniais a partir das diásporas e migrações modernas, nas quais as diferenças culturais se realizam nos entrelugares destas existências humanas, marcadas por deslocamentos que interpelam continuamente subjetividades não hegemônicas a um processo de negociação e tradução cultural: “É na emergência dos interstícios – a sobreposição e os deslocamentos de domínio da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário e o valor cultural são negociados” (Bhabha, 1998, p. 20). Neste sentido, a impermanência que marca os processos de subjetivação em oposição à pretensão de identidades fixas modernas é visível nestas fronteiras epistemológicas e culturais que atribuem sentidos aos territórios e é neste “espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência” (Bhabha, 1998, p. 29).

Os territórios, no pensamento fronteiriço que se esboça no século XX, se realizam a partir das múltiplas territorialidades humanas ativadas e constituídas como estratégias de resistência aos sucessivos projetos de exploração e revelam a existência, concomitante, de diversos territórios simbólicos, apropriações subjetivas do domínio do vivido que informam sobre os impactos e respostas locais aos processos de nivelamento cultural. É na relação dessas variáveis e escalas que o território se consolidou como uma totalidade que é dinâmica, que se

constitui pelos agenciamentos produzidos por sujeitos interpelados/as por situações concretas e que deve ser apropriado – não apenas compreendido – como realidade histórica, por isso mesma, passível de ser transformado (Freire, 1987, p. 43).

A partir desses entendimentos é que as práticas e compromissos da ação museológica integral acordados em Santiago do Chile adquirem ressonâncias nos processos museológicos contemporâneos afinados à Museologia Social. Ao exercitar o olhar problematizador, pode-se compreender os processos museológicos em perspectiva integral como espaços e experiências de interações – locais e globais – que buscam promover o aporte cultural integrado às dinâmicas sociais do cotidiano dessas comunidades, atuando efetivamente nos processos de autorrepresentação, exercício da cidadania e empoderamento social.

“Isso significa considerar um museu que não apenas evocaria uma práxis que pusesse em cheque (sic) a fissura ontológica que separava a razão e o mundo material nas ciências modernas, como igualmente se veria atravessado por experiências de movimentos sociais – como movimentos indígenas, associações de moradores, círculos de cultura, comunidades eclesiais de base, brigadas camponesas, entre outras – em suas existências baseadas, inclusive, no dissenso. O ‘Museu Integral’, no seu devir, experimental, portanto, a construção do museu como espaço público, voltado aos assuntos da comunidade – indissociada de seu território – num processo dialógico.” (Souza, 2020, p. 15).

A viabilidade desse novo tipo de museu foi condicionada no documento de 1972 a uma “mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem” e que, em determinados casos, essa “transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente” (Santiago, 1972). A assertiva expressa na declaração que ansiava “por uma mutação do museu da América Latina” explicita a vontade e o questionamento direto a um modelo de museu que será desenvolvido de forma mais contundente nos debates e práticas que se seguiram a Santiago do Chile.⁵¹

Destaco esses pontos na declaração, pois eles informam de perspectivas críticas e desobedientes ao modelo de museus instituídos não pela equivocada ideia de um pioneirismo relacionado aos aspectos sociais no contexto dos museus, mas por contribuir para a

⁵¹ Cabe destacar a pioneira experiência das *Casas del Museo* (1972-1980) desenvolvida a partir do Museu Nacional de Antropologia do México por Mario Vázquez, Miriam Arroyo, Coral Ordoñez e outros/as colaboradores/as, que levou parte das exposições e atividades do museu às periferias da Cidade do México por meio de módulos desmontáveis, realizando uma ação cultural extramuros inédita no contexto regional. Essa proposta acompanhou os entendimentos em torno do “museu integrado” – no documento também é referenciado como museu social e museu integral – acordados nas discussões após o painel de Jorge Hardoy em Santiago do Chile.

compreensão contemporânea de que os museus são práticas sociais vinculadas a múltiplas territorialidades humanas e os grupos sociais que as mobilizam, o que confere à função social dos museus outros conteúdos semânticos e compromissos políticos:

“No entanto, para alguns autores a questão principal que norteia o debate acerca da valorização dos resultados da Mesa de Santiago do Chile e dos acréscimos que advém deste documento somado às propostas teóricas e práticas que surgem a partir dele para o campo da Museologia dedicadas, especialmente aos aspectos sociais, resume-se a um reconhecimento de pioneirismo ou ineditismo relacionado ao aspecto social. Assim, retira-se o foco do teor emblemático da carta desconsiderando o que, nesse caso, é o mais significativo de seus legados: os desdobramentos de tais práticas para o fortalecimento do campo da Museologia, no que se refere às inúmeras e novas possibilidades de relacionamento entre os museus, as comunidades, os movimentos sociais, os territórios frente às questões sociais significando um marco para a constituição do movimento da Nova Museologia.” (Pereira, 2018, p. 80).

Os contornos mais definidos dessa reflexão se expressaram mais de dez anos depois, no tensionamento em torno da ideia de ‘ecomuseus’ como modelo dominante do que seria reconhecido como uma Nova Museologia. O compromisso com a diversidade museal, associada às múltiplas práticas mobilizadas pelo exercício de musealização participativa, foi firmado no encontro realizado no Canadá, em 1984, quando foi acordado na Declaração de Quebec “adotar e aceitar todas as formas de museologia ativa na tipologia de museus”, transbordando os limites dos ecomuseus como simulacros dessas novas museologias. De todo modo, a Ecomuseologia teve importantes ressonâncias nesses debates, sendo muito significativas as contribuições construídas a partir do I Encontro de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que resultou na formação do primeiro ecomuseu vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, em 1995, na zona oeste da capital carioca.⁵²

Para embasar essa proposta, foram retomadas ao longo do encontro referências ao museu integral em experiências locais⁵³ as quais, guardadas suas especificidades, contribuíram

⁵² “Entre 1992 e 1995 têm lugar as discussões e trâmites burocráticos para a criação do museu e, em 1º de setembro de 1995, é sancionada a Lei Municipal n.º 2.354, criando definitivamente o primeiro ecomuseu carioca, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, com o nome de Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz. O museu passa a estender-se por todo o bairro, perfazendo uma área total de cerca de 125 km² e estruturando-se a partir de sete núcleos”. Acedido em 21/05/2022 em http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/ecomuseu_de_santa_cruz.

⁵³ Os debates foram estimulados a partir de experiências como do ecomuseu de Itaipú (PR), por Fernanda de Camargo Moro; do Museu de Arte Sacra e do curso de Museologia da UFBA com as escolas de Salvador, por Maria Célia M. Santos; o ecomuseu do Seixal, em Portugal, por Mário Moutinho; os ecomuseus canadenses, por René Rivard; a experiência francesa de ecomuseus, por Hugues de Varine, entre outras.

para a reflexão de possíveis caminhos para ações museológicas que integrassem as comunidades da zona oeste da cidade em torno de seus patrimônios culturais e naturais e, a partir deles, pudessem participar e intervir nas dinâmicas socioespaciais coletivamente – “É nisso que o ecomuseu surge como um recurso de planejamento, não só urbano, mas de planejamento social porque ele engloba, nessa instituição peculiar, a questão, o fio condutor a partir do patrimônio natural e cultural, com a participação da comunidade”.⁵⁴

A proposta de implantação do ecomuseu partiu do reconhecimento da iniciativa de memória de um grupo de moradores/as, em sua maioria professores/as, que se organizaram em torno do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica do bairro, fundado em 1983, e que participaram ativamente nos debates do Encontro Internacional. Essa iniciativa local foi motivada pela descaracterização da região, desde a década de 1960, com a implantação de um parque industrial e o acelerado crescimento demográfico resultante da proliferação de conjuntos habitacionais construídos para responder, precariamente, à demanda de habitação popular aprofundada por processos de remoções e despejos de pessoas em outros pontos da cidade. Essas questões mobilizaram a busca de mecanismos de interação e integração entre “a população autóctone e a que vive nos conjuntos habitacionais – que, através de processos museológicos não convencionais (ecomuseus/museus comunitários) criam novos modos de produção social de subjetividade” (Priosti, 2006, p. 06), a fim de enfrentar os impactos dessas transformações e deslocamentos que têm caracterizado a experiência urbana de parte significativa das pessoas em grandes cidades:

“[...] são questões que têm mobilizado as comunidades concernentes, a partir dos grandes impactos por elas sofridos com a implantação de políticas públicas impostas, intervindo de modo irreversível na sua qualidade de vida. Tomando as identidades culturais como patrimônio e a sua memória como ferramenta de mudanças, buscam soluções para uma preservação processual de sua cultura viva e para o próprio desenvolvimento local e comunitário.”
(*Ibidem*).

Com mais de trinta anos de existência, o ecomuseu de Santa Cruz segue articulando agentes em diferentes campos da vida social como também da Administração Pública, dos museus, da educação – básica e universitária – e de organizações da sociedade civil na convergência de esforços para empreender mecanismos de valorização local e de participação

⁵⁴ Observação feita pela museóloga Maria Célia Santos em debate que se seguiu a apresentação do tema “Ecomuseu: A experiência em Portugal” do palestrante Mário Moutinho. (Encontro Internacional de Ecomuseus, 1992, p. 93-148).

comunitária, mediados pela musealização dos seus territórios em perspectiva integrada. Representa também uma iniciativa pioneira no exercício de construção coletiva de outras narrativas sobre as cidades que têm caracterizado um campo de experiências dissonantes, conformado por processos museológicos urbanos em regiões periféricas e favelas que comunicam contramemórias das cidades segregadas, problematizando os regimes de urbanidade hegemônicos, políticas habitacionais verticalizadas e as histórias unívocas:

“São atualmente os museus comunitários, ecomuseus e outros museus de território que retomam, aprofundam e aplicam os princípios formulados em Santiago, em 1972, à margem do sistema museológico oficial. Certamente, isso os leva a correr riscos, o do compromisso militante sobre os temas de natureza política, o de tomadas de posição sobre as apostas da sociedade, o de revelar patrimônios desconhecidos ou ameaçados, enfim o de parecerem ‘heréticos’.” (Varine, 2005, p. 15).

Esse posicionamento diante das demandas das sociedades teve reflexividade dentro do campo museológico, a partir do exercício de indisciplinamento à norma como condição para a extroversão de outras memórias e para a efetividade dos museus no contexto da vida social contemporânea. Essa constatação pode ser atribuída a outra imaginação sociológica a respeito dos processos e dispositivos sociais, não como reflexos ou espelhos, mas como conjuntos heterogêneos que abarcam discursos, instituições, leis e enunciados científicos que engendram práticas disciplinares, configuradas historicamente por exercícios específicos de poder e de saber (Foucault, 2005, p. 138).

A resistência ao modelo instituído de museus como única possibilidade de preservação e comunicação de legados culturais, traduziu nessa esfera de atuação as inquietações aventadas por movimentos sociais, pelos debates de descolonização política e cultural e pela urgência de adaptação dos museus, assentada nas profundas transformações que caracterizaram a experiência histórica do século XX. No I Encontro de Ecomuseus, essas inquietações foram reiteradas pelo diretor regional de Cultura para América Latina e Caribe da Unesco, o arquiteto equatoriano Hernán Crespo Toral (1988-1995), que reivindicou em sua conferência o museu como ação além-muros e processo dinâmico:

“O museu tem que romper suas barreiras. O museu que vive entre quatro paredes não parece ter vigência. Tem que estar em contato permanente, em reciclagem permanente com a comunidade que o nutre. [...] O museu é uma militância, é uma batalha, é uma mística. Temos que acreditar no museu para poder transformá-lo. Porque se deixarmos o museu em status burocrático, nós o desvirtuaremos do que ele é.” (Encontro Internacional de Ecomuseus, 1992, p. 21).

Nesse sentido, o I Encontro de Ecomuseus no Rio de Janeiro foi a encruzilhada que possibilitou que diferentes atores sociais em instâncias distintas de atuação, interessados/as em museologias ativas, populares e experimentais, protagonizadas por comunidades e movimentos sociais, fomentassem uma importante rede de trocas e um efetivo diálogo que se desdobrou na “implementação de novas inflexões conceituais e práticas” (Britto, 2019, p. 23), no esforço de considerar esses processos sociomuseais como possibilidades epistêmicas para repensar as Museologias.

É nessa reconfiguração de princípios e compromissos que envolvem a práxis museológica que a Museologia Social emerge como alternativa paradigmática evidenciada pela “construção de uma possibilidade real de uma museologia participativa, no quadro da formação universitária, para a pesquisa e para o mundo do trabalho” (Duarte Cândido & Ruoso, 2020, p. 194), que tem se firmado com maior impacto no contexto geocultural dos topos lusófonos (Britto, 2019, p. 105),⁵⁵ a partir do Minom, do Ibram e da Universidade Lusófona, em Lisboa. Ampliando seu alcance geopolítico, essas contribuições práticas e teóricas de projeção social da Museologia foram inseridas, posteriormente, na agenda internacional relacionada ao campo cultural dos museus com a elaboração da *Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel da Sociedade da Unesco* (2015), pautada por influência dos países ibero-americanos. Essa recomendação reconhece o papel dos processos museológicos para a transformação da sociedade em observância aos princípios defendidos pela entidade internacional e se constitui em “espaço para garantir, ampliar e subsidiar novas e antigas reflexões e práticas da Museologia Social ou Sociomuseologia” (Stornino *et al.*, 2016, p. 24).⁵⁶

⁵⁵ “Na verdade, se consolidou aquilo que destaquei no capítulo anterior como uma geocultura dos topos lusófonos, amparado no entendimento de Pedro Pereira Leite (2016). Esse encontro de pesquisadores e essa circulação de conhecimentos transatlânticos auxiliou na consolidação da Museologia Social como um novo paradigma e é o principal responsável pela conformação da Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento. No caso brasileiro, especificamente, consistiu nas bases para a construção de uma geopolítica epistêmica que possibilitou uma nova ruptura epistemomuseológica, reverberando de modo crucial nos itinerários daquilo que defini como as fases de uma ‘Museologia militante’ e de ‘Institucionalização da Museologia Social’” (Britto, 2019, p. 142). Apesar disso, constatou-se pouca ressonância destes processos nos currículos de ensino dos cursos de formação em Museologia do Brasil.

⁵⁶ Judite Primo e Mário Moutinho (2021, p. 18) acrescentam ainda: “Esta recomendação da Unesco acabou por ter um impacto ainda mais vasto, na medida em que os seus pontos essenciais foram incorporados no debate que se instalou no cerne do ICOM objetivando a elaboração de uma nova definição de Museu. Este processo que teve o seu ponto alto por ocasião da Conferência Geral do ICOM em Kyoto mantém-se particularmente vivo, pois não é mais possível ignorar que o panorama da museologia incluiu novas abordagens, resultantes da referida dimensão comunitária e dialógica que coloca os museus no contexto dos desafios que a Humanidade enfrenta”.

Essa reorganização do campo, a partir da década de 1990, foi resultado de possibilidades viabilizadas por um campo de experiências dissonantes e dissidentes – ecomuseus, museus de territórios, museus comunitários, museus de favela, museus indígenas etc. – que têm fomentado a reflexão desses processos museológicos a partir da Sociomuseologia, “já não como lugares de estudo, mas lugares de pensamento” (Mignolo, 2003, p. 22). Essas diversas formas de protagonismo social, estimuladas por experiências participativas e dialógicas no campo dos museus, desvelaram a pluralidade de vozes que compõe uma comunidade em dado território, distante de ser um todo homogêneo e consensual, revelando na lógica plural dos poderes, os grupos de interesses específicos e regimes de valorização do patrimônio que são utilitários a seus projetos de existência.

“A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade, reconhecendo a hibridação, sobreposição, coexistência de múltiplas culturas/identidades num mesmo território e de vários territórios sociais, articulando-se ou não num mesmo território espacial.” (Moutinho, 2014a, p. 01).

As Museologias que se dedicam a projetos pautados na recuperação, construção e tratamento das memórias de grupos invisibilizados, conformam importantes laboratórios de experiências museais dissonantes que tensionam o campo normativo a partir de outras vivências/epistemologias. Esses novos espaços epistêmicos no campo museológico – museologias indígenas, museologias kilombolas, museologias *queer* etc. – rompem com a colonialidade pelo exercício da diferença, em desobediência a um fazer museal pautado no paradigma hegemônico, e pelo exercício de crítica permanente aos processos de sujeição e desumanização, presentes nas práticas museológicas que reforçam a memória do poder. A Museologia Social, a luz das contribuições de Bhabha (1998, p. 27) pode ser lida como “trabalho fronteiriço da cultura” e “cria uma ideia de novo como ato insurgente de tradução cultural [...] ela renova o passado refigurando-o como um entrelugar contingente, que inova e interrompe a atuação presente”.

Ao recuperar o percurso de transformações viabilizadas pelo encontro de Santiago do Chile no campo museológico à emergência do paradigma sociomuseológico, busco aprofundar as rotas e os desvios que provocaram a mudança progressiva de mentalidades diagnosticada em 1972. Esses compromissos se fortaleceram ao longo da década de 1990, tanto em relação à rede de trocas e diálogos que têm fundamentado a Museologia Social ou Sociomuseologia como um paradigma científico empenhado em traduzir em uma linguagem de especialidade os

efeitos práticos dessas ações, como em novos processos museais que dilatam e transbordam as contingências impostas a uma prática que se reinventa com a vida.

Em sintonia com a proposta da tese, nos tópicos seguintes proponho a aproximação com processos museais no contexto urbano que questionam, a partir das periferias e favelas, as políticas verticalizadas de habitação e ordenamento territorial, ao instrumentalizar o museu como espaço de convergência comunitária, empoderamento social e luta. Entre as profundas mudanças que marcaram o período em questão, está a consciência crescente de que estas regiões historicamente narradas como anomalias urbanas ou como ‘cidades informais’ são, na verdade, territórios orgânicos às cidades capitalistas, cuja experiência de marginalização social foi aprofundada pela racionalidade neoliberal que encerra o século XX.

2.2. Transbordamentos da cidade segregada: fronteiras museológicas, processos sociomuseais e territorialidades nas cidades brasileiras

A despeito dos distintos regimes de urbanidade que conformaram as dinâmicas de crescimento das grandes cidades brasileiras desde o século XVIII, as representações usuais de territórios periféricos nos espaços urbanos brasileiros remetem, em geral, às noções de civilidade e atraso que foram sendo constituídas no espaço social do Rio de Janeiro, capital da nascente República ao final do século XIX. Por sua capitalidade, o Rio de Janeiro foi espaço privilegiado de representação de um projeto nacional moderno, que, no lastro do positivismo, conjugou o discurso médico-higienista e jurídico ao pensamento urbanístico em ascensão, cuja estética racionalista contribuiu para consolidar no imaginário social sobre as favelas a ideia desses territórios como lugares insalubres, perigosos e anomalias urbanas que, à régua e compasso, poderiam ser extirpadas da paisagem citadina (Chaulhoub, 1996, p. 46).

É importante trazer como dado que o Rio de Janeiro era uma “cidade negra” (Chaulhoub, 1990, p. 175) quando a abolição da escravidão foi conquistada e a República proclamada pelas elites nacionais. No ocaso do século XIX, qualquer nação que quisesse se afirmar moderna o fazia a partir do principal significante da modernidade: as cidades; e uma urbe colonial, construída no lastro do trabalho e da vivência de uma população negra e ‘mestiça’ ao longo de trezentos anos, apresentava obstáculos profundos aos anseios civilizatórios almejados pelas classes dominantes do país. Mais que uma cidade negra, o Rio

de Janeiro era a capital de um território que se conformava majoritariamente por cidades descritas, desde o século XVIII, por viajantes como “pequenas Áfricas” – Salvador, Recife e Rio de Janeiro (Schwarcz & Santos Gomes, 2018, p. 163) – e cujas classes senhoriais urbanas reproduziram nesses contextos suas visões racistas, colocando em movimento durante a República uma engrenagem social que visava, em diferentes frentes, o embranquecimento do país e sua cultura como sinônimos de ordem e progresso.

Diante do imperativo de modernização, a intervenção do Estado no espaço urbano carioca se deu em três frentes de controle que nos indicam os contornos racializados dessas medidas: o controle sanitário, imposto pelas rígidas regulamentações aos cortiços e habitações coletivas do centro, visavam sanar as epidemias de febre amarela que acometiam a cidade e atingiam, principalmente, imigrantes europeus, a despeito de outras epidemias negligenciadas pelo poder público (Chaulhoub, 1996, p. 93);⁵⁷ o controle urbanístico, que, embasado no argumento sanitário, resultou na chamada ‘era das demolições’ e o agravamento do problema de moradia popular com a dispersão dessa população para áreas suburbanas, ainda não submetidas ao controle de construções e para os morros que se tornaram opções de moradia para aqueles/as que não podiam arcar com os custos do transporte de regiões distantes do centro (Valladares, 2000, p. 13); e o controle de circulação, imposto pelos códigos penais que, por via policial, buscavam cercear hábitos e costumes ligados à população afro-brasileira, como foi a criminalização da capoeira, das rodas de samba, dos terreiros e casas de santo que passaram a se concentrar e se desenvolver nos territórios da baixada fluminense.

Destaco esses aspectos, uma vez que, no âmbito dos estudos pós-Abolição, aquilo que nos projetos de construção nacional propostos pelas elites no começo do século XX girava em torno dos ideais de um ‘povo brasileiro’, ou matizado no amplo rótulo de uma ‘questão nacional’, adquire traços específicos de um processo de construção da ideia de cidadania, que, para grande parte da população, precisava ser cotidianamente conquistada e negociada pela incompatibilidade da cor da sua pele ao projeto civilizatório moderno (Rios & Mattos, 2004, p. 170). Há que se considerar nesses controles e medidas de natureza aparentemente técnica, voltadas para a intervenção e gestão do espaço urbano e que incidiram tão eficazmente na

⁵⁷ “Todos os esforços e recursos dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, ambas normalmente associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciadas. [...] A política de controle da febre amarela e outras doenças e a formação do ideal de embranquecimento devem ser vistas como partes integrantes desse processo histórico que estava reconstruindo as relações de trabalho no país.” (Chaulhoub, 1996, p. 95).

dinâmica e na organização social das cidades brasileiras, os atravessamentos de um racismo científico estruturante dos ideais de civilidade que produziu “formas espaciais resultantes de processos sociais instituídos por nossas relações raciais historicamente violentas” (Oliveira, 2019, p. 229).

Devido a sua centralidade política, o espaço social do Rio de Janeiro fundamentou a substantivação do termo favela⁵⁸ e o capital simbólico em torno de corpos e culturas negras no espaço urbano como antítese à cidade, projetando-o como conceito guarda-chuva para o restante do país (Valladares, 2000, p. 12). Evidenciamos essa configuração carioca do termo, primeiramente, para situá-lo em seu contexto de produção e para compreender, em sua difusão como fenômeno paradigmático para interpretação de outras realidades do país, os pontos de contato entre centros urbanos que começam a se modernizar ou que surgem como projetos de cidades modernas na virada para o século XX e que replicam as preocupações racialistas do pensamento social brasileiro na organização espacial das cidades. Guardadas as especificidades culturais, processuais e associações feitas em outros contextos urbanos a respeito das dinâmicas que configuram as favelas, grotas, periferias, baixadas, vilas, morros, aglomerados e subúrbios, nos interessa observar nessa construção histórica do termo os contornos racializados que vinculam esses territórios, em diferentes tempos e espaços do país, à lógica de embranquecimento do paradigma moderno/neoliberal de cidades perseguido pelas elites brasileiras (Oliveira, 2019, p. 230; Pereira, 2019, p. 19).

A configuração contemporânea dos subúrbios, periferias e favelas do Brasil confirma essa tendência histórica de inscrição espacial do racismo, na qual regiões com menos infraestrutura, acesso deficitário a serviços básicos e altos índices de criminalidade estão destinadas/associadas a pessoas não brancas. Atualmente, cerca de 8% da população brasileira vive em favelas – em torno de 17,1 milhões de pessoas –, sendo que nessas comunidades 67% da população é afrodescendente, índice superior à média nacional, que representa 55% da população.⁵⁹ Desse modo, ao analisar processos de expansão urbana, não se pode perder de

⁵⁸ Na bibliografia sobre o tema favela, este termo é associado à ocupação, no final do século XIX, do Morro da Providência por ex-combatentes da Guerra de Canudos. Ao retornarem do sertão baiano, passaram a ocupar o local que popularmente ficou conhecido como Morro da Favela em referência à faveleira, planta nativa da região de Canudos, na Bahia.

⁵⁹ Os dados são referentes à pesquisa do Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Central Única das Favelas (CUFA) divulgada em novembro de 2021. Acedido em 10/02/2022 em <http://www.staging.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-Loomotiva>.

vista as articulações mais profundas de sua dinâmica com um modelo econômico, político, social e cultural, cujo exercício da cidadania tem sido garantido apenas a uma parcela da sociedade.

Intriga-nos a persistência, nas propostas de planejamento urbano, da ideia de que há segmentos da população considerados entraves, e não usuários/as e principais destinatários/as dos benefícios prometidos por esses empreendimentos. Essa visão revela uma clivagem de classes muito clara, na qual o modelo de cidade promovido por uma elite minoritária se sobrepõe aos modos de viver e habitar de faixas da população identificadas, por essa mesma elite, ao atraso, o que reforça uma perspectiva negativa destes territórios a fim de justificar remoções e processos de gentrificação.⁶⁰

Como parte inerente aos processos de remoção, a estigmatização desses territórios como lugares da violência, da ilegalidade e da criminalidade, muitas vezes acompanhada por discursos nos quais são vistos como territórios inimigos, faz parte do acervo de problemas que estimulam processos museológicos na construção de contranarrativas da cidade segregada.

“A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinizador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas.” (Rolnik, 1989, p. 15).

A repressão e apagamento desses territórios articulados aos usos cotidianos de trabalhadores/as e suas formas de sociabilidades, ou identificados como “territórios negros” (Rolnik, 1989, p. 02),⁶¹ em especial a partir do século XX, nas cidades brasileiras, não podem

⁶⁰ “O termo gentrificação é a versão aportuguesada de *gentrification* (de *gentry*, “pequena nobreza”), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em London: *Aspects of change* (1964) [...] o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. [...] A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes.” Alcântara, M. (2018) Enciclopédia de Antropologia. Acedido em 10/03/2022 em <http://www.ea.ffe.usp.br/conceito/gentrificacao>.

⁶¹ Raquel Rolnik (1989) compreende os territórios negros como espaços do cotidiano e de socialização das populações afrodescendentes no tecido urbano brasileiro - analisando os casos de SP e RJ - marcados pela marginalização e a estigmatização social. Cabe registrar que esta ideia é criticada por Josemeire Pereira (2019, p. 213), pois esta concepção pode se remeter a ideia destes territórios “como ‘ilhas’ margeadas pelo espaço urbanizado, modernizado pela gentrificação e pelas concepções higienista que a fundamenta. [...] considero que o

ser desconectados do fato de que “nossa desigualdade traz o dado racial como elemento imanente ao sistema de hierarquias construídos e reproduzidos na atual configuração espacial” (Oliveira, 2019, p. 229). É necessário nos atentarmos nesta análise à indissociabilidade entre desenvolvimento capitalista e urbanização (Harvey, 2012, p. 74) e as imbricações que a colonialidade do poder confere a este tipo de gestão moderna do espaço urbano. O intenso desenvolvimento das cidades latino-americanas a partir dos processos de industrialização, expansão do trabalho assalariado e com a dinamização de relações comerciais se deu em articulação à uma nova divisão social do trabalho nesses contextos, alinhada à distinção de raças que têm atravessado a constituição do espaço urbano dispondo corpos e territórios na lógica de reprodução do capital.

Contemporaneamente, essa lógica de reprodução neoliberal se aporta na crescente financeirização da terra e do ‘empreendedorismo urbano’, ao alinhar o planejamento das cidades ao mercado e às demandas de investimentos internacionais:

“A concepção de cidade enquanto mercadoria a ser consumida cria cidades segregadas; aquela classificação racial, associada a uma divisão social do trabalho, é espacializada dando origem a uma hierarquia segundo a qual a cada classe social corresponde um lugar específico, chegando àqueles ‘sem lugar’.” (Munch, 2017, p. 106).

Essa vinculação espacial – o morro, áreas alagadiças ou as regiões mais distantes e precarizadas em relação ao centro dinamizado das cidades – produz fronteiras urbanas demarcadas pela reiteração de representações negativas desses territórios. No entanto, apesar de constarmos as fronteiras socioespaciais, não nos aproximamos da ideia das favelas como ilhas de cultura ou violência, em especial pelo esforço de humanização das narrativas periféricas produzidas dentro desses territórios que transbordam os limites fronteiriços entre o asfalto e o morro, transformando-os em espaços liminares, campos de trânsito, troca, disputas e criação. Essas vozes dissonantes insurgem como descontinuidades no tempo homogêneo das narrativas oficiais e em seus maniqueísmos simplificadores, projetando contramemórias que expõem, denunciam e problematizam as fronteiras rígidas que separam e hierarquizam as diferentes possibilidades de experienciar as cidades. No contexto urbano, a espacialização das

uso deste conceito para referenciar tais experiências resulta, em certa medida, ao contrário do que parece enunciar, na corroboração do racismo estrutural que permeia e sustenta a violência da segregação espacial dessas populações, tendendo à sua aniquilação física e simbólica no espaço urbano”. Utilizo o termo com cautela e tendo como perspectiva que a dimensão simbólica destes territórios racializados como os corpos que o habitam o caracterizam como negro, sendo esta categoria necessariamente relacional, destaca-se que estes territórios estão em fluxo contínuo com outros espaços da cidade sejam mediados pelo trabalho, por resistências e solidariedades.

desigualdades fomentou contextos culturais forjados, tanto pelo discurso hegemônicos da favela como antítese da cidade, como pela singularidade e reatividade dos/as moradores/as para reimaginar seus territórios significados por suas narrativas de resistência e produtos culturais.

Pensar a partir das liminaridades (Mignolo, 2003, p. 79) nos auxilia também a percorrer outros roteiros analíticos sobre as relações urbanas, visando problematizar a relação dicotômica que os conceitos de exclusão ou segregação sugerem, ao evidenciar uma abordagem das margens socioespaciais “a partir dos cruzamentos, das mediações, dos agenciamentos, das relações que as produzem” (Rosa, 2018, p. 183). Nesse sentido, pensamos as margens também em perspectiva epistemológica, pois são nessas zonas de transição que outras racionalidades são praticadas e negociadas com o discurso hegemônico, produzindo contramemórias nas quais as leituras sobre as favelas e as zonas periféricas se deslocam do signo das ausências para o de visibilizar outras existências/urbanidades que conformam as cidades contemporâneas:

“[...] as margens não são inertes, as margens são instituintes de formas alternativas de ação política, de formas locais de pluralidade legal, econômica e cultural, lugares onde racionalidades e normatividades outras são praticadas cotidianamente. As margens, portanto, estariam permanentemente tensionando e disputando a modernidade hegemônica, para além dos momentos críticos e eventuais de resistência.” (Rosa, 2018, p. 186).

Considerando os objetivos desta tese, que tem entre suas abordagens específicas realizar um trabalho de reflexão no campo da Sociomuseologia a respeito de processos museológicos de resistência às remoções urbanas e à estigmatização territorial, propomos nos tópicos subsequentes abordar experiências museais dissonantes que se constituíram nesses contextos como ferramentas de mobilização e organização coletiva contra a especulação imobiliária e o racismo estrutural que organiza corpos e define lugares na dinâmica das grandes cidades.

Entre os processos museológicos identificados a esse campo problemático, selecionamos experiências que têm se destacado no campo das Museologias Sociais como processos de resistência e ressignificação cultural, fundamentados nas experiências políticas e nas identidades socioculturais de suas comunidades. Considerando o acesso a uma bibliografia diversificada, abordarei o Museu da Maré, no bairro da Maré (RJ); o Museu de Favelas (MUF), nas favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (RJ); o Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), no aglomerado Santa Lúcia (MG); o Museu das Remoções, na Vila Autódromo (RJ) e o Programa Pontos de Memória, que viabilizou, entre 2009 e 2011, iniciativas de museologia comunitária em doze capitais estaduais.

2.2.1 ‘Os tempos da Maré’ – Ponto de Cultura Museu da Maré (RJ)



Figura 4 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e vista aérea do bairro da Maré. Fonte: Wikipédia/Vitor Viana. Acedido em 07/03/2025. Imagem: Laíra Donosino.

Quando as diversas favelas que compõem o Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro (figura 4),⁶² foram oficialmente reconhecidas como bairro em 1994, elas finalmente conquistaram o *status* de parte integrante da cidade. Originalmente uma vila de pescadores, a Maré passou por uma ocupação massiva no início do século XX, especialmente a partir da década de 1940, na qual as comunidades da Maré resultaram de reordenamentos urbanos, cujos objetivos de adaptarem a cidade às demandas do crescimento industrial e a especulação imobiliária foram vetores para a instalação de trabalhadores/as nessa região, oriundos/as dos deslocamentos internos e de processos de remoções em outras localidades da cidade (Silva, s/d, p. 02; Silva & Peregrino, 2014, p. 156).

Territórios como a Maré, que se conformaram como espaço vivido de pessoas que, apesar do efeito centrífugo que esses vetores têm com os/as mais pobres na sua relação com a cidade, constroem na dimensão do cotidiano as singularidades que os/as mantém conectados/as ao corpo urbano, não em uma relação parasitária, como é codificada nas mensagens da mídia policial e frequentemente pelo poder público, mas na simbiose entre trabalho e capital na formação do espaço citadino.

⁶² De acordo com o Wikifavelas Marielle Franco: “O bairro da Maré, criado em 1994, compreende um conjunto de 17 comunidades onde moram cerca de 140 mil pessoas. A região margeia a Baía de Guanabara e está localizada entre importantes vias rodoviárias que cortam a cidade do Rio de Janeiro: Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela e Transcarioca”. Acedido em 23/02/2022 em http://www.wikifavela.com.br/index.php?title=Complexo_da_Maré.

No entanto, o estigma da favela como anomalia da urbe é um processo forjado em uma longa tradição de marginalização de corpos indesejados ao ideal eurocêntrico de sociedades desenvolvida e de atribuição negativa de valores aos seus territórios. Um dos desafios enfrentados pelas comunidades da Maré, enquadradas no ordenamento territorial e administrativo como um bairro, classificação que muitas vezes deduz uma certa identidade para aqueles/as que o habitam, foi exatamente se reconhecerem como coletividade a partir desse marco institucional de diálogo com o poder público. A estratégia foi transformar essa classificação em um instrumento para auto-organização e fortalecimento das comunidades que partilham em sua diversidade de origens e histórias, as conquistas materiais e objetivas, mas também a luta simbólica que contribui para o enfrentamento de cidades segregadas. Segundo Cláudia Rose da Silva, moradora do complexo e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e do Museu da Maré:

“É evidente que os diferentes processos de ocupação das 17 comunidades; a violência do tráfico de drogas e da polícia; e as inúmeras intervenções realizadas pelo poder público na geografia da região, são fatores que geraram obstáculos para que as diferentes identidades e as inúmeras memórias dos moradores pudessem encontrar ancoradouro no bairro criado. No entanto, esses fatores também podem ser percebidos, ainda que em graus diversos, na maior parte das regiões da cidade tradicionalmente reconhecidas como bairros, o que não impediu a seus moradores desenvolver identidade com o lugar. Mas, ao contrário desses outros espaços, concebidos como partes integrantes da cidade, o bairro da Maré foi criado a partir da favela, espaço historicamente associado a tudo o que se opõe à vida urbana. A subjetividade, as memórias e o cotidiano dos moradores da região são marcados por esse estigma, que também permanece profundamente arraigado em pessoas de outros lugares do país.” (Silva, s/d, p.02).

E é exatamente a partir dessas subjetividades, memórias e do cotidiano dos/as moradores/as da Maré, que outros regimes de valores são negociados no debate público, tendo como canais de comunicação diferentes iniciativas das comunidades para construir um diálogo qualificado com o ‘asfalto’ contra os estigmas territoriais⁶³ e, entre si, no esforço de

⁶³ Sobre os estigmas e processos de estigmatização, Erving Goffman consolidou o campo de análise em relação aos grupos sociais que são categorizados por alguns dos seus atributos os quais permitem ou não a inserção de seus indivíduos na dinâmica social e relega aos/as estigmatizados/as um lugar de não aceitação social plena. Nas reflexões interacionistas de Goffman são classificados três tipos principais de estigmas, a dizer: de disformidade do corpo, de defeito de caráter e de marcas de raça, nação e religião; a este último estigma Lois Wacquant (2006, p. 28) acrescenta o estigma territorial “visto que pode ser transmitido por via da linhagem e [que ele] contamina de igual modo todos os membros da família. Mas, contrariamente a estas últimas [estigmas específicos de raça, nação e religião], pode ser facilmente dissimulado e atenuado (ou até anulado) pela mobilidade geográfica.”. Por outro lado, Norbert Elias e John Scotson analisaram processos de estigmatização territorial a partir do campo das

construção identitária viabilizada pela valorização da memória dos territórios da Maré na formação da cidade do RJ.



Figura 5 - Entrada interna e logo do Museu da Maré. Fonte: Agência O Globo/Ana Branco.

O Museu da Maré (figura 5) é, sem dúvida, uma referência consolidada sobre as diversas possibilidades, políticas e poéticas de uma Museologia a partir da favela (Pereira, 2018, p. 119; Silva, s/d, p. 01). Inaugurado em 2006, o museu surgiu como desdobramento das atividades culturais dos movimentos locais, organizados em torno de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das pessoas e comunidades da região.

A opção comunitária de se apropriar de sistemas de administração de memórias (Bruno, 2020, p. 26) – como é o Arquivo Dona Orosina Vieira, criado em 2002, e o Museu da Maré – nos diz muito sobre a percepção por parte destes/as moradores/as do poder da memória e da memória do poder no campo de produção simbólico sobre as favelas. Se, por um lado, a linguagem expográfica foi apropriada e identificada como potente recurso de comunicação e posta em movimento a partir do acervo de fotos e objetos de uso cotidiano dos/as moradores/as,

relações de poder e do seu equilíbrio instável entre moradores/as estabelecidos/as e os/as considerados/as *outsiders* na fabricação de discursos e representações sobre os territórios; esse processo de estigmatização de territórios podem ser percebidos também na perspectiva de Pierre Bourdieu como uma forma de violência simbólica que materializa no espaço físico as desigualdades das relações sociais na distribuição desigual de capitais. É importante destacar que as abordagens elencadas refletem sobre realidades urbanas do Norte global, mas, ao considerar a emulação que as cidades neoliberais do Sul global fazem de políticas e do planejamento urbano elaboradas nestes locais, estas análises e aparatos conceituais são de grande valia para a análise de estigmatização territorial na realidade brasileira; no campo da antropologia urbana de cidades brasileiras as análises de Gilberto Velho orientam para um olhar contextualizado da relação entre espaço, distinção social e estigmatização no Brasil.

por outro, denuncia os silenciamentos e as rotas de abandono que caracterizam a produção de legados culturais e que geram, na memória coletiva da cidade, a imagem consolidada dessas áreas como excrescências, pois ausentes dos espaços de representação institucionais e, quando presentes, codificadas pelo estigma das narrativas dominantes.

Gestado ao longo de muitos anos, o museu é resultado da vontade e do direito de memória por novos sentidos para seus territórios, a partir da produção de contramemórias que compreendem a “Favela como lugar de cultura, de memória, de poética, de trabalho e não apenas território privilegiado da bala perdida ou teatro de guerra onde policiais enfrentam bandidos e bandidos enfrentam policiais” (Chagas & Abreu, 2007, p. 133).

As ações desenvolvidas no Museu da Maré denotam o uso crítico e desobediente dos processos museológicos como forma de produção e circulação de novos sentidos territoriais. Destaco, nessa trajetória, o embrião do museu de favela representado pela exposição temporária realizada no Museu da República em 2004.⁶⁴ Para essa exposição, foram solicitados aos/as moradores/as objetos emprestados e que, ao término da programação, seriam devolvidos. No entanto, muitos/as se recusaram a receber os objetos de volta e manifestaram a “vontade de museu” em seus próprios territórios (Chagas & Abreu, 2007, p. 132). Esse gesto dos/as moradores/as ao final da exposição não foi um ato desinteressado, mas sim o reconhecimento do valor das suas memórias além dos enunciados associados à violência, à pobreza, à desorganização, bem como o reconhecimento do potencial dos museus em agenciar outros sentidos às coisas e fortalecer processos de autoestima.

A partir daquele ato, os objetos rotineiros foram investidos de outros sentidos; não foram escolhidos como objetos testemunhos de eventos singulares ou por serem preciosos do ponto de vista material, mas foram selecionados na medida em que comunicavam aos/as que frequentassem o museu que a Maré interessa. Foi a valorização de um patrimônio vivo que se comunica, virtualmente, por corpos mediadores, selecionados e investidos de valores no âmbito de uma estratégia comunicacional contra hegemônica.

⁶⁴ Esta exposição foi resultado do encontro e desenvolvimento de parcerias entre os/as participantes da Rede de Memória da Maré e profissionais da UNIRIO que realizaram oficinas de Museologia na sede do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Além desta exposição, foi inaugurado o arquivo Dona Orosina Vieira (2002), elaboração de teses e dissertações e mais duas exposições temporárias no Castelinho do Flamengo (2004) e no Centro Cultural do Tribunal de Contas do Estado (2004) (Chagas & Abreu, 2007, p.132).

Com o financiamento do primeiro edital do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura em 2005,⁶⁵ o Ponto de Cultura Museu da Maré ganhou forma a partir da exposição de longa duração ‘Os doze tempos da Maré’. Nessa exposição, a narrativa é apresentada em uma perspectiva cíclica, não linear, de doze tempos identificados por temas que nos remetem às memórias de ocupação – tempos da água, migração e casa –, às memórias das convivências – tempos da feira, festa, fé, cotidiano, trabalho e criança –, às memórias das dificuldades – tempo da resistência e do medo – e à memória como esperança – tempo do futuro (Pereira, 2020, p. 88; Silva & Peregrino, 2014, p. 160). Ao adentrar o museu, na mensagem de boas-vindas, somos informados/as que o exposto:

“São heranças construídas por tantas pessoas ao longo do tempo. Aqui, onde muito só enxergam a violência, nasce uma nova maneira de contar os tempos da cidade, a partir do diálogo, da troca e do respeito à diversidade cultural. O Museu da Maré é um convite à construção desse novo tempo.”

A exposição museológica explora esses tempos mediada por objetos do cotidiano, como fotos de família, imagens religiosas, ferramentas de trabalho; no entanto, esses itens estão articulados de uma forma que distorce nosso olhar convencional sobre elas e sobre os museus tradicionais. Essa reorganização do olhar sobre o comum e o cotidiano é um gesto criativo e criador em relação aos objetos que os colocam não no lugar de testemunhos materiais de algum acontecimento, mas como suportes de novas relações simbólicas que se constroem por múltiplas vias através da comunicação museológica. Ao expor estes objetos ordinários, a proposta museográfica da Maré os transforma em objetos-diálogo⁶⁶ e suportes de ideias construídas em dinâmicas participativas com as comunidades e compartilhadas com todos/as que se dispõem a percorrer os tempos da Maré. Essa “museografia das ideias” (Moutinho, 1994, p. 10), que coloca a dignidade e luta das comunidades faveladas como principal *leitmotiv* para a concepção de uma exposição museológica, não apenas resultou em, mas continua a gerar,

⁶⁵ O programa Cultura Viva foi criado em 2004 por portaria do Ministério da Cultura e sancionado como Lei 13.018, em 2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, visando ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais. Uma de suas ações prioritárias são os Pontos de Cultura, reconhecidos como entidades jurídicas sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituições jurídicas de natureza ou finalidade cultural que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades. São projetos financiados e apoiados por entidades governamentais ou não governamentais que visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades. Acedido em 10/03/2022 em <http://www.camara.leg.br/noticias/437259-camara-aprova-projeto-que-torna-lei-o-programa-cultura-viva/>.

⁶⁶ Termo utilizado pela museóloga Maria Cristina Bruno em sua tese de livre docência no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo “Museologia: A luta pela perseguição ao abandono” (2000), material não publicado e parte dele disponibilizado em contato eletrônico com a autora.

fissuras epistêmicas no campo científico da Museologia que contribui para a ruptura de paradigmas eurocêntricos curatoriais e expográficos.

Enredados em uma complexa teia de novos sentidos, os ícones fragmentados que nos remetem à simplicidade do cotidiano, quando articulados por uma nova poética e política da memória, adquirem importância no contexto mais amplo da cidade do Rio de Janeiro, bem como para as pessoas das comunidades, quebrando o ciclo de autodepreciação que os estigmas territoriais impõem aos seus habitantes – “Em outras palavras, a imaginação materializada pela exposição museológica consegue distorcer o olhar e, portanto, é matéria de poesia e produtora de importâncias” (Britto, 2018, p. 12).

Essas coisas adquirem significados em um contexto comunicacional viabilizado pelo “exercício crítico, na articulação de narrativas plurais e na relação dialógica entre público e obra ou tema abordado na exposição” (Queiroz, 2016, p. 197); metacuradorias que abrem espaço para novas releituras, reinterpretações e proposições expográficas contra hegemônicas como traduções de discursos coletivos que não estão amparados pelo colecionismo e práticas museológicas tradicionais. No caso, a mensagem dos/as moradores/as da Maré é muito clara: busca-se estabelecer outro contato a partir da favela, não mais sobre ela – mídias policiais – ou para ela – ações do poder público. Trata-se de um caminhar conjunto que se realiza na escuta sensível de outras vozes que também fazem a história do Rio de Janeiro. Assim, o museu se configura como obra aberta, que interpela a todos/as na construção de um novo tempo assentado nas contribuições permanentes da comunidade, se realizando como processo contínuo, iterativo e compromissado.

O Museu da Maré teve impacto significativo no campo da Museologia Social como experiência potente de iniciativa comunitária e tradução cultural. No entanto, é mister contextualizar sua consolidação no âmbito da PNM, em um momento favorável da política cultural brasileira, personificado pela gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008). No contexto mais amplo das iniciativas culturais, o Programa Cultura Viva (2004) e suas ações prioritárias na criação dos Pontos de Cultura, consolidaram o Museu da Maré no cenário museológico brasileiro ao agregar valor político e institucional, sendo os processos museológicos desenvolvidos na comunidade referenciais para a implementação de outras políticas públicas no campo dos museus como foi o Programa Pontos de Memória (Pereira, 2018, p. 119).

O Programa Pontos de Memória surge desse momento político e como política articulada pela interação de diferentes setores da Administração Pública⁶⁷ e organizações comunitárias, a fim de buscar alternativas conjuntas a questões sociais graves como a violência e a criminalidade nas cidades brasileiras. Fundamentado como instrumento de ação social, assentado no exercício da memória, os Pontos de Memória provocaram por parte dos/as envolvidos/as a necessidade de elaboração de metodologias de trabalho, planos de ação, instâncias deliberativas e de garantia da participação social, entre outras estruturas organizativas com as quais processos museológicos comunitários anteriores ao programa puderam contribuir, dinamizando as trocas de saberes entre agentes institucionais e grupos representativos destas comunidades.

Os vínculos entre o poder público e processos museológicos insurgentes são evidências das ressonâncias no Brasil de mudanças paradigmáticas no campo dos museus que propiciaram a transição entre a Nova Museologia e a Museologia Social por meio da institucionalização como política pública nacional, fortalecendo e fomentando diferentes experiências e reflexões sociomuseológicas (Britto, 2019, p. 116).

2.2.2 ‘O jeito MUF de musealizar’ – Museu de Favela do Cantagalo e Pavão Pavãozinho (RJ)



Figura 6 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e as favelas do Cantagalo e Pavão Pavãozinho, RJ. Foto Alex Robinson, 2016. Acedido em 07/03/2025. Imagem: Laíra Donosino.

⁶⁷ Sobre o Programa Pontos de Memória ver nota 56.

Em outro contexto da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Sul, região privilegiada e de forte apelo turístico, as favelas do Cantagalo e Pavão Pavãozinho (figura 6) espriam-se pelos morros dos bairros nobres de Copacabana e Ipanema, contrapondo-se à paisagem moldada pelas reformas urbanas no começo do século XX e que tornaram a Zona Sul carioca um dos locais mais caros do Brasil para se viver. E é neste território que o Museu de Favela (MUF) desenvolve uma ação museológica que envolve, pelo exercício crítico de construção da memória coletiva local, cerca de 20 mil pessoas distribuídas em aproximadamente 5.300 habitações ao longo das encostas do maciço do Cantagalo. Identificado como um museu de território – outros termos utilizados na comunicação social são ‘território-museu’ e ‘favela-museu’–,⁶⁸ o MUF é um espaço museal que existe na simultaneidade da vida nas vielas, becos e escadarias que ligam as comunidades e compõem seu patrimônio vivo, além de abarcar como acervo os remanescentes de Mata Atlântica e a própria paisagem cultural do Rio de Janeiro.

Inaugurado em 2008, o MUF surgiu a partir de uma iniciativa local mediada pela ONG Museu de Favela e ganhou corpo no bojo de políticas do governo federal e estadual que destinaram verbas para projetos sociais em favelas,⁶⁹ tendo sido o primeiro Ponto de Memória a ser lançado pelo Programa Nacional (Pereira, 2018, p. 169). O ‘jeito MUF de musealizar’⁷⁰ mobiliza a memória, expressões artísticas e o turismo em prol de narrativas afirmativas sobre os territórios e daqueles/as que habitam as favelas do Cantagalo-Pavão Pavãozinho e se caracteriza como um consolidado trabalho de tradução cultural de práticas museológicas e de processos de musealização territorial que agregam ao campo das Museologias estratégias de gestão, participação e comunicação que “dão vida a uma proposta que invade o campo dos museus, provocando, desarrumando, desafiando e propondo novos jeitos de musealizar e de pensar os museus” (Pereira, 2018, p. 167).

⁶⁸ Acedido em 12/03/2022 em <http://www.museudefavela.org>.

⁶⁹ “Sua criação data de fevereiro de 2008 no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal com apoio da Base de Inserção Social, conhecida como BISU, primeiro espaço de apoio ao Museu. Dentro do escopo do PAC, havia uma porcentagem destinada para projetos sociais em favelas. Assim, no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o PAC Social teve como principal objetivo a criação do Museu de Favela e o desenvolvimento turístico das comunidades. Com o apoio em novembro de 2008, o museu adquiriu seu *status* legal como uma associação privada de interesse comunitário” (Pereira, 2018, p. 168).

⁷⁰ A expressão é utilizada pelos/as próprios/as moradores/as para definir a maneira como pensam a musealização do seu território. No contexto das Museologias Sociais a expressão remete às diferenças e a diversidade de modos de se pensar e fazer museus em perspectivas não hegemônicas, sendo encontrada na Declaração Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM Rio 2013 – XV Conferência Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) que afirma que “todos esses museus e processos museais assumem seus próprios ‘jeitos’ de musealizar e se apropriam e fazem uso dos conhecimentos do modo que lhes convém”.

No texto de apresentação do sítio virtual, informa-se que o acervo a céu aberto representa “narrativa de parte importante e desconhecida da própria cidade do Rio de Janeiro”, no qual somos chamados/as a conhecer as favelas da Zona Sul não como ‘ilhas de cultura’ e, muitas vezes, de violência, apartadas da lógica urbana que predomina no asfalto, mas no reconhecimento das memórias do morro como pertencentes à memória social do Rio de Janeiro. Também denuncia o encobrimento e a invisibilização dessas memórias, projetando o museu como articulador desse repertório ausente nos veículos tradicionais. No mesmo texto de apresentação, é proposta a transformação do morro e de suas referências socioculturais em “monumento turístico carioca da história de formação de favelas, das origens do samba, da cultura do migrante nordestino, da cultura negra, de artes visuais e dança”,⁷¹ evidenciando em que âmbitos socioculturais o MUF se destaca e em quais aspectos da cultura brasileira se ancora a produção de significados específicos sobre aquele território projetados pelos/as envolvidos/as na construção do museu.



Figura 7 - Circuito Casas-Tela e logo do MUF. Fonte: Jornal da PUC/Gabriela Doria

No caso do Ponto de Memória MUF, estando os principais atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro aos seus pés, a vocação para o turismo se constituiu como parte estruturante da proposta de musealização do território conjugando aos esforços de ressignificação positiva

⁷¹ Acedido em 18/03/2022 em <http://www.museudefavela.org>.

da favela, o potencial de gerar renda e trabalho para os/as moradores/as a partir de um turismo de base comunitária.⁷²

Ao analisar a relação entre memória, cultura e turismo no MUF, a pesquisadora Camila Moraes (2011, p. 22) identificou, a partir da fala dos/as participantes, um esforço de diferenciação do chamado turismo de favela; esta atividade é praticada em outras localidades como os conhecidos ‘*jeep tour*’, associados a safáris, realizados por agências de turismo no complexo de favelas da Rocinha;⁷³ a pesquisadora denomina de ‘turismo vilão’ este modelo exploratório do turismo, sem vínculos ou ganhos materiais sustentados para os/as moradores/as. Entretanto, a esse olhar perverso da favela como produto cultural significado pela pobreza e a violência ao qual pessoas ‘de fora’ vão contemplar como parte de um roteiro de entretenimento mobilizado pelo exótico contrapõe-se uma imaginação museal que, por meio de imagens, cores e formas inscritas no território da favela, promove um roteiro turístico que privilegia o caminhar pelas vielas e becos, transformando-os em espaços de relação e de experiências comunitárias – entre moradores/as, moradores/as de outras favelas, moradores/as-mediadores/as e públicos externos.

“Cada tela de concreto no trajeto e o nosso grafitti/ Galeria à céu aberto, curso repleto de arte em fatos/ Conduzido pelo MC no relato/ Das vitórias, histórias, brasilidades, vista da laje e das extremidades/ testemunhos reais, tesouros marginais, dançai, cantai/ Seus bens culturais.”⁷⁴

A principal forma de extroversão das heranças culturais e dos legados históricos das favelas identificados pelo MUF é o circuito de Casas-Tela (figura 7).⁷⁵ Um percurso com 27 obras de arte pintadas nas paredes das casas de moradores/as, mediadas pela estética urbana do grafite e que compõem uma narrativa visual que embasa o roteiro de visita que atravessa os territórios dessas comunidades. A apropriação da ideia de ‘telas’ que nos remetem aos museus

⁷² Esta perspectiva de atividade turística se embasa nas comunidades como articuladoras e principais beneficiárias destas atividades geridas por elas próprias e que priorizam a preservação de suas dinâmicas de vida e paisagem cultural, frente ao turismo destrutivo, além do estímulo ao desenvolvimento econômico local (Moraes, 2011, p. 26).

⁷³ Essa modalidade de turismo em favelas originada na Rocinha é analisada também por Camila Moraes no artigo *Turismo em favelas: notas etnográficas sobre um debate em curso* (2016), do volume 23 da Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

⁷⁴ Trecho do RAP do MUF de autoria de Aline Silva, Afrolady, e Carlos Esquivel, ACME, composto em 2008.

⁷⁵ Neste aspecto destaca-se o trabalho da moradora Rita de Cássia Santos, jornalista de formação e correspondente comunitária a partir do Cantagalo para a ONG Viva Rio, que realizou trabalhos para o projeto “Viva Favela” (www.vivafavela.com.br) da ONG Viva Rio e para o projeto “Favela tem memória” (www.favelatemmemoria.com.br) na qual fez entrevistas com moradores/as e recolheu informações sobre a história e referências culturais das comunidades do Cantagalo-Pavão Pavãozinho

de arte, reforçada pela alusão das vielas e becos da favela como ‘galerias a céu aberto’, preenchem de outros significados estes elementos que compõem uma tipologia museológica marcada pelo elitismo; ao instrumentalizar a forma para a produção de novos repertórios sociais, a galeria do MUF provoca um duplo deslocamento: a possibilidade de a arte urbana de origem periférica ser apreciada como obra de arte e que uma favela, símbolo da ausência e precariedade, possa performatizar o lugar que abriga objetos artísticos. É nessa distorção do olhar que reinterpretam as formas – dimensão poética – e os enunciados – dimensão política – sobre museus e favelas que apreendemos a imaginação museal que mobiliza, pela museografia do território, o diálogo de identificação com uma memória das favelas e da “cultura de favela” (Moraes, 2011, p. 99) – “Favela é cidade. Cultura de Favela é parte da Cultura de Cidade”.⁷⁶

É mister considerar que o conceito antropológico de cultura a define como uma espécie de lente, um modo de ver o mundo e fazer apreciações de ordem moral e valorativa, de se comportar social e, mesmo, corporalmente, que resultam da operação de determinado contexto cultural; a estes sentidos de ação e representação da cultura, Muniz Sodré (2002, p. 20) aponta em suas análises para a relação espacial como “princípio de coexistência da diversidade e como um conjunto de ‘virtualidades infinitas de coexistência’ ou de comunicação” que atravessa criticamente a universalização do conceito de cultura e exercita o olhar sob a lógica de códigos culturais territorializados. A cultura de favela, nesse sentido, se conforma como um código cultural forjado pela experiência de resistir à marginalização social no processo de urbanização e como prática sociocultural territorializada, que produz subjetividades a partir de uma rede específica de atores – associações comunitárias, movimentos sociais, igrejas de denominações evangélicas, religiões de matriz afro-brasileiras, organizações não governamentais, o tráfico de drogas, a polícia etc. – que é tecida no espaço urbano:

“A combinação do indivíduo com o seu contexto é a principal marca da lógica encontrada no pensamento cotidiano das comunidades da favela. A ação recíproca entre o contexto e o indivíduo, que caracteriza o pensamento dos moradores da favela, é imprescindível para se compreender as rotas de socialização das sociabilidades subterrâneas. (...) As condições materiais e institucionais que estruturam a vida cotidiana na favela estabelecem uma pedagogia, demandam estratégias de enfrentamento e um conjunto de representações para se pensar o ambiente.” (Jovchelovitch & Priego-Hernández, 2013, p. 178).

É a partir de um posicionamento limiar que os processos museológicos ensejados pelo MUF orientam práticas de produção do espaço urbano na perspectiva crítica da memória das

⁷⁶ Acedido em 18/03/2022 em <http://www.museudefavel.org/sobre-o-muf/>.

favelas que mobilizam linguagens híbridas, como recursos para a comunicação, estabelecendo “situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica” (Mignolo, 2003, p. 11). É nessa perspectiva que reflito sobre os deslocamentos provocados pelo MUF, que se apropria da ideia de uma instituição moderna como os museus, que contribuíram profundamente para que uma única forma de compreender e registrar o mundo se tornasse hegemônica, para transformá-lo em ferramenta de diálogo intercultural que diversifica as visões de urbanidade.

Nesse sentido, a participação comunitária e os processos dialógicos são dimensões fundamentais para que as ações museais se configurem em instrumentos para o exercício da cidadania e a pluralidade de vozes. Como roteiro sugestivo para construir estes processos, a metodologia do Programa Pontos de Memória tem entre seus passos iniciais a necessidade de sensibilização comunitária e a formação de instâncias representativas e deliberativas dos territórios que se aproximem o máximo das expectativas e anseios daquelas comunidades e sirvam de mediadoras com outras instâncias.⁷⁷ Desenvolver processos museais em territórios onde a falta de serviços básicos é evidente e onde a aplicação de recursos públicos parece mais bem aproveitada se investidos em escolas ou hospitais, é um dos desafios dos museus de favelas e periferias.

A própria extensão do ‘território-sede’ do MUF implicou na necessidade de elaboração de modelos de gestão participativa que abarcassem a totalidade dessa proposta sem invisibilizar a multiplicidade de territorialidades que conformam a vida no ‘complexo’ de favelas.⁷⁸ O modelo de governança do MUF reconhece, atualmente, a existência de 10 subterritórios que se distinguem pelas suas memórias e culturas de povoamento e que são lidos, na perspectiva museológica, como ‘setores museais’. Essa sensibilização passa por acionar o poder da memória como capital social “para atividades inscritas na dimensão cultural do desenvolvimento do território e da comunidade” (Varine, 2005, p. 03) e pelo acionar afetivo

⁷⁷ Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social/Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábrica, 2016.

⁷⁸ Destaca-se que as favelas do Cantagalo e Pavão Pavãozinho significam processos de ocupação com temporalidades distintas – extremamente comuns em comunidades periféricas pela afluência de migrantes de diferentes origens e pelos processos de remoções em outras localidades - e que historicamente as relações entre moradores/as se assentaram em rivalidades e diferenciações (Moraes, 2011, p. 34; Portilho, 2018, p. 98; Rodrigues, 2015, p. 76). A representação unificada destes territórios se deu, a princípio, pela forma de atuação do crime organizado na década de 1980, sendo esta configuração do Complexo Cantagalo-Pavão Pavãozinho também adotada pelas políticas de segurança pública para o enfrentamento ao tráfico de drogas. Essas configurações territoriais agenciadas pelo poder paralelo e, posteriormente, pelo poder público, impactaram nas ações desenvolvidas pelo MUF, especialmente como forma de dialogar com a representação da favela vista como um complexo já impregnado na percepção pública, sendo oportuno também para cultivar vínculos entre as comunidades a partir da constituição destes referenciais coletivos.

das pessoas com as memórias que se destacam como elos, ligando experiências individuais às memórias então constituídas como coletivas.

Entre as várias ações museais empreendidas pelo MUF,⁷⁹ o circuito de Casas-Tela se destaca por ser o principal identificador das atividades do museu no território e como proposta criativa de comunicação museológica assentada na poética das linguagens urbanas do grafite e do rap. Estas opções estéticas demonstram a identificação da arte urbana – expressões como o *rap*, o *pixo*, o *grafite*, o *break*, *slam* etc. – também como ‘cultura de favela’; práticas culturais que têm como referência o espaço urbano, que é, por sua vez, o suporte dessas expressões artísticas e políticas que, geralmente, não encontram espaços de escuta nos circuitos culturais hegemônicos.

Para Néstor Canclini (2019, p. 339), o grafite representa uma prática cultural híbrida, um gênero impuro, pois “é um modo marginal desinstitucionalizado, efêmero, de assumir as novas relações entre o privado e público, entre a vida cotidiana e a política”; se caracteriza também como sendo uma arte pública, fisicamente acessível e que modifica de forma temporária a paisagem, promovendo ao longo da sua produção e existência uma contínua interação com a rua, estética e política, suscetível a questionamentos e intervenções, podendo ser caracterizada como uma comunicação dialógica (Freire, 1987, p. 44; Rodrigues, 2015, p. 125). É também processo, pois as Casas-Tela, como patrimônio comunitário e arte pública, se transformam continuamente pelas intervenções dos/as vários/as sujeitos que se relacionam com aquele território ao longo do tempo; desde as crianças que pintam seus desenhos sobre os grafites, o/a morador/a que abre uma nova janela na parede-tela ou o Estado que insere/retira algum equipamento público – contador de água, sinalização etc. – das casas-imagens.

Para os/as representantes do MUF são ‘pinturas vivas’ que existem na relação com o entorno – “Então é uma arte que ela se comunica e muda o tempo todo, como tudo que existe

⁷⁹ Exposição itinerante *Despertar das Almas e de Sonhos* - Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, composta de totens com fotografias e relatos de moradores/as entrevistados/as pelo museu; exposição itinerante *Velhos Ilustres* sobre a trajetória de luta de moradores/as; publicação do livro *Casas-Tela: Caminhos de vida no Museu de Favela* financiado pelo Ibram em parceria com a Organização dos Estados Americanos para Educação, a Ciência e Cultura; promoção do Festival das Lajes com a realização de exposições e apresentações artísticas nas casas do morro; a RedeMUF que articula artesãos/ãs locais; projeto de brinquedoteca; CineMUF com exhibições de filmes selecionados pelos/as moradores/as; exposição itinerante e prêmio Mulheres Guerreiras que homenageia mulheres das comunidades; circuito Eco-trilha Caminho do Alto, como trilha ecológica e de valorização do patrimônio natural das favelas; Revista Digital MUF. Essas ações foram identificadas na bibliografia consultada e em informações do sítio virtual.

dentro desse museu de território”.⁸⁰ Distinto dos objetos museológicos convencionais, o grafite se configura em uma prática que abandona o conceito de coleção patrimonial e afirma o território (Canclini, 2019, p. 336), promovendo outros processos de memória que se realizam para além dos domínios da Museologia normativa. Ao ser identificado como acervo “permanente”,⁸¹ a transitoriedade que é constituinte do grafite e das artes urbanas, em geral, além das ações humanas e das intempéries a que estão sujeitas as obras em uma galeria à céu aberto, foram desafios que mobilizaram o museu na elaboração de novas estratégias preservacionistas. Se por um lado a fugacidade e o diálogo aberto com as ruas fazem do grafite uma arte pública e urbana, por outro, como linguagem museológica, a capacidade de comunicar valores históricos e estéticos das favelas o transforma em obra de arte e documento passível de ser legado para futuras gerações.

De forma complementar aos outros acervos – as pessoas e a própria favela – estes recursos imagéticos são investidos do poder de memória e, à revelia de sua condição de arte efêmera e impura, são reinterpretados como coleção patrimonial. Considerando que as noções de destruição e iminente risco de perda – latentes na arte urbana – têm sido sentimentos geradores de práticas preservacionistas no contexto patrimonial do Ocidente (Gonçalves, 2015, p. 216), esta iniciativa do MUF informa sobre estratégias de tratamento ao abandono das memórias periféricas em sua dimensão aplicada de produção de indicadores de memórias, enquadrando-os como referências patrimoniais a partir de caminhos próprios (Bruno, 2020, p. 20).

As experiências do MUF e de outros museus de comunidades periféricas nos auxiliam a refletir sobre os desafios de lidar com a multiplicidade de territorialidades na abordagem dos territórios, como base para a ação museológica integral, e sobre as potencialidades descolonizadoras do uso de expressões artísticas, como mediadoras de narrativas museológicas a partir das favelas que reforçam que a “cultura de favela é parte da cultura de cidade”. Sua importância não se limita em apenas comunicar um ponto de vista a partir destes territórios, mas pela valorização de práticas culturais invisibilizadas – assim como os corpos e os territórios

⁸⁰ Comentário da líder comunitária, fundadora do MUF e moradora do Cantagalo Rita de Cássia Pinto, também responsável pela pesquisa e elaboração das fichas técnicas que fundamentaram as representações nos grafites das Casas-Tela (Rodrigues, 2015, p. 196).

⁸¹ De acordo com a comunicação social do museu são identificados como acervo ‘permanente’, o circuito de Casas-Tela, e os acervos itinerantes que compõem as exposições Despertar de Almas e Sonhos, Velhos Ilustres e Mulheres Guerreiras. Acedido em 21/03/2022 em <http://www.museufavela.org/acervo/>.

de quem as praticam – como linguagens legítimas e conjunto de saberes indispensáveis para reimaginar a própria cidade.

2.2.3 A ‘negricidade’ de Belo Horizonte – Museu de Quilombos e Favelas Urbanos do aglomerado Santa Lúcia (MG)

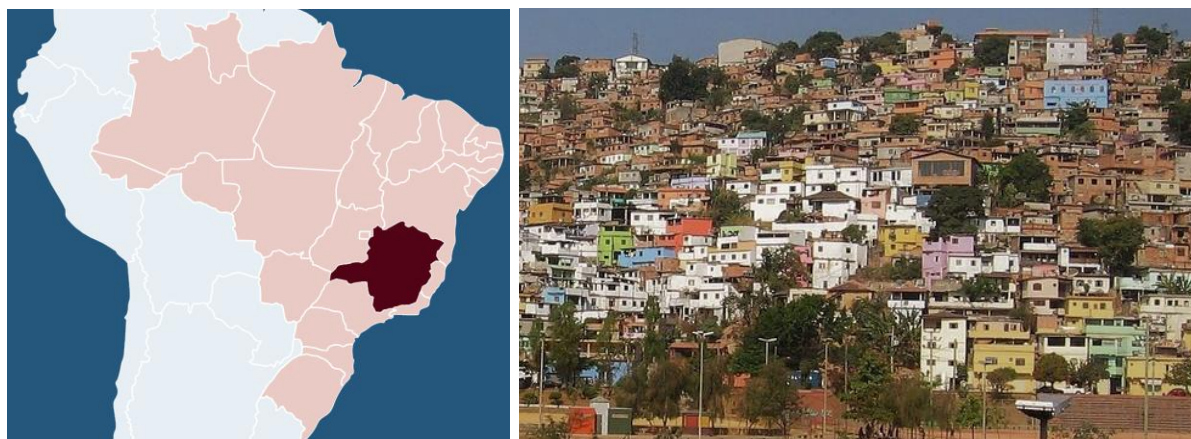


Figura 8 - Território do Brasil com destaque do estado de Minas Gerais e aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte. Foto: Catharina Gonçalves. Acedido em 07/03/2025. Imagem: Laíra Donosino.

Se o advento de criar uma nação moderna levou à reforma e à remodelação de cidades coloniais, que replicavam a um custo social elevadíssimo o modelo das cidades europeias, outro fenômeno urbano surgiu na virada para o século XX como resposta das elites brasileiras ao desafio de lidar com o passado colonial escravagista e a marcante presença, física e simbólica, de uma população negra e parda inscrita no espaço e no cotidiano das cidades. Em 1897, foi inaugurada uma nova capital para a província de Minas Gerais, Belo Horizonte, uma cidade planejada⁸² que substituiu a colonial e barroca Ouro Preto como centro político e administrativo mineiro. Na década de 1930, Ouro Preto foi reconhecida como patrimônio nacional como palco do legado histórico da Conjuração Mineira, consagrada a fato fundador da República, e de Tiradentes, legitimado como herói nacional.

A transferência da capital de Ouro Preto e a construção de Belo Horizonte, em um local que desde o século XVIII era ocupado pelo antigo Arraial do Curral del Rey, significaram uma nova concepção de urbanismo moderno; essa abordagem não apenas adaptava e reformava as

⁸² A primeira cidade planejada no Brasil foi a capital da província do Piauí, Teresina, em 1852, seguida de Belo Horizonte (MG) em 1897. No século XX foram construídas as cidades de Goiânia, capital do estado de Goiás, em 1932; Brasília (DF) que se tornou capital federal em 1960 e Palmas, capital do estado do Tocantins, construída em 1989.

cidades às necessidades de novas organizações e controles sociais que emergiam com a reorganização do trabalho livre ao final do século XIX, mas se tornava ela mesma, com a construção de cidades novas, promotora do desenvolvimento no interior do país – agregamos a este contexto os casos de Goiânia (1933) e Brasília (1960). O planejamento urbano visava condicionar comportamentos e dinâmicas sociais necessárias à modernização justificada, ainda, sob a moral colonialista de um empreendimento civilizatório.

Devido a intensa exploração mineira pela Coroa portuguesa, em especial no século XVIII, a província de Minas Gerais abrigava o maior contingente de pessoas escravizadas ao final do Império (Pereira, 2019, p. 58). O arraial de Curral del Rey, local de instalação da nova capital, era conformado por uma população afrodescendente e africana que se sobrepunha a branca, com especial destaque para a predominância de mulheres (*Ibidem*, p. 52). Com a construção da nova cidade, muitos indivíduos e famílias foram atraídas para a região em busca de emprego na construção civil, o que intensificou o afluxo da população negra para a região central de Minas Gerais (Botelho, 1999 *apud* Pereira, 2019, p. p. 99). Apesar dessas conjunturas, uma cidade profundamente marcada pela presença negra, como Belo Horizonte, foi discursivamente apresentada pela narrativa oficial como resultado da mão de obra de imigrantes europeus (Pereira, 2019, p. 135) e seu afro-patrimônio foi alvo de apagamentos:

“Por mais de um século tem sido insistentemente apagada cada referência à existência desse segmento populacional, destruída a sua igreja, abandonado o seu cemitério, renomeadas as ruas e os espaços urbanos que ocupavam, em um processo perverso de ocultamento das histórias negras consideradas, até hoje, memórias incômodas.” (Coan, Silva & Braga, 2021, p. 101).

A população negra, que era predominante no território de Curral del Rey e que se avolumava com as obras da nova capital, foi sendo progressivamente empurrada para as periferias da cidade planejada – favela do Alto da Estação, favela do Leitão, Morro do Papagaio – confirmando a lógica racializada de organização territorial nas cidades brasileiras, na qual a população preta e parda se concentra em áreas afastadas do centro ou em morros, enquanto a população branca habita o centro dinamizado das cidades:⁸³

⁸³ “De acordo com o Censo de 2010, em Belo Horizonte, de uma população calculada em 2.375.151 habitantes, 41,9% das pessoas declaravam-se pardas, 10,1%, pretas – perfazendo um total de 52% de negras/os –, 0,4%, indígenas e 46,7%, brancas. Contudo, conforme representado no Figura 1, a população preta e parda está concentrada nas regiões mais afastadas do centro da cidade, enquanto a população branca ocupa fundamentalmente a região central da cidade – que corresponde, em linhas gerais, ao perímetro urbano original de Belo Horizonte que, em conformidade com o Plano inicial da cidade, inscrevia-se dentro dos limites da Avenida do Contorno e adjacências” (Pereira, 2019, p. 42).

“Nesta medida, o mecanismo do silêncio sobre a agência de pessoas negras na produção do território de Belo Horizonte apresenta-se como a contraface de um mesmo projeto de aniquilamento da existência simbólica e concreta dos corpos negros na cidade, como um dos elementos do racismo que estrutura a concepção de cidade moderna e republicana na experiência brasileira.” (Pereira, 2019, p. 30).

É em um desses territórios periféricos que o Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), fundado em 2012 no aglomerado Santa Lúcia (figura 8) tem servido como um espaço de visibilização e reativação da memória negra belo-horizontina. Sua origem remonta aos processos de organização comunitária dos/as moradores/as, em articulação com a paróquia local, em reação a fatores que atravessam os territórios periféricos em todo o país: a violência e as ameaças de despejo.



Figura 9 - Exposição 'Doméstica, da escravidão à extinção – uma antologia do quartinho de empregada no Brasil' (2013) no Muquifu e logo do museu. Foto: Samanta Coan.

O ano de 2000 foi marcado na favela pela violência de traficantes e policiais, deixando como saldo a morte, por provável execução, de dois moradores jovens e negros e de um policial; além de catorze dias de terror, devido à ocupação do território pelas forças de segurança. Esses acontecimentos levaram a auto-organização dos/as moradores/as em uma Comissão de Paz para denunciar a violência policial e para criar mecanismos de proteção entre os/as moradores/as. Nos anos seguintes, o aglomerado foi alvo do projeto de reestruturação urbana 'Vila Viva',⁸⁴ que, sob a justificativa de que as ocupações estavam em área de risco

⁸⁴ O programa Vila Viva tem suas origens no ano de 1994, durante a gestão do prefeito Patrus Ananias. Em 2000, durante a gestão de Fernando Pimentel, seis vilas e aglomerados passaram por obras que “englobaram

ambiental, geológico e elétrico, promoveu a remoção das casas prevendo o reassentamento de apenas 40% dos/as moradores/as (Braga & Freitas, 2020, p. 509).

Esses processos de demolições, deslocamentos e rompimentos de laços territoriais, promovidos por uma política pública verticalizada e motivados frequentemente por interesses imobiliários privados, causam grandes impactos materiais e imateriais a essas comunidades, nas quais a Museologia Social foi mobilizada como mais uma ferramenta de denúncia, organização e resistência.

No caso do aglomerado Santa Lúcia, o desejo de memória foi expresso pelos/as moradores/as ao longo dos despejos que se seguiram e efetivado na construção de um museu comunitário, composto por um acervo de objetos recolhidos junto à comunidade. O espaço museológico reafirma, assim, a historicidade daqueles territórios periféricos na trajetória de moradores/as que constituíram suas subjetividades agregando à cidade, à revelia de suas classes dirigentes, modos de habitar diversos e culturalmente resistentes perante o projeto de apagamento de seus corpos e memórias dissonantes. Como missão o Muquifu informa:

“O museu dos quilombos e favelas urbanos tem por missão a recolha e/ou tutela dos bens tangíveis e intangíveis representativos da população do Aglomerado Santa Lúcia e de outras favelas e quilombos urbanos de Belo Horizonte, na busca por representatividade de sua cultura e diversidade, pesquisando, conservando e comunicando este patrimônio, como fator essencial na luta por inclusão social, contra o racismo e pelos direitos básicos da população negra e pobre, garantindo-lhe o direito a sua história e memória e com consequência o aumento da sua autoestima (PINTO, 2014:10).” (Braga & Silva, 2020, p. 214).

A referência aos quilombos tem a potência de reativar na contemporaneidade a memória histórica de resistência das populações africanas e afrodescendentes no Brasil contra a violência do colonialismo. Com a reapropriação de um símbolo de luta (*Ibid.*, p. 215), o MUQUIFU se aproxima da abordagem do quilombo como princípio ideológico, constituído pelos movimentos negros brasileiros a partir da década de 1970⁸⁵ e que ampliou a ideia de quilombo para incluir qualquer manifestação que reivindique uma resistência étnica e política.

modificações, melhorias e construções relacionadas à remoção de famílias das áreas ditas insalubres ou de risco, saneamento (fornecimento de água tratada e coleta de esgoto), com construção de novas unidades habitacionais padronizadas, reestruturação das vias de circulação e do sistema viário, urbanização de becos, implantação de áreas de lazer incluindo parques, praças e centros esportivos e, por fim, a erradicação das áreas que oferecem risco de desmoronamento/deslizamento de encostas e/ou risco de enchentes” (Braga & Freitas, 2020, p. 519).

⁸⁵ Essa década é marcada pelo ativismo estimulado pelo processo de redemocratização no Brasil com iniciativas importantes para a estruturação e organização nacional dos movimentos negros contemporâneos, como os atos evocativos à morte de Zumbi dos Palmares realizados pelo Grupo Palmares em Porto Alegre, em 1971; a Quinzena

A historiadora e ativista do movimento negro, Beatriz do Nascimento, intelectual que se dedicou aos estudos dos quilombos e das favelas brasileiras, agregou a esse pensamento a ideia do ‘quilombo’ como “sede interior e exterior de resistência cultural. Tudo, de atitude a associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra” (Nascimento, 2021, p. 166). É na afirmação da encruzilhada histórica dos territórios negros entre os quilombos e as favelas, que o museu pauta a memória como direito e como ferramenta antirracista. Ao recuperar essas memórias incômodas, o Muquifu perturba as narrativas tranquilas que favorecem a continuidade dos regimes de opressão, historicamente construídos em nossa tragédia colonial, e recuperar, pela identificação, uma autoafirmação étnica e nacional das populações negras, pardas e periféricas.

É nesse encontro com a etnicidade do território e com a constatação da invisibilização da população negra e periférica na história de Belo Horizonte que os processos desencadeados no Muquifu revelam a potência do museu como espaço de encontro e das práticas da Museologia Social como recursos para estabelecer processos de comunicação críticos e criativos; sendo que os “museus podem ser espaços privilegiados para aprendizagem sensível da cultura, construindo cenários estéticos, poéticos e políticos que sejam provocadores de memórias, potencializando outras narrativas silenciadas por projetos de poder” (Braga & Freitas, 2020, p. 503).

No contexto de observações que estamos traçando em relação aos processos museológicos urbanos em periferias e favelas de cidades brasileiras, a experiência do Muquifu agrega mais perspectivas do uso de linguagens artísticas – instalações, performances, intervenções urbanas etc. – como traduções simbólicas do acervo de memórias e de temas pautados pelas comunidades no presente. Ressalta-se que a memória popular se caracteriza pela oralidade em sua transmissão e pelos sentidos imateriais que significam suas práticas culturais a partir de valores, códigos e costumes. Isso demanda da linguagem museológica processos criativos que tornem tangíveis a existência desses processos inscritos em corpos que dançam, que lutam, que festejam, que cozinham, que tocam e que rezam. Expografias colaborativas que

do Negro na Universidade de São Paulo, organizada por Eduardo de Oliveira e Oliveira, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Joana Elbein dos Santos, em 1977; a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, que declarou neste mesmo ano, o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, Dia Nacional da Consciência Negra. A reorganização do movimento negro nesse período se deu em torno da denúncia do lugar de exclusão de pessoas pretas na sociedade brasileira, articulada à crítica da farsa da Abolição e do mito da democracia racial, amplamente usados para mitigar e não encontrar soluções para as injustiças e desigualdades que atingem, em especial, a população preta e parda no país.

recorrem às linguagens artísticas como mediadoras de discursos coletivos transcendem o objeto musealizado como gerador da comunicação e se tornam, elas próprias, vetores de musealização, invertendo a lógica tradicional do regime curatorial.

Isso possibilita que temas contemporâneos e imediatos à realidade em que o museu se vincula possam ser incorporados ao debate público, provocando o diálogo e construindo perspectivas locais sobre temáticas que afetam a sociedade – “Neste caso, as linguagens artísticas representam fortes elementos de ‘informação estética’ ao tempo que mediam público e exposição, especialmente as que se delineiam a partir de um tema e não de uma obra ou acervos” (Queiroz, 2016, p. 210).

Na exposição de longa duração ‘Doméstica, da escravidão à extinção – Uma antologia do quartinho de empregada no Brasil’ (figura 9), realizada em 2013, ainda na antiga sede do museu,⁸⁶ a tradição da classe média e alta brasileira de manter em suas residências habitações anexas à cozinha, muitas vezes pequenas e degradantes, popularmente conhecidas como ‘quartinho de empregada’, é ativada na montagem de uma instalação como denúncia e crítica do lugar da mulher negra na sociedade e das colonialidades que permeiam nosso cotidiano, a partir da subalternização e desumanização dessas trabalhadoras.

Essa proposta teve também como ativador simbólico a cama que Justina Dias Ferreira, trabalhadora doméstica e moradora do morro, ganhou de seu antigo empregador e decidiu doar ao museu comunitário. Essa doação, desencadeou uma rede de significações e informações sobre a temática, traduzidas por meio da montagem de uma instalação que recriava no museu o ambiente do quartinho de empregada. Com suas medidas constrangedoras – no duplo sentido da palavra – “tudo foi pensado a fim de fugir do improvisado e deixar claro ao público-visitante que aquele ambiente é uma peça de museu”, segundo padre Mauro Silva, curador do MUQUIFU (Coan, 2017, p. 80). A opção pela instalação permitiu às pessoas circularem nesse espaço, tornando o contato com esse ambiente uma experiência sensível das condições de

⁸⁶ O primeiro endereço do museu foi no Centro Social Padre Danilo, localizado no beco Santa Inês no morro do Papagaio. O museu ocupa atualmente o Espaço Expositivo Estrela, que está localizado na Capela Maria Estrela da Manhã, conhecida como Capela dos Santos Pretos; o vínculo com a igreja católica se dá pela atuação do idealizador e curador do MUQUIFU, padre Mauro Luiz da Silva, clérigo da Paróquia Nossa Senhora do Morro entre 2000 e 2016. (Braga & Freitas, 2020, p. 510; Coan & Silva, 2019, p. 02).

trabalho e das intersecções entre gênero, raça e classe social no Brasil (Coan, 2017, p. 79; Coan *et al.*, 2021, p. 84).⁸⁷

A exposição foi inaugurada em 27 de abril de 2013, Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, com um bolo em celebração a essas mulheres e uma oficina de partilha de experiências e intervenções na instalação, a partir das memórias individuais de cada uma, ativada por aquele (in)cômodo. Esse processo foi se construindo como obra aberta, sujeita a interferências, rearranjos, negociações e remontagens.⁸⁸ As paredes brancas do quartinho também se tornaram superfícies para o registro e compartilhamento de histórias, de expectativas, demonstrações de orgulho e recados, tendo sido preenchidas no dia da inauguração e, posteriormente, por trabalhadoras domésticas e seus/suas filhos/as.

O exercício de curadoria participativa engendrado nesse processo possibilitou vários olhares pela abertura dialógica entre público-colaborador/a e o tema, no estímulo ao debate e aos encontros das experiências subjetivas de autoconhecimento, como trabalhadoras subalternizadas, com o reconhecimento de suas singularidades e demandas coletivas, enquanto trabalhadoras domésticas.

Essa proposta se alinha aos processos de metacuradoria embasados na Museologia Social, na qual é priorizada a “tendência participativa na tomada de decisões, a construção de pensamento processual, as narrativas plurais e autoria coletiva” (Queiroz, 2016, p. 210), bem como à ideia de socioexpografia, proposta conceitual articulada aos princípios da Sociomuseologia, cujo caráter dialógico das exposições se expressa em processos iterativos e na constante transformação a que estão expostas e nas quais em seu “planejamento, realização e exibição, tem processos empáticos que respeitam a dignidade humana. Oferecem opções que

⁸⁷ A instalação foi montada pelo arquiteto e colaborador do Muquifu Silvio Pedestar a partir das medidas reais que são aprovadas pela prefeitura para a construção de imóveis, no caso, muitos/as proprietários/as transformam as chamadas dispensas, ambientes que tem no mínimo 50x50, em quartos de empregada. Este foi o tamanho projetado para a instalação que contou também com objetos como a cama de dona Justina e uma televisão que transmitia o vídeo Memória da Favela sobre a demolição de duas vilas do aglomerado Santa Lúcia pelo programa de reestruturação urbana Vila Viva, produzido por Mariana Castelo Branco, antiga moradora do aglomerado. (Coan, 2017, p. 79).

⁸⁸ Segundo relato de padre Mauro Silva (*apud* Coan, 2017, p. 80): “Então elas falavam do quarto, iam e voltavam nele e com toda a liberdade, por isso que eu falo que elas são, é... uma curadoria participada, porque elas podiam tirar e arrumar o quarto, desarrumar, tirar objetos, né, e essa foi a oficina. O que elas achavam que não deviam tá lá podiam, e pra tirar elas tinham que discutir e conversar com as outras porque que tinham que tá tirando ou então pra colocar. ‘Daí vou colocar tal objeto, porque no meu quarto que eu fiquei tinha esse objeto e tal...’. E elas fizeram isso. A montagem dele foi coletiva”.

as fazem acessíveis, cuidando desde o formato à colocação dos elementos, até a linguagem empregada, ampliando assim o seu alcance” (Coronado-Telléz, 2021, p. 13).⁸⁹

Nesse caso, a opção pela linguagem contemporânea da instalação foi fundamental para aprofundar o debate sobre as condições do trabalho doméstico remunerado, provocado pela experiência sensorial de adentrar o cômodo diminuto. É nesse processo comunicativo que os objetos adquirem sentidos específicos ao representar uma dada realidade, sendo o conjunto – o espaço, as mensagens nas paredes, a disposição dos objetos e os vazios – uma comunicação única, na qual “objetos que compõem o quarto de empregada deixam de lado as próprias histórias para representar outra, relativa ao todo” (Coan, 2017, p. 84), sendo esse o enquadramento que produz a ideia da instalação como museália.

Para desconstruir o objeto como testemunho, é preciso reimaginar o museu como espaço de relação – “É preciso transver os museus”, nos alertou Mário Chagas, parafraseando o poeta Manoel de Barros. Em outra exposição, ‘Uma Rainha na Favela – Tradição, Fé e Arte no Reinado de Nossa Senhora do Rosário’ (2017), essas dimensões se cruzam provocando importantes reflexões sobre a potência dos processos museológicos participativos na organização e reativação de memórias e práticas culturais perseguidas e silenciadas pelos discursos da modernidade.

Essa exposição foi concebida a partir de outra representação do feminino na favela: se antes a trabalhadora doméstica problematizou o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, nessa exposição a história de Dona Marta, moradora do aglomerado e rainha da Guarda de Congo da Vila Estrela,⁹⁰ homenageia as rainhas negras que, além de sustentarem suas famílias nas favelas e periferias do Brasil, são sustentáculos de saberes ancestrais e outros forjados pela transmigração das senzalas para os quilombos, dos campos para as cidades, do Nordeste para o Sudeste (Ratts, 2006, p. 65).

⁸⁹ No original: “*En su planeación, realización y exhibición, tiene procesos empáticos que respetan la dignidad humana. Ofrece opciones que la hacen accesible, cuidando desde el formato o colocación de los elementos hasta el lenguaje empleado, ampliando así su alcance.*”

⁹⁰ As Guardas de Congado e Reinados são manifestações culturais resultantes do cruzo em terras brasileiras de aspectos das culturas luso-espanholas, africanas e indígenas, cujos registros remontam ao século XVIII; organizadas em torno das irmandades de devoção negra de santos/as católicos/as, como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês, as guardas performatizam com cantos, sons, vestimentas e estandartes, cortejos nos dias santos podendo agregar outros nomes específicos de grupos como Congo, Moçambique, Marujada, Catopês, Caboclinhos, Vilão e Cavalhada. No estado de MG, estado brasileiro com maior incidência dessas práticas culturais, a Congada é reconhecida como patrimônio imaterial.

A nobre história de Dona Marta foi compartilhada com o padre Mauro Silva durante os chamados Chás da Dona Jovem, reuniões de mulheres da Vila Estrela no aglomerado Santa Lúcia que acontecem desde os tempos que a Igreja das Santas Pretas era um barracão e seguem, nos dias de hoje, após a missa na igreja, que, desde 2014, divide espaço com o MUQUIFU. Essa prática comunitária que antecede, inclusive, a existência do museu, tem sido espaço de importantes trocas e escutas que impactam a produção de narrativas museológicas, sendo considerado pelo curador “como o grande centro do MUQUIFU, o centro até físico, mas é muito mais como experiência epistemológica de conhecimento, de relações” (Padre Mauro Silva apud Coan & Silva, 2019, p. 03). Foi em um desses encontros que o reinado de Dona Marta, como rainha Congo de Santa Efigênia na Vila Estrela, emergiu da memória das moradoras, estimulando processos que nos ‘deslimites’ das práticas museológicas foram além de narrar o aparente paradoxo de uma rainha na favela e reativaram na comunidade a sua guarda de Congo e Moçambique (Coan & Silva, 2019, p. 01; Coan *et al.*, 2021, p. 110).

A merecida homenagem a Dona Marta se concretizou em diferentes iniciativas, uma das quais foi a montagem da exposição ‘Uma Rainha na Favela’, que recriou no espaço do museu a estética das festas do Rosário:

“A exposição aposta na performance de uma festa religiosa protagonizada por guardas de Congado e irmandades do Rosário, que são apresentadas através de muitas cores, luzes, manequins, objetos, trajes e imagens a devoção a Nossa Senhora do Rosário, que têm suas raízes nas festas da América Portuguesa no século XVIII. Neste espaço da exposição o visitante é convidado a encontrar a experiências estéticas religiosas e a performance museal restitui o misticismo e alegria das festas. [...] Em atividades culturais que ocorrem no museu, os grupos de congado da região são convidados a dançar nesse espaço. Neste caso, a ressonância permite a aproximação com a exposição, em um intercâmbio de experiências em que a fruição é individual, mas a situação relacional destes momentos provoca imbricações de memórias, provocadas pelo contato visual com os objetos, potencializando os sons e as danças da prática cultural.” (Braga & Silva, 2020, p. 219).

Para restituir o misticismo e a alegria das festas religiosas do Rosário, protagonizadas pelas guardas de Congado, o museu organizou, em uma linguagem das coisas, das imagens, das cores e das formas, uma narrativa sensível que “instaurou uma divisão performativa entre dois mundos: o visível e o invisível” (Brulon, 2019, p. 247). Nesse caso, as festas de Congado no território do aglomerado Santa Lúcia, que já não ocorriam mais, e Dona Marta, como patrimônio vivo, porém com idade avançada, são capturadas pelo olhar museológico e intermediadas por uma ficção ou uma dramaturgia da memória (Britto, 2018, p. 14) que

corporifica, conecta e comunica, a partir do presente, um legado que resiste nos subterrâneos da memória de um grupo.

No museu comunitário do aglomerado Santa Lúcia e em outros processos museológicos que se desenvolvem em favelas e periferias do Brasil, o desafio de materializar as memórias e práticas culturais desses grupos sociais fragmentados pela diáspora e/ou a transmigração, é que muitas vezes a dimensão de documentalidade, que conecta o mundo invisível e o visível, tem como suporte os corpos em movimento. “Para Beatriz Nascimento, o principal documento dessas travessias, forçadas ou não, é o corpo”, analisa Alex Ratts (2006, p. 65), sobre o filme de Rachel Gerber com Beatriz Nascimento, *Ôrí* (1989), no qual a historiadora aborda a questão da perda da imagem e a redefinição corpórea nos deslocamentos em que as populações autóctones e afrodescendentes no Brasil estiveram condicionadas pelos processos históricos – “O corpo é também pontuado de significados. É o corpo que ocupa os espaços e deles se apropria. Um lugar ou uma manifestação de maioria negra é ‘um lugar de negros’ ou ‘uma festa de negros’” (Ratts, 2006, p. 68). Ao proibir uma “festa religiosa de negros”, o que se interditava era a presença ou a possibilidade desses corpos protagonizarem formas próprias de devoção publicamente, sustentando a colonialidade do poder no exercício de domínio dos corpos racializados e dos saberes a eles incorporados.

Restituir essa presença no espaço museológico significa reconhecer nessas práticas, trabalhos de preservação e transmissão culturais, pautados em saberes diversos e historicamente condicionados por situações de opressão, além de problematizar a centralidade e a condição dos objetos e coleções no processo de musealização hegemônico.

Nesse sentido, mais que provocar o olhar, a experiência estética e religiosa de reencenação de uma festa do Rosário na exposição do MUQUIFU apostou em uma prática interdisciplinar e multissensorial que possibilita edificar outras pontes entre memória, tradição e fé na perspectiva das memórias populares. A construção social desse encontro foi enredada pelo recurso às linguagens artísticas – visuais, cênicas, sonoras –, na qual a devoção negra a Nossa Senhora do Rosário e suas expressões invadem o presente da comunidade e transportam, momentaneamente, o corpo do cotidiano para o mundo das festas; a *performance* museal cria esse estado de liminaridade (Brulon, 2019, p. 247), ou passagem entre mundos sustentada por uma poética das coisas, cuja eficácia simbólica não se dá pelas informações extraídas dos objetos em exposição, mas das relações que a narrativa expográfica engendra enquanto *performance* museal (Braga & Silva, 2020, p. 222).

Abordar a expografia desde o ponto de vista da potência performática do contexto museológico não exclui os objetos dessa gramática museológica, mas redimensiona o seu papel nesse diálogo e incide sobre as lógicas hegemônicas de musealização.

É o caso analisado por Jezulino Braga e Mauro Silva (2020, p.216) dos usos feitos pela comunidade de uma Caixa de Congo e Moçambique confeccionada durante uma ação cultural no MUQUIFU e que foi musealizada e integrada à exposição Uma Rainha na Favela. A princípio, o instrumento de percussão que tradicionalmente acompanha o cortejo devocional foi disposto apenas ao olhar dos/as visitantes, no estado de objeto semióforo; fora dos circuitos de usos ligados às festas de Congado sua função estava circunscrita à objeto testemunho dessas práticas culturais. No entanto, imerso em uma museografia inspirada nas festas do Rosário, na qual “a performance museal exerce sobre o passado uma força restauradora, produzindo novas presenças e recompondo os laços rompidos” (Brulon, 2019, p. 257). Nesse sentido, em 2018, o museu foi interpelado pela família de Dona Marta a participar da organização de uma festa a Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia em homenagem à moradora, processo que desencadeou a retomada da guarda de Congado da vila Estrela com a incorporação do objeto de museu aos ritos devocionais e ao universo de significação religiosa:

“Por ocasião dos ensaios, bem como na festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, a Caixa de Moçambiques deixou, mesmo que momentaneamente, sua vida museal e entrou para a prática cultural pulsante, tornando-se extensão do corpo dos dançantes da guarda, dando ritmo àquele corpo que dançava em louvor a Nossa Senhora, ao mesmo tempo em que entoava os cantos sagrados da manifestação.” (Braga & Silva, 2020, p. 221).

Findados os festejos, o retorno da caixa para a exposição se deu depois da sua restauração pelos congadeiros, devido aos danos ocasionados pelo uso, sendo reinserida na expografia a partir de outra proposta conceitual, cujo sentido comunicativo transgride os limites da visualidade na exposição dos objetos de museus e privilegia a sonoridade do toque que homenageia a santa e marca o cortejo ritualístico. A realocação da caixa ao alcance de todos/as possibilitou àqueles/as que visitam o espaço “a oportunidade de tocá-la, encarnando o objeto, ao mesmo tempo em que ele os encarna, enquanto simulam os sons da caixa durante os rituais” (Braga & Silva, 2020, p. 221).

Dessacralizada do ponto de vista museológico e reintegrada ao uso como instrumento de expressão religiosa, a caixa é novamente sacralizada na prática cultural do cortejo devocional. Investida de significados a partir de uma tradição religiosa, a caixa transita por

gramáticas sociais diversas e, na intersecção delas, adquire outros sentidos que ganham reflexividade na prática museológica e na vida social do território.

As Museologias centradas em pessoas preservam a memória como substrato para (re)criação de suas vivências, um processo dinâmico para o qual o paradigma da Museologia Social contribui na medida em que seu interesse primordial não é o zelo pela unidade material das coisas, mas a partir delas e através delas restituir encontros com memórias negligenciadas e silenciadas por contextos de perseguição, criminalização e estigmatização social. Cientes de que essa natureza transitória dos objetos e suas classificações são efeitos reais dos jogos de poder, o sentido de preservação acionado no museu comunitário, quando interpelado pela comunidade, visou, sobretudo, à continuidade de uma prática cultural que implicou no redimensionamento de seus processos após essa entrada na vida pulsante.

São desses encontros com a vida social das coisas que outras sensibilidades e afetos entram em cena, reorientando roteiros metodológicos e agregando ao campo científico das Museologias contribuições fundamentais que transbordam as normatizações, construindo entendimentos e importâncias embasadas nas diferentes formas de leitura do mundo.

2.2.4 ‘Memória não se remove’ – Museu das Remoções na Vila Autódromo (RJ)



Figura 10 - Território do Brasil com destaque do estado do Rio de Janeiro e Vila Autódromo, 2014. Fonte: Portal UOL. Acesso em 07/03/2025. Imagem: Laíra Donosino.

No dia 18 de maio de 2017, o Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, incorporou ao seu acervo as peças-escombros do Museu das Remoções (RJ), processo museológico que documenta e divulga a luta e resistência dos/as moradores/as da Vila Autódromo (figura 10) contra as remoções na zona oeste do Rio de Janeiro, realizadas para a

preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Entre as peças doadas ao MHN, estão:

“[...] uma grade de janela da casa antiga, de muitos anos, de Mainha, na Rua Gilles Villeneuve, uma das últimas casas demolidas. Mainha já havia sido removida da favela Via Parque, na Barra da Tijuca, antes de se mudar para a Vila Autódromo. Pedras hexagonais, anteriormente parte da calçada da residência de Adão, morador da Vila há muitos anos, na estrada do Rio Beiro, cuja casa servia como um centro espiritual também foram apresentados, e mais uma bomba sapo pertencente a Sandra Maria, que era constantemente compartilhada entre os vizinhos como uma ferramenta de sustentabilidade para limpar o ambiente e trazer água potável para a comunidade. (...) Um dos itens mais simbólicos entregue ao MHN foi um tijolo encontrado nas ruínas após a demolição, e cujo proprietário é anônimo. Cerca de 700 famílias foram removidas, e apenas 20 permaneceram, portanto muitas das ruínas tinham proprietários desconhecidos. Este tijolo ‘anônimo’ é um símbolo para todos aqueles ‘anônimos’ que foram removidos de dentro e de fora da Vila Autódromo, e marca a importância da luta que tantos moradores de favelas enfrentam.”⁹¹

A entrada dos escombros musealizados das remoções urbanas ao acervo de armas, porcelanas e canhões do MHN aponta para novas perspectivas de leituras do processo histórico brasileiro, articuladas aos desafios contemporâneos do direito à cidade. Essa inclusão também denuncia as contradições de uma narrativa republicana que frequentemente ignora a sistemática exploração física e exclusão simbólica à qual sujeitos racializados/as foram submetidos/as para a construção do seu projeto de nação moderna. Além disso, esse fato radicaliza a ideia do objeto de museu, que, na acepção do criador do MHN, remetia às “reliquias do passado”, podendo ser “espadas que tenham brilhado a luz nevoenta das grandes batalhas” ou “canhões que vomitam a morte nas fileiras inimigas” (Gustavo Barroso *apud* Santos, M. S., 2006, p. 33).

Considerando essa natureza de aquisições vinculadas a fatos ‘gloriosos’ que orientou a fase de formação do museu histórico a partir de 1922, como os destroços de uma comunidade periférica se inserem em uma gramática expositiva articulada a esses objetos? Quais novas camadas de sentidos a inserção de uma grade de janela da casa de Mainha, das pedras hexagonais da calçada de Adão e uma bomba sapo da Sandra acrescentam a este acervo de objetos preciosos acumulados por Gustavo Barroso? Quais mudanças de atitudes os/as trabalhadores/as desse museu perceberam como fundamentais para o diálogo desse espaço com a sociedade? Quais tendências do pensamento museológico fundamentaram o diálogo entre

⁹¹ Villalobos, C. (2017). Museu Histórico Nacional Recebe Acervo Documentando Resistência da Vila Autódromo. Acedido em 31/01/2022 em <http://www.rioonwatch.org.br/?p=25789>.

duas instituições que, em sua origem e prática, situam-se em espectros opostos de um fazer museal que tem se transformado profundamente desde o último século?

É preciso primeiramente refletir sobre o avanço no reconhecimento dessas memórias em ruínas por parte de um museu tradicional vinculado, como tantos outros, às sínteses nacionais. O MHN se consolidou, junto a outros de sua tipologia, em um processo museológico pautado na reafirmação dos valores e sentidos projetados por elites econômicas que se esforçaram em atualizar ao longo do tempo mecanismos de exclusão de parcelas significativas da população brasileira. Forjado como instituição no ano do centenário da independência do Brasil, os caminhos de interpretação do nacional enquadravam a nação em um todo coeso e homogêneo, narrativa que tem sido problematizada por novas políticas institucionais incorporadas ao atual MHN.⁹² No entanto, destaca-se aqui o peso simbólico dessa instituição como difusora de uma prática museológica compreendida como normativa e de uma narrativa hegemônica do processo nacional.

Essa aparente incongruência que salta aos olhos na entrada das peças-escombros do Museu das Remoções no MHN – tanto pelo histórico da instituição como pela natureza ‘diferenciada’ dos objetos doados – é o que justifica a sua aquisição por parte da equipe do museu como elemento tensionador dos esquecimentos que pautam a gestão de uma memória sem conflitos e que nos permite perceber em que medida uma Museologia de base comunitária e crítica colabora para a expansão dos circuitos de memórias negligenciadas em Museologias pautadas pelo colecionismo (Bruno, 2020, p. 21).

Destaco, mais uma vez, que essa incongruência é apenas aparente. É possível encontrar fortes conexões entre a grade da casa de Mainha e o MHN ao percorrer a trajetória desta instituição modelar para a Museologia brasileira.

O MHN ocupa hoje uma área que, no começo do século XX, abarcava o Morro do Castelo e abrigava mais de cinco mil pessoas em cortiços, vilas, estalagens e outras habitações coletivas que caracterizavam o tipo de moradia das classes trabalhadoras nesse período (Chalhoub, 1996, p. 15; Paixão, 2008, p. 31). À época, o embelezamento planejado da urbe significava uma via expressa para a aproximação ao ideal de modernidade, em oposição ao passado colonial associado à dependência, à desordem e ao atraso a que esses tipos de habitações e seus ocupantes passaram a ser associados/as. Muitos argumentos foram levantados

⁹² Essa questão foi abordada no primeiro capítulo desta tese na página 96.

em prol da reestruturação do espaço urbano, propalados por elites econômicas anelantes por se integrarem ao concerto internacional, sendo um dos mais eficazes o discurso higienista, que associava esses aglomerados urbanos à proliferação de pestes e epidemias (Chalhoub, 1996, p. 29). Esses argumentos de ordem sanitária se conjugavam aos esforços de controle social dessas áreas, que reuniam em torno da disponibilidade de moradias baratas e ofertas de serviços uma população de baixa renda cujo perfil sociorracial não apenas destoava do ideal de uma cidade moderna, como o confrontava.

No entanto, uma das principais motivações para a remoção definitiva da população e a derrubada do Morro do Castelo foram as obras para a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922 (Motta, 1992, p. 05; Paixão, 2008, p. 49).⁹³ No lugar de cortiços e estalagens, foram construídos pavilhões e palácios, nacionais e estrangeiros, que receberam milhares de pessoas para contemplar os avanços do país nas áreas da indústria, do comércio, da agricultura, entre outras categorias selecionadas para a exposição brasileira. Findada a exposição, o então Palácio das Indústrias foi destinado à formação do primeiro museu dedicado ao passado nacional, o MHN, um passado no qual moradores/as do Castelo e demais morros e favelas não apareciam ou participavam; quando muito, poderiam ser observadores/as passivos/as do desenrolar da história protagonizada por poucos homens.

Em contextos urbanos alicerçados sob o racismo estrutural, como são as sociedades latino-americanas, não se pode desconsiderar que a remodelação arquitetônica e urbanística da cidade do Rio de Janeiro, conjugada ao esforço de criar uma imagem externa positiva do país tendo como vitrine um evento internacional, se pautou em “regimes de visibilidade de fachada que escondem o fundo de quintal, a produção de subjetividades negras e os violentos processos de segregação e distinção, ou seja, o enfrentamento a política racializada de memórias espaciais na gestão da cidade” (Oliveira, 2019, p. 231).

⁹³ Cabe ressaltar que a década de 1920 no Brasil significou um momento de importantes debates em torno do destino e da identidade nacional, neste mesmo ano ocorria a semana de Arte Moderna, em São Paulo, que causou impacto o meio artístico e intelectual; a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a revolta do Forte de Copacabana que trilhou os caminhos para o golpe de Getúlio Vargas, em 1930, pondo fim ao período oligárquico da chamada “República Velha”. Transformações importantes convulsionavam o cenário nacional no qual as reformas urbanas dialogavam intensamente com as disputas sociais em torno da construção de uma nação moderna que conciliasse ou superasse as diferenças internas em prol de um projeto de nação, deste modo, devemos ter em vista que estes projetos eram “múltiplos e diferenciados” (Santos, M. S., 2006, p. 28). A própria derrubada do morro do Castelo e realização da exposição não foi consensual à época; já havia vozes que se posicionavam contrárias a este modelo de administração urbana, pautado em interesses internacionais, e em uma visão tecnicista do espaço urbano que excluía da cidade modos de vida desqualificados por sua visão de modernidade.

Quase um século após a Exposição do Centenário da Independência, em 2016, outro evento internacional sujeitou comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro às remoções e ingerências de uma reconfiguração territorial assentada no imaginário europeu/estadunidense, agora de cidades desenvolvidas. A gestão do espaço urbano como mercadoria para especulação imobiliária e investimentos estrangeiros reafirmou a cidade moderna na reconfiguração contemporânea do urbanismo neoliberal:

“O que outrora fora justificado por uma missão civilizadora, hoje continua a se justificar, dentre outras formas, pela retórica do desenvolvimento, que pretende apontar, no caso, os rumos que as cidades devem seguir para conseguirem se destacar no cenário global e atrair investimentos. (...) Há um recado claro de que os centros geopolíticos são os que detêm a legitimidade para produzir conhecimento/planejamento para os centros urbanos do restante das metrópoles do mundo.” (Munch, 2017, p. 105).

As peças-escombros do Museu das Remoções que foram doadas ao MHN resultaram do exercício de musealização da luta – não das ruínas – dos/as moradores/as da Vila Autódromo, comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, na qual 97% de seus/suas moradores/as foram removidos/as para a construção de instalações ligadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.⁹⁴ Entre as inúmeras estratégias de resistência dos/as moradores/as contra as investidas do poder público, aliado ao capital estrangeiro vinculado ao megaevento,⁹⁵ o museu comunitário se consolidou como potente instrumento de luta social, que, por meio de práticas museológicas insurgentes, se realiza em um acervo de resistências às frequentes tentativas de remoções, constituindo-se em fonte de inspiração e aprendizados estratégicos para outros movimentos sociais urbanos (Williamson, 2018, p. 22).

⁹⁴ “Com o amplo apoio do capital privado e da grande mídia, uma nova ameaça de remoção veio quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida em 2009 como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A remoção de comunidades de baixa renda foi uma marca da Prefeitura de Eduardo Paes (2009 – 2016). No Plano Estratégico anunciado em janeiro de 2010, a Vila Autódromo estava entre as 119 favelas que seriam reassentadas pelo Município. Até 2015, estima-se que mais de 20 mil famílias tenham sido removidas em função da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Só na Vila Autódromo, mais de 500 famílias foram removidas sob a justificativa da construção do Parque Olímpico, do Centro de Mídia e das reformas de mobilidade urbana.”. Acedido em 09/02/2022 em <http://www.museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>.

⁹⁵ Marcela Munch (2017, p. 68) destaca, entre os repertórios de resistência produzidos pelos/as moradores/as da Vila Autódromo, a maior organização interna por meio da Associação de Moradores/as; articulações político-institucionais com universidades, movimentos sociais, partidos políticos e a mídia; estratégias de visibilização dos conflitos; ações de reapropriação do território; estratégias jurídicas e discursivas em torno da permanência (proposta do Plano Popular de Urbanização).



Figura 11 - Moradoras da Vila Autódromo junto a uma escultura do Museu das Remoções e logo. Foto: Daniel de Andrade.

Identificado como ‘museu comunitário a céu aberto’, surgiu de uma rede de múltiplos apoios – universidades, movimentos sociais, colaboradores/as, ativistas etc. – na qual os/as moradores/as em luta contra o Comitê Olímpico Internacional, o Governo Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, mobilizaram a memória do território e da resistência, se apropriando dos museus “como tecnologia, como ferramentas de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro” (Chagas, 2011, p. 05).

No sentido de potencializar a vida nesse território em ruínas, o museu surgiu de uma intervenção artística articulada às Oficinas de Memória com os/as moradores/as e a construção de mapas afetivos que deram origem a sete esculturas formadas dos escombros e situadas nos terrenos de casas demolidas da antiga vila (figura 11). Além dessas esculturas, fazem parte do acervo documental do Museu das Remoções fotos, vídeos, teses e dissertações, artigos em *sites* e jornais, entre outras produções de colaboradores/as que documentam o processo de resistência. A Igreja São José Operário, edificação original e espaço de reuniões comunitárias, também compõe o acervo do museu, assim como as pessoas da Vila Autódromo, aqueles/as moradores/as que permaneceram e os/as que tiveram de se mudar, bem como os escombros e as casas modulares construídas pelo governo e que compõem a atual paisagem urbana do local (Bogado, 2017, p. 14; Munch, 2017, p. 74).

Os escombros doados ao MHN pelos/as moradores/as da Vila Autódromo se revestem de significados múltiplos que nos chegam mediados por essa luta. No glossário *Vocabulários*

em movimento, vidas em resistência: singularidades da luta a partir de conversas na Vila Autódromo (2017), a moradora Sandra Maria – doadora da bomba sapo – assim define os escombros para a comunidade:

“Aqui na Vila, foi bem isso que aconteceu, nossa geografia foi modificada. Quando removiam uma casa, não removiam apenas a casa, cortavam as árvores, destruíam o terreno, destruíam tudo. Removiam nossas referências geográficas. (...) Em meio a toda essa destruição, havia os escombros. As casas eram demolidas e os escombros abandonados no terreno por meses, alguns chegaram a fazer aniversário, pois ali permaneceram por mais de um ano. Ainda hoje, temos escombros que não foram retirados. Permanecem em nosso território como uma cicatriz, uma rugosidade em nosso espaço e nossa história.” (Oliveira *et al.*, 2017, p. 21).

A tática do poder público de abandonar os escombros das casas demolidas a pesquisadora Marcela Munch (2017, p. 62) denominou de “deslugarização do espaço” a partir de “práticas espaciais destrutivas, que vão desconstituindo aos poucos justamente os símbolos que invocam a relação com o lugar”. Lois Wacquant (2006, p. 30) observa que uma das faces da estigmatização territorial é a dissolução do lugar, “a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado”.

É o que nos informa Sandra: para além da perda individual da moradia digna, há uma perda de referências coletivas que permanecem no território como cicatrizes, reminiscências e vestígios que confrontam moradores/as que permanecem lidando com a perda, mas também com a transformação da memória local, agora inscrita na cartografia das lutas populares e dos movimentos sociais urbanos no Brasil. É importante neste processo reconhecer que todo exercício de musealização implica uma pedagogia museológica que educa nosso olhar em relação aos bens culturais e aos valores que construímos em sociedade mediados por estas coleções e acervos. Nesse sentido,

“[...] entende-se que essa pedagogia nos ajuda no tratamento do abandono e nas escolhas do que é relevante, quando atuamos na constituição de fatos e fenômenos museológicos ou quando projetamos as nossas indagações sobre novas perspectivas de musealidade. Em cenários histórico-culturais como aqueles que identificamos no Brasil, essa perspectiva pedagógica assume um papel extremamente relevante, pois a educação para a memória e a educação para o patrimônio são ferramentas muito potentes para nos auxiliarem nas necessárias reparações e nos fortalecerem nos percursos da indignação.” (Bruno, 2020, p. 27).

O processo de musealização dessas peças-escombros se configura como importante iniciativa de memória, que une o sensível e o inteligível na conflituosa relação da cidade com

seus habitantes, cabendo-lhe a "metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque" (Chagas, 2011, p. 05).

No exercício crítico de estabelecer relações, essas peças conectam especificamente o próprio MHN ao território ao qual se vincula – a existência anterior do Morro do Castelo – e o provoca a enfrentar esse passado comum na denúncia que a materialidade do objeto singular faz da negligência e da violência do Estado contra populações pobres atingidas no seu direito à terra, à cidade e à moradia digna que caracteriza a experiência popular ao longo da história do Brasil. Possibilitado pela ação coletiva e pela lucidez de diferentes agentes e profissionais em relação aos desafios de seu tempo e o papel dos museus, o acréscimo dessas peças ao acervo da tradicional instituição oferece alternativas à “pedagogia do dedo em riste”, que caracterizou a imaginação museal barrosiana (Chagas, 2009, p. 197) e que ainda hoje encontramos na comunicação museológica de muitos museus normativos, a partir do que o geógrafo Milton Santos denominou de “pedagogia da existência” (Santos, M., 2006, p. 116). Nas imbricações do território apontadas pelo geógrafo brasileiro, as macropolíticas hegemônicas deparam com micropolíticas de resistências locais que provocam fissuras e que “assumem a condição fronteira e a partir dela conseguem transformar resistências individuais em resistências estruturais” (Munch, 2017, p. 191).

Esses objetos musealizados, em processos participativos e comunitários, cujos valores atribuídos estão ligados à luta, ao confronto, à resistência e não mais à autenticidade, à originalidade ou à raridade do objeto museológico herdado (Moutinho, 1994, p. 07), anunciam outras axiologias que conferem existência social aos objetos e inserem de forma crítica e contundente a perspectiva dos/as atingidos/as pelos processos de remoções na história social do Brasil comunicada pelo museu histórico.

Viabilizada por uma nova razão museológica e liberta da circularidade do museu-instituição como vetor para a musealização, as peças do Museu das Remoções são investidas de significados como objetos criados ou construídos por práticas museológicas insurgentes, neste caso, para denunciar as investidas do poder do Estado e anunciar a resistência dos/as moradores/as. Segundo Mário Moutinho, esses objetos são compreendidos a partir de uma “museografia das ideias”:

“Esta hipótese mais não é que o reconhecimento, tantas vezes sugerido de uma museografia em que o objeto não seja herdado, mas sim criado

escapando assim ao seu destino museológico. [...] Mas a museografia como meio de comunicação visual pode utilizar a aprofundar a potencialidade comunicativa da FORMA, não herdada do objeto, mas sim criada para cada situação.” (Moutinho, 1994, p. 10).

Quando inicialmente nos perguntamos como os destroços de uma comunidade periférica poderiam se inserir em uma gramática expositiva articulada aos objetos preciosos, tradicionalmente incorporados pelo MHN, percebemos que algo tão peculiar como a grade de Mainha tensiona o discurso oficial e nos transporta para a dimensão da contradição, do conflito, das fissuras que impedem o ‘asfalto’ de reencontrar a favela. Processos museológicos contemporâneos, como o Museu das Remoções, têm vindo a produzir contramemórias da cidade moderna/neoliberal, através do “redimensionamento do conceito de musealidade, das particularidades dos olhares que a identificam, das práticas que a consolidam e das responsabilidades que a traduzem como herança cultural.” (Bruno, 2020, p. 26). Para a composição desse novo discurso,⁹⁶ esse objeto, em relação aos demais, estrutura e remete a um novo sistema de referências, no qual territórios marginalizados na dinâmica urbana se inserem como partes orgânicas à cidade e à sua história, superando o senso comum dessas áreas como excrescências, quando são, na verdade, constitutivas e necessárias para a realização das cidades capitalistas.

Da encruzilhada criativa entre processo museológico e mobilização popular, o Museu das Remoções surge como experiência disruptiva do museu tradicional e voz dissonante do modelo de políticas públicas, assentadas no empreendedorismo urbano ou, como postulou Diana Bogado (2017), como resistência criativa à construção da cidade neoliberal. Com o lema ‘memória não se remove’, a comunidade se reinventou na luta pelo direito à cidade, enfrentando o soterramento de suas memórias por meio da musealização do próprio território, transformado em percurso expositivo. Além disso, ao exercitarem a criação compartilhada de outros suportes que auxiliam na comunicação de contranarrativas da cidade capitalista, resistem como fratura nesse espaço e expõem outros modos de viver e existir nas cidades.

⁹⁶ Segundo notícias à época das doações, as peças passariam a integrar a exposição de longa duração do museu no módulo “Cidadania em Construção”, relativo à luta de diferentes grupos sociais pela conquista de seus direitos. Segundo a pesquisadora do MHN Aline Montenegro Magalhães, em reportagem no *site* Revista Museu, este acervo seria incorporado em diálogo com os vestígios musealizados da demolição dos Morro do Castelo - no caso, ruínas das edificações históricas presentes no território -, trazendo o tema das remoções para a narrativa expográfica do museu. Acedido em 21/02/2022 em <http://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/2859-21-05-2017-museu-historico-nacional-recebe-acervo-de-remocao-da-vila-aotodromo-html>.

2.2.5 ‘Do in museológico’ – Os pontos de memória no corpo das cidades

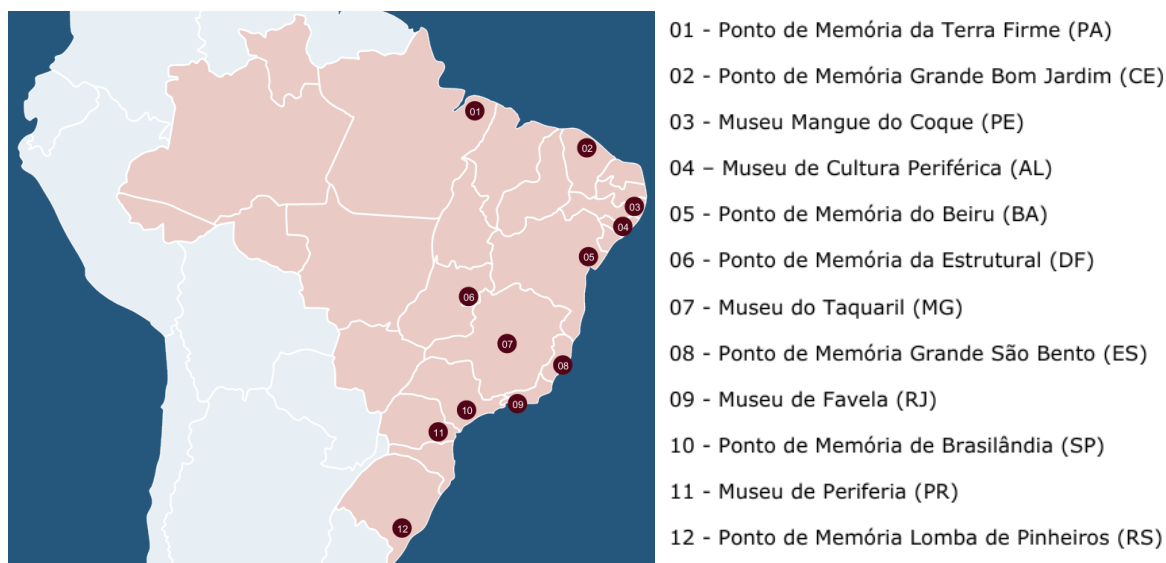


Figura 12 – Território do Brasil com destaque para a localização dos Pontos de Memória (2009). Imagem: Laíra Donosino.

Não é possível abordar o tema da mobilização de processos museológicos, participativos e comunitários, como instrumentos de enfrentamento à produção de invisibilidades e valorização das memórias marginais nas cidades brasileiras, sem levar em consideração os acúmulos de experiências e reflexões em torno do Programa Pontos de Memória (PPM), implementado como política pública, em 2009, no âmbito do Plano Nacional de Cultura Viva.

É fundamental destacar a inflexão no campo cultural brasileiro que significou esse dispositivo federal ao fomentar o reconhecimento de identidades culturais diversas e o direito à cultura como princípio articulado ao exercício da cidadania. Além de fazer frente à histórica ausência e descontinuidade de políticas públicas no âmbito da cultura, prática de gestão que se alterou profundamente, a partir de 2003, nos anos de gestão do Partido dos Trabalhadores no Executivo nacional (Calabre, 2009, p. 294).⁹⁷ Em alusão à técnica oriental de automassagem,

⁹⁷ O programa de governo do Partido dos Trabalhadores “A imaginação a serviço do Brasil”, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, pautava as seguintes questões como diretrizes: 1) Cultura como política de Estado; 2) Economia de cultura; 3) Gestão democrática; 4) Direito à memória; 5) Cultura e comunicação e 6) Transversalidade das políticas culturais (Calabre, 2009, p. 298). Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, transformado em política de Estado em 2014 pela aprovação da Lei 13.018, conhecida como lei Cultura Viva, que reconhece, simplifica e estabelece mecanismos de parcerias do poder público com organizações da sociedade civil para a gestão do campo cultural.

o ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, se referiu a um ‘do in antropológico’ para fazer emergir a diversidade cultural do país, na qual o Estado se reposicionou para o papel de colaborador e estimulador dos processos culturais, no lugar de ditar políticas culturais de forma verticalizada. Da mesma forma, vislumbramos os pontos de memória como o ‘do in museológico’ (Pereira, 2018, p. 107) que distensionam os pontos de esquecimento sobre as cidades e faz emergir, pela radicalidade criativa, o exercício da diferença nos modos de narrar o urbano e fazer museus.

Na bibliografia sobre o tema, o PPM é frequentemente referenciado como uma importante iniciativa público-comunitária no campo da memória, que possibilitou, pelas metodologias e reflexões geradas na experiência dos doze pontos pioneiros, uma prática museológica assente nos princípios da Museologia Social. Essa prática visa fomentar mecanismos de participação das comunidades, ensejando maior protagonismo e organização local, e incorporar, como ações públicas, as contribuições dessas novas formas de ‘fazer museus’ às linhas orientadoras do projeto. Marcele Pereira (2018, p. 292) abordou os pontos de memória da perspectiva das “experimentações que confrontam as produções de colonialidades”, considerando-os processos museais decolonizadores que enfrentam a produção de invisibilidades ao promover maior protagonismo das comunidades no “desenvolvimento de memórias e narrativas que valorizam as memórias subalternizadas”, desenvolvendo linguagens próprias para sua salvaguarda e comunicação.

Acercando-se dessa análise, Clóvis Britto (2019, p. 114) converge com Marcele Pereira sobre o impacto do PPM como política pública assente nos princípios da Museologia Social, sendo a criação do programa, bem como a Política Nacional de Museus e o estímulo à articulação em redes,⁹⁸ um marco no que ele designa de fase de Institucionalização da Museologia Social (2003-2018).

Apesar do PPM ser reconhecido como uma inflexão no campo museológico, é importante destacar que o programa está conectado com uma série de interlocuções entre agentes públicos, movimentos sociais e iniciativas locais anteriores que contribuíram com suas experiências para a elaboração de metodologias de trabalho que pudessem viabilizar um

⁹⁸ Entre as várias redes existentes no Brasil, destaco as Redes de Educadores em Museus (REM) articuladas em diferentes estados do país; a Rede de Museus, Memória e Movimentos Sociais; a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários; a Rede Cearense de Museus Comunitários; a Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil; a Rede LGBT Memória e Museologia Social; a Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul; Rede São Paulo de Memória e Museologia Social; Rede dos Pontos de Memória do Espírito Santo; Rede Museologia Kilombola.

diálogo horizontalizado entre o poder público e as diversas iniciativas e vontades de memória que despontavam no cenário nacional.⁹⁹ Como parte dos esforços em articular o campo da cultura com outras áreas e políticas do governo federal, construindo outro espaço de atuação do campo cultural que não se resumisse a pautas secundárias nas diretrizes nacionais, e no sentido de criar condições políticas e econômicas para apoio e fortalecimento de iniciativas de memórias locais, o PPM foi implementado por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) com o Ministério da Cultura e parceria do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça:

“Desenvolvido pelo Ministério da Justiça no âmbito do governo Lula, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI nasce de uma tentativa de enfrentamento à criminalidade no país, em articulação com políticas de segurança atreladas a ações sociais. [...] Foram selecionadas 12 cidades brasileiras localizadas em regiões metropolitanas e, segundo visão do Pronasci, consideradas mais violentas, identificadas por pesquisa elaborada pelos ministérios da Justiça e da Saúde, e indicadas para receberem as ações do PRONASCI.” (Pereira, 2018, p. 12).

A questão do enfrentamento da violência urbana que marca nossas grandes capitais foi determinante para a escolha dos pontos pioneiros nesta relação estabelecida com o Ministério da Justiça. Nesse sentido, as iniciativas de memória fomentadas no âmbito do PPM estavam diretamente ligadas as ações comunitárias que visassem, por meio da memória social e da cultura local, estratégias de enfrentamento dos altos índices de criminalidade e violência em territórios localizados nas periferias e favelas de capitais brasileiras. Naquele momento, outro olhar para a segurança pública também estava sendo elaborado, no qual a cultura adquiria um rol estratégico como possibilidade diferenciada de abordagem do Estado brasileiro diante do histórico de repressão e coerção policial nesses territórios.

Apesar da pretensão inicial da equipe do então Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto Histórico e Artístico Nacional (DEMU-Iphan) – posteriormente reunida no Ibram – de apoiar iniciativas de memória que já estivessem em curso no território nacional (Pereira, 2018, p. 126), priorizando uma relação não verticalizada entre o poder público e a população na implantação de políticas culturais, esta vinculação com o Pronasci foi determinante para a instauração dos pontos de memória no contexto sociocultural das grandes cidades.

⁹⁹ O Museu da Maré e o Museu de Favela (MUF) estão entre essas experiências, comentamos sobre elas e o PPM nos tópicos 2.2.1 e 2.2.2 deste capítulo. Marcele Pereira e Inês Gouveia também destacam entre estas experiências a Rede de Museus, Memória e Movimentos Sociais, o Museu Vivo de São Bento e o ecomuseu Amazônia.

Saliento isso tendo em vista que, caso prevalecesse a intenção da equipe do DEMU, seria possível que o programa abarcasse outras experiências de Museologias comunitárias – como as indígenas, que, desde a década de 1990, desenvolvem trabalhos seminais de gestão de suas memórias. No entanto, localizados em periferias, morros e favelas dessas cidades, esses pontos – alguns já existentes, outros fomentados junto aos movimentos sociais pelo programa, a partir de 2009 – contribuíram para a elaboração de metodologias de trabalho e reflexões sobre formas de identificar, registrar, salvaguardar e comunicar narrativas, a partir das comunidades periféricas (figura 12).

A partir desta especificidade, são processos que lidam com questões sensíveis da vida nas grandes cidades, nas quais as memórias populares se constituem pelo trânsito das migrações, das remoções, nas lutas pelo direito à moradia digna, na sobreposição de territorialidades, nas tensões e paradoxos de cidades que se fizeram/fazem pelas mãos de moradores/as ditos/as periféricos/as, porém centrais para os projetos de modernização e que lutam e constroem, cotidianamente, seus lugares nas cidades e nas narrativas sobre elas.



Figura 13 - Moradores/as da Estrutural, Distrito Federal, em oficinas promovidas em conjunto com o PPM. Foto: Agência Brasil/Antônio Cruz.

O PPM foi estruturado, inicialmente, a partir da sensibilização das comunidades para a proposta, buscando também identificar iniciativas de memória nessas localidades pré-determinadas no PRONASCI, sendo que a “metodologia do Programa Pontos de Memória foi sendo elaborada na medida em que a equipe avançava em direção às comunidades” (Pereira, 2018, p. 141). Essa parceria foi consolidada a partir da I Teia da Memória (2009),¹⁰⁰ realizada em Salvador-BA, dando início a um segundo momento que teve “como forte elemento metodológico o desenvolvimento dos conselhos gestores, a elaboração e execução dos Planos de Ação, além da realização das oficinas e encontros com os consultores” (*Ibidem*, p. 143).¹⁰¹

Esse modelo de organização gerou a necessidade de elaborar instâncias deliberativas e de fortalecer dinâmicas de representatividade, que se aproximassem ao máximo das expectativas e anseios daquelas comunidades, funcionando como mediadoras entre os pontos e outras instâncias. Os/as autores/as acima referenciados/as destacam, especialmente, que o fomento à atuação em redes propiciou maior organização e interlocução entre os pontos e outras iniciativas de Museologia Social, e entres estas e o poder público, ampliando o princípio de participação para além da gestão local dos museus comunitários ao reivindicar a presença no próprio desenvolvimento do programa e das políticas públicas.

Em 2012, foi construído coletivamente o documento *Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social* com princípios pautados na “autonomia, descentralização, diversidade e cooperação em rede”, cujas propostas valorizam e priorizam “a participação de processos museais comunitários e participativos nas ações do Ibram, garantindo a autonomia e estratégias de sustentabilidade” (Pereira, 2018, p. 158). Redes de iniciativas de Museologia Social organizaram-se independentemente do poder público, “geridas por articuladores locais como instância de interlocução permanente entre os grupos” (Gouveia & Pereira, 2016, p. 737), sendo capazes de produzir um efeito multiplicador e de relativa autonomização das suas ações em diálogo com o Estado.

¹⁰⁰ Segundo Marcele Pereira (2018, p. 149), “A Teia se constituía como principal canal de articulação entre as localidades indicadas para receber a proposta do Programa Pontos de Memória, além de também receber outras experiências museais”, sendo fundamentais para estabelecer diálogo entre os pontos e outras iniciativas de memória não contempladas no PPM e fortalecer as ações em rede. Foram realizados quatro encontros da Teia da Memória: Salvador (2009), Fortaleza (2010), Rio de Janeiro (2011) e Brasília (2012).

¹⁰¹ Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social (2016) Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e a Cultura – Brasília: Phábrica.

Por outro lado, essa proximidade com o poder público e os limites dessa relação também têm sido temas de abordagens críticas sobre o PPM, contribuindo para leituras diversificadas sobre o fenômeno que agregam, a partir de outros olhares e experiências, problematizações necessárias à construção de processos efetivamente participativos e democráticos (figura 13).

Como leitura crítica ao programa, as considerações feitas por Gleyce Kelly Heitor (2021, p. 50) analisa o lugar dos museus na disputa pelos territórios, por moradia digna e pelas narrativas da cidade. Em sua tese, a autora aborda o PPM em perspectiva com as transformações que ocorreram nas cidades brasileiras, como os investimentos em urbanização favorecidos pelo Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC)¹⁰² do governo petista e a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), questionando o lugar das políticas culturais no projeto de pacificação e remoção de comunidades favelizadas.

Ao destacar a contemporaneidade do programa com a política de pacificação de favelas operada pelas Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP) no Rio de Janeiro,¹⁰³ questiona o papel da cultura e, logo, dos museus, como estratégia de controle da violência urbana ao compactuar com uma gestão das populações e de territórios pobres que reproduz o discurso desses espaços como problemas a serem sanados e operam como parte de um processo de remodelação da cidade que segue excluindo pessoas. Em sua análise, manteve-se no PPM correlações estigmatizantes sobre esses territórios que, além do viés da violência, reproduzem a condição de informalidade que estrutura o senso comum sobre as favelas e periferias – vistas como cidades informais –, no qual os museus comunitários estão tão vulneráveis quanto as populações nas suas possibilidades de existir e permanecer nos territórios (figura 14):¹⁰⁴

¹⁰² Programa lançado em 2007 pelo governo federal que propôs um conjunto de medidas econômicas visando acelerar o crescimento econômico brasileiro via desoneração e incentivo a investimentos privados, aumento do investimento público, mudanças na política fiscal entre outras medidas. Tem sido caracterizado como uma política neodesenvolvimentista por emular a presença do Estado como definidor de estratégias e promotor de grandes obras públicas nas áreas de infraestrutura, como habitação, saneamento básico, transportes, energia e recursos hídricos. Acedido em 10/09/2022 em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>.

¹⁰³ Projeto da Secretaria Estadual de Segurança do RJ que buscou instituir, a partir de 2008, polícias comunitárias em favelas da capital; no entanto, em 2013, o caso Amarildo, no qual o ajudante de pedreiro foi assassinado por policiais da UPP da Rocinha, se tornou emblemático dos casos de abuso de autoridade e violência policial no Brasil. O Museu da Maré, primeiro ponto de cultura do programa Cultura Viva, foi instalado em um galpão em área ocupada militarmente por UPP.

¹⁰⁴ Em 2014, o Museu da Maré passou por uma ameaça de despejo com o final do acordo de comodato da ONG Museu da Maré com o Grupo Libra, empresa proprietária do imóvel. Apesar do importante trabalho de identificação, registro e comunicação da memória das comunidades da Maré, a empresa insistiu na retomada do

“A disputa pelos museus não se restringe aos seus modos de enunciação ou a sua forma de atuar. Existe uma luta pela possibilidade de ser e de se manter um museu que se intensifica na medida que o ‘desejo de museu’ é democratizado sem que haja, contudo, a democratização das possibilidades materiais para concretizá-lo. [...] A partir desta contribuição, cabe pensar que ainda que seja irrefutável a importância que os museus comunitários têm – como tecnologia – para o desenvolvimento da área museológica e das reflexões sobre museus no Brasil, se faz necessário ressaltar que no que diz respeito à distribuição de recursos, essas instituições foram/vêm sendo criadas sem possuir o mesmo capital simbólico, humano e orçamentário dos museus públicos (formais).” (Heitor, 2021, p. 53).

Esta precariedade que atravessa a experiência dos museus comunitários, reverbera na estrutura participativa preconizada pelo PPM ao restringir o acesso a essas instâncias decisórias que acabam sendo dinamizadas por grupos restritos, não necessariamente representativos da diversidade da comunidade – conceito a ser igualmente problematizado –¹⁰⁵ e que o fazem a partir do trabalho voluntário nas horas vagas.

Conjuga-se a isso o processo de formalização/institucionalização do programa que passa pelo que a autora denominou de “pejotização da cultura”, em alusão à adesão ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) como condição necessária para a concorrência em editais, públicos e privados, ou para acessar os recursos e prêmios do próprio Ibram (Heitor, 2021, p. 56). Esse processo tem característica das relações de trabalho em contexto de forte avanço neoliberal em que a ideologia do empreendedorismo individual é acionada como chancela para restringir direitos coletivos. Esta formalização também exige o domínio, nem sempre possível ou desejável, de um “léxico do mundo corporativo” que “torna o discurso da diversidade, além de restrito, pouco poroso a outras formas de organização – a outros modos de ser museu”. Por fim, Gleyce Kelly (2021, p. 56) conclui que o PPM é “uma política marcadamente neoliberal – ainda que ambivalente, pois reconhecemos que se trata de uma iniciativa que congrega, a um só tempo, características transformadoras e conservadoras”.

imóvel, gerando o movimento pela permanência Museu da Maré Resiste! Acedido em 12/09/2022 em <http://www.rioonwatch.org.br/?p=12623>.

¹⁰⁵ A este respeito, a autora cita o mito da comunidade que Bruno Brulon atribui à experiência dos ecomuseus – junto ao mito da institucionalização, da participação, do público e da democracia (Heitor, 2021, p. 30) –, no qual é acionada a metáfora da coesão, sem que se evidenciem os conflitos internos. Homi Bhabha (1998, p. 20) também problematiza a essencialização em torno da ideia de comunidade: “De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incommensurável?”.



Figura 14 - Museu áudio visual itinerante da Beira da Linha do Coque/PE. Devido a divergências com a condução da criação de museus comunitários no PPM a iniciativa se concretizou de forma independente. Foto: <https://historiasdocoque.wordpress.com/>. Acedido em 07/03/2025.

Essa ambivalência é ainda mais evidente quando a mesma política, identificada como “marcadamente neoliberal”, também pode ser percebida, nos termos do debate apresentado anteriormente, como a tradução de uma Política Pública de Direito à Memória (Pereira, 2018, p. 118), na qual “afirma-se a memória enquanto um direito, no contexto dos direitos culturais” (Gouveia & Pereira, 2016, p. 739). Marcelle Pereira (2018) ao analisar o PPM o compreende do ponto de vista de uma Museologia Decolonial, atrelada aos pressupostos da Museologia Social, que inclui uma práxis produzida a partir das “diferenças que são subjugadas as lógicas museológicas hegemônicas” (p. 292). É deste entendimento que Silmara Carvalho (2020), abordando especificamente o Ponto de Memória da Estrutural (DF), advoga por uma Museologia biófila por “extrapolar as funções radiccionais dos museus de ‘conservação, pesquisa e exposição’ e procurou integrá-las ‘na’ e ‘com a’ sociedade, nos mais variados tipos de museus, sem dissociar o museu do seu maior patrimônio, a vida” (p. 82).

Entre estes extremos outro espaço se abre, um terceiro espaço, que permite diferentes deslocamentos de posições que informam sobre as negociações em um processo dinâmico de construções discursivas e materiais, que viabilizam a inclusão e a valorização de pessoas e suas narrativas historicamente subalternizadas na promoção de políticas públicas. É preciso retornar as considerações de Bhabha (1998, p. 24), nas quais a resistência a um discurso colonial-moderno-neoliberal não se dá necessariamente por um ato de oposição ou negação absoluta,

mas em explorar os efeitos de ambivalência dentro do discurso dominante; em transformar as áreas de contato entre interesses diversos em possíveis fronteiras enunciativas de outras interações entre as pessoas, o poder público, movimentos sociais e demais organizações civis, na articulação política para que memórias, heranças culturais e patrimônios se traduzam em discursos coletivos emancipadores.

O PPM contribuiu para o reconhecimento de práticas museais heterodoxas, assentadas na ampliação do conceito de museu como processo, no estímulo à participação comunitária, na valorização de práticas e saberes populares e na articulação com movimentos sociais. O programa reconheceu e proporcionou a criação e manutenção de processos museológicos em contextos de periferias e favelas das grandes cidades brasileiras que puderam exercer o direito à memória em seus territórios, articulado aos seus repertórios de luta e visibilizada por metodologias e pelos compromissos da Museologia Social. Entretanto, a construção em torno desses ideais também desvelou os percalços em lidar com a diferença e com processos efetivamente democráticos, nos quais a mediação de conflitos e divergências, de forma a não sobrepor ou ignorar demandas diversas, é obstaculizada pela reprodução das colonialidades que estruturam dinâmicas institucionais e pela ausência ou presença enviesada do Estado nos territórios colocados sob controle.

O PPM gerou soluções parciais, ainda que importantes, ao enfrentamento da precariedade que caracteriza o campo museológico no geral, mas que afeta sobremaneira museus e processos museológicos comunitários, comprometendo os ideais de inclusão e democratização preconizados pelo programa. Nesse sentido, fica patente que as condições materiais são determinantes para a circulação de determinados discursos e práticas e que uma política que não toque na redistribuição de recursos e que gere possibilidade de existência para esses processos, reproduz a condição de informalidade que caracteriza a histórica relação desses territórios no corpo das cidades.

Faço este balanço a fim de compreender nos debates apresentados, em linhas gerais, os transbordamentos e limites da política pública que marcou profundamente o campo museológico brasileiro. A partir de seus desafios e singularidades, é possível apreender outras formas de acionar a memória musealizada de forma a contribuir para o processo de registro e comunicação de referências alternativas às imagens sociais fixadas pelo racismo estrutural. Ao explorar as brechas e janelas de oportunidade, no âmbito do poder público, que possibilitaram

o reconhecimento de processos museológicos não normativos, o PPM também teve que negociar e ceder as fronteiras da normatividade instituída.

Como fenômenos complexos, esses diálogos não ocorreram sem conflitos ou desafios para a institucionalização da experiência colaborativa, mas são inegáveis as inovadoras possibilidades de se pensar em expografias, curadorias e inventários participativos, processos educativos e de engajamento social mobilizados pelos pontos, bem como as oportunidades de se avaliarem os desafios, dificuldades e equívocos na relação entre poder público e organizações da sociedade civil para a gestão participativa das memórias populares.

CAPÍTULO 3

Nas dobras do herói-invasor: memórias candangas e urbanidades liminares no Distrito Federal

“Sou viramundo virado
Pelo mundo do sertão
Mas inda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão.”¹⁰⁶

“Guarda estes nomes: *bindoville, taudis, slum,*
witch-town, sanky-tow,
callampas, cogumelos, corraldas,
hongos, barrio paracaidista, jacale,
cantegril, bairro de lata, gourbville,
champa, court, villa miseria,
favela.
Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol,
Por este largo estreito do mundo.
Isto consola?
[...]
Dentro de nós é que a favela cresce
e, seja discurso, decreto, poema
que contra ela se levante,
não pára de crescer.”¹⁰⁷

¹⁰⁶ ‘Viramundo’, letra de José Carlos Capinam, interpretada por Gilberto Gil.

¹⁰⁷ ‘Dentro de nós’ em *Favelário Nacional* de Carlos Drummond de Andrade

O diálogo empreendido no capítulo anterior entre processos museológicos indisciplinados e as cidades contemporâneas objetivou traçar um quadro de referências que contribuem para a análise, no contexto do Distrito Federal, do papel estratégico das memórias musealizadas em processos não hegemônicos e/ou contra hegemônicos nas disputas de narrativas sobre as cidades e, logo, sobre os modos de produzir o urbano.¹⁰⁸

Como os territórios das memórias candangas, abordei no primeiro tópico deste capítulo a construção do legado histórico e cultural dos/as trabalhadores/as que migraram para o Planalto Central brasileiro para a construção da nova capital do país, Brasília.

A construção de Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) não foi apenas um empreendimento físico, mas também um processo simbólico. Nesse contexto, sujeitos e movimentos dessa história foram enredados em uma narrativa intransigente, na qual o cenário epopeico de conquista do interior envolve todos/as em uma linha do tempo linear e coerente que conecta o século XVIII com a ‘capital do futuro’. Todos/as envolvidos/as ocupam alguns dos lugares disponíveis nessa história de heróis desbravadores e traidores do destino nacional – no caso das mulheres, lhes resta o papel de suporte e assistência aos ‘grandes homens’ –, mas cabe a apenas um, o presidente, o protagonismo desse “redescobrimento do Brasil” (Kubitschek, 2000, p. 128).

Embora não tenha sido a primeira vez em que uma nova capital para o país projetava os anseios de uma elite nacional, encarnados em uma cidade-capital, Brasília não surgiu como a culminância de um processo coerente e harmonioso, no qual as aspirações da sociedade do século XX possam ser comparadas com o projeto federalista da elite mineira no século XVIII, como nos leva a crer a narrativa institucionalizada que compõe o bastidor dessa epopeia. Contudo, afere o historiador Laurent Vidal (2009, p. 09) que “[...] se não há ligações de causa-efeito na sucessão dos diferentes projetos, pelo menos aparecem algumas constantes: cada um foi definido num contexto de crise do vínculo nacional, e sobretudo projetou a construção de

¹⁰⁸ Como processos não hegemônicos considero aqueles que ampliam ou privilegiam as experiências candangas na narrativa sobre o DF, sem necessariamente se contrapor às imagens consolidadas pela memória institucionalizada sobre os/as trabalhadores/as, a exemplo do Museu Vivo da Memória Candanga. Como contra hegemônicos abordo aqueles museus que se conformaram como instrumentos de produção e divulgação de contranarrativas que denunciam as injustiças e buscam reparações às memórias silenciadas e secundarizadas dos/as candangos/as e seus territórios, a exemplo da Casa da Memória Viva da Ceilândia e o Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá.

uma nova cidade”.¹⁰⁹ Nesse sentido, Brasília compartilha a missão de inventar um futuro para o Brasil, como as demais capitais idealizadas intencionaram fazer, porém, incorporou os modelos técnicos de sua época preconizados pelo urbanismo e a arquitetura moderna como vetores de modernização social para responder as injunções históricas e econômicas que se colocavam nesse contexto como urgências associadas ao ‘problema do subdesenvolvimento’. Como símbolo de modernidade e condutora da modernização, a ‘capital da esperança’ foi enunciada como um grande projeto nacional, atraindo para os canteiros de obras milhares de trabalhadores/as em busca de empregos e melhores condições de vida.

Discorreremos como no contexto de Brasília, esses/as trabalhadores/as migrantes conhecidos/as por alcunhas pejorativas como ‘paus-de-arara’, ‘cassacos’ e ‘candangos’ e que, desde a década de 1940, se dirigiam para os grandes polos urbano-industriais do Sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro em busca de oportunidades, foram exortados/as pelo governo JK como partícipes de um projeto nacional que anunciava mudanças significativas para a vida desses/as trabalhadores/as.

Carente de mão de obra em uma região pouco habitada, o discurso oficial reconfigurou o termo depreciativo ‘candango’ ao atribuir-lhe características positivas, transformando-o na imagem heróica do trabalhador que construiu Brasília (Videsott, 2009, p. 187). Contudo, não havia lugar para o candango na nova capital, assim como nas cidades do Sudeste. Estes/as migrantes e suas famílias conformaram, já no início das obras, ocupações irregulares próximas aos canteiros e acampamentos provisórios das construtoras, formando núcleos de habitações populares precárias frequentemente ameaçados de remoções.

Nesse processo de construção material e simbólica de Brasília, os/as trabalhadores/as migrantes transitaram da imagem idealizada do herói que edificou uma capital moderna em tempo recorde, para a imagem detratada de ‘invasores/as’, elementos parasitários que não estavam aptos/as ou eram desejados/as no espaço em que se propagava um novo Brasil. Os núcleos candangos removidos para áreas distantes de Brasília originaram os diversos núcleos urbanos popularmente conhecidos como ‘cidades-satélites’ e, oficialmente, como Regiões Administrativas, que conformam atualmente o Distrito Federal.

¹⁰⁹ Laurent Vidal (2009) elenca seis projetos em diferentes contextos: Nova Lisboa, uma capital para a corte portuguesa em exílio (1808-1821); Cidade Pedrália, uma capital para o Brasil independente sugerida por José Bonifácio (1821-1824); Imperatória, projeto de Francisco Adolfo de Varnhagen durante o Império (1839-1878); Tiradentes, uma nova capital para a República (1889-1895); Vera Cruz, como projeto de capital da conciliação nacional, entre o Estado Novo e a Nova República (1930-1955) e Brasília, como empreendimento liderado por Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Desse modo, compreendo os sentidos atribuídos às memórias candangas como repertórios que informam as territorialidades periféricas no DF, em especial das cidades que se consolidaram até a década de 1990, que são marcadas pelos signos das migrações, do trabalho, das ocupações populares e das remoções. São subjetivações específicas, no tempo e no espaço, de uma experiência coletiva que atravessa a constituição das cidades modernas na qual trabalhadores/as empobrecidos/as são constantemente submetidos/as aos deslocamentos; seja em função dos processos de expulsão das terras que os/as direcionam para as frentes de trabalho precarizado nas grandes cidades, seja quando, nas cidades, são estes/as trabalhadores/as alvos de despejos e remoções que os/as colocam em constante insegurança habitacional. As cidades-satélites no DF constituíram, guardadas as especificidades da ocupação do território federal que serão abordadas no texto, mais um verbete no favelário nacional.¹¹⁰

No contexto mais amplo da urbanização brasileira e latino-americana, as memórias candangas acompanham a trajetória dos/as pobres urbanos/as que se constituem, na longa duração, pelos/as herdeiros/as materiais e simbólicos de grupos historicamente explorados e subalternizados em nosso violento processo colonial – “As cidades modernas são reescritas de maneira a replicar o inconsciente colonizador. Inventando algo novo ao mesmo tempo em que replicam similaridades com as metrópoles e de onde suas principais características advêm, sobretudo, do capitalismo” (Lemos, 2022, p. 60). Há muitos elementos que conectam os ‘viramundos’ que atravessam a experiência popular no Brasil. Da imobilidade que o grilhão de ferro condenava as pessoas escravizadas à naturalização dos deslocamentos modernos – nas migrações, remoções e despejos – que condena sujeitos empobrecidos/as a uma vida sempre em trânsito, há o fato de que os corpos que são lidos como recursos para os projetos de modernização possuem cor e classe social.

¹¹⁰ Nos amparamos no fato de que, mesmo em cidades recentemente regularizadas no DF, as migrações e a insegurança habitacional ainda perfilam como estruturantes da dinâmica socioespacial. Segundo coleta de informações do IBGE para o enfrentamento à COVID-19 o Sol Nascente, ocupação oficializada como região administrativa do DF em 2019, é a 2 maior ‘favela’ do país, superada apenas pela Rocinha no RJ. No entanto, estima-se que já seja a maior favela do Brasil dado que as informações são baseadas no censo IBGE 2010. Segundo informações do Wikifavelas Marielle Franco “No Pôr do Sol e Sol Nascente, 79,94% dos domicílios são próprios em terrenos não regularizados e 15,22% são alugados. No Sol Nascente, onde 48% da população mora há pelo menos 15 anos, apenas 2,95% da população tem ensino superior completo e 45% não acessam a internet. Mais de 6 mil crianças menores de 6 anos estão fora da escola. No Sol Nascente, apenas 25% da população tem coleta na porta de casa [...] O Maranhão é a procedência de 19,1% da população, segundo pesquisa de 2015 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Em segundo lugar, vem o Piauí, origem de 18,1% dos moradores. Ao todo, 48% dos habitantes da região são de fora do DF. Os principais motivos para a mudança foram acompanhar parentes (47,1%) e procurar trabalho (17,3%)”. Acedido em 26/12/2022 em http://wikifavelas.com.br/index.php/Favela_Sol_Nascente.

Com o intenso crescimento urbano, a mão de obra empobrecida que se deslocou para as cidades latino-americanas, se converteu, no que pese as especificidades de cada contexto, em segmentos chaves da experiência urbana nas periferias do sistema-mundo. Sujeitos a ocupar as periferias das cidades pelas tecnologias urbano-segregacionistas do planejamento urbanístico moderno, nesses territórios populares foram territorializados por parte do Estado e das elites urbanas, os atributos da informalidade, da ilegalidade, da precariedade e da criminalidade. São territórios lidos como o avesso das cidades. No contexto do DF, evidenciaremos o papel das lutas sociais na produção do espaço urbano, a despeito da narrativa oficial ocultar essas dinâmicas territoriais ao priorizar um discurso monumentalizado sobre a capital. Assim como nas dobras do herói-invasor, evidenciaremos como as territorialidades candangas conformam um terceiro espaço onde se produzem formas alternativas de narrar e habitar o espaço urbano.

Enfrentaremos esta questão a partir da ideia de urbanidades liminares (Rosa, 2018, p. 193), urbanidades outras gestadas por lógicas não hegemônicas, conformadas não só pela sobrevivência às precariedades que estão submetidas, mas que criam alternativas à urbanidade hegemônica vislumbrada no planejamento moderno, priorizando dinâmicas coletivas, saberes e anseios que colaboram para cidades mais justas e efetivamente inclusivas.

No segundo tópico, como mote para a discussão a respeito dos contornos da memória institucionalizada de Brasília (Ceballos, 2005, p. 113), abordarei os atos de musealização praticados por JK no Rio de Janeiro e em Brasília, em 1960, quando ocorreu a transferência da capital federal, a fim de compreender como o presidente mobilizou os museus como um dos espaços na “disputa por projetos de futuro” (Britto, 2022, p. 12). Apoiados/as nas considerações sobre a imaginação museal de JK, vislumbraremos no Museu Histórico de Brasília a síntese de seu pensamento (Britto, no prelo, p. 4) e a materialização de uma narrativa hegemônica em torno do que ficou conhecido como os ‘antecedentes históricos de Brasília’. Esses eventos, alinhavados em uma perspectiva progressiva do tempo, em uma evocação de imaginários coloniais de conquista e exploração que se concretizam no ‘novo Brasil’, conformam os repertórios da memória oficial que amenizam os conflitos e ocultam, como partes estruturantes da formação do território do DF, outras urbanidades gestadas na luta pelo direito à moradia.

Esta discussão visa problematizar uma memória histórica forjada durante o contexto político da transferência e construção da capital que, passadas décadas desde a inauguração de Brasília, segue informando interpretações e elaborações sobre a memória local que excluem os

territórios periféricos das cidades-satélites como partes estruturantes de Brasília (Ceballos. 2005, p. 105; Oliveira, 2005, p. 106).

3.1 Os territórios das memórias candangas: migrações, trabalho e moradia

Em abril de 1960, o Brasil inaugurava sua nova capital, Brasília, uma cidade construída em tempo recorde no centro de um país continental e apresentada ao mundo como uma página virada na história nacional. Essa ênfase no recomeço foi estruturante da retórica de Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, a respeito de um novo Brasil ou um Brasil moderno que se vislumbra com a conquista do interior a partir de uma cidade planejada e orientada para o futuro que ela, metaforicamente, encarnava. Cidade cujos dois eixos que se cruzam em ângulo reto tomavam posse do território, sob a mesma alusão colonial de uma cruz, nas palavras de Lucio Costa ao descrever o projeto para o Plano Piloto de Brasília.¹¹¹

Alçada a meta síntese do plano de governo de JK, a construção de Brasília precisa ser lida no contexto da política econômica do nacional-desenvolvimentismo,¹¹² no qual a concentração de esforços na industrialização do país e na efetiva ocupação territorial almejava transformar a base econômica nacional primária e deslocar o ‘eixo de desenvolvimento’ do litoral para o sertão brasileiro. Esse território indiferenciado a Oeste, espaço geográfico e imaginário, tanto do atraso como da própria brasilidade, foi transformado em território de expansão de fronteiras, cuja ocupação estava orientada por um Estado modernizador com a promessa de progresso que se estenderia para o restante do país e seus ‘vazios demográficos’ (Gomes, 2008, p. 99; Maia, 2010, p. 638). Em 1957, ao celebrar a ‘primeira’ missa de Brasília, reprodução da primeira missa do Brasil em 1500, o arcebispo de São Paulo afirmava peremptoriamente que “Brasília era o trampolim para a conquista da Amazônia”.

¹¹¹ O projeto do arquiteto e urbanista Lucio Costa foi escolhido em primeiro lugar entre os 26 projetos que concorreram a um concurso nacional para a escolha do Plano Piloto de Brasília, realizado entre 1956 e 1957.

¹¹² O ideário nacional desenvolvimentista teve grande impacto na América Latina a partir dos trabalhos liderados pelo argentino Raúl Prebisch a frente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão vinculado a Organização das Nações Unidas, nos quais se propunha como saída para o subdesenvolvimento da região um esforço de industrialização orientado pelo Estado caracterizando o que seria o modelo de desenvolvimento periférico. Este conjunto de pressupostos teóricos deu embasamento as políticas econômicas dos países latino-americanos, em especial, entre as décadas de 1930 e 1960.

É preciso nos atentarmos que esse sentido de desenvolvimento estava subordinado aos dispositivos de nacionalidade que, desde o século XIX, colocavam “o problema da nação como uma questão a ser resolvida” (Albuquerque Junior, 1994, p. 44). Desde a independência política, inúmeros projetos de nação elencavam as questões da raça, do meio físico e da ocupação territorial como aspectos estruturantes a serem considerados nesta problemática da viabilidade da nação brasileira (Schwarcz, 1993, p. 313). Contudo, foi com o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se operou uma ruptura com a visão naturalista que dominava os olhares fatalistas de intelectuais a respeito do Brasil e do ‘indefinido’ povo brasileiro. Emergiu a possibilidade de criar uma nova civilização nos trópicos; perspectiva motivada pela irracionalidade da guerra no continente europeu que riscava a (i)lustrada imagem da Europa como único modelo civilizatório – “[...] intelectuais e artistas brasileiros descobrem seu país como um espaço que precisava ser gestado, como uma alteridade em relação àquela civilização decadente” (Albuquerque Junior, 1994, p. 49).

Vinculada a este dispositivo de nacionalidade, estava uma formação discursiva em torno do nacional-popular que condicionou a produção de enunciados, imagens e práticas de subjetivação desta identidade brasileira em vista de aplainar as diferenças internas e efetivar a integração, social – povo – e espacial – território –, que se fundamentava na ideia do novo, de um vir a ser construído pelas mãos desse tipo nacional – o/a trabalhador/a ‘mestiço/a’ – adaptado/a a essa ‘nova fase’ do desenvolvimento:

“Essa majoração do sentimento nacional e a luta para minar as solidariedades locais e regionais se encaminham para uma regulação total das instituições e dos indivíduos, não só através das condutas inaceitáveis, do combate as reações sociais, ao processo de despersonalização das relações sociais; mas sobretudo, pela produção de um novo homem, de um novo povo, uma nova subjetividade nacionalista, de cunho totalitário.” (Albuquerque Junior, 1994, p. 50).

Desta feita, Brasília resultou destas elaborações de sentidos em torno das ideias de modernidade e modernização gestadas no pós-guerra que, nas dimensões da cultura, da estética, das artes e da política, são acionadas como articuladoras dos ideais modernos à própria definição da brasilidade, em um contexto de desajuste entre um “modernismo exuberante com uma modernização deficiente” (Canclini, 2019, p. 67). A necessidade de definir um tipo nacional passou pela revalorização, a partir dos atributos do trabalho, da figura do/a ‘mestiço/a’, condenado/a pela visão naturalista em declínio como inapto/a à produção moderna e que, desde a abolição da escravidão, vinha sendo preterido/a pelas políticas eugênicas de

incentivo a imigração europeia. O candango de Brasília, sempre representado no cenário das obras pela imprensa, se transfigura em prova desta aptidão racialmente contestada ao materializar na capital o que seria o empenho do ‘povo brasileiro’ (figura 15). Este é frequentemente descrito pela sua capacidade de ‘adaptação’, sugerindo que, embora não pertença a esse mundo ‘moderno’, sua característica é ser dócil ou sujeitável. Como observa Michel Foucault (1999, p. 163), “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (figura 16).



Figura 15 - Revista Manchete, set./ 1960, n. 418, RJ. Reportagem Brasília na hora zero. Fotos de Yves Mancier. Na legenda da foto: “Ele hoje é um símbolo Não se pode mais descrever da capacidade do povo brasileiro”. Acedido em Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional em 07/05/2025.



Figura 16 - Revista Manchete, set./ 1959, n. 387, RJ. Reportagem de R. Magalhães e fotos de Gervásio Batista. Na legenda da foto: “Em demonstrações de habilidade e de trabalho, os candangos facilmente se adaptam às mais variadas e difíceis tarefas”. Acedido em Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional em 07/05/2025.

Convictos da inexorabilidade do tempo moderno, vanguardas artísticas e movimentos políticos no Brasil tomaram para si a responsabilidade de uma moldagem social adequada aos novos tempos. Essas iniciativas abrangiam desde as formas de subjetivação de uma determinada identidade nacional à institucionalização de modelos de organização da vida social, com a emergência do planejamento urbano-regional como resposta técnica aos ‘entraves do subdesenvolvimento’. Desse modo, resumia-se ao campo administrativo a gestão de relações desiguais e contraditórias que se reproduzem no cruzamento das relações de poderes historicamente instituídas em nosso processo colonial. Como parte desse fenômeno cultural e identitário, fomentado em articulação com o Estado que se assume como agente da modernização desde a década de 1930, Brasília se insere nesse repertório de imagens-força produzidas pelos modernismos, para além da ênfase em suas dimensões arquitetônicas e urbanísticas (Gomes, 2008, p. 159). Abarca, sobretudo, outras dimensões de subjetivação modernas que informam essas práticas e discursos a respeito da caracterização do povo brasileiro, incorporadas na nova capital pela idealização do/a trabalhador/a candango/a como exemplo do/a trabalhador/a nacional.

No tocante a integração territorial, o interior do país a partir desses dispositivos de nacionalidade passou a ser enunciado como espaço de reencontro com o singular nacional e de recomeço, visto que era lido como espaço vazio. Vinculado a esta narrativa de construção de um futuro viável, estava também o argumento anti-imperialista do nacionalismo brasileiro – e estruturante dos nacionalismos latino-americanos – no qual, a tomada de posse e integração desta região, se afirmava como imperativo em relação “àquela imensa zona deserta exposta à cobiça estrangeira” (Kubitscheck, 2000, p. 288); espaço de reelaboração de um futuro/desenvolvimento que surgia como promessa de modernidade.

Durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas afirmava que “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste”, ao anunciar o seu programa de desenvolvimento nacional de incentivo à colonização do interior do país. É neste período que o bandeirantismo também se estabeleceu como princípio de nacionalidade, a partir da tradição paulista, sendo reiterado na narrativa oficial sobre Brasília e nas inúmeras referências à JK, e outros personagens da obra, como ‘bandeirantes modernos’. Imagens da cartografia da conquista que visualiza os territórios indígenas como um ‘problema’, entrave ou empecilho para o desenvolvimento, naturalizando a ideia de progresso como extermínio desses povos, ou integrados/assimilados, assim como a terra, às ‘vantagens’ da modernidade (figura 17). Nesta

assertiva, a concepção de que o verdadeiro e autêntico Brasil estaria no sertão se coadunava com a perspectiva geopolítica de que a conquista destes territórios era um caminho incontornável para o desenvolvimento e a soberania nacional.



Figura 17 - Reportagem do Correio Braziliense/Diários Associados abr./1960, DF. Edição comemorativa de transferência da capital federal para Brasília. Acedido em Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional/Brasil em 07/03/2025.

A respeito da imaginação espacial do Brasil Central no pensamento social brasileiro, João Marcelo E. Maia (2010, p. 638) aponta que a ocupação do interior do país repercutiu, a partir da década de 1930, como parte de uma “imaginação geopolítica nacional” de integração do território que “via esse espaço pelo prisma da nossa condição periférica e nova”. Os chamados “vazios demográficos”, que sustentaram a retórica nacional desenvolvimentista da construção da nova capital e ocupação da Amazônia, eram utilizados para designar quaisquer “espaços que fossem possíveis alvos de uma ação integradora do Estado brasileiro e que partilhassem certas qualidades específicas” (Maia, 2010, p. 632).

São interpretações embasadas em elaborações teóricas e literárias que se consolidaram desde o final do século XIX, nas quais haveria um descompasso civilizatório espacializado, geograficamente, entre o Norte e o Sul e, imagetivamente, entre o litoral e o sertão do país. Os

sentimentos republicanos de polarização entre a angústia do atraso e o desejo de modernização, ditaram as preocupações intelectuais, fortemente encarnadas pela resistência do Arraial de Canudos registrada na obra literária *Os Sertões* de Euclides da Cunha, cuja popularidade ajudou a difundir uma determinada sensibilidade em relação ao interior do país e seu povo e, também, a respeito do presente da nação (Gomes, 2008, p. 127):

“A nova Capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores ‘espaços vazios’ — fossem conquistados. Pode-se dizer assim, e com a maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. [...] [para que o Estado se dirija] ao sertanejo — magro e forte, homem esquecido do interior, é necessário desviar o centro de gravidade do país, estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil, a fim de contemplar, ao alcance de todas as classes e todas as regiões, o panorama social inteiro.” (Kubitscheck, 2000, p. 11-16).

Nessa leitura, sertão e litoral remetem a tempos sociais distintos — como afirmaria Euclides da Cunha, a separação não era apenas física, mas “separam-no-los três séculos” — e o espaço geográfico imaginado como algoz e provedor de uma raça de fortes que encerra o mito da brasilidade sertaneja. Entretanto, como contraponto a estes atributos positivos, este/a sujeito da leitura evolucionista euclidiana era também suscetível ao fanatismo religioso — estereótipo que ainda preenche a imagem do/a nordestino/a — e marcado/a pela degenerescência da raça que apenas a civilização do litoral poderia redimir. A batalha entre cultura e natureza se traduziu a partir de *Os Sertões* na imaginação de ‘dois Brasis’, desdobrados em outros binarismos que compuseram a retórica da modernidade que atravessa Brasília; como a oposição entre litoral e sertão, progresso e atraso, civilidade e barbárie, cosmopolitismo e brasilidade, categorias mobilizadas em discursos e propagandas que procuravam ensejar um sentido de nacionalidade a partir da conquista e integração desses territórios (Ceballos, 2005, p. 136; Gomes, 2008, p. 163).

É destas leituras do tempo e do espaço que a cidade de Brasília é preenchida e narrada como promessa de redenção do sertão, a partir da integração deste espaço geográfico e imaginário à lógica civilizatória moderna, objetivada na campanha de JK ao propor avançar ‘50 anos em 5’. Esse programa de governo é o registro eloquente do desejo de acelerar a marcha para o ‘progresso’ consubstanciado pela ideia de desenvolvimento econômico pautado na acelerada industrialização e urbanização do país e projetado, simbolicamente, pelo ideal de alçar, enfim, a modernidade.

Já em 1956, antes mesmo do esboço que lançou Lucio Costa a criador de Brasília, tratores e barracões já circulavam e eram erguidos no Planalto Central, no interior de um quadrilátero imaginário no centro do país, demarcado desde 1894 como território destinado a um novo distrito federal.¹¹³ Nessa região de cerrado, com uma baixa densidade demográfica, reuniram-se, a princípio, 256 trabalhadores/as (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1959) que para lá se encaminharam vindos/as das cidades goianas e mineiras, bem como recrutados/as entre as populações tradicionais da região.¹¹⁴ Estes/as foram fundamentais para a construção das primeiras pontes, estradas e pista de pouso que alimentaram o fluxo de pessoas e materiais para o Centro Oeste brasileiro. Destas vias de acesso abertas, outros/as milhares de trabalhadores/as oriundos/as de regiões mais distantes, como os estados do Nordeste, também se dirigiram para os canteiros de obras da nova capital. Ficaram popularmente conhecidos/as como candangos/as, termo que à época das obras remetia a ideia de pessoa pobre, ignorante, migrante, características associadas aos/as trabalhadores/as que chegavam do interior ou de outras cidades – por vezes, vivenciando outro deslocamento regional – na gestão das possibilidades de empregos e oportunidades que esses espaços poderiam lhes proporcionar (Ribeiro, 2008, p. 64).¹¹⁵

Embalados/as pelas notícias que vinham dos canteiros do grande projeto ou pela forte propaganda governamental difundida em jornais, revistas, cinemas e rádios pelo Brasil,

¹¹³ Em 1892 foi instaurada a Comissão Exploradora do Planalto Central, formada por 21 profissionais liderados pelo astrônomo belga Luis Cruls, cujo objetivo foi realizar os primeiros levantamentos topográficos da região, identificação de rios, condições de salubridade, entre outros aspectos indispensáveis à instalação de uma cidade. Esta comissão respondia ao dispositivo constitucional da carta republicana de 1891 que determinava a demarcação da área para onde deveria ser transferida a nova capital. O relatório publicado em 1894 demarcava uma área retangular no Centro-Oeste brasileiro conhecido na historiografia como quadrilátero Cruls. Na década de 1940, baseada no relatório anterior, foi instaurada a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, liderada pelo general Poli Coelho (1947-1948), seguido do Relatório Belcher da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1953), anos antes da ascensão de JK à presidência da república com as eleições em 1955.

¹¹⁴ A história de formação e ocupação da região anterior a construção de Brasília foi abordada na produção do historiador Paulo Bertran (2011) no que este define como ‘eco-história do Distrito Federal’. Em articulação com as condições do bioma cerrado, o historiador enfatiza a existência humana no Planalto Central pelo menos desde 12.000 anos, além de abordar as dinâmicas migratórias dos povos indígenas com as frentes colonizadoras que ensejaram conflitos entre povos do grupo Tupi, provenientes do Nordeste brasileiro, com os grupo Jê, autóctones, e que levaram a redução destes/as indivíduos no território. Entre estas frentes são analisadas as bandeiras paulistas, nos séculos XVI e XVII, a descoberta do ouro e o povoamento do interior a partir desta atividade no século XVIII, até o seu declínio (Bertran, 2011, p. 76). Entre essas populações há o território quilombola dos Mesquita, próximo a cidade de Luziânia, cerca de 50 km de Brasília, que será abordado ainda neste capítulo. Os/as quilombolas do Mesquita participaram ativamente na construção das primeiras instalações de Brasília, como cantinas, escritórios e hospedagens, além de cuidarem da alimentação diária dos operários nos primeiros meses (Neres, 2016, p.66).

¹¹⁵ No dicionário do Folclore Brasileiro (2000, p. 103) o vocábulo *candango* é assim descrito: “Nome popular do trabalhador na construção da cidade de Brasília, capital do Brasil (Distrito Federal). Estendeu-se a todos os colaboradores da obra. 2) Vocábulo quimbundo. 3) Denominação [depreciativa] dada pelos africanos de Angola aos portugueses e aplicada, na zona canavieira do Nordeste brasileiro, ao senhor de engenho.”

brasileiros/as de distintas partes migraram para a região em busca de melhores condições de vida (Gomes, 2008, p. 182; Ribeiro, 2008, p. 77; Videsott, 2009 p. 250). Como operários contratados, passaram a ocupar os acampamentos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e das demais empreiteiras responsáveis pelas obras. Outros/as, inclusive estrangeiros/as, por iniciativa individual e interessados/as em abrir comércio e oferecer serviços na região se instalaram nas imediações das obras em um núcleo provisório chamado de Cidade Livre. Está fora assim nomeada devido a liberação de cobrança de impostos estaduais e federais para as atividades desenvolvidas no território. Com as estradas recém-abertas, muitos/as chegavam também por meios de transportes precários como os ‘paus-de-arara’ – caminhões adaptados para transporte de pessoas muito usados no interior para deslocamento de trabalhadores/as e romarias – que se tornaram, já nos primeiros anos da capital, um signo da migração candanga.

Antes mesmo de Brasília, o pau de arara remetia a um tipo muito específico de movimento migratório que se intensificou a partir da década de 1940 com a produção nacional de caminhões, promovida pela expansão da indústria automobilística no governo Vargas, que facilitou o deslocamento de pessoas, oriundas principalmente de estados nordestinos, para os polos urbanos-industriais que despontavam nas cidades do Sul. No *Dicionário do Folclore Brasileiro* (2000), o verbete ‘pau de arara’ faz alusão às gaiolas nas quais se carregavam pássaros para descrever o tipo de transporte que se converteu no símbolo da diáspora nordestina para o Sul e Sudeste:

“O improvisado e precário arranjo para acomodar as famílias, a promiscuidade, a falta de asseio, o rumor incessante das vozes de homens, mulheres e crianças, tudo isso associou o caminhão à imagem do pau-de-arara gradeado de madeira em que os psitacídeos eram levados para os mercados das cidades. [...] Quando, há alguns anos, apareceu em São Paulo o nordestino, fazendo o trajeto em caminhão, com tábuas adaptadas em sentido transversal a carroçaria, em promiscuidade e desconforto – logo surgiu a classificação de ‘paus-de-arara’ para o veículo e o passageiro.” (Cascudo, 2000, p. 496).

Inúmeras são as referências na cultura brasileira ao pau de arara como fenômeno associado as migrações internas, performatizadas na figura do/a retirante nordestino/a em direção às cidades, carregando seus poucos pertences na matula – “Eu peguei e juntei um restinho de coisa que eu tinha/ Duas calça velha, uma violinha/ E num pau de arara toquei para

cá”.¹¹⁶ Esses trabalhadores/as deixam o Nordeste, espaço da saudade, devido a seca – “A vida aqui só é ruim quando não chove no chão/ Mas se chover dá de tudo/ Só deixo o meu Cariri no último pau de arara”;¹¹⁷ carregados/as de sentimentos que o movem nessa travessia – “Só trazia a coragem e a cara/ Viajando num pau de arara/ Eu penei, mas aqui cheguei”.¹¹⁸ Esperançados/as com as oportunidades na cidade – “Vim pro RJ conhecer esta beleza rara/ chegou mais um, seu moço, mais um pau de arara/ Fiquei sem nada, fiquei sem nenhum vintém/ mas enfim cheguei onde queria/ Talvez qualquer dia a família vem”;¹¹⁹ bem como desiludidos pelas promessas do progresso – “Hoje cansado e tão desprezado/ lutando sempre no velho sertão/ aqui no Rio a vida é uma ilusão/ Diga a papai para mandar uma passagem/ eu vou voltar para ajudar na plantação”.¹²⁰

Essa figura do/a migrante nordestino/a associado/a ao flagelo da seca que se dirigia às cidades, em busca de melhores condições de vida, foi desdobramento dos chamados ‘discursos da seca’ que, desde o século XIX, fizeram emergir essa região do país como espaço unificado pela calamidade (Albuquerque Junior, 1994, p. 18). À época, estes discursos foram intensamente denunciados como estratégias de representantes políticos dos estados assolados pelas estiagens para captação de recursos federais, sem prover de assistência as populações vulneráveis, conformando o que a imprensa e demais críticos chamavam de ‘indústria da seca’. Este tema gerou imagens, conceitos e narrativas que inventou o Nordeste aos olhos do Sul essencialmente como uma região ‘subdesenvolvida’, porém, lócus da tradição; esta invenção regional foi mobilizada em perspectiva com a reinvenção do nacional, no contexto desenvolvimentista, tornando-se recorrente em produções artísticas – plásticas, musicais, literárias e, posteriormente, cinematográficas – voltadas para a denúncia das misérias da vida

¹¹⁶ Pau de Arara (1964) Composição de Vinícius de Moraes e Carlos Lyra. Base de dados do acervo fonográfico do Instituto Moreira Salles. Acedido em 23/08/2022 em <http://discografiabrasileira.com.br/fonograma/100523/pau-de-arara>.

¹¹⁷ Último pau de arara (1956) Composição de José Guimarães, popularizada na voz de Luiz Gonzaga. Base de dados do acervo fonográfico do Instituto Moreira Salles. Acedido em 23/08/2022 em <http://discografiabrasileira.com.br/fonograma/100518/ultimo-pau-de-arara>.

¹¹⁸ Pau de Arara (1952) Letra de Luiz Gonzaga e Guido de Moraes. Base de dados do acervo fonográfico do Instituto Moreira Salles. Acedido em 21/08/2022 em <http://discografiabrasileira.com.br/fonograma/78809/pau-de-arara>.

¹¹⁹ Mais um pau-de-arara (1960) Composição de Antônio Barros e Silveira Júnior. Base de dados do acervo fonográfico do Instituto Moreira Salles. Acedido em 23/08/2022 em <http://discografiabrasileira.com.br/fonograma/112591/mais-um-pau-de-arara>.

¹²⁰ O velho pau de arara (1960) Composição de Rouxinol e Iara Rudá. Base de dados do acervo fonográfico do Instituto Moreira Salles. Acedido em 23/08/2022 em <http://discografiabrasileira.com.br/fonograma/181394/o-velho-pau-de-arara>.

retirante, ao mesmo tempo que reforçava, a partir dessas classes oprimidas, a imagem do/a trabalhador/a brasileiro/a (Albuquerque Junior, 1994, p. 34).

É preciso ter em conta nessa análise a circulação de sentidos, para além dos deslocamentos dos corpos, que transitam nesses movimentos migratórios mediados por novas relações de trabalho e pela necessidade de mão de obra para distintos projetos de modernização ao longo do século XX. São estes fatores que estimulam os trânsitos que conformam novas espacialidades – entre regiões, na relação campo e cidade, periferia e centro nos núcleos urbanos – condicionadas por estereótipos, mas também produtora de múltiplas territorialidades acionadas pelo encontro com realidades diversas e subjetivadas em novas identidades sociais e culturais.

Desde o século XIX, a migração interna já era um fenômeno considerável, como foi exemplo a diáspora baiana para o Rio de Janeiro com o fim da escravidão e sua reterritorialização na região portuária que ficou conhecida como ‘Pequena África’, consagrada a nascedouro do samba carioca (Oliveira, 2019, p. 25). No entanto, foram os deslocamentos dos/as então denominados/as ‘retirantes das secas’¹²¹ do Nordeste brasileiro que, pressionados/as pela concentração fundiária e condicionados/as pelas intempéries, se encaminhavam aos núcleos urbanos, que o fenômeno migratório tomou maiores proporções.

Foi com a estiagem de 1877 a 1880, que levou a migração de cem mil pessoas do atual estado do Ceará para a cidade de Fortaleza, então com uma população de menos de trinta mil habitantes, que o alarme da diáspora nordestina soou entre as elites urbanas. Segundo Frederico de Castro Neves (1995, p. 102), “tem início então a montagem de um imaginário que irá definir a figura do ‘flagelado’, o que só se dará efetivamente em 1915 e que, de uma forma ou de outra, permanece até hoje”. Porém, foi com a seca de 1932 que a geografia da migração nordestina (Rios, 2014, p. 20) se movimentou nas décadas seguintes, não apenas para as capitais mais próximas, mas também para as grandes capitais do Sudeste. Os deslocamentos foram orientados pelas estradas de ferro e os chamados paus-de-arara, que, a partir da década de 1940, possibilitaram vencer as grandes distâncias, embora isso não implicasse necessariamente em melhores condições de travessia.

¹²¹ No verbete *retirantes* do Dicionário do Folclore Brasileiro (2000, p. 585) este termo teria aparecido na imprensa pela primeira vez por ocasião da seca de 1877, ao noticiar as ondas de milhares de retirantes que migravam sem recursos. Outro termo que passa a ser utilizado para esse tipo de migração é *flagelados/as da seca*.

Com a chegada às cidades de levadas de deslocados/as pela fome ou em busca de melhores condições do que as oferecidas em seus lugares de origem, a fabricação de saberes, normas, técnicas e estratégias de controle, por parte das autoridades públicas, foi motivada pela preocupação em consolidar esse ideal de vida e sujeito urbano-industrial que o estereótipo do/a migrante, essencialmente identificado/a com o/a nordestino/a retirante, ameaçava.¹²² Ao longo do século XX, moldou-se uma engenharia social de tipos humanos desejáveis e adequados aos padrões civilizatórios das cidades contemporâneas, mobilizando para isso a exploração dessas pessoas como mão de obra e, por outro lado, desenvolvendo saberes normatizadores e aparatos repressivos-disciplinadores (Neves, 1995, p. 94).

No caso do estado do Ceará, o mais atingido pelas estiagens, a proibição de venda de passagens de trem para Fortaleza e a construção de ‘campos de concentração’ para evitar a chegada e circulação dessas pessoas na cidade, junto as frentes de trabalho em troca de comida na construção de açudes e barragens ou como ‘soldados da borracha’ na Amazônia, foram estratégias de redirecionamento do fluxo migratório atravessadas por uma perspectiva geopolítica e necropolítica dos Estados na sua dimensão modernizadora (Mbembe, 2016, p. 149).¹²³ Significava a confluência da perspectiva de desenvolvimento nacional com grandes projetos, como a construção de obras de infraestrutura, cidades e estradas, articulada ao aproveitamento de uma reserva de mão de obra barata – de vidas dispensáveis (Mignolo, 2008, p. 293) –, cujas condições não lhes deixavam alternativas. No caso daqueles/as que seguiam se dirigindo as capitais, foi se configurando uma imagem-força do/a nordestino/a que chega às cidades no pau de arara e que vai adensar as periferias e favelas, em especial, a partir dos movimentos migratórios intensificados na década de 1940:

“Estes movimentos migratórios são fundamentais para a própria reordenação das espacialidades no país. Áreas que praticamente se desconheciam e populações que pouco contactavam, embora compusessem o mesmo país, iniciam um contato e um conhecimento mais apurado. É neste momento que muito dos estereótipos que marcam os diferentes espaços e populações do país se gestaram. O contato com espaços e pessoas estranhas fazem emergir

¹²² É mister destacar nesse debate a respeito do preconceito contra nordestinos/as propalado por brasileiros/as da região Centro-Sul o racismo estrutural que reforça, pela perspectiva regional, estereótipos raciais associados a percepção do atraso, da ignorância e da pobreza.

¹²³ O conceito de necropolítica foi desenvolvido pelo historiador camaronês Achille Mbembe (2016, p. 123) para abordar o fundamento racista no exercício da soberania dos Estados modernos pós-coloniais. Baseado na formulação de biopolítica do filósofo francês Michel Foucault no qual, ao analisar o contexto europeu, infere que a soberania se daria pela lógica de “fazer viver e deixar morrer”, Mbembe destaca as políticas de morte direcionadas a determinados grupos sociais racializados em estados pós-coloniais, uma soberania exercida pela lógica de “quem pode viver e quem deve morrer”.

imagens e enunciados que irão procurar reconhecer ou localizar estes dados novos da realidade.” (Albuquerque Junior, 1994, p. 35).

Esses/as migrantes receberam diferentes alcunhas nas cidades, desde os/as ‘arigós’ e ‘cassacos’ do Norte aos/às ‘paus de arara’ e ‘candangos/as’ do Sudeste, foi se consolidando a imagem do/a migrante ‘viramundo’, sempre em deslocamento, que chegava aos núcleos urbanos com dificuldades de se adequar à vida moderna e cuja trajetória remetia ao próprio dilema da brasilidade: o choque entre o ‘atraso’ e o ‘progresso’ encarnado pelo/a sertanejo/a nas grandes cidades.¹²⁴

Com a construção da nova capital e as promessas que ela passou a incorporar com o discurso governista de um novo Brasil e o apelo patriótico aos braços nacionais, o Centro-Oeste passou a liderar a rota das migrações internas na década de 1950, o que resultou em um significativo aumento populacional no território do novo Distrito Federal.¹²⁵

O relato do torneiro mecânico Carlitos Alves Rodrigues, candango oriundo da cidade cearense de Ipu – local onde foi erguido um dos setes campos de concentração de flagelados/as no estado, na década de 1930 (Rios, 2014, p. 68) – é um interessante registro desses aspectos. Sua trajetória faz parte dos seguidos deslocamentos atravessados pelas necessidades e expectativas mobilizadas por autoridades públicas e lideranças locais para a consecução de seus projetos de modernização, além de nos oferecer um panorama das viagens e chegadas aos canteiros de obras de Brasília:

“Em meados de 1956 nós estávamos fazendo um açude, por nome Açude do Araras no Ceará, quando nós vínhamos da construção do açude para a cidade do Ipu, um colega meu falou: ‘eu vou embora é para Brasília, o Dr. Juscelino está construindo Brasília e lá a gente vai juntar dinheiro de rodo’. Isto me entusiasmou, em dezembro de 1956 eu peguei um pau de arara na cidade de Ipu, levamos vinte e nove dias de viagem para chegar em Brasília, não tinha estrada, ponte, saíamos de uma fazenda entrávamos em outra fazenda, abria um colchete e fechava a porteira. Chovia muito nesta época, no dia 21 de abril de 1957, chegamos aqui de frente ao Catetinho e de lá eu vim numa carroça até a Vila Metropolitana, as cinco horas da tarde, e dormi debaixo de umas

¹²⁴ O documentário ‘Viramundo’ (1965: 37min) de Geraldo Sarno aborda a chegada e condição desses/as migrates a São Paulo na década de 1960 e registra este cenário na perspectiva com as teses desenvolvimentistas em voga à época sendo seu argumento central elaborado com as colaborações de Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio de Camargo.

¹²⁵ O movimento migratório de interiorização decorreu desde o crescimento da atividade mineradora do século XVIII do qual as cidades de Pirenópolis (1727), Luziânia (1746) e Planaltina (1859) são exemplos. Seguiu-se no século XIX com a construção da cidade de Belo Horizonte (1897), como nova capital da província de MG; na década de 1930, período em que se forjou o bandeirantismo como memória histórica nacional, a construção da cidade de Goiânia (1933) inaugurava a *Marcha Para o Oeste* do governo de Getúlio Vargas; e Brasília, em 1960, retoma estes ideais de interiorização assentados no discurso colonial/moderno.

tábuas, era um acampamento da Metropolitana.” (Rodrigues [Arquivo Público do Distrito Federal], 2000, p. 03).

Em estimativas baseadas no Censo Experimental de Brasília, realizado em 1959, entre janeiro e julho de 1957, mais de dez mil pessoas teriam desembarcado na Cidade Livre. Muitas dessas pessoas se dirigiam aos postos de trabalho do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e a Novacap, sendo que aquelas encaminhadas para os acampamentos operários estavam subordinadas a zonas estritamente controladas e destinadas ao perfil ideal do trabalhador da construção civil – homem, solteiro e jovem. Outros/as, seja por não se enquadrarem no perfil dos acampamentos, pois vieram com suas famílias, seja por serem mulheres ou, simplesmente, por não quererem se subordinar aos controles impostos nesses locais, buscavam moradia nos barracos da Cidade Livre que cresceu vertiginosamente:

“Para os operários que continuavam a chegar, ficavam as alternativas de se submeterem aos altos aluguéis existentes na Cidade Livre, dividindo muitas vezes uma só casa com várias outras famílias; tentar conseguir por meio da manipulação de relações pessoais com políticos ou administradores um terreno para construir passando por cima de proibições formais; ou, a solução comum que inaugura um processo existente até hoje, ocupar áreas não destinadas a suas residências. A questão da habitação logo encontra seu clímax.” (Ribeiro, 2008, p. 76).

Contudo, foi com a seca de 1958 que Brasília entrou na rota de milhares de trabalhadores/as itinerantes, agravando a questão da moradia e do emprego no futuro Distrito Federal. Em março deste ano, mais uma estiagem levou milhares de pessoas a se deslocarem como estratégia de sobrevivência e ocuparem as frentes de trabalho em obras públicas como, por exemplo, a construção da barragem de Três Marias (MG) e de Brasília (Ribeiro, 2008, p. 88). No intervalo de poucos dias do mês de junho teriam chegado entre quatro mil e cinco mil pessoas à Cidade Livre, provenientes das regiões mais afetadas pela seca. Na série de reportagens *Caminhos da Fome*, de Calazans Fernandes, publicada no *Jornal do Brasil* em maio de 1958, o intenso fluxo destinado a Brasília foi notícia:

“Quase todos os caminhões que saem do Nordeste, este ano, levam a Brasília. Outros levam ao Distrito Federal [RJ], a São Paulo, Paraná, Mato Grosso, norte de Goiás e também ao Piauí e Maranhão. O caminho natural, porém, é a nova capital. [...] Calcula-se que do Rio Grande Norte já tenha saído cerca de 5 mil pessoas com destino a Brasília. É só pagar 500 cruzeiros, pela passagem, ajeitar os trapos e partir. Contamos em oito dias, oito caminhões carregado de gente a caminho de Brasília.” (Jornal do Brasil, mai.1958).

No depoimento de Gonçalo Gonçalves Bezerra, o poeta Gon Gon da Ceilândia e uma das lideranças da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do IAPI – ocupação histórica do DF

situada próxima a Cidade Livre e removida na década de 1970 –, também temos referências de como as notícias da nova capital permeavam o repertório de expectativas de pessoas em distintas partes do país, fazendo de Brasília o destino para muitos/as trabalhadores/as na década de 1950, movimento intensificado pela seca:

“Bem dizer a todos, nós sabemos que o Nordeste ele é muito propenso a seca, essas coisa, em 1958, eu tinha naquela época, uns 19 anos de idade e foi uma das secas mais terríveis que houve no Nordeste, uma da... não foi a maior, mas foi uma grande seca e na época Juscelino tinha iniciado Brasília já, desde o início de 56, 57 tal, e com essa história de vim para Brasília, eu dado a circunstância de dificuldade do interior, da roça, morava na roça, no município de Poeira que é a cidade, mas eu morava na roça mesmo, no interior, em fazenda, aí eu vim para Brasília, viemos de pau-de-arara, aquela viagem sofrida...” (Bezerra [ARPDF], 2001, p. 06).

O afluxo para o Planalto Central que havia sido intensamente motivado pela propaganda do governo federal nos dois primeiros anos da construção, passou a ser mais estritamente controlado a partir de 1958, deixando em evidência o caráter repressivo ao “fluxo para o local e com uma exacerbação da seleção dos migrantes e possíveis trabalhadores de Brasília” (Ribeiro, 2008, p. 92). A proibição de emissão de passagens para o território das obras e as barreiras policiais nas estradas de acesso para a cidade, não impediram a chegada de mais pessoas que iniciaram ocupações de terra e adensaram as ocupações já instituídas próximas aos acampamentos das empreiteiras e da Cidade Livre, o que levou ao agravamento do déficit habitacional da região. Características como a falta de opções de moradia fora dos acampamentos, a predominância de atividades ligadas à construção civil e a superexploração do trabalho – romanceada no chamado ‘ritmo Brasília’ –, são aspectos que informam sobre como essas particularidades do projeto nacional influenciaram no controle da ocupação territorial do DF.

Sob a administração irrestrita da Novacap, o território da construção ganhou contornos de uma “zona de enclave”, cuja ambiguidade jurídica dentro do estado de Goiás dava margens a políticas autoritárias de controle e repressão da população (Ribeiro, 2008, p. 22).¹²⁶ Dentro

¹²⁶ Entre estas estruturas autoritárias que atuaram no território do futuro Distrito Federal, destaca-se a Guarda Especial de Brasília (GEB), instituição de vigilância e segurança à época da construção, subordinada a Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás e mantida pela Novacap. A GEB é lembrada em relatos de candangos/as pela sua truculência e, em especial, sua atuação violenta em um dos episódios traumáticos que conformam a memória candanga, o massacre de trabalhadores da construtora Pacheco Fernandes, na noite de carnaval de 1959. Ao reagiram contra a má qualidade dos alimentos servidos no acampamento, trabalhadores foram assassinados enquanto dormiam por membros da GEB, sendo o número de mortos incerto, no que pese notícias à época registrarem apenas um falecimento. Este episódio é relatado por candangos/as no documentário *Conterrâneos velhos de guerra* (1992, 175 min) de Vladimir Carvalho.

das diretrizes impostas para a exequibilidade do projeto da nova capital, sobretudo a questão do tempo de execução, os problemas adjacentes a essa migração espontânea, não capitaneada pela Novacap e o INIC, foi a inserção territorial de mulheres, crianças, idosos/as e outros corpos não condizentes a procura pela força de trabalho em condições de produzir requeridas pelo projeto e, como veremos com as políticas de erradicação de ocupações que se tornaram a tônica de ordenação territorial antes mesmo da inauguração de Brasília, mesmo os ‘corpos úteis’, podem ser desarticulados e recompostos em imagens incompatíveis com a *civitas* moderna imaginada como esteio de um novo Brasil.

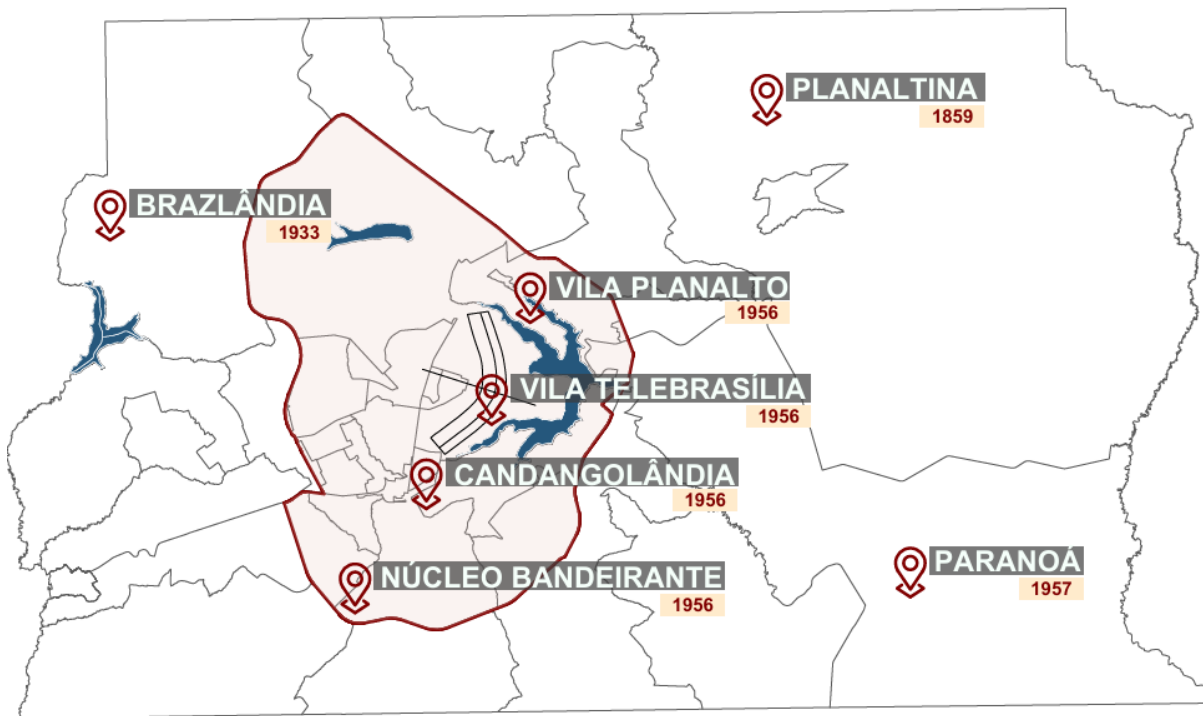


Figura 18 - Território do DF com a localização das vilas candangas e das cidades de Planaltina e Brazlândia até 1958, com destaque do ‘cinturão sanitário’, o anel viário da EPCT – DF-001. A primeira cidade-satélite originada das remoções na área central, Taguatinga, foi inaugurada em junho de 1958. Fonte: Gizella Rodrigues, Agência Brasil. Acedido em Agência Brasil (agenciabrasil.df.gov.br) em 14/01/2023. Imagem: Laíra Donosino.

É nesse momento que vilas operárias autoconstruídas com restos das obras da nova capital, sacos de cimento, folhas de zinco e o que fosse útil para a engenharia popular que ergue suas casas pela força da necessidade, destacam-se na paisagem socioespacial de Brasília. Candangos/as passaram a ocupar com suas moradias precárias os arredores dos núcleos provisórios existentes, como a Cidade Livre e a Candangolândia (Velhacap) (Oliveira, 2019, p. 96); bem como áreas próximas aos acampamentos de construtoras, como a Vila Metropolitana e a Vila Planalto (Barbosa, 2021, p. 87; Silva, 2019, p. 125); ou das próprias

obras, como a Vila Amaury (Neiva, 2017, p. 19), entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, e a Vila Paranoá (Silva; Kunz & Costa, 2020, p. 03) que abrigava os construtores da barragem do lago Paranoá e suas famílias (figura 18).

A partir de 1958, a Novacap proibiu novas construções e melhoramentos nos barracos da Cidade Livre, intensificando a ameaça de remoção prevista para se dar após a inauguração da capital, data fim do regime de comodato que permitia a permanência no assentamento provisório. Neste ano, a remoção de uma dessas vilas próximas a Cidade Livre, batizada de Vila Sarah Kubitscheck, constituída por assentados/as nas margens da rodovia Brasília-Anápolis, deu origem a primeira cidade-satélite do futuro DF, Taguatinga, situada a 25 km da capital. Esta distância se justificou com a construção da Estrada Parque Contorno (EPCT) neste mesmo ano, um anel viário que circunda a área da bacia hidrográfica do Paranoá e que, sob o argumento do controle sanitário e preservação ambiental, revestido da neutralidade de uma decisão técnica, foi acrescentado à política remocionista da Novacap (Lemos, 2022, p. 228). Essa iniciativa institucionalizou a erradicação de ocupações não planejadas dentro dos limites da capital federal como ação ordenadora do espaço urbano brasiliense (Oliveira, 2019, p. 96).



Figura 19 - Território do DF com a localização das cidades-satélites fundadas entre 1958 e a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) na década de 1970, com destaque do 'cinturão sanitário', o anel viário da EPCT – DF-001. Fonte: Gizella Rodrigues, Agência Brasil. Acedido em Agência Brasília (agenciabrasilia.df.gov.br) em 14/01/2023. Imagem: Laíra Donosino.

Soma-se a isso, o que Jusselma Duarte de Brito (2009, p. 87) analisou como uma distinção determinante para a modelagem da urbanização do DF, segundo a qual a “manutenção de limites precisos para uma cidade central – atributo da urbe lançada com base no plano urbanístico traçado por Lucio Costa” esteve na origem do rigor em conter o avanço de ocupações populares nos arredores da futura capital (figura 19). A cidade, ‘esteio civilizatório’ de um novo Brasil que estava por se realizar, foi consolidada nos anos seguintes na chave de leitura da excepcionalidade arquitetônica e urbanística que estava sob constante risco de descaracterização, permanecendo em contínuas elaborações sobre a cidade a “premência de se proteger a obra modernista” (Perpétuo, 2005, p. 134).

A cidade, nesse sentido, se construiu hegemonicamente em práticas e discursos que reivindicam como valores inerentes suas qualidades como constructo técnico, resultante de um planejamento racional e artefato artístico moderno. Brasília foi enunciada como uma cidade sem erros, bem definida, com potencial para ser uma ‘cidade-padrão’,¹²⁷ no deslumbre do planejamento urbanístico como premissa de organização social. Nessa linha de menção, a formação precoce de uma cidade-satélite, antes mesmo da inauguração da capital – essas cidades estavam previstas para serem formadas quando Brasília estivesse para atingir o limite demográfico estabelecido entre 500 a 700 mil habitantes –, e de forma distinta do proposto pelo ideário urbanista moderno – seriam núcleos integrados, porém independentes, mas passaram a concentrar uma população favelizada de candangos/as e, por décadas, dependentes do núcleo central no acesso a empregos, saúde, educação e lazer –, é frequentemente justificada como um desvio administrativo do que fora planejado a nível técnico.

A cidade como constructo social, atravessada pelas contradições inerentes a nossas sociedades pós-coloniais, ficou escamoteada sob a primazia da técnica, concentrando as análises sobre a formação do DF a partir de uma ideia de desvio ou descaracterização de um plano ideal não cumprido; a despeito das colonialidades que atravessam os saberes e anseios de modernização na produção das cidades contemporâneas, estruturadas por mecanismos reguladores de corpos nas possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano (Velloso, 2020, p. 164).¹²⁸

¹²⁷ Entrevista de Oscar Niemeyer a Revista Manchete de 23 de abril de 1960, n. 418, sob o título “Brasília na hora zero”. Acedido em 26/10/2022 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/revista-manchete>.

¹²⁸ Paulo Tavares (2022) tem empreendido análises a respeito da centralidade da ideia de raça na produção de Lucio Costa e, de maneira geral, como matriz ideológica da arquitetura brasileira tradicional e moderna que, dada a exaltação dos principais nomes ligados ao movimento moderno no país, encobriu e silenciou a questão racial

No relato de Lucio Costa, o ajuste espacial promovido pelo diretor da Novacap, Israel Pinheiro, no sentido de remover populações ‘indesejadas’ das proximidades do Plano Piloto com a criação de cidades-satélites, se deu fortuitamente, pois Costa considerava que “uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, 1/3 da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegado o momento da inauguração voltaria para o seu ‘país’ de origem”¹²⁹ evidenciando na expressão eleita, a percepção de parte dos idealizadores de Brasília de que uma parcela destes/as migrantes pertenciam a uma outra realidade que se esperava que retornassem, até que fossem novamente necessários para fazer erguer o concreto em outro ponto do país.

Com a cidade inaugurada, essa seleção ficou patente quando, em 1964, a Novacap com a ‘Operação Retorno’, buscou se ‘livrar’ de cerca de 6 mil trabalhadores/as ao disponibilizar transportes fretados para o retorno a seus estados de origem.¹³⁰ Descartava-se essa mão de obra, após a inauguração e o arrefecimento das obras, sobressalente, como um problema social a ser solucionado também com a remoção dos territórios candangos para zonas distantes da capital. Conjugava-se a isso, medidas que restringissem a vinda de mais pessoas, o que contrastava com a exortação oficial para a mudança de funcionários/as públicos/as federais – ainda resistentes em sair do Rio de Janeiro –, além da venda de lotes para casas de alto padrão no interior da EPCT.¹³¹ O problema não se limitava ao controle demográfico tendo em vista a proteção ambiental propalada, mas a que tipos sociais estava destinada a cidade símbolo do Brasil do futuro.

Na constituição dessa subjetividade moderna, os/as candangos/as eram os/as outros/as, provenientes de um Brasil profundo que o Brasil moderno encarava como resquício de um tempo social fadado ao desaparecimento e que nos informa sobre as tensões latentes no projeto

como estruturante no pensamento e produção destes/as intelectuais. Especificamente sobre Brasília, recomenda-se o ensaio *A capital colonial* de Paulo Tavares para a revista de fotografia *Zum*, do Instituto Moreira Salles, publicado em 28/07/2020. Acedido em 15/10/2022 em <http://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>.

¹²⁹ Oliveira, G. O. (2005). Entrevista com Lucio Costa. *Vitruvius*, ano 06, jul., n. 023.03, São Paulo. Acedido em 22/10/2022 em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.023/3313>.

¹³⁰ Operação articulada entre a Superintendência-Geral de Segurança e Interior do DF e a Fundação de Serviço Social. O *Correio Braziliense* de 20 de maio de 1964 noticiava: “A operação retorno está sendo revestida do mais completo êxito, uma vez que além de livrar Brasília de uma mão de obra que estava se constituindo em um sério problema social, a operação atuará psicologicamente junto aos estados da federação de modo a impedir a vinda de novos desempregados. Explicou que somente a chegada de um candango ao seu estado de origem desencorajará a vinda de centenas de novos desempregados para a Capital da República”. Acedido em 01/11/2011 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹³¹ A distribuição destas habitações na área central do Plano Piloto entre funcionários/as se deu, segundo Maria Fernanda Derntl (2020, p. 141), por meio de um sistema de pontos de acordo com o tempo de serviço, os ganhos salariais, o número de dependentes e da função exercida.

de um novo Brasil. Este, emergia como continuação do projeto colonial a partir da integração/ocupação, mas sobretudo pela superação/negação de um Brasil percebido como tempo e espaço do atraso. Destaca-se na perspectiva dos envolvidos no projeto de Brasília um aspecto aferido por Durval Muniz Albuquerque Junior (1994, p. 35) como parte dos enunciados de valorização do/a trabalhador/a nacional na figura do/a sertanejo/a no século XX, no qual existiria uma tensão constante nos projetos nacionais, pois estruturados pelo racismo,¹³² em que não eram todos/as migrantes que estavam aptos/as –¹³³ ou eram bem-vindos/as – a vida nas cidades.

Um dos enunciados que emergiu desse incentivo a migração interna foi o do pressuposto ‘apego a terra natal’ dos/as nordestinos/as (Albuquerque Junior, 1994, p. 35) que revela nesse estímulo interessado, pois eram braços necessários aos projetos de modernização, estratégias discursivas que procuravam evitar a permanência e fixação de determinadas pessoas nas cidades. Além de naturalizar os deslocamentos, produzidos pela precariedade das relações de trabalho sazonais a que estas pessoas estavam subordinadas, como aspectos ontológicos do/a trabalhador/a migrante. Procurava-se evitar, pelo reforço de um suposto traço cultural, a permanência dos/as migrantes indesejados/as nos territórios, reiterando a condição de deslocados/as que evidencia que “entre o projeto de ‘revalorização do [trabalhador] nacional’ e os conceitos naturalistas vai existir uma tensão constante” (Albuquerque Junior, 1994, p.36).

Destaco que o/a candango/a de Brasília foi a reiteração dessa imagem-força do/a migrante sertanejo/a na formação discursiva de identificação do/a nacional. Como aponta Luísa Videssot (2009, p. 187), com a construção da nova capital, houve um processo de ressemantização do vocábulo, até então pejorativo, que incorporou uma série de atributos positivos que o associava à noção idealizada de trabalhador/a brasileiro/a, evocando “os valores

¹³² Embora Albuquerque Junior (1994, p. 35) alerte que o estereótipo e a visão depreciativa contra nordestinos/as não se expliquem apenas pelo preconceito racial, mas, principalmente, por outros aspectos que compuseram a imagem do migrante do nordeste e que foram produzidos pelos discursos regionalistas.

¹³³ A questão da aptidão ao trabalho é estruturante do racismo brasileiro e sua inscrição em distintos níveis de nossas relações sociais; sendo o conceito de aptidão central à própria teoria evolutiva no âmbito da Biologia, sua tradução a nível social foi operada por perspectivas eurocêntricas racistas. Um dos pontos aventados pelas elites brasileiras com a abolição da escravidão foi o ‘destino’ das pessoas libertas que seriam consideradas inaptas ao trabalho livre, fundamentando perspectivas eugênicas de estímulo à imigração europeia, precarização do trabalho e violação dos poucos direitos conquistados no longo e inconcluso processo de construção da cidadania no país. Estereótipos de classe, regionais e de ofícios praticados por pessoas majoritariamente pretas também são informados por esta pretensa inaptidão construída pelo racismo; por exemplo, a ideia de que “baiano/a” é preguiçoso/a – por vezes extensivo a todos/as nordestinos/as do ponto de vista produzido pelo racismo sudestino – ou as frequentes inferências que pedreiros e empregadas domésticas “não gostam de trabalhar” ou “não trabalham bem”.

da coragem, da ousadia, da perseverança, da fé da dedicação ao trabalho. Resumia enfim todas as boas qualidades do brasileiro, os aspectos positivos da identidade nacional” (Videssot, 2009, p. 22).

O vocábulo candango estendeu-se como adjetivo a outros segmentos sociais, como engenheiros, arquitetos e figuras políticas, como o próprio JK, que na chave de interpretação do discurso republicano davam ainda mais destaque aos seus feitos ao se igualarem aos/às cidadãos/ãs comuns. De forma mais enfática, foi a partir de 1959 que a ideia do/a candango/a deixou de remeter a um segmento social estruturalmente marginalizado em nossos processos nacionais e passou a se inserir, pelo apaziguamento dos conflitos, como um conceito informado pelas perspectivas de construção de uma nação moderna, com cidadãos/ãs adaptados/as a nova fase da produção capitalista, industrial e urbana que o Brasil almejava alcançar:¹³⁴

“Levas e levar de sertanejos das caatingas do Nordeste ou de mateiros das margens do Amazonas, que haviam passado fome nas regiões em que haviam nascido, estavam transmutados em operários no Planalto. O candango era uma imagem nova no cenário brasileiro. Sem saber ler, realizava com perfeição o trabalho que lhe competia na comunidade operária da nova capital. Este batia rebites; aquele carregava tijolos; outro temperava o concreto. Cada um no seu setor, e todos ajustados a um mesmo ritmo de produção.” (Kubitscheck, 2000, p. 185, grifo nosso).

É a partir desses qualificativos que a ficção diretriz do/a candango/a na narrativa hegemônica adquire essa dimensão de herói comum; esse sutil reenquadramento de valores e imagens, que propiciaram a metamorfose do retirante-candango-operário, reforçava a perspectiva criada, desde o início das obras da nova capital, como catalisadora desse Brasil moderno, cidade do futuro, que faria evoluir o país e sua gente superando o atraso:

“Pena que o candango com sua fibra, bondade e intenção vá desaparecer. Ele e sua Cidade Livre vão restar apenas na história essencial das coisas brasileiras. A cidade de barracos vai ser derrubada, ficando apenas uma ou outra casa como atração turística. Candango será absorvido pela capital organizada, e será operário penteado, roupa limpa, sapato novo, dinheirinho no banco. Com o desaparecimento da poeira vermelha, o candango perderá o aspecto heroico e se transformará em folclore.” (Manchete, mai. 1960).¹³⁵

¹³⁴ É a partir desta perspectiva que o vocábulo foi utilizado em outros contextos de obras públicas como em referência aos ‘candangos do aço’ (Manchete, ago. 1961) para identificar os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional ou aos ‘candangos do mar’ na construção da ponte Rio-Niterói, em 1971, salientando a “extraordinária capacidade de adaptação” e a “consciência de estarem criando uma coisa grandiosa” (Manchete, dez. 1971). Acedido em 13/10/2022 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/revista-manchete>.

¹³⁵ Thormes, J. (1960). O candango herói de Brasília. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, ano 8, maio. Acedido em 07/12/2022 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/revista-manchete>.

Em reportagens e discursos positivos sobre Brasília foi frequente essa mística do progresso, da cidade como mediadora de um processo integral de desenvolvimento que atravessaria, inclusive, os corpos candangos na figura do/a trabalhador/a adaptado/a que ascenderia socialmente por seu empenho e dedicação. No entanto, as cidades de barraco não desapareceram. E não desaparecerão.

Na lógica de produção das cidades modernas a elaboração de periferias é um contínuo necessário a própria expansão do sistema econômico capitalista/neoliberal, do qual a urbanização e o pensamento urbanístico são a contraface que espacializa e organiza os corpos e territórios na medida em que continuam atendendo aos interesses de exploração, acumulação e reprodução social do capital (Harvey, 2012, p. 74; Velloso, 2020, p. 155). Não há um excluído nesse processo, como se pretendeu compreender as periferias e favelas nas interpretações sob a chave da ausência que se sucederam ao aprofundamento da urbanização no Brasil em meados do século XX (Rosa, 2018, p. 181), há um processo de inclusão subalterna no qual a condição periférica se reproduz como determinante para a existência das cidades (Velloso, 2020, p. 155).

Não há no horizonte de planejamento e gestão capitalista/neoliberal dessas cidades a possibilidade de superação total desta condição, de inclusão plena; há, de fato, contradições profundas tensionadas por movimentos urbanos que redefinem no processo de luta como são e podem ser pensadas e geridas as cidades a partir das margens e do pensamento marginal:

“As periferias sempre foram necessárias ao funcionamento da cidade. No modelo brasileiro de urbanização, que é patrimonialista, ocorre uma cristalização de um arranjo institucional no qual o poder instituído nunca teve como meta superar o atraso; muito pelo contrário, os governos, um atrás do outro, reforçam padrões de poder colonialistas que dão manutenção a velhas engrenagens garantidoras de uma formação socioespacial na qual a elite rica habita bairros restritos e as periferias abrigam uma pobreza cruel. [...] É necessário refletir sobre as periferias e as insurreições urbanas como configurações decisivas da urbanização moderna brasileira, fazendo a crítica desse arranjo específico de poder que está imbricado à colonialidade.” (Velloso, 2020, p. 157).

Foi o caso da fixação da Cidade Livre, núcleo provisório iniciado em 1956 para dar suporte às obras da nova capital, e que conquistou, por meio da organização popular, o direito de permanecer dentro dos limites da EPCT. A remoção da Cidade Livre estava prevista para acontecer logo após a inauguração de Brasília, momento que encerraria o regime de comodato dos terrenos cedidos pela Novacap, e os/as moradores/as seriam deslocados/as para outras áreas

como o Plano Piloto e as cidades-satélites já existentes, como Taguatinga (1958), Sobradinho (1959) e Gama (1960).

No entanto, a ‘cidade de tábuas’ havia se estruturado ao longo dos anos da construção da capital em um centro dinâmico, apesar de manter a feição provisória que a proibição de construção de habitações de alvenaria lhe conferia. Era em sua Avenida Central que muitos/as candangos/as desembarcavam, vindos/as de todas as partes do país, onde era possível conseguir empregos, onde se ia farmácia, ao cinema, ao bar e à feira livre que supria a demanda de produtos no imenso canteiro de obras. Com a inauguração da nova capital, mesmo para aqueles/as a que tiveram o privilégio de ocupar espaços no Plano Piloto de Brasília, a ida para a área central, que ainda era um canteiro semi-habitado na década de 1960, não era atraente e significava a desestruturação de sociabilidades já consolidadas naquele território. Assim como para outros/as, a mudança para as distantes cidades-satélites, sem infraestrutura e com transportes precários, significava piores condições de vida e perda das redes de apoio comunitárias.

A partir da organização em torno do Movimento Pró Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante foi oficializada, em 1961, a criação da cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, nas proximidades do Plano Piloto de Brasília, tensionando e expondo critérios de distribuição espacial que emergiam para além do discurso tecnicista ambiental e da oposição de Lucio Costa (Derntl, 2016, p. 372). Esse movimento se tornou o primeiro diálogo entre o projeto nacional e os anseios sociais, no qual as forças populares prevaleceram à máquina estatal na lógica de ocupação territorial (Gouvêa, 1995, p. 67; Oliveira, 2007, p. 97).

Devemos relembrar que anos antes da inauguração de Brasília já havia forte mobilização popular em torno da questão habitacional. Complexificando o que se convencionou falar no DF a respeito da distribuição de lotes como políticas eleitoreiras demandadas por ‘oportunistas’, a questão habitacional mobilizou a organização popular desde os anos da construção em diferentes movimentos e associações de moradores/as que foram fundamentais para a fixação dessas populações no DF (Ribeiro, 2008, p. 259; Santos, 2020, p. 23). O agenciamento desses movimentos também foi fundamental para iniciar a urbanização

de cidades-satélites através de mutirões¹³⁶ e serviram como instâncias de formação política e cultural nas periferias do DF.

Em 1958, os/as moradores/as da Vila Sarah Kubitscheck organizaram-se em manifestações públicas, em comissões de representantes para negociarem com autoridades e mobilizaram discursos e práticas – como o batismo da vila com o nome da primeira dama e a construção massiva de barracos – como táticas para estabelecer o diálogo pelo direito a moradia (Ribeiro, 2008, p. 242). Em 1959, o Sindicato da Construção e Mobiliário de Brasília em apoio a Associação Pró-Melhoramentos da Vila Amaury, uma vila operária que chegou a reunir em torno de dezesseis mil pessoas em uma área destinada a ser alagada pelas águas do Lago Paranoá, remeteu um telegrama ao presidente JK em que apelava à sua autoridade: “Trabalhadores Brasília desesperados falta habitações acomodarem suas famílias vêm recurso apelar vossência para sustar ordens despejo emanadas polícia ao mesmo tempo pedem sejam localizadas cidades satelites pt saudações” (Neiva, 2017, p. 38). A associação também participou ativamente na campanha pela eleição de João Goulart, em 1961, que entre as suas reformas de base, um dos motivos para o famigerado golpe cívico-militar de 1964, incluía de forma pioneira a reforma urbana.

No entanto, a solução para ambos os casos foi a remoção para as cidades de Taguatinga, Sobradinho e Gama – fora dos limites da EPCT – dando ensejo a um ordenamento territorial que, a depender da capacidade de negociação dos agentes, acabou por priorizar no interior de seus limites a distribuição especulativa do território em detrimento do interesse social:

“O Poder público agiu diretamente no processo quando removeu a população de menor renda para a periferia, deixando entre o centro mais valorizado e os novos núcleos, extensos espaços de terra à espera de valorização, agindo o governo por intermédio da Companhia Urbanizadora de Brasília – Terracap, de forma semelhante a iniciativa privada, usando sua prerrogativa de exclusividade das ações de planejamento urbano e monopólio das terras, como instrumento para a futura especulação imobiliária.” (Gouvêa, 1995, p. 76).

O caso do Núcleo Bandeirante significou, nesse contexto, uma brecha no ordenamento urbanístico a partir de outros valores de uso do território que não a monumentalidade

¹³⁶ A respeito dos mutirões em regiões periféricas: “Por um lado, as ações de coletividade que ocorreram neste momento evidenciaram a união e esforço deste povo para construir uma nova cidade e significar aquele território como um espaço digno. Por outro, estas ações também demonstraram a maneira como a cidade de Ceilândia fora um território negligenciado pelo Estado, visto que, não fosse pelo esforço coletivo, as estruturas de habitação não teriam chegado à cidade-satélite. Esta relação de mutirão que foi estimulada pelo Estado ainda possuía uma face oculta: a utilização de mão de obra não remunerada em obras públicas”. (Santos, 2020, p. 20).

arquitetônica ou a idealização planificadora. Sua regularização reconheceu como definidores urbanísticos a historicidade do território como núcleo pioneiro e como espaço praticado, reconhecendo, mesmo que de forma adjacente, práticas e apropriações comunitárias a serem consideradas também como formas de produção das cidades.

É preciso considerar nesse campo de disputas que este diálogo, no caso da Cidade Livre, não se deu sem embates ou pela solicitude das autoridades públicas como em muitos contextos, falas de JK, Ernesto Silva¹³⁷ e Israel Pinheiro,¹³⁸ costumam avocar; mas, sobretudo, pelo papel desempenhado pela associação de comerciantes no movimento de fixação que, em aliança com o operariado, mobilizou seu capital econômico, político e social para negociar com agentes públicos a permanência e urbanização do território nos limites da EPCT (Oliveira, 2007, p. 97; Ribeiro, 2008, p. 255). Por outro lado, a aliança de classes nesse processo de mobilização, liderada por comerciantes, acabou por não atender a demanda de outros segmentos menos favorecidos que permaneceram em vulnerabilidade habitacional e sob risco de remoções, como foi o caso da erradicação da Vila do IAPI, Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Curral das Éguas e Placa das Mercedes na década de 1970 que originou a maior cidade-satélite do DF, a Ceilândia.¹³⁹

Relembrando esses processos de remoções, o engenheiro agrônomo peruano César Fernandez, que chegou a Brasília em 1959 para trabalhar no Departamento de Terras e Agricultura da Novacap, indagava: “– Agora o que cabe é se perguntar de uma coisa que a história não responde, porque saiu a invasão do IAPI, e não saiu o Núcleo Bandeirante e a

¹³⁷ Ernesto Silva foi secretário da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil entre 1953 e 1955 e primeiro diretor da Novacap.

¹³⁸ Israel Pinheiro foi presidente da Novacap e primeiro ‘prefeito’ do Distrito Federal após a inauguração de Brasília.

¹³⁹ Segundo Tony de Oliveira (2007, p. 98), a Vila do IAPI foi formada ao final da década de 1960 pelo próprio governo nas proximidades do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), nos arredores do Núcleo Bandeirante, para alocar famílias removidas do centro urbano do Plano Piloto. Em pouco tempo, outras vilas foram sendo agregadas ao núcleo original conformando uma das maiores ocupações do DF, removida na década de 1970 pela Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) que deu origem a cidade-satélite da Ceilândia. A formação e erradicação da Vila do IAPI relaciona-se com a experiência de outras vilas operárias em um *modus operandi* da Novacap que tolerava essas ocupações irregulares como forma de solucionar, momentaneamente – geralmente durante a execução de alguma obra –, os problemas de habitação e transporte no território ao garantir a proximidade dos trabalhadores aos canteiros. Com isso, eximia-se da responsabilidade e dever de elaborar políticas justas de ocupação territorial, em especial, para trabalhadores/as da construção civil e suas famílias, gerando novos processos de remoções. À exemplo da Vila Amaury, ocupação tolerada pela NOVACAP pela proximidade com as obras da Praça dos Três Poderes que chegou a agregar mais de 20 mil pessoas, entre 1959 e 1960, em um território que já se sabia condenado a ser alagado pelas águas do Lago Paranoá, sendo as famílias removidas posteriormente para as cidades-satélites de Sobradinho e Taguatinga (Neiva, 2017, p. 32).

Candangolândia, será que os que moravam no IAPI eram brasileiros de outra categoria?” (Fernandez [ArPDF], 2000, p. 10).

Esse questionamento atravessará as memórias candangas moldando uma relação ambígua de suas trajetórias com Brasília. Memórias editadas pela experiência dos deslocamentos, de experienciar mais uma vez a exclusão, agora na lógica espacial da capital que viram se erguer pelo esforço do seu trabalho. São memórias que mesclam o orgulho de terem participado da construção da capital federal e de se reconhecerem como protagonistas de um momento histórico, com a amargura de se sentirem injustiçados/as, descartados/as e excluídos/as da cidade que construíram (Derntl, 2019, p. 29; Luiz, 2007, p. 100).

Ao analisar os depoimentos de candangos/as recolhidos pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, Maria Fernanda Derntl (2019) apontou entre os tópicos recorrentes nos relatos: a questão da habitação e aquisição de um lugar estável para morar; a sensação de serem ‘jogados’ à época das remoções nas cidades-satélites, desestruturando redes de apoio entre moradores/as; além de destacarem imagens negativas do começo dessas cidades pela falta de infraestrutura (Derntl, 2019, p. 17-23). Contudo, há também nesses relatos a apropriação de tópicos do discurso oficial como modos de inserir suas trajetórias nesses núcleos periféricos em consonância com as expectativas da capital, na tentativa de reverter os estigmas negativos das cidades-satélites:

“Embora os depoimentos dos entrevistados pelo Arquivo Público se refiram de modo similar à vivência de um momento excepcional de solidariedade [na edificação das cidades satélites], seria redutor, porém, ver suas memórias como mera repetição de um discurso emanado de autoridades, como pura nostalgia ou tentativa de alheamento de suas dificuldades reais. Longe de ser mera ilusão, os depoimentos permitem constatar que a narrativa sobre o empenho coletivo na construção da capital foi assimilada de modo próprio pelos entrevistados e atuou como elemento de coesão social de grupos que tinham de organizar sua convivência em novos espaços ou pleitear conjuntamente o direito a ocupá-los. Cabe considerar, na perspectiva de Stuart Hall (1996), que a elaboração de ‘mitos fundacionais’ ou de origem possibilita a grupos desprivilegiados elaborar contra narrativas que ocultam ‘começos violentos’, traduzem ressentimentos ou satisfações e transformam ‘a desordem em comunidade’”. (Derntl, 2019, p. 21).

Edson Beú Luiz (2007, p. 128) analisou como esses sentimentos intergeracionais impactaram a subjetivação dos/as filhos/as dos/as candangos/as e pôde aferir como os sentimentos de admiração e ressentimento ainda permeiam a construção das identidades periféricas no DF. Entre suas conclusões, destaca como determinados segmentos sociais estão historicamente suscetíveis aos deslocamentos nas dinâmicas de modernização:

“Pode-se dizer que os pais e os filhos constituem um segmento social cuja história foi marcada pela desconstrução e reconstrução de seus referenciais de identidade. Ambos trocaram o ambiente familiar de origem por uma condição de estrangeiridade, porque a inóspita Ceilândia de 1971 era uma terra tão estranha para os filhos, quanto a Brasília dos anos cinquenta havia sido para os pais. A trajetória de um e de outro envolveu um processo de desenraizamento, de quebra de laços culturais, frustrações e recomeços. Tudo isso produziu um acúmulo de sentimentos, muitos deles contraditórios, em que as palavras de indignação dos filhos são às vezes silenciadas pela forte imagem do pai-herói.” (Luiz, 2007, p. 129).

Há também a constatação, ainda mais inquietante, que esta força centrífuga no DF ainda exerce enorme influência na descendência candanga e entre os/as migrantes desfavorecidos/as que ainda hoje seguem em direção à região da capital federal. A especulação imobiliária, inicialmente reforçada pelas remoções da área central, segue forçando à reterritorialização de muitos/as na região metropolitana do DF, já nos territórios de Goiás, como foi o caso das gêmeas Kelly e Kátia que o autor entrevistou para sua dissertação:

“Quando crianças moravam num barraco da Vila Metropolitana. Devido à difícil situação financeira, o pai, candango, em Brasília desde 1958, recebeu uma oferta para vender o lote, fechou negócio e comprou uma casinha de alvenaria no setor Guariroba da Ceilândia, levando junto mulher e filhos. Hoje, com o pai já falecido, as gêmeas, movidas pelo mesmo motivo (financeiro), moram de aluguel na Cidade Ocidental, uma das primeiras cidades goianas surgidas em função da construção de Brasília, contíguas à fronteira do DF.” (Luiz, 2007, p. 91).

A Cidade Ocidental, a cerca de 50 km de Brasília, junto a outras 32 cidades goianas e mineiras conformam a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), cuja função constitucional é “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (Constituição Federal [CF], 1988). São cidades já existentes ou que se originaram com o fluxo motivado pela construção de Brasília, podendo ser reconhecidas como parte do desenvolvimento, já mencionado, da periferia para o centro que conforma o modelo singular de urbanização da capital.

Essas cidades, foram fundadas como parte das políticas desenvolvimentistas de integração territorial entre 1948 e 1953 pelo governo do Estado Novo, com um segundo pico de fundações, entre 1956 e 1961, para dar assistência às obras da capital. Entre 1975 e 1979, surgem cidades com o modelo de ocupação similar às cidades-satélite do DF – caracterizadas como ‘cidades dormitório’ – que dão à morfologia da periferia da capital um aspecto ampliado (Trevisan, Amizo & Lemos, 2021, p. 15). Essas cidades se converteram, atualmente, em alternativas baratas de moradia frente a intensa especulação imobiliária que atinge, inclusive,

as cidades-satélites pioneiras, nas quais, com a melhoria de infraestrutura urbana, conquistada muitas vezes pela organização comunitária de seus moradores/as, se tornaram dispendiosas para viver. Esse movimento evidencia mais uma vez a lógica segregacionista que estrutura as cidades modernas e a quais segmentos sociais recaem, historicamente, o ônus do desenvolvimento.

Além disso, coloca questões significativas em torno do planejamento regional de Brasília e seu impacto nas territorialidades existentes na região. É o caso do Quilombo Mesquita, uma comunidade remanescente de quilombo cuja origem remonta a cessão de terras por parte de um português para três mulheres escravizadas – Maria Pereira Dutra, Maria Abadia e Martinha Pereira Braga – que ali se estabeleceram. Estas, constituíram a comunidade que, atualmente, com 276 anos de existência, resiste para a demarcação integral de seu território e preservação dos seus modos de vida.

A construção de Brasília e o crescimento da Cidade Ocidental, fortemente influenciado pela atração que a capital ainda exerce entre pessoas em busca de oportunidades e sem condições de permanecer nas áreas mais centrais, transformaram radicalmente o cotidiano da comunidade (figura 20). Seus/suas moradores/as colaboraram diretamente na construção de Brasília como mão de obra e no fornecimento de alimentos para os/as trabalhadores/as migrantes. Além de perderem os seus pastos para o concreto da capital (Santos, 2021, p. 224), nesse processo, perderam parte de suas terras, vendidas a preços irrisórios para funcionários públicos e empresários recém-chegados, muitas vezes, para a “compra de objetos de valores insignificantes como remédios, paletós, roupas comuns e também para arcar com as despesas, por exemplo, dos casamentos dos filhos” (Neres, 2016, p. 65).¹⁴⁰ Para o morador do Mesquita, Benedito Antônio, entrevistado por Vladimir Carvalho no documentário *Quilombo* (1975: 23min), a ameaça aos seus modos tradicionais de viver, ou ao que ele chama de “tempo do atraso”, já era inequívoco na década de 1970:

“[...] mas existe vários loteamentos aqui em redor, logo próximos aqui da fazenda Mesquita. Inclusive que eu tô (sic) achado que daqui a pouco o Mesquita aqui já vai ser loteado da mesma forma. Que ele não vai ter meios de habitar como era antigamente. O desenvolvimento vai chegando e vai

¹⁴⁰ O documentário *Quilombo* (1975, 23 min) de Vladimir Carvalho é um dos primeiros registros da comunidade e dos efeitos provocados pela urbanização de Brasília no território. O pesquisador Manoel Neres (2016, p. 64) aponta que até 1943, a comunidade se organizou em um modelo coletivista de propriedade da terra, quando foi requerida a divisão oficial do território entre os descendentes, momento de individualização da comunidade “incidindo, inclusive, no aumento da comercialização das terras, facilitando o descarte das propriedades por preços irrisórios, particularmente com o advento da construção de Brasília em 1956”.

aproximando e vai ficando do meio que... acaba o pessoal todo fazendo da
mesma forma [inaudível]... eu não acho nada de bom.”

O atual crescimento da Cidade Ocidental (GO) – cuja origem foi o loteamento de terras por um empresário da construção civil – tem forte implicamento para o Mesquita com bairros muito próximos à fazenda, à exemplo do Jardim ABC e Condomínio Dom Bosco, ambos situados a menos de cinco quilômetros do seu centro (Neres, 2016, p. 68).

Desde 2006, a ‘quilombidade’ do território foi reconhecida, demandada por membros/as da comunidade frente a desagregação empreendida desde a década de 1950 e que segue com a especulação imobiliária pela relativa proximidade com Brasília. Subjetivar a identidade quilombola foi um processo que se iniciou a partir dos contatos com a Fundação Palmares, em 2002, e que colaborou na “conexão entre memória, história e identidade” (Neres, 2016, p. 123). Ao reconhecer nas histórias ouvidas por gerações, as pontes entre o local e o nacional, a comunidade se apropriou do direito coletivo como remanescente de quilombo para reivindicar a regularização fundiária da área.

Esse processo gerou a identificação e registro efetivo dos indicadores de memória da fazenda Mesquita que complexificam a ideia de ‘vazios’ e ‘desertos’ associada à imagem do Brasil Central e retomada pelo discurso do governo JK. Esse recurso discursivo serviu para apagar outras territorialidades que coexistem à capital e legitimar as ingerências do governo e da iniciativa privada sobre esses territórios em nome do desenvolvimento. Os/as moradores/as do Mesquita só tiveram o seu reconhecimento oficial por parte do Governo do Distrito Federal, em 2012, e, desde 2013, mantém na antiga Capela de Nossa Senhora Abadia o Espaço de Memória do Quilombo Mesquita como instrumento político, pedagógico e poético que atesta e incorpora a sua existência e ancestralidade, mediada pelos bens culturais reunidos pela comunidade (Santos, 2021, 240).

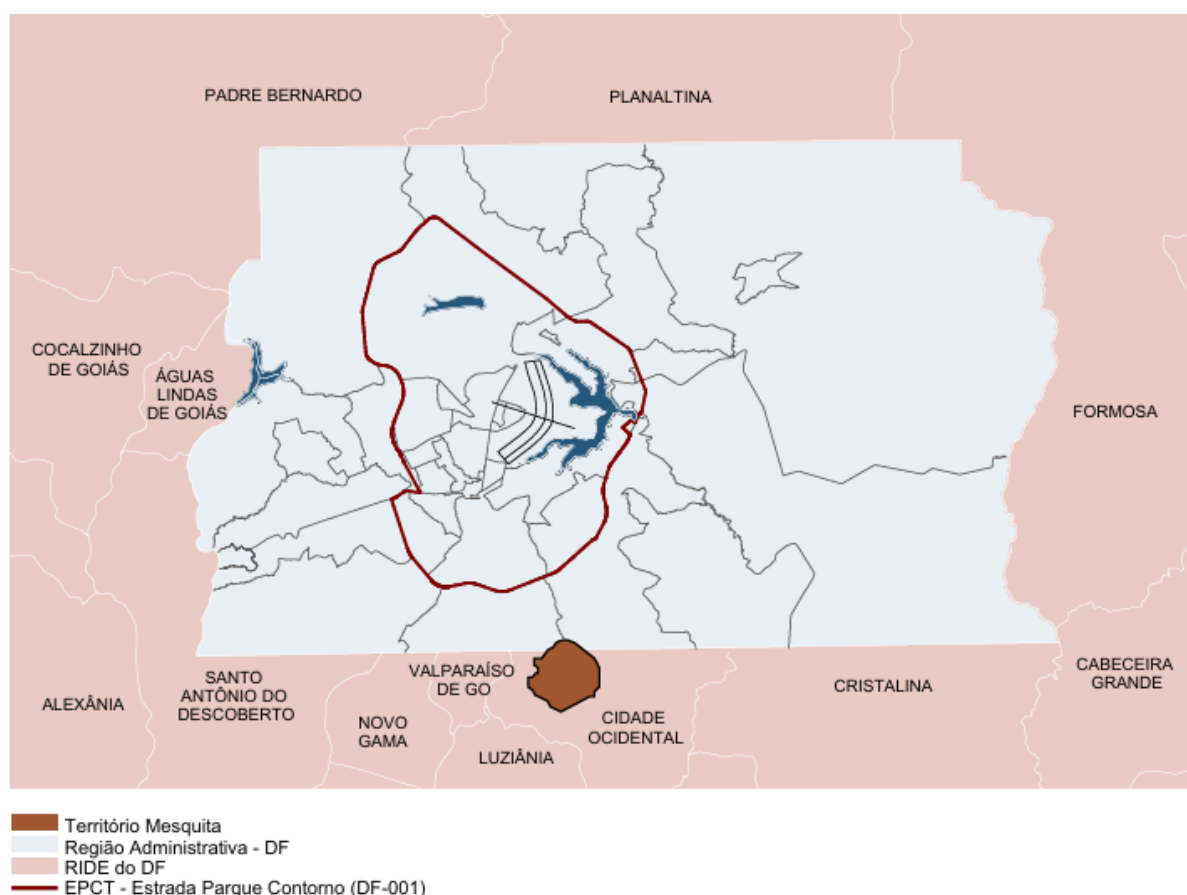


Figura 20 - Território da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE) com a localização do território do Quilombo Mesquita. Fonte: INCRA. Imagem: Laíra Donosino.

Sugerimos que as memórias candangas fazem parte do repertório das memórias das diásporas. De memórias-fragmentos que são carregadas por corpos que nunca são neutros e devido a suas marcas, lidas como desiguais, estão suscetíveis aos processos de desenraizamentos promovidos pela exploração do seu trabalho e das suas terras. Corpos retirantes, corpos despejados, corpos removidos. Nas elaborações de Beatriz Nascimento (2021), são como corpos-documentos e integram a espinha dorsal da experiência popular brasileira, os deslocamentos. Movimentos forçados pelos sequestros e pelos aldeamentos da sanha colonial e figurados no corpo transatlântico das diásporas, bem como atualizados nas migrações internas que ainda movimentam alguns corpos como corpos-recursos aos projetos de modernização.

E como memórias diaspóricas se tornaram, também, memórias dos traumas e das resistências que atravessam gerações e subsidiaram distintas frentes de luta que colaboraram para a atual organização territorial do DF. Essas memórias informam “sistemas sociais variados

de base comunitária” como conceituou Nascimento (2021, p. 145) a respeito da ideia de quilombo que, nesse sentido, abarca o termo não apenas como realidade histórica. Projetamos essa ideia aos quilombos urbanos organizados nas vilas e nas cidades-satélites que propiciaram que, em cada território, distintos valores se encontrassem para conformarem uma nova memória comunitária que atua como instrumento contracolonial subvertendo as imposições urbanísticas, revertendo estigmas territoriais e reelaborando narrativas centradas na luta coletiva pelo direito a cidade:

“É importante ver que, hoje, o quilombo traz para a gente não mais o território geográfico, mas o território em nível de uma simbologia. Nós somos homens, nós temos direito ao território, a terra. Vários, vários e várias partes da minha história me contam que eu tenho direito ao espaço que eu ocupo na nação. E é isso que Palmares está dizendo naquele momento... Eu tenho direito a um espaço que eu ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse limite geográfico que é a capitania de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo, meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Onde eu estou, eu sou.” (Gerber & Nascimento, 1989).

Para a análise proposta, é importante salientar como o processo de periferização dos/as trabalhadores/as nas cidades-satélites – e atualmente na Região Metropolitana – emerge como ferida na memória candanga que tensiona, a partir do ressentimento, os enquadramentos subjetivos em relação ao quadro da memória oficial que os definem como ‘heróis anônimos’. Seria a partir deste aspecto que poderíamos supor um fator convergente das memórias das diferentes cidades-satélites que se formaram, especialmente até meados da década de 1990, na construção de territorialidades periféricas.¹⁴¹

A memória candanga foi e é elaborada como memória comunitária pelo tensionamento entre a condição periférica que dominou as experiências populares no DF e a consciência, perceptível em inúmeros relatos de trabalhadores/as e seu descendentes, que “várias partes da minha história me contam que eu tenho direito ao espaço que eu ocupo na nação”. Não é por menos que um dos principais motes das reivindicações por moradia e melhorias nas cidades do DF mobilizassem o argumento de desvalorização dos ‘verdadeiros’ construtores de Brasília, em diálogo e afronta direta ao discurso hegemônico – “E as duas cidades cresceram juntas, o Plano Piloto: a cidade arquitetônica, linda, bonita, limpa, branca de linhas elegantes;

¹⁴¹ Jusselma Britto (2009, p. 156) destaca que ao final da década de 1980 as políticas habitacionais passaram a priorizar a urbanização de áreas já consolidadas. De todo modo, a questão habitacional ainda é uma tônica da formação do DF, sendo que cidades-satélites recentes ainda se formaram em decorrência de políticas públicas como o Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, à exemplo de Samambaia (1989), Santa Maria (1990), Recanto das Emas (1993), Itapoã (2005) ou o Programa Minha Casa, Minha Vida com o Paranoá Parque.

Taguatinga: feia, suja, poeirenta, de barracos, mas lá em Taguatinga estavam realmente aqueles que estavam construindo Brasília” (Lopes Filho [ARPDF], 1997, p. 12).

A inauguração de Brasília é um forte marcador temporal no que diz respeito às narrativas sobre a cidade e a mística que envolve a ideia da ‘epopeia’ de ‘heróis anônimos’. Com a instabilidade política que marcou os anos subsequentes a saída de JK¹⁴² e o consequente arrefecimento do ritmo das obras, a migração massiva que ainda se destinava ao Planalto Central elevou ainda mais o déficit habitacional, combinado à alta taxa de desemprego. Começou a se processar, neste período, a passagem do candango-operário para a figura do/a candango/a-invasor/a, recomposto na imagem de corpos indesejáveis às expectativas da nova capital:

“Entre estes [governadores e homens comuns] estão os ‘invasores’. Quem são eles? Homens que querem viver dentro de Brasília, ligados à vida de Brasília, participando das atividades de Brasília, mas sem se submeterem aos rígidos planos traçados pelos urbanistas.” (Manchete, abr. 1960).¹⁴³

É fundamental destacar que o estigma do/a invasor/a nas cidades é um conceito recorrente e constituído por “processos históricos-sociais permeados pelas singularidades do racismo no Brasil, e que é dirigido especialmente às populações negras, pobres, moradoras de favelas, aos mocambos e quilombos” (Silva & Pereira, 2018, p. 29); associando às populações majoritariamente não brancas e seus modos de vida, as marcas da periculosidade, da promiscuidade, da ilegalidade e da insalubridade. São esses os argumentos aventados, em especial pela imprensa local, para justificar o apelo à erradicação das ocupações operárias no DF à época e que conformaram o repertório de justificativas alegadas pelo poder público.

Nesse processo remocionista – aprofundado com a Política Nacional de Habitação da ditadura cívico-militar, instaurada em 1964, cuja atuação local foi mediada pela Comissão Permanente de Controle e Remoções de Invasões e pela forte repressão aos movimentos sociais (Brito, 2009, p. 129; Santos, 2020, p. 18) – são acionados discursos que mobilizavam imaginários de ascensão social, vinculados à coação física e psicológica. No relato de Antônia Silva, natural do Piauí e pioneira da Ceilândia, fica patente essa idealização, além da

¹⁴² Entre 1960 e 1964 sucederam-se no DF sete prefeitos. No cenário nacional, dois presidentes assumiram o executivo nacional após a saída de JK; Jânio Quadros, que renunciou em agosto de 1961, assumindo a presidência o seu vice, João Goulart, este governou em contexto de crescente instabilidade política que culminou com o golpe militar, em 1964, e a instauração de um regime autoritário que durou vinte anos.

¹⁴³ Drei, N.; Batista, G.; Neves, J. & Pinheiro, G. (1960). Nova era Brasília. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, Abril, n. 419. Acedido em 28/11/2022 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/revista-manchete>.

combinação dos órgãos de assistência social como suporte à intransigência das políticas habitacionais remocionistas (Santos, 2020, p. 12):

“– Não, primeiro foram falar da importância de mudar, da preocupação do governo com a população, depois eles mostraram condições, quem pode ir por conta própria, vai, eles autorizavam, quem não, o Serviço Social ia hoje e dizia ‘olha, derruba o barraco que amanhã já vai passar o caminhão aqui prá (sic) levar’” (Silva [ArPDF], 2002, p. 09).

A condição de invasores/as do espaço urbano foi também reforçada por argumentos de dano estético e proteção ambiental, este, frequentemente utilizado na disputa pela produção das cidades como “entrave para política de regularização fundiária [...] que se aplica apenas a ocupações protagonizadas por pobres” (Munch, 2017, p. 152). No DF, os argumentos técnicos que atribuíam à ocupação do IAPI e adjacências a contaminação dos córregos, logo, a consequente poluição do Lago Paranoá, e que motivou a sua remoção a partir de 1971, contrastava com o fato de que “até 1984, não havia preocupação alguma por parte da administração de Brasília com os dejetos da população da Asa Sul e da Asa Norte”, áreas nobres, sendo que até 1977 “os dejetos humanos eram todos lançados no Lago Paranoá” (Lemos, 2022, p. 224).

Na produção e circulação da narrativa que se tornou hegemônica, a agência destes/as sujeitos na organização de uma frente comum pelo direito à moradia e urbanização de suas vilas e os repertórios de resistências produzidos na luta, foram completamente apagados pela desqualificação do termo ‘invasor/a’, reforçando na dinâmica espacial a condição de marginalizados/as imposta pelas assimetrias socioraciais. Outras urbanidades, gestadas nos limiares da dita cidade formal, que transbordam e tensionam a normatividade do planejamento sagrado foram deslocadas, reenquadradas e invisibilizadas nas memórias espaciais do perímetro protegido que encerra a capital.

Desta feita, a produção do espaço urbano que, a princípio, se deu por usos e apropriações do espaço vivido nas relações do cotidiano das obras por operários e outros/as trabalhadores/as, quando sua força de trabalho foi imprescindível para a edificação da cidade, foram sumariamente desqualificadas – como ociosas, sobressalentes, perigosas e insalubres – e removidas a partir de uma definição higienista que produziu invisibilidades mediadas por classificações e estigmas que dizem sobre a negação do direito à cidade a estes/as mesmos/as sujeitos:

“As remoções irão exercer o papel de controle social de deslocamento dos corpos indesejados das proximidades dos centros urbanos. Esta ação de controle, que atua por meio da reprodução de estigmatizações e subalternizações, demonstra as tecnologias urbano-segregacionistas que estavam sendo utilizadas na época. Percebe-se então que o objetivo era a construção de cidades ‘racionais’, onde o corpo ocioso não teria espaço.” (Santos, 2020, p. 10).

Atualmente, a configuração metropolitana do DF denota a clara vinculação entre desigualdades territoriais não apenas em relação à renda, mas também a critérios de raça, sendo que a maioria da população que se declara preta ou parda no DF vive nas cidades-satélites e área metropolitana (Instituto de Estudos Socioeconômicos [INESC], 2019, p. 03; Lemos, 2022, p. 187).

Essa relação fica patente ao percebermos que, a partir da década de 1990, devido à especulação imobiliária orientada pela demanda da classe média, cidades-satélites foram regularizadas dentro da faixa sanitária da EPCT, como Águas Claras e Sudoeste, a despeito das interdições ambientais que impediram que outros segmentos sociais pudessem se fixar nesses limites (Brito, 2009, p. 168). Essas cidades, providas de infraestruturas adequadas e com altos índices de desenvolvimento, são ocupadas majoritariamente por pessoas brancas; por outro lado, a Vila da Estrutural (1960), também localizada dentro da EPCT e que resistiu a violentas tentativas de remoções sendo regularizada somente em 2004, tem uma população majoritariamente negra e um dos piores indicadores sociais da região (INESC, 2019, p. 29).

O fato de o Distrito Federal ser a região mais desigual do país (INESC, 2019, p. 02) e que esta ocupação territorial tenha sido protagonizada pelo Estado como principal agente ordenador e transformador da terra em ativo financeiro por meio das remoções, informa sobre projetos de nação que seguem pautados pelas colonialidades, reproduzindo modelos de gestão urbana assentados na financeirização da terra em detrimento das pessoas e da diversidade nos modos de morar – “Essa desigualdade racial está correlacionada com as áreas de maior valorização imobiliária. Ela revela como a especulação ocorre na medida da definição dos corpos que podem ou não ocupar os espaços transformados em vazios pelo poder do Estado” (Lemos, 2022, p. 221).

Poderia se argumentar que o quadro brasiliense, no que diz respeito a sua periferização, é uma síntese da realidade nacional, inclusive reforçando pela dimensão do trágico à brasilidade da capital. No entanto, que essa realidade tenha sido constituída em um contexto de monopólio do Estado na distribuição de terras, explicita no projeto das elites brasileiras quem estava sendo

exortado ao sacrifício do desenvolvimento – “Daí por que tive de pedir sacrifícios ao povo para levar avante os principais projetos que havia planejado executar na vigência do meu mandato” (Kubitscheck, 2000, p. 287) – e quem estava sendo convidado/a à gozar deste mesmo processo – “Os sacrifícios que pedi ao povo estão sendo hoje amplamente recompensados com as novas indústrias, as estradas, pontes, navios, automóveis, usinas elétricas etc” (*Ibidem*). Há no exercício de poder do Estado desenvolvimentista uma razão necropolítica, na qual uma das dimensões é a vulnerabilidade habitacional; está não diz respeito apenas a recursos econômicos e políticos, mas também socioculturais, no qual “os afetados por esta insegurança, portanto, possuem cor, endereço e classe social. São aqueles que as cidades estão constantemente tentando varrer para debaixo do tapete” (Munch, 2017, p. 141).

Desse modo, os processos remocionistas no DF e demais cidades não operaram apenas a eliminação física de territórios desviantes – liberando estes espaços aos esquadros da especulação imobiliária –, mas também a erradicação de memórias divergentes ao que se compreende hegemonicamente como as formas ideais de habitar as cidades. Experiências diversas de produção do espaço urbano do DF, assentadas nas redes de solidariedades contra essas mesmas políticas da morte, são sumariamente desqualificadas e permanecem ocultas como detalhes insignificantes; “são episódios do ponto de vista da construção da cidade”, já argumentava Lucio Costa quando confrontado sobre o massacre de trabalhadores pela polícia da Novacap, em 1959, depois de protestarem contra a comida estragada servida no acampamento da construtora Pacheco Fernandes.

“Do ponto de vista da construção da cidade”, muitas violações são obliteradas, escamoteadas e varridas para debaixo do tapete; mas essa versão não é mais que isso, um ponto de vista. De outros ângulos e perspectivas, em especial aquelas lançadas de baixo, há memórias concorrentes, múltiplas, diversas nas formas que problematizam ou incluem nuances à narrativa hegemônica da cidade modernista. Memórias que não se removem e que seguem em disputa pelo direito à cidade, operando outras curadorias da memória possibilitadas por transformações na própria forma de conceber o papel social dos museus; curadorias que tratam os sentimentos de exclusão ao restabelecer os vínculos de pertencimentos em trajetórias profundamente atravessadas pelos desenraizamentos.

3.2 As fronteiras da memória institucionalizada

No dia anterior à transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília, Juscelino Kubitscheck relatou em suas memórias o ato solene de despedida da antiga sede do governo federal com o gesto simbólico de fechar os portões de ferro do Palácio do Catete. Este gesto, significado nas palavras de JK como “o fim de uma era do Brasil” (Kubitscheck, 2000, p. 362), marcava também a conversão do palacete neoclássico em Museu da República. Este seria inaugurado somente em novembro, na data que marca a fundação da República brasileira, mas desde março já sediava a Divisão de História da República vinculada ao Museu Histórico Nacional.¹⁴⁴

Daquele dia em diante, nas palavras de JK, “poderíamos voltar ali individualmente, numa espécie de peregrinação de saudade, apenas para recordar as horas alegres e de tensão que, nele, havíamos vivido” (Kubitscheck, 2000, p. 361). Curiosamente, no dia seguinte, em 21 de abril de 1960, junto à nova capital federal também era inaugurado o Museu Histórico de Brasília, popularmente conhecido como Museu da Cidade, em plena Praça dos Três Poderes (figura 21). Compondo o cenário com outras edificações emblemáticas de Oscar Niemeyer, o bloco de concreto armado, que à primeira vista pode ser considerado apenas um monumento, foi projetado como espaço de salvaguarda de um acervo sobre a construção de Brasília (Soares, 2018, p. 36).

Esses eventos nos instigam a pensar sobre as imagens e narrativas que foram sendo produzidas sobre a história nacional e local mediadas por estes atos de musealização. A criação de museus, arquivos e bibliotecas e o crescente interesse por organizar e socializar os patrimônios públicos foi associada à formação dos Estados modernos, entre os séculos XVIII e XIX, como instrumentos políticos na institucionalização da memória. Essas instituições e procedimentos desempenharam papel fundamental na formação das tradições, dos símbolos coletivos e das narrativas autorizadas sobre o passado sendo, portanto, processos sociais que constituem, intencionalmente, um legado de heranças patrimoniais que se projetam para o futuro, contendo informações implícitas que se convertem em indicadores de memórias. Há

¹⁴⁴ Com o Decreto nº 47.883, de 8 de março de 1960, o Palácio do Catete no RJ foi convertido em sede da Divisão de História da República, parte da estrutura organizacional do Museu Histórico Nacional. Somente em 15 de novembro de 1960, data comemorativa da Proclamação da República, que o palacete se tornou oficialmente em Museu da República. Permaneceu vinculado ao MHN até 1983, quando se separou administrativamente passando a ter uma gestão autônoma.

sempre uma pedagogia museológica em curso, no sentido de que inerente à construção dessas narrativas públicas mediadas pelos museus ocorre um “processo pedagógico de percepção, preservação e extroversão dos indicadores da memória e da informação correspondente” (Bruno, 2015, p. 05).



Figura 21 - A construção do Museu da cidade se deu junto à construção dos principais edifícios sedes dos poderes da República. Foto: Fundo Novacap, 1959, ARPDF.

Ao fechar os portões do lugar que recebera os presidentes civis da República brasileira, JK tinha consciência da eficácia simbólica do seu ato em representar o encerramento de uma fase no que era lido como uma evolução econômica e política do país. Os efeitos produzidos pela musealização do palácio complementavam a percepção progressiva do tempo, a partir de um passado encarnado pelo papel político da antiga capital que encerrava seu ciclo, dando lugar a uma nova era da vida nacional com a transferência da sede do governo para Brasília.

Essa atitude preservacionista, informada pela razão proléptica, na aceção de indolência da razão elaborada por Boaventura Sousa Santos (2002, p. 240), ao organizar o passado, se orientava para a inevitabilidade de um futuro constituído pelos signos do desenvolvimento. O presente, nessa interpretação, se resume a um estágio de ajuste e acomodação da diversidade

de modos de vida, de pensamentos e desejos ao único futuro apresentado como possível. Nas palavras de JK mencionadas acima, é perceptível que esse ato instaura um passado que legitima as ações do Estado desenvolvimentista ao operar uma preservação “tal qual era” que evidenciaria o distanciamento do tempo vivenciado ao que ali era evocado. Ao seguir essa leitura, apreende-se a profundidade simbólica deste ato que não se resumiria a uma constatação da importância histórica do edifício e seu acervo, mas uma construção histórica e cultural que intencionava reforçar no discurso político, o início de uma nova era. Um tempo representado pela nova capital que superava àquele, digno de saudade, mas que permaneceria na contemporaneidade como local de peregrinação, fundamentado em uma memória devocional, em torno de eventos e personalidades, a que se retornaria apenas como recordação e exemplo.

Por este raciocínio nos deparamos com a aparente contradição que o mesmo ato de criar um museu foi um recurso político mobilizado por JK para, simbolicamente, encerrar e iniciar os ciclos das capitais e, logo, da própria nação. Se o Rio de Janeiro tinha como um de seus problemas, do ponto de vista de sediar a capital nacional, as sucessivas camadas de temporalidades expressas na cidade irregular produzidas pelas diversas ocupações e organizações socioeconômicas que deram forma a antiga capital (Gomes, 2008, p. 54); Brasília, se caracterizava como empreendimento pioneiro, cidade edificada ‘do nada’ nos ‘desalentadores espaços vazios’ do Planalto Central. O que motivaria, então, a criação de um museu histórico em uma cidade que se fundamentava discursivamente na produção de ausências sobre o território goiano e na promessa de futuro como forma de legitimar sua vocação modernizadora? De que forma essa narrativa preservacionista articulou as temporalidades a partir do discurso desenvolvimentista e qual foi o papel da instituição museu no programa político de JK?

Pode-se encontrar alguns possíveis caminhos em análises que têm sido empreendidas por Clóvis Britto (2022; no prelo) a respeito da singularidade da imaginação museal de JK.¹⁴⁵ O ex-presidente destaca-se não apenas pela fundação dos museus citados, mas por outras

¹⁴⁵ Nas palavras de Clóvis Britto (2022, p. 03): “A pesquisa foi estimulada pela profusão e dispersão dos escritos de Kubitschek relacionados ao tema dos museus e do patrimônio (autobiografias, discursos, mensagens e correspondências), pelas iniciativas institucionais nesse campo simbólico (solicitação de tombamentos, criação de museus e estímulo a preservação de bens culturais) e pela especificidade de seu pensamento, que vislumbrou produzir a crença em uma “memória do futuro”. O artigo integra um projeto mais amplo que pretende mapear as fontes relacionadas a atuação de Kubitschek no campo dos museus e patrimônios; compreender o contexto e as especificidades de sua imaginação museal a partir dos temas recorrentes e da construção de repertórios na relação com outros agentes; e analisar como essa imaginação museal consistiu em estratégia de produção da crença em uma ‘presença do futuro’”.

iniciativas institucionais no campo preservacionista cuja especificidade do pensamento consiste, segundo Britto (2022, p. 04), em uma “estratégia de produção da crença em uma ‘presença do futuro’”. Assim como no Museu Histórico de Belo Horizonte, idealizado junto a Abílio Barreto na época que JK era prefeito da capital mineira, sua imaginação museal está sintetizada no Museu Histórico de Brasília (MHB) pela musealização de episódios do tempo recente (Britto, no prelo, p. 4). Em Belo Horizonte, que não chegava a cinquenta anos quando o seu museu foi inaugurado, a inserção das memórias recentes de sua construção junto aos registros e ao abrigo de um edificação do período colonial produziu um descompasso com as diretrizes preservacionistas em âmbito nacional, identificadas com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) – “[...] ao absorver a metodologia estadonovista de preservação, [JK] também criava seus próprios critérios na valorização da memória da cidade” (Britto, 2022, p. 37). No caso da nova capital nacional, a realidade que se pretendeu documentar foi a história de uma cidade que não chegava a completar cinco anos desde o início das obras como marco de sua existência material.

A princípio, o projeto do museu de Brasília, datado de 1958, se destinava a preservar trabalhos referentes à transferência da nova capital federal; porém, essa informação é conjectural, pois não há documentação sobre o projeto do museu, sendo que as fontes de acesso à informação são, majoritariamente, periódicos e imagens fotográficas (Soares, 2018, p. 36). Em relação à sua inauguração em 1960, JK o descrevia como um “repositório de opiniões” sobre Brasília (Kubitscheck, 2000, p. 383). Atualmente, o acervo do museu é composto por uma efígie de JK esculpida em pedra sabão e dezenove textos esculpidos no mármore da fachada externa e nas paredes internas; sobre esses textos não há identificação de quem os selecionou (Soares, 2018, p. 36).¹⁴⁶

Os textos registram os êxitos do presidente junto a episódios e nomes elevados à ‘antecedentes históricos de Brasília’, imagens e narrativas que informam o que, neste trabalho, são compreendidos como eixos hegemônicos da memória institucionalizada ou oficial. Essas narrativas, que se tornaram estruturantes, remontam desde a mística da profecia de Dom Bosco ao século XVIII e a intenção do Marquês de Pombal em erguer uma nova capital para a então colônia portuguesa; perpassando a ação de Tiradentes na Conjuração Mineira, as palavras de

¹⁴⁶ A respeito da mensagem do papa Pio XII, apresentada como texto X na narrativa museológica do MHB, há registro em reportagem do Jornal do Brasil, n. 105, de 6 de maio de 1960, no qual JK teria determinado a sua incorporação ao museu, o que informa sobre a sua atuação direta na construção da narrativa. Acedido em 11/11/2022 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/jornal-do-brasil>.

José Bonifácio de Andrada e Silva, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e, claro, do próprio JK. A cronologia dos eventos encerra com uma última mensagem, cujo apelo geracional – “eles [os filhos] é que nos hão de julgar amanhã” – aponta para o museu como depositário de uma memória que se projeta como neutra, mera recolha de fatos oferecidos ao julgamento que se realizará no futuro.

Neste ponto, nos deteremos na bibliografia especializada para elucidar a construção discursiva em torno desses eventos e personalidades que foram legitimados pelo governo de JK como antecedentes históricos de Brasília e identificados na historiografia sob o rótulo de ideias ‘mudancistas’.

Como eixos hegemônicos da memória institucionalizada pelo governo de JK e a mídia simpatizante, nos referimos às “imagens verbais e visuais recorrentes” sobre a cidade e a sua construção que contribuíram para veicular narrativas ideológicas acerca do processo (Videsott, 2009, p. 20). Essas representações informaram distintos modos de narrar a cidade, conformando uma “trama discursiva que tende ao fortalecimento de uma tradição inventada, tanto política quanto territorial” (Perpétuo, 2015, p. 23). Esse repertório, intencionalmente elaborado para justificar a necessidade de construção da cidade à época, conformou um conjunto de ideias apriorísticas que têm definido e condicionado as leituras sobre o DF até os dias de hoje.

Salientamos que essas construções simbólicas foram empreendidas desde o início das obras como recursos políticos no jogo de cena dos poderes nacionais e são analisadas como “práticas sociais geradoras de representações, buscando se tornarem justamente hegemônicas naquele contexto político e em meio às relações de poder que se lhe apresentavam” (Gomes, 2008, p. 45). Nesse sentido, para fazer frente à oposição a JK que se insurgia contra a transferência da capital denunciando o personalismo do presidente, os altos custos e a inviabilidade técnica da obra, os discursos em defesa de Brasília procuraram lhe atribuir certa historicidade (Ceballos, 2005, p. 11) que inseria Brasília em uma longa sucessão de eventos organizados para sugerir que concorreram para a sua realização naquele momento, capitaneada por “alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade” (Kubitscheck, 2000, p. 05).

É importante frisar que esse repertório de ideias/enunciados que conformaram o discurso oficialmente construído pelo governo JK e seus apoiadores/as, teve como suporte distintos meios de comunicação que contribuíram para conformar uma opinião pública

favorável à transferência da capital. Nesse período de expansão da indústria cultural de massas, as fotografias em revistas ilustradas e periódicos especializados, a veiculação dos cinejornais produzidos pela Novacap nos cinemas do país e a cidade como pauta recorrente, a receber elogios ou críticas, em outros âmbitos da produção cultural nacional, foram fatores preponderantes para a circulação e sedimentação dessas narrativas e imagens (Gomes, 2008, p. 182; Videsott, 2009, p. 16).

Luisa Videsott identificou três imagens verbais e visuais recorrentes sobre Brasília ao analisar as representações veiculadas pela mídia entre 1956 e 1960. Essas imagens são o que a pesquisadora indentificou como o 1) “sinal da cruz”, uma alusão à continuidade histórico-cultural e ideológica com os mitos fundadores da nação; 2) a “flor do agreste”, com a construção das imagens monumentais tendo como contraplano a vastidão do Planalto Central e a ênfase no projeto arquitetônico e urbanístico; e o 3) “candango, herói de Brasília”, na qual a posituação da imagem do trabalhador contribuiu para a aceitação pública e atração de pessoas para os canteiros de obra, além de aplinar as contradições na exploração do trabalho operário (Videsott, 2009, p. 19). Para a pesquisadora as estratégias comunicativas da mídia contribuíram para “construção de mitos midiáticos e de exploração de mitos da identidade nacional” (*Ibidem*).

A narrativa epopéica em torno da conquista do sertão inóspito que envolveu homens audazes, corajosos e obstinados como símbolo da própria essência nacional, fundamentada na crença de nascimento da nação pela invasão e conquista dos europeus, foi, no século XX, um discurso fundador da moderna Brasília. A reafirmação do colonialismo, forma de exploração econômica dependente, em um projeto nacional-desenvolvimentista que se projetava como redentor do atraso do país, significou a inserção de Brasília no que Márcio Oliveira (2005, p. 107) definiu como o mito da nação em formação, o “mito modulador da história brasileira, ou seja, de uma estrutura que sustenta simbolicamente uma determinada forma de pensar”. Essa forma de pensar a nação tem sido fomentada e consolidada ao longo de séculos em perspectiva com os processos de formação das nações europeias, vistas pelas elites locais como modelos civilizatórios e desenvolvidos; essa ideia de uma nação incompleta e preenchida de ausências retoma “utopias do Novo Mundo” que consubstanciaram o discurso mítico de Brasília em imagens de conquista, posse, civilização, modernização e desenvolvimento.

Esse aspecto foi analisado no tópico anterior sob a perspectiva do historiador Durval Muniz Albuquerque Junior (1994, p. 44), que interpreta como um dispositivo de nacionalidade,

“o problema da nação como uma questão a ser resolvida”. Entre esses problemas estava a percepção de um país sem povo definido – o ‘problema da *miscigenação*’ – e de um amplo território a ser conquistado e integrado ao restante da nação – ‘dois Brasis’; são imagens para as quais a construção de Brasília responde, discursivamente, a partir da exaltação do/a candango/a como trabalhador/a adaptado/a, e a capital, como vetor de integração e encontro com o ‘verdadeiro’ Brasil.

Para lhe atribuir este sentido progressivo – da colônia ao Brasil do futuro – eventos e nomes foram alinhavados em um contínuo harmonioso, cuja historicidade construída a partir dessa seleção e ordenamento tinha um objetivo preciso: justificar a construção da cidade consubstanciando a sua existência como a realização do próprio destino nacional. À identificação desse roteiro de ideias e personalidades que corresponderiam a um antigo desejo de interiorização, houve um “investimento na elaboração de uma memória institucionalizada” (Ceballos, 2005, p. 113) sobre a cidade com a produção de documentação e compilação de textos e obras que justificavam essa narrativa histórica da inevitabilidade de Brasília.

À guisa de exemplo, já em 1960, o Serviço de Documentação da Presidência da República lançou a *Coleção Brasília* com dezoito volumes,¹⁴⁷ reunindo textos, discursos e reportagens de jornais nacionais e internacionais, cuja intencionalidade política era evidente e visava fundamentar uma “tradição deliberadamente elaborada [...] e amplificada nos pronunciamentos oficiais, numa ação consistente e consciente do governo” (Perpétuo, 2015, p. 40). É importante destacar também, como o fez Márcio Oliveira (2005, p. 77) e Ana Lúcia Gomes (2008, p. 48), que durante o governo de JK foram produzidas as principais obras que justificavam a construção de Brasília, lançando o olhar para personagens e episódios que remontavam o século XVIII:

“Esses trabalhos não destacam que aqueles homens e mulheres que participaram desse processo ‘viviam o futuro como indeterminação’. Deixam de lado o processo gerador desses eventos, os debates acalorados no legislativo ou nos jornais, para apresentar esse todo coerente e linear: o encontro do país com a sua capital, Brasília.” (Gomes, 2008, p. 45)

Esses arranjos documentais serviram como fontes para operações historiográficas, desde sua inauguração, definindo imagens homogêneas e coerentes com um sentido histórico

¹⁴⁷ A coleção foi organizada pela Divisão de Divulgação da Novacap e abarcava os temas: Brasília; Diário de Brasília; Brasília e a opinião nacional; Brasília e a opinião estrangeira; Antecedentes históricos; Congresso Nacional e Brasília. (Videsott, 2009, p. 283).

linear que atribui a Brasília o sentimento de realização de esforços envidados por distintos homens públicos ao longo da nossa história como ‘nação’. Mas, nessa construção historiográfica, sem negar o mérito dos que o antecederam, é a um homem público que coube a missão de entregar ao Brasil o seu acalentado sonho: o presidente JK.

Ao mapear as discussões em torno da interiorização da capital, Viviane Ceballos (2005) identificou nesse resgate de antecedentes históricos uma forma de conferir “visibilidade, legitimidade e positividade ao projeto de Brasília apresentado no governo JK” (*Ibid.*, p. 24), sendo fundamentais para a elaboração de discursos em defesa da transferência ao “exacerbar pela diferença a imagem de Juscelino como empreendedor” (*Ibid.*, p. 48). Essa simbiose entre Brasília e JK, resultou de uma construção histórica e ideológica em torno da ideia da inevitabilidade da transferência, sustentada pela sequência de ideias mudancistas; bem como pela ideia de urgência que justificava a construção da nova capital, naquele momento, como um “imperativo de sobrevivência” – como afirmou JK na mensagem que abriu o ano parlamentar de 1959 – e condição para o desenvolvimento e futuro nacional.

Essa lógica argumentativa se consolidou pois, reverberava positivamente na imagem que se fazia sobre o Brasil se constituindo em uma versão do mito da nação (Oliveira, 2005, p. 107), na qual a viabilidade do país se consubstanciava com a construção de Brasília como indutora desses sonhos de modernidade identificados com a posse, a conquista e integração do território nacional.

“Talvez, seja preciso dizer que, com a noção de mito, quisemos entender os sentimentos humanos em coletividade. Estes sentimentos de ausência e de progresso que parecem ainda atravessar a alma nacional, quando diante de uma realidade sempre julgada como movimento, como busca. O projeto de transferência da capital e a cidade de Brasília foram, para JK, versões do mito da nação.” (Oliveira, 2005, p. 115)

A eficácia desses enunciados apriorísticos, que condicionam as leituras sobre o território do DF a partir da inserção positiva de Brasília em uma narrativa mais ampla sobre o processo nacional, também foi trabalhada pela bibliografia através do reforço dessas ideias acionado pelo discurso preservacionista que engendrou a patrimonialização de Brasília (Barbosa, 2021; Perpétuo, 2015).

No tópico anterior, abordou-se como a percepção de alguns atores sociais a respeito de uma possível descaracterização ou desvio do projeto original de Lucio Costa esteve na origem do rigor em conter ocupações populares nos arredores da capital e justificativa para as

sucessivas remoções que originaram as cidades-satélites do DF (Brito, 2009, p. 87; Oliveira, 2007, p. 97). A premência de se proteger o projeto modernista que determinou a erradicação das vilas operárias, também fundamentou os esforços preservacionistas que, contíguos à inauguração, foram envidados para a salvaguarda da capital até a efetiva patrimonialização do conjunto urbanístico de Brasília, primeira cidade contemporânea inscrita na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco, em 1987, e pelo Iphan, em 1990 (Perpétuo, 2015, p. 134).

Essas iniciativas preservacionistas visavam estabelecer medidas protetivas como forma de combater, no momento da inauguração, o abandono das obras após a saída de JK e a possível não efetivação da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, consolidada a mudança da capital, as preocupações se voltaram em conter as ameaças de descaracterização do projeto de Lucio Costa, provenientes da especulação imobiliária na área central, assim como reconhecer e incluir outros territórios, como as cidades-satélites, como parte da paisagem sociocultural de Brasília; entre esses debates destacam-se o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, realizado em 1974, e o Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino, em 1986 (Perpétuo, 2015, p. 77). Cabe destacar que essas iniciativas não conformaram um conjunto linear e harmonioso de propostas que culminaram na patrimonialização federal, ao final da década de 1980, mas um conjunto diverso de elaborações em torno do objeto a ser preservado (re)produzindo versões sobre a cidade e sua história (*Ibid.*, p. 243).

A trajetória de consolidação do repertório patrimonial da capital tem como ‘documento’ fundacional um bilhete, escrito de próprio punho por JK a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Iphan –, solicitando, já em 1960, o tombamento do Plano Piloto “ainda que forçando um pouco a interpretação do patrimônio” tendo em vista que ele o considerava em risco¹⁴⁸. À época de JK fica aparente o estranhamento que causava ao próprio presidente a ideia de tomar uma cidade moderna; contudo, esse recurso aparece no bilhete presidencial como um instrumento de

¹⁴⁸ Este bilhete que foi enviado em julho de 1960, provocou a abertura do processo de tombamento federal que ocorreu somente em 1990 pelo Iphan. Transcrevo o texto completo do bilhete incluído na tese de Thiago Perpétuo (2015, p. 133): “Rodrigo. A única defesa para Brasília está na preservação de seu plano-piloto. Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento seguro, superior a lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Abraços Juscelino Kubitschek. Brasília, 15-6-1960”.

garantia de continuidade das obras e da originalidade do projeto. Nas décadas seguintes, garantida a transferência da capital pela ditadura militar que passara a controlar a administração federal após o golpe de 1964, o receio de descaracterização com a constatação do intenso crescimento e a expansão urbana, deram o tom dos debates sobre Brasília. O embate entre projeto e realidade incidiu profundamente na representação patrimonial da cidade, orientando os olhares sobre ela a uma vigilância constante à forma e relegando a um relativo desinteresse outras urbanidades e expressões culturais vivenciadas nesse território e indispensáveis à dinâmica socioespacial do DF.

Na década de 1970, a realidade múltipla e polinucleada do Distrito Federal evidenciava a tensão na dinâmica territorial vinculada aos problemas de moradia e as políticas remocionistas que promoveram a ocupação e desenvolvimento das diversas cidades-satélites, além de evidenciar a necessidade de um olhar mais acurado a essas realidades que teimavam em fugir ao plano. Mais uma vez, as ameaças aos pretensos aspectos físicos e morfológicos de Brasília foram acionados e fizeram coincidir no processo de reflexão sobre a capital, a proteção do plano piloto de Lucio Costa com a proteção exclusiva do Plano Piloto, unidade física e territorial identificada como Região Administrativa I do Distrito Federal (Barbosa, 2021, p. 331; Perpétuo, 2015, p. 136).¹⁴⁹ Por essa perspectiva, os investimentos e esforços de preservação e visibilização patrimonial passaram a privilegiar a área central em detrimento de um olhar sistêmico sobre o DF que incluísse a melhoria de infraestrutura e valorização dos demais núcleos urbanos que, identificados com uma população trabalhadora e de baixa renda, foram invisibilizados nesse processo e preteridos no direcionamento de recursos para construção e manutenção de equipamentos públicos, frente a sempre premente necessidade de se proteger e desenvolver ‘o plano’.

Foi na década de 1980 que a agenda política da redemocratização do país com o fortalecimento da participação pública, da imprensa e do diálogo com novos movimentos sociais, além de novas abordagens do patrimônio cultural, puderam agregar outros/as sujeitos e valores à perspectiva patrimonial brasiliense (Silva, 2019, p. 58). Na bibliografia sobre o tema (Barbosa, 2021; Silva, 2019), o Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica e Cultural de

¹⁴⁹ Esta diferenciação se dá na medida em que as interpretações sobre o espaço urbano de Brasília privilegiaram olhar a concepção urbanística de Lucio Costa para a capital federal, região administrativa I do DF, conhecida como Plano Piloto de Brasília, como referente exclusivo do plano piloto proposto no relatório vencedor do concurso de 1957. Contudo, a capital foi elaborada como vetor que daria ensejo ao desenvolvimento planejado da região (Derntl, 2016, p. 370), o que nos abre perspectivas de que o processo de expansão urbana, tal como se propôs, também estaria contemplado nessa proposição.

Brasília (GT-Brasília), instituído pelo então Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, tem destaque pela amplitude do trabalho desenvolvido e pelo fato do dossiê *Brasília*, produzido pelo grupo, ter embasado a proposta de inscrição da cidade na lista da Unesco, a despeito de suas resoluções não terem prevalecido no documento final que efetivou a inscrição em 1987 (Silva, 2019, p. 206).¹⁵⁰

Esse grupo de trabalho foi composto por representantes da Secretaria de Cultura/Iphan/Pró-Memória, do Governo do Distrito Federal e do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; atuou entre 1981 e 1988 e foi responsável pela construção de uma metodologia de trabalho e instrumentos de pesquisa que inovaram tanto na definição do objeto a ser protegido, quanto nos critérios de preservação (Barbosa, 2021, p. 81; Perpétuo, 2015, p. 172; Silva, 2019, p. 65):

“A bibliografia, contudo, é unânime ao destacar que uma importante contribuição do GT-Brasília reside no fato de o Grupo ter entendido o patrimônio do Distrito Federal como um conjunto a ser preservado pela proposta da preservação dinâmica. O GT, nesse sentido, estudou e referenciou quais seriam os atributos referentes ao Plano Piloto, mas também às antigas fazendas, aos centros urbanos originariamente goianos, aos antigos acampamentos de obras e à paisagem natural” (Barbosa, 2021, p. 83)

Se o discurso desenvolvimentista de JK reverberava as ausências atribuídas ao sertão, (Gomes, 2008, p. 206) em um esforço de maximizar o projeto de uma nova capital no interior, os trabalhos empreendidos pelo GT-Brasília buscaram evidenciar outras temporalidades e sujeitos envolvidos/as na construção de uma paisagem cultural que dinamizava a existência da capital em relação ao passado do território e de seu ambiente natural (Silva, 2019, p. 83). Essa perspectiva, alargava os sentidos de atribuição de valores patrimoniais para os referentes de ocupações anteriores à instalação de Brasília – à exemplo do tombamento distrital do Museu Histórico e Artístico, Igreja São Sebastião e Pedra Fundamental de Planaltina, em 1982 – e aos remanescentes de acampamentos pioneiros, como foi o tombamento distrital, em 1985, do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), edificação em madeira e primeira unidade de saúde da região, fundado em 1957; e o tombamento local da Vila Planalto, conjunto de

¹⁵⁰ O anteprojeto elaborado pelo GT-Brasília apesar de robusto e propositivo foi julgado genérico a respeito dos aspectos em que incidiriam a ação protetiva do Estado. Deste modo, nos trâmites burocráticos para viabilização da inscrição junto a Unesco predominou a proposta de preservação das escalas urbanísticas – escala monumental, gregária, residencial e bucólica – do arquiteto Ítalo Campofiorito que delimitou o seu alcance ao Plano Piloto relegado as demais áreas a atenção de “outras legislações” (Perpétuo, 2015, p. 204).

acampamentos operários entre o Congresso Nacional e o Palácio da Alvorada, em 1988, ambos patrimonializados por reivindicação popular.

Daniela Barbosa (2021), em sua análise dos dossiês de edificações e monumentos patrimonializados ‘além do Plano Piloto’, informa que esta perspectiva patrimonial teve continuidade nas décadas seguintes com o tombamento de indicadores da “memória da construção da cidade, na ideia das origens do território de Brasília e, por fim, no direito de comunidades locais em fazer prosperar seus ambientes e espaços públicos, em semelhança com o discurso estruturado ao longo da década de 1980” (Barbosa, 2021, p. 31). Nesse sentido, processos de patrimonialização ao longo da década de 1990 aos dias de hoje, herdaram do GT uma visão de patrimônio que se expandiu para além dos aspectos privilegiados no repertório monumental de Brasília, voltado unicamente à proteção do plano original associado ao Plano Piloto, e incluiu outros olhares e perspectivas de uso do patrimônio afinados às demandas locais.¹⁵¹

Contudo, em que pese sua proposta de efetuar um olhar diferenciado a partir de metodologias inovadoras na identificação e patrimonialização de indicadores de memória que abarcassem as realidades do DF e um modelo de preservação que dialogasse com as transformações urbanas, a prática do GT-Brasília, ainda assim, foi motivada pelo temor de descaracterização da capital (Perpétuo, 2015, p. 133; Silva, 2019, p. 223). Tomando essa motivação como impulsionadora das ações patrimoniais, o reconhecimento de bens históricos e culturais nas cidades-satélites seguiu informado por narrativas que atribuíam valor a esses marcos na medida em que estes se relacionavam com as versões oficiais (Barbosa, 2021, p. 332). Desse modo, conclui-se, em perspectiva com outras leituras, que “se o processo de patrimonialização de Brasília não implicou no congelamento da cidade ao menos ela perenizou, ou antes, reverberou e deu legitimidade, a uma perspectiva historiográfica específica” (Perpétuo, 2015, p. 242).

Ao analisar os modos de narrar a capital evocados no processo de patrimonialização de Brasília em três momentos distintos, sendo o último relativo à década de 1980 e aos trabalhos

¹⁵¹ Entre estes bens estão o tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga (1989); Igreja São José no Paranoá (1990); o Centro Educacional da Vila Metropolitana (1995) e a Igreja São José Operário (1998) no Núcleo Bandeirante; a casa da fazenda Gama (2006); a Caixa d’Água da Ceilândia (2013) e a Escola de Industrial de Taguatinga (2014).

do GT-Brasília,¹⁵² Thiago Perpétuo (2015, p. 75) identificou três perspectivas recorrentes que atravessam essas ações preservacionistas na capital; a dizer, a 1) suposta pré-existência de Brasília, 2) a história da construção narrada enquanto uma epopeia e 3) a importância da cidade como parte do movimento de arquitetura moderna nacional e internacional. O autor aponta que, ao longo de três décadas de debates, cujo objeto de atenção foi o ‘destino’ da capital, a tensão de uma possível descaracterização foi constante e atravessou as distintas interpretações, inclusive àquelas que se pretendiam críticas as narrativas laudatórias. A potência das narrativas institucionalizadas como informadoras dos enquadramentos sociais da memória no processo de formação do patrimônio cultural em Brasília fica patente nesses momentos em que os “discursos e tradições se articulam, são produzidos e reproduzidos, bem como [são] espaços que constroem e legitimam novas narrativas sobre Brasília” (Perpétuo, 2015, p. 76).

Corroborando com esta análise dos discursos preservacionistas, Daniela Barbosa constatou que mesmo o tombamento de bens fora do Plano Piloto “buscaram complementar ou expandir aspectos do patrimônio monumental de Brasília, em especial quanto à idealização do processo de concretização da nova capital” (Barbosa, 2021, p. 332). Nesse raciocínio, mesmo a abordagem de aspectos do processo histórico de formação do território do atual DF foram reinterpretados como elementos de uma ‘pré-Brasília’, a exemplo dos dossiês de tombamento de bens na centenária cidade de Planaltina (1859) que evocavam a valorização do patrimônio local, dando destaque à participação da cidade na implantação de Brasília; e o patrimônio reivindicado por iniciativa popular, a exemplo da Vila Planalto e do HJKO, que alinharam-se a idealização do ‘candango, herói de Brasília’, em uma narrativa epopeica para empreender a valorização dos seus espaços de convivência e memória (Barbosa, 2021, p. 335).

Os exemplos da Vila Planalto e do HJKO – territórios pioneiros que, na década de 1980, eram ocupados para moradia popular e que foram tombados como representativos de uma memória candanga institucionalizada – ainda desvelam outras demandas e negociações inerentes aos trabalhos com a memória e aos esforços preservacionistas. A atribuição de valores patrimoniais, em ambos os casos, foi mobilizada, com diferentes resultados, pelos/as moradores/as para reivindicar a preservação de suas memórias comunitárias, bem como para garantir o direito à fixação e/ou moradia. Por parte das autoridades públicas, esse

¹⁵² Os eventos analisados pelo autor foram o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte (1959); o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília (1974) e o Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino (1986).

reconhecimento institucional de núcleos originalmente pensados como provisórios, também foi redimensionado politicamente na medida em que a flexibilização sobre a preservação de estruturas alheias ao plano urbanístico original, dentro e próximo ao perímetro urbano do Plano Piloto – respectivamente, a Vila Planalto e o HJKO –, significou a possibilidade de remover e controlar a expansão dessas ocupações ao lançar mão do ato jurídico do tombamento como instrumento de controle de novas construções nesses territórios (Barbosa, 2021, p. 331)¹⁵³.

Salientamos estes aspectos a fim de abarcar a multiplicidade de olhares possíveis sobre o patrimônio que não se restringem a um simples reconhecimento de valores inerentes aos bens, mas práticas sociais em torno de construções simbólicas que podem se sobrepor ou divergir às narrativas sedimentadas, mas sempre resultam de complexas negociações de sentidos praticadas por distintos agentes sociais que nos apontam para o papel da memória – patrimonializada e musealizada – como recursos que podem agregar perspectivas emancipadoras e/ou disciplinadoras:

“Reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos. A memória – voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder. São essas articulações e a forma como elas atravessam e utilizam determinadas sobrevivências, representações ou reconstruções do passado no presente que pretendemos estudar, partindo do princípio de que nenhuma forma de relação com o passado é, em si mesma (Santos, 1993: p.83), emancipadora ou coercitiva.” (Chagas, 2002, p. 44)

Com esta constatação retomo o olhar sobre o Museu Histórico de Brasília e a memória musealizada como formas de exercício de poder. Complementares, a musealização do Palácio do Catete e a abertura do MHB, no mesmo ano da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, não são atos desinteressados como as palavras de JK sugerem. Se o futuro Museu da República indicava o fim de uma velha ordem associada ao papel político da capital fluminense, o MHB inaugurava um horizonte de expectativas que a interiorização da capital significava em articulação com os dispositivos de nacionalidade e oferecia, fundamentalmente,

¹⁵³ Essas negociações foram abordadas no caso da Vila Planalto por Daniela Barbosa e Thiago Perpétuo ao enfatizar o papel do GT-Brasília junto aos/as moradores/as para encaminhar a fixação e, posterior, patrimonialização do núcleo, este um aspecto não consensual entre moradores/as. Destaca-se que a Vila Planalto já se encontrava no perímetro de preservação do conjunto urbanístico de Brasília, patrimonializado em 1987 com o reconhecimento da Unesco. Ao longo dos anos a patrimonialização engendrou um processo de gentrificação da vila e expulsão dos/as moradores/as pioneiros/as. O HJKO e as negociações de sentidos sobre a patrimonialização e, posterior, musealização das edificações, será abordado no capítulo seguinte sobre a formação do Museu Vivo da Memória Candanga, a este respeito há referências nas teses de Luciana Ricardo (2017), Gabriele (2012) e Daniela Barbosa (2021).

um roteiro para a posteridade, enfatizado pela ideia de julgamento da história que, a despeito de velar uma pretensa imparcialidade, reconhece o museu como um dos espaços na disputa por projetos de futuro (Britto, 2022, p. 12).

“Pensar o museu como lugar de antecipação do futuro propicia compreendê-lo não apenas como um lugar de memória, conforme o entendimento de Pierre Nora, mas como espaço de produção de conhecimento e de utopia. Orientação que dialoga com as análises de Ingridde Santos quando examinou o papel dos museus e suas relações com as formas de imaginar o futuro, demonstrando como esses espaços de experiência, então determinados pelo passado, passaram a ser instâncias de inauguração do futuro. Ao contextualizar o campo dos museus, no final do século XIX e início do XX, a pesquisadora evidencia que, especialmente os museus históricos e os museus de ciência, tiveram um papel importante para alcançar o futuro a partir do discurso de progresso, atingindo o auge ‘com a realização das exposições universais, que se constituíam como celebrações dos avanços alcançados pela indústria, como apogeu de um processo evolutivo na história’. Nessa linha de interpretação, os museus não expressariam somente imagens de futuro, ou o que se entende como sentimento de futuridade, mas seriam espaços de projeção de utopias” (Britto, 2022, p. 05)

Ao observar sob este prisma, os atos de musealização de JK já não nos parecem contraditórios, mas reverberam essa imaginação museal que antecipa e inaugura um futuro, ao produzir e monumentalizar os repertórios de leituras autorizados sobre esses eventos, ao mesmo tempo em que combatem leituras concorrentes (Britto, 2022, p. 30). Britto (no prelo, p. 3) observa nessa imaginação uma “encruzilhada tempo-espaço” – na acepção da encruzilhada exusíaca como fundamento epistêmico para pensar uma ideia de tempo espiralar que conecta diferentes dimensões e produz os múltiplos – traduzida na montagem dos museus pela evidência que “Brasília e seus idealizadores já assinalavam um lugar na história do Brasil, como antecipadora de um futuro de ‘progresso’”.

Pela estrutura do edifício-monumento e da narrativa inscrita na pedra (Soares, 2018, p. 07), é impossível, sem dano ao patrimônio, incluir, excluir ou reorganizar esses eventos e mensagens no MHB. A linha cronológica que orna a fachada externa elegeu o ano de 1789, ano da Conjuração Mineira, como momento fundante de Brasília – embora nada indique uma continuidade entre a ideia de capital expressa nesse momento com a capital do século XX, como demonstrou Laurent Vidal (2009) – e encerra com a inauguração da cidade em 1960, o que denota a inserção de Brasília nessa narrativa mítica da nação com a instauração de um ‘novo tempo’ iniciado com a nova capital. Essa delimitação temporal acompanhará narrativas futuras sobre a cidade que tendem frequentemente a representá-la em função de sua construção

ou destacar esse processo em detrimento de leituras críticas ou outros aspectos do seu desenvolvimento posterior.

Na face principal do museu, voltada para a Praça dos Três Poderes, a mensagem que acompanha a efígie de JK, creditada como homenagem dos pioneiros ao então presidente, retoma termos caros a essa construção simbólica de Brasília como um ato desbravador, o Planalto Central como sertão associado a ideia de ambiente inóspito e hostil e o processo da construção como uma ‘aventura’ (figura 22). Entre as personalidades citadas nos dezenove textos do museu, todos são homens e, entre eles, o nome que predomina é o de JK. Sobre os/as candangos/as, há uma referência no texto XIII de autoria do presidente que exalta a contribuição dos/as trabalhadores/as, na mesma medida em que apaga suas trajetórias diversas sob o rótulo de ‘heróis anônimos’.



Figura 22 - Museu da Cidade, detalhe da Fachada Leste. Fonte: Eduardo Oliveira Soares, 2017. Retirado de Soares, 2017.

Em relato posterior, admirado com o edifício e muito provavelmente com sua obra, JK expressava: “Nas suas duas faces, estavam gravadas frases minhas e, à entrada, a minha cabeça,

esculpida em granito. [...] Tudo quanto se escrevera a favor ou contra a nova capital já ali estava depositado, aguardando o julgamento frio da história” (Kubitscheck, 2000, p. 388). Ao imaginar a fachada descrita pelo então presidente, não restaria dúvidas ao/à visitante do museu quem se consagrava como artífice da obra e a quais sujeitos este “julgamento frio” intencionava condenar; sendo que em apenas dois trechos há referências a oposição política daqueles/as caracterizados/as como antimudancistas, termo que à época adquiriu a feição do/a ‘antipatriota’, como aquele/a que se opunha ao próprio destino da nação, segundo a narrativa oficial.

Da coleção de mensagens que conformam a narrativa museológica do MHB, apreende-se os eixos estruturantes da estratégia discursiva de legitimação da construção de Brasília sob a batuta de JK, tendo o museu como instrumento de sedimentação dessa narrativa. A preocupação em planejar um museu e inaugurá-lo junto à própria cidade – diga-se de passagem, que nem mesmo estava pronta –, localizado na principal praça cívica de Brasília e cujo acervo, que se propõe a contar a história da cidade – ou da nação? – está gravado no mármore, indica as intenções de monumentalização de uma determinada versão do processo de construção de Brasília e dos usos da memória musealizada na disputa de legados.

Passadas mais de seis décadas desde a inauguração de Brasília, a eficácia dessa construção narrativa e imagética empreendida desde a concepção da capital é evidente na persistência que alguns desses eixos estruturantes adquiriram como fatos incontornáveis. Contudo, processos museológicos críticos têm reelaborado sentidos e narrativas sobre o Distrito Federal, mobilizando estratégias de escuta e participação que nos interessam como campo de aferição dessa produção, negociação e disputa pela cidade que se projeta mediado pela memória musealizada. Esses museus, conformados no contexto de experimentação promovido pelas Novas Museologias e as Museologias Sociais, surgiram como reação aos silêncios da memória institucionalizada e mobilizaram diferentes estratégias e narrativas centradas nos/as trabalhadores/as e seus territórios, identificados nas cidades-satélites. Percebe-se nos casos do Museu Vivo da Memória Candanga, Casa da Memória Viva da Ceilândia e Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá, o museu como espaço de produção de outras elaborações sobre a cidade e a contribuição de gente comum nesse processo, traduzidas em soluções museográficas e museológicas inovadoras.

Nos capítulos seguintes, demonstrarei como essas novas imaginações museais desde o Núcleo Bandeirante, a Ceilândia e o Paranoá, deflagram outras relações com a memória dos

Karolline Pacheco Santos

Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

territórios, buscando suprir leituras superficiais e, mesmo que não rompam completamente com a hegemonia do discurso oficial, estimulam o olhar para outros/as sujeitos dessa história e outros repertórios de memória possíveis.

CAPÍTULO 4

Museu Vivo da Memória Candanga: a musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas

O Museu Vivo da Memória Candanga foi inaugurado em 26 de abril de 1990, trinta anos após a inauguração de Brasília, sendo o primeiro museu público dedicado às/aos trabalhadoras/es da construção civil da capital federal. Localizado entre as cidades do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia, originou-se da musealização do primeiro hospital do Distrito Federal, o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), inaugurado em 1957 para prestar atendimento médico nos primeiros anos da construção de Brasília (figura 23).



Figura 23 - Localização do MVMC/HJKO em relação ao Plano Piloto de Brasília. Fontes: Arquivo Público do Distrito Federal e Barbosa, 2021, p. 188. Imagem: Laíra Donosino.

De acordo com Maria Cristina Bruno (1996, p. 16) em referência à museóloga Waldisa Rússio, a musealização “pressupõe ou implica em preservar e enquanto ação museológica ela aproxima objetos e homens, revitalizando o fato cultural”; foi a partir desta orientação do processo de musealização enquanto ação consciente no campo da memória que determinados agentes públicos e comunitários do Distrito Federal empreenderam a revitalização das ruínas do hospital como referência cultural do “viver operário que escreveu a história popular deste período”.¹⁵⁴ Como museu-ação nos referimos ao processo de experimentação de práticas participativas e de mediação comunitária no esforço de construção coletiva de temas e narrativas patrimoniais representativas das memórias candangas. Concomitante a este processo

¹⁵⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 055.

criativo, a reflexão permanente sobre a prática marcou a primeira década do MVMC como uma práxis museológica comprometida com a crítica a modelos oficiais de história e museus no contexto do DF.

4.1 Acampamento HJKO: entre a insegurança habitacional, a mobilização comunitária e a orientação preservacionista

Entre 1957 e 1960, o HJKO – mantido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) e, por isso, também conhecido como hospital do IAPI – foi o único centro de saúde próximo aos canteiros de obras da capital (figura 24). Apesar de ser um hospital de campanha, projetado em madeira pelo seu caráter provisório, como muitas construções dessa fase pioneira de ocupação do DF, apresentava uma estrutura significativa dadas as circunstâncias daquele momento inicial (Gabriele, 2012, p. 149; Ricardo, 2017, p. 40).¹⁵⁵ Com a construção do hospital e devido as inexistentes condições de moradia à época também foi necessário edificar próximo às suas instalações o acampamento HJKO como habitação provisória para os/as funcionários/as do hospital e familiares. Até 1966 o HJKO proveu o atendimento médico da capital federal junto ao Hospital Distrital – inaugurado em 1960 – quando foi transformado em posto de saúde e passou a atender exclusivamente as populações do Núcleo Bandeirante, do acampamento da Velhacap e do complexo do IAPI até 1973, quando foi completamente desativado (Iphan, 2016b, p. 40; Oliveira, 2007, p. 9).

¹⁵⁵ “Concebido como ‘hospital de campanha’, o HJKO possuía 50 leitos, e fazia atendimentos em clínica médica, clínica cirúrgica, pediatria, obstetrícia, raios-X, laboratório, serviços de enfermagem, pronto-socorro, maternidade e sala de gesso. Além da administração, fazia parte da edificação um setor de apoio como lavanderia, cozinha/refeitório, área de isolamento, instituto médico legal e capela” (Gabriele, 2012, p. 153).

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Figura 24 - Imagens que compõem o dossiê do Iphan de tombamento federal do HJKO. A primeira é uma vista aérea do HJKO, em 1957, que destaca o isolamento das edificações na paisagem, e a segunda, acompanhada da legenda "um dos primeiros brasileiros a nascer no HJKO", reforça a relação do hospital com a história de Brasília. Fonte: Depha, Brasília, dezembro 2004 - Dossiê Iphan.

É preciso ressaltar que o HJKO estava localizado no entroncamento de importantes acampamentos pioneiros destinados a desaparecerem após a inauguração da capital. Alguns destes acampamentos conquistaram com a mobilização dos/as moradores/as o direito a fixação e urbanização dos seus territórios; a exemplo da Cidade Livre, regularizada como Núcleo Bandeirante, em 1961 (Ribeiro, 2008, p. 252), e o acampamento da Velhacap, próximo às primeiras instalações da Novacap e que foi regularizado como Região Administrativa Candangolândia somente em 1989.¹⁵⁶ Entretanto, junto ao próprio território do HJKO e o seu acampamento para funcionários/as também se conformou ao longo do tempo uma série de ocupações irregulares que ficaram conhecidas como ‘invasão do IAPI’ (Oliveira, 2007, p. 98).¹⁵⁷ Esta se tornou na década de 1960 a ‘maior favela do DF’ chegando a abrigar uma população de quase 80 mil pessoas distribuídas por cerca de 12 mil barracos (Brito, 2009, p. 137; Gouvêa, 1995, p. 67).

Situada a menos de 15 km de Brasília, a Vila do IAPI foi constantemente associada a um perigo para a capital federal, no sentido estético e ambiental, e a própria população residente no que diz respeito às condições sanitárias (figura 25). Até meados da década de 1970, discursos assistencialistas se coadunavam com políticas remocionistas envidando esforços para convencer moradores/as de ocupações e a opinião pública de que a mudança para as cidades-satélites era a melhor solução para as populações favelizadas (Oliveira, 2007, p. 101).¹⁵⁸

¹⁵⁶ Lei nº 658 de 27 de janeiro de 1989, criação da Região Administrativa XIX, Candangolândia.

¹⁵⁷ A princípio eram irregulares, pois a vila do IAPI se tornou em meados de 1960 um “núcleo provisório” (Oliveira, 2009, p. 97) para pessoas removidas pela Comissão de Remoção e Controle da Prefeitura do Distrito Federal de outras ocupações próximas ao Plano Piloto. Funcionava como um “estágio onde todas as favelas serão localizadas em caráter precário somente para afastá-las do Plano Piloto” como afirmou o chefe da Comissão em reportagem ao *Correio Braziliense* em 1965. Cabe registrar a prioridade que era dada pelo governo distrital na política de remoção em detrimento das condições de vida das populações favelizadas sendo estas submetidas à precariedade em nome da sanitização da capital federal.

¹⁵⁸ Tony de Oliveira (2009, p. 101) ressaltou “a tentativa governamental em conduzir em Brasília um processo de remoção diferenciado das práticas oficializadas pelo Estado brasileiro, indicando uma tentativa de mudança aos modelos de cidades ‘arcaicos’”; neste sentido, argumenta que o governo encarava os processos de remoções como “estratégia ideal para contribuir de fato, na busca de melhorias para a população sofrida que veio erguer a capital do país, ao mesmo tempo, responder as pressões e anseios imobiliários”. No caso, há uma política verticalizada em que o preceito técnico de modernização do espaço suplantou, e suplanta, territórios desviantes e aspirações populares.

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

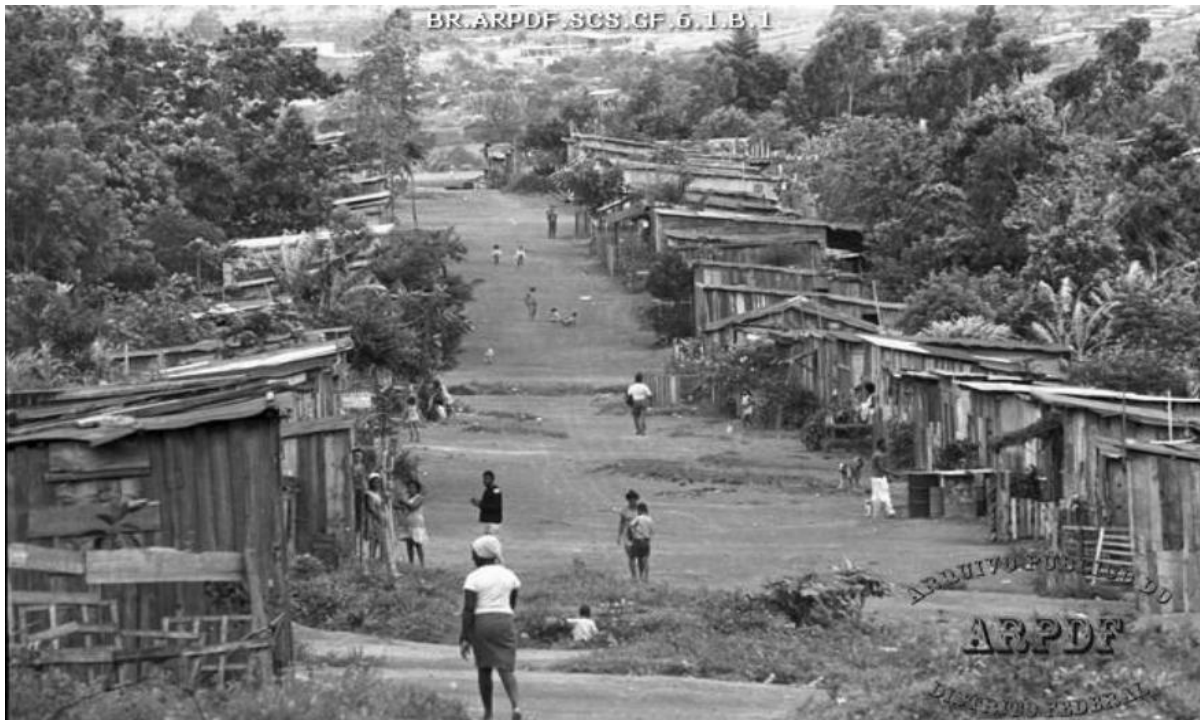


Figura 25 - "Vista da rodovia a Vila do IAPI parece irmã gêmea da Cidade Livre. As mesmas casas de madeira, toscas e coloridas, enfileiradas em ruas que nasceram umas retas outras tortas, e tortas e retas foram se cruzando, se emaranhando no mais caprichoso plano urbanístico traçado pela pobreza". Trecho de artigo publicado no *Correio Braziliense*, em 1961, por solicitação da Associação de Moradores da Vila do IAPI que apelava para que o então prefeito do DF, Paulo de Tarso, atendesse as demandas de melhorias dos/as moradores/as. Na imagem, a Vila do IAPI, em 1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Em consonância com a Política Nacional de Habitação da ditadura cívico-militar (Brito, 2005, p. 101; Gouvêa, 1995, p. 76), a partir da década de 1970 o governo do DF intensificou as remoções com a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI):¹⁵⁹

“Até meados da década de 70, a política de remoção de favelas prosseguiu da mesma forma, sendo que a grande Campanha de Erradicação de Invasões somente de 1970 a 1976 erradicou cerca de 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto, e houve um aumento de 43.985 lotes, nos núcleos satélites novos ou já existentes, restando apenas 3.456 famílias (cerca de 17 mil pessoas) morando em favelas, o que nos dá a dimensão do que esta política significou para toda a população favelada de Brasília.” (Gouvêa, 1995, p. 71).

¹⁵⁹ Com o golpe cívico-militar e empresarial de 1964, a ditadura instaurou um processo de modernização urbana que combinou a construção de casas populares com a valorização do capital privado; nesse contexto, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em Brasília, houve uma rigorosa vigilância territorial pela Comissão de Controle e Remoção de Invasões, criada em 1965 (Brito, 2009, p.129); esse período autoritário foi marcado pela erradicação de favelas, construção de grandes conjuntos habitacionais e, no DF, de duas novas cidades-satélites, priorizando a financeirização do espaço urbano em detrimento de políticas sociais de habitação que respondessem ao intenso processo de migração interna (Gouvêa, 1995, p. 41-47).

A CEI deu origem a maior cidade-satélite do Distrito Federal, oficializada como Região Administrativa IX Ceilândia em 1971. No tópico 4.2 deste capítulo nos deteremos com mais atenção ao território ceilandense, entretanto, cabe registrar que longe de surgir como solução para o crescente déficit habitacional do DF a mudança para a nova cidade foi marcada pela piora na qualidade de vida dos/as moradores/as decorrente do desagregamento comunitário, do isolamento espacial e da falta de infraestrutura urbana, como acesso a água, transportes e equipamentos públicos (Luiz, 2007, p. 68; Oliveira, 2007, p. 106).

Desse grande processo remocionista (1971-1976) restaram no território do HJKO, ou hospital do IAPI, aqueles/as residentes do antigo acampamento de funcionários/as que se ampliou com o decorrer dos anos¹⁶⁰ (figuras 26 e 27). Como muitas categorias de funcionários públicos à época, estes/as aguardavam, desde a inauguração de Brasília, a transferência para habitações definitivas – o que só ocorreu em 1984 – vivendo nos barracos de madeira do antigo acampamento. Luciana Jaccound (2010, p. 169) aponta que desde a inauguração de Brasília a questão da moradia foi geradora das lutas sociais na nova capital e assim como o operariado, categorias de funcionários/as públicos/as “começavam a lutar por acesso à moradia perante o governo federal, que assumira compromissos nesse sentido com seus servidores” (*Ibid.*, p. 170).

¹⁶⁰ Em notícias do jornal *Correio Braziliense* de agosto de 1979 – *IAPI saudoso: comerciantes lamentam transferência de invasões, tudo vazio* – registra-se que viviam no acampamento HJKO cerca de 1.500 habitantes distribuídos em 100 barracos no terreno. Acedido em 08/08/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense>.

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Figura 26 - Moradora do acampamento HJKO em frente à sua casa. Fotografia que compõe o conjunto de documentos remetidos à Diretoria de Tombamento e Conservação do Sphan/Pró-Memória no parecer do pedido de tombamento federal do HJKO, em 1984. Fonte: Iphan nº 1099-T-83/Volume I.



Figura 27 - Crianças do acampamento HJKO em frente ao edifício do antigo hospital. Fotografia que compõe o conjunto de documentos remetidos à Diretoria de Tombamento e Conservação do Sphan/Pró-Memória no parecer do pedido de tombamento deferal do HJKO, em 1984. Fonte: Iphan nº 1099-T-83/Volume I.

É a partir desta pauta que os/as moradores/as do HJKO voltaram ao noticiário local, em 1979, para reivindicar mais atenção das autoridades em relação ao acampamento e cobrar soluções para o impasse em relação a situação habitacional junto ao Ministério da Previdência Social. Enfrentando constantes constrangimentos da vigilância privada do terreno pertencente ao instituto previdenciário¹⁶¹ e desconfiada de boatos a respeito da demolição do antigo hospital e possível remoção dos/as moradores/as, a população se empenhou em chamar atenção da opinião pública em relação as dificuldades do local e situação habitacional embasada nos seus direitos como pioneiros/as de Brasília (Barbosa & Derntl, 2019, p. 14; Barbosa, 2021, p. 252).

Muitos/as destes/as moradores/as viviam no acampamento HJKO há décadas, como Sebastiana Silva de Lima que ali residiu por vinte anos com seu marido, funcionário do instituto, e onde criou os seus cinco filhos. Na luta pelo direito à moradia, assim como outros/as moradores/as, Sebastiana engajou-se na organização comunitária sendo responsável por uma das primeiras articulações na garantia do direito a permanecer no território do hospital – um abaixo-assinado entregue ao ministro da Previdência Social, Jarbas Soares, em 1979 – e, posteriormente, na luta pela preservação das suas edificações. No jornal *Correio Braziliense* de setembro de 1980, sob o título *Pioneiros temem a remoção*, nos informamos que:

“O marido de Sebastiana Lima é funcionário do Inamps, tendo sido antes do IAPAS e com mais de 20 anos de Brasília até hoje não tem uma casa. Ela está inscrita na SHIS, mas confessa que de maneira alguma que ir para os setores P, O ou para Ceilândia, pois seu marido não é invasor e sim um servidor público com todos os direitos adquiridos, só que esses direitos não aparecem. [...] Primeiramente, acrescenta, as autoridades deveriam colocar em seus planos um melhor atendimento aos seus funcionários dando-lhes melhores condições de vida, principalmente para aqueles pioneiros que tudo deram de si, pela criação e crescimento da nova capital.”¹⁶²

É preciso destacar que a questão preservacionista não foi preocupação de primeira hora da comunidade do acampamento HJKO; aceitava-se a ideia inicialmente de construir um novo hospital, inclusive necessário para a região, desde que garantida a transferência das famílias para um conjunto habitacional ou um convênio especial com a Sociedade de Habitação de

¹⁶¹ No final da década de 1950, a Novacap cedeu um terreno para a construção de um hospital, inicialmente administrado em convênio com o Hospital Rassi de Goiânia; com o fim do convênio, o hospital ficou subordinado ao IAPI. Em 1966, a fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), levando à desativação do hospital; em 1977, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) tornou-se proprietário do terreno. Durante esse período, seguranças privados impediam os moradores de entrarem com materiais de construção para reparos nos barracos, realizando visitas e revistas constrangedoras.

¹⁶² *Correio Braziliense* de 13 de setembro de 1980 – *Pioneiros temem a remoção*. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Interesse Social (SHIS).¹⁶³ A insegurança habitacional motivou a ação organizativa. A orientação preservacionista em relação às edificações do hospital se conformou já em 1980 em consonância com outras iniciativas locais de recuperação dos chamados remanescentes de acampamentos pioneiros (Iphan, 2016b, p. 21), muitos deles ocupados por décadas por ex-funcionários/as e novos/as moradores/as, como o HJKO, e que passaram a ser considerados pelo governo como ‘favelas’ e áreas de ‘invasão’, logo, suscetíveis as campanhas remocionistas e ameaçados de desaparecimento (Barbosa, 2021, p. 261). Neste período, acampamentos tradicionais das construtoras que operaram em Brasília na década de 1950, como a Vila Planalto e a Vila Metropolitana, estavam diariamente no noticiário que denunciava as péssimas condições de moradia nos locais e a possível remoção das famílias.

4.2 Os acampamentos pioneiros como referências culturais na preservação das memórias candangas

No contexto em questão as iniciativas preservacionistas associadas às demandas locais por moradia podem ser compreendidas como sintomas de uma transformação mais ampla que tocava o campo das políticas culturais no país (Ridenti, 2007, p. 152). Em meados da década de 1970, em especial a partir de 1974, o Brasil iniciou o lento processo de reabertura política após dez anos do sequestro das instituições republicanas pelos militares, momento marcado por intensos protestos políticos que encurralaram a ditadura e encaminharam o país para a redemocratização em 1985 (Silva, 2007, p. 256).¹⁶⁴ Houve um distendimento do autoritarismo durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) decorrente do desgaste da ditadura cívico-militar passados os anos de crescimento econômico combinados com a alta

¹⁶³ A Comissão de Controle e Remoção de Invasões no DF foi financiada e orientada pela política habitacional do BNH na qual a SHIS converteu-se no agente do SFH com maior produção em Brasília devido a demanda gerada com a remoção de moradores/as de assentamentos populares (Brito, 2009, p. 133).

¹⁶⁴ A eleição indireta de 1974, que conduziu Ernesto Geisel ao Executivo nacional, foi o primeiro pleito após o golpe militar que permitiu propaganda eleitoral, resultando na vitória do Movimento Democrático Brasileiro no Congresso. O governo Geisel, apesar de seu vacilante compromisso com a reabertura política, enfrentou forte oposição de círculos militares antidemocráticos, refletida no aumento de torturas, desaparecimentos e assassinatos. Nesse período, surgiram esquadrões da morte e milícias ligadas a agentes policiais em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. A reação popular incluiu manifestações contra a ditadura, como as provocadas pelos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e do metalúrgico Manuel Fiel Filho em 1976. Em 1979, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista marcou o auge das reivindicações trabalhistas, reorganizando o movimento sindical brasileiro e pressionando pela reabertura democrática (Silva, 2007, p. 247).

concentração de renda e a brutal repressão e censura política que caracterizou o período Médici (1969-1974).

A perspectiva de reabertura política estava posta com um relativo interesse de diálogo por parte do governo militar com outros setores sociais, em especial, aqueles intelectuais e artísticos engajados em pensar a nacionalidade no contexto da modernização (Ridenti, 2007, 153). Isso explica o fato de artistas e intelectuais ligados/as aos campos progressista e da esquerda política ocuparem postos na administração federal a partir deste período, como foi o caso de Aloísio Magalhães a frente da Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), entre 1979 e 1980, e na Secretária de Cultura do Ministério da Educação e Cultura entre 1981 e 1982 (Dutra, 2017, p. 112; Gonçalves, 1996, p. 51).

O artista plástico e designer gráfico pernambucano foi responsável por transformar a política preservacionista brasileira herdada da estrutura institucional do Iphan sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Gonçalves, 1996, p. 51). A chamada fase moderna da política de preservação no Brasil, sob a gestão de Magalhães, correspondeu ao alargamento das perspectivas patrimoniais do Estado que incluíram para além da arte e arquitetura colonial, a compreensão da diversidade de práticas que existem no contexto da vida cotidiana das populações como referências culturais passíveis de preservação (Fonseca, 2006, p. 84). É neste contexto de reformulação dos modos de ver e gerir o patrimônio cultural brasileiro que distintos olhares se voltaram para a preservação das memórias dos/as trabalhadores/as candangos/as em Brasília, em especial, para os remanescentes materiais representados pelos acampamentos pioneiros que resistiram ao tempo como moradia popular (Silva, 2019, p. 125).

A fim de contextualizar a mudança do enfoque preservacionista no âmbito da política federal que oportunizou a inclusão do legado cultural de setores da sociedade subalternizados ou excluídos do quadro de representações oficiais discorreremos brevemente sobre as características que marcaram estes períodos da preservação cultural no Brasil. Antes, porém, é fundamental destacar que a despeito de caracterizarem momentos distintos das políticas de preservação no país, Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães compartilhavam uma perspectiva desenvolvimentista nas formas em que elaboraram os objetivos e estratégias de preservação de bens culturais; ambos assentaram suas narrativas preservacionistas em uma retórica da perda frente ao desenvolvimento urbano e industrial que alterou profundamente as bases sociais do país ao longo do século XX e anteviam na preservação um modo de assegurar

“através do seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais ‘autêntica’, a identidade cultural da nação” (Gonçalves, 1996, p. 37).

Ressalto estes pontos para destacar a permanência dos dispositivos de nacionalidade na elaboração das políticas culturais brasileiras ao longo do século XX, mesmo naquelas que apontaram para a inclusão de grupos oprimidos pelos processos de homogeneização cultural. A identificação de elementos ‘autênticos’ que atestassem a ‘brasilidade’ como parte da moderna civilização ocidental atravessou os dois períodos oficiais da cultura no país, embora apontassem para espaços de experiências e horizontes de expectativas distintos na abordagem pessoal que cada agente imprimiu à trajetória das instituições de preservação no país.

A fase pioneira de Andrade (1937-1969), identificada na memória institucional como ‘fase heroica’, se caracterizou, em consonância com os ideários modernistas da primeira metade do século, pelo propósito de “civilizar o Brasil preservando a tradição” identificada com o passado colonial pela combinação cultural positiva das três raças e suas “obras de civilização” (Gonçalves, 1996, p. 39). No quadro de institucionalização do patrimônio nacional deu-se preferência à arquitetura e cultura material europeia em perspectiva universalista na qual a valorização de elementos das culturas indígenas e africanas reforçava o regime de temporalidade moderno na medida em que figuravam como vestígios de modos de vida superados e em desaparecimento, mas partes fundantes do que deveria ‘vir a ser’ a identidade nacional brasileira. A consolidação em ‘pedra e cal’ do patrimônio histórico e artístico nacional deste período se estendeu sem profundas alterações até a gestão seguinte de Renato Soeiro (1969-1979).

No final da década de 1970, Aloísio Magalhães assumiu a gestão do Iphan;¹⁶⁵ entretanto, já estava envolvido nas questões preservacionistas nacionais quando, em 1975, foi um dos responsáveis pela criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), um grupo interministerial cujo trabalho interdisciplinar e de natureza experimental objetivou o levantamento, mapeamento e registro de informações em um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira (Dutra, 2017, p. 32). A respeito da ideia de

¹⁶⁵ Em 1979, sob a gestão de Aloísio Magalhães, ocorreu a fusão do Iphan com programas preservacionistas federais, como o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referências Culturais, renomeando-se para Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). No mesmo ano, foi criada a Fundação Pró-Memória, que operava como braço das políticas de patrimônio, integrada à estrutura do Sphan/Pró-Memória sob o Ministério da Educação e Cultura. O Sphan/Pró-Memória foi extinto em 1990, quando foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que em 1994 retornou ao nome Iphan, permanecendo até hoje (Silva, 2019, p. 31).

‘referência cultural’ que entrou no vocabulário preservacionista, Maria Cecília Londres Fonseca aponta que:

“A noção de ‘referência cultural’, entre outras, foi incorporada por esses agentes [agentes públicos vinculados as áreas do *design*, indústria e informática] a seu discurso, como um dos emblemas de sua proposta. Pouco explorada enquanto conceito, tornou-se, porém, a marca de uma postura inovadora em relação à noção de ‘patrimônio histórico e artístico’, na medida em que, naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado.” (Fonseca, 2006, p. 84).

Ao assumir oficialmente a gestão das políticas de preservação em 1979, Aloísio reconhecia o papel pioneiro de seus antecessores, porém, apontava para a inadequação do modelo tradicional de preservação, inclusive o instrumento jurídico do tombamento, aos desafios do país naquele momento como uma nação “modernizada, industrializada e altamente complexa” (Gonçalves, 1996, p. 74); para ele, uma instituição estruturada em torno de um conceito de bem cultural que “continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnado de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea [...] quase sempre de apreciação elitista” (Magalhães *apud* Gonçalves, 1996, p. 76) não abarcava a complexidade e diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

Ao acionar os dispositivos de nacionalidade em diálogo com valores democráticos, participativos e de pluralismo cultural que voltavam a vida pública brasileira,¹⁶⁶ os bens culturais produzidos pelo ‘povo’ – na associação da ideia de ‘cultura popular’ como ‘cultura brasileira’ – aferiam autenticidade a esse ‘caráter’ nacional antevisto nas práticas da vida cotidiana de diversos segmentos da sociedade brasileira na perspectiva preservacionista de Magalhães.¹⁶⁷ Entres estas práticas culturais passíveis de patrimonialização estavam festas,

¹⁶⁶ As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela reorganização política dos movimentos sociais urbanos e do campo em protestos e manifestações públicas no contexto de reabertura política da ditadura militar (Gohn, 2011, p. 342); as pautas democráticas reivindicando maior inclusão, representatividade e participação popular permeavam o debate público brasileiro. Para citar alguns exemplos relevantes foi neste período que surgiram o Movimento Negro Unificado (1978); o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual (1978); Movimento de Defesa do Favelado (1978); a rede de apoio feminista SOS Mulher (1979); o Partido dos Trabalhadores (1980); a Central Única dos Trabalhadores (1983); e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984).

¹⁶⁷ Essa visão da cultura popular tem suas raízes nas experiências de educação popular desenvolvidas em meados da década de 1950, especialmente em Pernambuco durante a gestão de Miguel Arraes, na qual Aloísio Magalhães desempenhou um papel ativo ao lado de figuras como Paulo Freire, Francisco Brennand e Ariano Suassuna (Souza, 2014, p. 26). O Movimento de Cultura Popular (1959-1964) reuniu intelectuais de diferentes correntes políticas e ideológicas, que defendiam ideias revolucionárias sobre o papel da cultura e da educação no desenvolvimento social da região. Apoiados na educação popular como um meio de conscientização política,

celebrações, rituais, modos de produção artesanais, práticas que carregariam na trajetória histórica de seu desenvolvimento aspectos do ‘caráter’ nacional e serviriam como indicadores na orientação de um desenvolvimento econômico e cultural autônomo. Neste período, acrescenta-se para além das demandas democráticas um posicionamento político do intelectual pernambucano contra o que ele encarava como um ‘achatamento do mundo’ ocasionado pelo inevitável desenvolvimento industrial e tecnológico, mas também por uma “certa modalidade de política cultural que enfatiza a ‘herança cultural europeia’ no Brasil, em contraste com uma ‘autêntica’ cultura brasileira” (Gonçalves, 1996, p.101).

É nesta reorganização do sentido patrimonial – da nostalgia do passado como tradição advinda do primeiro período institucional do Iphan para um passado/presente como diversidade e fonte de inovação – que sobressaiu a ideia de ‘cultura viva’; inserida na dinâmica da vida são práticas sociais em transformação cujos valores atribuídos no contexto histórico e cultural de sua produção seriam referenciais da originalidade da produção cultural nacional e fator de competitividade do produto brasileiro (Dutra, 2017, p. 42).¹⁶⁸ A partir dessa visão os bens culturais não resultariam do reconhecimento unilateral do Estado de um valor intrínseco às coisas, mas a apreensão da dinâmica relacional na atribuição de valores às coisas; apreender este processo de valoração que é constituído no fluxo da vida das populações que estão envolvidas com sua dinâmica de produção, circulação e consumo, e que são para além de depositárias de um saber-fazer, detentoras do destino de sua própria cultura. Neste sentido, o trabalho com as referências culturais não se resumiria apenas ao registro e armazenamento de informações, mas a compreender o sistema vivo de sentidos no qual “os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também intérpretes de seu patrimônio” (Fonseca, 2006, p. 87).

desenvolveram projetos culturais de alfabetização para democratizar o conhecimento, baseados no contato e diálogo com as realidades locais e cotidianas das populações. O alcance institucional dessas iniciativas de democratização da educação e cultura foi visto como uma ameaça pelos setores conservadores da sociedade e foi alvo de repressão pelo governo autoritário de 1964. Assim, as ideias sobre cultura popular, enraizadas nessas experiências dos anos 1950, continuaram a influenciar projetos como o CNRC, o Pró-Memória e o MVMC.

¹⁶⁸ A valorização da capacidade inventiva do povo em direção ao desenvolvimento econômico autônomo é central na perspectiva de preservação cultural de Aloísio Magalhães, que enxerga os fenômenos sociais criativos e econômicos de forma integrada. A criação do CNRC está ligada a uma conversa informal entre Magalhães, o então ministro da Indústria e Comércio, Severino Gomes, e o secretário de Educação do DF, Wladimir Murtinho, na qual se questionou a fragilidade do produto brasileiro; Magalhães argumentou sobre as consequências de ignorar o produto cultural brasileiro devido à falta de um sistema estruturado para organizar essas informações (Dutra, 2017, p. 33; Fonseca, 2006, p. 89).

O reflexo dessa mudança de posicionamento em relação à dinâmica cultural foi a instauração do diálogo entre agentes e comunidades como premissa de trabalho e a “necessidade de se criarem espaços públicos, não apenas para usufruto da comunidade, como para as próprias tomadas de decisão” (Fonseca, 2006, p. 88); profissionais do campo preservacionista foram impelidos/as a desenvolver práticas participativas que transformaram significativamente o repertório patrimonial oficial. Diante do ‘achatamento do mundo’ – “Há um cansaço no mundo inteiro pela monotonia das coisas iguais, dos comportamentos, dos objetos”¹⁶⁹ – Magalhães voltava-se para universos de significações específicos mobilizadores de práticas e discursos que compõem, na dinamicidade do processo histórico, a diversidade cultural, essa sim um bem a ser preservado/dinamizado diante da uniformização dos hábitos, costumes e tecnologias no ‘inevitável’ processo de desenvolvimento econômico.

A respeito dessa valorização da diversidade cultural, Thiago Perpétuo (2015, p. 156) apontou para o impacto da construção de Brasília no pensamento de Aloísio Magalhães.¹⁷⁰ Sua compreensão da cidade abarcava aspectos das representações históricas sobre Brasília constituídas com base nos dispositivos de nacionalidade dos quais a capital encarnava concretamente a ideia de uma ‘nação em formação’:

“[...] uma cidade nova, com uma cultura própria, mas, ainda em formação, mas com o potencial de ser formada na propalada convergência de culturas as mais diversas no contexto nacional. Culturas ‘autênticas’ que teriam ido a Brasília para formar a nova sociedade candanga. Em outros centros, o mergulho se daria no contexto de cada cidade centenária que, a despeito de sua óbvia diversidade interna, estaria inserida numa formação já consolidada não no, supostamente existente, conjunto da nacionalidade, aspecto para o qual Brasília restaria vocacionada.” (Perpétuo, 2015, p. 155).

Desta feita, os anseios de acessar uma ‘autêntica’ cultura brasileira preconizada nas reflexões de Magalhães e outros/as intelectuais afeitos/as a pensar a identidade nacional foram ao encontro da experiência de Brasília como espaço-tempo de modernização, desenvolvimento e inventividade. Perpétuo avalia ainda a hipótese do modo como as estruturas institucionais estão ligadas às cidades e, neste caso, pontua a relevância da aproximação de Aloísio

¹⁶⁹ *Correio Braziliense* de 09 de outubro de 1976 – Aloísio Magalhães: *Pensando Brasil*. Acedido em 23/08/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁷⁰ Na década de 1950, Aloísio Magalhães colaborou com Eugene Feldman, artista experimental estadunidense, na produção do livro *Doorway to Brasília*, que registrou imagens da capital federal em construção. Nas décadas de 1960 e 1970, Magalhães desempenhou um papel importante na implementação da identidade visual em várias instituições no Brasil, incluindo Brasília, onde criou logomarcas importantes, como o brasão da cidade e a identidade visual da Universidade de Brasília, local que, em 1975, foi fundado o CNRC, principal iniciativa preservacionista que influenciou a moderna política patrimonial. (Dutra, 2017, p. 33).

Magalhães às iniciativas de criação de uma infraestrutura cultural para Brasília que vinham sendo expressas pelo então secretário de Cultura e Educação do Distrito Federal e seu parceiro na criação do CNRC junto a Severo Gomes, o então embaixador Wladimir Murtinho (*Ibid.*, p. 154).

A gestão cultural de Murtinho no Distrito Federal (1974-1978) foi marcada pelo desejo de consolidar a estrutura cultural da cidade provendo locais apropriados ao desenvolvimento de atividades culturais que atendessem à vocação de Brasília como capital da República.¹⁷¹ Essa vocação política, salientada por aqueles/as que pensavam o setor cultural a partir do governo federal, atribuía a Brasília o papel de produzir a desejada síntese cultural e destinada a ser a capital da cultura nacional. Ao ser indagado em uma entrevista, em 1976, se o CNRC se ocuparia da vida cultural da cidade, Magalhães argumentava que: “Em última análise, também, porque na realidade se você puder deter aqui um referencial rico do que é brasileiro, você está alimentando a cidade de uma visão para a qual ela é vocacionalmente validada”.¹⁷² Neste sentido, as iniciativas de pensar as políticas culturais locais estiveram atreladas ao desejo de forjar um sentido de capitalidade para Brasília como referencial simbólico da sociedade brasileira; se o Rio de Janeiro construiu a sua capitalidade ao longo do século XIX associada ao ideal de civilização (Gomes, 2008, p. 71), voltada para o modelo europeu, Brasília projetava a sua no século XX sob o signo da modernização e da interiorização.

Dado o contexto de reabertura política ao final da década de 1970 e a necessidade de dar ares democráticos à ditadura que se enfraquecia diante da reorganização popular, bem como a inserção de agentes progressistas nos quadros institucionais do governo militar, a identificação do ‘genuinamente’ nacional se fez em um esforço modernizador na área cultural (Ridenti, 2007, p. 155); assim, Brasília e o conjunto da sociedade candanga performavam o binômio cultura e desenvolvimento que embasou as propostas do CNRC a partir de 1975 (Fonseca, 2006, p. 89).

¹⁷¹ Em notícia do *Correio Braziliense* de 18 de setembro de 1974 – *GT estuda infraestrutura cultural no DF* – informava-se que, a pedido de Wladimir Murtinho, o então governador Elmo Serejo criava um Grupo de Trabalho para desenvolver estudos para a utilização e implantação de uma infraestrutura cultural no Distrito Federal, tais como o Teatro Nacional, Espaço Cultural e a criação de um Instituto de Altos Estudos Brasileiros, Centro Nacional de Documentação e Bibliotecas Públicas. Ao grupo também caberia a definição de uma política cultural “abrangendo os diversos aspectos e manifestações da cultura nacional, com o objetivo de criar e dar a devida medida a nossos próprios valores”. Os/as membros/as eram funcionários/as do Iphan, do Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Viação e Obras e da UnB. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁷² *Correio Braziliense* do dia 03 de outubro de 1976 – *Aluísio (sic) Magalhães: Pensando Brasil*. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Retomando a discussão a respeito do interesse institucional pela memória dos/as trabalhadores/as candangos/as no âmbito desta inovação patrimonial, Daniela Barbosa (2021, p. 98) destaca algumas iniciativas que marcaram essa aproximação com a história do Distrito Federal do ponto de vista ‘popular’ ou ‘candango’.

No âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do DF, em 1975, também foi criada a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico¹⁷³ que, a partir de 1978, foi dirigida pelo arquivista Walter Mello; foi na sua gestão (1978-1986) que a Divisão teve maior desenvolvimento de suas atribuições – inclusive em relação as articulações entre o órgão local e o federal recém estabelecido no DF e à época dirigido pela arquiteta Belmira Finageiv (Perpétuo, 2015, p. 148) – sendo responsável pela elaboração do projeto *Raízes Históricas do Distrito Federal* (Barbosa, 2021, p. 100). Este projeto visava traçar diretrizes de preservação do patrimônio cultural de Brasília, voltando-se ao estudo e pesquisa dos valores históricos e artísticos ligados à consolidação da capital e articulados com o desenvolvimento turístico da região. Devido as poucas referências ao projeto na bibliografia sobre o tema, foi nas reportagens veiculadas em periódicos jornalísticos que a informação sobre o interesse do setor, já em 1978, na recuperação e requalificação do centro histórico de Planaltina, bem como o olhar preservacionista à uma “realidade cultural e sociogeográfica” atrelada ao bioma Cerrado, revitalizado pelo potencial turístico como um complemento, ou contraponto, ideal ao “festival de concreto, futuristicamente, implantado como urbe”¹⁷⁴, aparece. Pela primeira vez, o território além do Plano Piloto era incluído na tessitura da realidade cultural de Brasília, tornando-se parte integrante desta.

Outra iniciativa que define essa aproximação institucional à temática candanga ocorreu por iniciativa do próprio CNRC, em 1979 incorporado à Fundação Pró-Memória, com o projeto *Estudo da Construção de Brasília* (Barbosa, 2021, p. 99; Perpétuo, 2015, p. 161). Este projeto resultou no levantamento, seleção e documentação de fontes relativas à construção da capital, levando em consideração o “modo específico de vida dos candangos da Cidade Livre, atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, e dos canteiros de obra, propondo-os como

¹⁷³ A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal foi criada em 1975 no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura, subordinada ao Departamento de Cultura, pelo decreto nº 2893/75 sendo o primeiro diretor da Divisão, Sérgio Neto. Entre as competências dessa divisão, estava: “III. Tombar documentos, edifícios e acervos de valor histórico e artístico do Distrito Federal; IV. Conservar monumentos e obras de arte de valor histórico e artístico do Distrito Federal” (Barbosa, 2021, p. 98).

¹⁷⁴ *Correio Braziliense* do dia 13 de agosto de 1978 – *Onças vermelhas na fauna de Brasília*. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

primeiros elementos socioculturais marcantes da identidade local” (Perpétuo, 2015, p. 161). O relatório final deste projeto abarcava não só a excepcionalidade do urbanismo e da arquitetura moderna edificada na capital, mas sobretudo o que parecia configurar um modo de vida singular candango ensejado pelo processo de interiorização nacional.

Entre os produtos do projeto é relevante destacar a produção do filme ‘Brasília segundo Feldman’ (1979) de Vladimir Carvalho no qual, segundo as palavras do cineasta, as imagens feitas pelo artista gráfico estadunidense Eugene Feldman na sua viagem a Brasília, em 1959, “com sua câmera de amador, fixou de forma até agora inédita a figura do candango”. Esse ineditismo estava expresso na produção do curta sobre a construção de Brasília centrado na experiência dos/as trabalhadores/as nos primeiros anos da obra considerando as condições de trabalho, as dificuldades de moradia, os acidentes e o modelo autoritário de controle dos trabalhadores, bem como as expectativas como operários da capital e o ressentimento com a dura trajetória.¹⁷⁵ Estes temas foram estruturantes das memórias candangas, em especial, a partir da década de 1980 com a construção de um discurso patrimonial para o Distrito Federal.

A efeméride de 20 anos de construção de Brasília em 1980, como não poderia deixar de ser, foi marcada pelo intenso debate a respeito dos rumos da jovem capital. É perceptível nas notícias da época a crescente preocupação com a preservação da memória da cidade e a convergência de argumentos que agregam à celebração da capital modernista, o elogio a diversidade de sua gente e o contraste dos problemas sociais urbanos.

Em uma das reportagens da série *E a memória candanga?* publicada pelo *Correio Braziliense* em 1980, intitulada *Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo* (figura 28), o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico, Walter Mello, informava sobre o interesse em preservar edificações em madeira como a escola Julia Kubitscheck, primeira escola de Brasília localizada na Candangolândia, e os núcleos pioneiros, entre eles a Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Candangolândia, Cachoeira da Saia Velha, Vila Metropolitana e Vila Planalto; seguida da possibilidade de “serem tombados alguns barracos de dois andares do Núcleo Bandeirante e transformados em museu”.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Alguns destes temas são abordados em produções cinematográficas anteriores como, por exemplo, ‘Brasília: contradições de uma cidade nova’ (1967), dirigido por Joaquim Pedro de Andrade; no entanto, o polêmico tema da chacina de trabalhadores da construtora Pacheco Fernandes, em 1959, evento relevante para as memórias candangas, aparecem pela primeira vez no filme de Vladimir Carvalho de 1979 e, posteriormente, em ‘Conterrâneos Velhos de Guerra’, em 1990.

¹⁷⁶ *Correio Braziliense* de 16 de março de 1980 assinada por Carlos Araújo. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Este olhar voltava-se para as edificações provisórias em madeira do início da construção da capital e revelava outra dimensão a ser reputada pelas iniciativas preservacionistas, o fato de que muitos desses acampamentos estavam localizados em áreas valorizadas pela proximidade com a capital e ainda eram ocupados por trabalhadores/as e migrantes que continuavam a chegar em grande quantidade a Brasília na década de 1980. À época da reportagem, vinte pessoas – que estampavam a notícia – ocupavam a escola como moradia e não teriam para onde ir em caso de remoção. Walter Mello salientava ainda, em consonância com novas abordagens sobre o patrimônio, a necessidade de participação da população – o que tornava a demanda habitacional um tema incontornável aos/às agentes preservacionistas no DF – e da educação para o patrimônio, bem como a necessidade de uma legislação específica para viabilizar medidas efetivas de preservação em uma atuação conjunta com órgãos federais.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Pela natureza singular do território federal os processos de patrimonialização local, a princípio, estiveram vinculados as interpretações da Lei nº 3.751 de 1960 que legislava sobre a organização administrativa do Distrito Federal, conhecida como Lei San Tiago Dantas, na qual somente por autorização em lei federal poderia ser executada qualquer alteração no plano piloto de urbanização de Brasília. No entanto, esta lei não legislava sobre os instrumentos de preservação e seus efeitos, como o tombamento que, a partir da década de 1980, foram realizados em caráter provisório e por decretos do governo do DF. A Lei San Tiago Dantas serviu para embasar, posteriormente, o Decreto nº 10.829/87 de proteção ao conjunto urbanístico de Brasília, após o seu reconhecimento como patrimônio da humanidade pela Unesco. Fatores como a falta de representação política – somente em 1990 os/as habitantes do DF puderam votar para o Executivo e Legislativo local – e a indefinição identitária da recente capital influenciaram nas ações preservacionistas no contexto do DF.



Figura 28 - Escola Julia Kubitscheck, a primeira escola do DF, projetada por Oscar Niemeyer e localizada na Candangolândia, em fotografia de 1980; segundo a reportagem citada: “Duas famílias, num total de vinte pessoas e mais três rapazes solteiros, moram na parte térrea da escola. Um barraco ao lado, utilizado no início da criação de Brasília como depósito da escola, também foi ocupado por três famílias que igualmente afirmam não ter onde morar, caso sejam forçados a sair”. Fonte: Montavane Fernandes/Correio Braziliense. Acedido em 07/05/2025.

Para além das estruturas institucionais da cultura, outros movimentos locais pautavam o debate público em torno das memórias candangas objetivadas na defesa da preservação dos núcleos pioneiros da construção, inclusive por meio do instrumento jurídico do tombamento. Outra reportagem da série, *Brasília ano XX. É hora de tomar núcleos pioneiros*, apresentava o debate promovido pelo CUCA – Movimento Candango pela Dinamização da Cultura –¹⁷⁸ com a participação do jornalista Eduardo Almeida, um dos criadores do jornal local *Cidade Livre*, e o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, àquela época desenvolvendo sua pesquisa de mestrado sobre trabalhadores na construção de Brasília. Ambos demonstravam preocupação com a falta de compromisso de autoridades públicas com a memória da capital, fato apontado

¹⁷⁸ Coletivo cultural da cidade cujas atividades tiveram início ao final da década de 1970 e objetivavam a ampla participação de interessados/as na dinamização da cultura na capital promovendo encontros, debates e fortalecendo iniciativas culturais locais.

por Almeida como decorrente da falta de representação política do Distrito Federal, logo, da falta de identificação de governantes com a cidade; apontavam também como estímulo ao projeto preservacionista o aproveitamento turístico dos espaços citando experiências diversas como a recuperação de prédios antigos em cidades norte-americanas ou a conversão para centros culturais e venda de artesanato como feito em cidades como Recife e Fortaleza no Brasil.

Ressalto as contribuições apontadas pelos entrevistados pois estas explicitam no debate público a transformação na atribuição de valores patrimoniais que inserem os acampamentos pioneiros, como a Vila Planalto, enquanto memórias de resistência – “este é o último território de resistência da população de baixa renda no Plano Piloto” – e de luta dos/as trabalhadores/as – “estes são os últimos vestígios da luta dos trabalhadores na construção de Brasília” –,¹⁷⁹ agregando ao debate da memória histórica da construção da capital em seu vigésimo aniversário, a memória social do conflito presentificado na manutenção física destes acampamentos que seguiam abrigando trabalhadores/as em precárias condições.

A este respeito Gustavo Lins Ribeiro ainda acrescentava que para o tombamento deveria haver “um grande respeito a vida da comunidade. Segundo ele, deve permanecer o livre arbítrio, apesar da tendência histórica de remover essa população para a periferia, dando vitória a especulação imobiliária”;¹⁸⁰ neste caso, alertava para um fenômeno recorrente no processo de desenvolvimento urbano em que as políticas remocionistas estão diretamente vinculadas a interesses privados nos quais a especulação imobiliária caminha junto a sanitização dos centros urbanos e impõe a determinadas populações uma “transitoriedade permanente [que] permite que as terras ocupadas por essas pessoas consistam numa verdadeira reserva de terreno que pode ser capturada pelo capital imobiliário a qualquer momento” (Munch, 2017, p. 142).

A questão da especulação imobiliária se consolidou ao final da década de 1970 como uma das questões motivadoras das iniciativas preservacionistas.¹⁸¹ Se quando JK, em 1960,

¹⁷⁹ *Correio Braziliense* de 19 de março de 1980 assinada por Christiane Samarco. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ Esta relação já estava em foco quando, em 1974, durante o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, realizado no Senado Federal, a especulação imobiliária figurava como um dos graves riscos à concretização do plano de Lucio Costa (Perpétuo, 2015, p. 98). A ameaça de descaracterização do projeto, como discutido no capítulo três, foi fundamental para embasar as políticas de remoção e segregação socioespacial mesmo antes da inauguração de Brasília; e na década de 1970 ela seguia informando os debates sobre a cidade, entretanto, em um contexto no qual as cidades-satélites se impunham como realidade urbana do Distrito Federal. Neste seminário “o discurso da preservação, seja subterrâneo ou acessório às propostas de gestão então

solicitou ao Iphan de Rodrigo Andrade ‘forçar’ um pouco a interpretação de patrimônio a fim de preservar Brasília da descaracterização, o problema era uma certa ‘incompreensão’ com a cidade; do limiar de vinte anos de existência até o reconhecimento como patrimônio da humanidade pela Unesco, em 1987, e ainda hoje, a ameaça foi o avanço dos interesses imobiliários sobre a capital (Perpétuo, 2015, p. 193).

Foi a ‘agressão imobiliária’ a motivação para a criação do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília), segundo a arquiteta Briane Bicca, uma das integrantes do grupo que atuou ao longo da década de 1980 com o propósito de definir critérios de preservação adequados para a capital federal (Iphan, 2016a, p. 21). De acordo com a arquiteta, em 1979, ela e outros/a agentes públicos/as, entre eles/as Walter Mello, teriam solicitado a Aloísio Magalhães, à época dirigindo a Fundação Pró-Memória, a criação do Grupo de Trabalho no qual teriam encontrado um “cenário acolhedor da proposta de formação do GT, havendo o interesse de técnicos e especialistas somado ao interesse de autoridades do governo” (Silva, 2019, p. 39).

É importante lembrar que Brasília como uma cidade modernista e ainda em processo de consecução do projeto original à época, representava um desafio em termos de preservação, posto que os modos habituais de ler e gerir o patrimônio histórico e artístico se davam, fundamentalmente, em monumentos isolados com relação ao critério de antiguidade e, sua proteção, por intermédio do tombamento, um instrumento apreendido como capaz de fixar permanentemente o objeto de preservação. Edificações representativas da arquitetura moderna brasileira já haviam sido reconhecidas pelo Iphan como foi o caso da Igreja da Pampulha em Minas Gerais, primeiro monumento moderno tombado em 1947, e o palácio Capanema, no Rio de Janeiro, tombado no ano seguinte. Contudo, a preservação de um conjunto urbano da dimensão da capital federal, considerado incompleto, demandava outra abordagem que levasse em consideração a especificidade do objeto e ia ao encontro de uma tendência de pensamento no campo do patrimônio na década de 1980 que superava a valorização dos contextos urbanos em função de monumentos para uma valorização do conjunto e da paisagem (Fonseca, 2006, p. 86) – “Esse pensamento se alinha a novos conceitos discutidos na época, a exemplo de como

formuladas, começa a se apresentar como uma variável consistente para leitura da cidade, comparecendo já como ‘Cidade-Monumento’” (*Ibid.*, p. 114).

os técnicos percebiam a dimensão urbana associando-a a uma leitura de cidade que compreendia um planejamento urbano voltado para a realidade local” (Silva, 2019, p. 58).¹⁸²

O GT-Brasília funcionou efetivamente entre 1981 e 1988 sendo formado por agentes da Secretaria de Cultura do DF, do Sphan/Pró-Memória e da Universidade de Brasília; ao longo da sua trajetória teve distintos/as integrantes, majoritariamente das áreas de Arquitetura e Planejamento Urbano, e é reconhecido na bibliografia sobre o tema pelas inovações na proposta de preservação para Brasília substanciada pela ideia de ‘preservação dinâmica’ e da valorização do patrimônio do Distrito Federal, além do Plano Piloto (Barbosa, 2021, p. 81; Iphan, 2016a, p. 23; Silva, 2019, p. 12).

Nos primeiros passos de formação do GT-Brasília, ainda em 1980, Aloísio Magalhães se referia ao ‘tombamento projetivo’ como forma de preservar características fundamentais do plano urbanístico de Brasília, a serem referenciadas pelo trabalho do Grupo,¹⁸³ e propunha a adequação do instrumento de preservação a realidade da cidade – “Não se pode pensar no tombamento de uma cidade de forma estática. Brasília tem uma dinâmica, uma vida própria, com uma trajetória que é desenhada pelos seus próprios habitantes”.¹⁸⁴ Neste sentido, acrescentava ainda a “necessidade de auscultar a população e os componentes da vida da cidade”¹⁸⁵ e, quando interpelado de que forma as cidades-satélites estariam incluídas no tombamento de Brasília, apontava em suas origens os atributos de brasilidade, a ‘inventividade’ e a ‘espontaneidade’, alusivos à imagem urbana das cidades-satélites, que comporiam junto a organizada capital – o ‘Brasil do futuro’ –, a ‘grande síntese da cultura brasileira’:

“A ligação entre o Plano Piloto e as cidades satélites, na sua opinião, é uma relação de tensão necessária, de contraposição da ordem cartesiana do Plano à espontaneidade dessas cidades colocadas à sua volta, como que anticorpos. [...] Para Aloísio, à decisão cartesiana e límpida da Capital que precisava ser organizada e limpa, era preciso contrapor a espontaneidade e inventividade brasileiras. Na transposição dessa dialética para o plano social, saudável na sua opinião, é que poderia estar a grande síntese da cultura brasileira, sobre a

¹⁸² O patrimônio urbano foi pautado desde o começo do século XIX com as reformas urbanas europeias, no entanto, foi a Carta de Veneza (1964) que possibilitou compreender como patrimônio tanto o monumento isolado, como sítios urbanos e rurais representativos; de acordo com Jéssica Silva (2019, p. 58): “No Brasil, como indicado por Márcia Sant’Anna, houve um processo gradativo de incorporação de novas ideias e premissas. Entre as décadas de 1970 e 1980, os processos de tombamentos registrados pelo Iphan mostram essa transformação de reconhecimento de fragmentos urbanos em trechos de cidades e centros históricos. Françoise Choay cita ainda como exemplo os casos de Paraty e Porto Seguro, que tiveram seus tombamentos atingindo todo o município”.

¹⁸³ *Correio Braziliense* de 20 de novembro de 1980 assinada por Omar Abbud – *Tombamento de Brasília: formação de grupo de trabalho é o primeiro passo*. Acedido em 10/07/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

qual ele prefere não arriscar nenhum palpite. Deste modo, como o tombamento de Brasília seria projetivo, essa relação de contraposição estaria incluída na própria dinâmica da vida do Distrito Federal, gerando um modo de vida próprio, com a modificação que seus habitantes lhe impuserem”.¹⁸⁶

A capitalidade de Brasília nesta leitura – logo, o conjunto dos atributos que conferem a cidade a capacidade de representar a nação e, portanto, passíveis de proteção – seria resultado da relação entre a cidade planejada e o seu entorno, ou seja, da ‘própria dinâmica da vida do Distrito Federal’, perspectiva na qual a capital adquire seu sentido de brasilidade na medida em que se relaciona com estes territórios e é significada por aqueles/as que a vivem cotidianamente.

Apesar de a ausência de Aloísio Magalhães se fazer sentir no início das atividades do GT-Brasília com seu falecimento em 1982, o seu ideário cultural alicerçou os trabalhos seguintes, em especial, no que diz respeito a participação e a escuta das comunidades na identificação e preservação dos bens culturais (Silva, 2019, p. 30). Desde o início do GT-Brasília o objetivo foi elaborar diretrizes para a salvaguarda da capital federal como projeto, como cidade construída e vivida que naquele momento era uma realidade polinucleada (Paviani, 2010, p. 140) cuja diversidade na ocupação e organização do território agregou às perspectivas de trabalho do Grupo outras temporalidades e sujeitos/as abrangendo todo o Distrito Federal.

Se inicialmente Aloísio Magalhães propôs uma adequação do instrumento jurídico do tombamento para o caso da capital federal, com os trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília um conceito alternativo foi elaborado a partir da ideia de ‘preservação dinâmica’ (Perpétuo, 2015, p. 177); o objetivo era equilibrar em uma cidade jovem como Brasília as transformações inerentes ao seu desenvolvimento urbano com a preservação de aspectos definidores da sua identidade em que foi cotejado o olhar de especialistas em torno das características urbanas do Plano Piloto com as vivências dos/as moradores/as do DF e aquilo que para eles/as, de fato, eram referências cotidianas da cidade.

Os estudos embasaram-se em uma aproximação ao objeto de preservação de ‘fora para dentro’ orientada por suas vertentes históricas, associadas às imagens dos antecedentes de Brasília com o reconhecimento de exemplares arquitetônicos (Barbosa & Derntl, 2022, p.38), e paisagísticos, no que toca às origens do território do Distrito Federal e o conjunto urbano. Nas pesquisas de campo e relatórios foram mapeadas e analisadas as documentações de antigas

¹⁸⁶ *Ibidem*.

fazendas, núcleos urbanos anteriores a demarcação do DF como as cidades de Planaltina (1790) e Brazlândia (1933), a paisagem do Cerrado e os acampamentos de obras que, segundo integrantes, foi um dos pontos mais polêmicos abordados pelo GT-Brasília (Iphan, 2016a, p. 24).

A controvérsia baseava-se na contradição, do ponto de vista institucional, em preservar núcleos urbanos erguidos em madeira por seu caráter provisório, próximos a área central e, tradicionalmente, considerados pelo poder público como uma ameaça de favelização da capital federal. Estes acampamentos e vilas se conformaram como um objeto de preservação atravessado por inúmeros conflitos e que, a princípio, contrastava profundamente com os discursos laudatórios sobre Brasília. Além do aspecto de provisoriedade, aventava-se contra o reconhecimento patrimonial o grau de descaracterização e deterioração desses acampamentos utilizados como moradia pela população de baixa renda e a objeção por parte de alguns agentes em declarar ‘barracos’ como patrimônio cultural (figura 29) – “É preciso entender que Brasília foi um canteiro de obras, e não podemos tombar tudo quanto é barraco de madeira. Nem tudo que foi primeiro tem valor histórico e artístico”.¹⁸⁷



Figura 29 - Foto do pavilhão B do HJKO, parcialmente caído, que consta em parecer do pedido de tombamento federal do conjunto em 1984. Fonte: Iphan nº 1099-T-83/Volume I.

¹⁸⁷ *Jornal do Brasil* de 05 de agosto de 1984 assinada por Zenaide Azeredo – *Tombamento em Brasília são causa de divergências*. Acedido em 14/10/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/jornal-do-brasil/>.

Todavia um ‘simples barracão’ foi tombado no território do DF, ainda em 1959, antes mesmo da inauguração da capital federal. O atual Museu do Catetinho (figura 30) foi a primeira construção e residência oficial do presidente no DF, projetada em madeira por Oscar Niemeyer, e reconhecida como patrimônio nacional após a solicitação do então presidente JK ao amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade, à frente do Dphan à época. Rodrigo de Andrade não mediu esforços em atender o pedido presidencial (Barbosa, 2021, p. 137), mesmo que o requerimento apresentasse desafios consideráveis quanto a preservação da frágil estrutura e os critérios de antiguidade e excepcionalidade que marcaram a política de preservação do seu período.

Paradoxalmente, o ‘palácio de tábuas’ foi o primeiro monumento a compor o discurso patrimonial do DF e a produzir imagens que afirmavam os valores constituídos em torno da construção da capital como a ideia de união e colaboração dos envolvidos com um forte marcador da epopeia de ocupação do Planalto Central reforçando a narrativa de uma aventura pioneira. A rusticidade do barracão atestaria a monumentalidade de Brasília “estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas a modestas de que se originaram”, como afirmou Rodrigo de Andrade em discurso na ocasião do tombamento do Catetinho (*Ibid.*, p. 134).



Figura 30 - Catetinho, atualmente um museu público, patrimonializado em 1957 a pedido de JK. Foto: Arquivo Público do Distrito Federal.

Posteriormente, com a musealização das edificações, em 1972, e a criação de um órgão local de preservação, em 1975, a atualização do discurso patrimonial se deu em consonância com a perspectiva turística na qual a manutenção de uma relativa originalidade ao ambiente doméstico associada ao cotidiano do presidente JK adquiriu maior relevância. Posto isto, a possibilidade de patrimonialização e musealização de um ‘barraco’ provisório de madeira não era de todo surpreendente. O que se atesta nessa discussão é que no que pese a simplicidade da obra, o Catetinho estava vinculado a personagens específicos nessa trama e sua carga simbólica afirma uma continuidade no qual o ‘palácio de tábuas’ seria um prelúdio do desenvolvimento que inexoravelmente apontava o futuro do país; por outro lado, o possível tombamento da primeira escola ou hospital de madeira, ou mesmo uma vila, equipamentos públicos e territórios que marcam a vivência coletiva, aponta para outros espaços de experiências que destoam da narrativa desenvolvimentista e que só poderiam ser contemplados na medida em que houvesse um reposicionamento ético e estético de diferentes agentes – sociais e institucionais – a favor da pluralidade de vozes na formação do patrimônio cultural do DF.

O GT-Brasília foi uma articulação fundamental para agregar diferentes iniciativas relativas à valorização da experiência candanga que ganhou contornos mais complexos a partir da década de 1980 na defesa dos remanescentes de acampamentos pioneiros. Para além das atividades citadas que foram empreendidas pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico local – Projeto *Raízes* (1978) – e da Fundação Pró-Memória, a nível federal, – *Estudos sobre a Construção de Brasília* (1979) –, a Universidade de Brasília, parte da estrutura tripartite do Grupo junto aos órgãos citados, representada na figura do professor serra-leonês Muhdi Koosah da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, já desenvolvia também ao final da década de 1970 estudos sobre os antigos acampamentos de obras e as ocupações na perspectiva de preservação desses remanescentes (Barbosa, 2021, p. 99; Silva, 2019, p. 127).

Os estudos referentes a documentação destes assentamentos empreendidos na UnB por Koosah na pesquisa *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF* foram incorporados pelo GT-Brasília – Muhdi Koosah permaneceu no Grupo até 1983 – resultando em importantes desdobramentos no campo patrimonial e habitacional do DF como foi o tombamento e fixação da Vila Planalto, dentro do conjunto urbanístico de Brasília, em 1988. A questão motivadora da pesquisa versava sobre a condição de provisoriedade originária e deterioração dos acampamentos e a polêmica possibilidade de preservação na medida em que se identificavam nesses remanescentes

‘permanências’ indicativas de uma sedimentação histórica orientada pela disputa do espaço e a conquista da moradia (Silva, 2019, p. 127). Neste sentido, aos atributos históricos e artísticos se agregava um valor de ordem social.

Do ponto de vista preservacionista em relação aos acampamentos pioneiros, além de Muhdi Koosah, é incontornável citar as contribuições do arquiteto Silvio Cavalcante que atuou junto ao GT-Brasília como representante da 14ª Regional do Iphan e, a partir de 1985, na gestão do órgão de patrimônio cultural do DF, o então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha-DF) que, em 1983, após uma reestruturação administrativa, deixou de funcionar como uma Divisão do Departamento de Cultura.¹⁸⁸ Por quase dez anos no Depha-DF, Cavalcante atuou na pesquisa e defesa dos acampamentos pioneiros desenvolvendo importantes iniciativas como a participação no tombamento do HJKO (1985), da Vila Planalto (1988), a criação do Museu Vivo da Memória Candanga (1990), bem como o tombamento individual de edificações em madeira em distintas cidades do DF ao longo da década de 1990.¹⁸⁹

Na próxima seção retomo a reivindicação dos/as moradores/as do acampamento HJKO e como, neste contexto, as mobilizações comunitárias voltadas ao direito à moradia produziram um discurso patrimonial crítico embasado nas memórias do Distrito Federal. Evidenciado o débito da capital para com seus construtores, servindo-se da imagem idealizada do herói anônimo como contraste das condições de vida nesses assentamentos informais, o vínculo das memórias candangas com a trajetória operária e seus territórios em movimento resultou de negociações no campo simbólico que foram relevantes para transformar os sentidos atribuídos às territorialidades periféricas do DF.

4.3 O hospital, a vila e o museu: o tombamento distrital do HJKO

Ameaças de remoções e promessas de erradicações de favelas no Distrito Federal foram frequentes mesmo antes da inauguração de Brasília, no entanto, a relação do poder público com os assentamentos informais foi marcada pela ambiguidade entre a tolerância interessada, em

¹⁸⁸ Decreto nº 7.451, de 23 de março de 1983. Extingue e cria Órgãos na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

¹⁸⁹ Igreja São Geraldo, no Paranoá, pelo Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993 e o Centro de Ensino Metropolitana, no Núcleo Bandeirante, pelo Decreto nº 16.744 de 12 de setembro de 1995.

parte devido à alta carência de moradias no DF, e a completa intransigência, por vezes operando em uma lógica especulativa de sanitização do espaço urbano em detrimento de uma política de habitacional social.

As lutas por moradia foram impulsionadoras de formas de reações e organizações coletivas que atuaram como forças políticas na configuração socioespacial do DF (Jaccoud, 2010, p. 169; Paviani, 2010, p. 131). Mesmo antes da inauguração da capital, comissões e associações de moradores/as nas vilas Sarah Kubitscheck e Amaury, entre 1958 e 1959, realizavam ações organizadas visando pressionar o poder público, como táticas de ocupação em massa de terrenos, vincular as ocupações a figuras de destaque com o objetivo de causar constrangimentos, grandes concentrações com uso de faixas, abaixo-assinados e articulações políticas e institucionais com partidos, figuras políticas – sobretudo JK – entidades profissionais, sindicatos, entre outros (Ribeiro, 2008, p. 211; Sousa, 1983, p. 39). Luciana Jaccoud (2010, p. 194) aponta que até o golpe cívico-militar de 1964 houve um intenso processo de mobilização e organização popular no DF, em torno de questões habitacionais e trabalhistas, condicionado pela crise da democracia populista – com a consequente politização das relações entre trabalhadores/as e o Estado – e do declínio da política econômica do nacional-desenvolvimentismo; essa agitação correspondia ao “processo de mobilização política crescente do país, e era seguido de ampla articulação com o movimento sindical nacionalista e das reformas de base” (*Ibid.*, p. 192).

No que pese os processos de remoções aludirem a uma ação unilateral do Estado, por vezes, autoritária demais para gerar uma reação contundente, estes não ocorriam sem resposta da população que buscou junto ao poder público, em formas emergentes de associativismo urbano (Gohn, 2011, p. 335), participar das decisões de tais políticas e, quando ignorados/as, capazes de exercer pressão por ações diretas e insurgentes.¹⁹⁰

Com os ‘anos de chumbo’ movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e demais formas de organização social foram perseguidas, censuradas e interditadas em nome da propalada Segurança Nacional, emergindo novamente à cena pública ao final da década de

¹⁹⁰ Entre as ações diretas que a luta popular por moradia e melhoria das condições de vida nas cidades do DF empreendeu estão tentativas de paralisação geral de atividades econômicas, caso da Cidade Livre; ameaças de depredação de ônibus e greve de motoristas (Taguatinga); destruição de pontes (Planaltina); ocupação de apartamentos vazios por parte de funcionários/as públicos/as e terrenos pelo operariado (Jaccoud, 2010, p. 169-174).

1970 com a reabertura democrática (Silva, 2007, p. 246), malgrado o acosso a movimentos sociais e ativistas não tenha se extinguido com a Nova República.

Passadas duas décadas, a questão habitacional permanecia como foco central das questões urbanas no Distrito Federal – “Em 1982 se somavam mais de setenta mil pessoas residindo em assentamentos informais na Capital” (Brito, 2009, p. 154) – a qual, como vimos, somava-se o debate sobre a preservação da memória local e do patrimônio cultural de Brasília.

No caso do acampamento HJKO, desde 1979, quando surgem boatos de demolição do antigo hospital e remoção, os/as moradores/as se organizaram e empreenderam diferentes estratégias de resistência para garantirem por parte do poder público o seu direito a habitação no DF. São práticas que se desenvolveram em uma relação de tensão com autoridades a fim de expressar à sociedade os fundamentos dos seus direitos, foi esse discurso de afirmação que produziu significados e sentidos que reenquadraram as memórias candangas.

Com a reabertura do debate político na década de 1980, a importância da imprensa para o êxito de movimentos por moradia no DF e os debates preservacionistas é frequentemente ressaltada; em especial, no caso da fixação e tombamento da Vila Planalto, em 1988, que recebeu uma intensa cobertura da mídia local. Sobre este aspecto, Yêda Barbosa, integrante do GT-Brasília, destacou o papel da mídia nesse momento para informar a população e fomentar a organização – “E aquela coisa, quer dizer, as pessoas começavam a tomar para si, estava no começo do processo da abertura, era 1982, 83, então as coisas estavam começando a ter uma efervescência interessante, que colaborou muito.” (Iphan, 2016a, p. 31). Esse interesse midiático repercutiu, inclusive, nos processos de patrimonialização nos quais o inventário de notícias veiculadas à época foi incorporado em alguns dossiês de tombamento distrital em que “constata-se que os agentes do patrimônio buscaram pesquisar e registrar como a discussão sobre o tombamento fez parte da imprensa, empenhando-se em demonstrar como o assunto teria tido espaço na sociedade civil” (Silva, 2019, p. 53).

Foi recorrendo a imprensa que a comunidade do HJKO iniciou sua organização em uma estratégia de visibilização do conflito; a princípio, para denunciar as péssimas condições de moradia e o controle exercido pela empresa de segurança contratada pelo instituto previdenciário, dono do terreno, sobre o acesso dos/as moradores/as ao acampamento e a realizarem melhorias em suas casas. Sebastiana Lima, responsável pela primeira articulação político institucional quando entregou ao ministro da Previdência, em 1979, um abaixo-assinado solicitando a fixação do acampamento, informava em uma reportagem no ano

seguinte que pretendia criar a Associação dos Moradores do Acampamento HJKO e, inclusive, iria ao programa de televisão ‘Brasil Urgente’ para levar suas reivindicações.¹⁹¹

Até 1980, as reportagens que traziam relatos de vários/as moradores/as ressaltam o anseio de uma solução definitiva com a transferência para as outras cidades – tendo sido negada a fixação do acampamento pelos fins hospitalares do terreno – e a restituição do hospital para a população, carente deste serviço. A partir deste ano, a pauta da preservação do hospital ganhou contornos mais definidos com a denúncia do abandono das edificações daquela que teria sido a ‘primeira homenagem ao presidente da República’; nos anos seguintes, a reivindicação por uma solução para os/as habitantes do acampamento se estruturou junto a demanda por preservação do hospital, transformando-se, inclusive, em um critério para a desocupação do acampamento o comprometimento do poder público com a salvaguarda do HJKO.¹⁹² Nas memórias afetivas dos/as moradores/as, alguns/as com mais de vinte anos no acampamento, acentuou-se o ressentimento com as vicissitudes dos/as trabalhadores/as que seguiam preteridos/as nos planos da capital federal; a destruição do hospital pioneiro se confundiu com a sina do/a candango/a, sua demolição ou manutenção no estado de abandono que era denunciado evidenciava, no campo da memória, o percurso de injustiças coerente com a trajetória do migrante operário:

“No Plano Piloto, um festival de queijos e vinhos angaria fundos para a construção do Memorial JK. No acampamento, uma moradora idosa, demonstrando carinho pelo ex-presidente, acende velas em sua homenagem ‘Ergue-se um monumento, mas derruba-se outro’, essa era a opinião de alguns moradores que acreditam que ‘o hospital deveria ser preservado e transformado em patrimônio histórico, como o Catetinho’, e não derrubado como se fosse um velho barraco de invasão.”¹⁹³

Há nesse argumento uma tensão latente em que a memória do ex-presidente é acionada como elo entre três espaços de memória, um que ainda seria construído em homenagem a JK, inaugurado em 1981; outro ameaçado de desaparecimento ‘como se fosse um velho barraco de invasão’ e o último, uma edificação de madeira tombada desde 1959 como patrimônio histórico e, como vimos na seção anterior, a partir da década de 1970 fortemente vinculada a figura de JK. O primeiro ponto a observar é a consciência de que todos são monumentos, materiais ou

¹⁹¹ *Correio Braziliense* de 13 de setembro de 1980 – *Pioneiros temem a remoção*. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁹² *Correio Braziliense* de 11 de junho de 1984 – *Hospital JK, história ou ruína?*. Acedido em 17 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁹³ *Correio Braziliense* de 13 de setembro de 1980 – *Pioneiros temem a remoção*. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

suportes da memória (Le Goff, 1990, p. 553), independente da monumentalidade das suas estruturas, haja visto o caso do Catetinho; os/as moradores/as têm discernimento das escolhas operadas no quadro de representatividade oficial no qual a alguns ‘monumentos’, no caso aqueles expressivos da memória do poder, existentes ou futuros, atribuem-se um valor inquestionável, e outros, sobrevivem ao tempo, negligenciados, porém investidos de sentidos por aqueles/as que os mantêm cotidianamente.

São de todo modo monumentos, na acepção de uma crítica da história, na medida em que durante sua existência continuaram a ser manipulados, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, p. 548). Em 1983, os/as moradores/as que já se organizavam no Movimento Pró-Tombamento do HJKO, diante da tentativa de demolição do hospital pelo Iapas – antigo IAPI – e remoção dos/as moradores/as, empreenderam uma Ação Popular assinada pelo morador Nilton Rosa para impedir a destruição das edificações, simultaneamente, uma solicitação de tombamento do hospital foi encaminhada ao Sphan/Pró-memória (Gabriele, 2012, p. 154). Ambas foram estratégias jurídicas associadas a mobilização dos/as moradores/as que lograram enfrentar as arbitrariedades frequentes nestas disputas territoriais (Munch, 2017, p. 83) e garantiram condições para a luta pela moradia e preservação do hospital, já consolidada como uma pauta comunitária. Enquanto o Sphan não se decidisse pelo tombamento das edificações a demolição restaria suspensa pela Justiça Federal que acatou o pedido dos/as moradores/as.

Esta Ação Popular também compôs o pedido de tombamento federal do HJKO que recebeu no mesmo ano parecer favorável da 8ª Diretoria Regional do Sphan – Centro-Oeste – dirigida pela arquiteta Belmira Finageiv, servidora federal que colaborou com a estruturação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural de Brasília destacando-se de forma pioneira na atenção ao território do DF (Perpétuo, 2015, p. 151).¹⁹⁴ O parecer foi embasado em consulta ao GT-Brasília que à época, como vimos, identificava nos acampamentos pioneiros elementos significativos do patrimônio cultural do DF, bem como prezava a demanda da população pela preservação do seu patrimônio; o processo ficou sob alçada do órgão local, o Depha-DF, que conduziu as atividades de pesquisa e diálogo com a comunidade. Em 1984, um incêndio destruiu a ala dos alojamentos no acampamento HJKO, supostamente causado por um curto-circuito, deixando cinquenta pessoas desabrigadas; neste mesmo ano houve a transferência das

¹⁹⁴ Somente em 2015 o HJKO foi tombado pelo Iphan, no entanto, em 1985, o Depha-DF logrou junto ao GDF o tombamento distrital por meio do Decreto nº 9.036 de 13/10/1985, DODF nº 217 de 13/11/1985, p. 3.

famílias do acampamento para a Candangolândia e maior pressão popular e institucional para o tombamento do hospital dadas as condições precárias de conservação das edificações.¹⁹⁵

Este processo gerou relatórios e comunicações internas sobre a situação do HJKO até o tombamento por decreto distrital, em 1985, nos quais os argumentos e interpretações da memória local produziram um discurso de valorização do hospital fundamentado na memória operária (Barbosa, 2021, p. 195); em conjunto com as manifestações públicas da comunidade, mediadas pela mídia impressa, nos oferecem pistas de uma outra enunciação das memórias candangas em que as referências à memória institucionalizada da capital ressaltavam o débito existente com os/as trabalhadores/as que a edificaram, expresso, naquele momento, pela denúncia do abandono do hospital e da população pioneira.

Neste esforço de produzir uma representação social da comunidade em luta pelo direito a fixação e seu patrimônio foram mobilizados tópicos da memória histórica oficial consolidada nos anos da construção e discutidos mais detidamente no capítulo anterior; reforçava-se a ligação do hospital com a figura de JK – seja como a primeira homenagem ao presidente ou por supostas declarações suas de apego a obra – com o propósito de enfatizar que a destruição do HJKO negligenciava não apenas a memória de Brasília, mas do próprio fundador. Essa imagem recorria à simbiose Brasília/JK consolidada nos discursos de legitimação do projeto nos quais, ao costurar os antecedentes históricos da nova capital como resultado progressivo de ideias de interiorização desde o século XVIII, atribuía-se ao presidente mineiro a inevitabilidade da sua missão e “o seu lugar como empreendedor e audaz” (Ceballos, 2005, p. 12).

A eficácia deste discurso foi criar uma positividade ao projeto de Brasília e a figura de JK em um contexto de oposição a transferência da capital que se consolidou na memória local por essa reciprocidade entre o presidente e a cidade. Fazer essa associação era/é um lugar comum, ainda mais quando enunciado pela população candanga que tem forte identificação com a figura do presidente; entretanto, a reiteração dessa imagem em relação ao HJKO não ocorreu por acaso, contrastando frequentemente com a construção do Memorial JK e o Catetinho. Ao se apropriar da memória de JK no contexto em que se pretendia monumentalizar,

¹⁹⁵ A mobilização dos/as moradores/as também se desenvolveu em articulações institucionais com a Ordem dos Advogados/DF, Instituto de Arquitetos do Brasil/DF, Fundação Educacional/DF (atual Secretária de Estado de Educação), Sindicato dos Professores, Fundação Hospitalar/DF (atual Secretária de Estado de Saúde), Associação e Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Comerciantes, Sindicato dos Hotéis e Restaurantes e Sindicato dos Jornalistas.

mais uma vez, a memória do presidente na cidade, os/as moradores/as apelavam para uma estratégia discursiva na qual as chaves de representação da comunidade e do conflito dialogavam com a memória oficial e, a partir dela, produzia um contraponto essencial às memórias candangas; ao afirmar o pioneirismo que as pessoas comuns compartilhavam com os protagonistas mais célebres dessa ‘aventura’ expunham as contradições como forma de negociação.

No âmbito institucional em um relatório para o Sphan, após o incêndio no acampamento em 1984, Belmira Finageiv argumentava em prol do tombamento do hospital que, entre os marcos significativos da construção da capital, somente o Catetinho havia sido tombado como “representante da história oficial de Brasília” e os demais que compunham o quadro representativo da época, “testemunhos do viver operário que escrevera a história popular deste período, pouco permanece íntegro”; os que sobreviviam ao tempo foram “conservados somente quando essa iniciativa se dá por parte da própria comunidade”. A iniciativa comunitária pelo tombamento, a primeira ocorrida em Brasília, foi ressaltada pela arquiteta por “comprovadamente definir o HJKO como monumento de valor histórico e como bem de referência cultural”, evocando as inovadoras perspectivas patrimoniais que embasaram a fase moderna da instituição. Citava ainda as orientações do GT-Brasília em relação aos acampamentos salientando a necessidade de “regularizar sua situação precária e provisória, mediante a fixação destes acampamentos, com suas características fundamentais, [...] a representatividade das construções, a população de pioneiros e a história viva que representa”.¹⁹⁶

A valorização de uma leitura alusiva a experiência dos/as trabalhadores/as na construção conformou a memória operária como significante das memórias candangas/populares e oportunizou com o discurso de preservação dos remanescentes de acampamentos uma costura entre o passado, reiterado pelos ideais de pioneirismo, com o presente, expresso na reivindicação pelo acesso a moradia, mas sobretudo, no empenho de estabelecer suas próprias referências históricas no quadro oficial, um recurso simbólico significativo para a conquista dos seus direitos.

¹⁹⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 055.

“Fomos nós que construímos a nova capital”,¹⁹⁷ afirmava Antônia de Souza, ex-cozinheira do HJKO e moradora do acampamento; em outra reportagem a demolição do hospital significava “um desrespeito à vida da cidade, àqueles que acreditaram, lutaram e morreram pelo sonho de Dom Bosco”¹⁹⁸ recuperando a narrativa mítica-religiosa do sacerdote italiano (Perpétuo, 2015, p. 19). O mote de afirmação como “construtores de Brasília” (Sousa, 1983, p. 86) foi acionado em outras situações para além da discussão do patrimônio, sobretudo, no âmbito das lutas por moradia e questões trabalhistas nas quais as reivindicações se sustentavam em um direito indubitável enquanto personagens da epopeia da nova capital.

“O patrimônio [Depha-DF] foi capaz de atuar nas ambiguidades e contradições de Brasília para construir discursos centrados na memória operária da construção. Isso pode ser percebido como uma prática que incluiu o construtor da cidade no discurso preservacionista da nova capital, pois contribuiu para valorizar a preservação de espaços inicialmente provisórios e legitimar a fixação de uma comunidade operária. Contudo, ao delimitar um período e um grupo específico – os operários da construção de Brasília –, tende a restringir a legitimidade do direito de ocupação desses espaços à denominada ‘população pioneira de Brasília’, tendo como principal fundamento o seu papel na implantação da nova capital.” (Barbosa, 2021, p. 264).

Como resultado do momento em curso esse processo de subjetivação candanga constituiu, inevitavelmente, outras ‘fronteiras’ identitárias a partir do rearranjo de enunciados e dispositivos que possibilitou a formação de um discurso de diferenciação entre pioneiros/as e invasores/as. Nas falas de moradores/as a afirmação de uma identidade pioneira se conformou em capital social para justificar e negociar a precedência no acesso a moradia em relação aos/as ditos/as invasores/as. A opção por valorizar uma memória operária da construção de Brasília, portanto, legitimada entre aqueles/as que chegaram entre 1956 e 1960, produziu um reenquadramento dos/as próprios/as sujeitos/as de direito; apesar de pleitear o justo reconhecimento do legado dos/as pioneiros/as da construção, esta definição de uma identidade comunitária assentada na reinterpretação de um passado idealizado da construção como significante das memórias candangas restringiu o exercício desses direitos a um grupo muito específico, aqueles/as que ‘construíram Brasília’.

¹⁹⁷ *Correio Braziliense* de 11 de outubro de 1980 – *Prédio do hospital é demolido*. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

¹⁹⁸ *Correio Braziliense* de 25 de outubro de 1983 – *Hospital aguarda sentença*. Acedido em 11 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Neste sentido é importante compreender a articulação das pautas neste momento em que a defesa dos acampamentos pioneiros por diferentes agentes reforçou a dobra no discurso oficial a respeito dos/as ‘invasores/as’ sendo um importante recurso narrativo na luta por moradia no DF¹⁹⁹. Não apenas por ser instrumental no enfrentamento às remoções arbitrárias e na garantia de direitos coletivos de reassentamento no caso das transferências para cidades-satélites, mas sobretudo na produção de uma identificação coletiva em torno da ideia do candango como sujeito injustiçado, que constrói uma cidade e não tem lugar para morar.

Esta enunciação fomentou de “forma ambígua os dois sistemas de cidadania [diferenciada e igualitária], porque, embora abrangente, exclui alguns moradores” (Holston, 2013, p. 329), flertava com uma ideia de cidadania diferenciada – aquela em que o exercício dos direitos organiza e legitima desigualdades – na medida em que se circunscrevia ao atributo de ‘trabalhador/a da construção de Brasília’; porém, ao se autodeterminar a partir da memória operária, historicamente excluída das grandes sínteses, acabou por ter uma “agência igualitária” extremamente relevante (*Ibidem*):

“Ao selecionar elementos do patrimônio egressos dos acampamentos de obras em associação à monumentalidade dos palácios presidenciais e demais espaços simbólicos da Capital da República, o grupo [GT-Brasília] abre espaço para possibilidades de leituras do passado nas quais os candangos preencheram com suas histórias, com seus modos de vida, com suas heranças e memórias, o que os pioneiros, engenheiros, arquitetos e políticos, apenas pela superfície, podiam impor: a sua cidade moderna, civilizada à europeia, em sua busca por ‘fundar um novo Brasil’. Assim, ao tentar cerzir narrativas e discursos populares, os pesquisadores talvez não buscassem apenas ‘descobrir’ o que era a multiplicidade de Brasília. Antes, iam imaginando uma cidade (uma dentre tantas?) e, para ela, iam selecionando o patrimônio que haveria de ser representativo de todos os candangos.” (Perpétuo, 2015, p. 186).

A ênfase nas primazias que caracterizou a narrativa da construção da capital também se manifestou nesta retórica do primeiro hospital, com o primeiro médico e onde “nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era”²⁰⁰ que ratificariam o seu valor histórico. A figura do candango ‘herói de Brasília’ (Videsott, 2009, p. 189) foi acionada para além do pioneirismo, estava no tom sacrificial desses/as trabalhadores/as na epopeia que conduz a um novo tempo;

¹⁹⁹ É importante registrar que o apoio ao pedido de tombamento do HJKO por parte do Depha-DF também foi uma estratégia para contornar a questão litigiosa com o atual INSS, proprietária do terreno.

²⁰⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 010.

foram os candangos que construíram os “andaimes embaixadores da grande obra”, entre eles, o hospital, lido como um dos equipamentos indispensáveis para dar suporte à construção, logo, um marco significativo de Brasília. Esse dado foi amplificado, inclusive, pelo papel do HJKO em prover a obra de operários – “foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção”.²⁰¹

As memórias dos acidentes nos canteiros de obras, não por acaso, são relatadas pelos/as moradores/as e ex-funcionários/as do hospital; a ex-cozinheira Maria Benedita Rosa cujo depoimento foi coletado para a Ação Popular informava que presenciou “a chegada ao HJKO de caminhões de candangos acidentados, e que ficavam pelo corredor, devido ao tanto de trabalho”.²⁰² No âmbito de um grande projeto como foi a construção de Brasília, com prazo fixado de entrega e em condições precárias de acesso e estrutura da região, os acidentes eram frequentes no cotidiano de trabalho e são presentes na memória dos/as trabalhadores/as. As implicações com o prazo e a expectativa de aumentar a renda levavam a jornadas de trabalho extenuantes que variavam entre 14 e 18 horas (Sousa, 1983, p. 36), podendo chegar a 24 horas ou mais para aqueles que realizavam as ‘viradas’ com “efeitos nocivos sobre a saúde já que causa a exaustão física aumentando o risco de ocorrência de acidentes do trabalho (BICALHO, 1978, p. 117-120)” (Ribeiro, 2008, p. 165). A falta de equipamentos de segurança e inexperiência dos operários, muitos provenientes de áreas rurais e versados nas atividades da lavoura e pecuária, foram fatores que contribuíram para o grande número de acidentes e mortes registrados nos depoimentos candangos/as.

Contudo, esta realidade de precariedade e superexploração do trabalho (Ribeiro, 2008, p. 150) foi escamoteada pela memória institucionalizada ao fabricar imagens forças da construção como a idealização da exploração enquanto um ritmo específico da obra, o ‘ritmo Brasília’, reificando uma certa aura de trabalho e dedicação que moviam a todos e que amenizariam as vidas perdidas em prol do projeto nacional. Ademais, atenuar estes relatos de acidentes e mortes era uma estratégia discursiva, recorrente nas falas dos protagonistas consagrados, com o propósito de não fortalecer os opositores à transferência da capital, bem como descredibilizar narrativas não autorizadas sobre a obra.

Ao ser perguntado se acidentes aconteciam, Athos Bulcão argumentava que foram em menor número do que se esperaria para o tamanho da obra, acrescentando ainda um suposto

²⁰¹ *Ibidem.*

²⁰² *Ibid.*, folha 006.

traço cultural que justificaria essa situação, desviando a responsabilidade do empregador para o trabalhador, “o pessoal não obedecia a segurança recomendada, não amarravam os cintos, nem usavam capacetes, essa maneira brasileira um pouco de improvisar, mas mesmo assim houve bastante menos acidente do que era esperado”.²⁰³ Ernesto Silva, primeiro diretor da Novacap e autor do livro *História de Brasília* (1971), em depoimento para o cineasta Vladimir Carvalho argumentava que “a questão da pressa era uma questão de entusiasmo” e ao ser interpelado sobre os acidentes afirmava categoricamente que poucos acidentes ocorreram; seu depoimento é desmentido em seguida por relatos de trabalhadores sobre acidentes e mortes devido à exaustão, falta de equipamentos, a truculência da GEB e a ocultação dos corpos com o intuito de não impactar o andamento das obras em caso de ocorrências.²⁰⁴

A respeito dessas lembranças traumáticas que atravessam as memórias operárias de Brasília e são relatadas, frequentemente, quando os/as depoentes são trabalhadores da construção civil e de atividades afins, há uma disputa de narrativas em torno das perdas e da ideia de sacrifício na qual para uns, artífices da ideia Brasília, foram poucas, porém inevitáveis pelo porte da obra, e para outros/as, uma abnegação injusta. Os primeiros inscreveram sua versão autorizada de dedicação e trabalho nos livros e monumentos da capital, os/as demais, nos subterrâneos da memória (Pollak, 1989, p. 4), transmitiram esses relatos em suas redes de sociabilidade que puderam emergir no contexto da década de 1980 com o interesse de agentes empenhados/as na crítica a narrativa mítica de Brasília. Neste sentido, o período foi rico na coleta e organização destes relatos registrados em publicações acadêmicas (Ribeiro, [1980]2008; Sousa, [1978]1983), documentários e na conformação do Programa de História Oral do Arquivo Público do DF ao longo da década de 1990, no que pese esta iniciativa também estar vinculada a consolidação de uma memória institucionalizada (Ceballos, 2005, p. 113). A mobilização da história oral para acessar as memórias candangas foi profícua em fazer aparecerem os limites do enquadramento oficial de Brasília e, simultaneamente, “revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (Pollak, 1989, p. 13).

Nesse aspecto, mesmo que a comunidade do HJKO tenha se embasado e ampliado a memória monumentalizada da capital (Barbosa, 2019, p. 23), se apropriando dos seus

²⁰³ Documentário ‘Brasília segundo Feldman’ (1979) dirigido por Vladimir Carvalho e produzido pelo CNRC, 35mm, 20 min.

²⁰⁴ Carvalho, W. (1992). *Contrerrâneos Velhos de Guerra*. [175 min].

enunciados na medida em que estes aferiam legitimidade a suas demandas como moradores/as pioneiros/as, a própria materialidade do espaço evocava as memórias do sofrimento, das dificuldades e fatalidades da vida operária silenciadas pela narrativa oficial. Para os/as moradores/as um dos acontecimentos que mais marcaram a vida do acampamento “foi o dia em que caminhões transportaram inúmeros operários da matança no acampamento da Pacheco Fernandes”.²⁰⁵ Este evento traumático atravessa as memórias candangas na enunciação popular sendo frequentemente relatado, com variadas versões e contagem de corpos, pelos/as trabalhadores/as (Ribeiro, 2008, p. 228); o hospital, neste caso, para além da carga afetiva, adquire um papel documental significativo ao ser um dos poucos testemunhos materiais deste acontecimento que tensiona a história oficial.

Na noite de carnaval de 1959, agentes da GEB teriam entrado no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, localizado na Vila Planalto, e assassinado trabalhadores dentro dos alojamentos; os guardas teriam voltado depois de terem sido expulsos pelos operários que haviam protestado pela má qualidade da alimentação na cantina do acampamento. Após a chacina os corpos dos operários teriam sido levados em caminhão e enterrados em valas nas proximidades da capital. Oficialmente a Novacap registrou um operário morto e três feridos, no entanto, Gustavo Lins Ribeiro em pesquisa com os trabalhadores/as chegou a relatos de 140 mortes, no que o antropólogo concluiu que essa variação “é a expressão de como uma violência em grande escala ficou registrada na memória” (Ribeiro, 2008, p. 232). A Associação dos Operários da Construção à época encarregou-se de denunciar o incidente na imprensa e reivindicar interferência presidencial para evitar a truculência da GEB em Brasília; esta iniciativa em defesa dos operários agredidos fortaleceu a entidade, fundada em 1958, na qual os trabalhadores passaram a ver um instrumento de defesa de classe (Sousa, 1983, p. 44). Outra questão apontada por Ribeiro versa sobre a legitimidade que cada relato adquiriu ao longo do tempo o que evidencia “o fato de ser o dominante quem registra, escreve e impõe ao resto da sociedade a história”, enquanto a narrativa popular permanece como invenção onde ressalta-se o “caráter mítico, contraditório e fantasioso” dado que estes/as sujeitos/as não logram registrar e documentar suas trajetórias (Ribeiro, 2008, p. 233) – “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização” (Polack, 1989, p. 9).

²⁰⁵ *Correio Braziliense* de 25 de outubro de 1983 – *Hospital aguarda sentença*. Acedido em 11 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Por este viés o HJKO foi não só um marco significativo da construção de Brasília por dar suporte ao grande cenário das obras e suas personagens, incluindo os ‘heróis anônimos’, mas como ‘testemunho’ de um dos acontecimentos fundamentais que atravessam as memórias candangas e a história dos operários de Brasília – “Até mesmo os operários que um dia reclamaram pela péssima alimentação servida nas cantinas da construtora Pacheco Fernandes e por isso foram massacrados, mortos e alvejados, foram acobertados por aquelas tábuas [HJKO]”.²⁰⁶ A iniciativa comunitária que tangenciou essa memória da dor na sua justificação pela preservação do hospital necessariamente atuou na organização dessas memórias clandestinas²⁰⁷ pela denúncia do descaso com seu acervo arquitetônico e documental – “Segundo os moradores, há cerca de um mês, caminhões de uma fábrica de papel recolheram do interior do hospital, quilos de ‘papéis velhos’ [...] registros, documentos, formulários e atendimentos realizados ao longo da vida do hospital”.²⁰⁸ Em 2009, passados cinquenta anos do acontecimento, o artista plástico Henrique Gougon instalou um memorial onde ficava o acampamento da construtora na Vila Planalto (figura 31); o ‘Cristo operário’ é uma lápide e uma cruz de ferro envolta por uma corrente com um par de luvas de couro; para o artista a corrente representa a “verdade aprisionada pela história dos poderosos”.²⁰⁹

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ Depoimento do operário Luiz Perseghini em ‘Brasília segundo Feldman’: “O operário sempre é operário, bastante sacrificado né? [...] Poeira e pó na hora de comer, ia pras cantinas, a irregularidade das cantinas, alimentação boa, outra hora ruim, greve por questão de alimentação, principalmente na Pacheco Fernandes Dantas, onde houve a chacina.... Pode falar né? Deve falar ou não? Perfeito. Houve uma chacina na Pacheco Fernandes por conta de alimentação”. Vladimir Carvalho relata que ouviu a primeira vez a história do massacre na década de 1970 na feira do IAPI, no entanto, devido ao contexto ditatorial muitos/as candangos/as evitavam falar do assunto, sobretudo pelo fato de que após o massacre houve o fortalecimento do sindicato operário. A situação mudou ao final da década de 1980 com a reabertura democrática; em 1991 o cineasta lançou ‘Contrarrêos Velhos de Guerra’ que entre outros temas do cotidiano candango aborda o acontecimento. Acedido em 14 de agosto de 2023 em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/08/interna_cidadesdf,736183/massacre-da-pacheco-fernandes-completa-60-anos-continua-sendo-misterio.shtml

²⁰⁸ *Correio Braziliense* de 25 de outubro de 1983 – *Hospital aguarda sentença*. Acedido em 11 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²⁰⁹ *Brasília 63 anos: pioneiros do sindicalismo* assinado por Carlos Tavares Acedido em 11 de outubro de 2023 em <http://df.cut.br/noticias/brasil-60-anos-pioneiros-do-sindicalismo-9919>.



Figura 31 - Monumento 'Cristo Operário' do artista plástico Henrique Gougon instalado na Vila Planalto. - “E no outro dia só encontramos as camas vazias, o povo morto ninguém viu; contam uma história que esse povo está tudo dentro do lago, naquela época não existia lago, mas o que se falava na época é que um trator abriu uma grande vala no lago, ali onde ia ser o lago e o caminhão caçamba despejou os cadáveres lá dentro e cobriu, dizem que até gente vivo foi enterrado, é daquela época, isto foi em 1958, 1959, **eu ainda me lembro**”, relato do candango Carlito Alves Rodrigues para o Programa de História Oral do Arquivo Público do DF em 2000. Fonte: Ricardo Poppi/2009.

Por fim, cabe citar que a Ação Popular anexada ao processo de tombamento do HJKO argumentava a favor da salvaguarda do hospital fazendo referência a outro processo em curso à época, o acatamento do pedido de impedimento de demolição da Caixa d'água de Taguatinga que foi impetrado, em 1981, por advogados/as moradores/as da cidade. Taguatinga foi a primeira cidade do DF oriunda de remoção, no caso, a Vila Sarah Kubitschek que existia nas proximidades da Cidade Livre, em 1958; a caixa d'água localizava-se na entrada da cidade e ao longo do tempo tornou-se referência espacial e simbólica dos/as moradores/as, “para parcela da população sua centralidade também se dava por simbolizar a luta daquela comunidade pela melhoria das condições de vida nos primeiros anos de sua instalação” (Pereira & Gomes, 2018, p. 167). Em decorrência de uma reestruturação viária, a caixa d'água acabou por ser demolida em 1984, soterrando a vontade de memória de uma parcela da população taguatinguense.

Maria Fernanda Derntl (2019, p. 25) observou que, nos estágios iniciais de cidades como Taguatinga e Ceilândia que surgiram a partir de remoções e cujos contextos iniciais foram caracterizados pela carência de infraestrutura urbana, como acesso à água, escolas e hospitais, essas instalações básicas são investidas de valores referentes as conquistas por moradia e melhorias para suas cidades, não abrangendo, por vezes, os critérios tradicionais de antiguidade e excepcionalidade privilegiados pelas instituições do patrimônio. No decorrer dos

debates tanto no caso da caixa d'água de Taguatinga como do próprio HJKO, caracterizado como um 'barracão', a desqualificação estética foi um dos argumentos institucionais contra a demanda dos/as moradores/as. Contudo, no caso do hospital, uma das estratégias discursivas costurada no âmbito do GT-Brasília foi associar a arquitetura em madeira como tipologia representativa do Movimento Moderno “numa mescla de elementos modernos e tradicionais, abarcando a regularidade, o ortogonalismo e um pequeno número de elementos básicos” (Barbosa & Derntl, 2022, p. 38). Essa associação somou-se aos atributos da trajetória operária negociados no plano simbólico com a memória oficial, na medida em que reiterava a filiação moderna que estrutura a narrativa sobre Brasília e a prática institucionalizada no tombamento de exemplares arquitetônicos.

Os tombamentos do HJKO, em 1985, e da Vila Planalto, em 1988, por decretos distritais²¹⁰ marcaram uma tendência de valorização das memórias operárias nas práticas do órgão do patrimônio local (Depha-DF) expressa em uma série de tombamentos de edificações em madeira até a década de 1990 (Barbosa & Derntl, 2022); estes foram embasados na importância histórica dessa arquitetura, “sem deixar de destacar o pioneirismo dos espaços e as conquistas da população” (*Ibid*, p. 38). A reciprocidade entre moradores/as e agentes institucionais foi crucial para o sucesso dessa investida; esta sinergia resultou de uma conjuntura favorável, o contexto de abertura democrática e vontade popular de participar das decisões, e das negociações interpostas no plano simbólico que urdiram narrativas candangas singularizadas, porém, complementares ao discurso oficial (Derntl, 2019, p. 29).

Deste modo, vemos ao longo dos anos 1980 uma importante movimentação da sociedade civil em defesa do seu patrimônio vinculada as memórias das lutas pelo direito à moradia que tensionaram as leituras do processo histórico e influenciaram na formação de um acervo patrimonial representativo do DF. Essas iniciativas de rememoração constituíram processos de subjetivação diversos, entre os quais constatou-se uma clivagem entre as identidades de pioneiros/as e invasores/as na narrativa dos/as moradores/as do HJKO. Ao reificarem a experiência pioneira dos ‘heróis de Brasília’ puderam contrastar o abandono do seu patrimônio o associando ao injusto destino daqueles/as anônimos/as que se sacrificaram

²¹⁰ Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências. Governo do Distrito Federal; Decreto nº 11.079 de 21 de abril de 1988. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto, e dá outras providências. Governo do Distrito Federal. Cabe lembrar que uma legislação específica que normatizasse instrumentos de preservação local só foi feita após o reconhecimento de Brasília pela Unesco em 1987. O HJKO só foi reconhecido como patrimônio federal em 2015 embasado no processo de tombamento distrital. Ver nota 26.

pela nova capital, porém, restringiram os/as sujeitos/as de direito àquele/as que chegaram nos anos da construção; a reivindicação de tombamento do hospital foi subsidiada por essa leitura das memórias candangas modulada pelos sentimentos de injustiça e abandono e operada como instrumento de reparação.

As iniciativas de salvaguarda demandadas pelas próprias comunidades evidenciaram os limites das práticas de institucionalização da memória, denunciaram os silenciamentos, atuaram na organização das lembranças e na negociação dos sentidos que embasaram as memórias candangas como memórias de luta mobilizando o seu capital simbólico contra a ameaça de remoção. Na próxima seção analiso a recuperação e musealização do HJKO que, em 1990, transformou-se no Museu Vivo da Memória Candanga cotejando a bibliografia sobre o tema e a documentação com o levantamento de reportagens e as entrevistas realizadas para a tese.

4.4 Um museu-ação

Entre 1986 e 1990, ano de inauguração do Museu Vivo da Memória Candanga, foram desenvolvidas no HJKO importantes iniciativas de revitalização do espaço, tanto nos aspectos físicos e estruturais das edificações em madeira, muito deterioradas com o tempo, como de ocupação e dinamização de atividades no espaço do antigo hospital e acampamento. O projeto de recuperação e revitalização do conjunto HJKO consolidou-se como projeto-piloto para a preservação dos acampamentos pioneiros,

“[...] diretriz estabelecida em 1985 pelo Depha que determinava priorização das ações de preservação dos acampamentos pioneiros, visto serem estes alguns dos mais significativos referenciais da história e testemunhos ‘vivos’ para o resgate da memória cultural de Brasília. Tal diretriz refletiu-se basicamente e com maior intensidade no HJKO e na Vila Planalto.” (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal [Depha-DF], 1996, p. 11).

Em 1986 a nova diretriz de preservação local tomou forma com o Projeto Cidade Livre, junto à Fundação Pró-Memória e a UnB,²¹¹ que visava a criação de um circuito histórico entre

²¹¹ Essa estrutura institucional é a mesma do GT-Brasília, isso se explica, pois, o Grupo “certamente impulsionou uma reestruturação do órgão local do patrimônio” na década de 1980; assim “a relação entre o GT-Brasília e o Depha é entendida na bibliografia como tendo sido marcada por cooperação mútua” (Barbosa, 2021, p. 101). No

os acampamentos pioneiros da Candangolândia/Velhacap, Vila Metropolitana, Núcleo Bandeirante e o HJKO (Ricardo, 2017, p. 130); incluído neste amplo trabalho de revitalização de núcleos históricos estava o Programa de Urbanização Integrada que conectaria estes espaços em uma perspectiva de promoção turística da região (figura 32). Este projeto de integração urbana de núcleos históricos no DF tinha como “referencial metodológico”²¹² o programa federal de recuperação e revitalização de núcleos históricos do qual a cidade pernambucana de Olinda foi o projeto-piloto entre 1984 e 1989.

A experiência de Olinda resultou da parceria entre o Sphan/Pró-Memória e o Banco Nacional de Habitação para a elaboração de uma metodologia de preservação de conjuntos urbanos em que se partia da importância do/a morador/a para a gestão do patrimônio cultural “valorizado e entendido não só por seus aspectos físicos e espaciais, mas por seu tecido social, econômico e político” (Padovan, 2019, p. 36). Voltado para a gestão territorial e patrimonial participativa o programa federal procurava viabilizar a habitação social em áreas identificadas como patrimônio ambiental urbano e junto a estas comunidades conjugar a sua permanência e renda com a preservação dos núcleos históricos²¹³. Esta política preservacionista embasada em uma gestão do território atenta às populações que tradicionalmente ocupam estes espaços teve sua contribuição no contexto distrital com a proposta de preservação dinâmica oriunda do trabalho do GT-Brasília que também é referenciada no Projeto Cidade Livre.²¹⁴

entanto, o Projeto Cidade Livre é fortemente vinculado a gestão de Sílvia Cavalcante a frente do Depha-DF (1986-1995), enquanto a fixação e tombamento da Vila Planalto, é associada a atuação do GT-Brasília entre 1984 e 1988 junto aos/as moradores/as quando uma equipe se instalou no acampamento.

²¹² *Correio Braziliense* de 09 de março de 1986 – *Projeto Cidade Livre: Resgate e proteção de valores históricos*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²¹³ O Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos teve fim em 1986 com a extinção do BNH, a principal fonte de recursos financeiros do programa, no processo de redemocratização. O programa em Olinda ainda foi mantido até 1989 com recursos da Prefeitura. Segundo Beatrice Padovan (2019, p. 35) apesar de “pouco difundido na história das políticas de patrimônio e habitação social no Brasil a experiência de Olinda emplacou uma outra forma de atuação, a partir da melhoria das condições de qualidade de vida nas cidades tombadas”.

²¹⁴ Destaca-se que pela natureza tripartite do GT-Brasília – Sphan/Pró-Memória, UnB e Depha-DF – muitas contribuições do grupo como a ideia de preservação dinâmica, a valorização dos núcleos pioneiros da construção da capital e anteriores ao DF, bem como a participação social, foram replicadas no processo de musealização do HJKO.

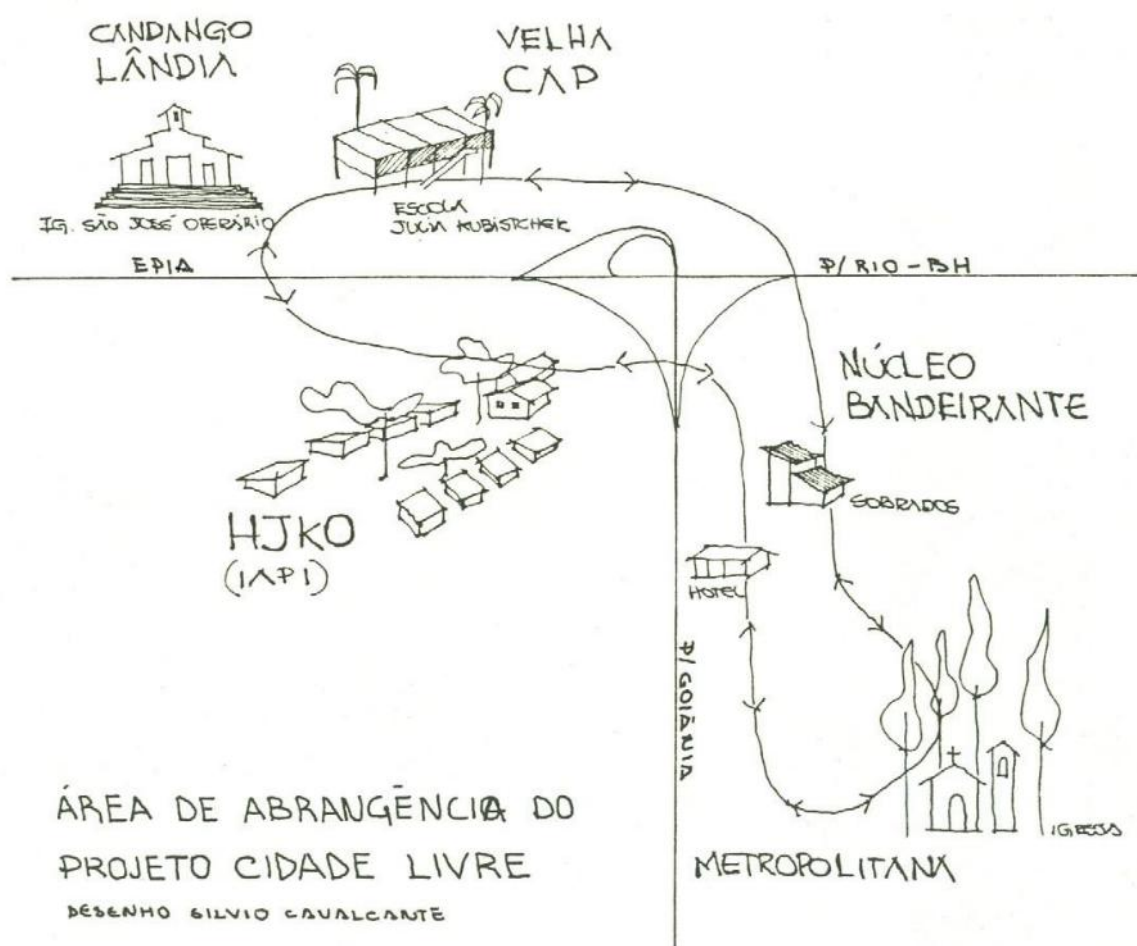


Figura 32 - Esboço do circuito histórico e cultural do Projeto Cidade Livre de preservação de acampamentos pioneiros elaborado por Silvio Cavalcante. Fonte: Depha-DF, 1987.

Neste mesmo ano, uma reestruturação administrativa separou as Secretarias de Cultura e Educação do Distrito Federal;²¹⁵ em 1987, após a restauração das primeiras edificações do conjunto HJKO, o Depha-DF que mantinha suas operações em uma sala no Palácio do Buriti, a sede do governo distrital no Plano Piloto, mudou-se para o conjunto. A mudança conferiu maior importância ao conjunto HJKO uma vez que viu a instalação do escritório técnico e a presença regular de agentes públicos; este fator desempenhou um papel fundamental no fortalecimento dos laços com as comunidades do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia, ao mesmo tempo em que estabeleceu as bases para uma abordagem de trabalho participativa.

²¹⁵ Distrito Federal. Decreto nº 7456 de 1 de abril de 1986 - Cria órgãos na estrutura básica da administração do Distrito Federal, e dá outras providências.

A participação comunitária desempenhou um papel de destaque no projeto HJKO, não apenas devido à sua origem na comunidade que demandou a preservação do hospital, mas também como parte de uma nova ética de trabalho no campo cultural, social e político, estimulada pelo contexto de redemocratização e amplo questionamento de práticas verticalizadas de atuação junto as comunidades na formulação e implementação de políticas públicas (Gohn, 2017, p. 25). O diálogo e escuta das populações interessadas na preservação dos acampamentos conjugavam-se com a perspectiva cidadã do direito a memória como princípio de participação no processo histórico, logo, o reconhecimento patrimonial desses espaços desviantes, materialidades da luta por moradia na nova capital, foi um importante recurso simbólico para os movimentos de moradores/as na luta pela fixação como foi o caso da Vila Planalto.²¹⁶

Destaco essa premissa participativa como parte de uma tendência mais ampla de pensar o campo cultural, sobretudo patrimonial e museológico, mas também de escolhas subjetivas que compreendo nesta leitura a partir da ideia do/a ‘trabalhador/a social’, aquele/a que se dedica não somente ao “cumprimento de uma função social, mas trabalha de forma consciente com o social, colaborando para incutir ações de mudança” (Bruno *et. al.*, 2010, p. 174).²¹⁷ Neste sentido, o Projeto Cidade Livre, assentado no conceito de preservação dinâmica, explicitava que:

“‘Antes de buscar a preservação como bem histórico, é preciso resgatar sua condição de bem utilitário de forma a torná-lo novamente um equipamento urbano que sirva à comunidade local’ destaca o texto do Projeto. Carlos Madson ressalta que esse projeto é importante na medida que não tenta erguer um ‘monumento ao candango’, mas devolver-lhe espaços públicos que eram populares e usados por todos durante a construção da cidade. ‘É uma forma

²¹⁶ Daniela Barbosa (2021, p. 94) apontou para outra relação entre o processo de tombamento da vila e a luta dos/as moradores/as que evidencia a dimensão política da memória na medida em que o “tombamento significou um instrumento de controle, a fim de impedir possíveis expansões descontroladas do núcleo ao delimitar limites e definir a manutenção de determinadas características”, ou seja, decidiu-se pelo tombamento, e não apenas a fixação dos/as moradores/as, tendo em vista que o instrumento jurídico impedia novas construções.

²¹⁷ Um exemplo muito forte dessa nova relação que se estabelecia com as comunidades é relatado por membros/as do GT-Brasília que quando procurados/as pelos movimentos de moradores/as visando garantir a fixação dos acampamentos relatam que “nos sentíamos com muita vontade de trabalhar com essas populações, defendendo os seus espaços, porque tínhamos absoluta consciência de que eram espaços históricos”, mesmo em meio à tensão de um contexto ainda ditatorial - “Tinham momentos, inclusive, que questionávamos o que a gente deve e a gente não deve, era uma coisa que tinha a ver com a ditadura” - e em conflito com os interesses imobiliários fortemente enraizados no Governo do Distrito Federal, esses/as profissionais escolheram atuar com as pessoas e suas necessidades e construíram processos participativos inovadores para o contexto do DF.

também de fazer o pioneiro se reencontrar com sua história e retomar o seu interesse por todo o processo histórico que fez parte’, diz Madson”.²¹⁸

Essa inserção comunitária do Depha-DF ao ‘ocupar o espaço’ é ressaltada como estratégia de envolvimento comunitário e garantia de continuidade do processo de restauração e reutilização do HJKO tanto na documentação consultada, quanto nas entrevistas realizadas para a tese. Qual seria a destinação do HJKO como bem utilitário foi uma indagação sempre pautada nos debates sobre sua preservação desde 1981, contudo, ao ser inserido na relação com outros acampamentos pioneiros no Projeto Cidade Livre, o conjunto, o único desocupado, adquiriu relevância como projeto-piloto idealizado em um possível ‘centro de vivência’ que abrigaria o Museu Vivo da Memória Candanga (hospital), oficinas de trabalho, um centro de artesanato, bares, restaurantes, espaço de lazer e um posto do Departamento de Turismo.²¹⁹

Desse modo, é importante enfatizar que a criação do MVMC foi uma iniciativa da equipe do Depha-DF (Barbosa, 2021, p. 102) já presente em 1986 na apresentação do Projeto Cidade Livre. Entretanto, a musealização do conjunto HJKO resultou da “avaliação da prática [...] a frequência ao espaço e o tipo de demanda que se estabeleceu” (Depha-DF, 1996, p. 21) ao construir canais de diálogo com as comunidades e suas associações desempenhando um papel significativo no desenvolvimento do processo museológico.

Antes de analisar este processo de musealização cabe identificar quais eram as expectativas dos/as antigos/as moradores/as com a patrimonialização do HJKO, em que circunstâncias a ideia de museu surgiu como possibilidade para a requalificação de acampamentos pioneiros e de que modo a decisão de criar um espaço museológico foi recebida e apropriada pelas comunidades vizinhas.

Como demonstrado, a ação organizativa dos/as moradores/as do acampamento HJKO foi uma reação à insegurança habitacional vivida na qual a orientação preservacionista em relação às edificações do antigo hospital agregou à luta por moradia um sentido de comunidade embasado na identidade pioneira do candango que ‘construiu Brasília’. Nas primeiras manifestações coletivas registradas na mídia impressa entre 1979 e 1980, era comum que os/as residentes expressassem a importância do hospital como um marco significativo na construção de Brasília ao pautarem suas demandas por moradia; argumentavam que, considerando as limitações dos serviços de saúde na região, o espaço, recuperada sua estrutura, poderia ser

²¹⁸ *Correio Braziliense* de 09 de março de 1986 – *Projeto Cidade Livre: Resgate e proteção de valores históricos*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²¹⁹ *Ibidem*.

utilizado para um novo hospital “ou mesmo área de lazer, muito carente naquele ponto do Distrito Federal”.²²⁰ A ênfase no aproveitamento turístico se manifestou no início da década de 1980 quando, na fala dos moradores, passaram a comparar o estado de abandono do hospital pioneiro com outros monumentos em Brasília, como o Catetinho e o Memorial JK; segundo a moradora Antônia de Souza, com o tombamento do HJKO a área poderia “se transformar em atração turística [como o Catetinho] trazendo algumas melhorias para os habitantes da região”.²²¹

Essa fala não estava alheia a outras disposições no cenário cultural do DF; foi neste período que outras iniciativas buscavam conciliar a recuperação e preservação de valores culturais e ecológicos do DF com o seu uso turístico (Barbosa, 2021, p. 99), apresentando-se como uma alternativa de geração de renda para as populações locais. Em 1978, o projeto *Raízes*, idealizado na gestão de Walter Mello, vinculava a recuperação do patrimônio histórico de Planaltina, a exemplo do Museu Histórico e Artístico e a Igreja Matriz São Sebastião, assim como a criação de melhor infraestrutura para a cidade, com o objetivo de fomentar o turismo na região criando novas fontes de renda para os/as moradores/as.²²² Neste mesmo ano, em uma reportagem que denunciava a remoção de moradores/as do acampamento Saturnino Brito, entre a Avenida das Nações e o Lago Paranoá, a moradora Zenaide Costa Andrade liderava um movimento para transformar o acampamento – não alguns barracos, mas o conjunto – “num pequeno museu ecológico e urbanístico de Brasília. Como aí se encontram as casas mais antigas do início da Capital da República, seria um local ideal para mais um ponto turístico”.²²³

Em 1980, em debate promovido pelo Movimento Candango pela Dinamização da Cultura – CUCA – que reuniu diferentes ativistas culturais do DF, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro afirmava que “o turismo na capital candanga termina na Praça dos Três Poderes, quando poderia ir muito além” e advogava pelo tombamento de barracos de madeira dos núcleos pioneiros nos quais, diferente daqueles/as que cultivavam a ideia de que “museu é feito com peças de mármore” poderia se “fazer um verdadeiro museu, um centro cultural [...] mas

²²⁰ *Correio Braziliense* de 25 de novembro de 1979 – *Acampamento renova apelo ao ministro*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²²¹ *Correio Braziliense* de 11 de outubro de 1980 – *Prédio do hospital é demolido*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²²² *Correio Braziliense* de 13 de agosto de 1978 – *Onças vermelhas na fauna de Brasília*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²²³ *Correio Braziliense* de 15 de janeiro de 1978 – *Sobre o acampamento Saturnino Brito, antes que acabe*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

esta reconstituição tem que ser processada enquanto ainda existem documentos vivos nas ruas, pessoas que vivenciaram aquela época”.²²⁴ Ribeiro enfatizava a relação da comunidade com os acampamentos pioneiros, sendo elas as principais interessadas na preservação, e como principais agentes na recuperação e reconstituição histórica dessas espacialidades; destacava ainda o baixo custo e alto potencial turístico da iniciativa, bem como sua contribuição para o enfrentamento de um problema social pendente com a fixação dos/as moradores/as.

Neste contexto, emergia uma perspectiva de complementação do turismo no DF, que é muito estimulado pela modernidade arquitetônica do Plano Piloto de Brasília, com a valorização de uma realidade cultural candanga e sócio geográfica goiana e nordestina – na identificação regional do termo – que significava um contraponto ao espaço racional de Brasília destacando o ‘tradicional’ e o ‘popular’ das demais cidades do DF como complementos inerentes à capital federal.

Retomando a análise das expectativas dos/as moradores/as do acampamento HJKO, em 1983, ano em que foi movida a Ação Popular contra a demolição do hospital e a solicitação de tombamento federal, devido à urgência imposta pelo estado precário das estruturas o morador Nilton Rosa afirmava que “os moradores não estão preocupados com a futura utilização do hospital, caso ele seja conservado, o que eles pretendem inicialmente é garantir sua preservação”;²²⁵ mantendo em aberto as possíveis opções para uso futuro, incluindo a criação de um posto de saúde, ou a transformação do espaço em uma escola ou creche. Entretanto, no texto da Ação Popular o movimento dos/as moradores/as declarava que “O HJK, de propriedade do Iapas poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um posto de saúde para atender as comunidades das imediações. Esta é a ideia”.²²⁶ Afiro nas declarações dos/as moradores/as à imprensa e pela ação impetrada, apesar das diferentes ideias sobre o possível uso do antigo hospital, que a necessidade de serviços essenciais na região era uma preocupação relevante e que a criação de um equipamento público, nomeadamente da área de saúde, era uma expectativa compartilhada pelos/as residentes.

²²⁴ *Correio Braziliense* de 29 de março de 1980 – *E a memória candanga? Brasília ano XX, é hora de tomar núcleos pioneiros*. Acedido em 10 de outubro de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²²⁵ *Correio Braziliense* de 25 de outubro de 1983 – *Hospital aguarda sentença*. Acedido em 10 de outubro de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²²⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 016.

Ao longo do processo de tombamento, a arquiteta Belmira Finageiv, responsável por mediar os trâmites junto ao órgão federal, pontuou em distintas comunicações internas essa vontade dos/as moradores/as, enfatizando com frequência que tanto as medidas de preservação, quanto as possibilidades de reutilização do espaço deveriam ser decididas em “estreita colaboração com a comunidade interessada”.²²⁷

Nessa mesma documentação é possível perceber que, a partir de 1984 quando ocorreu o incêndio no alojamento que levou ao reassentamento dos/as moradores/as na Candangolândia, o pedido de tombamento avançou junto ao Sphan/Pró-Memória em uma tendência institucional de valorização do conjunto HJKO; lembremos que, até então, a população pleiteava o reconhecimento do edifício do hospital como patrimônio.²²⁸ No entanto, passou-se a considerar o conjunto HJKO – o hospital, alojamentos e ambiente externo – como um exemplar único dos acampamentos pioneiros passível de patrimonialização.

Essa mudança se baseou em alguns fatores, sobretudo no reconhecimento da iniciativa dos/as moradores/as pela preservação das edificações como afirmação do seu valor como referência cultural, mas também por seu tamanho reduzido devido ao fato de o conjunto permanecer cercado como terreno privado do Iapas, sendo menor em comparação com as vilas operárias, como a Vila Planalto e a Vila Metropolitana. Acrescentavam ainda ser o único acampamento realizado em função de um equipamento comunitário, sendo os demais de apoio às obras.²²⁹ A sua ambiência aprazível e posição privilegiada entre as cidades pioneiras do Núcleo Bandeirante e Candangolândia, à margem de uma das principais vias de acesso à capital, contribuiu significativamente para os/as agentes do patrimônio ressaltarem o seu potencial turístico.

É importante destacar duas divergências relativas à atuação do Depha-DF nas discussões sobre a preservação do HJKO no período anterior ao tombamento distrital, em 1985;

²²⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 015.

²²⁸ Em comunicação interna de agosto de 1984, Belmira Finageiv declarava: “É nosso parecer que, embora tenha sido solicitado o tombamento apenas do hospital, todas as outras edificações do conjunto e principalmente a alameda que dá acesso ao hospital fazem parte de uma mesma unidade” Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 045.

²²⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 2, folha 004. Em 1996, em relatório do Depha-DF intitulado *Museu Vivo da Memória Candanga: a revitalização do antigo hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira*, afirmava-se que “a partir da impossibilidade de atuação descentralizada no que concerne a revitalização de sítios históricos significativos, elege então o conjunto do hospital HJKO como projeto-piloto de atuação do órgão” (Depha-DF, 1996, p. 21).

no contexto desta análise, estes debates podem informar sobre a inclinação institucional do Sphan/Pró-Memória – e, posteriormente, do Depha-DF na gestão de Silvio Cavalcante – para conceber o espaço do acampamento como um local vocacionado ao turismo e ao que era compreendido como cultura candanga, em vez da sua reutilização como um posto de saúde conforme desejado pelos/as moradores/as. Estes aspectos informam sobre as diferentes perspectivas preservacionistas em jogo e as consequentes seleções, negociações e acomodações de visões que incidiram sobre a posterior musealização do HJKO.

Pode-se dizer que essa dinâmica de valorização das memórias candangas se estabeleceu na triangulação de interesses entre a comunidade de moradores/as, na fixação do acampamento e melhoria de serviços públicos da região; a nível federal, do Sphan/Pró-Memória, no reconhecimento do papel da comunidade e avaliação do potencial turístico do conjunto; e a nível local, do Depha-DF que visualizava o potencial turístico do Núcleo Bandeirante, fortemente atrelada a figura do candango, porém, com alguns agentes alinhados/as ao modelo de gestão territorial que objetivava erradicar ‘invasões’ e acampamentos (Iphan, 2016a, p. 32).

Em 1984, a Administração do Núcleo Bandeirante em parceria com o Depha-DF decidiu construir a ‘Rua Cidade Livre’, um conjunto arquitetônico de utilização comercial que simularia o ambiente das casas de madeira do núcleo pioneiro e de um “Monumento ao Pioneiro cuja homenagem ficará a cargo deles próprios”; acrescentava ainda a “instalação de um memorial com fotos, documentos, filmes e os 600 volumes doados pelos primeiros candangos que seriam destinados à construção da primeira biblioteca de Brasília”.²³⁰ O projeto Rua Cidade Livre recuperou uma iniciativa anterior da administração local que ocorreu no marco dos vinte anos de Brasília; naquela ocasião, em resposta a demanda do CUCA de tombamento de casas no Núcleo Bandeirante para a criação de um museu, o administrador comprometeu-se com a criação de um ‘centro de vivência’ com o objetivo de “retratar fielmente todas as características da época, a partir do modo de vida dos candangos”.²³¹ Até 1984 esse projeto não se concretizou, sendo retomado pela Administração do Núcleo Bandeirante como resposta a uma demanda de “parte significativa da população” que, segundo reportagem, preocupada com a preservação das memórias da construção da capital, mas sentindo

²³⁰ *Correio Braziliense* de 07 de abril de 1984 – *Rua vai mostrar primeiros anos da Cidade Livre*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²³¹ *Correio Braziliense* de 23 de abril de 1980 – *Memória: Minicidade Livre será recriada no Núcleo Bandeirante*. Acedido em 22 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

necessidade de substituir os frágeis barracos por casas de alvenaria, seriam a favor da construção de um local onde pudessem salvaguardar essas memórias.²³²

Cientes dessa iniciativa, os/as moradores/as do HJKO e a representação regional do Sphan/Pró-Memória na figura da arquiteta Belmira Finageiv, passaram a solicitar respostas do órgão federal em relação ao impasse com o tombamento do acampamento e questionavam a opção da administração local em criar uma reprodução, um simulacro, quando, nas proximidades do Núcleo Bandeirante, era possível recuperar um conjunto original – “[...] quando ainda temos condição de através de um trabalho de restauração/recuperação revitalizarmos um conjunto ainda vivo como o do HJKO”.²³³

Essas dissensões são abordadas em reportagem no Jornal do Brasil – *Tombamentos em Brasília são causa de divergências* – em que são apresentadas duas linhas de pensamento identificadas como ‘preservacionistas’ e ‘desenvolvimentistas’. A primeira seriam aqueles/as interessados/as na preservação de barracos de madeira do período da construção, na reportagem representada pelo arquiteto José Carlos Coutinho (Instituto de Arquitetos do Brasil-DF) e o morador Nilton Rosa, e a outra, definida como a linha do Governo do Distrito Federal representado pelo arquiteto Raul Molinas (Depha-DF), que “adota uma política de erradicação dos acampamentos pioneiros, localizados normalmente em regiões valorizadas da cidade como é o caso do acampamento do hospital JK”.²³⁴ Raul Molinas questionava as motivações do tombamento – “O hospital é um barraco. E se é histórico, é mórbido. [...] mas pergunto, tombá-lo para quê? Para fazer um museu?” – sugerindo em parecer técnico no processo de tombamento formas alternativas de preservação como o registro documental.²³⁵ Ao considerar

²³² Jéssica Silva (2019) ao analisar a documentação produzida pelo GT-Brasília informa que no relatório *Caracterização do acervo de bens imóveis e propostas para a sua preservação (s/d)* em relação ao Núcleo Bandeirante, o Grupo também chegara a propor “a preservação de alguns exemplares, em caráter didático como testemunho concreto do modo de construção e habitação do período pioneiro.” A ideia era desmontar e transferir alguns desses exemplares para ‘recriar um pequeno trecho de rua’. A finalidade de tal empreendimento era de um ‘museu ao ar livre’, podendo inclusive receber exemplares de outros acampamentos” (Silva, 2019, p. 136). Como não sabemos a data de sua produção não é possível afirmar se o projeto corresponde ou influenciou a iniciativa da Rua Cidade Livre da administração do Núcleo Bandeirante, não sendo citada a referência ao GT-Brasília nas inúmeras reportagens sobre o projeto ou confirmada pelos/as entrevistados/as.

²³³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 041.

²³⁴ *Jornal do Brasil* de 05 de agosto de 1984 assinada por Zenaide Azeredo – *Tombamento em Brasília são causa de divergências*. Acedido em 14/10/2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/jornal-do-brasil/>.

²³⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Volume 1, folha 185. As possibilidades de registro aventadas era o levantamento da história oral, pesquisa documental, recuperação e tratamento de imagens fotográficas e cinematográficas, além do registro em qualquer suporte do estado das edificações do HJKO à época. Em resposta

um elevado custo na recuperação do HJKO, também se mostrava cético quanto à legitimidade das demandas dos/as moradores/as como assuntos de interesse público, apontando para os interesses de uma “fração populacional (moradores da área do conjunto HJKO) que, em verdade, foram atingidos pela crise habitacional”.²³⁶

Destaco esses debates e opiniões para explicitar que antes do tombamento distrital do HJKO existia em diferentes instâncias o empenho na preservação das memórias candangas, com mais frequência representadas na salvaguarda das memórias da cidade pioneira, a Cidade Livre, cujos barracos desapareciam na medida em que o Núcleo Bandeirante se urbanizava. Por parte dos administradores locais o imperativo de erradicar os barracos se sobrepunha a ideia de patrimonialização e musealização das construções em madeira defendida por outros segmentos; como alternativa considerou-se em diferentes gestões locais a possibilidade de recriar um cenário inspirado nos anos pioneiros como homenagem a figura dos candangos conjugado ao estímulo comercial e turístico – o centro de vivência, em 1980, e a Rua Cidade Livre, em 1984. Isso demonstra que os debates sobre a monumentalização das memórias candangas e musealização do HJKO já estavam circulando no âmbito institucional, ainda que houvesse ressalvas quanto às abordagens e conteúdos.

A decisão de aproveitar o espaço do HJKO como um museu é referenciada pelos/as entrevistados/as, aqueles/as que exerceram função pública no Depha-DF, como uma ideia do então diretor, Silvio Cavalcante. Este, no seu depoimento ao ser interpelado sobre o porquê criar um museu, argumentou sobre um “aspecto museológico inerente” ao conjunto, o qual inferimos que havia uma percepção do processo museológico enquanto dimensão comunicacional do patrimônio arquitetônico (Gabriele, 2012, p. 140), e, fundamentalmente, sobre reparar uma lacuna no contexto museológico do DF relativa à ausência dos/as candangos/as:

“Porque em termos de casas de acampamentos pioneiros aquele lugar é especial, ele é especial, então eu já achava aquele espaço, o espaço em si, ele é museológico. Eu achava que ele é patrimonial. Mas ele tem um aspecto museológico inerente, ele é uma coisa que sobrou aí, é como o Catetinho, né? Eu já via que ele tinha esse potencial enorme, né? [...] Porque Brasília não tem um lugar do candango, Brasília tem o Catetinho que é o lugar da memória

ao parecer técnico assinado por Molinas com esta sugestão, a coordenadora do Setor de Tombamento do Sphan adverte que esta não seria a maneira adequada de devolver o patrimônio à população, argumentando que conjuntos arquitetônicos possuem uma linguagem mais direta, logo, mais apropriada para atingir à população.

²³⁶ *Ibidem*.

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

do presidente, tem o Memorial JK, mas o candango não, o candango não tem nada.”²³⁷

Acrescenta ainda que esta ideia teve receptividade junto a nova Secretária de Cultura, Vera Pinheiro, responsável pela criação da Coordenadoria do Programa de Museus.²³⁸ No entanto, apesar da nova estrutura institucional no campo cultural, o Depha-DF, após a separação das secretarias, permaneceu subordinado à Educação até 1988 (Oliveira, 2016, p, 30), tendo pouco apoio e maior autonomia em relação ao Programa de Museus na formação do MVMC que teria se desenvolvido “na intuição, na vontade de fazer”.

A opção pela criação do museu também responderia a outras demandas como a doação feita ao Depha-DF da coleção de imagens e materiais fotográficos de Mário Fontenelle, mecânico candango que se tornou fotógrafo nos anos da construção de Brasília e fez registros icônicos do cotidiano da cidade, a própria coleção do antigo hospital e do Brasília Palace Hotel, conjunto de móveis e utensílios do primeiro hotel da capital federal inaugurado em 1958. Em relatório da equipe destacava-se também que “havia a expectativa das pessoas que já tinham uma história de frequência ao espaço, e que, na época, apontaram alguns caminhos que resultaram na implantação das oficinas” (Depha-DF, 1996, p. 21). Estas foram as primeiras atividades a funcionarem no espaço do HJKO, em 1988, ainda antes da inauguração do MVMC que só ocorreu oficialmente em 1990 com a abertura do módulo inicial da exposição de longa duração Poeira, Lona e Concreto.

Como uma demanda comunitária de utilização do espaço, as oficinas possibilitaram a formação e capacitação artesanal – abarcavam as práticas de tecelagem, cerâmica, costura, marcenaria, serigrafia, entre outras atividades – se consolidando como estratégia de desenvolvimento social da área com o intuito de criar alternativas de trabalho e incremento da renda:

“A ideia era que a comunidade ocupasse, se apropriasse culturalmente do espaço em restauração e desse vida a ele, o que ocorreu por meio do contato dos técnicos do Depha/Museu com o seu entorno. Uma das pessoas importantes no processo foi Seu Waldemar Magalhães, presidente da

²³⁷ Depoimento de Silvio Cavalcante dado à autora em 06 de dezembro de 2023.

²³⁸ Decreto nº 9.798 de 13 de outubro de 1986 que aprova o Regimento da Secretaria da Cultura, cria funções do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências. Entre 1986 e 1989 foi coordenado pela artista plástica Leda Watson e, posteriormente, entre 1989 e 1991, pela museóloga Célia Corsino. Depreendo que a pouca relação do MVMC com o Programa de Museus neste período se deveu à prioridade da Fundação Cultural na organização e inauguração do Museu de Arte de Brasília (MAB), a partir de 1985. (Guimarães, 2022, p. 151).

Associação de Artesãos, mobilizador da comunidade, para que, como ele, ocupassem as oficinas.” (Ricardo, 2017, p. 55).

Uma das primeiras atividades instaladas foi a Oficina do Algodão – posteriormente chamada de Oficina da Fibrã – formada por tecelões/ãs ex-moradores/as do HJKO e das cidades vizinhas (figura 33). Entre as mestras desse ofício, Maria Xanduzinha da Silva, mais conhecida como Dona Xandú, paraibana que chegou ao DF em 1971, exerceu a prática nas instalações do MVMC até o ano de 2010²³⁹. Como espaços de pesquisa, formação e produção cultural, as oficinas foram incorporadas ao museu e oferecem cursos à comunidade; inicialmente eram cursos profissionalizantes e avulsos com diferentes técnicas e participantes externos, grupos de produção artesanal e ateliê livre com a disponibilização dos equipamentos do museu.



Figura 33 - Dona Xandú tecendo em tear de 4 liços na Oficina da Fibrã, em 1991, e curso de tecelagem em tear pente-liço, em 1992. Fonte: acervo MVMC/Ricardo, 2017.

²³⁹ Depoimento de Marinalva Salviano de Sousa dado à autora em 14 de junho de 2023.

Entretanto, esta relação das comunidades com a equipe do Depha-DF não se estabeleceu sem ruídos. Como apontado anteriormente, havia o desejo da população de restabelecer os serviços hospitalares no conjunto devido à carência de equipamentos da área de saúde no Núcleo Bandeirante e Candangolândia. Dez anos após a inauguração do MVMC, em depoimentos coletados pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do DF, alguns moradores/as pioneiros/as do Núcleo Bandeirante manifestavam sua insatisfação com a destinação dada ao conjunto:

“Não tem [hospitais], eu estou brigando para ver se ponho hospital aqui, lá nessa casa museu vivo, nós precisamos um museu morto [...] um hospital seria melhor que servia para Riacho Fundo I e II.” (Mazzolla, 2000, p. 21).

“Tivemos o prazer de fazer uma festa bonita lá para o tombamento, mas acontece que a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital.” (Preto, 2000, p. 22).

Entre os profissionais da instituição entrevistados/as para a pesquisa há referências a uma certa resistência e críticas em relação à criação do museu por parte de alguns/as moradores/as e administradores locais.²⁴⁰ No entanto, a controvérsia também envolveu outras ideias para o uso do espaço, além das questões de saúde; algumas dessas ideias incluíam a possibilidade de uma reutilização mais rentável, talvez comercial, e até mesmo o estabelecimento de um museu próprio, reivindicação que não foi adiante pois a proposta não teria sido efetivamente apresentada à equipe – “Porque se tivesse alguma proposta assim, que realmente eles estivessem assim ‘vamos fazer isso aqui’ a gente fazia uma parceria e fazia acontecer”.²⁴¹

Os depoimentos indicam que houve relutância sobre a proposta de musealização do Depha-DF que foi contornada por um trabalho efetivo de mediação comunitária; em virtude dessa situação específica a professora Lauréti Lopes Mascarin, arte-educadora com experiência de ações culturais e educativas na cidade de Ceilândia e na Vila Paranoá à época, integrou a equipe para realizar a ponte entre o museu e suas comunidades.

Pontuamos nessa análise as comunidades como grupos de interesses plurais que interagem em um dado território e sobre ele produzem expectativas, desejos e projetos diversos, nos referimos a elas nas leituras aqui propostas em suas relações complexas com o espaço urbano acionadas por suas territorialidades; foi em relação a essas duas categorias –

²⁴⁰ Depoimento de Silvio Cavalcante dado à autora em 06 de dezembro de 2023.

²⁴¹ Depoimento de Lauréti Lopes Mascarin dado à autora em 06 de julho de 2023.

comunidades e territórios – que novas práticas institucionais e modelos experimentais de museus emergiram em meados da década de 1960 e contribuíram para acercar as instituições museológicas do seu entorno. Entre os atributos dos museus inseridos no que se convencionou associar à Nova Museologia, os processos participativos e inclusivos são definidores da sua atuação, o que os tornaram, na mesma medida, espaços de encontros e construção de pertencimentos, mas também de conflitos e diferenciações.

Como desenvolverei adiante, a criação do MVMC se nutriu de referências acadêmicas e práticas museológicas reconhecidas nessa nova tendência de pensamento na qual os ‘museus a céu aberto’ e a Ecomuseologia são referenciais de práticas institucionais de aproximação e participação das comunidades locais e de revalorização de grupos sociais marginalizados por processos museológicos hegemônicos. Estas experimentações museológicas em vez de se centrarem nos objetos, se desenvolveram como trabalhos de memória centrados nas pessoas e suas coletividades, nos quais a noção de comunidade “adquire um sentido próprio, e o termo passa a ser utilizado pelo grupo local para organizar em um só regime os valores que são *comuns* no grupo e, logo, podem servir para identificá-lo como tal.” (Brulon, 2015, p. 275). Neste sentido, em diálogo com as reflexões feitas por Gleyce Kelly Heitor (2021) a respeito da conformação da ideia de ecomuseus consagrada pela experiência francesa de *Creusot Montceau-les-Mines*, a insatisfação demonstrada por algumas pessoas em relação ao MVMC não invalida a iniciativa, no entanto evidencia a polifonia do território e como a preexistência da ideia “sugere que muitas das mudanças propaladas pelos museus são verticais e partem do movimento dos *experts* em direção a ideias e ideais específicas/os de comunidade” (Heitor, 2021, p. 30).

A relevância da criação de museus em territórios marcados pela carência de equipamentos urbanos como escolas, creches, hospitais, entre outros serviços básicos, é questionada por estas comunidades. A indagação sobre a função dos museus neste contexto, comumente percebidos na sua relação com uma elite econômica e cultural, bem como o quê lembrar de uma trajetória muitas vezes de privações, dificuldades e silêncios, são questões que atravessam essas experiências e resultam em pontos de tensão. O desafio do trabalho colaborativo, aplicado à ideia de participação neste caso, é lidar com os conflitos e as incertezas como possibilidades de construção de lugares comuns (Cevallos & Macaroff, 2015, p. 36) e a partir da intervenção coletiva oportunizar canais de diálogos e negociações. Nesse sentido, adquire cada vez mais a dimensão de um processo educativo que na perspectiva da pedagogia

crítica explora estas contradições transformando-as em possibilidades de construção de novos consensos.

Com a decisão institucional de criação do MVMC, a despeito de uma demanda comunitária de uso distinta, estratégias de mediação foram acionadas para intermediar a proposta do museu e as comunidades locais:

“A mediação comunitária tenta articular demandas e aspirações coletivas, gerando condições para o diálogo e a participação frente às políticas institucionais, políticas culturais ou as mesmas lógicas de organização e relacionamento social dentro das comunidades.”²⁴² (Cevallos & Macaroff, 2015, p. 211).

A mediação comunitária aplicada a este contexto visava comunicar a liberdade de acesso ao território – um receio que teria sido expresso pelos moradores/as – e estimular a participação social diminuindo as barreiras entre as intenções dos/as agentes especializados/as e as pessoas diretamente envolvidas na produção de sentidos compartilhados como memórias candangas.

As Oficinas do Saber-Fazer foram as principais mobilizadoras desse fluxo, seja como estrutura pensada em conjunto com as comunidades, como pela atuação comunitária direta ao ministrarem e frequentarem as formações – “O caráter permanente das Oficinas estimula a participação efetiva da comunidade dentro do Museu fazendo com que ela o reconheça como parte do seu cotidiano”.²⁴³ Além dos cursos ministrados nas Oficinas e disponibilização de uso do espaço e equipamentos, outros programas eram orientados a partir de suas temáticas envolvendo diferentes aspectos da vida comunitária o que indica o esforço de criar instâncias participativas e de participar na resolução dos problemas e na vida das comunidades do Núcleo Bandeirante e Candangolândia:

“A forma básica de atuação do museu no que concerne à sua dinamização se dá através de projetos que, após avaliados e aprovados, se desenvolvem na forma de programas cuja natureza e prazo de duração são variáveis. Os projetos são a forma legítima de participação de pessoas ou entidades no processo de desenvolvimento do trabalho do Museu, assim como de ampliação dos serviços que ele presta à cidade. Paralelamente aos projetos enviados pelas comunidades, a equipe do Museu implementa seus próprios programas de dinamização, contando para isso com a colaboração de

²⁴² No original: “La mediación comunitaria intenta articular demandas y aspiraciones colectivas, generando condiciones para el diálogo y participación frente a las políticas institucionales, políticas culturales, o las mismas lógicas de organización y relacionamiento social dentro de las comunidades.”

²⁴³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). Processo de tombamento nº 1.099-T-83. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO). Anexo 1, folha 001. Material de divulgação do MVMC.

parceiros que, financeiramente ou mediante cessão de recursos humanos, tornam-se co-participantes do trabalho.”²⁴⁴

Entre estes, destaca-se o programa ‘Refazendo a Trama – Educação, Cultura e Meio Ambiente’ que incluía na programação do MVMC professores/as da rede pública de ensino do DF que ofertavam e frequentavam cursos de atualização e formação continuada nos espaços do museu. Este programa aliava-se a todas as Oficinas do Saber-Fazer a partir da compreensão da produção cultural como processo educativo e formativo interdisciplinar embasado nas técnicas artesanais e nos saberes candangos – “o fazer humano como forma legítima de expressão, comunicação e participação no processo histórico”.²⁴⁵

Estes/as profissionais da educação tornavam-se então multiplicadores/as em suas escolas respondendo “a necessidade de unir esforços na intenção de ações que perdurassem no tempo e tivessem um alcance maior, priorizando a interdisciplinaridade aos temas em questão” (Ricardo, 2017, p. 58). Este vínculo fortaleceu a perspectiva do museu como processo educativo embasado no patrimônio candango e espaço de educação permanente para além da comunicação expográfica e de ações pontuais, ainda que o museu tenha, desde 1991, um programa de mediação educativa da exposição de longa duração, o programa ‘Viva o Museu!’, o mais longo programa educativo em museus no DF.²⁴⁶

No que se refere ao receio dos/as moradores/as com a possibilidade de acesso e utilização do espaço foi enfatizado por todos/as entrevistados/as o papel do programa ‘Domingo no Museu’ para aproximar as pessoas do espaço museológico. Ao promover celebrações no museu das principais festividades populares que mobilizavam as comunidades próximas como as festas juninas, o dia de São Cosme e São Damião e o Natal, outras relações se estabeleceram na superação da distância provocada pela ideia sacralizada dos museus e ao evidenciar o posicionamento de uma instituição aberta às comunidades:

“Fazia festa de São João, aí a comunidade inteira ia para lá, tinha as barraquinhas, aí tinha o dia da festa da capoeira, fiz a festa de Cosme e Damião que é uma festa também muito importante que eles gostam, né? E aí nesse dia a gente fazia assim uma festa mesmo lá no museu. Aí fazia o Natal, o pessoal das oficinas apresentava a produção deles, né e vendiam (sic); aí tinha as mulheres da cozinha que faziam o almoço... Então isso aí foi trazendo a comunidade para dentro do museu e criando um elo de amor e amizade,

²⁴⁴ *Ibidem.*

²⁴⁵ *Ibidem.*

²⁴⁶ Em 2023 o programa ‘Viva o Museu’ foi alterado para Programa Educativo Memória Candanga mobilizado pelo Núcleo de Arte do Centro-Oeste contemplado por edital do Fundo de Apoio a Cultura para mediar visitas escolares à exposição de longa duração.

fazendo com que as pessoas fizessem, se sentissem, pertencentes aquele espaço, né? E aí ficou tranquilo, foi uma maravilha...”²⁴⁷

Nos idos de uma época sem internet um dos principais meios de comunicação foi o jornal produzido pela Sociedade dos Amigos do Museu Vivo da Memória Candanga (SOMUSEU) o qual informava, divulgava e mantinha as comunidades atualizadas sobre as oficinas e iniciativas relacionadas ao MVMC. Além da função comunicacional a SOMUSEU se estruturou como alternativa colaborativa para a falta de recursos que pudesse comprometer o andamento das ações culturais e educativas por meio das contribuições de membros/as associados/as.²⁴⁸

Estas iniciativas informam sobre um processo de fortalecimento das redes de colaboração e afetos em que o museu, como espaço físico e simbólico, que se reinventava enquanto promotor de desenvolvimento social, se envolveu em demandas locais e mobilizou projetos dissonantes ao modelo normativo de trabalho nesses espaços para respondê-las.

A exemplo da extinta Oficina do Cerrado, projeto de educação ambiental do MVMC coordenado pelo professor Estevão Monti que por meio do programa ‘Jatobá’ mobilizava ações de sensibilização do patrimônio ambiental cerratense para divulgação, manutenção e adoção de práticas de manejo adequadas ao bioma; além de promover fóruns de discussões sobre questões ambientais locais, realizou entre 1994 e 1995 um diagnóstico da realidade ambiental com professores/as e ‘agentes ambientais mirins’ (Ricardo, 2017, p. 61). Diante dos desafios socioambientais locais, especialmente relacionados à má alimentação devido à baixa renda dos/as moradores/as e à falta de espaço nos lotes para a produção de alimentos, uma das ações propostas pelo programa foi a criação de uma horta comunitária no terreno do museu. A horta era administrada por famílias da Candangolândia com apoio da Pastoral da Criança e da Associação dos Idosos da Candangolândia e a produção redistribuída, sendo utilizada também nos eventos do museu e o excedente da produção de verduras e plantas medicinais comercializado (figura 34); constata-se pelo relato do morador e mestre em cerâmica do MVMC Waldemar Magalhães que, pelo menos, até o ano de 2000, a comunidade ainda mantinha vínculos com a horta – “[...] onde é que tem aquele museu, que eu até que tenho um micro viveiro de planta medicinal lá, ali que era a maior invasão da época” (Magalhães, 2000, p. 09).

²⁴⁷ Depoimento de Lauréti Lopes Mascarin dado à autora em 06 de julho de 2023.

²⁴⁸ Depoimento de Luciana Maya Ricardo dado à autora em 09 de janeiro de 2024.

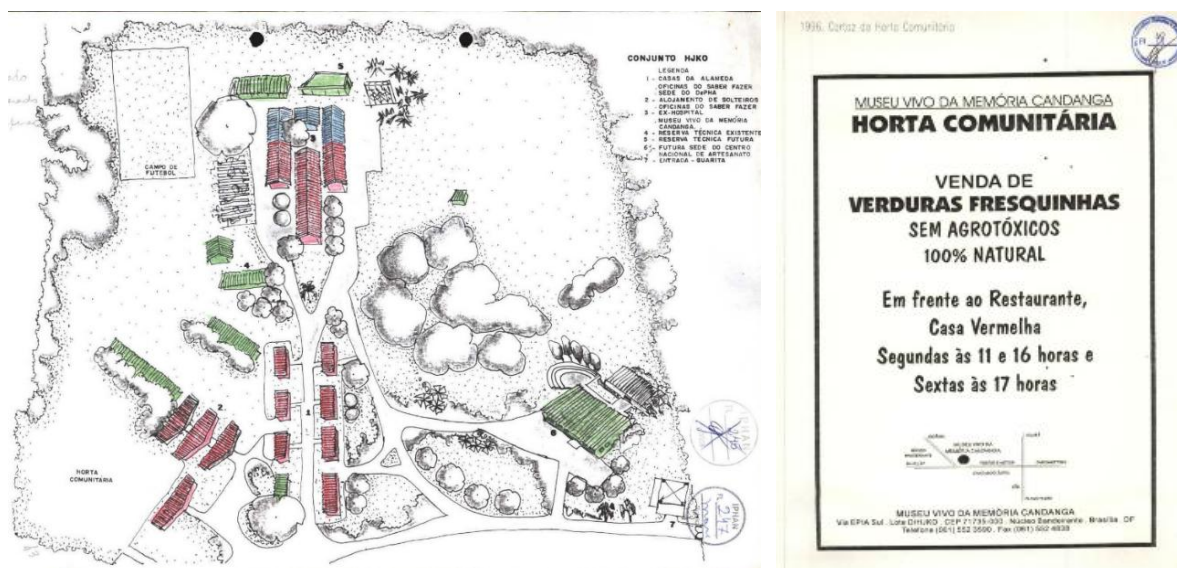


Figura 34 - Desenho do território do MVMC com a identificação do local da Horta Comunitária e material de divulgação. Fonte: Dossiê Iphan, 2007/Depha-DF, 1996.

Neste sentido, o MVMC assumiu um trabalho de memória implicado com as comunidades na construção de processos de aprendizagem coletivos voltados para valorização das memórias candangas e mobilizados em atenção às demandas locais, bem como às demandas internas do Depha-DF. Destaco estes aspectos para os situar dentro de um quadro de transformações deste período em que o “trabalho para a recuperação e tratamento das memórias coletivas de grupos excluídos” se deu em profunda relação com “propostas metodológicas, também insurgentes, do campo da educação” (Primo & Moutinho, 2021, p. 31). Estes debates foram abordados no primeiro capítulo desta tese e remetem a uma série de temas e problemas que emergiram ao final do século XX e que interpelaram diferentes campos sociais a um compromisso ético com a dignidade humana; do ponto de vista da ação social, passaram a mobilizar conceitos como os territórios, as comunidades, o local e o popular em movimentos de renovação metodológicos e reelaborações teóricas orientados por agendas de debates participativos e comunitários.

Articular as dimensões educativas e comunitárias nos processos museológicos “tem a ver, também, com a transferência de instrumentos de mediação e perspectivas educativas para o trabalho com comunidades, subtraindo-lhe o tom heroico que costuma imprimir-se neles para os compreender mais como espaços de aprendizagem coletiva” (Cevallos & Macaroff, 2015,

p. 03)²⁴⁹. Nesse contexto, o museu não era apenas um local de recolha e exposição de coleções, mas sobretudo um espaço de investigação e pesquisa sobre os saberes candangos, bem como sobre um novo modelo de museu aberto à participação.²⁵⁰ O caráter experimental do MVMC é frequentemente ressaltado pelos/as envolvidos/as – “tudo era muito experimental, estávamos inventando”;²⁵¹ sobre essa dinâmica a educadora e gerente do MVMC entre 2007 e 2012, Luciana de Maya Ricardo (2017, p. 219), fez a seguinte análise:

“A postura dos coordenadores e professores do museu sempre primou por buscar novas perspectivas para o fazer já consagrado, atualizando o permanentemente com as ferramentas e insumos materiais e imateriais que lhe foram apresentados, disponibilizados, e outros tantos que correram a encontrar, sempre pensando numa forma de melhor acessar todos os seus alunos e proporcionar mais e melhores oportunidades por intermédio do patrimônio cultural e da subjetividade de cada um, pensando na integralidade das pessoas que frequentavam o museu.”

São destas perspectivas novas e da própria reflexividade do trabalho operado pela equipe do Depha-DF que as experimentações em torno das memórias candangas no MVMC encontraram sustentação metodológica e teórica como processo participativo e crítico. No relatório do Depha-DF de 1996 algumas referências são apontadas como “premissas que na época acabaram por balizar o trabalho” no MVMC; a partir delas relacionaremos as falas dos/as entrevistados/as sobre os debates, contatos e trocas que influíram no trabalho de musealização das memórias candangas, aspectos que apreendo nesta tese como parte da circulação de ideias e práticas críticas que mobilizaram memórias populares e museus sociais no DF.

²⁴⁹ No original: “*Tiene que ver, también, con trasladar herramientas de mediación y perspectivas educativas al trabajo con comunidades, restándole el tono heroico que suele imprimirse en él para enterderlos más como espacios de aprendizaje colectivo*”.

²⁵⁰ A exemplo do projeto Aroeira, implementado na Oficina da Madeira com a colaboração da UnB e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente que visava pesquisar as possibilidades de aplicação das madeiras do Cerrado; a Oficina de Materiais Alternativos e Papel Artesanal que por meio da pesquisa da composição de materiais objetivava a transformação acessível do material reciclável e dos recursos naturais do Cerrado para confecção de objetos como lápis, papéis, tintas, pincéis, suportes e massas, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do DF, Instituto de Ciência e Tecnologia do DF e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; a Oficina do Som com projetos para musicalização infantil e de pesquisa e construção de instrumento musicais em parceria com o Departamento de Música da UnB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento; a Horta Comunitária em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Administração Regional da Candangolândia e moradores/as que fizeram a pesquisa e produção de plantas medicinais tradicionais da região na perspectiva de autossustentabilidade e utilização pelas famílias e para o próprio museu; a Oficina da Memória e o projeto Refazendo a Trama, em parceria com a Fundação Educacional, no incentivo à capacitação de professores/as para realização de pesquisas sobre as histórias locais e montagem de museus escolares. (Depha-DF, 1996). Estes são alguns exemplos que demonstram a capacidade de articulação institucional e comunitária do Museu para a dinamização das atividades de pesquisa e desenvolvimento de projetos situados na dinâmica cerratense e candanga.

²⁵¹ Depoimento de Marília Panitz dado a Luciana Maya Ricardo em 19 de janeiro de 2015.

Neste relatório é destacado que o MVMC “é um dos muitos resultados da grande discussão estabelecida no Brasil sobre a questão do Patrimônio Cultural, através de instituições como o CNRC e o Pró-Memória” (Depha-DF, 1996, p. 21); como abordado na segunda seção deste tópico o ideário de Aloísio Magalhães marcou profundamente as políticas culturais brasileiras em meados da década de 1970 e, especialmente, o arranjo institucional do setor cultural no DF. Essa filiação de ideias e práticas é identificada no MVMC pela valorização do HJKO como espaço de referência cultural reivindicado pela própria comunidade e preservado como bem utilitário; como patrimônio de um grupo marginalizado pelos processos de modernização, as memórias e saberes candangos encarnaram a perspectiva de uma cultura popular diversa e que se manifesta no cotidiano das práticas sociais como as festividades e ofícios, mais que na materialidade das coisas. O sentido do tratamento dessa síntese cultural candanga foi orientado por uma certa retórica da perda e, nomeadamente, pela ideia de ‘cultura em processo’ na qual a tutela pública operava como promotora da sua dinamicidade e diversidade como produto cultural.

As experiências das Oficinas do Saber-Fazer, como práticas artesanais e expressões culturais e identitárias, remetem, sem dúvida, ao processo de politização da preservação e a ampliação do conceito de patrimônio cultural decorrente das atividades do CNRC cujo objetivo era ‘estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se’ (MAGALHÃES, 1997, p.40)” (Dutra, 2017, p. 37). Nessa perspectiva, o popular ainda era associado ao “pré-moderno e ao subsidiário” (Canclini, 2019, p. 205) mas, sobretudo, “o popular é nessa história o excluído” (*Ibidem*).

Como processo inserido no contexto de redemocratização do país e da elaboração de uma carta constitucional que se destacou por um processo participativo e pela inclusão de pautas sociais impensáveis nas décadas anteriores a 1988 (Viscardi & Perlatto, 2018, p. 445), a valorização das memórias candangas no contexto patrimonial e museológico do DF também resultou de debates críticos sobre as relações entre memória e História, assim como História e cidadania (Depha-DF, 1996, p. 21).

Estes debates presentes nas elaborações historiográficas da Nova História francesa e da História Social inglesa contribuíram para a reorganização dos movimentos sociais em torno das suas memórias afetivas e de lutas mobilizadas na reconstrução da cidadania na Nova República. Nesse sentido, os questionamentos em relação a uma história política centrada em

personagens e documentos oficiais cedeu espaço para novas abordagens historiográficas, com interfaces mais estreitas com o campo da memória. Essa transformação foi mediada por métodos qualitativos, como a história oral, possibilitando a inclusão de grupos sociais subalternizados e invisibilizados do quadro de representações oficiais construído na materialidade de monumentos, edificações, coleções e arquivos documentais (Pollak, 1989, p. 4).

Neste contexto, a participação da equipe do MVMC em programas de formação em história oral, conduzido no Núcleo de Cultura, Oralidade, Imagem e Memória (NECOIM)²⁵² do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília também foi referenciado nas entrevistas sendo realizadas rodas de conversa com chás e lanches no espaço do museu objetivando o registro de depoimentos; também cabe destacar o programa ‘Abra seu baú’ de captação de registros materiais doados pela comunidade, embora nenhuma das duas experiências tenham resultado em coleções, seja de depoimentos ou objetos, que compõem o atual acervo do MVMC.

Esse aprofundamento da relação entre História, memórias, identidades e direitos sociais fundamentou novas ideias no campo cultural que circulavam entre os/as profissionais do Depha-DF e que se consolidaram como referenciais para o trabalho desenvolvido no MVMC. Em 1991 ocorreu em São Paulo o Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania: o Direito à Memória, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, à época dirigida pela filósofa Marilena Chauí (figura 35); este evento foi descrito como um “divisor de águas”²⁵³ por Marília Panitz, gerente de revitalização do MVMC, na compreensão do direito à memória e a cultura de grupos sociais marginalizados vinculada ao compromisso político com o exercício da cidadania.

²⁵² Criado em 1987 sob a denominação de Núcleo de Estudos do Centro-Oeste (NECO), tendo como enfoque o estudo de questões relativas a essa Região. Em 1998 o nome foi alterado para a Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória no CentroOeste (NECOIM) e, em 2004, devido a diversidade de temas tratados pelo núcleo, retirou-se a especificidade dada a região Centro-Oeste.

²⁵³ Depoimento de Marília Panitz dado à autora em 05 de dezembro de 2023.

Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

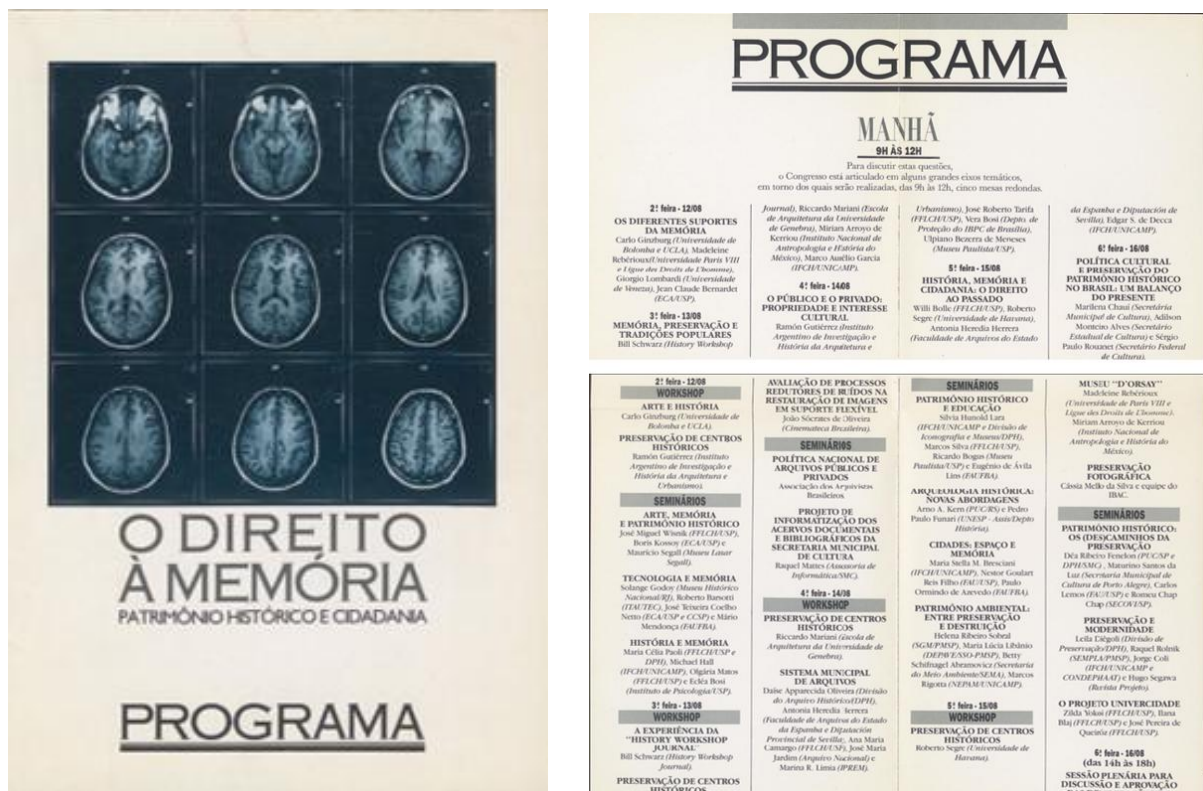


Figura 35 - Divulgação do Congresso 'O direito à memória' com destaque para a participação de Miriam Arroyo do Instituto Nacional de Antropologia e História do México, e da museóloga Solange Godoy, a primeira mulher a dirigir o MHN (1985-1989) e implantar importantes mudanças na política de acervos e museografia. Fonte: Arquivo Digital de Documentos Efêmeros da América Latina e Caribe da Universidade de Princeton. Acedido em 07/05/2025.

A alusão a esse evento informa sobre outra possível influência, a experiência paulistana de uma política de cidadania cultural desenvolvida durante a administração municipal de Luíza Erundina (1989-1992). Nessa gestão, a formulação de uma política cultural esteve intrinsecamente ligada à invenção de uma nova cultura política, buscando estabelecer outra base de entendimento das relações entre o Estado e a sociedade, após mais de vinte anos de autoritarismo; outras cidades brasileiras também experimentavam modelos de institucionalização da participação social como foi o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, implantado em 1989. Como destacado por Chauí (1995, p. 93), o projeto cultural foi concebido na perspectiva da democratização da cultura, entendendo-a como “direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação”.

Além deste evento, as referências aos trabalhos de Ulpiano Bezerra de Menezes – também colaborador da Secretaria Municipal de Cultura e diretor do Museu Paulista entre 1989 e 1994 – e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), evidenciam esse contato com a produção acadêmica paulistana, bem como as experiências

educativas desenvolvidas no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo sob a direção de Ana Mae Barbosa (1987-1993). A vinculação com a abordagem triangular foi mencionada nas falas e pelo perfil profissional de arte-educadoras como Lauréti Mascarin e Marília Panitz, além de ser expressa no relatório como “grande influência no trabalho, embora este não seja um museu de arte”. Influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire e as concepções do Movimento de Cultura Popular pernambucano (D’Agostino, 2022, p. 44), no qual compartilhou espaços de criação com Aloísio Magalhães no Gráfico Amador (*Ibid.*, p. 24), Ana Mae Barbosa estimulou uma abordagem de educação em museus (Siqueira, 2019, p. 105) apreendida como mediação cultural e educativa das imagens em diálogo com as referências e leituras de mundo dos/as públicos:

“A política cultural desenvolvida por Ana Mae Barbosa enquanto gestora do MAC/USP permitiu que acontecesse o primeiro programa intercultural em um museu brasileiro. [...] Criam-se diferentes ações com o público, assim como com todos os envolvidos, em um trabalho de reflexão constante entre teoria e prática. A abordagem traz a preocupação em fazer com que o indivíduo pertença a uma cultura, uma história e um lugar, e que isso tudo não seja simplesmente uma aceitação, mas que permita uma leitura crítica de todas as imagens que o rodeiam.” (D’Agostino, 2022, p. 58-60).

A construção dessa relação com novos públicos, dentro e fora dos limites físicos dos museus, esteve diretamente ligada com a ampliação do papel social destas instituições pautada em ações educativas de base dialógica em torno dos patrimônios culturais. Não deixamos de entrever nessas referências as ressonâncias das ideias de Waldissa Rússio, ela também funcionária pública em São Paulo onde desenvolveu seu trabalho em museus e fundamentou sua teoria museológica embasada nas ideias freirianas; além de ser agente fundamental da formação em Museologia no país com a fundação do curso de pós-graduação na FESP/SP (1978-1994), disseminou a sua concepção de uma ‘museologia popular’ em exposições e ações de formação como as desenvolvidas no Museu da Indústria sobre a participação de pessoas com deficiência na sociedade (1980-1981) e exposições participativas com oficinas para crianças (1979-1981).

Embora atualmente se destaque a transversalidade dos processos educativos à cadeia operatória museológica, inicialmente foi através da reestruturação dos setores educativos em alguns museus brasileiros que metodologias participativas e críticas se tornaram referências para a concretização dessa ‘função social’ dos museus.

“Esse novo olhar sobre as intersecções [Museologia e Educação] dialoga fortemente com as premissas da Nova Museologia considerando que os processos educativos não se encerram no âmbito da escola e que a experiência museológica extrapola as paredes do museu, as interfaces entre essas áreas podem possibilitar ações integradas, permanentes e participativas visando a criação, a apropriação e a reapropriação de discursos e referências culturais.” (Britto, 2019, p. 128).

Esta filiação à Nova Museologia como perspectiva de trabalho do MVMC foi expressa no relatório como uma das premissas que balizaram a ação museológica devido ao “contato estabelecido pelo grupo que atua no museu com a Nova Museologia e com o trabalho educativo em museus, resultante destes novos conceitos” (Depha-DF, 1996, p. 21); afirmando o entendimento dessa renovação museológica no âmbito das ações educativas e culturais percebendo-as como catalisadoras de processos participativos e de ampliação do papel dos museus nos territórios e junto às comunidades.

Entre as experiências locais afinadas a estes preceitos de participação e educação em museus o programa educativo ‘Viva o Museu’ do MVMC foi pioneiro junto ao Museu de Arte de Brasília (MAB)²⁵⁴ na aproximação do museu às escolas no DF; este programa está em atividade desde 1991 e organiza visitas escolares mediadas na exposição de longa duração ‘Poeira, Lona e Concreto’.²⁵⁵ De menor duração, o projeto ‘Turista Aprendiz’ aludia ao olhar de Mário de Andrade para o reconhecimento de valores históricos e culturais das diferentes cidades do DF direcionado às crianças do ensino infantil. Por outro lado, o programa ‘Refazendo a Trama - Educação, Cultura e Meio Ambiente’ (1993) atuava na formação de professores/as quanto às potencialidades do museu para o processo de ensino-aprendizagem (Ricardo, 2017, p. 155) articulado às Oficinas do Saber-Fazer integrando saberes populares, educação comunitária e memória social. Na documentação consultada há referência de que a partir de 1995, a Oficina da Memória desenvolveu projeto no sentido de “sensibilizar e dotar os professores da rede pública do DF de conhecimentos específicos nas áreas de memória e museografia visando a implantação de ‘lugares de memória’ nas escolas onde atuam” (Depha-DF, 1996, p. 36), este projeto aparentemente não teve seguimento tendo em vista as mudanças institucionais que desarticularam a equipe com a mudança de governo neste mesmo ano e

²⁵⁴ O MAB, inaugurado em 1985, desenvolveu até 1988 o Projeto Escola Museu de visitas orientadas na exposição de longa duração (Guimarães, 2022, p. 161).

²⁵⁵ É importante destacar que à época outros museus do DF ofereciam visitas guiadas às exposições como o Museu do Catetinho e o Memorial JK, entretanto, o programa ‘Viva o Museu!’ foi o primeiro a realizar mediações atentas ao público escolar, com material de orientação aos professores e atividades de culminância das visitas na Oficina da Memória.

indica uma percepção diferenciada do processo de musealização enquanto ferramenta de ação educativa em torno dos patrimônios locais, escolares e comunitários.

Na ampliação dos públicos também se destacou os projetos profissionalizantes em tecelagem e barro para adolescentes, projetos para pessoas idosas, em vulnerabilidade social e para crianças como a ‘Ludoteca Pública’ que também foi espaço de formação docente na abordagem lúdica da prática educativa. Outros projetos de mediação comunitária e educativa também ampliaram os impactos das ações museológicas nos territórios com a presença do museu na vida comunitária a exemplo do ‘Domingo no Museu’ e o programa ‘Tempo Livre’, bem como os projetos de itinerância do programa ‘O museu vai à rua’ com as exposições ‘Síntese do Museu’ e ‘Brasília, cidade que inventei’ (Depha-DF, 1996, p. 67).

Os contatos da equipe do Depha-DF com experiências educativas desenvolvidas em outros museus incluíam as reflexões acadêmicas em torno dessas novas práticas elaboradas também a partir do Rio de Janeiro e da Bahia.²⁵⁶ Esses contatos foram estabelecidos com a mediação da museóloga Vera Siqueira, a única profissional da área no quadro institucional distrital. Cabe registrar que o trabalho e dedicação de Vera Siqueira foram aspectos destacados pelos/as entrevistados/as e reconhecidos por demais agentes culturais no DF, como Célia Corsino, museóloga de projeção nacional que coordenou o Programa de Museus do DF entre 1989 e 1990, e que destacou em uma entrevista:

“Na década de oitenta em Brasília já tínhamos diversos museus, mas poucos museólogos. Gostaria de salientar o trabalho constante da museóloga Vera Siqueira que sendo servidora efetiva da Secretaria da Educação sempre se dedicou à causa museológica da capital, até hoje.” (Corsino, 2020, p. 12).

Além das referências mediadas pela museóloga a frequência às reuniões promovidas pelo ICOM também fortaleceu o contato de profissionais do DF com seus pares e a produção destes estados – Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro – que se destacaram no cenário museológico nacional da época pela produção acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação em

²⁵⁶ Marília Panitz citou nomes como Mário Chagas, Mária Célia Moura dos Santos, Maria de Lurdes Parreira Horta, Célia Corsino, Magaly Cabral, entre outros/as, como nomes que circulavam na época. Destacou também a influência do educativo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro que no começo da década de 1990 desenvolveu o projeto ‘Galpão das Artes’ com ateliês livres no espaço do museu; entretanto, desde a década de 1970 com os ‘Domingos da Criação’ o educativo do MAM-RJ desenvolvia práticas experimentais de difusão e criação de práticas artísticas contemporâneas. Acessado em 28/11/2023 em <https://mam.rio/historia/50-anos-dos-domingos-da-criacao/>.

Museologia;²⁵⁷ esse engajamento também revela o interesse de diferentes agentes em acompanhar e participar ativamente dos debates museológicos em voga.

No âmbito internacional, Silvio Cavalcante destacou referências que surgiram após a formação do MVMC, momento em que se sentiu motivado a explorar outras experiências museológicas. O antigo diretor do Depha-DF mencionou um congresso sobre museus realizado em Quebec, Canadá, onde teve a oportunidade de conhecer o Museu das Civilizações; fundado sem coleções em 1988, este foi responsável por desenvolver o acervo etnográfico nacional no sentido de investigar e comunicar a diversidade das populações autóctones. A cidade canadense também foi um importante locus de reflexão para a Ecomuseologia com as experiências dos ecomuseus de *Fier Monde* (1980) e de *Haute-Beauce* (1984) e ao sediar o I Ateliê Internacional de Ecomuseus em 1984, evento que resultou na elaboração da *Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia*. A produção do museólogo canadense Pierre Mayrand, membro fundador do MINOM, também é fundamental para compreender o movimento de renovação do pensamento museológico que se aprofundou na década de 1990 até a sua proposta de altermuseologia inspirado pelos compromissos do Fórum Social Mundial (Siqueira, 2019, p 191).

Em relação aos/as demais entrevistados/as outras referências internacionais são mencionadas, entre elas as experiências de museus do sul do México²⁵⁸ em contato com o MAE/USP, de museus da França e Espanha (Ricardo, 2017, p. 67) e na relação estabelecida com a Secretaria do Meio Ambiente do DF, importante parceira do MVMC, com museus da Irlanda e Escócia.²⁵⁹

Nesse contexto, é razoável inferir que essas experiências tenham contribuído em alguma medida para sugerir perspectivas relacionadas a uma ação museológica territorial e participativa, semelhantes às que foram desenvolvidas no MVMC. No entanto, essas premissas e referências que subsidiaram a musealização das memórias candangas no MVMC foram identificadas e definidas no decurso do trabalho. Foram as reflexões sobre estes processos que

²⁵⁷ As estruturas e influências dos cursos de pós-graduação na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro foram debatidas no primeiro capítulo desta tese

²⁵⁸ Desde a década de 1960 o México experimentou distintas iniciativas museológicas pautadas pela integração de novos agentes no processo de salvaguarda do patrimônio cultural e pela valorização do legado indígena e das diferenças regionais. Ao longo da década de 1980 destacou-se pelo trabalho dos museus comunitários dos estados do sul do México, como Morelos e Oaxaca, e no âmbito da Nova Museologia sediou, em 1984, o seminário ‘Território - patrimônio - comunidade: Ecomuseus, o Homem e seu entorno’ que resultou na Declaração de Oaxtepec.

²⁵⁹ Depoimento de Marília Panitz dado à autora em 05 de dezembro de 2023.

fundamentaram as experiências do MVMC no arcabouço de práticas da Nova Museologia, compreendida na sua relação específica com os territórios e suas comunidades e não como um ‘modelo’ de atuação definitivo, alinhando-as aos compromissos políticos e ao contexto de novas metodologias de trabalho participativas e inclusivas em museus. Luciana Ricardo faz um relato exemplar desse processo de construção coletiva, interdisciplinar e experimental:

“Todas essas multiplicidades de coisas foram construindo esse saber e fazer junto da comunidade de professores, de artesãos e alunos e tantos outros que apareceram e acabaram por dar uma cara ao trabalho do Museu. [...] Um dia, quando já desenvolvíamos o Refazendo a Trama, chegou em nossas mãos o Guia básico de educação patrimonial. Eu utilizei dois textos em minhas aulas, pois a linguagem era acessível aos professores, mas já tínhamos uma metodologia nossa, podemos dizer, de trabalhar o patrimônio cultural seja com os professores, artesãos, alunos diversos ou com a comunidade em geral. Quanto a inspiração, vivíamos o museu. Ele e todos os conteúdos e as possibilidades transdisciplinares da história de Brasília, do antes de Brasília, das diversas linguagens trabalhadas, o artesanato renovado, e tantas outras coisas eram nossa inspiração. Tínhamos muita liberdade para planejar e executar.”²⁶⁰

A vocação do espaço surgiu de maneira não sistemática em resposta a demandas específicas, incluindo a implementação de um projeto-piloto de preservação dinâmica, as doações de coleções ao Depha-DF e as oficinas como uma demanda da comunidade (Depha-DF, 1996, p. 20). Os objetivos associados a essas demandas, como a preservação, o desenvolvimento comunitário/territorial e a participação, contribuíram do ponto de vista local para experienciar o dispositivo museu como um processo criativo e mobilizador:

“Estas áreas [operacional do Depha-DF, acervo e oficinas], inicialmente desvinculadas, com o desenvolvimento do trabalho demonstraram-se intimamente ligadas e subsidiando-se mutuamente. A partir da avaliação da prática partiu-se para a conceituação do espaço como um todo. [...] mas a prática, a frequência ao espaço e o tipo de demanda que se estabeleceu, apontaram o sentido da conceituação do museu.” (Depha-DF, 1996, p. 20).

Ao longo da década de 1990 o MVMC como processo de reflexão permanente “‘provocado basicamente pela atuação do setor de ação educativa’ (SILVEIRA, S/A, p. 55) ficou dividido em: a) acervo e exposição; b) formação e produção; e c) dinamização: Ação educativa e Ação Cultural” (Ricardo, 2017, p. 143). Por ser um museu público as mudanças no governo distrital influenciaram na dinâmica de trabalho do MVMC que manteve a equipe e o ritmo das atividades até a chegada do governo de Cristovam Buarque (1995-1998). As

²⁶⁰ Depoimento de Luciana Maya Ricardo dado à autora em 24 de março de 2024.

mudanças institucionais, entre elas a transferência do Depha-DF para o Teatro Nacional junto a Secretária de Cultura, enfraqueceu o projeto do MVMC e comprometeu o cronograma de obras e atividades empreendidas pela equipe desde o tombamento do HJKO. Problemas orçamentários e com a nova gestão levaram a saída de Silvio Cavalcante e outros/as membros/as da equipe sendo este momento descrito como a ‘morte do museu’,²⁶¹ pois teria sido abandonado como projeto-piloto no contexto da nova secretaria.

Neste sentido convém pensar na trajetória do MVMC, em especial no que diz respeito a sua experiência de um museu aberto à participação, em consonância com o trabalho inicial destes/as agentes profissionais, comunitários/as e entidades parceiras. Apesar dos/as moradores/as continuarem a ocupar o museu e frequentarem as atividades, como o programa educativo e a oferta de cursos nas oficinas, observou-se nas décadas seguintes uma mudança na dinâmica, caracterizada por uma abordagem menos coletiva e comunitária, na qual predomina uma perspectiva institucionalizada nos processos museológicos. Outro fator considerável para a diminuição da participação comunitária no museu e que representa ainda um desafio frequente para a sustentabilidade de iniciativas culturais baseadas em processos comunitários foi a falta de retorno financeiro para agentes da comunidade empenhados/as na troca de saberes e memórias. Esse ponto é levantado por Marinalva de Souza, filha de dona Xandú, tecelã pioneira da Oficina da Fibra, que destacou que embora a mãe gostasse muito de tecer no espaço do MVMC e da relação que estabelecia especialmente com os/as visitantes do museu, a tecelã sentia a necessidade de ter mais alunos/as – “O que ela queria mesmo era ensinar, passar a profissão para as pessoas” –²⁶² e para além da renda eventual da venda de seus produtos no museu, ansiava por uma renda fixa com as aulas.

Essa observação destaca a importância de considerar aspectos econômicos para sustentar efetivamente iniciativas de reconhecimento que buscam integrar a comunidade na preservação de bens e práticas culturais. A perspectiva de desenvolvimento social construída em torno dos museus neste período esteve atrelada a produção cultural e ao turismo cultural não apenas como alternativa de fonte de renda, mas sobretudo como processos de envolvimento comunitário e troca de saberes; de todo modo, para se realizarem enquanto museus locais embasados em um capital patrimonial oriundo da oralidade e saberes de grupos excluídos, torna-se imprescindível investir nas pessoas em uma lógica de reciprocidade entre

²⁶¹ Depoimento de Marília Panitz dado à autora em 05 de dezembro de 2023.

²⁶² Depoimento de Marinalva Salviano de Sousa dado à autora em 14 de junho de 2023.

reconhecimento e redistribuição. Essa problemática material das políticas culturais foi abordada por Gleyce Heitor em relação aos museus comunitários tendo por lente analítica as reflexões da filósofa estadunidense Nancy Fraser (2006) sobre conciliar meios de reparação de injustiças econômicas e injustiças culturais/simbólicas. O dilema do “reconhecimento (da potência) sem redistribuição (das possibilidades)” (Heitor, 2021, p. 5) despontou como resultado dos debates iniciados com as mobilizações sociais ao final do século XX e introduziu a questão de “teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e se sustentam mutuamente” (Simões & Fraser, 2006, p. 231).

Ao apontar a precariedade e a informalidade como aspectos que ainda caracterizam as iniciativas comunitárias contempladas por políticas culturais inclusivas como os Pontos de Memória, Gleyce Heitor, sem desconsiderar a importância de processos museológicos comunitários para o desenvolvimento da área e da reflexão museológica, ressalva que “no que diz respeito à distribuição de recursos, essas instituições foram/vêm sendo criadas sem possuir o mesmo capital simbólico, humano e orçamentário dos museus públicos (formais)” (Heitor, 2021, p. 53). Não obstante seu argumento se relacione com museus sociais desenvolvidos em favelas e periferias urbanas em contraponto a museus públicos e privados, referendados por algum regime jurídico, estendo o dilema reconhecimento/redistribuição para o caso da musealização das memórias candangas no âmbito institucional do DF; aspectos como a “burocratização, precarização, informalidade, baixos orçamentos, descontinuidade e litígio no acesso aos recursos financeiros estão entre as dificuldades relatadas pelos agentes comunitários” e podem também explicar a situação institucional do MVMC que após a saída de agentes públicos comprometidos/as dessa fase inicial teve suas atividades desaceleradas e o envolvimento comunitário, motor da sua formação como espaço de memória, secundarizado.

Ao contrário do senso comum em torno do museu “necrófilo” (Chagas, 2011, p. 7), mausoléu do passado e a própria negação da vida no presente, a musealização do HJKO operou como um processo de vitalização. Essa perspectiva da musealização como uma ação consciente em torno da memória social e do patrimônio cultural candango foi indissociável do legado e das frentes abertas por tendências críticas que impactaram os sentidos políticos, éticos e poéticos de distintos campos de conhecimento, aspectos fundamentais para compreendermos a sinergia que possibilitou conceber a musealização como um processo vital.

Essa relação com a vida é expressa desde a definição como um ‘museu vivo’ e, como veremos ao longo deste capítulo, se tornou um mote comum a todos os processos museológicos

em torno das memórias candangas aqui analisados. Apesar dessa adjetivação ser associada a modelos de museus específicos, conhecidos como ‘*living history museums*’ na tradição anglófona e caracterizados pela reificação de um passado mediado pela ‘teatralização da memória’ em ambientes recriados (Meneses, 1994, p. 35),²⁶³ a apropriação da ideia pelo Depha-DF se fundamentou por outros preceitos.

Entre as distintas interpretações sobre a escolha do termo foi possível apreender um sentido comum no qual a vivacidade do museu é compreendida na sua relação com o presente e com as pessoas. Na acepção de Silvio Cavalcante como memórias vivas os significados das memórias candangas se constituíam em movimento com as transformações políticas e culturais do país ampliando os seus sentidos para além do marco inaugural da capital federal e do candango operário de Brasília e sendo a expressão geracional de outros sentidos patrimoniais – “Com essas duas linhas, política e a cultura, a gente queria contar a história da memória candanga; porque a memória candanga ela não é só dos candangos construtores. Pra mim, Renato Russo é candango, o concerto Cabeças é candango, entende?”.²⁶⁴

Essa perspectiva historiográfica é atestada no projeto expográfico do MVMC (figura 36). Apesar de a exposição de longa duração ‘Poeira, Lona e Concreto’ merecer a alcunha já superada no jargão museológico de uma exposição permanente, pois em mais de trinta anos passou por poucas atualizações, a ideia original apresentava uma narrativa mais abrangente e dinâmica, ainda que linear e de sínteses políticas.

²⁶³ Essa expressão está relacionada à experiência dos ‘museus a céu aberto’ e ‘*folk museums*’ desenvolvidos nos países nórdicos desde o final do século XIX, sendo o museu de Skansen (1891) na Suécia o principal exemplo. Outra referência importante dessa modalidade de comunicação museológica teatralizada é o museu de Williamsburg (1934), nos Estados Unidos, que recriou toda uma cidade colonial norte-americana, incorporando personagens que encenam o cotidiano da época em meio aos/as visitantes. Ulpiano Meneses (1994, p. 35) observa sobre esses museus que “Mais grave que tudo, a teatralização reforça a ilusão de que conhecimento e observação (percepção sensorial) se recobrem”.

²⁶⁴ Depoimento de Silvio Cavalcante dado à autora em 06 de dezembro de 2023.

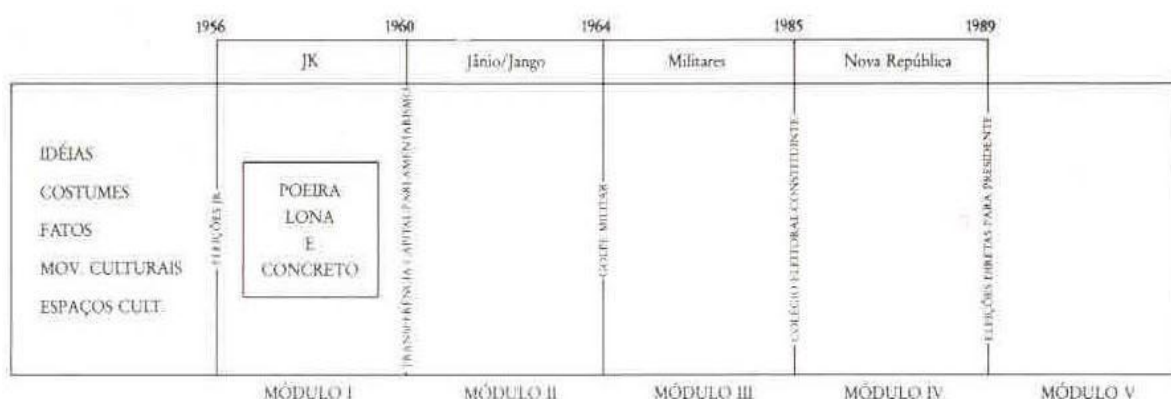


Figura 36 - Proposta da exposição de longa duração em material de divulgação do MVMC (s/d). Fonte: Iphan, 2007, anexo I.

Em 1990, no âmbito das comemorações dos trinta anos de Brasília, o museu foi inaugurado com a abertura do primeiro módulo dos cinco planejados para a exposição de longa duração que abrangia a fase pioneira da cidade identificada pelo período JK. É interessante notar que a referência ao museu já existia desde o tombamento do conjunto HJKO e com a implantação das Oficinas do Saber-Fazer em 1988, entretanto, o termo foi oficialmente apresentado e a instituição inaugurada com a abertura do módulo da exposição o que vincula a existência do museu com sua dimensão comunicacional “reconhecendo a exposição como um produto visível da musealização (Cf. BRUNO, 1996; DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013)” (Britto, 2018, p. 25).

Nesta montagem, objetos e imagens das coleções doadas e do HJKO compõem a narrativa de ocupação do DF iniciando com a missão Cruls, passando pelo concurso do plano-piloto de Brasília, as obras, a Cidade Livre e finalizando com a festa de inauguração da capital; também constitui a expografia a ambientação de um escritório médico, um quarto de hotel e um laboratório de revelação fotográfica em homenagem a Mário Fontenelle. Porém, com as mudanças institucionais ao final da década de 1990 que interromperam as ações museológicas elaboradas pelos/as agentes dessa fase inicial de formação do museu, o desenvolvimento do projeto expográfico foi descontinuado. Neste sentido, a comunicação museológica do MVMC, compreendendo a comunicação nas suas diversas camadas de mediação de sentidos e não apenas a expográfica, mas considerando as exposições como uma das principais estratégias de extroversão das heranças patrimoniais, acabou resumida aos temas consagrados como a fase pioneira ou período JK deste primeiro módulo, ainda que mantido o foco no operário candango.

Embora a exposição ‘Poeira, Lona e Concreto’ (figuras 37 e 38) possua elementos potentes para explorar o cotidiano candango, como a reconstituição de um canteiro de obras e a instalação de malas doadas pelos/as moradores/as, recursos geradores de temas diversos para ações educativas e culturais, o repertório expográfico (Britto, 2018, p. 25) do museu é informado pelo itinerário de personagens e eventos que compõem a história oficial de Brasília. A exposição congela a experiência candanga na fase da construção da capital federal tangenciando aspectos da migração e do trabalho operário; as problemáticas em torno das moradias, das remoções e as cidades-satélites não constam neste repertório de sentidos, bem como estão ausentes da memória institucional a ocupação do IAPI na década de 1960, a mobilização dos/as moradores/as do acampamento e o processo de formação do museu.



Figura 37 - Atividade corporal com objetos da exposição Poeira, Lona e Concreto, s/d. Fonte: Acervo MVMC/Ricardo, 2017.



Figura 38 - Detalhes da exposição Poeira, Lona e Concreto do MVMC. Fonte: Material de divulgação do MVMC/Depha, 2007/Iphan, 2007, Anexo 1

Cadenciada por trechos da *Sinfonia da Alvorada*, poema escrito por Vinicius de Moraes e musicado por Tom Jobim em homenagem à Brasília, a perspectiva de uma epopeia extraordinária encenada por heróis anônimos sob a batuta de JK se manteve e com ela “o risco de produzir certos apagamentos, construindo uma narrativa que não permite compreender, analisar ou problematizar a história a partir das dificuldades e conflitos pelos quais passaram os trabalhadores da construção” (Perpétuo, 2015, p. 53). Projetando novos olhares sobre a construção de narrativas museológicas insurgentes e inclusivas, algumas reflexões sobre a comunicação do MVMC têm explorado essas lacunas também na intersecção com temas sobre raça, gênero, classe e religiosidades que colaboram na compreensão da diversidade de experiências candangas no processo de ocupação do Distrito Federal.²⁶⁵

O museu compreendido como um sistema de administração de memórias vivas incorporou para além do papel de mantenedor, o de mediador na produção e circulação de sentidos. Essa perspectiva é bem definida nas palavras de Maria Cecília Londres Fonseca (2006, p. 89) quando aborda a virada conceitual após a década de 1970, que reagiu ao ‘achatamento de valores’ ou a homogeneização da cultura antevista nas práticas museológicas e patrimoniais normativas:

“De um lado se tinha a cultura ‘oficial’ referida a um passado ‘morto’, que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado. A reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura ‘morta’ do patrimônio do passado, referências concretas, porém estáticas e distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o Sphan excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.”

O ‘vivo’ como complemento à instituição museu indicava o caráter diferenciado da proposta que se afirmava como potência de vida, enraizada nas lutas sociais e nas relações das pessoas com seus territórios, em oposição ao museu tradicionalmente visto enquanto um lugar inerte. É neste aspecto que o MVMC nos parece o referente de uma outra imaginação museal, com seus “desdobramentos museológicos e museográficos”, em um contexto em que estava

²⁶⁵ Ver Gomes, P. V. (2022). *Acessibilidade no Museu Vivo da Memória Candanga – MVMC*. 58 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) — Universidade de Brasília, Brasília; Pereira, D. R. S. (2021). *Negras Memórias de uma Capital em (Des)construção: uma análise da presença de mulheres negras na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga*. 78 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) — Universidade de Brasília, Brasília; Carrari, J. A. (2014) *Reflexões sobre a presença negra na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga – DF*. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) — Universidade de Brasília, Brasília.

em pauta “um jogo de representações de memórias corporificadas” (Chagas, 2009, p. 49), no caso, o empenho de determinados agentes públicos e comunitários em reconhecer e ter reconhecidos os referenciais culturais candangos no quadro de representações oficiais do DF.

Não procurei neste tópico fazer um mapeamento exaustivo de práticas e contribuições teóricas que subsidiaram a formação do MVMC, mas pontuar e conjecturar referências que indicam a sua relação e colaboração com um cenário museológico emergente, bem como os indicadores de uma outra imaginação museal no contexto do Distrito Federal mobilizada por agentes que operam com as relações de memória interessados/as “na vida social e política – das pessoas, das coleções, dos patrimônios culturais e naturais e dos espaços” (Chagas, 2009, p. 213). Destaco o elemento humano como portador dessa capacidade imaginativa, logo, quando agentes interessados/as na mediação de tempos, espaços e pessoas distintas tendo como dispositivo de comunicação os processos museológicos foram desmobilizados/as, houve a retração das atividades participativas e do envolvimento comunitário o que nos explica a acomodação atual do MVMC em uma modelo de instituição normativa e reprodutora da história oficial cuja singularidade é reforçar a imagem do ‘candango, herói de Brasília’.

Entretanto, a experiência de formação do MVMC pode ser lida e interpretada como um documento que nos informa sobre a circulação de ideias e práticas inovadoras que enfrentaram o conceito hermético de museus para agregar e incluir sujeitos/as subalternizados/as e suas narrativas. Contudo, o MVMC não foi a única experiência de musealização das memórias candangas neste período, no tópico seguinte me deterei na criação da Casa da Memória Viva da Ceilândia ao final da década de 1990 na maior região administrativa do Distrito Federal.

CAPÍTULO 5

Casa da Memória Viva da Ceilândia: as memórias da remoção e a identificação candanga em Ceilândia

A década de 1970 marcou no Distrito Federal o processo de consolidação de Brasília como capital federal durante a ditadura cívico-militar, contexto que promoveu pelo viés autoritário uma política habitacional orientada pelas remoções de ocupações populares das proximidades do Plano Piloto. Nesse período, houve a transferência definitiva de órgãos e funcionários/as da Administração Federal que permaneciam com sua estrutura no Rio de Janeiro, encerrando as expectativas ‘antimudancistas’ que ainda permeavam o debate político após a inauguração da nova capital, e adensando a procura por moradia no novo DF. Em consonância com o fortalecimento da capitalidade de Brasília, a remoção das chamadas ‘invasões’ da área central se tornou imperativa por parte do poder público e da imprensa local sob o argumento higienista do aspecto de “favela e de mocambo que contrasta com o panorama da mais moderna cidade do mundo”.²⁶⁶

Entre 1970 e 1976, mais de cem mil pessoas foram realocadas de ocupações próximas ao Plano Piloto para as cidades-satélites pelo Grupo Executivo de Remoções (GER) do governo local;²⁶⁷ a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), entidade de fins sociais cujo acrônimo acrescido de sufixo nomeia a principal cidade originada desse modelo de remoção urbana, Ceilândia (figura 39), foi responsável pela remoção da Vila do IAPI, maior ocupação do DF assentada ao redor do acampamento HJKO e próxima ao Núcleo Bandeirante (Gouvêa, 1995, p. 71).

²⁶⁶ *Correio Braziliense* de 06 de junho de 1965 – *Invasão do IAPI é ainda nota triste no cenário de Brasília*. Acedido em 24 de fevereiro de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²⁶⁷ Decreto nº 1.473 de 14 de outubro de 1970 que extingue a Comissão de Erradicação de Favelas (Decreto nº 1313, de 19 de março de 1970) e autoriza a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal a criar Grupo Executivo de Remoção das Invasões do IAPI e adjacências.



Figura 39 - Localização da região administrativa IX, Ceilândia, em relação ao Plano Piloto, Candangolândia e Núcleo Bandeirante. Fonte: Daniela Barbosa, 2021. Imagem: Laíra Donosino.

Apesar das promessas, a nova cidade instalada a 30 km de distância do Plano Piloto foi inaugurada, em 1971, com séria carência de infraestrutura básica e acesso a serviços que só alcançaram a Ceilândia na década de 1980 (Lemos, 2022, p. 224). Foi a partir da mobilização social, por meio de mutirões e organização política, que as melhorias de condições foram conquistadas pelos/as moradores/as. Marcada pelas diversas associações de moradores/as e inquilinos/as no contexto de reabertura democrática, as trajetórias de luta por moradia e contra a estigmatização territorial atravessam as práticas comunitárias locais e subsidiaram, na década de 1990, a formação da Casa da Memória Viva da Ceilândia, mobilizada pelo professor Manoel Jevan junto à comunidade ceilandense.

Nos próximos tópicos percorro o histórico da remoção da Vila do IAPI à reorganização comunitária no novo território para compreender o papel das memórias das remoções como estruturantes da identidade candanga em Ceilândia. Sigo para a análise dos processos museais mobilizados pela CMVC na disputa de sentidos sobre as memórias candangas que excedem a ideia de pioneirismo na construção da capital – sem deixar de reivindicá-lo – para as memórias das remoções e das lutas pelo direito à moradia. Entre essas frentes de disputa, o museu foi reiventado e mobilizado como dispositivo de comunicação de outros valores referenciais para a cidade e para os repertórios das memórias candangas ao descentralizar e incluir territórios e territorialidades para além do Plano Piloto e da experiência da construção da capital.

5.1 A vila, a remoção e a Ceilândia

Em 1960, com a inauguração do Hospital Distrital de Brasília, o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira ou hospital do IAPI, teve suas atividades reduzidas até sua completa desativação em 1973. No terreno, antigos/as funcionários/as e suas famílias seguiram ocupando os barracos e logo a ocupação se expandiu para além das cercas do antigo acampamento hospitalar. Foi a partir de 1965 que a Vila do IAPI começou a chamar atenção da opinião pública com a decisão do próprio governo local, por meio da Comissão de Remoção e Controle de Invasões, em transferir famílias removidas dos seus barracos do Plano Piloto para a ocupação que já se formara, desde 1960, nas proximidades do acampamento HJKO. Essa estratégia marcaria a postura ambígua dos governos locais com as ocupações populares, ora realizando violentas remoções à medida que a especulação imobiliária avançava, ora tolerando as moradias informais interessados na disponibilidade e barateamento da mão de obra. Estas “zonas de indeterminação”, entre o legal e o ilegal, estimuladas pelo próprio poder público, “são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’” (Rolnik, 2015, p. 174).

Mais empenhados em retirar das áreas centrais as ocupações operárias que se formavam continuamente no cenário ainda em obras de Brasília, a concentração dessas famílias no IAPI objetivava o futuro reassentamento em cidades-satélites.²⁶⁸ Essa orientação se sustentava na nova política habitacional da ditadura cívico-militar, na qual as remoções urbanas se articulavam aos financiamentos do BNH (Gouvêa, 1995, p. 41)²⁶⁹ com a construção de grandes conjuntos habitacionais e operavam a financeirização do espaço urbano ao desapropriarem terras alegando interesse público; essa relação se tornou “um instrumento poderoso à disposição do capital imobiliário para expropriar e retomar terras, transformando-as em ativo financeiro” (Munch, 2017, p. 143).

²⁶⁸ Esta intenção é expressa pelo engenheiro Ney do May, chefe da Comissão, em reportagem para o *Correio Braziliense* de 27 de novembro de 1965: “A invasão do IAPI será um estágio em que todas as favelas serão localizadas em caráter precário, somente para afastá-las do Plano Piloto. Quando todos os barracos estiverem acomodados em um só local, será feito um levantamento criterioso por assistentes sociais e, de acordo com o que for apurado, dar a cada um uma casa construída pela SHEB nas cidades satélites” (grifo nosso). Acedido em 09 de fevereiro de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²⁶⁹ Ver nota 157.

Pensada como medida de urgência para livrar a área central das vilas e acampamentos operários, e não como solução planejada que respondesse às demandas de moradia com dignidade, a estratégia do governo adensou a ocupação que deu origem ao “complexo IAPI” (Oliveira, 2007, p. 9), composto pela Vila do IAPI e outras adjacentes como o Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Curral das Éguas, Placa das Mercedes e outros pequenos aglomerados. Esse complexo se tornou, oficialmente, um núcleo provisório de moradia sem a menor infraestrutura chegando a abrigar uma população de quase oitenta mil pessoas distribuídas por cerca de doze mil barracos (Gouvêa, 1995, p. 67).

Em 1970, o Plano de Erradicação de Favelas do DF deixou em alerta diversas ocupações irregulares e suas associações de moradores/as, muitas delas atuantes desde o começo da década de 1960, como a Associação de Defesa dos Moradores da Vila do IAPI (1961), na garantia dos direitos à fixação ou a remoção das famílias para cidades com o mínimo de infraestrutura urbana. O plano correspondia a uma das frentes de atuação da mencionada Campanha de Erradicação de Invasões que além de operar a remoção de grandes contingentes populacionais das proximidades do Plano Piloto, também sugeria, como forma de prevenção, o controle do fluxo migratório para o DF com postos de triagem de migrantes e treinamento de trabalhadores/as. O “problema da invasão”, como eram chamadas as favelas no DF, era associado ao “problema da migração” (GDF, 1973, p. 14) que decorreria de um desequilíbrio territorial inerente ao subdesenvolvimento e, portanto, um problema nacional.

Nesse sentido, o plano era apresentado como um modelo diferenciado das práticas de remoções urbanas até então empreendidas e projetava ser um laboratório de ações a serem replicadas em outras cidades brasileiras (GDF, 1973, p. 9; Oliveira, 2007, p. 10). Diferente das iniciativas anteriores, definidas como “simples transferências de favelas”, o plano propunha um diagnóstico da realidade local, a sensibilização comunitária sobre a necessidade e ‘vantagem’ das remoções mediada por assistentes sociais, bem como o cadastramento das famílias eleitas a ocuparem “um núcleo habitacional dotado de toda a infraestrutura e equipamentos comunitários necessários a vida urbana” (GDF, 1973, p. 13-14). A CEI apresentava-se como um modelo ‘humanitário’ e ‘participativo’ que possibilitaria às famílias atingidas a potencial melhoria na qualidade de vida com a segurança de adquirirem a casa própria.

Entre as motivações para justificar a remoção do IAPI, destacavam-se aspectos como a melhoria das condições de vida, a garantia de saneamento básico e a promoção social das populações favelizadas (GDF, 1973, p. 14), como preocupações que precediam a preservação do plano urbanístico de Brasília, retórica que, mesmo antes da inauguração da capital federal, direcionava as ações de remoção para regiões distantes e isoladas do Distrito Federal. Na campanha da década de 1970 procurou-se enfatizar a preocupação com as pessoas e suas condições de vida em uma mudança de narrativa em relação às políticas anteriores de remoção que priorizavam a proteção do plano original de Brasília.

De todo modo, sob o argumento ambiental e sanitário de proteção da bacia do Lago Paranoá, o governo vetou o diálogo sobre a possibilidade de permanência e urbanização da Vila do IAPI, solução aventada pela associação de moradores/as, dando início as etapas do plano de erradicação. Em consonância com a política nacional de habitação:

“Só podemos compreender por que as remoções foram executadas a partir da noção de que o estigma de favelado foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali.” (Brum, 2013, p. 184).

No caso da remoção do complexo IAPI, a primeira etapa abarcava a “preparação, orientação e motivação dos habitantes das invasões”, mediada pela equipe de Serviço Social do grupo de remoções, em contato com lideranças comunitárias e com os/as moradores/as. Essa abordagem, segundo relatório interno, priorizaria o contato com as “aspirações e sugestões da comunidade” (GDF, 1973, p. 31). Contudo, depoimentos de moradores/as removidos/as afirmam que restavam a eles/as apenas serem informados/as dos critérios para aquisição de um lote na nova cidade e sobre a dinâmica da remoção:

“– É, eles falavam que lá não dava mais para ficar, e que o governo tinha arrumado essa área, e que aqui [Ceilândia] ia ser, uma cidade que as pessoas iam ter um endereço, e que lá [vila do IAPI] ninguém tinha endereço.” (Silva, 2002, p. 09).

“– Mas o que eles conversavam com vocês, o que eles falavam?

– Falavam que aquela invasão não podia ficar, que tinha que vir, mudar para esse lugar aqui, não era Ceilândia ainda.” (Jesus, 2002, p. 09).

Assim como sensibilizadas sobre o poder regenerador da casa própria, mobilizado contra o estigma do/a invasor/a que pesava sobre essas populações e seus territórios, fortemente explorado pela imprensa e pelo governo local:

“Na solenidade falaram ainda D. Vera Prates da Silveira, presidente da CEI, e o secretário de Serviço Social do DF, Otomar Lopes Cardoso, que ressaltaram a importância da remoção das invasões de Brasília para a nova área onde os moradores disporão de melhores condições de vida, inclusive, em perspectivas, em futuro, de construção da casa própria, de acordo com os programas sociais em projeto.”²⁷⁰

Localizada a 30 km da capital federal, Ceilândia abrigou uma população de oitenta mil pessoas reassentadas em pouco mais de dezessete mil lotes, entre 1971 e 1972 (Lemos, 2022, p. 224). A cidade planejada pelo arquiteto Ney Gabriel de Souza (figura 40) proporcionou, de fato, um endereço aos/as novos/as habitantes, porém “residências dignas, água potável, saneamento básico, só alcançaram a cidade de Ceilândia, por exemplo, depois de 1980. O plano de infraestrutura da cidade só foi elaborado no final de 1974, ou seja, 3 anos após o início das remoções” (*Ibidem*). Apesar das promessas e do alardeado planejamento da ação, as famílias do IAPI tiveram seus barracos – ou que restou deles após o desmonte – transferidos para lotes demarcados apenas com estacas em uma área de Cerrado aberta próxima a Taguatinga.

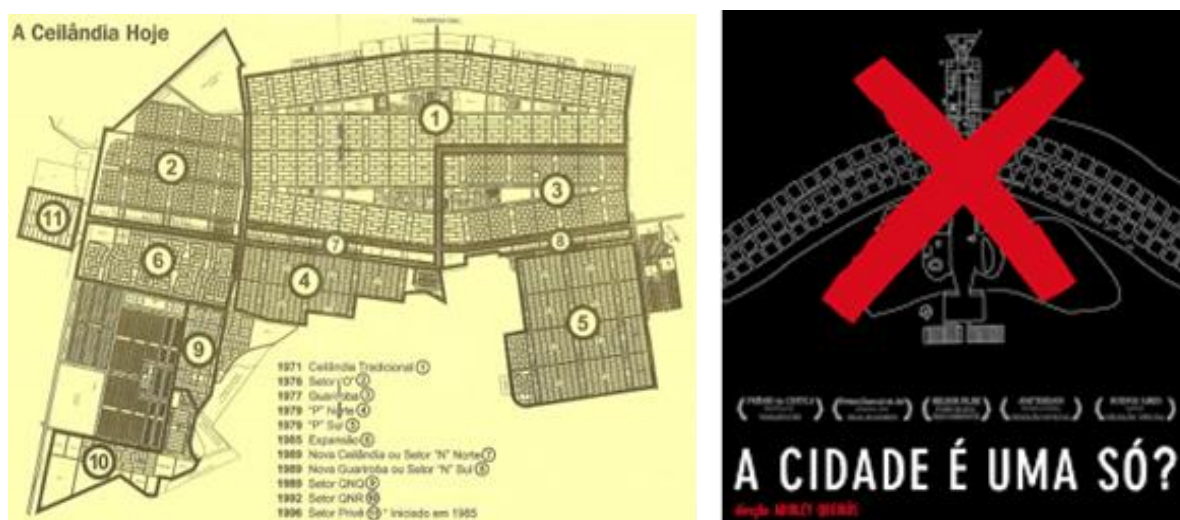


Figura 40 - Território da Ceilândia (2007). No cartaz do filme *A cidade é uma só?*, o cineasta ceilandense Adirley Queirós alude com o 'X' em vermelho sobre o icônico desenho do Plano Piloto, a marca que cada barraco da Vila do IAPI recebia quando ia ser removido; mais que uma identificação passageira 'a marca' sob a capital federal indica a interdição histórica das populações empobrecidos pelos processos de exclusão modernos às cidades contemporâneas. Fonte: Lima & Jevan, 2007.

²⁷⁰ *Correio Braziliense* de 28 de março de 1971 – *Ceilândia recebe as primeiras famílias*. Acedido em 27 de fevereiro de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

Com a carência de equipamentos e serviços públicos (figura 41), bem como de transporte adequado, a remoção da Vila do IAPI para a Ceilândia contribuiu para a fragmentação social e perda de qualidade de vida dos/as moradores/as (Oliveira, 2007, p. 106); o que indica, mais uma vez, a primazia do governo local em livrar a área central das ocupações populares e a negligência com as populações removidas:

“Ceilândia foi exemplar com relação aos assentamentos destinados as faixas de baixa renda. Promoveu uma síntese dessa urbanística, tanto no padrão dos lotes exíguos e na infraestrutura limitada como na localização distanciada do centro urbano. [...] Um relevante testemunho de que a preocupação de proteger a cidade central de interferência social inoportuna não havia se esgotado. Pelo contrário, posicionando Ceilândia um pouco além dos limites de Taguatinga, ainda mais afastada do centro urbano, garantia-se menor risco.” (Brito, 2009, p. 137-144).

Desse modo, Ceilândia foi marcada pela luta constante por melhorias e por um forte associativismo comunitário que atuou tanto nas mobilizações pelas demandas urbanas locais, como na formação política comunitária (Gohn, 2011, p. 333) ao promover espaços para o debate crítico sobre temas como educação, saúde e segurança pública, além da moradia, em um contexto de recrudescimento do autoritarismo. Entre as organizações de bairro e por moradia que atuaram no território ceilandense, a luta e conquista da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) pela regularização da posse dos lotes dos/as moradores/as removidos/as da Vila do IAPI, denunciou e combateu a inconciliável relação entre planejamento urbano e políticas públicas de habitação sob a premissa especulativa (Munch, 2017, p. 139).

No que pese o senso comum de que estes lotes foram ‘dados’ ou ‘doados’ à ‘invasores/as’ – muito fomentado pelas estratégias eleitoreiras que caracterizaram a política local, em especial, a partir da década de 1990 –, cada família ceilandense arcou com o financiamento do terreno junto à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).²⁷¹ Também foram responsáveis pela reconstrução de seus barracos e posterior construção de casas de alvenaria, quando não da própria urbanização dos bairros por meio de mutirões. Embora fossem iniciativas comunitárias, esses mutirões foram incentivados pelo Estado como forma de explorar mão de obra não remunerada em obras públicas negligenciadas pelos seguidos

²⁷¹ A Terracap foi criada em 1972 pela Lei nº 5.861 como Companhia Imobiliária de Brasília com a função de administrar as terras no DF com a venda de lotes públicos e a regularização de terrenos. Em 1997, pelo Decreto nº 18.061, além de administrar a ocupação das terras no DF também passou a exercer o papel de agência de desenvolvimento local. Acedido em 14 de fevereiro de 2024 em <http://terracap.df.gov.br>.

governos e demarcam na trajetória da cidade a participação e a organização popular como vetores do seu crescimento (Santos, 2020, p. 20).



Figura 41 - Fila do caminhão pipa em Ceilândia entre 1971 e 1973. – “Ah! minha filha, essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro”; relato de Antônio da Silva, piauiense que chegou no DF em 1965 e passou por Taguatinga, Gama, Vila do IAPI até a remoção para a Ceilândia em 1971. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia e Arquivo Público do Distrito Federal. Acedido em 07/05/2025.



Figura 42 - Feira livre da Ceilândia próxima à Caixa d'água, foto capturada entre 1975 e 1978 quando foi estruturada como feira permanente. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Em 1979, quase dez anos após a remoção, a Terracap apresentou um plano para regularização e posse definitiva dos lotes com um reajuste considerável em relação aos preços acordados com os/as moradores/as à época.²⁷² Dado o tempo transcorrido e as melhorias realizadas em Ceilândia (figura 42), muitas vezes por reivindicação e ação direta da população, o alto reajuste de preços baseado no mercado imobiliário não considerou a renda básica de uma população em situação de vulnerabilidade e que suportou, a duras penas, o processo de construir a cidade, o que no caso de alguns/as candangos/as, não seria a primeira vez.

Não seria a primeira vez também que a insegurança habitacional estaria à porta dessa população cuja promessa de estabilidade com a remoção era mais uma vez frustrada – “Quem nos expulsa do campo é o boi, as máquinas, o trator. Da cidade, infelizmente, é o asfalto. Parece que asfalto e povo não combina muito bem”.²⁷³ Aludindo a urgente questão agrária do país e a

²⁷² Segundo relato de moradores/as a época "Em 1973, a SHIS e o Grupo de Estudos para a Consolidação de Ceilândia deram para os lotes um preço que variava de 1.000 a 2.500 cruzeiros 'Quando a gente ia lá eles falavam que era pra gente esperar que eles chamavam 'depois''. E chamaram: de 1977 para cá, a Terracap iniciou uma nova chamada para quitação de lote por lote. Mas o preço agora é diferente, está entre 31 e 51.000 cruzeiros". *Correio Braziliense* de 16 de outubro de 1979. Acedido em 07 de maio de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

²⁷³ Mendes, C & Siqueira, D. (1989). *Invasores ou Excluídos?* [31 min]. Brasil: Universidade de Brasília.

periferização dos/as trabalhadores/as urbanos/as, a fala de Eurípedes Camargo, dirigente histórico da ASSIMOC, explicita como a concentração e financeirização da terra e o direito à moradia negociado enquanto mercadoria pelo poder público, colaboram para esse estado de “transitoriedade permanente” (Rolnik, 216, p. 174), imposto a pessoas que estão sempre no limiar do legal/ilegal cujos marcadores sociais “tem a ver com a sua classe, mas também tem a ver com a sua cor, gênero e modo de vida” (Munch, 2017, p. 142).

Diante dessa condição persistente de trânsito, das ameaças de remoções, despejos e de precariedade no acesso à infraestrutura urbana, organizações de base comunitária como os movimentos de bairro e associações de moradores/as, constituídas nas vilas e nas cidades-satélites, a exemplo dos Incansáveis da Ceilândia, forjaram a partir das memórias candangas o sentido das suas lutas coletivas:

“A associação [ASSIMOC] distribuiu uma mensagem aos presentes: ‘Brasília completa 20 anos. Nós trabalhadores sentimos orgulho de ter construído essa capital cheia de parques, avenidas e palácios. Estamos vendo o governo fazer muitas festas, mas nosso coração está triste, pois nós moradores da Ceilândia, os pioneiros, os construtores da capital, não temos ainda nosso chão pra morar. Queremos dizer as autoridades que a melhor homenagem a Brasília nos seus 20 anos seria a legalização dos lotes nos preços prometidos a nós trabalhadores que com o suor do nosso rosto, dia a dia, fizemos esta cidade. Construímos Brasília e queremos ficar nela.’”²⁷⁴ [grifos nossos]

Retomar a trajetória de luta dos anos pioneiros evocada pelos sentimentos de orgulho e admiração por indicadores urbanos como “parques, avenidas e palácios”, construídos com o “suor” de cada rosto na capital federal, contrastava ainda mais com a precária condição da cidade prometida aos/as trabalhadores/as que naquele momento, ameaçados/as de despejo, precisavam, mais uma vez, legitimar seu direito a permanecerem no DF. Frequentemente interpelados/as pela imprensa, que no contexto de reabertura democrática acompanhava com mais atenção os movimentos por moradia, em especial os/as Incansáveis, construíram pontos-chaves de representação da comunidade a partir das memórias da construção – reforçando a ligação com Brasília como ‘construtores’ e pelo ‘sacrifício’ devotado ao projeto nacional –, e do conflito, estruturado pelo sentimento de injustiça potencializado pelas promessas frustradas

²⁷⁴ *Correio Braziliense* de 18 de abril de 1980 – *Novas explicações da Terracap não agradam a Ceilândia*. Acedido em 22 de fevereiro de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

da remoção e da cobrança indevida – “Quando a gente chegou aqui isso tudo não valia o preço de um lote, agora valorizou porque a gente fez, a gente fez isso aqui valer alguma coisa”.²⁷⁵

Ao analisar os depoimentos de moradores/as de cidades-satélites salvaguardados no Arquivo Público do Distrito Federal, entre elas a cidade de Ceilândia, a pesquisadora Maria Fernanda Derntl (2019, p. 12) observou alguns pontos que indicam “sentimentos de pertencimento a comunidades vinculadas a seu específico lugar e marcadas pela experiência da exclusão social”, sendo essa estrutura de sentimentos que baliza nosso entendimento da relação entre memórias candangas e territorialidades periféricas no DF. Entre esses pontos destacam-se 1) a experiência de deslocamento constante e a sensação de instabilidade e precariedade; 2) a formação de um espírito comunitário na construção dessas cidades, muito associado ao empenho e esforço da narrativa da construção de Brasília; 3) as referências materiais e simbólicas no território que remetem a conquista de infraestrutura urbana, como foi o tombamento distrital da Caixa d’água da Ceilândia; por fim, 4) as dificuldades e riscos dos anos iniciais de formação das cidades, muitas vezes descritas com imagens de “espanto e desolação” (Derntl, 2019, p. 24). Nessa análise, há duas especificidades sobre a cidade de Ceilândia, na qual foi constatada no arsenal expressivo dos/as moradores/as a ideia de terem sido ‘jogados/as’ no território, o que reforça o ressentimento com o processo de remoção e “uma narrativa coproduzida e assimilada à memória do grupo” (*Ibid.*, p. 19), assim como “uma relação mais tensa com o Plano Piloto foi sugerida” (*Ibid.*, p. 29):

“Se eu sou brasileiro? Não. Sou ceilandese rapaz, de corpo e alma. Morador do Distrito Federal. Eu fui jogado para cá, cara. Meu pai ajudou a construir o Plano Piloto, minha mãe limpou bunda de filho de papai, tá ligado? (...) Meu pai morava no Plano Piloto, os caras achou bonitinho (sic), não, como ele era funcionário os caras mandaram ele para Taguatinga; soltaram para Taguatinga, depois largaram para 26 de Ceilândia Norte, depois da 26 da Ceilândia Norte vieram para a expansão. Os caras expulsaram a gente. (...) sou ceilandense, não sou brasileiro.”²⁷⁶

Essas características que atravessam as memórias candangas como uma experiência de exclusão social reterritorializada nas cidades-satélites do DF, adquire no contexto ceilandense a singularidade de uma identificação local que reforçou a disparidade entre centro e periferia pela imagem urbana construída sobre as duas cidades planejadas:

²⁷⁵ *Correio Brasileiro* de 16 de outubro de 1979 – *Moradores querem pagar menos por lotes na Ceilândia*. Acedido em 22 de fevereiro de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-brasiliense/>.

²⁷⁶ Depoimento de Japão do grupo de rap ceilandense Viela 17 para Queirós, A. (2005). *Rap, o Canto da Ceilândia*. [15 min].

“Assim como Lúcio Costa ‘planejou’ o Plano Piloto, Ney Gabriel foi quem projetou o desenho urbanístico do sítio histórico de Ceilândia. E foi por causa do seu formato desse ‘plano-piloto local’ (semelhante a um ‘barril’), que a ‘land dos candangos’ construtores de Brasília sofreu os primeiros ataques de discriminação e desvalorização social, sendo alcunhada pela ‘grande imprensa’ como um barril de pólvora.” (Lima & Jevan, 2007, p. 8).

A “esquálida Ceilândia”, território das remoções que figurou por anos nas páginas policiais passou a performar a periferia pobre e violenta em contraposição a “suntuosa Brasília”,²⁷⁷ um centro opulento e elitizado. No entanto, é preciso reforçar que essas imagens não são apenas projetadas sobre as cidades, elas são construídas na dinâmica das lutas pelo reconhecimento social e por repertórios disponíveis, mobilizados no processo de negociação de sentidos para o exercício de uma cidadania plena. Nesse caso, dado o pioneirismo e importância da atuação dos/as Incansáveis contra a Terracap, estes/as contribuíram para produzir discursos e imagens sobre o território e a comunidade na disputa pela regularização dos loteamentos que subsidiou uma certa identificação local (Nascimento, 2019, p. 83).

Com a criação de canais de comunicação comunitária como informativos e, a partir de 1981, com o jornal *Voz da Ceilândia* (figura 43), o movimento se preocupou em “informar os moradores sobre as múltiplas violências que eram operacionalizadas pelo estado no território da cidade da Ceilândia” (Santos, 2020, p. 48).

²⁷⁷ Referência a estância *Confronto* do poema *Favelário Nacional* de Carlos Drummond de Andrade publicado pela primeira vez em 1984 no livro *Corpo* (editora Record).

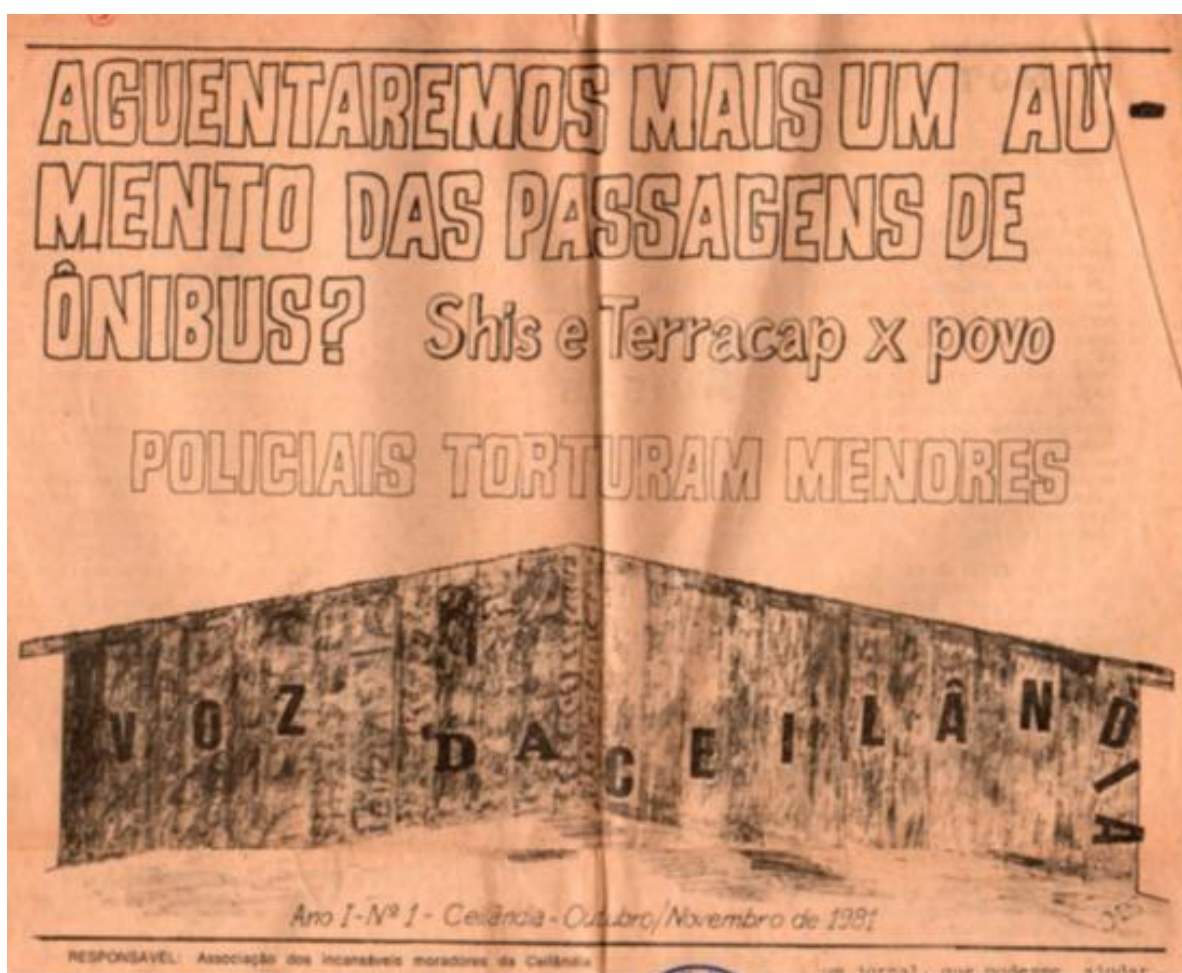


Figura 43 - Exemplar nº 1 do jornal comunitário Voz da Ceilândia de 1981. O espaço do jornal foi um canal de comunicação e organização dos/as moradores/as para lidarem com múltiplas questões que atravessam o cotidiano de territórios periféricos. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia. Acedido em 07/05/2025.

Embasados/as no direito como os/as ‘verdadeiros/as construtores/as de Brasília’, não só reivindicavam o direito a permanecerem na cidade que construíram com o justo pagamento dos lotes junto a Terracap, como evidenciaram as maneiras pelas quais o governo utilizava as remoções como instrumento de “higienização populacional” para a especulação imobiliária (*Ibid.*, p. 39):

“Nesse cenário ampliado [das remoções urbanas em cidades brasileiras], o caso dos Incansáveis Moradores de Ceilândia revela como, por meio do associativismo, os moradores conseguiram reunir dispositivos de luta para se mobilizar contra as práticas de expulsão operacionalizadas pelo Estado. Tratava-se do exercício de uma cultura política legitimamente periférica, que usou dos mutirões e do espírito comunitário para reivindicar o exercício de uma cidadania plena.” (Santos, 2020, p. 44).

Apesar do ganho de causa conquistado pelos/as Incansáveis,²⁷⁸ essa condição histórica de deslocamento a medida que a ‘modernização’ se impõe, inclusive, sobre os territórios periféricos, se confirmou ao longo do tempo na medida em que os/as sujeitos/as que hoje ocupam a Região Metropolitana de Brasília, composta por cidades além dos limites do DF, nos estados de Goiás e Minas Gerais, ainda são migrantes empobrecidos/as ou descendem daqueles/as pioneiros/as da construção e consolidação da nova capital:

“Assim como as gêmeas Kátia e Kely, outros filhos de candangos entrevistados nesta pesquisa não puderam permanecer nos limites do território original da Ceilândia, onde se situava a casa dos pais. Verifica-se aqui um daqueles efeitos excludentes próprios das políticas habitacionais estudadas por Santos (1987), cujos resultados ‘ofendem, expulsam e desenraízam’ os indivíduos, negando-lhes o direito à cidade é até mesmo ao seu entorno.” (Luiz, 2007, p. 91).

Nesse sentido, a contribuição específica dos movimentos por moradia da Ceilândia no quadro de lutas do Distrito Federal foi constitutiva de um modo de subjetivação candanga que junto a admiração e o ressentimento que caracterizam as memórias candangas no enquadramento da sua trajetória histórica na construção da capital federal, soma-se a indignação na denúncia enfática dos dispositivos de segregação territorial operados pelo próprio Estado contra a população. O território ceilandense, também uma cidade planejada e construída por candangos/as, traz no nome a marca da exclusão – **Campanha de Erradicação de Invasões** – e é um documento da forma como o estigma do/a invasor/as foi mobilizado nas políticas habitacionais da ditadura cívico-militar.

Contudo, estratégias de resistências operadas a partir desses territórios – no caso, “da terra dos candangos excluídos”, porém “incansáveis”²⁷⁹ – retomam a narrativa qualificando na luta por moradia os elementos positivos de uma cidade que com a organização comunitária reconstruiu, material e simbolicamente, seus espaços de convivência contra uma política de Estado que sistematicamente exclui e criminaliza corpos e territorialidades diversas.

²⁷⁸ Em 1984, quatro anos após o início do processo e sete postergamentos da decisão final, os/as moradores/as garantiram seu direito ao justo pagamento dos lotes. A ação dos Incansáveis recebeu reconhecimento como processo histórico do Memorial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Em <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/centro-de-memoria-digital/documentos/processos-historicos/os-incansaveis-moradores-da-ceilandia>>.

²⁷⁹ Material de divulgação da Casa da Memória Viva da Ceilândia.

5.2 Uma ‘cidade de invasores’: O estigma do/a invasor/a no Distrito Federal e a estigmatização territorial de Ceilândia

Na década de 1980, a luta por moradia nos acampamentos pioneiros junto aos tombamentos distritais do HJKO (1985) e da Vila Planalto (1988), reforçaram um processo de subjetivação candanga subsidiado pela perspectiva pioneira cujos agenciamentos acabaram por influenciar no direito à ocupação da terra no Distrito Federal. No capítulo anterior discutimos como o órgão local de proteção ao patrimônio, o Depha-DF, e o GT-Brasília atuaram nas contradições da narrativa oficial e colaboraram para ampliar o escopo de sentidos patrimoniais assentados na memória operária da construção – dos quais o MVMC foi um projeto-piloto –, ao mesmo tempo em que apoiavam as demandas por moradia e reconhecimento desses acampamentos como referências culturais candangas (Iphan, 2016a, p. 31).

Nesse sentido, reforçar uma ‘identidade’ pioneira como ‘construtores de Brasília’, legitimada, em especial, entre aqueles/as que chegaram antes da inauguração e que comungavam da experiência de ‘sacrifício’ pela cidade, confirmou ser um capital simbólico fundamental para negociar o direito à moradia (Luiz, 2007, p. 27), ainda mais em um contexto de nova sensibilidade patrimonial que denunciava o descaso com a memória dos/as trabalhadores/as da construção. A continuidade de uma política remocionista do governo distrital que tratava indiscriminadamente todos os núcleos habitacionais populares, inclusive os acampamentos pioneiros, como ‘invasões’ a serem erradicadas, fomentou a reorganização comunitária em torno da identificação pioneira do candango, o ‘herói de Brasília’, essencial para angariar apoio ao reconhecimento e preservação dos seus acampamentos e demais indicadores de memórias, bem como para garantir a precedência no acesso a moradia no DF.

Embora buscassem o merecido reconhecimento do legado dos/as pioneiros/as da construção da capital federal, esse paradigma de coletividade baseado na apropriação idealizada do passado da construção como significante das memórias candangas, restringia o exercício desses direitos a um grupo muito específico de pessoas: aqueles/as que ‘construíram Brasília’ (Barbosa, 2020, p. 334). Retomo a fala da líder comunitária do acampamento HJKO, no Núcleo Bandeirante, Sebastiana Lima, que é exemplar dessa relação que se estabeleceu entre subjetividades, territórios e territorialidades na dinâmica socioespacial do DF:

“O marido de Sebastiana Lima é funcionário do Inamps, tendo sido antes do IAPAS e com mais de 20 anos de Brasília até hoje não tem uma casa. Ela está inscrita na SHIS, mas confessa que de maneira alguma que ir para os setores

P, O ou para Ceilândia, pois seu marido não é invasor e sim um servidor público com todos os direitos adquiridos, só que esses direitos não aparecem. [...] Primeiramente, acrescenta, as autoridades deveriam colocar em seus planos um melhor atendimento aos seus funcionários dando-lhes melhores condições de vida, principalmente para aqueles pioneiros que tudo deram de si, pela criação e crescimento da nova capital.”²⁸⁰ [grifo nosso]

Ao argumentar que “de maneira alguma quer ir para os setores P, O ou para Ceilândia, pois seu marido não é invasor e sim um servidor público” ela demarcava uma distinção entre aqueles/as que permaneceram no acampamento do HJKO – a entrevista foi realizada em 1981, portanto dez anos após a remoção da Vila do IAPI – e aqueles/as, despossuídos/as de direitos, que foram removidos/as para a Ceilândia. Mais ainda, esse relato informa sobre o modo de hierarquização do espaço urbano que incorporou o estigma do/a invasor/a, constantemente presente na narrativa planificadora de Brasília, relativizando e territorializando os atributos negativos da ilegalidade e da marginalidade associados a sujeitos/as vistos/as como desviantes e indesejáveis na distribuição do espaço brasiliense, sendo “a construção do estigma territorial um elemento fundamental da engrenagem política que legitima a expulsão” (Rolnik, 2015, p. 194).

O estigma do/a invasor/a ou do/a favelado/a nas cidades opera a partir de “discursos de descréditos” (Wacquant, 2006 p. 28), produzidos em distintas instâncias informacionais – jornalísticas, burocráticas, científicas, políticas e cotidianas – em relação a certos territórios urbanos. Pode ser compreendido como uma “mácula localizada” que “sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza e à pertença étnica ou ao estatuto de imigrante pós-colonial, aos quais ela não se reduz embora lhes estejam estreitamente ligados” (*Ibidem*). Ao não se reduzir aos estigmas corporais, morais e étnicos, o estigma territorial tem a singularidade de ser fluido, de transitar pelo diverso com a capacidade de ser relativizado por se tratar de uma “acusação de um comportamento desviante”. Nesse sentido, “o favelado pode se livrar do estigma sem que a construção social que estabeleceu os parâmetros do que seja favelado tenha sido alterada” (Brum, 2013, p. 64); ou, mesmo com a mudança ou remoção permanecer associado/a ao estigma sem estar em um território-favela, o que corrobora a condição de “transitoriedade permanente articulada ao estigma territorial [...] [que] se constituiu de camadas de legalidade permeadas por tensões de toda ordem.” (Rolnik, 2015, p. 172).

²⁸⁰ *Correio Braziliense* de 13 de setembro de 1980 – *Pioneiros temem a remoção*. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

A especificidade do território distrital, no entanto, exige um olhar mais acurado para os agenciamentos a partir do limiar candango/invasor. Se, por um lado, como no Rio de Janeiro ou São Paulo, os processos remocionistas do DF se baseavam na mesma perspectiva racista de progressão social e regeneração do/a favelado/a – na medida em que estes/as eram vistos/as em estágios inferiores de evolução social no qual a remoção mediava o processo de adaptação à “vida de comunidade urbana organizada” (GDF, 1973, p. 51) –, por outro, poucos questionavam a justa demanda dessa população identificada como candanga:

“[prefeito Paulo de Tarso] - não vamos permitir que as invasões continuem. Os núcleos satélites serão cidades onde todos poderão viver com honra e dignidade. Temos de acabar com a mentalidade dos que dizem ‘sou pioneiro, tenho o direito a viver na Cidade Livre’. Não! Vamos dar a este pioneiro um verdadeiro prêmio! Vamos dar-lhe o direito de viver numa localidade onde haja condições humanas, fazendo justiça ao pioneiro.”²⁸¹

Nas grandes cidades brasileiras do Sudeste, a periferização de migrantes empobrecidos/as, geralmente do Norte e Nordeste, em favelas a partir da década de 1940 se baseou profundamente na ‘cultura da pobreza’ e na condição absoluta destes/as como invasores/as, logo, despossuídos/as de direitos. No caso do DF, majoritariamente terra pública e com alto déficit de habitação dadas as condições pioneiras, a ocupação maciça se deu por trabalhadores/as envolvidos/as na construção e consolidação da capital federal, personagens heroicizados de uma trama nacional, o que atribuía uma importante carga simbólica na luta pelo direito à cidade.

Desse modo, no Distrito Federal os sentidos comumente associados ao estigma do favelado/invasor em centros urbanos, tornaram-se ambíguos, sendo agenciados de forma específica a validarem a precedência por moradia. Essa diferenciação se deu com os pioneiros dos acampamentos, como o depoimento de Sebastiana Lima demonstrou, ou reforçam os movimentos por moradia, a exemplo da inclusão dos/as ditos/as invasores/as na categoria ‘candangos’ nos textos veiculados pelo jornal *Cidade Livre* do movimento pela fixação do núcleo provisório: “não queremos, não pedimos e nem aceitamos propostas separadas. O problema é dos candangos: comércio, indústria, ‘invasores’, inquilinos, proprietários, de todos

²⁸¹ *Correio Braziliense* de 12 de fevereiro de 1961 – *Prefeito presta contas ao povo*. Acedido em 08 de maio de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

enfim”.²⁸² Ambas as estratégias exemplificam a complexidade dos processos de subjetivação candanga construídos na sua relação com o espaço urbano e as remoções.

A contradição posta é que a ideia do/a invasor/a é subsidiada pelos parâmetros de legalidade da cidade formal como referência para a produção de invisibilidades no ordenamento do espaço urbano (Silva & Pereira, 2018, p. 46) e nubla as históricas condições e estratégias de sobrevivência da população candanga. Esta, diante da carência de moradias no DF próximas aos locais de trabalho e com acesso a condições básicas, pressionou por essa demanda em “movimento[s] popular[es] para a invasão de terra urbana” (Paviani, 2010, p. 131) que precisam ser lidos como fenômenos estruturantes do espaço urbano e estruturados pela participação popular no desenvolvimento das cidades. A mobilização do signo do/a invasor/a nesses regimes de legalidade associados à posse no Brasil, historicamente, serviu para alijar grupos racializados de participarem das decisões coletivas e acessarem direitos fundamentais (figura 44):

“A expressão ‘nós somos ilegais’ – liga o status de ilegalidade com a própria condição humana de seus habitantes – pode ser interpretada como indicação de que, nas atitudes dos habitantes para com o sistema jurídico nacional, tudo se passa como se a legalidade das formas de ocupação da terra repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm a ver com a terra ou com a habitação.” (Rolnik, 2015, p. 193).

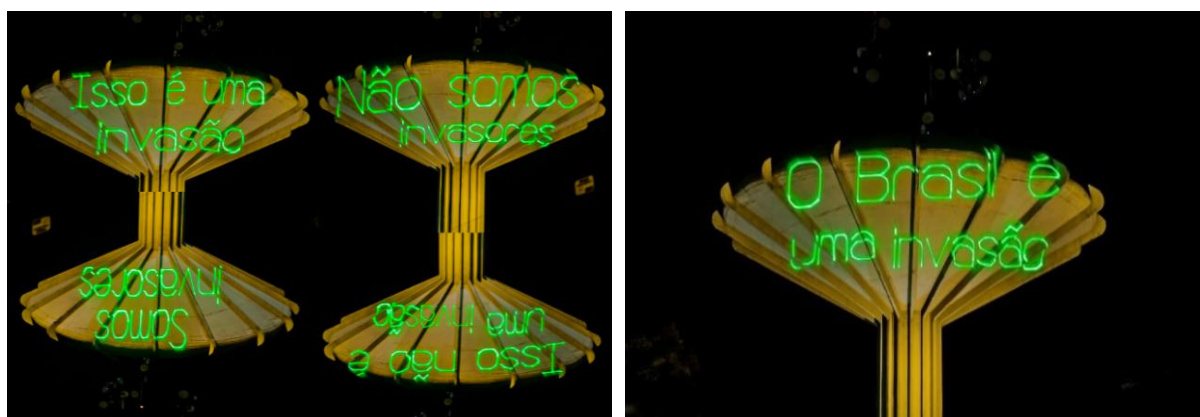


Figura 44 - Intervenção com laser na Caixa D'Água de Ceilândia do artista Gu da Cei, 2021. Em diálogo crítico com a montagem, a afirmação de que o Brasil é uma invasão tensiona ainda mais esses regimes na construção histórica colonial do acesso à terra e daqueles sujeitos lidos como sujeitos de direito e os/as despossuídos/as. Fonte: <https://www.gudacei.art.br>. Acedido em 07/05/2025.

²⁸² *Jornal da Cidade Livre* em *Correio Braziliense* de 06 de junho de 1961. Acedido em 08 de maio de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

É a partir dessa constatação que os sentidos associados a identificação do invasor e do pioneiro se definem de forma mais aguda no DF, afinal muitos/as ocupavam as duas posições, e foram determinantes, em alguns casos, para o acesso a moradia no território federal. Via de regra, todos acampamentos provisórios e vilas operárias dentro do conjunto urbanístico de Brasília, independente da sua data de fundação, seriam lidas como invasões frente o espaço planejado da capital federal; assim foi com a Cidade Livre, a ‘cidade pioneira’, assentamento autorizado pela Novacap que após a inauguração de Brasília foi considerado ilegal e resistiu a diversas tentativas de remoções, até sua fixação como Núcleo Bandeirante em 1961.

Contudo, em uma leitura conjectural, algumas cidades, em especial aquelas resultantes da fixação de acampamentos, como o Núcleo Bandeirante e a Vila Planalto, são lidas como pioneiras na valoração de um status social diferenciado na trama urbana do DF, embora isso não se traduza necessariamente em melhores índices socioeconômico. Após um incêndio e com o tombamento distrital do hospital, em 1985, Sebastiana Lima e demais moradores/as do acampamento HJKO foram reassentados/as na Candangolândia, cidade originada do acampamento Velhacap e parte da constelação de cidades pioneiras. Por outro lado, cidades oriundas de remoções urbanas são/foram lidas pelo estigma do/a invasor/a, como observamos no relato sobre a Ceilândia, mas poderíamos citar ainda cidades como Gama, Santa Maria e Samambaia. A esses territórios, de fato muito negligenciados, também foram projetados signos da marginalidade, da precariedade e da informalidade, que passaram a enquadrar seus/suas moradores/as na leitura do senso comum sobre as periferias urbanas evidenciando, reciprocamente, o papel do espaço na produção das subjetividades periféricas no DF.

Nas palavras indignadas de Manoel Jevan, professor ceilandense e mobilizador da Casa da Memória Viva da Ceilândia – “A violência de ser explorada, a violência de ser curral eleitoral, a violência de ser invadida, ser chamada de cidade de invasores. Tudo isso me comove” – percebemos como a desqualificação do território e das pessoas impactou uma geração marcada pela retomada da narrativa sobre si que transformou a Ceilândia em um dos mais profícuos territórios de produção cultural e pensamento crítico do DF. Ao estruturar a indignação se apropriaram de tecnologias e dispositivos de comunicação e não só elaboraram novos referenciais para a cidade assentados na memória candanga de luta por moradia, como colaboram para descentrar o olhar sobre os processos de musealização no Distrito Federal.

5.3 Um museu incansável

Em 2007, no museu comunitário Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC), foi lançado o livro *A Ceilândia Hoje* de autoria dos professores da rede pública de educação do Distrito Federal, Manoel Jevan Gomes e Emanuel Lima. Essa publicação – financiada pelos próprios escritores – reuniu informações históricas, poemas, referências culturais, personalidades, anedotas, entre outras escavações nos territórios da memória de doze localidades ceilandenses, resultado do intenso trabalho de pesquisa e como animadores culturais em Taguatinga e Ceilândia. No posfácio do livro há o seguinte registro:

“O problema foi que muito se agradeceu e pouco se reconheceu. E aqueles construtores que incansavelmente ergueram a nova capital em tempo recorde de 3 anos e 10 meses, nada mais receberam se não o ‘esquecimento’. Que estas palavras cheguem a vocês como uma singela, porém sincera ‘reparação histórica’.” (Lima & Jevan, 2007, p. 46).

Este trecho que se direciona aos candangos – “caros construtores” – e encerra o trabalho de narrar a cidade em uma escrita que se apoia nas memórias locais registradas no cotidiano de rádios comunitárias, associações de bairro e escolas, nos indica a motivação da ação: uma reparação histórica. Nesse caso, reparar significa negociar o reconhecimento (Kilomba, 2020, p. 46) – “muito se agradeceu e pouco se reconheceu” – e as possibilidades de escuta e de autorreferenciamento para uma “mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações intersubjetivas, vocabulário” (*ibidem*). Uma ação que investe em outros enquadramentos da memória para superar os esquecimentos de uma narrativa hegemônica centrada na monumentalidade do Plano Piloto e na excepcionalidade de certos personagens para se deter nos lugares invisibilizados por esta margem simbólica.

O problema posto em causa é o paradoxo do ato de gratidão, sem reconhecimento; que os candangos tenham sido referenciados em discursos emblemáticos de Brasília e eventualmente lembrados em monumentos da cidade não resta dúvida, mas a que lugar os/às milhares de trabalhadores/as estão condicionados/as na narrativa desta epopeia que privilegia ‘grandes’ nomes? Este apagamento simbólico não estaria em relação com os lugares – sociais e espaciais – marginais que esse ‘novo Brasil’ reservou aos/às trabalhadores/as?

A produção memorialística do livro se soma a outras iniciativas locais, entre as quais nos deteremos no museu comunitário CMVC para analisar a relação entre memórias candangas e territorialidades periféricas no DF. Essas iniciativas que se inserem como processos de

valorização e reparação comprometidos com a memória daqueles “excluídos da história oficial, que nós chamamos de Incansáveis, pioneiros de Brasília e fundadores da Ceilândia”,²⁸³ foram mobilizadas pelo professor Manoel Jevan em colaboração com a comunidade ceilandense – os/as pioneiros/as, estudantes, professores/as, universitários/as e artistas locais. Nesse sentido, como mediador cultural e agente comunitário capaz de mobilizar ao longo de trinta anos um conjunto de pensamentos e práticas referentes às memórias candangas em Ceilândia, nos remeteremos com mais frequência às suas considerações.

Filho de candango, o cearense Manoel Jevan chegou ao DF com o restante da família em 1979 para encontrar o pai; desde 1993, atua como professor de História em escolas públicas de Ceilândia. Afetado pela memória e ressentimento do pai com a trajetória excludente dos operários de Brasília – por vezes descrita como uma “memória amarga” e definida pelos sentimentos de mágoa, rancor e angústia –²⁸⁴ se empenhou na revalorização dos/as pioneiros/as de Ceilândia em profunda articulação com sua prática educativa.

Em sua trajetória, anteriores à docência, destacam-se duas vivências que fundamentam as suas escolhas pelo trabalho com as memórias candangas. A primeira delas foi a sua participação, ainda secundarista, na Associação de Moradores União e Luta do P-Sul, movimento com atuação desde 1980, que reuniu nomes como Francisco Morbeck e Lucia Carvalho, agentes significativos no associativismo comunitário, sindical e cultural da Ceilândia desde a década de 1970, junto à Associação de Moradores Incansáveis de Ceilândia. Foi no movimento que Jevan teve contato com o histórico de lutas da cidade e com seus agentes, vivenciando o processo educativo inerente aos movimentos sociais na transmissão e mobilização do legado de lutas em que “experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos e etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para leitura do presente” (Gohn, p. 2001, p. 18). Sua formação política progressista acompanhou o processo de politização dos movimentos populares urbanos, particularmente aqueles vinculados às instituições religiosas, presentes desde o início da cidade e locais de reunião comunitária. Para além das igrejas progressistas e ‘padres revolucionários’, a trajetória de Jevan nos informa da presença constante de instituições e agentes comprometidos/as com transformações sociais locais e que atuaram historicamente no território ceilandense, e em

²⁸³ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 134).

²⁸⁴ Em entrevistas de Manoel Jevan dadas à autora em 11 de julho de 2023 e a Vinícius de Oliveira em 8 de novembro de 2013.

outros territórios periféricos do DF, como a Universidade de Brasília, em especial, professores/as e alunos/as da Faculdade de Educação.

Como referência na sua formação política, a professora Maria Luiza Pereira Angelim, à época mestranda em Educação, intermediou a sua experiência como alfabetizador de jovens e adultos no Centro de Educação Paulo Freire (Cepafre). O centro foi uma iniciativa de mestrandos/as da UnB que, em 1985, em resposta à consulta feita a comunidade que priorizou a alfabetização de jovens e adultos em suas demandas, iniciaram turmas de alfabetização baseadas no método freiriano na Escola Normal da Ceilândia. No ano seguinte, o projeto teve continuidade na casa paroquial da Nossa Senhora da Glória, na Ceilândia Sul, até a institucionalização do Cepafre, em 1989 (Nascimento, 2019, p. 117). Em mais de trinta anos, o Cepafre contribuiu de forma consistente com a formação de educadores/as populares no DF e alfabetizou mais de quinze mil pessoas, mobilizando neste processo uma leitura crítica do mundo cujo efeito social é verificável na politização da vida comunitária ceilandense.

Essas experiências de militância no associativismo comunitário e na educação popular forjaram os compromissos políticos e a imaginação poética que atravessam os trabalhos com as memórias candangas do professor Jevan e incide na forma que o dispositivo museu foi acionado neste processo de reparação. Entre os termos e definições que decorrem de e alimentam suas práticas museais, a ideia de ‘memória viva’, apropriada no processo de formação como alfabetizador, tem uma agência política fundamental na produção de sentidos sobre o território, as memórias candangas e os museus:

“[...] foi da boca dela [Maria Luiza Angelim] que eu tive contato pela primeira vez com essa palavra ‘memória viva’. Ela falava ‘memória viva é uma história militante, é aquilo que você traz do passado para o presente e que faz sentido, que faz as pessoas se conscientizarem, você vai pegar uma pessoa que morreu, mas que a memória dela ainda é muito importante para a nossa luta. [...] Aquela memória que não servir para o presente é ‘memória morta’.”²⁸⁵

A escolha pela formação universitária em História veio como desdobramento dessas relações, evidenciado em seu trabalho de conclusão de curso com o tema sobre o movimento dos Incansáveis da Ceilândia – “Fui juntando esse material e trabalhando com história oral, sempre trabalhando com a voz dos pioneiros, essa questão toda da história da Ceilândia”.²⁸⁶ Foi a partir da sala de aula e pela ausência de materiais didáticos sobre a história local que o

²⁸⁵ Depoimento de Manoel Jevan dado a Karina Inatomi em 09 de maio de 2014 (Inatomi, 2014, p. 81).

²⁸⁶ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 101).

professor, em uma prática de pesquisa-ação, promoveu entre os/as estudantes o Questionário Comunitário, um roteiro de entrevista que cada aluno/a deveria fazer com os/as mais velhos/as e no qual anexariam alguma imagem, objeto ou reportagem sobre a história da cidade (figura 45). Estudantes e entrevistados/as conformavam a nomeada Sociedade de Pesquisadores e Pioneiros da Ceilândia (SPPCe) dos quais, todos os anos, eram selecionados/as onze – como uma seleção de futebol – que participavam de um encontro cultural na escola para compartilharem suas histórias. Outros projetos neste sentido, como o ‘Não jogue a história do P-Sul no lixo’²⁸⁷ e a formação do Arquivo Público Comunitário da Ceilândia,²⁸⁸ também foram fundamentais para operar na intersecção dos campos da memória e da educação a pesquisa, preservação e divulgação das referências culturais e históricas das comunidades ceilandenses.

²⁸⁷ ²⁸⁷ Em 1994, o Professor Jevan iniciou o projeto “Não jogue a história do P-Sul no lixo”, incentivando os alunos do Centro de Ensino Fundamental 10 Da Ceilândia a contribuírem com registros análogos aos coletados pela SPPCe, com foco na história do setor P-Sul (Pereira, 2013, p. 61).

²⁸⁸ Em 1995, o projeto sobre o P-Sul ganhou notoriedade, levando Jevan a ser convidado para Coordenador de História na Regional de Ensino de Ceilândia, cargo que ocupou até 1998. Nesse período, ele estendeu a metodologia do projeto a outras escolas públicas da cidade e criou o Arquivo Público Comunitário. Segundo Jevan, a criação deste arquivo critica a centralização do ARPDe, democratizando o acesso aos registros históricos e promovendo uma abordagem mais inclusiva e participativa na preservação da memória local.

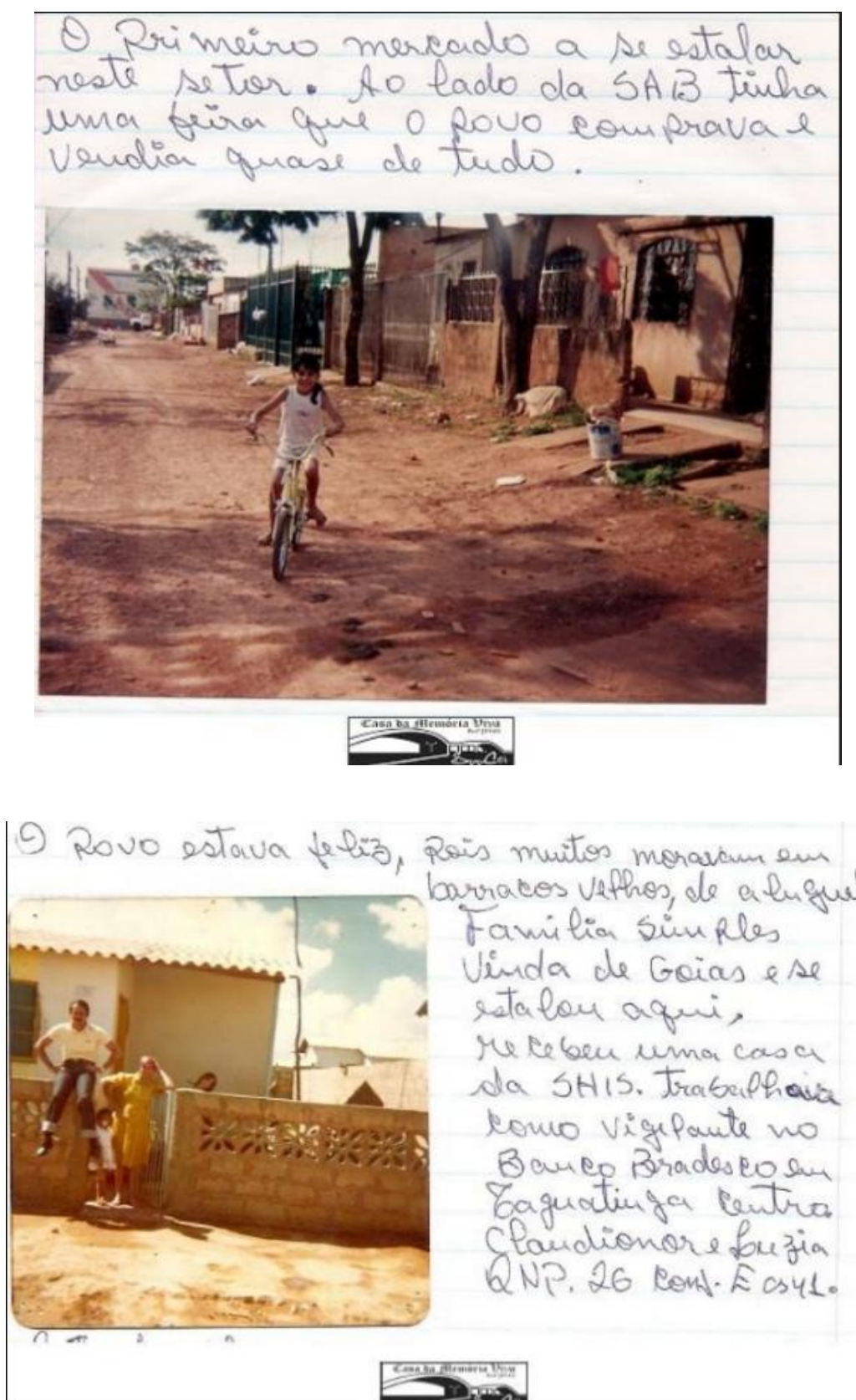


Figura 45 - Fichas do Questionário Comunitário da SPPCei com imagem e relato de moradores/as. Fonte: Facebook Casa da Memória Viva da Ceilândia. Acedido em 07/05/2025.

A partir dessas estratégias pedagógicas, inspiradas na metodologia da pesquisa-ação e da história oral, que o acervo da CMVC foi sendo gestado. Nesse sentido, ele compõe um “museu diferente daqueles do Plano” e ao “invés de peças, seriam pessoas, a história de pessoas que construíram a nossa história”.²⁸⁹ Esse acervo foi musealizado em 1997, quando Jevan levou para a própria casa os materiais reunidos, para compor uma exposição aberta em datas comemorativas, a princípio, para grupos temáticos como as suas turmas escolares e artistas locais. Contudo, a partir de 2003, quando a ‘casa-museu’ tornou-se mais conhecida e a demanda aumentou, passou a receber grupos diversos com agendamento e a mobilizar outros eventos comunitários.

A luta de afirmação do território ceilandense se assemelha a outras iniciativas de memória em comunidades periféricas, na emergência de novos atores sociais na passagem do século XX, que tomam a forma de dispositivos institucionais hegemônicos como arquivos e museus, colonialmente imbuídos de significar o Outro, para ressignificarem a si próprias. Foi o caso, por exemplo, do Arquivo Dona Orosina e o Museu da Maré, no Rio de Janeiro, do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense e o Museu Vivo de São Bento, em Duque de Caxias (RJ), todas iniciativas comunitárias de preservação e valorização do patrimônio local que se apropriaram desses dispositivos como meios de afirmação e validação. Isso denota como no imaginário social essas instituições são referências na produção e circulação de saberes e espaços privilegiados de subjetivação; ao tomarem o protagonismo dessas práticas, antes exclusivas de um saber estabelecido e erudito, não só contribuem para a produção de novos conhecimentos com base nesses indicadores coletados, preservados e disseminados, mas também confluem para a reelaboração sociocultural desses sistemas de administração de memórias.

“[...] sempre achei distante a ideia de museu, um arquivo você guarda um documento e já é um arquivo, cataloga e já é um arquivo, tendo uma gavetinha você faz um arquivo, já um museu eu achava que era uma coisa da burguesia, uma coisa inacessível, e que não combinava com a Ceilândia, eu pensava que teria que ser uma coisa mais popular.”²⁹⁰

Ao romper com o paradigma da instituição museológica como geradora de processos de musealização, essas experimentações museológicas oriundas de territórios diversos – periféricos, quilombolas, indígenas, entre muitos – e que pautam seus procedimentos de

²⁸⁹ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 103).

²⁹⁰ Depoimento de Manoel Jevan dado a Karina Inatomi em 09 de maio de 2014 (Inatomi, 2014, p. 74).

salvaguarda e comunicação em função das condições e temas locais, reinventam modos de ver, sentir e interpretar seus indicadores de memória em formatos museais transgressores e “numa clara apropriação do termo, garantem a ele outra definição [...] atrelado a princípios diferentes dos que são postos como únicos caminhos de entendimento e realização” (Pereira, 2018, p. 116 e 91).

Na experiência da CMVC, a ideia de ‘memória viva’ orienta as ações educativas e culturais em torno da valorização de sujeitos/as da comunidade (figura 46) – “A ideia da Casa da Memória Viva era fazer um museu de gente. Para nós, o conceito de memória viva significa uma pessoa portadora de uma memória coletiva.”²⁹¹ –, bem como se fundamenta na adesão de grupos culturais locais à proposta de dinamização da memória e da produção cultural ceilandense. Ao refletir sobre a construção subjetiva desse conceito percebe-se um intento de despersonalização da história de Brasília, frequentemente focada nos nomes preeminentes da transferência da capital, ao inventariar pessoas que são referências locais cotejando a história oficial com a memória viva desses/as sujeitos/as:

“A Casa da Memória Viva, é um projeto, uma reação da minha consciência contra esse acervo de elite que tem nos museus do Plano. De elite e personalismo, de achar que Brasília só tem cinco pioneiros, pois só falam de JK, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.”²⁹²

É dessa indignação que nomear a ‘massa’ se tornou uma estratégia de enfrentamento, e pessoas como dona Brasília Góis, a primeira criança registrada no DF e moradora da Ceilândia, é celebrada no aniversário da capital – “lá no Plano eles vão falar da cidade, dos monumentos, mas aqui a gente vai falar da pessoa e aproveita e fala de outras pessoas que também construíram Brasília”²⁹³ – ou a professora Maria Lucinete, a “Paulo Freire de saias”, considerada um patrimônio educacional da Ceilândia.

A própria experiência de organização do espaço doméstico como suporte de um discurso museal reforçava a centralidade das pessoas nesse trabalho com a memória viva, na qual cada ‘setor’ homenageava um/a pioneiro/a ou colaborador/a da cidade. Na CMVC, a garagem se tornou o *foyer* Vladimir Carvalho; o quintal, no Palco da Música Popular Candanga Ariosto Lopes e o Beco de Cultura Nativa Terezinha Lins; a cozinha se converteu na Cooperativa de Artesanato Candango Original Dona Olena e dois cômodos da casa, na Galeria

²⁹¹ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 120).

²⁹² *Ibidem*.

²⁹³ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 118).

dos Candangos Sidiney Breguêdo e na Biblioteca Antônio Muralha. Acrescenta-se ainda um jogo de referências interessante na valorização de pioneiros/as, como a cantineira Percília Júlia Toledo, alçada a “Cora Coralina Candanga”; o cordelista Donzílio Luiz de Oliveira, o “Camões do Cordel Candango”, e novas gerações locais, como a “neoglauberiana” Simone Borges, organizadora do Festival de Cultura da Guariroba e do cineclube Forno de Cultura, e o xilogravurista Marcílio Tabosa, o “J. Borges Candango”, entre muitos/as outros/as (Lima & Jevan, 2007).



Figura 46 - Eventos na CMVC. A segunda imagem em comemoração ao Dia de Reis com a participação de membros da comunidade de Ceilândia e parceiros/as da Casa de Memória Viva da Ceilândia, 2015. Fonte: Arquivo Público Comunitário.

Há nessa dinâmica uma afirmação da identidade candanga reterritorializada na Ceilândia, frequentemente em oposição às leituras hegemônicas produzidas a partir da capital federal, e em diálogo constante com uma produção cultural ampliada – um recurso de valorização pela inscrição da cena local no quadro ampliado de realizações humanas literárias, plásticas, musicais – e institucional. Esta última, expressa no esforço de reinventar institucionalidades no território ceilandense, como o próprio museu e o arquivo, mas também poderíamos citar a Sociedade de Pesquisadores e Pioneiros ou a Academia Ceilandense de Letras e Artes Populares (ACLAP) – “a única Academia do mundo que tem xilogravurista, rapper, analfabeto”.²⁹⁴

A constituição desses espaços e agremiações, denuncia a ausência de políticas públicas que garantam os direitos à memória e à cultura nesses territórios e traduzem suas demandas em alternativas comunitárias de preservação, circulação e produção cultural. Por vezes, encarnam críticas diretas às instituições oficiais, como foi o caso do Arquivo Comunitário como solução à dificuldade de acesso e centralização da documentação no Plano Piloto atribuída ao Arquivo Público do Distrito Federal;²⁹⁵ em outras, o desejo de institucionalização como o projeto de transferir o museu para a Casa do Cantador,²⁹⁶ equipamento cultural vinculado à Secretaria de Cultura do Distrito Federal e única edificação projetada por Oscar Niemeyer fora do Plano Piloto.

Ao longo da sua trajetória, a CMVC além de ocupar a casa do professor (figura 47), recebeu distintas propostas de transferência do acervo e atividades que foram frustradas, frequentemente por questões políticas, com as sucessivas mudanças de governos. Foram três tentativas de transferência para a Casa do Cantador – em 1998, 2003 e 2008 – e para o Centro Cultural da Ceilândia; em 2010 foi convidado a ocupar uma sala no *campus* da Universidade de Brasília em Ceilândia, onde permaneceu até 2012 – “Quando passamos nesses três lugares eu acreditei que a CMVC pudesse se tornar uma instituição da cidade”.²⁹⁷ Atualmente, parte do acervo pode ser acessado no sítio eletrônico do Museu Virtual da Ceilândia²⁹⁸ ou em contato

²⁹⁴ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 130).

²⁹⁵ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 115) e à autora em 08 de julho de 2023.

²⁹⁶ A Casa do Cantador, inaugurada em 1986 na Ceilândia, é um centro cultural dedicado à promoção e divulgação da cultura nordestina, especialmente a música e o repente, com objetivos de inclusão social e formação. Equipado com anfiteatro e salas multiuso, desde 2019, abriga a cordelteca João Melchades Ferreira. Acedido em 08 de maio de 2024 em <https://cultura.df.gov.br/casa-do-cantador-2/>.

²⁹⁷ Depoimento de Manoel Jevan dado a Karina Inatomi em 09 de maio de 2014 (Inatomi, 2014, p. 83).

²⁹⁸ Em <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/site/index.php>.

com Manoel Jevan que se encontra engajado em outros projetos similares como o Coletivo Memória Viva Candanga e o *hostel* comunitário para artistas populares.

Convite & Programa Cultural
**REABERTURA DA CASA
DA MEMÓRIA VIVA DE CEILÂNDIA**

A nova **CASA DA MEMÓRIA VIVA** está quase toda vazia, só aguardando a sua participação neste histórico sábado(*) de aleluia, trazendo pra nossa festa alguma "*lembrancinha das antigas*" (objetos do passado fora de uso) ou comparecendo acompanhados de "*pioneiros & pioneiras*" (pessoas que fazem parte da História da Cultura Local) para, juntos, ressuscitarmos aquele que é o mais completo e único MUSEU COMUNITÁRIO DA CIDADE, criado em 87 de junho de 1993 pela *SppCei* (Sociedade dos Pesquisadores & Pioneiros da Ceilândia).

Além da visitação à *Galeria dos Candangos de Breguêdo* (a menor galeria de artes do mundo), ocorrerão eventos culturais na **MANHÃ DAS ANTIGAS** - com *Alvorada Cívica & Roda de Viola* mais "lanche tropical"; **MATINÊ CULT** - com *Sarau da ACLAP & 8Timbres* mais "churrasco americano"; e **NOITADA JOVEM** - com o festival da Otaloukos *Rock Nú CDD* mais "rodízio de caldos".

A Sua Presença Será o Nosso Melhor Presente!

Profº Jevan



**LEILÃO COLABORATIVO
PRÓ-CONSTRUÇÃO DO MUSEU COMUNITÁRIO CANDANGO**



A Casa da Memória Viva/SppCei está lançando o **LEILÃO COLABORATIVO** com a venda de relíquias adquiridas como "ingresso social" e que NÃO se enquadram na concepção de "acervo da memória candanga". Para cada peça anunciada, parte do valor arrecadado será distribuído entre ação social (vide a campanha pelo Circo Real Português) e o grupo de HcL (História da CULTURA Local), especificamente a quem localizar pessoas e/ou instituições para aquisição dessas relíquias.

Curiosidades sobre as peças do acervo e demais informações, falar com o **Profº JEVAN** > 55.61.9.9558.7401.

Figura 47 - Material de divulgação da CMVC em diferentes momentos. Primeiro, em 2010, na mudança do museu da primeira casa na QNN 38 para a segunda residência do professor Jevan, na QNN40 da Ceilândia. O segundo, de 2021, se refere a construção do atual museu na QNP 10, conjunto M, casa 20A. Fonte: Facebook/museucasadamemoriaviva. Acedido em 07/05/2025.

No decorrer desses anos essas inúmeras iniciativas de pesquisa, salvaguarda e divulgação da história e cultura local – a SPPCe, Arquivo Comunitário, ACLAP e diversos eventos comunitários – convergiram para a ideia da Casa da Memória Viva da Ceilândia como mediadora na circulação de sentidos e de envolvimento comunitário. O museu é incansável na luta por reinscrever a Ceilândia na memória social do DF promovendo maior valorização da cidade em função da história de sua gente. Porém, antes de me deter no exercício de autorrepresentação e significação das memórias candangas desde o território ceilandense, cabe analisar os sentidos produzidos pelas práticas sociais de musealização na apropriação de categorias normativas do campo museológico que contemplassem suas demandas simbólicas e condições materiais. Nesse exercício de ‘popularizar’ o museu e mobilizá-lo como ação política transformadora no campo da memória e da educação, apreende-se como ideias sobre categorias correntes do campo são ressignificadas ou rejeitadas no fazer museal dissidente (Pereira, 2018, p. 92).

Idealizado enquanto um “museu de gente” ou um “museu de pessoas e biografias”, em aberta oposição aos “museus do Plano”²⁹⁹ como referência ao modelo de museus normativos, em sua maioria públicos, que reiteram a história oficial da capital, a CMVC pode ser inserida como parte do “fenômeno da ampliação da diversidade museal” que foi estimulada e estimulou “o alargamento do espectro de vozes institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de grandes sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, a disseminação de museus e casas de memória por todo o país” (Chagas, 2011, p. 12).

Como pontuado no capítulo anterior, considero o Museu Vivo da Memória Candanga, localizado entre Núcleo Bandeirante e a Candangolândia, parte dessas iniciativas inovadoras no cenário museológico do Distrito Federal. Contudo, apesar de ter sido concebido com uma abordagem participativa, a descontinuidade de políticas culturais acabou limitando o diálogo com os diversos coletivos e grupos culturais da região, o que resultou em maior conformidade com o discurso oficial. A partir desta constatação, o seu papel enquanto lugar das memórias candangas é frequentemente questionado pela reiteração que faz da figura de JK em relação à experiência dos/as trabalhadores/as, a ausência de pioneiros/as e agentes comunitários na

²⁹⁹ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 111).

dinamização das atividades, a ‘negação’ do passado associado à ocupação da Vila do IAPI, bem como a dificuldade de acesso para quem não utiliza carro. A ausência das memórias das vilas e cidades-satélites no único museu público dedicado à memória candanga se coaduna a carência de equipamentos culturais nesses territórios, combinação que fomenta iniciativas críticas para denunciar e suprir as demandas por memória, cultura e lazer independente de agentes externos.

Já a CMVC se insere nessas iniciativas que, para além de processos participativos, se embasam no envolvimento comunitário e como discursos em primeira pessoa contribuem para reelaborar protocolos de leitura em distintos campos do conhecimento. Nesse processo de experimentação em que a ação museológica incide, geralmente, para suprir lacunas, esquecimentos e preconceitos reiterados, noções como acervo e preservação são revisitadas na medida em que esses silêncios decorrem muitas vezes da ausência de vestígios materiais e inscrições documentais que legitimam a história oficial orientando-se-se para reelaborações no campo nocional a partir de práticas sociomuseais (Britto, 2021, p. 66; Pereira, 2018, p. 23).

Retomando a ideia de memória viva como motor dessa práxis museológica, infere-se que as pessoas e suas histórias conformam a base informacional e o vetor das práticas de salvaguarda e comunicação na CMVC (figura 48) – “Então primeiro vem sempre o acervo imaterial, que são esses candangos incansáveis e em seguida, não necessariamente, uma peça material”.³⁰⁰ Ao longo dos anos, a CMVC conformou um singular acervo documental, fotográfico e bibliográfico sobre a Ceilândia; embora não possua uma coleção específica de depoimentos, as fichas dos Questionários Comunitários, que identificam pioneiros/as e moradores/as, são fundamentais. O cerne da dinâmica educativa e cultural da CMVC reside na participação ativa dessas pessoas em atividades realizadas em escolas e outros locais onde a CMVC promove ou é convidada a colaborar.

³⁰⁰ Depoimento de Manoel Jevan dado a Karina Inatomi em 09 de maio de 2014 (Inatomi, 2014, p. 80).



Figura 48 - Poeta Antônio Garcia Muralha na CMVC, 2007. Fonte: Arquivo Público Comunitário.

Nesse sentido, a ideia de acervo vivo prescinde completamente da dimensão material, no entanto, admite a existência de objetos, herdados e/ou construídos (Moutinho, 1994, p. 94), estimulada pela vontade de acionar o poder de mediação das formas e das imagens que compõem, junto a outras referências locais e culturais, uma identificação candanga baseada na luta por moradia. Distintos da dimensão exploratória dos objetos em um “museu com acervo” (Meneses, 1995, p. 28), estes objetos do cotidiano – pilão, bola, vitrola, bandeira – assumem a dimensão metafórica como suportes materiais significados pela construção social da memória ceilandense de denúncia da exclusão e valorização da cidade – “Outro exemplo é o pilão, se você pegar o pilão ele não é nada, mas aí quando a gente associa a primeira poesia da cidade, a *Ceiland*, do Poeta Muralha, que foi feita ao mesmo tempo da mudança, ele significa”.³⁰¹

No mesmo sentido, a noção de preservação assume contornos próprios e diametralmente opostos ao seu uso recorrente – “A compreensão que nós temos de preservação é a publicização. [...] nós não queremos preservar, nós queremos gastar, queremos que todos

³⁰¹ *Ibid.*, p. 78.

usem” – ³⁰² evidenciando a realidade de um museu de outro tipo, para além das tipologias, o reimaginando enquanto dispositivo de comunicação:

“O que sublinho é a precedência, nem sempre nítida, do poder de mediação sobre o anelo preservacionista, particularmente naquilo que se refere ao universo dos museus. Por esse prisma, a principal característica da imaginação museal não seria a preservação, como se poderia supor quando o entendimento se deixa engabelar pelos véus da ilusão, mas sim a possibilidade de articulação de uma determinada narrativa por intermédio das coisas, levando em conta as injunções históricas, políticas e sociais envolventes. Essa determinada narrativa pode ser acionada não só por meio de objetos herdados de um passado qualquer, mas também por objetos novos e construídos especificamente com o objetivo de dar corpo a um processo de comunicação.”

Os processos museais mobilizados na Ceilândia confirmam essa precedência comunicativa ao produzir e fazer circular contranarrativas voltadas para fora, na medida em que combatem o estigma de cidade violenta, mas sobretudo, narrativas voltadas para o território como ação reparativa, reafirmando a identidade candanga da luta e de valorização das pessoas na construção material e simbólica da Ceilândia e da capital federal.

Esse empenho em comunicar e construir uma narrativa a partir do território ceilandense emergiu das tensões entre memórias exiladas pela produção do conhecimento histórico encenado nos museus da capital e evidencia outras interpretações do processo de consolidação do DF, nas quais as memórias das remoções são estruturantes das subjetividades candangas articuladas às territorialidades periféricas no DF:

“Historicamente as denominadas remoções habitam um local específico nas narrativas sobre o Distrito Federal. Estamos falando de um não-lugar, de uma memória que nunca é trazida à tona nos discursos oficiais, pois fere diretamente a narrativa modernista que construiu Brasília. Esta memória das antigas vilas nunca conseguiu ser silenciada por completo, está constantemente pulsando e buscando emergir a todo momento, desde as falas dos mais velhos até os diversos rastros que as remoções deixaram por todo o espaço. São memórias fossilizadas, que revelam a existência de outro passado, e consequentemente de um futuro que fora encerrado.” (Santos, 2020, p. 8).

Como abordado no capítulo três desta tese, a construção e consolidação da capital federal resultou de um investimento ideológico nacional-desenvolvimentista em torno de fatos e personagens que produziram uma memória institucionalizada de Brasília (Ceballos, 2005, p. 113). Esse repertório oficial foi e é reproduzido em diferentes instâncias e contextos em que é frequentemente acionado para controlar e evitar a emergência de versões dissidentes. O

³⁰² *Ibid.*, p. 84.

discurso que a CMVC adota, de denúncia e valorização do/a candango/a e de Ceilândia para a história do DF, é uma dessas versões que descentralizam e desestabilizam a harmoniosa e sempre positiva epopeia da construção de Brasília. Ao enfatizar as memórias incômodas da exclusão, essa leitura encontra resistência em estabelecer diálogo com agentes públicos atuantes no campo das memórias, dos patrimônios e dos museus no DF.

É digno de nota a tensa relação com o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF), na figura do coronel Affonso Heliodoro dos Santos,³⁰³ e com o Museu Vivo da Memória Candanga. No Brasil e em outros países com instituições similares, os Institutos históricos e geográficos desempenham o papel de “guardiões da história oficial” (Schwarcz, 1993, p. 129), sendo por muito tempo considerados legítimos centros de produção de discursos nacionais e regionais; fundado em 1964, o IHG-DF não é exceção, sendo um centro de pesquisa e divulgação de uma história do DF centrada na vida e obra de JK e sobre a capital federal. Investidos da missão de “recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (*Ibidem*), a leitura do tempo histórico ainda se embasa predominantemente em homens públicos e realizações no âmbito político institucional, militar e econômico; versões que tensionem essas narrativas positivas e que expõem conflitos e paradoxos como a exclusão dos/as ‘heróis de Brasília’ da cidade que construíram tendem a ser combatidas e interditadas a partir desses espaços.³⁰⁴

Na CMVC, o quadro ‘Os Candangos’ do artista Sidiney Breguêdo, ex-aluno de Manoel Jevan ou o “Bukowsky Candango”, traduz em imagens uma leitura alternativa do tempo histórico operada a partir da questão da habitação ou a “memória candanga em três tempos” (figura 49): o tempo da construção (1956), “quando os candangos aparecem como heróis”; o tempo da remoção (1971), “quando surgiram cidades-satélites como a Ceilândia”; e o tempo da exclusão (1989), “após as eleições, quando o entorno explodiu”.³⁰⁵

³⁰³ Affonso Heliodoro dos Santos (1916-2018) ocupou cargos importantes durante o governo de Juscelino Kubitschek, incluindo o de subchefe do Gabinete Civil da Presidência, além de presidir o Serviço de Verificação das Metas Econômicas do Governo (SVMEG) e o Serviço de Interesse Estaduais (SIE). Sua estreita relação com JK o levou a acompanhá-lo durante o exílio em Paris, França, durante a ditadura militar. Após seu retorno a Brasília, teve papel fundamental na criação e administração do Memorial JK em 1981, permanecendo à frente desse espaço até 1996. Posteriormente, assumiu a direção do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, que abriga o Museu Memorial de Brasília, onde ocupou a presidência até 2016.

³⁰⁴ Atualmente há um interesse na diversificação dos temas em ambos os espaços, contudo, estatutariamente entre os sentidos de existência do IHG-DF está “o culto à memória dos grandes vultos da história do Brasil e de Brasília” o que explicita a tendência historiográfica predominante.

³⁰⁵ Depoimento de Manoel Jevan dado a Vinícius Pereira em 08 de novembro de 2013 (Pereira, 2013, p. 106).



Figura 49 - Os Candangos de Breguêdo na 'Galeria de um quadro só' da Casa da Memória Viva da Ceilândia, s/d. Fonte: Arquivo Público Comunitário.

Enquanto a escultura 'Os Candangos' de Bruno Giorgi traduz o herói de Brasília na figura de uma obra modernista, no que é lido como o tempo da construção, a transmutação das personagens até a representação dos/as retirantes nordestinos/as propõe, a partir do território ceilandense, uma outra maneira de contar o tempo e evocar o processo. Como experiências compartilhadas, vividas por uns/umas e legadas a outros/as, a impossibilidade de permanecer na terra e/ou de habitação digna nas cidades, traduzem a experiência do tempo em função dos deslocamentos – o tempo da remoção e o tempo da exclusão – e as geografias que desenham esses trânsitos. Essa construção social do tempo embasada na memória e geografia da exclusão, contrasta e expande a história oficial na medida em que vai de encontro com as promessas da nova capital e evidencia o processo de ocupação centrífuga pelas sucessivas espacialidades que conformam a Região Metropolitana de Brasília. Nessa leitura, que costura temporalidades e espacialidades distintas, as memórias candangas se dispersam pelos territórios fora do Plano Piloto e convergem pelas memórias das remoções na construção de territorialidades periféricas no DF.

A disputa de memória, representada pelas divergências entre agentes comprometidos/as com a história do DF, também se revela na relação com o único museu público dedicado à memória candanga. Embora ambos os processos museais terem sido formulados em períodos próximos, nunca estabeleceram contato entre si e nas considerações que cada entrevistado/a fez dessa relação revelam um desconhecimento mútuo sobre as iniciativas. Há mesmo uma falta de interesse, reforçada pelo distanciamento, físico e simbólico, e que se manifesta na formação de repertórios distintos sobre esse sujeito coletivo candango, representado de maneira própria por cada processo museal em seus respectivos territórios.

No Museu Vivo da Memória Candanga forjou-se como referencial cultural das memórias candangas os sentidos articulados aos acampamentos pioneiros, em especial à Cidade Livre, embasados nas memórias do trabalho na construção da capital federal – o candango no cenário de obras – e pela crescente valorização da cultura popular no âmbito das políticas públicas de cultura. Indicadores de seleção e organização das memórias candangas na Casa da Memória Viva da Ceilândia, reforçam temas e caracterizações sobre o sujeito coletivo candango que comungam com o MVMC dos referenciais regionalistas do Nordeste e dos movimentos de cultura popular – “Você vai viajar pelo Nordeste, mas não o das praias!”³⁰⁶ –, afirmando o território ceilandense como capital da cultura nordestina sertaneja. Por outro lado, a relação com a capital federal se manifesta em oposição aos referenciais tradicionais – “Você vai se apaixonar pela Brasília, não a do JK!”³⁰⁷ –, na medida em que o trabalho de memória visa uma reparação, reivindicando a identidade pioneira da cidade – “CEI, a CandangoLÂNDIA é aqui!”³⁰⁸ –, e denunciando o processo de exclusão ao combater narrativas de desqualificação do território pela valorização da história e da produção cultural local – “Você vai se orgulhar da Ceilândia, não a da violência!” (figura 50).³⁰⁹

³⁰⁶ Material de divulgação da Casa da Memória Viva da Ceilândia (Pereira, 2013, p. 63).

³⁰⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸ *Ibidem.*

³⁰⁹ *Ibidem.*

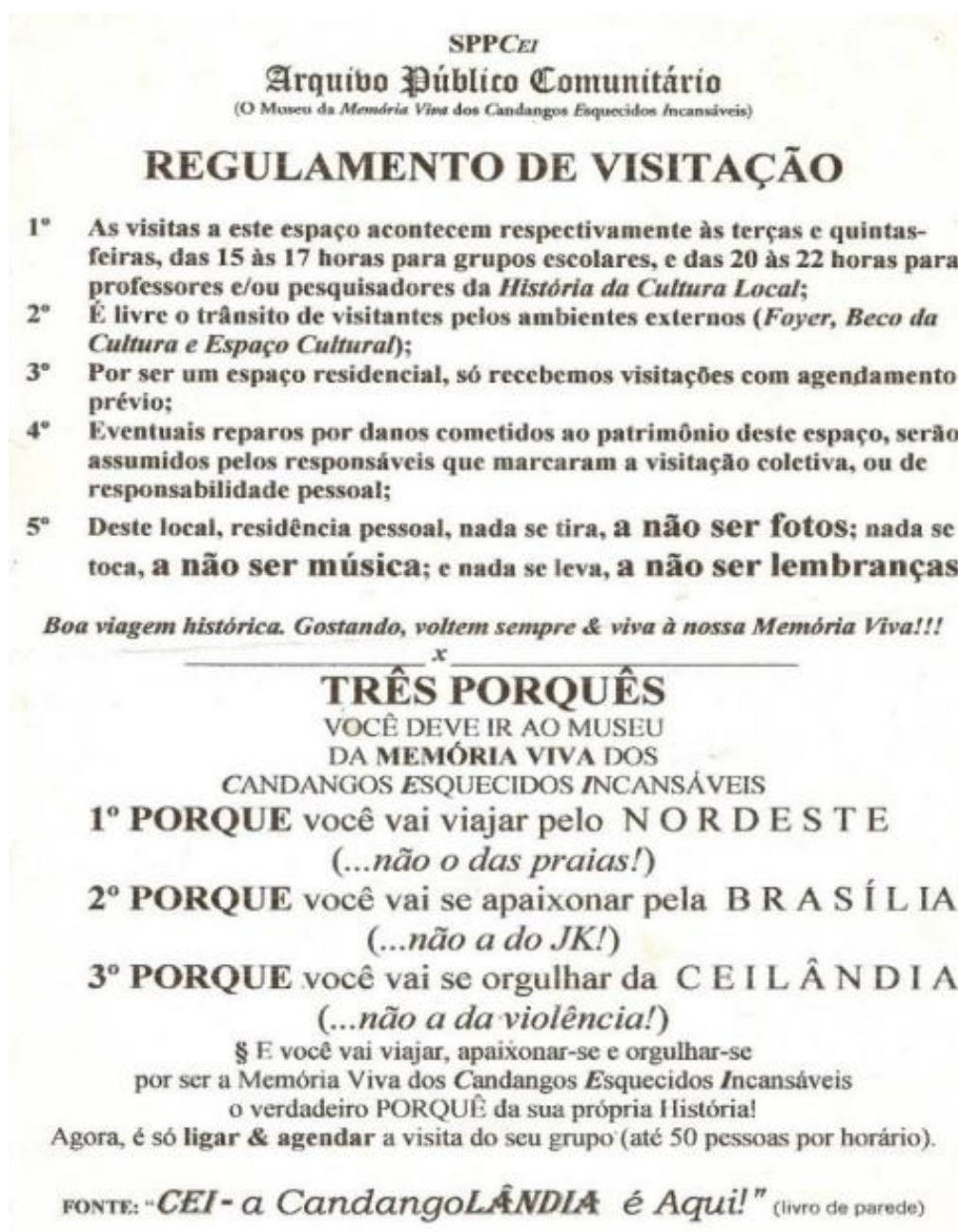


Figura 50 - Material de orientação das visitas na CMVC, sem data. Fonte: Arquivo Público Comunitário.

Essas características também se confirmam nas vigilâncias comemorativas representadas pelas datas emblemáticas em que a CMVC abria para visita, quando da existência física na residência do professor, e ainda celebradas em eventos realizados em outros espaços culturais da cidade. Essas datas motivam ações culturais específicas e como “estratégias de vigilância comemorativa” são “marcadores que auxiliaram a fabricação de legados, entendidos como investimento social em virtude do qual uma determinada memória

individual é transformada em exemplar ou fundadora de um projeto” (Britto, 2022a, p. 03). Nesse caso, são rememorados o aniversário de Brasília em 21 de abril; o aniversário de Ceilândia, comemorado em 27 de junho, data não oficial de fundação da cidade;³¹⁰ e dia 13 de dezembro, aniversário de Luiz Gonzaga, agente criador de uma identidade regional nordestina voltada aos/às migrantes da segunda metade do século XX com uma “música que vai ligar subjetividades díspares e que vai produzir um ‘sentir nordestino’” (Albuquerque Júnior, 1994, p. 221).

É da música ‘Asa Branca’, do rei do Baião, que veio a inspiração das linhas da Casa do Cantador, a única edificação de Oscar Niemeyer fora do Plano Piloto, construída em homenagem aos/às migrantes nordestinos/as na Ceilândia. Ao discorrer sobre a CMVC é frequente a referência a este espaço cultural como o local em que deveria ‘existir’ o museu – “Os nossos trabalhos de associar a história dos pioneiros com a cultura local sempre se identificaram com a Casa do Cantador”. A própria referência a ‘Casa’ da Memória Viva deriva dessa associação, além do museu ter sido temporariamente hospedado na residência do professor Jevan. A frustração com a dificuldade de estabilização das ações museais no local é atribuída a uma possível perseguição política de governos locais à postura crítica da iniciativa, bem como disputas internas entre grupos culturais pela liderança e uso do espaço. Nesse sentido, a CMVC assume uma função “simbólica”, podendo ser em “qualquer casa”, no sentido de reivindicar um espaço de memória e cultura para a cidade – “Por isso que eu falo que a Casa física da Memória Viva é como se fosse uma coisa descartável, é só um exemplo, só uma mostra, porque nós queríamos mesmo era que fosse na Casa do Cantador, né? [risos] Em uma obra de Oscar Niemeyer”.³¹¹

Essa identificação se justifica pela expectativa de que o ‘museu’ devesse existir em um lugar de destaque, apesar desse aspecto nunca ter impedido que as ações museais da CMVC se realizassem em diferentes espaços. O processo de musealização antecedeu ‘o museu’ e se realiza independente dele como ação comunitária a mais de vinte anos, contudo, fixa um horizonte de existência no qual o reconhecimento oficial, existir em um equipamento cultural público com assinatura do renomado arquiteto, emerge como parte importante do processo de

³¹⁰ A data oficial de aniversário da Ceilândia é dia 27 de março, nesta data, em 1971, o governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental da nova cidade, no local onde está localizada a Caixa D’água. No entanto, o primeiro aniversário comemorado pelos/as moradores/as teria sido em 27 de junho de 1972, devido às chuvas de março, com o Forró Comunitário, evento rememorado pela CMVC.

³¹¹ Depoimento de Manoel Jevan dado a Karina Inatomi em 09 de maio de 2014 (Inatomi, 2014, p. 82).

reparação. Esse fenômeno é observado em outros processos museais comunitários e periféricos nos quais, “Os moradores são o museu agindo. Por isso reconfiguram a ideia de museu como lugar, ainda que a luta para ser museu, como instituição, seja parte das reivindicações por reconhecimento e por algo que é escasso nos territórios: A formalidade.” (Heitor, 2021, p. 180).

Junto às demandas de reconhecimento (Fraser, 2002, p. 10), esse desejo de institucionalização expressa não necessariamente a vontade de delegar as ações para agentes públicos, mas ao menos um compromisso redistributivo do poder público com a sustentabilidade de iniciativas de memória e cultura local, comprometimento que segue em aberto; mesmo opções como os editais públicos de financiamento, como o Programa Pontos de Memória, não viabilizaram esse processo dada as exigências burocráticas que impedem que os/as principais colaboradores/as da CMVC, funcionários/as públicos/as, ingressem como representantes das propostas.³¹²

Nesse percurso de mobilizar as memórias candangas a partir da experiência de formação da Ceilândia e mediadas por uma práxis museal dissidente, a CMVC segue em movimento, apesar da informalidade que inflige dificuldades na projeção e adesão à iniciativa e da própria valorização da CMVC como um patrimônio da cidade. De todo modo, a Casa tem ressonâncias importantes ao estimular outros exercícios de musealização das memórias ceilandenses, como a criação do Museu Virtual da Ceilândia. Esse museu virtual resultou também de uma estratégia pedagógica, mediada pelo professor de História Vinícius Oliveira, objetivando abordar o processo intencional de seleção de fontes na construção do conhecimento histórico. Para introduzir a problemática aos/as alunos/as foram selecionados dois museus do DF, o Memorial JK e a CMVC, para “refletirem sobre como os espaços museais constroem narrativas históricas a partir dos seus recortes e seleções presentes em seus acervos e como essas narrativas não são neutras ou despretensiosas” (Oliveira, 2022, p. 102). Exemplares do modo como a memória de diferentes grupos sociais que participaram de um mesmo evento são distintamente encenadas por processos museais, ambos museus possibilitaram acessar uma pedagogia museológica que orienta o olhar não apenas pelas

³¹² Na análise de Vinicius Pereira (2013, p. 89): “A possibilidade da CMVC participar de editais do Ministério da Cultura e do Ibram são reais: já foi citado que o Programa Pontos de Memória procurou o espaço para participar do seu edital, mas o mesmo não foi possível pela necessidade de representação da Casa por uma pessoa jurídica, que nem o Professor Jevan nem os principais colaboradores podem se ligar por serem professores da rede pública do DF. Um outro programa do Ministério da Cultura é o ‘Mais Cultura nas Escolas’, que incentivam ações relacionadas com a cultura desenvolvidas dentro ou fora das escolas, que contribuam para o aprendizado dos alunos”.

versões que propõem, mas os meios e modos pelos quais essas narrativas são materializadas e o alcance que dispõem.

Destaco esse processo porque sem a CMVC, o professor não teria conseguido realizar esse exercício crítico por comparação com os/as alunos/as em 2021. Isso ressalta a homogeneidade do discurso histórico acionado em museus do DF e a urgência de reavivar este cenário que, após mais de sessenta anos de existência, ainda carece de processos museais e patrimoniais capazes de mediar uma interpretação abrangente sobre a complexidade da construção de Brasília, sua consolidação e a diversidade territorial do Distrito Federal.

Por outro lado, territórios negligenciados por políticas públicas de cultura e educação revelam na apropriação e democratização dos processos museais a multiplicidade de vozes que compõem um território. Se a Ceilândia dos candangos incansáveis da CMVC reforça a cidade como um território cultural nordestino, umbilicalmente ligado à Brasília pelo processo de exclusão dos/as trabalhadores/as, outras Ceilândias emergem com o fator geracional introduzindo novos referenciais que, como todo debate sobre cultura, ora convergem, ora disputam os sentidos sobre a cidade.

É o caso do conflito geracional com a identificação das novas gerações com a cena cultural do *hip-hop*, nem sempre compreendida ou aceita pelas gerações pioneiras (Januzzi & Dantas, 2020, p. 116). Desde a década de 1990, Ceilândia construiu uma identidade fortemente associada a este fenômeno cultural urbano que engloba estéticas artísticas como o *break* ou *street dance*, o grafite, o DJ e o Rap, que se conformaram em expressões políticas em reação à opressão e estigmatização de territórios e contra povos periféricos e não brancos. Como expressão dessas novas gerações ceilandenses, esses movimentos oriundos de realidades urbanas segregadas passaram a compor em novas linguagens, sentidos sobre o processo de exclusão e se reconhecerem em outras topografias da cidade.

Em 2020, o Iphan-DF lançou a publicação *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*, com os resultados do Inventário Participativo realizado junto à quatro escolas da cidade. Além de confirmar as referências patrimoniais consolidadas, como o valor da Caixa d'água da Ceilândia, tombada em 2013 como signo das lutas por melhores condições, a pesquisa identificou novos indicadores de memória associados a grupos culturais emergentes, ampliando a demanda de representatividade e expondo as negociações e conflitos em torno da

identidade cultural da cidade.³¹³ Nessa relação com as novas gerações, a CMVC tem atuado no sentido de construir pontes entre lógicas culturais aparentemente distintas, produzindo interpretações próprias, como as similaridades entre o repente nordestino e o Rap, de origem norte americana; embora reconheça a dificuldade de diálogo e os limites geracionais no debate sobre a não identificação com as culturas populares pelos/as mais jovens, que não se veem representados/as em signos tradicionais do universo sertanejo, e com as culturas periféricas pelos/as mais velhos/as, que associam as expressões da cena cultural do *hip hop* à marginalidade.

É preciso reforçar que, para além da sua contribuição aos campos da memória e da cultura, todo museu é um processo educativo e a CMVC tem ressonâncias importantes não só na extroversão de versões críticas da história do Distrito Federal, mas sobretudo sobre o papel que os processos museais têm na disputa pela construção de referenciais identitários; nesse sentido, há uma pedagogia museológica que

“[...] nos ajuda no tratamento do abandono e nas escolhas do que é relevante, quando atuamos na constituição de fatos e fenômenos museológicos ou quando projetamos as nossas indagações sobre novas perspectivas de musealidade. [...] pois a educação para a memória e a educação para o patrimônio são ferramentas muito potentes para nos auxiliarem nas necessárias reparações e nos fortalecerem nos percursos da indignação.”
(Bruno, 2020, p. 27).

Se a indignação é uma “potência geradora de mudanças” (Pereira, 2018, p. 99), fortalecer esses percursos requer um exercício constante de reelaborar os instrumentos que dispomos – entre eles, os museus – para abordar memórias incômodas, versões contraditórias e temas conflitivos. Como parte dos processos de apropriação/tradução do dispositivo museu elaborados como reação aos processos de apagamento e desqualificação produzidos pelo discurso oficial, a CMVC interessa à Sociomuseologia na medida em que contribui, a partir do território do Distrito Federal, na compreensão e operacionalização de processos museais como possibilidades comunicativas, mediadas por museografias possíveis, de participar do debate público e das disputas necessárias a garantia do exercício de uma cidadania plena.

³¹³ Entre estes novos lugares foram identificados o Quarentão, espaço cultural em Ceilândia Centro ligado à difusão do *funk*, *soul* e rap na década de 1980; a Praça do Cidadão em Ceilândia Norte, espaço revitalizado pela ação do Programa Jovem de Expressão, reconhecido como Ponto de Memória pelo Ibram em 2023, e ponto de encontro das batalhas de rimas, *slams*, *saraus* e identificada pelos grafites; e a Praça da Bíblia no P Norte, lugar demandado pela comunidade evangélica da cidade e espaço de lazer (Januzzi & Dantas, 2020, p. 118).

CAPÍTULO 6

Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá: a musealização das lutas pela fixação e contra o esquecimento da vila pioneira

Na década de 1970, a remoção da Vila do IAPI e de outras ocupações populares pela Campanha de Erradicação de Invasões, que deu origem à Ceilândia, justificou-se como meio de “proporcionar melhores condições de vida” para populações favelizadas que viviam em uma “área sem perspectivas de urbanização” (GDF, 1973, p. 7). No entanto, ao serem deslocadas para uma distância de 30 km do Plano Piloto e para um local com infraestrutura urbana e de transporte precárias, mesmo com a garantia do lote próprio na nova cidade, algumas famílias optaram por retornar às ocupações próximas ao Plano Piloto, onde havia maior oferta de empregos e serviços, vivendo como inquilinos/as em barracos alugados. Uma dessas ocupações, que cresceu vertiginosamente na década seguinte como prova do fracasso desse modelo de remoção urbana combinado à especulação imobiliária, foi a pioneira Vila Paranoá (Iwakami, 1998, p. 277) (figura 51).



Figura 51 - RA VII Paranoá em relação ao Plano Piloto. Fonte: Daniela Barbosa, 2021. Imagem: Laíra Donosino.

A vila teve sua origem no acampamento de operários da construção da barragem do Lago Paranoá, instalados ali em 1957. Após a inauguração de Brasília, as obras continuaram com a construção de uma usina hidrelétrica ao longo da década de 1960 e, já nesse período, outras ocupações irregulares próximas ao acampamento foram erguidas. A grande campanha de remoção dos anos 1970 contribuiu para o adensamento da Vila Paranoá, assim como a carência de políticas públicas de habitação popular que se seguiu no governo do coronel Aimé Lamaison (1974-1979), com o estímulo à venda de terras públicas pelo Estado favorecendo a

expansão do setor imobiliário de média e alta renda, inclusive nas cidades-satélites. Com o fluxo migratório ainda em alta para a capital, aqueles/as que chegavam ao Distrito Federal encontravam como opção de moradia o aluguel de barracos de fundo ou cômodos nas cidades-satélites. Diante dos altos aluguéis, a opção de muitos/as foi retomar a estratégia de ocupação de terras para reivindicar o direito de acesso à terra e à moradia no DF, processos que foram intensos no Paranoá até o final da década de 1980.

Nesses anos, a luta pela fixação do Paranoá fortaleceu os vínculos comunitários entre velhos/as e novos/as moradores/as, ‘pioneiros/as’ e ‘invasores/as’, na luta por direitos sociais e coletivos no contexto de reabertura democrática; estes/as, construíram na memória das resistências – dos ‘barracaços’, da greve de fome, das mobilizações culturais na vila, entre outras ações diretas –, seus referenciais coletivos relativos à experiência naquele território.

Apesar de conquistar o direito à fixação em 1988, a transferência da vila do seu local original para outra área próxima no ano seguinte, por razões alegadamente ambientais, mobilizou agentes comunitários pela garantia de preservação dos seus indicadores de memória e da socialização do antigo território, transformado em um parque urbano. Na esteira dos novos debates culturais que abordei no capítulo quatro e dos seus impactos nas práticas institucionais de órgãos ligados aos campos dos museus e dos patrimônios, especialmente pela atuação do Depha-DF e do GT-Brasília na ampliação dos referenciais patrimoniais do DF, os/as moradores/as do Paranoá encontraram um cenário favorável para a mobilização de suas demandas por reconhecimento. Desde a década de 1990, diferentes iniciativas buscaram identificar, registrar e divulgar as memórias de vivência na antiga vila, sobretudo as memórias de luta pela conquista da cidade.

Entre essas iniciativas, uma ideia permeia o debate recente sobre a preservação das memórias da vila: a musealização do território da antiga vila no Parque Ecológico e Vivencial do Paranoá. Ao acompanhar as ações educativas e culturais que buscam mediar o debate sobre a construção do Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá (MVMVP), busco aprender e contribuir com o processo museal, tecendo considerações a partir dos caminhos de uma iniciativa museológica de base comunitária em contexto diverso e dissidente das práticas e do discurso oficial.

6.1 Memórias de cá e de lá: o acampamento pioneiro, a Vila Paranoá e a ‘cidade’

Entre 1996 e 1998, o Núcleo de Estudos da Cultura Oralidade Imagem e Memória (Necoim/UnB) realizou o projeto de extensão ‘Abrigos da Memória em Brasília’, no qual foram registrados depoimentos de moradores/as do Paranoá que resultaram na produção audiovisual ‘Memórias de cá e de lá’ (1999), junto ao Depha-DF e o Iphan-14ª Região.³¹⁴ A documentação audiovisual foi um importante recurso de registro das memórias do Paranoá - e do Distrito Federal de forma ampliada -, em especial pelo empenho de socialização de trabalhos de História Oral que resultaram em documentários, muito dos quais me apoiiei para esta pesquisa (Nunes, 2005, p. 61).³¹⁵

Em ‘Memórias de cá e de lá’, o fio condutor é a relação entre os/as chamados/as ‘goianos/as’, moradores/as que habitavam a região antes da transferência de Brasília quando o território pertencia ao Estado de Goiás, e os/as candangos/as, responsáveis pela construção da barragem do Lago Paranoá oriundos/as de diversos estados brasileiros. Entre esses depoimentos, dois chamaram atenção pela noção dos trânsitos, estranhamentos e descentramentos que esses/as sujeitos/as experimentaram com as mudanças ocasionadas com a construção de Brasília. Também são trajetórias que informam sobre os processos de modernização do século XX, expressos em novas territorialidades e subjetividades surgidas nos limites da experiência de ocupação e produção do espaço urbano do DF:

“Eu não vim de lugar nenhum, eu nasci e tô aqui desde antes de Brasília. Minha família, né... a gente ficou assim, nem é e não sabe o que a gente é; se a gente é mesmo goiano, se é candango, né? Eu tenho isso comigo... parece que é como se eu tivesse em terra de estranhos.”

O depoimento de Carmelita Santana de Paiva Alves, goiana nascida em Planaltina e vivendo na região do Paranoá desde 1954, informa-nos, de imediato, o incômodo com a dificuldade de se situar nas identidades ‘disponíveis’; aquelas produzidas pelas novas relações

³¹⁴ Moradores/as da Vila Planalto também foram entrevistados/as no âmbito desse projeto, que, além do documentário, lançou a publicação *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília* (2001), organizada por Nancy Aléssio Magalhães e Maria Litwinczik Sinoti.

³¹⁵ Além do documentário ‘Memórias de cá e de lá’ (1998), coordenado por Nancy Aléssio Magalhães com o apoio do Necoim/UnB, Depha/DF e Iphan-14ª Região, consultamos também ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela História’ (1999), dirigido por José Walter Nunes, com apoio da USP, Necoim/UnB e Iphan-14ª Região. Relatos adicionais de moradores da Vila Paranoá foram encontrados em ‘Invasores ou excluídos?’ (1989), de César Mendes e Dulcídio Siqueira, e em ‘Conterrâneos Velhos de Guerra’ (1991), de Vladimir Carvalho. Para explorar a relação entre memórias subalternizadas, História Oral e cinema documental, nos baseamos no texto seminal de Michel Pollak (1989) e na tese de José Walter Nunes (2001), publicada como livro, *Patrimônios Subterrâneos em Brasília* (2005).

sociais conformadas com a intensa migração de trabalhadores/as para o Centro-Oeste, a partir de 1957, com a construção de Brasília. Não vir de lugar nenhum se contrapõe à trajetória de muitos/as candangos/as, sujeitos/personagens da história de Brasília, cujo traço definidor está nos deslocamentos constantes em busca de melhores condições de vida e de ter chegado ao Distrito Federal vindo de algum recanto do país.

A despeito da história oficial reiterar a “vastidão desconcertante do vazio” (Kubitscheck, 2000, p. 51), a presença de Carmelita e sua família colocam em evidência outras camadas desse processo de ocupação e da diversidade de relações travadas em um contexto como esse. Por outro lado, o candango Sebastião Bezerra da Silva exprime a conformidade com o processo e a adaptação em um território que, não sendo o seu de origem, foi o que lhe permitiu assentar em melhores condições de vida:

“Eu nasci em 1939 no estado da Paraíba. Quando eu cheguei aqui eu tinha 19 anos, pra hoje eu tenho 58... já tô mais goiano que nordestino, né? Eles foram embora e a gente foi ficando na terra dos goianos, goianos somos até hoje.”

Estes dois breves relatos contribuem para a nossa análise na medida em que acercam outros/as sujeitos/as esquecidos/as dessa história, “os/as goianos/as”, para além das disputas que viemos abordando em torno dos/as ‘verdadeiros/as’ pioneiros/as e os/as ditos/as invasores/as, identificações mobilizadas nas reivindicações por moradia e nos processos museais do Núcleo Bandeirante/Candangolândia e Ceilândia. Estas ‘identidades’ comprovam o caráter relacional e dinâmico dos processos de identificação que foram instrumentalizados na luta pelo acesso à terra e moradia no DF. Expressam ainda, a complexidade do processo brasiliense e as territorialidades que configuram e são produzidas em um mesmo espaço e que concorrem ou convergem como forças sociais em um território em disputa. Partir dessa análise, além de ser um compromisso com um olhar mais acurado e crítico da história do Distrito Federal, também se justifica pela influência que essas pessoas e seus diversos lugares sociais têm na memória de ocupação e de luta pela fixação da Região Administrativa VII Paranoá.

Ponto de chegada para candangos em busca de emprego nas construtoras particulares envolvidas na construção da barragem do Lago Paranoá e na Novacap, a região foi ocupada, a princípio, em 1957, pelos acampamentos operários (figura 52). O contato travado com os/as ‘goianos/as’ se dava pela proximidade das obras com as propriedades destes/as – mais distantes da área central – e, apesar da cisma com os/as forasteiros/as – “os goianos eram as pessoas que

viviam escondidas, até o povo comentava que eles eram índios”³¹⁶ –, acabaram por socializar com os operários e novos/as moradores/as que buscavam junto aos locais, frutas, ovos, galinhas caipiras e outras provisões em falta no canteiro de obras. As mudanças instauradas com o projeto federal tocavam para sempre os rumos de gerações de famílias goianas que viram no crescimento da capital uma alteração irreversível do seu cotidiano rural.³¹⁷



Figura 52 - Operários na construção da barragem do Lago Paranoá — Foto: Arquivo Público do Distrito Federal.

No entanto, até a década de 1960, o acampamento, em área mais afastada do Plano Piloto, entre as regiões de alta renda do Lago Norte e Lago Sul, não despertava grandes preocupações e teve um crescimento controlado em comparação a outras ocupações, como foi o adensamento da Vila do IAPI, em especial, a partir de 1965 (Iwakami, 1998, p. 276). Enquanto nesta havia em torno de oitenta mil pessoas na época da remoção (Gouvêa, 1995, p. 67), “Segundo dados da CODEPLAN, a população da Vila Paranoá, no ano de 1960, ainda

³¹⁶ Depoimento da moradora Maria Lúcia Alves no documentário ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela história’ (1999).

³¹⁷ Este tema foi abordado no capítulo três desta tese em relação às/aos quilombolas do Mesquita com quase trezentos anos de ocupação do Centro-Oeste e que também atuaram na construção de Brasília e no apoio às demandas por alimentação dos operários.

acampamento, perfazia o total de três mil moradores e aproximadamente 800 barracos que compunham o conjunto de assentamento de moradas próximo à Barragem do Lago Paranoá” (Silva, 2019, p. 23).

Em 1969, a Vila Paranoá foi descrita em uma reportagem como “um amontoado de barracos, habitados, de um lado, por funcionários da Novacap, e, de outro, por empregados da construção civil que lá se instalaram por não terem onde morar”, contudo, a vila estava “bem-dotada dos serviços públicos essenciais” destacando-se, porém, as dificuldades dos/as moradores/as com o comércio local, o transporte público e, principalmente, o acesso a água.³¹⁸ Entre os fatores que levaram ao crescimento da Vila na década de 1970 – período de afirmação do mercado imobiliário em Brasília com a criação da Terracap, em 1974 –, a crise de emprego na construção civil com a passagem para o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e a “inadaptação de muitos moradores às condições de moradia nas satélites” são apontados como os principais motivadores para sua expansão (Iwakami, 1998, p. 276).³¹⁹

Como visto no capítulo anterior, esse período significou o acirramento da política de erradicação de favelas nas proximidades do Plano Piloto para núcleos urbanos distantes da capital federal, da qual o maior exemplo foi a cidade de Ceilândia. Ao chegar às cidades-satélites onde com infraestrutura urbana inadequada, com serviços públicos precarizados e, principalmente, com baixa oferta de empregos, muitas pessoas e famílias optavam por alugar barracos nas vilas ainda existentes nos arredores da capital, como a Vila Paranoá, ou, sendo os aluguéis também incompatíveis com a renda, participar de movimentos de ocupação de terra a fim de adquirirem um barraco e, quem sabe, o lote próprio.

“Os mais antigos contam que [o acampamento] era até cercado de arame farpado. Só que aí foram chegando mais pessoas e foram arrebentando esses arames. Foi a partir desses arames farpados que o Paranoá foi crescendo. [...] Era o grupo do acampamento e o grupo dos invasores.”³²⁰

Mais uma vez, no contexto de crise da habitação que marcou profundamente o Distrito Federal, a identidade pioneira e o estigma do/a invasor/a foram acionados como modos de ler os sujeitos de direito em um mesmo território. O adensamento populacional e a consequente

³¹⁸ *Correio Braziliense* de 26 de outubro de 1969 – *Vila do Paranoá quer melhorias*. Acedido em 01 de junho de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

³¹⁹ “De 1957, quando se construiu o acampamento, até 1975, o maior acréscimo de moradores se deu nos anos de 1972, 1973 e 1974, com aumento de 12%, 19,5% e 29,5%, respectivamente. Entre 1972 e 1974 a invasão cresceu, portanto, 61%.” (BRANDÃO, 1982, p. 136 *apud* Iwakami, 1998, p. 277).

³²⁰ Depoimento da moradora Maria de Lourdes Pereira dos Santos no documentário ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela história’ (1999).

sobrecarga na demanda de água e energia, até então recursos que atendiam ‘satisfatoriamente’ os/as moradores/as do acampamento, bem como a repressão policial e novas ameaças de remoções que vieram com as novas ocupações, reforçaram as distinções entre antigos/as e novos/as moradores/as, tendo em vista as expectativas de regularização da vila. Porém, levando em conta que só entre 1972 e 1974 o Paranoá teve um aumento de 60% da sua população em ondas sucessivas de ocupações, as relações entre os/as moradores/as foram sendo relativizadas, em especial no contexto de mobilização comunitária pela fixação:

“Além disso, existia um conflito entre moradores novos e antigos – que haviam construído a barragem do Paranoá – e moravam no acampamento, antes utilizado por técnicos e engenheiros da obra e que já dispunham de certos bens de serviço: caso da água que saía de uma mina e ia até suas casas. Devido à grande procura de água, estes moradores ficaram com medo de não ter mais água. Não sabiam eles, que o aumento da população com nossa chegada, seria a chave da fixação do Paranoá.” (Depoimento de Maria de Lourdes em Reis, 2000, p. 13).

O depoimento de Maria de Lourdes Pereira dos Santos, moradora do Paranoá e militante histórica do movimento de luta por moradia no DF, demonstra como no âmbito da mobilização esses/as ‘novos/as’ moradores/as também atuaram de forma incisiva pelo direito à cidade e por melhorias no Paranoá. Esse reposicionamento – de lugares sociais e de maior coesão a despeito das diferenças –, possivelmente se deu pela consciência ampliada do direito à moradia como um direito fundamental, pautado, desde a década de 1970, pelos movimentos sociais urbanos (Gohn, 2017, p. 17); essa politização alcançou jovens do Paranoá na década seguinte e possibilitou a reorganização comunitária em uma orientação coletiva das demandas por moradia como um direito de todos/as.

Ao final da década de 1970, a Vila Paranoá, que já contava com quase dez mil moradores/as, passou a ser referenciada na imprensa como “um dos mais graves bolsões de insalubridade do DF”.³²¹ Organizados/as na Associação de Moradores da Vila Paranoá, fundada em 1979, muitos/as perceberam que as melhorias demandadas para a Vila – em especial, a água encanada, mas também transporte público, serviço de limpeza urbana e escolas – não seriam implantadas, ou implantadas com qualidade, caso a ocupação não fosse regularizada. Em 1981, ocorreu o primeiro ‘barracaço’ do Paranoá, no qual, com o agravamento da crise da habitação popular, famílias de inquilinos/as que já não podiam arcar

³²¹ *Correio Braziliense* de 15 de novembro de 1978 – *Vila do Paranoá: a triste realidade fora do Plano Piloto*. Acedido em 01 de junho de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

com altos aluguéis nas cidades-satélites ou que eram constantemente ameaçados/as de remoção em outras ocupações decidem ocupar uma área contígua à Vila Paranoá. Apesar das fortes investidas policiais acionadas por funcionários da Terracap (figura 53), os/as novos/as moradores/as conquistaram o direito a permanecerem na nova área “sob a condição de que não seria mais tolerada qualquer ampliação física dos barracos ou da área ocupada” (Iwakamai, 1998, p. 280).



Figura 53 - Frame do documentário ‘Pedras da Vila Paranoá’ com crianças resistindo a uma das tentativas de remoção da vila. Fonte: Youtube/pedrasdavilaparanao5200. Acedido em 07/05/2025.

A estratégia de ocupação, caracterizada pela construção massiva de barracos, os chamados ‘barracaços’, fez parte do repertório de resistência produzido na Vila Paranoá no DF e que se repetiu, com mais intensidade, no ano de 1986³²² e em outras ocupações pontuais até a fixação do Paranoá, em 1988. Como ação coletiva organizada, as ocupações podem ser lidas como “formas de exercício de poder sobre o espaço” (Munch, 2017, p. 75) e para a politização dessas demandas em práticas espaciais insurgentes e novas modalidades de visibilização da luta. Não foi apenas o fato de compartilharem um mesmo território que possibilitou a

³²² Neste ano, cerca de 1500 barracos foram construídos durante a noite no Paranoá como ação coletiva organizada de moradores/as e inquilinos/as. Como era de praxe à época, a repressão policial foi violenta com presos/as e feridos/as na tentativa de remoção e com forte apelo na imprensa.

identificação entre esses/as distintos/as agentes, tampouco a semelhança das dificuldades enfrentadas durante a construção de Brasília e dos/as que vivenciaram experiências de migração posterior; considerando que a experiência da ocupação também se construiu sob a diferenciação entre moradores/as, a mudança de atitude em meados da década de 1980 corresponde aos novos ventos da redemocratização e do impacto dos movimentos por habitação na reorganização comunitária de periferias e favelas brasileiras.

Após o primeiro barracaço, de 1981, e constatando a morosidade da diretoria da Associação de Moradores para encampar as reivindicações da vila no novo contexto de adensamento da população, um grupo de jovens que se reuniam na Igreja São Geraldo, construída em 1957 pelos operários, formaram o Grupo Pró-Melhorias da Vila Paranoá (figura 54).³²³ Este grupo – que discutia em suas reuniões paroquiais o revolucionário *Documento de Puebla*³²⁴ – ganhou as eleições para a Associação, em 1985, e exerceu o mandato desta até 1987.

³²³ Maria Delsione Silva, presidente da Associação de Moradores da Vila Paranoá na gestão de 1985-1987, informou à autora, em entrevista, que a mobilização dos jovens foi impulsionada pelo padre José Galli, que os incentivou a enviar representantes para os encontros do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), representação do DF, ao final da década de 1980. O MDF surgiu oficialmente em 1985, a partir dos movimentos por melhores condições de vida nas favelas da Zona Leste de São Paulo, com forte influência do ideário de transformação social da pedagogia crítica de Paulo Freire e da Teologia da Libertação. Além do MDF, o Movimento Unificado de Favelas e outras organizações e movimentos urbanos se fortaleceram no processo de redemocratização do país, sendo fundamentais para a construção de um debate qualificado sobre a situação das favelas e dos moradores dessas áreas. Na prática de coletivização das demandas e participação das pessoas, esses movimentos contribuíram para consolidar o direito à habitação e à cidade como direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988. Na década de 1990, surgem outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia e pela Reforma Urbana (Gohn, 2011, p. 342).

³²⁴ Este documento resultou das conclusões do II Conselho Episcopal Latino-Americano, realizado em 1979 em Puebla de Los Angeles, no México, que, como desdobramento do Concílio Vaticano II, decidiu por uma atuação da Igreja Católica voltada preferencialmente aos pobres.



Figura 54 - Grupo jovem Turma Unida Comunicando Amor (TUCA). Fonte: Facebook/esseparanoaemeular. Acedido em 07/05/2025.

Esses anos foram marcados por uma mudança fundamental no processo de organização, participação e mobilização da comunidade, destacando-se a realização de um censo comunitário (Reis, 2000, p. 30), uma vez que nenhum dado oficial havia sido produzido pelo governo para compreensão do perfil da população da Vila Paranoá e de suas demandas; as articulações político-institucionais, à exemplo da Universidade de Brasília, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil (Silva, 2019, p. 27); a alfabetização de jovens e adultos/as por iniciativa da própria Associação e, posteriormente, com a colaboração da Faculdade de Educação/UnB (Reis, 2000, p. 30); e as mobilizações pela fixação, como a greve de fome, realizada por membros da Associação, em 1986, e a campanha ‘Daqui não saio, daqui ninguém me tira’, contra a tentativa de convencimento do governo em transferir os/as moradores/as para a nova Região Administrativa de Samambaia.

“As pessoas foram entendendo que, quanto maior fosse a luta e maior o número de pessoas lutando, mais fácil ia ser pra conseguir. Tiveram várias e

várias ocupações. [...] Você imaginou morar numa ocupação considerada uma favela, como era considerado o Paranoá, e ainda ter que pagar nesta favela um absurdo de aluguel? Na época da Associação de Moradores tivemos o primeiro censo do Paranoá, tínhamos quase duas mil famílias pagando aluguel caríssimo e nós sabíamos que isso era um caldeirão que tava pra explodir a qualquer momento. O objetivo da Associação é estar do lado da luta e dos interesses da comunidade, né! E então a gente se sentou, discutiu, chamamos eles pra discutir e vimos que se a gente não entrasse na luta pra ajudar a organizar, ia ser pior. [...] Foi todo mundo pra rua, em defesa dos lotes das pessoas que estavam saindo do aluguel.” (Depoimento de Maria de Lourdes em Magalhães & Sinotti, 2001, p. 45).

Esse processo de mobilização foi possível pelo esforço da Associação de Moradores em abrir canais de escuta e diálogo com a população, atuando não apenas como mediadora junto à Terracap, à imprensa, aos partidos políticos e às forças de segurança na gestão da situação, mas também como espaço de práticas e processos educativos na perspectiva de uma formação política embasada na experiência do território e orientada para a participação popular nos rumos do seu destino. Mais que uma entidade acolhedora de demandas pontuais da população, muitas vezes encaminhadas para o poder público por meio da estratégia dos abaixo-assinados,³²⁵ as lideranças comunitárias da nova gestão iniciada em 1985, capacitadas no processo de redemocratização da sociedade que alcançava, com o trabalho de base, as populações menos favorecidas nos grandes centros urbanos, atuaram por um “esquema de organização por ruas [que] conseguia ampliar a participação dos moradores, obtendo repercussão significativa nos momentos de organização de manifestações ou de pressão sobre o governo” (Iwakami, 1998, p. 288). Esse modo de agir inseriu as lutas da Vila Paranoá em um projeto democrático e popular mais amplo de país, o que chamava a atenção de setores conservadores, ainda resistentes à participação popular, ao final da ditadura cívico-militar (figura 55).³²⁶

³²⁵ Segundo Maria de Lurdes para a tese de Renato Hilário dos Reis (2000, p. 17): “Procuramos então a Associação de Moradores, que tinha a prática de pegar abaixo-assinado, levar aos gabinetes dos governadores, sentar com eles, tomar sua ‘aguinha’, entregar o abaixo-assinado e vir embora. A gente avaliou esta prática e viu que não estava dando certo. Passamos, então, a fazer diferente: a gente marcava as reuniões com as autoridades responsáveis pela água, luz etc. e levávamos um grupo de moradores junto. Chegando lá, todo mundo tinha que sentar, colocar o que estava pensando e sentindo.”

³²⁶ Sobre as perseguições aos movimentos sociais urbanos no DF, há relatos do receio de moradores/as e agentes públicos/as em relação às forças de segurança no período da redemocratização, ao final da década de 1980. Pode-se encontrá-los nos depoimentos de membros/as do GT-Brasília (Iphan, 2016a, p. 31) e no trabalho de conclusão de curso em História, de Marcos Vinícius Rodrigues dos Santos (2020), com documentos oficiais da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a vigilância da Associação de Moradores de Ceilândia (ASSIMOC).



Figura 55 - Frame do documentário 'Pedras da Vila Paranoá' com registro de uma das manifestações dos/as moradores/as. Lê-se nos cartazes dizeres sobre o direito à moradia, em favor da fixação e a afirmação humanizante "Temos direito a uma vida decente". Fonte Youtube/pedrasdavilaparanao5200. Acedido em 07/05/2025.

Foi nesse processo de reconstrução da mobilização comunitária na Vila Paranoá, a partir da Associação de Moradores como “centro irradiador da organização nas lutas coletivas” (Iwakami, 1998, p. 288) – por escolas, centro de saúde, posto policial, por saneamento básico e pela água –, que a perspectiva de fixação da Vila tomou preeminência como condição necessária para o acesso garantido e com qualidade a esses serviços públicos. Como uma ‘invasão’, inclusive a maior da sua época, a Vila Paranoá existia na ilegalidade, condição que isentava o governo das responsabilidades com essas comunidades, além de servir como mecanismo de pressão pela precariedade mantida, logo, argumento para, de tempos em tempos, tentar convencer moradores/as a se transferirem para outros locais com promessas de ‘melhores condições’.

Entendia-se que a solução para a escassez desses serviços e equipamentos não se efetivaria satisfatoriamente sem antes a conquista da fixação da Vila. Para além dessa perspectiva pragmática, após quase trinta anos de existência da ocupação às margens do Lago Paranoá e diante da crescente demanda habitacional que caracterizou a década de 1980³²⁷, a bandeira da fixação se tornou o mote de uma mobilização permanente que não agia apenas

³²⁷ Para reforçar essa análise, "vale assinalar que a última oferta de lotes para esses segmentos da população tinha ocorrido, até então, em 1971, com a criação da cidade satélite denominada Ceilândia. Assim, na década de 80, os fenômenos da sublocação e o da ocupação irregular na terra do Distrito Federal tomou proporções alarmantes." (Nunes, 2005, p. 160).

como resposta aos momentos de crise, mas como organização contínua na defesa daquilo que era lido como um direito humano e que veio a ser reconhecido como um direito social na Constituição Federal de 1988 (Gohn, 2011, p. 341).

“Desse modo, família operária, ademais de viver a experiência da construção da nova capital do país, passaram a vivenciar a experiência paralela da construção do seu próprio habitat, espaço social que se articulava com o acampamento, mas que a ele transcendia, por ampliar os modos de vida e por tratar-se de uma ocupação de terra não planejada.” (Nunes, 2005, p. 157).

Nesse sentido, para muitos/as destes/as agentes comunitários/as sensibilizados/as com novas perspectivas de ação social e envolvidos/as na consolidação do Paranoá como um território em luta contra a remoção começou a se definir mais firmemente que a luta da Vila Paranoá caminhava para perspectivas críticas e ampliadas de cidadania; não um direito assentado apenas na recompensa pelo sacrifício na construção da capital, mas pela luta da habitação como um direito de todos/as:

“Como se vê, as sucessivas ondas de ocupação humana em torno do acampamento provocam mudanças internas na comunidade pioneira que, após o estranhamento inicial, solidariza-se com os novos moradores pois o objetivo de todos que passaram a viver naquela área era um só: a conquista definitiva da moradia. Em consequência, a identidade que o grupo pioneiro havia construído enquanto *moradores do acampamento* se dilata para a de identidade de *moradores do Paranoá*.” (Nunes, 2005, p. 159).

Mais que pautar demandas junto ao governo, a comunidade passou a disputar o discurso sobre a legitimidade da fixação do Paranoá, inclusive se instrumentalizando para combater discursos ‘técnicos’ de inviabilidade de urbanização da área reivindicada.³²⁸

No começo da década, em 1980, a imprensa brasiliense se dedicava com mais segurança à cobertura de pautas sociais, entre elas a questão habitacional, e sobre um tema que começava a reverberar no contexto local: a preservação de remanescentes dos acampamentos pioneiros da construção da capital. Estes, em geral, estavam ocupados há décadas por famílias de pioneiros/as e novos/as migrantes que encontraram nesses espaços, e próximos a eles, alternativas à falta de habitação. Como analisado no capítulo quatro, esses ‘movimentos’

³²⁸ Em Renato Hilário Reis (2000, p. 34): “O professor Ricardo Bernardes da engenharia fez e apresentou dois estudos: ‘Pesquisa sobre a Qualidade da Água’ e ‘Estudo de Sondagem do Solo’, utilizados pelo movimento populares, em reunião de 29.01.1990 com o governo para provar a viabilidade de urbanização da área original do Paranoá.[...] O Professor Cláudio Acioly coordenou uma equipe de professores da escola de arquitetura, que desenvolveu o trabalho: “Vila Paranoá, o planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de meio ambiente marginalizado”. O trabalho mostra a possibilidade de fixação dos moradores do Paranoá na área originalmente ocupada, sem necessidade do deslocamento”.

preservacionistas se desenvolveram em sintonia com as mobilizações de moradores/as contra as remoções. Ao articular “a importância histórica desses espaços à conquista da população por moradia” (Barbosa, 2021, p. 229), agentes públicos/as interessados/as e compromissados/as com perspectivas críticas de ação promoveram iniciativas participativas de diversificação do patrimônio local e da memória social do DF, também a partir da memória das lutas por moradia. Nesse momento, a Vila Paranoá já era reconhecida como um dos “raros locais remanescentes da época da construção”,³²⁹ apesar de os debates se referenciarem com mais frequência como objeto de preservação aos remanescentes de acampamentos da Vila Planalto, da Vila Metropolitana e do Núcleo Bandeirante.³³⁰

É importante destacar que esse movimento pela fixação do Paranoá ocorreu simultaneamente a outras demandas por fixação, como a da Vila Planalto, que, diferente do modelo traumático de fixação experimentado pelo Paranoá – porém, não sem luta –, conquistou o direito a permanecer no espaço original por meio da patrimonialização da vila, em 1988.³³¹ Nesse contexto, enquanto o principal argumento dos/as moradores/as da Vila Planalto se assentou no direito como pioneiros/as de Brasília em colaboração com membros/as dos GT-Brasília e do Depha-DF que visavam à preservação de uma arquitetura típica dos acampamentos e das relações de vizinhança, a luta da Vila Paranoá, sem deixar de evocar o pioneirismo do acampamento, se estruturou em torno da demanda por moradia para todos/as, suplantando, pragmaticamente, as diferenças entre antigos/as e novos/as moradores/as:

“No Paranoá aqueles que viveram no acampamento, viram-no crescer em termos físicos e populacionais de modo acelerado, não obstante o controle e repressão do governo local. Então, como já assinalei, enquanto a vila se ‘encolhia’, devido as constantes remoções, o acampamento do Paranoá se expandia. Tal expansão significou para os pioneiros assumir a defesa da fixação não apenas para si, mas para todos os moradores. Em decorrência,

³²⁹ *Correio Braziliense* de 02 de maio de 1980 – *Uma cidade sem memória: Medo da remoção é mais um problema para os moradores da Vila do Paranoá*. Acedido em 12 de junho de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemerotecadigital/correio-braziliense/>.

³³⁰ O fato desses três locais serem com mais frequência considerados nos projetos preservacionistas do Depha-DF e do GT-Brasília à época, pode ser atribuída à relevância do 'Projeto Cidade Livre'. Este projeto foi fundamental como diretriz para as iniciativas de preservação dos acampamentos pioneiros, como discutido no capítulo quatro desta tese. Seu objetivo era preservar e revitalizar os acampamentos e edificações da Candangolândia/Velhacap, Vila Metropolitana, Núcleo Bandeirante, HJKO e suas proximidades, integrando-os a um circuito turístico, histórico e cultural relativo à memória candanga. No entanto, é importante ressaltar que tanto o Depha-DF quanto o GT-Brasília se engajaram ativamente nas demandas da população da Vila Paranoá, em especial, atuando para o tombamento da Igreja São Geraldo, em 1993 (Decreto nº 15.156, de 27/10/1993, DODF, de 29/10/1993, p. 5 (Lei nº 609, de 06/10/1993, DODF nº 245).

³³¹ Decreto nº 11.079, de 21/04/1988, DODF nº 76, de 25/04/1988 (alterado pelo Decreto nº 11.104, de 12/05/1988, DODF nº 91, de 17/05/1988).

houve uma acentuada diluição da identidade de pioneiro, enquanto um valor cultural e ideológico, acompanhada de alterações da arquitetura e da paisagem físico-espacial do lugar.” (Nunes, 2005, p. 167).

Assim como a Vila Planalto, a Vila Paranoá foi fixada por decreto do governador José Aparecido de Oliveira, em 1988, último ano do seu governo, porém não teve seu território tombado. Cabe recordar que a gestão de Aparecido (1985-1988) no Distrito Federal foi marcada pelo empenho na preservação do desenho urbanístico e arquitetônico da capital federal e pela candidatura de Brasília como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco, título reconhecido em dezembro de 1987 (figura 56). Não obstante esses grandes objetivos, o então governador “acompanharia com grande interesse e proximidade as questões patrimoniais” (Perpétuo, 2015, p. 191) e respaldaria o trabalho que já vinha sendo realizado pelo GT-Brasília, desde 1981, de ampliação dos referenciais patrimoniais do DF, entre eles, a preservação dos acampamentos pioneiros.



Figura 56 - Frame do documentário 'Pedras da Vila Paranoá' com Manifestantes em frente ao Congresso Nacional, sem data. Até 1990 era uma comissão do Senado que indicava os governadores e legislava sobre o DF. Fonte Youtube/pedrasdavidaparanoa5200. Acedido em 07/05/2025.

Como “marco da inserção da memória da construção de Brasília em discursos de preservação” (Barbosa, 2021, p. 226), o tombamento da Vila Planalto dentro dos limites do conjunto urbanístico de Brasília significou um desvirtuamento do projeto original de Lucio Costa, motivo frequentemente aventado para interdição da fixação de ocupações populares

próximas à capital. No entanto, a admissão desse ‘desvio’ no projeto original legitimado pelo campo preservacionista revela que, na prática, “o tombamento significou um instrumento de controle, a fim de impedir possíveis expansões descontroladas do núcleo ao delimitar limites e definir a manutenção de determinadas características” (Barbosa, 2021, p. 95). A própria afirmação, à época, do coordenador do Grupo Especial de Assentamentos e Preservação do governo distrital, Jarbas Silva Marques, de que “a [Vila] Planalto é a única memória viva da construção da capital”³³² parece estabelecer ainda um limite para novas demandas ao deslegitimar as reivindicações de outras ocupações com base no pioneirismo de seus/suas moradores/as.

Nesse sentido, ainda que tenha sido um avanço em termos de um outro olhar para o patrimônio local que incluiu referenciais diversos aos estabelecidos pelo discurso oficial, a opção pelo tombamento respondia a interesses difusos, atrelados a uma outra postura sobre o patrimônio e ainda reticente quanto à presença de corpos ‘não desejados’ nas cercanias da capital, além de não garantir a permanência da população pioneira, já que a eliminação do estigma de invasão, a valorização como patrimônio histórico e a centralidade da Vila Planalto promoveram a gentrificação do território e alteração do perfil social dos/as moradores/as após a regularização.

No caso do Paranoá, a luta não se encerrou com a fixação. Ainda que legalmente reconhecido o direito à moradia, os/as moradores/as enfrentaram a remoção, em 1989, para uma área contígua ao território original, por decisão do governador Joaquim Domingos Roriz (1989-1990;1990-1994;1999-2006), e sob os argumentos de inviabilidade de urbanização da área.³³³ Mesmo com a proposta elaborada pelos/as moradores/as junto ao Departamento de Geologia e Arquitetura da UnB que afirmavam a viabilidade e recomendavam a fixação da Vila Paranoá, a decisão do governo foi a transferência dos/as moradores/as para uma área acima do limite original, com a criação de um parque no território da antiga vila.

³³² *Correio Braziliense* de 09 de março de 1990 – *Tombamento garante fixação de pioneiros*. Acedido em 15 de junho de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemerotecadigital/correio-braziliense/>.

³³³ Na pesquisa com periódicos da época, é possível perceber, no começo de 1989, a movimentação da Associação de Moradores do Setor de Mansões do Lago Norte, uma das regiões de mais alto poder aquisitivo do DF, para a transferência da Vila Paranoá. Tendo em vista outro plano de erradicação de ocupações da área central que o governo Roriz capitaneava para uma cidade planejada e próxima à Taguatinga e Ceilândia, a Região Administrativa de Samambaia (1989), a Associação do Lago Norte exerceu forte pressão, junto ao governador e a imprensa, para que os/as moradores/as do Paranoá fossem beneficiados/as com lotes nessa região, e a Vila fosse erradicada.

“Na verdade, o Roriz destrói todo um plano de ocupação, né, dessa cidade que era belíssimo. Nós estávamos nesse momento, do nosso trabalho aqui de organização da população, em conjunto com vários departamentos da Universidade de Brasília. Então não era esse o processo que nós queríamos, nós queríamos um processo respeitoso, que conservasse as vizinhanças, que conservasse os laços de amizade e que conservasse os laços das pessoas.”³³⁴

Com a perspectiva de urbanização da vila na nova área, popularmente conhecida como Paranoá ‘Novo’, pessoas continuavam a chegar à ocupação na expectativa de também conseguirem um lote na cidade. E é preciso atentar ao contexto: após a saída de José Aparecido do governo distrital, ao final de 1988, quem assumiu o cargo como governador biônico³³⁵ foi Joaquim Domingos Roriz, que, a princípio, se comprometeu com o decreto de fixação do governo anterior. No entanto, o seu breve período como governador biônico foi a antessala para sua candidatura como primeiro governador eleito do Distrito Federal, em 1989, ano em que o Brasil recuperou sua democracia, e o DF conquistou a autonomia política para eleição direta de seus representantes.³³⁶ Esse fator foi relevante na medida em que, capitaneando mais um plano de erradicação de ocupações populares do Plano Piloto, agora para a recém-inaugurada Região Administrativa XII Samambaia (1989), o governador Roriz construiu a sua base eleitoral sob a lógica de concessão de lotes, marca registrada das suas gestões com variados episódios suspeitos em troca de favorecimentos.³³⁷

Nesse processo, o Paranoá ‘Novo’, em fase de urbanização, enfrentou um inchaço populacional durante a implantação da cidade, resultando na diminuição do tamanho dos lotes, na dispersão dos/as moradores/as e no rompimento de lógicas de vizinhança e redes de suporte social. Nesse atropelo administrativo, alguns/as moradores/as mais antigos/as, com vínculos diretos e construídos com o acampamento candango, retomam a identidade de pioneiros/as (Nunes, 2005, p. 167) diante dos/das ‘invasores/as’ que buscavam lotes e resistem à remoção. Ao judicializar o caso, estes/as últimos/as moradores/as foram transferidos/as para uma área contígua ao território do antigo acampamento e conquistam lotes maiores na área que atualmente corresponde à Quadra 2 do Paranoá.

³³⁴ Depoimento da moradora Maria de Lourdes Pereira dos Santos no documentário ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela história’ (1999).

³³⁵ Nome atribuído a senadores, governadores e prefeitos, investidos no cargo sem eleição direta e indicados pela ditadura cívico-militar (1964-1988).

³³⁶ Até obter autonomia política em 1988, com a Constituição Federal, o Executivo do DF era ocupado por administradores indicados pelo Governo Federal e o Legislativo, pela Comissão do Distrito Federal do Senado Federal.

³³⁷ Para citar algumas investigações referentes à suspeita de distribuição de lotes na gestão Roriz: Operação Aquarela (1992), Operação Megabyte (2002) e a CPI das Invasões (2005).

“Mas mesmo assim eu não queria mudar! Seu Mauro mesmo, morreu de paixão. Ele era uma pessoa saudável, uma pessoa que trabalhava, que cuidava da casa. Tinha muitos passarinhos, muito galo de briga. Ele tinha tudo isso aqui, as árvores. Então, quando ele mudou, ele ficou numa paixão, que ele não falava com ninguém, ele não comia, ele atrofiou. Quando tocava no Paranoá, ele chorava, quando tocava na mudança, ele chorava. Trancou-se dentro de casa. Então, ele morreu de paixão.”³³⁸

Esse processo autoritário interditou o diálogo com os/as moradores/as, vozes amplificadas no processo de luta pela fixação, e soterrou as memórias não só da existência do acampamento pioneiro, mas também de mais de trinta anos de memórias do cotidiano da Vila e de uma resistência organizada pelo direito à moradia – “Naquele momento, a sensação que a gente tinha é que passava uma máquina em cima de todo um passado de luta. E, sendo assim, passava em cima da gente”.³³⁹ Essa decisão oficial foi interpretada pelos/as moradores/as como uma ação de desarticulação do governo diante do nível de organização que as comunidades do Paranoá haviam alcançado e uma maneira de tomar para si, como benesse de um governador, uma conquista que era coletiva – “Acabou o Paranoá que existia e agora surge o novo Paranoá. [...] isso também acabaria com a nossa luta, com a nossa resistência, com a nossa organização e com a nossa história”.³⁴⁰

Após a batalha pela cidade, pela terra e por um lugar para morar, os/as moradores/as ainda enfrentaram outras frentes de luta no processo de consolidação do Paranoá; entre elas, e que nos interessa abordar mais detidamente nesta pesquisa, as batalhas pela memória que orientaram a reorganização comunitária no ‘novo’ Paranoá, agora em defesa dos vestígios da antiga vila como patrimônios da cidade significados pelos processos de luta pela fixação do Paranoá.

6.2 Batalhas pelo patrimônio e o ‘museu que queremos’

Ao comentar sobre a propensão dos/as pesquisadores/as de seu tempo pelos “conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e estabilidade”, o sociólogo austríaco Michel Pollak (1989, p. 04) atribuiu, ao final dos anos 1980, às “batalhas pela memória” que o

³³⁸ Depoimento de Dona Elena Souza na publicação *Memórias e Direitos: Moradas e abrigos em Brasília* (Sinoti & Magalhães, 2001, p. 42).

³³⁹ Depoimento da moradora Maria da Guia no documentário ‘Batalha pelo patrimônio, batalhas pela História’ (1999).

³⁴⁰ Depoimento da moradora Maria de Lourdes Pereira dos Santos no documentário ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela história’ (1999).

colapso do mundo soviético legou à sua geração a razão dessa “inversão de perspectiva”. Essas batalhas se deram nos termos de um desejo de reescrita da história oficial, bem como da destruição de signos e monumentos que rememorassem lembranças de sofrimento e dominação para uma parte da sociedade. Significavam a reação de grupos oprimidos pelas grandes narrativas e a irrupção de “memórias subterrâneas” mobilizadas por “atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” por ângulos concorrentes e que, por meio desses recursos simbólicos, disputam e redefinem outros espaços sociais.

Dos campos em que essas batalhas se desenrolam, a definição de patrimônios e a constituição de museus são, por excelência, os dispositivos mais eficazes na construção de sentidos comuns e na hierarquização de valores que resultam em padrões de representação e representatividade para o mundo exterior e para as comunidades internas em que esses bens culturais são mantidos/forjados – “A possibilidade da ‘afirmação de si ou do grupo’ pela valorização e institucionalização de acervos biográficos, etnográficos, históricos, artísticos e outros – elevados formalmente à categoria de patrimônio cultural – sublinha o seu papel de mediação” (Chagas, 2009, p. 42). Sendo assim, as práticas específicas que se processam nesses domínios da memória são o exercício de um poder que expressa, acima de tudo, o caráter seletivo, intencional, relacional e dinâmico daquilo que se entende como o ‘passado’ – comumente cristalizado pelo imaginário coletivo em uma reserva de referências a serem resgatadas – e que se confunde com a ‘verdadeira’ História.

Em 1990, o coordenador do Grupo Especial de Assentamentos e Preservação do governo distrital, Jarbas Silva Marques,³⁴¹ afirmou em reportagem para o *Correio Braziliense* que “a [Vila] Planalto é a única memória viva da construção da capital”³⁴². Essa afirmativa se deu no contexto em que moradores/as da Vila Paranoá, nesse momento em processo de remoção, reivindicavam o tombamento da área anteriormente ocupada, ainda que esse fator não os/as desse o direito de permanecer no território. Com a remoção da Vila Paranoá para um limite acima do local original, surgiam rumores sobre o destino do território à beira do Lago Paranoá, com frequência, em referência à criação de um polo turístico e de um parque ecológico.

³⁴¹ Jarbas Silva Marques foi jornalista, diretor do Depha-DF e membro do IHGDF, onde deu cursos de capacitação sobre a história de Brasília para professores/as da rede pública.

³⁴² *Correio Braziliense* de 09 de março de 1990 – *Tombamento garante fixação de pioneiros*. Acedido em 15 de junho de 2024 em <http://bndigital.bn.br/hemerotecadigital/correio-braziliense/>.

O que nos interessa analisar na fala do coordenador Jarbas Marques – agente político presente e influente nos espaços de produção e circulação de versões da história de Brasília –, é a retórica impositiva que relaciona a rememoração da construção de Brasília unicamente aos acampamentos pioneiros, em especial, um dos únicos acampamentos detentores de uma tipologia arquitetônica lida como ‘original’, consagrada na prática preservacionista pela valorização de uma arquitetura em madeira de inspiração moderna que seria representativa do período inicial da construção de Brasília (Barbosa & Derntl, 2022, p. 62).³⁴³

Os/as moradores/as da Vila Planalto também protagonizaram um longo período de luta contra a remoção desde a década de 1960. Contudo, o seu processo de fixação e de tombamento ao final dos anos 1980 – distrital e federal – decorreu da firme articulação entre moradores/as e de agentes públicos do campo preservacionista, por meio do Depha-DF e do GT-Brasília, em caracterizar “a sua relevância como testemunha da construção de Brasília, o papel dos moradores como parte da história viva da cidade e o ambiente bucólico do espaço, em especial a sua área verde.” (Barbosa, 2021, p. 91). Sugiro que a Vila Planalto se destacou sob essa perspectiva, pois manteve, em alguns arruamentos, as casas de madeiras pertencentes a engenheiros, arquitetos e funcionários de alto padrão – conjunto de cinco edificações, projetadas pela Novacap, conhecido como Fazendinha –, para além das mobilizações e articulações dos/as moradores/as.

Na mesma reportagem citada acima, o então governador Joaquim Roriz expressava de forma clara os critérios de valoração que alguns agentes públicos atribuíam ao tombamento da Vila Planalto – “primeiro acampamento onde moraram engenheiros e arquitetos que iniciaram a construção de Brasília” –, que, a despeito de legitimar vestígios materiais do que seria a memória operária de Brasília, o faz ainda em referência aos profissionais diplomados da construção civil e em referência ao modernismo “que tende a reforçar o alinhamento entre tais edificações e Brasília, cidade moderna” (Barbosa & Derntl, 2022, p. 63).

Esse exemplo ajuda a compreender a preponderância e os limites das memórias do trabalho, tendo como referente ‘o candango, herói de Brasília’, no processo de patrimonialização e de musealização dos acampamentos pioneiros como referências culturais

³⁴³ “A construção de uma imagem do que seria uma arquitetura representativa daquele período ganhou força a partir do final dos anos 1970, com destaque para a atuação do GT-Brasília. Nesse cenário, os preceitos de valorização dessa arquitetura foram se estruturando, numa mescla de elementos modernos e tradicionais, abarcando a regularidade, o ortogonalismo e um pequeno número de elementos básicos de composição. O mesmo período, contudo, foi marcado por ambivalentes ações governamentais para eliminação de anteriores acampamentos de obras.”

das memórias candangas. Como abordado até então, esses acampamentos não foram apenas locais de trabalho desse candango em sacrifício pelo ideal de JK, mas também territórios de encontros e de novas sociabilidades constituídas entre pessoas nas especificidades do desenrolar de um grande projeto nacional,

“[...] tal espaço foi, então, se constituindo, para seus moradores, não só como um lugar de memória do trabalho, mas um lugar que evoca outras memórias relacionadas ao cotidiano da vida social. Vem dessas várias dimensões da vida social a construção de outra história de Brasília, gestante também de outra noção de patrimônio.”

No caso da Vila Paranoá, às margens do Lago, ao longo das reivindicações pela fixação, o argumento “era a preservação de um *modo de vida* – relações de trabalho, moradia, lazer, solidariedade, luta, etc. – construído historicamente desde os primeiros anos da construção de Brasília, até os dias atuais” (Nunes, 2005, p. 167). Ampliava-se o referencial temporal para abarcar o acampamento e a vila – esta sendo o acampamento e suas seguidas ocupações e remoções – com zonas de contato que estruturaram, ao longo de trinta anos, um modo de vida que transcendia as relações de trabalho e o marco Brasília para os vínculos constituídos na luta por moradia e o Paranoá como uma conquista da organização popular.

Uma zona de contato – espacial e simbólica – que, como objeto de disputa, costurou experiências diversas e explicitou as batalhas pela memória dos/as moradores/as da Vila Paranoá, foi a tentativa de destruição e, posterior, patrimonialização distrital da Igreja São Geraldo, construída em madeira pelos operários, em 1957, e a segunda igreja mais antiga do Distrito Federal. Quando ocorreu a remoção autoritária da vila, em 1989, alguns/as moradores/as seguiram mobilizados/as; conquistaram judicialmente o direito a se estabelecerem em lotes maiores, na Quadra 2 do Paranoá, ao evocar seus direitos como pioneiros/as, e pressionaram ativamente o governo pela criação de um parque ecológico no antigo território, proposto como negociação para a saída dos/as moradores/as.

“Assim, a luta que se desencadeou pela reconquista do antigo espaço expressou uma ressignificação do passado, pois seus ex-moradores sabiam que ali não poderiam mais morar, porém, ao atribuir-lhe novos significados, era possível uma reapropriação: atuariam aquele lugar de memória e história como espaço de recreação, lazer e fruição cultural.” (Nunes, 2005, p. 168)

Entre as edificações que permaneceram em pé após a remoção dos/as moradores/as, a Igreja São Geraldo continuou desempenhando um papel de convergência comunitária fundamental. Destaca-se a continuidade desse papel já que, nos anos da construção de Brasília,

a igreja de madeira, um barraco como vários outros do acampamento, serviu para acolher as demandas espirituais e litúrgicas dos/as candangos/as, bem como, nos anos de consolidação da população do Paranoá, foi na igreja que se reuniam os/as jovens que transformariam, por meio da associação de moradores, a luta pela fixação do Paranoá. Nos anexos da Igreja São Geraldo, também se iniciaram as primeiras turmas de alfabetização de jovens e adultos que contribuíram para a experiência freiriana no Distrito Federal com a fundação, em 1987, do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep) (Reis, 2000, p. 52).³⁴⁴ Nesse sentido, a Igreja São Geraldo atravessou distintas gerações de moradores/as, estando presente nessas trajetórias de vida e como coletividade, na medida em que serviu para os encontros comunitários em dias comuns e datas celebrativas e como espaço de reunião e debate de ideias.

Em 1991, poucos anos após a remoção, algumas reportagens já destacavam a organização da população do Paranoá contra a deterioração e a possível demolição da Igreja São Geraldo. A partir da mobilização, foi aprovada, em 1992, a criação de um parque ecológico pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente e, em 1993, o tombamento distrital da igreja pioneira.

A defesa do templo pelos/as moradores/as contra projetos elitistas de aproveitamento da área garantindo o acesso da população ao antigo território contou com a colaboração do Depha-DF, que, como vimos, desde meados de 1980, priorizava em suas ações preservacionistas os remanescentes de acampamentos pioneiros. Ao analisar dossiês de tombamento distrital, Daniela Barbosa (2021) observou que, ao longo da década de 1990, o órgão deu continuidade à sua política de valorização do patrimônio cultural do DF. No caso da Igreja São Geraldo e da preservação de demais igrejas de antigos acampamentos pioneiros – Igreja São José Operário, na Candangolândia (1988); Nossa Senhora do Rosário, na Vila Planalto;³⁴⁵ e a Igreja Nossa Senhora Aparecida, na Vila Metropolitana³⁴⁶ –, estas eram lidas como “edificações autênticas de um modo de viver e projetar alusivo ao período da construção

³⁴⁴ O Cedep – Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá – surgiu como uma rearticulação política e jurídica do grupo que, anteriormente à frente da Associação de Moradores, perdeu as eleições para a Prefeitura Comunitária, que contava com o apoio do governo. O Cedep deu continuidade aos projetos em andamento, como a alfabetização de jovens e adultos, em colaboração com a UnB, além de manter as atividades na área cultural como o Festival de Música Popular do Paranoá. (Reis, 2000, p. 52).

³⁴⁵ Apesar de não ser tombada individualmente, a Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompéia está dentro da área de tombamento da Vila Planalto (1988), sendo uma das poucas edificações em madeira que ainda restam no território, junto ao conjunto de casas Fazendinha.

³⁴⁶ Apesar de não ser tombada individualmente, a Igreja Nossa Senhora Aparecida está na área de tutela do Centro de Ensino Metropolitana, tombado pelo Depha-DF em 1995.

de Brasília”. Além disso, destacou-se “a relevância das igrejas para a vida comunitária e cotidiana nos núcleos urbanos correspondentes, indicando como o papel desses templos não teria se limitado ao passado, alcançando o momento atual” (*Ibidem*, p. 248).

Embora ressaltassem a dimensão pioneira das edificações, situando-as como referenciais do período da construção da capital federal, aspectos alusivos à reivindicação dos/as moradores/as por moradia e pela preservação dos seus indicadores de memória foram relevantes para os processos de patrimonialização, indicando outras escalas de valores na institucionalização de patrimônios locais nesse período. Foi o caso da igreja do Paranoá, cujo processo de tombamento informa como essas demandas foram acolhidas junto aos argumentos de pioneirismo do acampamento, mas com ênfase na luta dos/as moradores/as pela fixação como fator de coesão social:

“Nesse sentido, o documento aponta que o tombamento da Igreja São Geraldo faria referência à importância histórica do templo para o ‘núcleo pioneiro’, em uma referência à memória daquele espaço original. Em paralelo, o mesmo documento reforça a importância da luta de moradores pela fixação do Paranoá nos anos 1980, o que sugere uma união entre os habitantes. Segundo o documento, ‘através de uma longa resistência e de uma luta pela fixação, os antigos moradores [do núcleo original] foram assentados, muito embora em áreas distintas à do acampamento pioneiro’. Assim, a importância patrimonial da igreja seria relativa não apenas ao seu valor memorialístico para o acampamento de obras, mas também como um símbolo da luta pela fixação dos moradores do núcleo, que teria se expandido e formado uma ‘invasão’.” (Barbosa, 2021, p. 263).

É nessa perspectiva que valores patrimoniais diversos se estruturam. Se, por um lado, houve a descaracterização de uma arquitetura típica dos acampamentos pioneiros como resultado das várias ocupações que ocorreram no território da vila, por outro, processou-se a construção de patrimônios compartilhados na luta e “forjados pela necessidade de permanência no território, sem que esses sujeitos partilhem, contudo, da ideia homogênea de comunidade, identidade e tradição” (Heitor, 2021, p. 70). E é nessa estratégia de comunitarização do debate sobre a fixação promovido nesses anos no Paranoá que se articularam distintas experiências em um mesmo território sobre temas que tocavam a todos/as e se consolidaram espaços públicos em que moradores/as e atores outros podem fundar um mundo comum. Na Igreja São Geraldo, memórias familiares de casamentos e batizados compartilham terreno com as memórias coletivas da construção do movimento pela fixação e da alfabetização de jovens e adultos da vila, assim como a Praça do Roxo, local de referência espacial da comunidade. Segundo

Lourdes, esse espaço, pela lembrança da mobilização política e cultural dos/as moradores/as, “de tão importante na nossa luta, deve ser tombada” (apud Reis, 2000, p. 36).

Em 1994, foi formalizado por decreto do governador a criação do Parque Ecológico do Paranoá, que já previa, para além da garantia de uma área de lazer, o reaproveitamento da vegetação cultivada pelos/as antigos/as moradores/as e das edificações remanescentes da Vila Paranoá pelo seu valor referencial, porém, nem mesmo a igreja São Geraldo, edificação individualmente tombada, resistiu à negligência do poder público. No documentário ‘Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela história’ (1999), a moradora Izabel Alexandre de Souza assim descreve o desejo de reaproveitamento da área à época:

“Nossa proposta sempre foi buscar na restauração da igreja, dessa área aqui perto, deixar como da História; e aí, nossa defesa do parque ecológico era que dentro desse parque a gente pudesse demarcar, deixar ali lembrado através de placas como era a rua, Rua Silva era aqui, Praça Gedeão era aqui, Praça do Roxo, o coreto...”

Nessa costura entre recordações e vivências subjetivas, articuladas aos referenciais coletivos da luta comunitária, essa perspectiva idealizada na fala de Izabel década atrás ganha forma com uma nova iniciativa de preservação: a musealização da antiga vila. O articulador dessa iniciativa é Gersion de Castro Silva, artista plástico e morador do Paranoá, que tem mobilizado outros/as moradores/as para a construção coletiva do Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá.

Nascido no Distrito Federal em 1969, Gersion é o sexto filho de migrantes baianos que percorreram os territórios candangos do Gama, Vila do IAPI e Ceilândia, até se estabelecerem na Vila Paranoá no início dos anos 1970 (figura 57). Junto com sua irmã, Maria Delsione, presidente da Associação de Moradores entre 1985 e 1987, ele participou ativamente dos movimentos pela fixação e melhoria do Paranoá, consolidando sua formação política e, como artista, tem documentado em imagens e publicações o cotidiano da vila e as lutas de seus moradores – “Crescemos participando de toda a vida latente de nossa comunidade. Vimos crescer a cidade. A cada ano mais ‘invasões’, como diziam os governantes, ou ‘posse urbana’, como aprendemos na construção de nossa cidadania” (Silva, 2019, p. 34).



Figura 57 - Foto da família Castro e Silva na casa de madeira da Vila Paranoá. Delsione está à esquerda segurando uma criança e Gersion é o primeiro da direita, com camiseta branca. Fonte: Facebook/esseparanoameular. Acedido em 07/05/2025.

Desde 2019, quando finalizou o curso de especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico com a pesquisa *A história de uma cidade invisível: Vila Paranoá e seus quintais de memórias*, na qual Gersion de Castro produziu um “mapa afetivo da Vila Paranoá, a partir das pessoas e lugares” (Silva, 2019, p.20), que a perspectiva de musealização surgiu como mais um instrumento de visibilização da Vila e da luta – “o MVMVP nasce para não deixar nossas histórias e memórias ir para debaixo do tapete do esquecimento ou ser invisibilizada”.³⁴⁷ Incentivado pela amiga Mercê Parente, Gersion inicia no âmbito da família o processo de rememoração da vila com visitas ao Parque Vivencial referenciado como um “quintal de memórias”.³⁴⁸ Entre 2018 e 2019, foram realizados encontros e atividades com moradores/as para a pesquisa e coleta de material sobre a vila, bem como ações de educação patrimonial em escolas públicas e instituições sociais. Para 2020, foram planejadas oficinas de

³⁴⁷ Publicação na página do Facebook/quintaisdememoria, do MVMVP, em 17 de agosto de 2020.

³⁴⁸ Jornadas do Patrimônio 2020: Memória e território: histórias das cidades. Evento realizado pela Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura do Distrito Federal junto ao Iphan-DF. Acedido em 20/09/2024 as 22:24 em <Jornadas do Patrimônio DF 2020: Memória e território: histórias das cidades (youtube.com)>.

memória para debater o tema, como o I Encontro da Memória da Vila Paranoá para discussão do tema ‘O museu que queremos’, junto ao Ibram, cancelado devido à pandemia de Covid-19 deflagrada em março deste mesmo ano.

A mobilização seguiu virtualmente por meio da página do MVMVP na rede social *Facebook* para a divulgação do museu, sempre na perspectiva de fortalecimento e construção coletiva da proposta. Tendo em vista a desaceleração das atividades com a pandemia, o que pude inferir das publicações é que o museu do Paranoá se nutre de perspectivas museológicas alternativas como a musealização do território – “Um museu social no qual cada árvore, cada canto onde foi quintal das famílias moradoras da vila Paranoá, cada pessoa, cada família, cada pedra, cada ruína, edificações, constitui nosso museu que nasce desta visão” (Figura 58).³⁴⁹

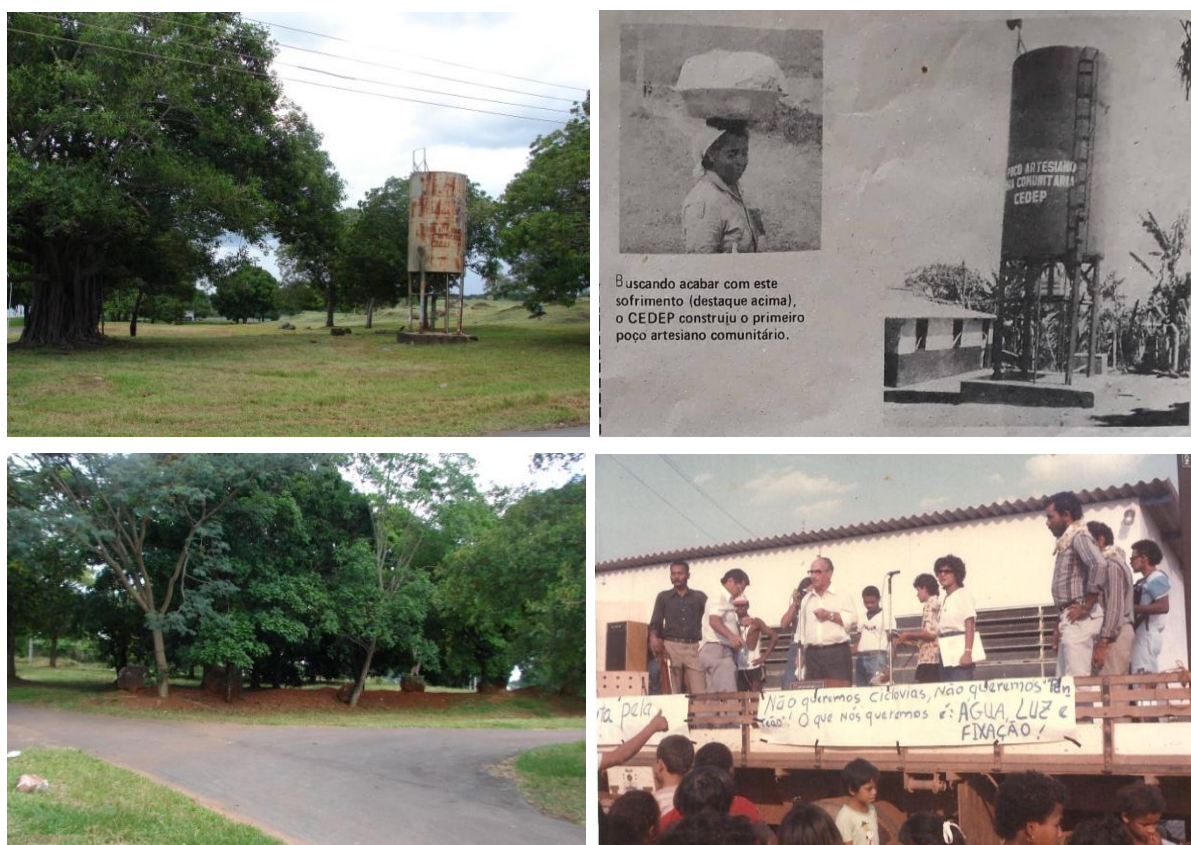


Figura 58 - Locais mapeados no Parque Vivencial do Paranoá e registros anteriores da época da Vila. Na primeira, o poço artesiano comunitário mobilizado pelo CEDEP, em 1988, e na segunda, a praça do Roxo, local de encontros culturais e mobilizações políticas que, segundo a moradora Lourdes, “de tão importante na nossa luta, deve ser tombada” (apud Reis, 2000, p. 36). Fonte: Gersion de Castro (2019).

³⁴⁹ Publicação na página do Facebook/quintaisdememoria, do MVMVP, em 16 de outubro de 2019.

Em diálogo com as experiências anteriores de musealização das memórias candangas e já abordadas nesta tese, o museu do Paranoá coaduna com as perspectivas de ser um museu vivo – “O museu é vivo e memória que pulsa” – em oposição à ideia convencional dos museus e da museificação, processo operado por agentes externos e que tende a eliminar as territorialidades geradas pela realidade vivida da população. E, como memória viva, reitera a perspectiva do patrimônio candango expresso no corpo-território – “o MVMVP é cada um de nós que viveu e vive esta história sem fim” – em uma perspectiva de conhecimento “incorporado, encarnado em sujeitos atravessados por contradições sociais, vinculados às lutas concretas, enraizados em pontos específicos de observação” (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 21); na lógica dos trânsitos que caracterizam a experiência candanga das migrações e das remoções, são esses saberes em movimento e autorreferenciados que constroem as relações com os territórios não apenas como lugares fixos, mas como experiências compartilhadas que conectam espaços e tempos subjetivos.

Em 2020, o Movimento Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá requereu à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal o tombamento e registro de bens culturais materiais e imateriais da antiga vila.³⁵⁰ Com base no trabalho de Gerson de Castro de levantamento de pontos do território que indicam as memórias de ocupação e do cotidiano da Vila reivindicados como referências identitárias, a musealização objetiva neste caso fazer emergir essa ‘cidade invisível’ e com ela, inevitavelmente, a luta que resultou na conquista da RA VII Paranoá:

“Sim, ‘Cidade Invisível’, mesmo passados trinta anos de remoção da Vila Paranoá para atual cidade, totalmente urbanizada, a identidade e nossas origens ficaram eternizadas nas árvores plantadas, nos caminhos tracejados e percorridos por toda uma geração, nossas memórias, nossas origens, sonhos, invisíveis, no morro que um dia foi a Vila Paranoá, hoje Parque Urbano e de proteção ambiental, um grande quintal de memória a ser preservado e valorizado como patrimônio e paisagem cultural construída por todos que lá morou.” (Silva, 2019, p. 14).

Com base no decreto de criação do Parque Ecológico do Paranoá, em 1994, o movimento dos/as moradores/as relembrou no requerimento de tombamento um compromisso negligenciado pelo próprio governo há quase vinte anos e que previa a “restauração e reaproveitamento das edificações que por seu valor referencial na antiga Vila Paranoá merecem

³⁵⁰ Assinaram o requerimento os/as moradores/as Gerson de Castro Silva, Maria Delsione da Silva, João Gomes Pereira (João do Violão), Izabel Alexandre de Souza, Cezinon Pereira dos Santos, Jasefa Almeida de Carvalho, Isabel de Castro Silva, Gilene Maria Reis Pereira, Valdir de Castro Silva.

ser preservadas como patrimônio cultural”.³⁵¹ No pedido de reconhecimento como “território de memória”, foi acrescentado, ainda, que esses indicadores eram “não só da história e memória da antiga Vila Paranoá, mas também como núcleo histórico, acampamento de pioneiros, [...] testemunho da epopeica construção de Brasília”,³⁵² o que demonstra uma adesão ao discurso do pioneirismo retomado pelo Movimento MVMVP, porém com forte referência ao senso comunitário da vila mobilizado na luta pela fixação.

Com parecer favorável da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Registro e Tombamento Cultural da Secretaria de Cultura, o território da vila foi provisoriamente tombado em 2022, aguardando a apresentação do dossiê que embasará o processo definitivo.

Atualmente o museu existe enquanto ação educativa e cultural para sensibilização da história da vila, mas com perspectivas de formação de um acervo de imagens, vídeos e objetos. Nas escolas do Paranoá, Gerson tem realizado atividades de educação patrimonial, mediando as conversas com os recursos imagéticos da sua obra que retrata o cotidiano da Vila Paranoá e, como parte dele, os momentos de mobilização política e de luta pelo território que são referências identitárias que conectam diferentes gerações da vila a partir das memórias pela fixação.

Na história do Paranoá, o museu surge como dispositivo mediador de tempos e pessoas para enfrentar o soterramento das memórias da mobilização popular e da antiga ocupação candanga, suprimidas com a remoção da vila para o ‘novo’ Paranoá, uma estratégia eleitoreira de apropriação da conquista popular. O museu tem sido mobilizado como processo de educação comunitária (figura 59) que objetiva salvaguardar as memórias da vila pelos afetos que mobiliza como parte do repertório de vida de muitos/as moradores/as e também das novas gerações que cresceram no novo Paranoá ou que continuam chegando de outras regiões administrativas e estados, sem conhecimento do processo de consolidação da cidade.

³⁵¹ Decreto nº 15.899, de 12/09/1994, DODF nº 178, de 13/09/1994.

³⁵² Requerimento de Tombamento e Registro de bens materiais e imateriais da RA VII Paranoá apresentado pelo Movimento MVMVP em 18 de setembro de 2020, disponibilizado na página de *Facebook* /quintaisdememoria.



Figura 59 - Gersion de Castro em ação educativa junto a escola do Paranoá. Fonte: Gersion de Castro.

Nas batalhas pela memória, o processo de musealização é mais um mecanismo de enfrentamento às seguidas violações e negligências das autoridades na longa duração e no cotidiano de populações periféricas, mas sobretudo, é um processo coletivo de rememoração, com o inerente jogo de luz e sombra sobre as lembranças, subsidiado pela experiência de elaborar um processo museológico cujos sentidos afirmam a comunidade do Paranoá como uma comunidade que se reconhece na luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 60 - Manifestantes pró-moradia em frente ao Congresso Nacional. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal e Correio Braziliense.

Esta tese teve como objetivo apreender e analisar os repertórios de sentidos que embasam a musealização das memórias candangas em territórios periféricos do Distrito Federal. Entre os vários campos de disputas que essas populações e seus descendentes enfrentaram pelo reconhecimento dessas trajetórias vinculadas ao grande projeto nacional de construção de uma nova capital para o Brasil – mas que se estendem a outras tantas experiências que mobilizaram milhões de trabalhadores/as ao final do século XX –, a luta por moradia e pelo direito à cidade foi estrutural. Na imagem que abre essas considerações, pessoas se mobilizam em uma manifestação pró-moradia em frente ao Congresso Nacional na década de 1980, e no centro, uma mulher de costas se destaca no mar de barracos; em favelas e periferia urbanas, são elas parte significativa das chefes de família e ativistas dos movimentos por melhorias e pelo direito à habitação digna, o que faz dessa imagem o enquadramento de uma dimensão fundamental da experiência popular/candanga no DF, a das lutas por moradia como práticas organizativas que atravessam histórias locais, manifestando-se tanto na mobilização e conquista da fixação dos núcleos provisórios da construção de Brasília quanto na reorganização comunitária, após os violentos processos de remoções para as cidades-satélites.

Procurei compreender como o campo da memória foi acionado nessa disputa de sentidos mediada por processos de musealização, que, não por acaso, se realizaram em práticas participativas e comunitárias a partir de territórios periféricos do Distrito Federal. Não por casualidade, pois a emergência, em meados da década de 1980, de uma preocupação preservacionista em relação às memórias candangas expressa na perspectiva ‘popular’ dos/as trabalhadores/as e não somente na idealização do candango como ‘herói de Brasília’ reverberou as novas abordagens de identificação, salvaguarda e gestão de bens culturais embasadas não mais em valores distintivos, mas em práticas sociais que conformam o cotidiano e os saberes de comunidades historicamente silenciadas nos processos de documentação, temas abordados nos capítulos um, dois e quatro. Essas comunidades, reconhecidas como sujeitas e detentoras de saberes, na relação com seus territórios, passaram a integrar e a protagonizar processos de seleção e de decisão do destino de bens e expressões que consideram relevantes para contar suas histórias, operando transformações nos sistemas de administração da memória. Dentre esses processos, debruicei-me nas transformações de uma práxis museológica voltada para a reparação em resposta ao sentimento de injustiça para com os/as candangos/as de Brasília.

O fato de esses processos de musealização das memórias candangas terem partido de territórios fora do Plano Piloto também informa sobre outras territorialidades no Distrito

Federal embasadas em memórias dissonantes da narrativa monumental e institucionalizada da construção de Brasília. Como periferia, neste caso, me refiro aos núcleos urbanos que rodeiam o Plano Piloto de Brasília, popularmente conhecidos como cidades-satélites, e que se desenvolveram de forma singular quando comparados a outros cenários urbanos contemporâneos. A política de remoções que orientou as ações do Estado em relação às populações migrantes empobrecidas e à questão habitacional baseou-se, como demonstrado no capítulo três desta tese, em argumentos estéticos e ambientais que, em 1958, originaram o ‘anel sanitário’ – uma demarcação territorial que justificava a remoção de assentamentos populares para áreas distantes do Plano Piloto. Esse modelo de ocupação inverteu a orientação convencional de urbanização, estabelecendo um desenvolvimento da periferia para o centro, em contraste com a tradicional expansão urbana do centro para as margens. Essa prática persistiu até a década de 1990, acompanhada de sua contrapartida: a mobilização popular e comunitária nesses territórios em defesa do direito à moradia e à terra no Distrito Federal.

O lócus periférico das iniciativas de musealização das memórias candangas reforça a hipótese de uma estreita relação entre subjetividades periféricas no Distrito Federal e a herança cultural desses/as trabalhadores/as. Esse legado é atravessado não apenas pelas memórias de migração e do trabalho, mas, sobretudo, pelas memórias contra as remoções e as lutas por terra e moradia que subsidiam os processos de identificação nessas comunidades.

Nos três processos museais analisados, percebe-se uma tentativa de construir sentidos que respondam aos sentimentos de injustiça em relação aos ‘verdadeiros construtores de Brasília’, no entanto, cada contexto de produção de discursos e práticas museológicas também mobiliza afetos específicos da sua relação com os territórios, projetando as particularidades de cada comunidade. A musealização dessas memórias, portanto, não é um processo neutro ou desinteressado; ela envolve escolhas que remetem às tensões e aos desejos das comunidades periféricas. Dessa disposição afetiva e dos seus efeitos na vida social, procurei compreender e sistematizar os sentidos que informam essas experiências de mediação e, em outras dimensões, afetam a própria maneira de desenvolver a práxis museológica.

No capítulo quatro, abordei o processo de patrimonialização do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, como projeto-piloto do Depha-DF para a preservação dos remanescentes de acampamentos pioneiros como referências culturais da memória operária de Brasília. Em 1990, a musealização do antigo hospital deu origem ao Museu Vivo da Memória

Candanga, uma experiência inovadora pelo seu caráter participativo na formação do primeiro museu público do Distrito Federal dedicado exclusivamente à memória dos/as trabalhadores/as.

A potência imaginativa que moveu a experiência do MVMC como ação museológica participativa nos territórios e comunidades da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante foi estimulada por reflexões e práticas críticas desenvolvidas na intersecção dos campos da cultura, da educação e da memória. No campo cultural, contextualizei a emergência de uma consciência preservacionista afinada à ideia de cultura como experiência vivida e destaquei as implicações de uma perspectiva antropológica de cultura que ampliou as interpretações sobre as dinâmicas sociais cotidianas como referências culturais, tendo como estímulos as experiências do CNRC e do Sphan/Pró-memória, ambas iniciativas vinculadas à trajetória do intelectual pernambucano Aloísio Magalhães. Dessa relação, também se delineou no MVMC uma filiação à noção de cultura popular e arte popular que informam as memórias candangas dentro dos atributos da cotidianidade, das expressões artísticas e lúdicas, dos ofícios artesanais consagrados no saber-fazer e de valorização da memória sociocultural das classes subalternizadas, encenadas no cenário do Distrito Federal pelo sujeito coletivo candango³⁵³. Em diálogo com os efeitos das encenações do popular analisadas por Néstor Canclini (2019, p. 206), destacava-se o “seu caráter local, sua associação com o nacional e o subalterno” performatizado/a no/a migrante nordestino/a, embora o/a candango/a também seja oriundo/a de outras regiões.

Com a educação popular, a politização da cultura que caracterizou a pedagogia freiriana e seus desdobramentos no campo da Arte-Educação com Ana Mae Barbosa – que, junto a Magalhães, foram intelectuais formados nos movimentos de cultura pernambucanos³⁵⁴ – subsidiaram a *práxis* museológica no MVMC como espaço de educação dialógica pautada nas heranças culturais candangas, bem como de pesquisa e dinamização desses referenciais em colaboração com as comunidades locais. Se no campo da memória e suas novas metodologias de trabalho questionaram-se os silêncios da história oficial, no campo museológico a musealização do ‘popular’ reinventou o dispositivo museu mediado por processos

³⁵³ Esse aspecto é reforçado pela coleção de Arte Popular que foi doada ao MVMC pelo MAB quando este definiu seu acervo como representativo de arte moderna e contemporânea (Ricardo, 2017, p. 52) confirmando a relação que se estabelecia entre a ideia de popular e a herança cultural candanga.

³⁵⁴ Apreendem-se, tanto nas iniciativas do MVMC como na atuação de Magalhães à frente do CNRC, as contribuições do ideário do Movimento de Cultura Popular do Recife ativo na cidade no começo da década de 1960 para a perspectiva de cultura e arte popular (Souza, 2014) retomada pelas políticas culturais no processo de reorganização social e redemocratização política da década de 1980.

museológicos participativos referenciados em pressupostos da emergente Nova Museologia, dos quais o MVMC foi expressão local do museu socialmente comprometido.

Na patrimonialização do MVMC e institucionalização das memórias operárias, a mobilização da identidade pioneira na construção da capital federal foi uma estratégia discursiva de negociação dos/as moradores/as, tanto para a preservação dos seus espaços de convívio quanto para pleitear o direito à moradia no DF. A salvaguarda dos remanescentes de acampamentos de obras como parte da memória institucionalizada de Brasília baseou-se na construção de uma comunidade pioneira, cuja identificação criou uma distinção com base nos processos de ocupação territorial em relação aos/às moradores/as lidos/as como “invasores/as”. Dessa forma, a ideia de ‘invasor’ no Distrito Federal adquiriu novos contornos, diferentes dos tradicionalmente vistos em outras cidades. Ela passou a identificar uma parcela significativa da população operária, que, após a inauguração de Brasília, deixou de ser idealizada como ‘heróis anônimos’ para se transformar em uma ‘massa’ desprovida de direitos, composta por corpos indesejados no espaço planejado da capital.

Entre os processos remocionistas que marcaram esse período, destaca-se a remoção da Vila do IAPI, que, levada cabo no começo da década de 1970 pela Campanha de Erradicação de Invasões, deu origem à Região Administrativa IX Ceilândia, tendo sido paradigmática do ponto de vista dos processos de higienização da capital federal em detrimento dos direitos fundamentais das pessoas. Deslocados/as para uma região distante e sem infraestrutura básica, os/as pioneiros/as da Ceilândia enfrentaram não apenas as dificuldades cotidianas na nova cidade, mas também os estigmas associados às populações empobrecidas e seus territórios como locais violentos e precários. No capítulo cinco abordei como a desqualificação do território e das pessoas impactou gerações de moradores/as que, organizados/as, reconstruíram suas vidas por meio de associações de moradores, movimentos de educação popular e mutirões, assim como, ao estruturarem a indignação com a imagem projetada sobre Ceilândia, se apropriaram de novos referenciais para a cidade assentados nas memórias candangas de luta por moradia.

Como prática museológica insurgente, a Casa da Memória Viva da Ceilândia existe como um museu em movimento, ocupando diferentes espaços e em diferentes formas no intuito de preservar e de fazer circular as memórias candangas na construção da capital, sobretudo as memórias candangas na conquista da cidade com a reconstrução social e comunitária no território ceilandense, após a remoção da década de 1970 – “a verdadeira

Candangolândia é aqui!”. Ao fortalecer os percursos de indignação, as memórias das remoções emergem como elementos estruturantes da identificação candanga em Ceilândia, articulando-se à valorização das pessoas e suas trajetórias como meios de memória. A ação museológica realizada pela CMVC é orientada como um instrumento de reparação ao processo de exclusão socioespacial dos/as trabalhadores/as e à desqualificação de seus territórios. Por meio da elaboração de versões críticas e de novos sentidos referenciais para as memórias candangas a partir das experiências das remoções, o museu comunitário descentraliza a experiência da construção da capital federal e amplia os territórios das memórias candangas, indo além dos acampamentos pioneiros.

Apesar da máxima sobre a ausência do Estado em territórios periféricos, núcleos urbanos como a Ceilândia resultam da ação direta do poder público na organização socioespacial das cidades. Tanto o crescimento da Vila do IAPI, a partir de 1965, como a remoção para a Ceilândia, em 1971, foram processos empreendidos por sucessivos governos em nome do desenvolvimento social e urbano – do Plano Piloto. Essa presença se fez na forma de controle e sujeição – a distância física e carências estruturais em relação à capital federal –, sustentada por discursos de desqualificação de territórios e das pessoas projetados por outros setores sociais que os/as associam à informalidade – invasores/as –, à violência e à marginalidade. Mais que ocupar um espaço ‘vazio’ pela ausência do Estado, fez-se necessário combater narrativas e reconstruir referenciais de envolvimento comunitário; entre estes processos reativos, o associativismo comunitário marcou a trajetória ceilandense estimulado por experiências de educação popular, com destaque para o Movimento dos Incansáveis da Ceilândia e o Centro Paulo Freire (Cepafre).

Ao pautar projetos culturais em torno da valorização das culturas populares nordestinas como legado associado ao sujeito coletivo candango, a identificação com o Nordeste sertanejo do repente, do forró e do cordel sobressai como expressões culturais candangas em Ceilândia, embora não deixe de reconhecer outras identidades forjadas na experiência urbana periférica das novas gerações. Como espaço de experimentação criativa e política, o processo museal ceilandense se forjou em oposição aberta aos ‘museus do Plano’ e à narrativa centrada na figura de JK, apesar da admiração demonstrada por Oscar Niemeyer e do desejo da existência física do museu instalado na Casa do Cantador, única obra do renomado arquiteto fora do Plano Piloto. A CMVC se constitui tanto como instrumento de luta para o reconhecimento formal das

memórias dos/as trabalhadores/as em Ceilândia quanto para a conquista de um espaço de memória, cultura e lazer para a população ceilandense.

Por fim, no capítulo seis acompanhei a experiência de formação do Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá, iniciativa de musealização da antiga vila formada por operários da construção da barragem do Lago Paranoá. Com uma formação comunitária distinta das experiências precedentes, o Paranoá, no seu processo de luta pela fixação, equacionou a relação entre moradores/as pioneiros/as e novos/as, cuja chegada ao território se deu em diferentes momentos de ocupação, entre 1960 e 1989, a partir da consciência ampliada do direito à moradia como um direito fundamental e de todos/as.

Essa politização da luta por moradia não apenas como um direito exigido por aqueles/as que ‘construíram Brasília’, mas como direito humano a ser garantido na luta coletiva pela fixação e por melhorias fomentou um senso comunitário ampliado, subsidiado pelas memórias da mobilização e que tem ressonâncias na produção de significados sobre o território do Paranoá. Esse entendimento do direito à moradia como direito fundamental compartilhou e contribuiu com as experiências dos movimentos por habitação e de educação popular na reorganização comunitária de periferias e favelas brasileiras no período da redemocratização. Essa perspectiva insere as articulações comunitárias por moradia no DF na rede de movimentos nacionais que começaram a se estruturar em meados da década de 1980 e que pautaram importantes transformações para as políticas urbanas contempladas a partir da Constituição de 1988.

Em 1989, mesmo com um decreto de fixação, a população da Vila Paranoá foi removida, e a antiga área foi transformada em um parque urbano. Desde essa época, moradores/as e colaboradores/as se empenham no registro e divulgação das memórias da vila e de sua luta pela fixação contra as políticas de apagamento operadas pelo governo distrital no chamado ‘novo’ Paranoá. Entre essas iniciativas, abordei o Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá, ação museológica que constrói referenciais coletivos relativos à experiência naquele território, agenciando vestígios materiais da sua existência enquanto acampamento, mas, sobretudo, topografias afetivas mediadas pelas memórias das lutas pela fixação – dos ‘barracaços’, da greve de fome, das mobilizações culturais na vila, entre outras ações diretas.

O MVMVP, mobilizado pela comunicação virtual em redes sociais e como ação cultural e educativa que se desenvolve junto às escolas do Paranoá, atua como mais uma frente de educação comunitária que conecta as novas gerações do Paranoá – de descendentes candangos

e novos migrantes – à trajetória de luta pela cidade, que se materializa nos referenciais de existência da vila anterior para reafirmar a Região Administrativa VII Paranoá como uma conquista popular, resultado da organização de seus moradores/as. O MVMVP é um processo museológico que se orienta por perspectivas de musealização do território por uma comunidade que se compreende como tal não apenas por compartilharem um mesmo espaço, mas pela experiência de mobilização e de uma identificação criada na luta.

Nessas leituras mediadas por processos museológicos dispersos em territórios que excedem o Plano Piloto, os sentimentos de injustiça em relação à capital federal conformam as memórias candangas; no entanto, dadas as particularidades locais, estas são ressignificadas pelas experiências dos acampamentos, das remoções e da luta pela fixação, que informam as territorialidades periféricas no DF e a diversidade de referências que comportam as identificações candangas, para muito além do ‘herói de Brasília’.

Nessa relação – não é apenas espacial, mas em que o exercício da cidadania de uma parcela significativa da população está condicionado por estigmas sociorraciais territorializados –, as pessoas desempenham um papel precípuo na preservação e na produção cultural, acionando a cultura como locus da luta política pelas possibilidades de futuro.

Às denúncias de silenciamentos e apagamentos de uma história oficial embasada na memória institucionalizada de grupos privilegiados pelos processos de exclusão modernos a pesquisa com a história oral e a construção de narrativas em primeira pessoa, abordadas nesta pesquisa pelos processos sociomuseais, oportunizaram meios de reparação na constituição de fontes que são frequentemente referenciadas sob a perspectiva de uma memória viva, pois são baseadas em testemunhos e em relatos pessoais. Como diálogo contínuo entre gerações, as memórias individuais e suas histórias de vida permeiam a tessitura da cultura e da sociedade e “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (Pollak, 1989, p. 5). No decorrer do texto, isso foi abordado em relação às demandas por moradia e por serviços básicos embasadas na denúncia do descaso com a memória dos ‘verdadeiros’ construtores de Brasília.

Esses processos museais se forjaram, entre outras razões, como atos de reparação às memórias candangas negligenciadas. São ações museológicas impactadas pelas transformações de meados do século XX no campo das humanidades e novas metodologias de trabalho – a história oral, a pesquisa-ação e a cartografia afetiva – que possibilitaram que o/a

sujeito/a candango/a e seus territórios estivessem no centro da narrativa e, sobretudo, que fossem narradores/as. O desafio foi compreender esses processos museais considerando não apenas as representações dos discursos produzidos, mas também os fluxos de sentimentos e saberes que os engendram como práxis sociomuseológica.

Identifiquei, entre os grupos de interesses e agendas que perceberam na musealização uma forma de participar das negociações culturais e, logo, do debate público sobre o direito à moradia e à memória, trabalhadores/as da cultura e educação, moradores/as com alguma formação universitária e/ou envolvidos/as em associações de moradores e em outros movimentos urbanos. Estas trajetórias possibilitaram o encontro com tendências de pensamento críticas e, no caso do MVMC, com políticas públicas que impactaram as respectivas imaginações museais ao serem mobilizadas em iniciativas participativas e comunitárias.

Não é apenas casualidade o recurso frequente à ideia de vitalidade, seja na construção de um ‘museu vivo’ ou na referência a uma ‘memória viva’ nos três casos abordados. Estes museus, para se diferenciarem de um modelo de instituição e de rememoração, se embasam/embasaram na ideia de um passado vivo, ativado pelo presente na experiência concreta de luta por moradia no Distrito Federal. Expressam o desejo de diferenciação com paradigmas excludentes, historiográfico e museológico, e, entre suas singularidades, compartilham a perspectiva de serem processos museais que surgem como reação e possibilidades de reparação à injustiça com os/as candangos/as e seus/suas descendentes no acesso à moradia no Distrito Federal.

À exceção do MVMC, que resultou diretamente da denúncia com o descaso e a destruição de acampamentos remanescentes do período da construção e da memória popular do DF – contudo também associado ao movimento por fixação dos moradores do acampamento HJKO –, os processos museais analisados deslocaram-se da ‘retórica da perda’ (Gonçalves, 1996) para o que Gleyce Heitor (2021) denominou de ‘retórica da luta’. Em sua análise dos casos do Museu das Remoções (RJ) e do Museu da Beira da Linha do Coque (PE), a autora observou que “movimentos sociais vêm intervindo no campo dos museus, na medida em que tomam para si a tarefa de imaginar outras formas dessas instituições existirem, e dos seus articuladores existirem publicamente, a partir delas” (*Ibidem*, p. 148). Tanto no caso da Ceilândia quanto no Paranoá, os/as agentes envolvidos/as são egressos/as de movimentos urbanos por moradia nos respectivos territórios, fortalecidos/as pelos trabalhos de educação

popular e de alfabetização de jovens e adultos de base freiriana que estiveram presentes nessas vilas e cidades. Ainda em diálogo com Heitor e reiterando sua afirmação, são processos sociomuseais que “reconfiguram a ideia de museu como lugar, ainda que a luta para ser museu, como instituição, seja parte das reivindicações por reconhecimento e por algo que é escasso, nos territórios: a formalidade” (*Ibidem*, p. 149).

Em outra interpretação dessa relação entre lutas sociais, memórias, territórios e museus, que nos instrumentalizam para a reflexão do contexto da luta por moradia no Distrito Federal, a pesquisa de Átila Bezerra Tolentino (2024) sobre o Memorial das Lutas e Ligas Camponesas (PB) oferece instrumental reflexivo do ponto de vista da luta por terra e pela reforma agrária, de um “jogo social onde a conformação de memórias coletivas é politizada” e conformada em uma “memória-luta corporificada nos agentes sociais que compõem grupos de camponeses subalternizados, mas insurgentes” (*Ibidem*, p. 249). Se o direito à cidade está imbricado com as lutas do campo e os processos de expulsão de trabalhadores/as rurais para o contexto de precarização do trabalho nos centros urbanos, arrisco aplicar a afirmação feita no contexto da luta pela terra para a relação que o agenciamento desses processos museais têm nas cidades e na luta pelo direito à moradia digna, em que há “o apoderamento da instituição museu como uma ferramenta de valorização de suas identidades e referências culturais, mas também como uma estratégia política contra as opressões e injustiças sociais” (*Ibidem*).

Como práxis sociomuseológica, são processos estimulados como ação transformadora, os quais disputam sentidos no campo da memória com um modelo normativo de museus e oficial de História a partir da reafirmação da vida. Não é incomum o ‘simbolismo de morte’ em relação aos museus nos moldes das considerações de Theodor Adorno para essa relação que não seria apenas de uma proximidade fonética com o mausoléu; o museu como um lugar de aprisionamento, de acumulação e da retirada de um circuito de vida para um simulacro de morte são impressões comumente partilhadas. Experiências museológicas diversas ao questionarem os limites da Museologia dedicada às coleções o fizeram frequentemente da perspectiva do reavivamento das memórias e da revitalização de culturas e identificações exiladas dos museus imperiais e nacionais. Ao receberem o manto Tupinambá que retornou ao Brasil, em 2024, depois de décadas de mobilização indígena, a artista e intelectual Glicéria Tupinambá reforçou este vínculo: “O Manto traz a luta do território, a vida do território. O Manto precisa que o território viva. Se o território vive, o Manto vive” (Jesus da Silva, 2022, p. 331); assim como para os Kanindé, que desde 1995 mobilizam processos museológicos em

seus territórios, “O museu pros Kanindé é bisavô, é avô, é pai e é mãe, porque é a história deles, a história que tinha lá atrás, é o que a gente tem aqui. O museu pros Kanindé é vida” (Santos, 2021, p. 52).

Esses processos sociomuseais, conectados com a vida e com as pessoas e agenciados como mecanismos de participação social, invariavelmente reelaboram práticas preservacionistas que, ao buscarem respostas às suas demandas por reconhecimento e reparação, subsidiam outro paradigma no campo museológico voltado para a humanização das diferenças. Para ‘dar corpo’ ou ‘vida’ a essas memórias exiladas (Bruno, 2020, p. 26) dos processos sociais hegemônicos e como ação política no campo da memória e da cultura, contribuem para a diversidade de processos museais afinados com a dinâmica da vida e as lutas travadas por parcelas significativas da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, R. (1996). *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Albuquerque Júnior, D. M. (1994) *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de doutor, orientado por Robert W. Andrew Slenes e co-orientação de Alcir Lenharo.
- Assad, P. T. (2022). *Waldisa Rússio e museu-processo: os casos do Museu da Indústria e Estação Ciência*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre, orientada por Maria Cristina O. Bruno.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de Ciência Política*, 89-117.
- Barbosa, D. P. (2021). *O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutora, orientado por Maria Fernanda Derntl.
- Barbosa, D. P. & Derntl, M. F. (2019). *Narrativas de um tombamento: de Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira a Museu Vivo da Memória Candanga*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal, Brasil.
- Barbosa, D.P. & Derntl, M. F. (2022). A valorização de uma arquitetura em madeira representativa do período inicial da construção de Brasília: entre “barraco” e patrimônio cultural. *Cadernos PROARQ*, Rio de Janeiro.
- Bertran, P. (2011). *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. 3a. edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bogado, D. (2017). Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 54, n. 10.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1983). *O campo científico*. São Paulo: Ática.
- Braga, J. L. M., & Freitas, K. A. (2020). ‘Meu Reino sem Folia’: musealização do patrimônio imaterial no Muquifu. *Patrimônio e Memória*, v. 16, n. 2, 502-521.

Braga, J. L. M., & da Silva, M. L. (2020). Performance e sacralidade nas exposições do MUQUIFU. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 9(18), 209–223.

Brito, J. D. D. (2009). *De Plano Piloto a metrópole*: a mancha urbana de Brasília. Tese apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutora, orientada por Sylvia Ficher.

Britto, C. C. (2022a). “Lembrete perene a recordar aos governos um dever irrevogável” as vigilâncias comemorativas do Centenário da Independência em Goiás e a pedra fundamental da futura capital do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 56.

Britto, C. C. (2022b). Monumentalizando ‘ruínas precoces’: o Museu Histórico de Belo Horizonte e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 30.

Britto, C. C. (2021). “As palavras continuam com os seus deslimes”: reflexões sobre Sociomuseologia e linguagem de especialidade. In Primo & Moutinho (2021) *Teoria e Prática da Sociomuseologia*. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra Unesco Educação Cidadania e Diversidade Cultural.

Britto, C. C.; Cunha, M. N. B.; Ceravolo, S. M. (org.) (2020). *Estilhaços da memória*: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico.

Britto, C. C. (2019). ‘*Nossa maçã é que come Eva*’: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutor, orientado por Mário C. Moutinho.

Britto, C. C. (2018). *Gramática expositiva das coisas*: a poética alquímica dos Museus Casas de Cora Coralina e Maria Bonita. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre, orientado por Suely M. Cerávol.

Britto, C. C. (no prelo). *Quando um museu inaugura a cidade*: o Museu Histórico de Brasília como síntese da imaginação museal de Juscelino Kubitschek.

Brulon, B. (2019). Entre um mundo e o dos Outros: magia e descolonização na performance museal. *MODOS. Revista de História da Arte*. Campinas, v. 3, n. 3, 243-264.

Brulon, B. (2018). Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*, 11(2), 189-210.

Brum, M. (2013). Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. XVI, nº 29. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica.

Bruno, M. C. O. (2021). Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a museologia da sociomuseologia. Em Primo, J. & Moutinho, M. (2021) *Teoria e Prática da Sociomuseologia*. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

(CeiED), Departamento de Museologia-ULHT, Cátedra Unesco Educação Cidadania e Diversidade Cultural.

Bruno, M. C. O. (2020). Museologia: entre abandono e destino. *Revista do PPG-FCI-UnB Museologia & Interdisciplinaridade*, v.9, n.17, 19-28.

Bruno, M. C. B. (2015). *Os territórios da memória e da memória dos territórios*. Comunicação apresentada em aula do Programa de Doutorado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Bruno, M. C. O., Fonseca, A. M. D., & Neves, K. (2010). Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. In Bruno, M. C. (org) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional, vol.2, 159-180.

Bruno, M. C. O. (1999). Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 17.

Calabre, L. (2009). Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, (1).

Canclini, N. G. (2019). *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade/ Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Carvalho, L. M. D. (2017). *Do museu à museologia: constituição e consolidação de uma disciplina*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção de grau de doutora orientada por Tereza Cristina Moletta Scheiner.

Carvalho, S. (2020). *Museologia biófila: o ponto de memória da estrutural*, Distrito Federal, Brasil (2011-2019). Tese apresentada no Doutorado em Sociomuseologia da Universidade Lusófona para a obtenção do grau de doutora em Museologia, orientada por Mário Chagas.

Cascudo, L. C. (2000). *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 9 edição. São Paulo: Editora Global.

Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 9-23.

Ceballos, V. G (2005). *‘E a história se fez cidade’*: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de mestra, orientada por Maria Stella Martins Bresciani.

Cevallos, A., & Macaroff, A. (2015). *Contradecirse una misma*. Museos y mediación educativa crítica. Experiencias y reflexiones desde las educadoras de la documenta 12. Quito: Fundación Museos de la Ciudad.

- Chagas, M., Primo, J., Stornino, C. & Assunção, P. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n.11, Lisboa.
- Chagas, M. & Gouveia, I. (2014). Museologia Social: reflexões e práticas. *Cadernos do CEOM*, 9-22. Santa Catarina: Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
- Chagas, M. (2011). Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 41.
- Chagas, M. (2009). *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ibram.
- Chagas, M. & Abreu, R. (2007). Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, ano III, n. 3, Iphan/DEMU.
- Chagas, M. D. S. (2005). Pesquisa museológica. *Revista MAST Colloquia*, Vol. 7, 51-64.
- Chagas, M. (2002). Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, Lisboa.
- Chagas, M. D. S. (1994). O campo de atuação da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.2, Lisboa.
- Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras.
- Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos avançados*. V.9, São Paulo: Universidade de São Paulo, 71-84.
- Chaves, J. C. (2024). *“El olvido está lleno de memoria”*: fragmentos, soterramentos e ausências da mítica mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972. Tese apresentada no Doutorado em Sociomuseologia da Universidade Lusófona para a obtenção do grau de doutor em Museologia, orientado por Judite Primo.
- Coan, S., Silva, M. L. & Braga, J. L. M. (2021). *Museus, práticas museais e comunidades*. Museu de Quilombos e Favelas urbanas: Belo Horizonte.
- Coan, S. & Silva, R. A. (2019). Museu dos quilombos e favelas urbanos, igreja das santas pretas e guarda de congo da vila estrela: o encontro pela sá rainha dona Marta. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. *ENANCIB 2019*, 24(2).
- Coan, S. (2017). *Experiência estética: um estudo de caso na exposição Doméstica, da escravidão à extinção do museu comunitário Muquifu*. Dissertação apresentada ao Departamento de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais para obtenção do grau de mestra, orientada por Marcelina Almeida.

Coronado-Téllez, G. (2021). Propuesta para una definición evolutiva de Socioexpografia. *Revista Internacional de Museos Inclusivos*. Vol. 1, n. 1.

Corsino, C. M. (2020). Célia Maria Corsino. *Revista Eletrônica da ABDF*, 4(1), 7-22.

Cunha, M. (2006). *Teatro de memórias, palco de esquecimentos*: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção de grau de doutor orientado por Maria Antonieta M. Antonacci.

D'Agostino, A. (2022). *Ana Mae no MAC/USP*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo para obtenção de grau de doutor orientada por Elza Maria Ajzenberg.

Derntl, M. F. (2020). Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrópole*, 22, 123-146.

Derntl, M. F. (2019). Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 27(1), 11-34.

Derntl, M. F. (2016). Além do plano: a construção das cidades satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, XIV, São Carlos, Brasil. São Carlos, USP.

Desvallées, A. & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

Duarte Cândido, M. M. (2021). Waldisa Rússio no encontro entre Museologia utópica, pragmática e científica. Em Primo, J. & Moutinho, M. (2021). *Teoria e Prática da Sociomuseologia*. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-ULHT, Cátedra Unesco Educação Cidadania e Diversidade Cultural, 205-224.

Duarte Cândido, M. M. D. & Ruoso, C. (2020). Museologia no Brasil e em Portugal: alguns atores e ideias em circulação. In Primo & Moutinho (2020) *Introdução à Sociomuseologia*. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Catedra Unesco Educação Cidadania e Diversidade Cultural, 193-214.

Duarte Cândido, M. M. D. (2003). Ondas do pensamento museológico brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Dutra, M. V. D. M. (2017). Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para obtenção do título de mestra em Preservação do Patrimônio Cultural orientada por Hilário Figueiredo Pereira Filho.

Encontro Internacional de Ecomuseus. (1992). Anais. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 18 – 23 de maio.

Escudero, S. & Carvalho, L.M. (2020). *Teoria Museológica Latino Americana: Textos fundamentais*. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Icofom-LAM.

Fonseca, M. C. L. (2006). Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2006). *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. 4ª edição. Brasília: MinC/Iphan, 83-97.

Foucault, M. (2005). *Microfísica do Poder*. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete, 20 ed. Petrópolis: Vozes.

Fraser, N. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, (63), 07-20.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gabriele, M. C. F. L. (2012). *Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania*. Museu Vivo da Memória Candanga. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutora orientada por José Diogo da Silva Mateus.

Gaddoti, M. (1996). *Paulo Freire. Uma Bibliografia*. São Paulo: Cortez Editora/Instituto Paulo Freire.

Gohn, M. G. (2017). Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. *Movimento-revista de educação*, (7), 10-32.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.

Gohn, M. G. (2001). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, 4º Ed. Cortez.

Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Gomes, A. L. A. (2008). *Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956–1960)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutora orientada por Márcia Melo Martins Kuyumjian.

Gomes, A. (2019). Por uma epistemologia dos museus indígenas: temas e problemas. *Revista Antropológicas*, 30 (2), 05-37.

Gonçalves, J. R. S. (2015). O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 28(55), 211-228.

Gonçalves, J. R. S. (1996). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Iphan.

Gondar, J. (2005). *Quatro proposições sobre a memória social* [sobre a memória social]. Rio de Janeiro: Contracapa.

Gouvêa, L. A. C. (1995). *Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. Vol. 36. São Paulo: Annablume.

Gouveia, I. (2018a). Democracia, política e participação: a museóloga Waldisa Rússio. *Cadernos e Sociomuseologia*, v. 55, n. 11.

Gouveia, I. (2018b). Waldisa Rússio e a política no campo museológico. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutora orientada por Priscila Barbosa.

Gouveia, I., & Pereira, M. (2016). A emergência da museologia social. *Políticas Culturais em Revista*, v. 9, n. 2, 726-745.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, (80), 115-147.

Guarnieri, W. R. C. (1990). Conceito de Cultura e sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação. Bruno, M. C. O. (2010) (Org.) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, Vol.1, 243-252.

Guarnieri, W. R. C. (1986). Exposição: Texto museológico e o contexto cultural. In Bruno, M. C. O. (2010) (Org.) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, Vol.1, 137-143.

Guarnieri, W. R. C. (1983). O objeto da Museologia. In Escudero, S. & Carvalho, L.M. (2020) *Teoria Museológica Latino Americana: Textos fundamentais*. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Icofom-LAM, 63-68.

Guarnieri, W. R. C. (1980). *Um museu de indústria em São Paulo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP-SP.

Guarnieri, W. R. C. (1977). *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP-SP.

Guarnieri, W. R. C. (s/d). Quem são e o que são os museólogos? Bruno, M. C. O. (2010) (Org.) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São

Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, Vol.1, 237-242.

Harvey, D. (2012). O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 29, 73-89.

Heitor, G. K. M. (2021). *Quando o museu é uma luta!* A criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções. Tese apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutora, orientada por Maurício B. A. Parada.

Holston, J. (2013). *Cidadania insurgente*: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

Inatomi, K. L. S. (2014). Perspectivas de Virtualidade para a Casa da Memória Viva de Ceilândia. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Museologia sob orientação de Celina Kuniyoshi.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1959). *Censo Experimental de Brasília*. Brasília: Comissão Censitária Nacional.

Instituto Brasileiro de Museus. (2016). *Pontos de memória*: metodologia e práticas em museologia social. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília (DF): Phábrica.

Instituto Brasileiro de Museus & Programa Ibero-museus. (2012). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo*: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Nascimento Junior, José do; Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (orgs). Brasília: Ministério da Cultura, Ibero-museus.

Instituto de Estudos Socioeconômicos [INESC]. (2019). *Mapa das Desigualdades*. Brasília: Movimento Nossa Brasília, Oxfam Brasil e INESC.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan]. (2016a). *GT-Brasília*: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo; texto Briane Panitz Bicca et al. – Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan]. (2016b). *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal* / organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan]. (2020). Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo / Organização: Ana Carolina Lessa Dantas... [et. al]. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

- Iwakami, L. N. (1998). *Vila Paranoá: a luta desigual pela posse da terra urbana*. In Paviani, A. (org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. 2ª edição, 271-300. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Jaccoud, L. (2010). Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964. In Paviani, A. (org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. 2ª edição, 167-243. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Januzzi, V. P., & Dantas, A. C. L. (2020). Quem faz o patrimônio? Considerações sobre os Inventários Participativos em Ceilândia-Distrito Federal. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, 7(1), 113-120.
- Jesus da Silva, G. (2022). Arenga Tata Nhee Assojoba Tupinamabá. *Tellus*, 21(46), 323–339.
- Jovchelovitch, S., & Priego-Hernández, J. (2013). *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*. Brasília: Unesco.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 25.
- Kubitschek, J. (2000). *Porque construí Brasília / Juscelino Kubitschek*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Kuhn, T. (1998). *Revoluções Científicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória* (1924). Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Lemos, G. O. (2022). *No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutor, orientado por Anderson Ribeiro Oliva.
- Lima, E. & Jevan, M. (2007). *A Ceilândia Hoje*. Distrito Federal: Academia Taguatinguense de Letras e Academia Taguatinguense de Letras e Artes Populares.
- Lopes, M. M. (1991). A favor da desescolarização dos museus. *Educação e sociedade*, 40, 443-455.
- Luiz, E. B. (2007). *Os filhos dos candangos: exclusão e identidades*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de mestre, orientado por Márcia M. M. Kuyumjian.
- Magalhães, N. A., & Sinoti, M. L. (2001). *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília*. Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória no Centro-Oeste, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília.

- Maia, J. M. E. (2010). As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados*, v. 53, 621-655.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre La colonialidade del ser: contribuciones de un concepto. *El Giro Decolonial: reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, 122 - 151.
- Meneses, U. T. (1995). Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico (fim). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 83-84.
- Mignolo, W. (2018). Museus no horizonte colonial da modernidade: Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, 309-324.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Moraes, C. M. D. S. (2011). *Museu de Favela: Pensando turismo e patrimônio no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo*. Dissertação apresentada Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestra, orientada por Rosane M. Prado.
- Motta, M. (1992). *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.
- Moutinho, M. C. (2014a). Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 27, n. 41, 423-427.
- Moutinho, M. C. (2014b). Entre os museus de Foucault e os museus complexos. *Revista Musas*, Setúbal.
- Moutinho, M. C. (1994). *A construção do objecto museológico*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Moutinho, M. C. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1).
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia [MINOM]. (2013). *XV Conferência Internacional do MINOM*. Museu da República, Rio de Janeiro.

Munch, M. (2017). *Direitos Humanos e a Colonização do Urbano: Vila Autódromo na disputa*. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts - 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Nascimento, G. R. (2019). *Ceilândia e memórias de vida na educação de jovens e adultos: a história do lugar na formação do trabalhador e da trabalhadora*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

Neiva, I. C. (2017). *Uma cidade encantada: memórias da Vila Amaury em Brasília*. Brasília: Editora da Autora.

Neres, M. B. (2016). *Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência*. Brasília: Gráfica Conquista.

Neves, F. C. (1995). Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, São Paulo, 93-122.

Nunes, J. W. (2005). *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume.

Oliveira, Á. M. D. (2016). *Criação e gestão de museus no Distrito Federal: análise dos museus da Coordenação de Museus e Patrimônio da Secretaria de cultura (1958-1999)*. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília para obtenção do título de bacharel em Museologia, orientada por Ana Lúcia de Abreu Gomes

Oliveira, D. A. (2019). Memórias subterrâneas negras na “Pequena África”. In Domingues, J., & Pragmácio, M. (2019). *Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 25-42.

Oliveira, D. C.; Santos, D. C., Teixeira, J.S., Silva, L. C., Macena, M. P., Divino, M. A., et al. (2017). *Vocabulários em Movimento\ vidas em resistência*. Rio de Janeiro: Instituto Goethe e Museu das Remoções.

Oliveira, M. D. (2005). O uso da noção de mito em sociologia: analisando os discursos sobre Brasília. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 36, n. 1/2, 105-116.

Oliveira, T. M. G. (2007). *A erradicação da Vila do IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília para obtenção do grau de mestre, orientado por Marília Luiza Peluso.

Oliveira, V. J. D. (2022). O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de mestre em Ensino de História orientado por Jiani Fernando Langaro.

Padovan, B. P. (2019). Morar no patrimônio: Direito a cidade, cultura e memória. *Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade*. Número 8. São Paulo: Escola da Cidade.

Paixão, C. M. Q. (2008). *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense para obtenção do grau de mestra, orientada por Jorge Ferreira.

Paviani, A. (2010). A construção injusta do espaço urbano. In Paviani, A. (org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 131-163.

Pereira, J. A. (2019). *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de doutora, orientada por Lucilene Reginaldo.

Pereira, M. R. N. (2018). *Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutora, orientada por Mário C. Moutinho.

Pereira, T. A. (2020). *As dimensões política, poética e ética dos textos expográficos: o caso do Museu da Maré*. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestra, orientada por Mário S. Chagas.

Pereira, V. C. & Gomes, A. L. A. (2018). Caixa d'água da Ceilândia e de Taguatinga: tombamento e destruição do patrimônio. *Museologia e Patrimônio*, v. 11(11) Rio de Janeiro.

Pereira, V. C. (2013). *A Casa Da Memória Viva da Ceilândia: uma análise à luz da Nova Museologia (1997-2010)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de Bacharelado em Museologia sob orientação de Deborah Silva Santos.

Perpétuo, T. P. (2015). *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Dissertação apresentada no curso de mestrado profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional orientado por Claudia Feierabend Baeta Leal.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, 2(3), 3-15.

Portilho, A. S. (2018). O Museu de Favela e a produção do espaço no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ). *Revista Cadernos do Ceom*, 31(49), 92-102.

Poulot, D. (2009). *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade.

Primo, J. S. & Moutinho, M. C. (2021). Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. In Primo, J. S. & Moutinho. (2021). *Teoria e Prática*

da *Sociomuseologia*. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra Unesco Educação Cidadania e Diversidade Cultural.

Primo, J. S. (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16.

Priosti, O. M. (2006). Passados presentes: valores e instrumentos para uma nova sociedade em construção. XII *Encontro Regional de História*, ANPUH, Rio de Janeiro.

Prosa, R.; daniel, l.; Lopes, K.; William, J.; Carla, R.; S. M., C.; et al., (2019). 764: *Da barragem pra cá*. Instituto de Estudos Socioeconômicos - 1a. ed. - Paranoá, DF: Padê editorial.

Quebec, D. (1984). Princípios de Base de uma Nova Museologia. *I Ateliê Internacional Ecomuseus/Nova Museologia*, Canadá.

Queiroz, M. S. (2016). (Meta)curadoria em processos de Museologia Social. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 5, n. 10.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, 11-20.

Ratts, A. (2006). *Eu sou atlântica*. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial.

Reis, R. H. (2000). *A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos*. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção de grau de doutor, orientada por Angel Pino Sirgado.

Ribeiro, G. L. (2008). *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Ricardo, L. D. M. (2017). *A educação em diálogo com a cultura: da experiência de educação do Museu Vivo da Memória Candanga a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF*. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção de grau de doutora, orientada por Emerson D. G. de Oliveira.

Ridenti, M. (2007). Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In.: Ferreira, Je; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 134-166.

Rios, A. M. & Mattos, H. M. (2004). O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 8, 170-198.

Rios, K. S. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária.

Rocha, A. K. C. D. O. (2020). *Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os fóruns nordestinos 1988-1996*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade

Lusófona de Humanidades e Tecnologia para obtenção do grau do doutora orientada por Maria das Graças Teixeira.

Rodrigues, F. S. F. (2015). *Registros de Memória em Arte Fugaz: o Graffiti das Casas-Tela do Museu de Favela (2010-2014)*. Dissertação apresentada ao Programa de Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestra, orientada por Edlaine C. Gomes.

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1 edição. São Paulo: Boitempo.

Rolnik, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 17, 1-17.

Rosa, T. T. (2018). Pensar por margens. Em Jacques, P. B. & Pereira, M. S. (org) *Nebulosas do pensamento urbanístico*, tomo 1. Salvador: EDUFBA, 176-204.

Santiago, D. (1972). *Mesa-redonda de Santiago do Chile-ICOM*. Tradução: Marcelo Mattos Araújo e Maria Cristina Bruno.

Santos, B. D. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*, v.63, 237-280.

Santos, D. S. (2021). *Museologia e Africanidades: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutora, orientada por Judite Primo.

Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. (2005). O retorno do território. *Observatório Social da América Latina*. Año 6, n.16, (jun). Buenos Aires: CLACSO.

Santos, M. C. T. M. (2014). Um compromisso social com a museologia. *Revista Cadernos do Ceom*, 27(41), 71-114. Santa Catarina: Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Santos, M. V. R. (2020). *SHIS e TERRACAP versus povo: a luta dos incansáveis moradores de Ceilândia (1971-1988)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, orientado por Ana Flávia Magalhães Pinto.

Santos, S. S. (2021). Museu Kanindé: Fórum de Conhecimentos à Ancestralidade Indígena. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 19, FCI/UnB.

Sarraf, V. P. (2018). Preservação, acesso e participação no patrimônio cultural: o legado teórico e empírico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (71), 304-324.

Schwarcz, L. M. & Santos Gomes, F. (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, C. R. R & Peregrino, M. C. (2014). Experiências de ações educativo-comunitárias no Museu da Maré. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, 155-180.

Silva, F. C. T. D. (2007). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: Ferreira, J.; Delgado, L. A. N. (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 243-281.

Silva, G. C., Kunz, S., & Costa, S. R. (2020). Cidade invisível: mapa afetivo da Vila Paranoá e seus quintais de memórias. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, v. 9, n.1.

Silva, G. C. (2019). *A história de uma cidade invisível: Vila Paranoá e seus quintais de memórias*. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico do Programa de Pós-graduação em Arte da Universidade de Brasília, orientado por Sidelmar Alves da Silva Kunz.

Silva, J. A. F. (2015). *A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestra, orientado por Maria das Graças de Souza Teixeira.

Silva, J. G. (2019). *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do grau de mestra, orientado por Maria Fernanda Derntl.

Silva, L. M. & Pereira, J. A. (2018). O estigma do invasor na produção do espaço urbano: O caso de Belo Horizonte. *Periferias em Rede: Experiências e Perspectivas*. 1ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 1, 29-50.

Siqueira, J. M. D. (2019). *A educação museal na perspectiva da sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutora, orientada por Judite Primo.

Soares, E. (2018). Brasília inscrita na pedra: a narrativa do Museu da Cidade. *Revista Docomomo Brasil*, v. 2, n. 02.

Sodré, M. (2002). *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

- Sousa Santos, B. D. S. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Edições Afrontamento, Porto.
- Sousa, N. H. B. (1983). Construtores de Brasília Estudos de operários e sua participação política. Petrópolis: Editora Vozes.
- Souza, L. C. C. (2020). Museu integral, Museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 28, 1-21.
- Stornino, C., Chagas, M., Moutinho, M., & Leite, P. (2016). A Nova Recomendação da Unesco sobre Museus Coleções sua Diversidade e Função Social. *Informal Museology Studies*, (13), 1-51.
- Tavares, P. (2022). *Lucio Costa era racista?* Notas sobre raça, colonialismo e arquitetura moderna brasileira. São Paulo: N-1 edições.
- Tolentino, A. B. (2024). *A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: Insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de doutor em Sociologia, orientado por Mônica Franch e Judite Primo.
- Trevisan, R., Amizo, I. B., & Lemos, R. C. C. (2021). Cidades Satélites: o 2º cinturão de Brasília. *Anais do XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Atualizações Críticas. Salvador: Universidade federal da Bahia.
- Wacquant, L. (2013). Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 96, 87-103.
- Wacquant, L. (2006). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia*. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, vol.XI, Porto.
- Williamson, T. (2018). Nem todos têm um preço. Tradução Clara Ferraz. In Zimbalist, A. *Rio 2016: Olympic myths, hard realities*. Brookings Institution Press.
- Valladares, L. (2000). A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 15, 05-34.
- Varine, H. D. (2020). *El ecomuseo singular y plural*. Un testimonio de cincuenta años de museología comunitaria en el mundo. Santiago de Chile: Ediciones ICOM-Chile.
- Varine, H. D. (2005). *O museu comunitário é herético*. Tradução: Odalice Miranda Priosti, 1-11.
- Varine, H. D., Rojas, R., Crespán, J. L., & Trallero, M. (1979). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil.
- Velloso, R. (2020). De/Descolonizar o Urbano, Insurreição nas Periferias: notas de pesquisa. *Redobra* n. 15, p. 153-176.

Vidal, L. (2009). *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Videsott, L. (2009). *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de doutora, orientada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade.

Viscardi, C. & Perlatto, F. (2018). Cidadania no tempo presente. In: Ferreira, J.; Delgado, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Volume 5 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 441-472.

Documentos

Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal [Depha/DF]. (1996). *O Museu Vivo da Memória Candanga: a revitalização do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Volume III. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Governo do Distrito Federal [GDF]. (1973). *Ceilândia*. Brasília: Secretaria de Serviço Social.

Referências Videográficas

Carvalho, V. (1992). *Conterrâneos Velhos de Guerra*. [175 min].

Carvalho, V. & Feldman, E. (1979). *Brasília segundo Feldman*. [20 min]. Brasil: CNRC.

Carvalho, V. (1975). *Quilombo*. [23 min].

Gerber, R. & Nascimento, B. (1989). *Orí*. [91 min]. Brasil: Rechel Gerber.

Magalhães, N. A. (1998). *Memórias de cá e de lá – Paranoá – DF*. [43 min]. Brasília: NECOIM/CEAN/DEX/UnB, FAPDF, Iphan, Depha, SCE, GDF.

Mendes, C & Siqueira, D. (1989). *Invasores ou Excluídos?* [31 min] Brasil: Universidade de Brasília.

Nunes, J. W. (1999) *Batalhas pelo patrimônio, batalhas pela História*. [26 min]. Brasil: Universidade de São Paulo, Iphan-14ª região, Necoim-UnB.

Queirós, A. (2013). *A cidade é uma só?* [73 min].

Queirós, A. (2005). *Rap, o Canto da Ceilândia*. [15 min].

Depoimentos do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal

Fernandez, C. N. (2000). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Núcleo Bandeirante. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Gonçalo, G. B. (2001). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Ceilândia. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Jesus, A. M. (2002). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Ceilândia. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal.

Lopes Filho, C. F. (1997). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Taguatinga. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Mazzolla, P. L. (2000). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Núcleo Bandeirante. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Preto, S. T. (2000). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Núcleo Bandeirante. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Rodrigues, C. A. (2000). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Núcleo Bandeirante. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

Silva, A. A. (2002). *Depoimento* - Programa de História Oral. Projeto Ceilândia. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal.

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil

ANEXOS

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu **SILVIO CAVALCANTE, RG 365733** , emitido pelo(a): **SSP/DF** , residente a **Condomínio Solar de Brasília Qd 1 Cj 8 Casa 26, CEP 71.680-349 - Jardim Botânico, Brasília DF**, declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia **23/06/2023** por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutoramento em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Brasília 02, de outubro de 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. U. A.', is written on the page.

Assinatura do(a) depoente



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu Gilberto Ribeiro do Nascimento

RG 1.066.078, emitido pelo(a) SSP 1DF, residente a
QNN 04 Conjunto D Casa 23 - Ceilândia
Norte - Distrito Federal

declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 27/07/2023 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Ceilândia - DF, 02 de outubro de 2023
Gilberto Ribeiro do Nascimento

Assinatura do(a) depoente

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu Lauréti Lopes Mascarin, RG 388.498, emitido pelo (a) SSP-DF, residente a BR 020 Km 03 N° 18 declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 06/07/2023 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Brasília, 04 de outubro de 2023.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lauréti', is written over a horizontal line.

Assinatura do (a) depoente



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu Marinalva Salviano de
Sousa.

RG 730.094, emitido pelo(a) SSP-DF, residente a
AN-03 Conj-05 Casa-49
Riacho Fundo I Brasília-DF

declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 14/06/23 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Brasília, 08 de Outubro de 2023
Marinalva Salviano de Sousa

Assinatura do(a) depoente



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu MANOEL JEVAN GOMES DE OLINDA,

RG 702.891, emitido pela SSP-DF, residente a QNP 10 Conjunto M Lote 14 Setor PSul de Ceilândia/DF, declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora KAROLLINE PACHECO SANTOS, passaporte FV844823, no dia 11 / 07 / 2023 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autoria.

Brasília/DF, 10 de Outubro de 2023.


Assinatura do(a) depoente



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu Maria Delsione da Silva

RG 636921, emitido pelo(a) SSP-DF, residente a
Quadra 02 conj G CS12 - Paranoá - DF

declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 09/05/2024 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Paranoá - DF, 09 de Mai de 2024
Maria Delsione da Silva

Assinatura do(a) depoente

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu **Luciana de Maya Ricardo**, RG 713357, emitido pelo(a) SSP-DF, residente a SQS 215, BL. A, APTO 506, Brasília, DF, Brasil, declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 09 / 01 / 2024 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Brasília, 08 de outubro de 2024

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA DE MAYA RICARDO
Data: 08/10/2024 11:02:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do(a) depoente

Karolline Pacheco Santos
Os territórios das memórias candangas: remoções urbanas, territorialidades periféricas e
imaginações museais no Distrito Federal, Brasil



Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

Pelo presente documento, eu MARILIA PANITZ SILVEIRA ,

RG 224544701-87, emitido pelo(a) SSP/DF, residente a SQS 204 BLOCO G AP 506, BRASÍLIA /DF – CEP 70234070, declaro ceder, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Karolline Pacheco Santos, passaporte FV844823, no dia 05 / 12 / 2023 por meio da plataforma virtual *Google Meet* como subsídio à construção da Tese de Doutorado em Museologia do Departamento de Sociomuseologia da Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal. A pesquisadora acima citada fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos de finalidade pedagógica e cultural, o mencionado depoimento, o todo e em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor(a).

Brasília , 12 de novembro de 2024

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marília Panitz Silveira', is written over a light blue rectangular stamp.

Marília Panitz Silveira